



**MESTRADO PROFISSIONAL EM CONSERVAÇÃO E
RESTAURAÇÃO DE MONUMENTOS E NÚCLEOS HISTÓRICOS
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**



KARLA RACHEL JARSEN DE MELO CALHEIROS

**O ANTES, O AGORA E O DEPOIS: PROJETO DE INTERVENÇÃO DO
CONJUNTO DA ANTIGA INTENDÊNCIA DE MACEIÓ.**

VOLUME I

Salvador

2020

KARLA RACHEL JARSEN DE MELO CALHEIROS

**O ANTES, O AGORA E O DEPOIS: PROJETO DE INTERVENÇÃO DO
CONJUNTO DA ANTIGA INTENDÊNCIA DE MACEIÓ.**

VOLUME I

Trabalho Final apresentado ao Mestrado Profissional em
Conservação e Restauração de Monumentos e Núcleos
Históricos (MP-CECRE) da Universidade Federal da
Bahia, como requisito para obtenção do título de Mestre
Profissional em Conservação e Restauração.

Orientadora: Prof^ª Mestra Mariely Cabral de Santana

Coorientadora: Prof^ª Mestra Marta Raquel da Silva Alves

Salvador

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI)
Biblioteca da Faculdade de Arquitetura (BIB/FA)

C152

Calheiros, Karla Rachel Jarsen de Melo.

O antes, o agora e o depois [recurso eletrônico] : projeto de intervenção do conjunto da antiga Intendência de Maceió / Karla Rachel Jarsen de Melo Calheiros. – Salvador, 2020.

3 v. : il.

Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura, Mestrado Profissional em Conservação e Restauração de Monumentos e Núcleos Históricos. 2020.

Orientadora: Profa. Me. Mariely Cabral de Santana.

Coorientadora: Profa. Me. Marta Raquel da Silva Alves.

1. Edifícios históricos – Maceió (AL). 2. Intendência Municipal - Maceió (AL). 3. Arquitetura - Séc. XX - Maceió (AL). I. Santana, Mariely Cabral de. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Arquitetura. III. Título.

CDU: 725(813.5)

Responsável técnico: Jeã Carlo Madureira - CRB/5-1531



Ata da sessão pública do Colegiado do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO (CECRE), realizada em 09/12/2020 para procedimento de defesa da Dissertação de Mestrado PROFISSIONAL EM CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE MONUMENTOS E NÚCLEOS HISTÓRICOS no. 1, área de concentração Conservação e Restauo, do(a) candidato(a) KARLA RACHEL JARSEN DE MELO CALHEIROS, de matrícula 218122350, intitulada O ANTES, O AGORA E O DEPOIS: PROJETO DE INTERVENÇÃO DO CONJUNTO DA ANTIGA INTENDÊNCIA DE MACEIÓ.. Às 17:00 do citado dia, SALA RNP - Conferencia, foi aberta a sessão pelo(a) presidente da banca examinadora Prof. MSc. MARIELY CABRAL DE SANTANA que apresentou os outros membros da banca: Prof. Dra. LIDIA QUIETO VIANA, Prof. MSc. MARTA RAQUEL DA SILVA ALVES e Prof. Dr. MARIA BERTHILDE DE BARROS LIMA E MOURA FILHA. Em seguida foram esclarecidos os procedimentos pelo(a) presidente que passou a palavra ao(à) examinado(a) para apresentação do trabalho de Mestrado. Ao final da apresentação, passou-se à arguição por parte da banca, a qual, em seguida, reuniu-se para a elaboração do parecer. No seu retorno, foi lido o parecer final a respeito do trabalho apresentado pelo(a) candidato(a), tendo a banca examinadora aprovado o trabalho apresentado, sendo esta aprovação um requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre. Em seguida, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelo(a) presidente da banca, tendo sido, logo a seguir, lavrada a presente ata, abaixo assinada por todos os membros da banca.

Documento assinado digitalmente



MARIA BERTHILDE DE BARROS LIMA E MOURA F
Data: 09/12/2025 12:01:05-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Dr. MARIA BERTHILDE DE BARROS LIMA E MOURA FILHA

Examinador(a) Externo(a) à Instituição

Documento assinado digitalmente



Dra. LIDIA QUIETO VIANA, UFBA

LIDIA QUIETO VIANA
Data: 10/11/2025 18:36:06-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Examinador(a) Interno(a)



MSc. MARTA RAQUEL DA SILVA ALVES, UFBA

Documento assinado digitalmente
MARTA RAQUEL DA SILVA ALVES
Data: 11/11/2025 22:31:07-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Examinador(a) Interno(a):



Documento assinado digitalmente
MARIELY CABRAL DE SANTANA
Data: 10/11/2025 20:19:26-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

MSc. MARIELY CABRAL DE SANTANA, UFBA

Documento assinado digitalmente



Presidente
KARLA RACHEL JARSEN DE MELO CALHEIROS
Data: 10/11/2025 15:55:40-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

KARLA RACHEL JARSEN DE MELO CALHEIROS

Mestrando(a)



Universidade Federal da Bahia

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CONSERVAÇÃO E
RESTAURAÇÃO (CECRE)**

FOLHA DE CORREÇÕES

ATA Nº 1

Autor(a): KARLA RACHEL JARSEN DE MELO CALHEIROS

**Título: O ANTES, O AGORA E O DEPOIS: PROJETO DE INTERVENÇÃO DO CONJUNTO
DA ANTIGA INTENDÊNCIA DE MACEIÓ.**

Banca examinadora:

Prof(a). MARIA BERTHILDE DE BARROS LIMA E Examinador Externo à Instituição
MOURA FILHA

Prof(a). LIDIA QUIETO VIANA Examinadora Interna

Prof(a). MARTA RAQUEL DA SILVA ALVES Examinadora Interna


Prof(a). MARIELY CABRAL DE SANTANA Presidente

Os itens abaixo deverão ser modificados, conforme sugestão da banca

1. INTRODUÇÃO
2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA
3. METODOLOGIA
4. RESULTADOS OBTIDOS
5. CONCLUSÕES

COMENTÁRIOS GERAIS:

Declaro, para fins de homologação, que as modificações, sugeridas pela banca examinadora, acima mencionada, foram cumpridas integralmente.

 Documento assinado digitalmente
MARIELY CABRAL DE SANTANA
Data: 27/05/2025 10:22:16-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof(a). MARIELY CABRAL DE SANTANA

Orientador(a)

KARLA RACHEL JARSEN DE MELO CALHEIROS

**O ANTES, O AGORA E O DEPOIS: PROJETO DE INTERVENÇÃO DO CONJUNTO
DA ANTIGA INTENDÊNCIA DE MACEIÓ**

Trabalho final apresentado ao Mestrado Profissional em Conservação e Restauração de Monumentos e Conjuntos Históricos (MP-CECRE), Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Mestre Profissional em Conservação e Restauro.

BANCA EXAMINADORA

Professora Mestra Mariely Cabral de Santana (Orientadora)

Professor Mestra Marta Raquel da Silva Alves (Coorientadora)

Professora Doutora Lídia Quiêto Viana

Professora Doutora Maria Berthilde de Barros Lima e Moura Filha

AGRADECIMENTOS

Ao longo dessa jornada, algumas pessoas estiveram próximas a mim auxiliaram neste caminho como fiéis escudeiros, estimulando para que eu conquistasse meu objetivo em concluir o Mestrado Profissional em Conservação e Restauração de Monumentos e Núcleos Históricos da Universidade Federal da Bahia (MPCECRE/UFBA).

Primeiramente, agradeço a Deus e aos espíritos amigos que sempre estiveram ao meu lado me ouvindo e confortando nos momentos difíceis para chegar onde estou.

Agradeço a minha mãe, Rejane, que esteve comigo em todos os momentos; não só durante a dissertação, mas em toda a minha vida. Uma mãe que me ensinou a ter coragem, determinação e fé para enfrentar as diversidades da vida.

Agradeço a meu pai, Carlos (in memoriam), que me ensinou a lutar constantemente em busca dos meus objetivos; por ser um verdadeiro exemplo de vencedor; tanto na área profissional como na pessoal; e por sempre ter me proporcionado as condições necessárias para que nada faltasse em relação aos meus estudos.

Em especial, agradeço à minha orientadora, mestra Mariely Santana, que não só me orientou de modo exemplar, mas sempre me auxiliou nas dúvidas e comemorou cada descoberta sobre o objeto de estudo, cumprindo o seu papel de orientação de forma ímpar. Obrigada por aceitar-me como orientanda, por me estimular quando precisei, por ler muitas vezes o meu trabalho, sendo dura e exigente quando necessário, mas também acolhedora e amiga. Com certeza, você é parte fundamental dessa trajetória, um verdadeiro presente que Deus me proporcionou nesse mestrado. Obrigada por seu carinho, dedicação, cuidado e amizade. Mariely, entre danos, agentes e causas ao decorrer do processo, minha gratidão; és fonte de inspiração.

À Josemary Ferrare, por todo apoio, incentivo e ajuda ao decorrer desses anos e algumas vezes me auxiliando em correções e me encorajando a lutar em prol do patrimônio cultural de Maceió. Obrigada por estar ao meu lado e ser esse ser humano que irradia luz na minha vida.

À arquiteta e urbanista Maria Adeciany, por toda paciência e disponibilidade em fornecer documentos e relatórios de obra da antiga Intendência que tanto contribuíram para a elaboração desta dissertação. Obrigada também por zelar e lutar pela preservação do patrimônio cultural de Maceió frente as diversidades da gestão pública. Aos arqu

Cyntha Fortes, Fabrícia Freire, Myllena Azevedo, Sandro Gama e Karol Fagundes e aos engenheiros José Vieira Passos Filho e Erlam em disponibilizar informações referentes ao edifício da antiga Intendência, da Praça Marechal Floriano Peixoto e do bairro do Centro. Muito obrigada pela atenção.

Aos meus tios queridos José Carlos e Fernando Caldas que com todo carinho me acompanharam fornecendo ombro amigo e consolo.

Aos amigos que em vários momentos me auxiliaram na coleta de dados e me deram apoio com palavras de estímulo diante das dificuldades em cumprir os prazos das entregas. Entre eles: Sofia, Alison, Sandra, Maria Juliana, Layse, Daniel, Armando, Andrews, Natália, Allerson, Emerson, Camila, Marília e Tuanne. Gratidão pela amizade e carinho.

Aos cecrianos que acompanharam a minha luta diária durante o mestrado e que foram incasáveis na missão de aconselhar e estimular diante dos obstáculos. Em especial ao grupo esses mestrados: Rebecca, Laís, Marcos, Marcela, Carol, Aline, Ricardo e Guilherme que faziam os meus dias de luta ficarem mais repleto de alegria e esperança. Também agradeço a Tâmara, por me auxiliar fornecendo materiais que pudessem contribuir para a elaboração deste trabalho e me confortando em momentos de agonia mesmo a distância.

As professoras, Regina Coeli, Giana Barbirato, Flávia Araújo, Adriana Capretz e Adriana Guimarães da Universidade Federal de Alagoas, por me fornecerem livros/materiais e esclarecimentos perante as dúvidas que surgiam durante a elaboração da dissertação.

Agradeço a todos os docentes e professores convidados do MP-CECRE que foram incansáveis na arte de ensinar e me proporcionaram, ao longo desses dois anos, o amadurecimento e conhecimento necessário para contribuir na minha trajetória profissional e acadêmica no campo da restauração e conservação. Em especial: Lídia Quiêto, Juliana Nery, Rosana Muñoz, Silvia Pimenta, Mário Mendonça, Márcia Sant'Anna e Rodrigo Baeta. Obrigada pelo carinho, dedicação e paciência.

À minha coorientadora Marta Alves, por me encorajar nas reflexões sobre a Praça Marechal Floriano Peixoto.

Por último, mas não menos importante, minha gratidão ao Allard, Adriano, Andréia, Manoela, Jéssica e a todas as pessoas que cruzaram o meu caminho e me ajudaram de alguma forma na minha formação profissional e pessoal.

A águia que tudo vê
No alto do frontão triangular
deste edifício,
Uma pequena águia
Que vigia cada
transformação
Da Praça Marechal
Floriano Peixoto
Cada árvore, cada prédio,
Cada transeunte
De inverno a verão
Em qualquer estação.
A história perpassa entre
seus olhos que tudo observa.
Não ultrapasse o portão de
ferro fundido do acesso
principal
Se não estiver disposto a
conhecer a alma desta águia
que habita neste lugar
E que resiste ao tempo
pedindo clemência aos céus
implorando para novamente
voar.

Karla Calheiros.

CALHEIROS, Karla Rachel Jarsen de Melo Calheiros. **O antes, o agora e o depois: Projeto de intervenção do conjunto da antiga Intendência de Maceió.** Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

RESUMO

Esta dissertação tem como objeto o conjunto da antiga Intendência Municipal – “Palácio da Água”, localizada no entorno da Praça Marechal Floriano Peixoto, bairro do Centro na cidade de Maceió - AL. A área onde se situa o objeto de estudo, teve seu desenvolvimento no início do século XX, durante o período republicano momento em que ocorreu a elevação de Maceió a categoria de capital. A edificação projetada pelo arquiteto italiano Luigi Lucarini, em estilo eclético e com feição neo-gótica, foi construída para representar o poder municipal. A construção deste exemplar da arquitetura está vinculada ao crescimento populacional da cidade, ao desenvolvimento econômico, político e social da cidade influenciado pelas novas tendências culturais que emergiram na Europa, associado ao desenvolvimento da indústria e facilidade de novos materiais de construção, novos valores estéticos e, principalmente, pelas medidas higienistas vigentes, no primeiro quartel do século XX que buscada a salubridade das cidades e o bem estar do cidadão. Ao longo dos séculos XX e XXI a edificação recebeu diversos usos e atualmente, após a desocupação da Secretaria Municipal de Assistência Social do edifício em 2017, o imóvel tornou-se alvo de sucessivos atos de vandalismo. No entanto, apesar das depredações o conjunto ainda se encontra íntegro em relação a sua volumetria e guarda significativos elementos decorativos, que possibilitam a identificação dos atributos da edificação. Por integrar o entorno e compor conjunto arquitetônico da Praça Marechal Floriano Peixoto, o imóvel faz parte da poligonal de tombamento no âmbito estadual, junto com a Igreja dos Martírios, e outras edificações ecléticas. Após a compreensão do edifício como um bem patrimonial e ancorado nos princípios de sustentabilidade e valorização do bem, foi proposto ações de intervenção para o imóvel da antiga Intendência respeitando seus atributos e características arquitetônicas, mas entendendo as novas dinâmicas da praça e as necessidades da comunidade. Assim a nova proposta para o edifício será abrigar a Fundação Municipal de Ação Cultural, que tem por finalidade ampliar, gerenciar e divulgar as atividades culturais no município.

Palavras-chave: Intendência Municipal de Maceió, Praça Marechal Floriano Peixoto, Projeto de intervenção em edifício público.

CALHEIROS, Karla Rachel Jarsen de Melo Calheiros. **O antes, o agora e o depois: Projeto de intervenção do conjunto da antiga Intendência de Maceió.** Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

ABSTRACT

The subject of this dissertation is the former Municipal Intendencia - ‘Palácio da Água’, located around Praça Marechal Floriano Peixoto, in the Centro neighbourhood of the city of Maceió - Alagoas. The area where the object of study is located was developed at the beginning of the 20th century, during the republican period when Maceió was elevated to the status of capital. The building, designed by the Italian architect Luigi Lucarini, in an eclectic style and neo-Gothic appearance, was built to represent municipal power. The construction of this example of architecture is linked to the city's growth in population, the economic, political and social development of the city influenced by the new cultural trends that emerged in Europe, associated with the development of industry and the availability of new building materials, new aesthetic values and, above all, the hygiene measures in force in the first quarter of the 20th century, which sought the health of cities and the well-being of citizens. Throughout the 20th and 21st centuries, the building was put to various uses and currently, after the Municipal Secretariat of Social Assistance vacated the building in 2017, it has been the target of successive acts of vandalism. However, despite the depredations, the complex is still intact in terms of its volume and retains significant decorative elements that make it possible to identify the building's attributes. As it forms part of the surroundings and architectural ensemble of Praça Marechal Floriano Peixoto, the building is part of the state's listed area, along with the Martirios church and other eclectic buildings. After understanding the building as a heritage asset and anchored in the principles of sustainability and valorisation of the asset, intervention actions were proposed for the former Intendencia complex, respecting its architectural attributes and characteristics, but understanding the new dynamics of the square and the needs of the community. Thus, the new proposal for the building will be to house the Municipal Foundation for Cultural Action, whose purpose is to expand, manage and publicise cultural activities in the municipality.

Keywords: Municipal Intendency of Maceió, Marechal Floriano Peixoto Square, Public building intervention Project.

LISTA DE FIGURAS

| | | |
|-----------|---|----|
| Figura 01 | Pintura que relata o antigo núcleo inicial do povoado em 1850, espaço que corresponde atualmente à Praça Dom Pedro II. Ao centro a antiga capela. | 41 |
| Figura 02 | Planta Cadastral de 1820 da cidade de Maceió. Em destaque os largos e as capelas existentes. | 43 |
| Figura 03 | Planta Cadastral de 1841 da cidade de Maceió. Em destaque, os largos e as capelas existentes. Observa-se a preservação das vias que interligam os largos. Na ampliação do Largo dos Martírios, nota-se a presença da Capela dos Martírios (ver destaque). Verifica-se um crescimento de edificação nas proximidades do largo. | 45 |
| Figura 04 | Recorte do Largo dos Martírios do mapa de 1841: Em destaque, a Capela do Bom Jesus dos Martírios e a indicação, em vermelho, da diferença de nível que cruza o largo, dividindo-o em dois planos. As demais indicações na porção norte mostram a continuidade das curvas de nível na Rua General Hermes e a expansão das construções de uso residencial no sentido norte. | 49 |
| Figura 05 | Cartão Postal que ilustra a Igreja dos Martírios recém construída sem adro, com escadaria que comunica a igreja ao Largo dos Martírios, em meados do século XIX. | 50 |
| Figura 06 | Cartão postal do Palácio do Governo, em meados de 1911. | 51 |
| Figura 07 | Cartão postal do Largo dos Martírios por volta de 1905. A imagem mostra o espaço livre do largo definido pelas edificações ecléticas residenciais construídas no entorno imediato. A partir da orientação da tomada fotográfica há indícios de que a Igreja dos Martírios estaria à direita da imagem, em virtude do desnível existente. | 52 |
| Figura 08 | Fotografia da Praça dos Martírios, atual Praça Marechal Floriano Peixoto. Observa-se, em primeiro plano, a população e os integrantes da Força Pública aglomerados, aguardando a chegada do Presidente Afonso Pena em 1906. | 52 |
| Figura 09 | Praça dos Martírios após o projeto de Rosalvo Ribeiro. O mobiliário urbano – bancos e postes – caracteriza o novo espaço. Em destaque, o monumento do Marechal Floriano Peixoto e a balustrada, que funciona como um elemento decorativo para a contenção do corte do terreno e definição dos planos do Largo, além das áreas destinadas ao plantio de flores e atividades militares (ver destaques). | 53 |
| Figura 10 | Levantamento em planta da Praça dos Martírios, do projeto de Rosalvo Ribeiro, elaborado a partir de fotografias. Em destaque, o itinerário do bonde que percorria um trecho adjacente à praça, na orientação sudoeste. | 54 |
| Figura 11 | Sede da Intendência de Maceió, em 1914. Na praça, bancos e postes, ambos em ferro e, árvores de pequeno porte. | 55 |
| Figura 12 | Vista da Praça Marechal Floriano Peixoto em meados do século XX. Observa-se vegetação arbustiva em topiaria e as duas fontes luminosas em funcionamento. | 56 |

| | | |
|-----------|--|----|
| Figura 13 | Levantamento em planta realizado em 1960 da Praça dos Martírios, com a configuração do logradouro de 1936. A inserção de elementos ausentes na planta foi baseada nas fotografias da época. | 56 |
| Figura 14 | Vista da Praça Marechal Floriano Peixoto em meados de 196-, com vista para a galeria de arte e para a fonte na lateral direita da imagem. | 57 |
| Figura 15 | Na figura 15 observa-se o ponto de ônibus locado em frente a fachada nordeste do prédio da Intendência. | 57 |
| Figura 16 | Planta da Praça Marechal Floriano Peixoto, com base no levantamento de 1995, do projeto Quapá, registrando a remoção de alguns elementos que não se encontram nas fotografias do período. | 57 |
| Figura 17 | Vista da antiga residência da família Melo Machado no século XX, atual sede da Fundação/Museu Pierre Chalita. No segundo plano o palacete demolido na década de 1980. | 58 |
| Figura 18 | Vista do bonde elétrico percorrendo a Rua Boa Vista em frente ao Palácio do Governo, em meados do século XX. Em destaque, os imóveis demolidos locados no entorno da praça. | 59 |
| Figura 19 | Vista da Rua Boa Vista. Em destaque, as construções com feições modernas erguidas no local dos edifícios mencionados na figura anterior. | 59 |
| Figura 20 | Planta da Praça Marechal Floriano Peixoto, com base no levantamento de 1995, do projeto Quapá, com a remoção de alguns elementos que não se encontram nas fotografias do período. | 60 |
| Figura 21 | Praça Marechal Floriano Peixoto, em meados da década de 1960. Em primeiro plano, observa-se a fonte luminosa; ao fundo, o antigo Palácio do Governo e o estacionamento público localizado na Rua Boa Vista, na porção oeste da praça, ver indicação. | 60 |
| Figura 22 | Planta da Praça Marechal Floriano Peixoto do projeto de intervenção da Serviço de Engenharia do Estado de Alagoas – SERVEAL. | 62 |
| Figura 23 | Desenho esquemático da configuração espacial da praça no início do século XX e no século XXI, após o projeto de intervenção. | 63 |
| Figura 24 | Cortejo Xangô Rezado Alto rumo à Praça Marechal Floriano Peixoto. | 64 |
| Figura 25 | Fachada principal do edifício da antiga Intendência de Maceió. | 70 |
| Figura 26 | Fachada principal do edifício da antiga Intendência de Viçosa. | 70 |
| Figura 27 | Casas térreas demolidas para a construção do edifício da Intendência. | 71 |
| Figura 28 | Cartão postal do edifício da Intendência de Maceió, em 1914. | 72 |
| Figura 29 | Provável planta baixa do pavimento térreo do edifício da Intendência. | 73 |
| Figura 30 | A figura 30 mostra o prédio da municipalidade e ao fundo o anexo construído em 1910, ver destaque. | 73 |
| Figura 31 | Planta baixa cronológica da construção dos blocos principal e anexo da Intendência. | 75 |
| Figura 32 | A figura 32 avista-se o prédio da municipalidade a partir da praça Marechal Floriano Peixoto, em destaque o pavimento superior do volume anexo em 1940. | 75 |

| | | |
|-----------|--|----|
| Figura 33 | Vista do edifício da Intendência. Na década de 1980, a área apresentava modificações como, a remoção do sistema de vedação em pilaretes que circundava o prédio. | 76 |
| Figura 34 | Fachada noroeste do edifício da Intendência, sede da CASAL. | 76 |
| Figura 35 | Planta baixa com a indicação do antigo vestíbulo aberto, local onde existia a escada que foi demolida em uma das intervenções realizadas. | 77 |
| Figura 36 | A figura 36 mostra o novo hall de acesso ao bloco principal através do porão alto. | 77 |
| Figura 37 | Planta baixa do pavimento térreo, com a indicação das tomadas fotográficas das figuras 38, 39 e 40. | 78 |
| Figura 38 | Vista das janelas rasgadas entaipadas do antigo vestíbulo aberto e do pavimento térreo do bloco. | 79 |
| Figura 39 | Na figura 39 observa-se a laje corrompendo a janela e a inserção da janela basculante, ver destaque. | 79 |
| Figura 40 | Vista do gabinete do prefeito Anfilófilo em um dos ambientes do pavimento térreo. Em destaque, a bandeira em ferro com formas sinuosas. | 79 |
| Figura 41 | Vista do pavimento térreo do bloco principal. Em destaque, a bandeira que foi entaipada e a remoção da esquadria em ferro mencionada na fotografia anterior. | 80 |
| Figura 42 | Planta Baixa do pavimento térreo do bloco principal e planta baixa do pavimento intermediário do bloco anexo. | 80 |
| Figura 43 | Em destaque, a indicação do ambiente fotografado. Vista do ambiente interno do pavimento térreo do bloco principal, observam-se as divisórias em madeira, segregando o espaço. | 80 |
| Figura 44 | Planta Baixa do pavimento térreo do bloco principal e planta baixa do pavimento intermediário com a indicação do ambiente fotografado. | 81 |
| Figura 45 | Vista da escada externa. | 81 |
| Figura 46 | Planta Baixa do pavimento térreo do bloco principal e planta baixa do pavimento intermediário do anexo com a indicação do ambiente fotografado. | 82 |
| Figura 47 | Vista da guarita construída para abrigar a vigilância do edifício. | 82 |
| Figura 48 | Edifício da Antiga Intendência Municipal em 1910. Em destaque, os pilaretes e os jardins removidos. | 82 |
| Figura 49 | Edifício da Antiga Intendência Municipal em 2000. Em destaque, os pilaretes e os jardins removidos. | 82 |
| Figura 50 | Planta esquemática 1 das intervenções realizadas pela CASAL. | 83 |
| Figura 51 | Planta esquemática 2 das intervenções realizadas pela CASAL. | 84 |
| Figura 52 | Planta esquemática 3 das intervenções realizadas pela CASAL. | 85 |
| Figura 53 | Corte esquemático do bloco anexo com a criação do pavimento intermediário. | 86 |
| Figura 54 | Vista de um trecho do ambiente do porão alto, observa-se a recomposição do óculo e a execução de verga em concreto. | 87 |
| Figura 55 | A figura 55, mostra um trecho da fachada sudeste do prédio principal após a remoção do reboco e com os vãos de janela identificados. | 87 |
| Figura 56 | Operários demolindo a laje do pavimento intermediário do bloco anexo. | 88 |

| | | |
|-----------|---|-----|
| Figura 57 | No pavimento porão alto após remoção da laje, averiguou-se a altura 1,90m que representa o pé direito do porão alto original. | 88 |
| Figura 58 | Vista de um trecho da cobertura onde é possível observar a coluna de ferro e utilizada como reforço estrutural, inserida em 1911. | 89 |
| Figura 59 | Na segunda figura, temos o profissional atuando na remoção do recobrimento em alvenaria das colunas de ferro. | 89 |
| Figura 60 | Vista do forro do pavimento térreo do bloco principal. Observa-se a remoção da pintura e das tábuas danificadas. | 90 |
| Figura 61 | Croqui do rebaixamento e tratamento do piso do pavimento porão alto. | 91 |
| Figura 62 | Piso em ladrilho hidráulico encontrado no pavimento térreo do bloco anexo que passou por restauração no ano 2000. | 91 |
| Figura 63 | Marcas dos degraus da escada demolida na alvenaria do edifício do bloco principal. | 92 |
| Figura 64 | A figura 64 mostra a nova escada em estrutura metálica, ambas no pavimento térreo do bloco. | 92 |
| Figura 65 | Assentamento das folhas das janelas de peitoril e portinholas das bandeiras na fachada sudeste do bloco principal. | 93 |
| Figura 66 | Prospecção realizada pelo restaurador José Dirson Argolo no ambiente do pavimento térreo do bloco principal. Observa-se na parede um verde claro com faixa em tons de verde e uma barra decorativa com ramos, folhas e flores nas cores: vinho, marrom e verde. | 94 |
| Figura 67 | A figura 67 mostra a pintura artística após a restauração. | 94 |
| Figura 68 | Vista do novo muro e pilarete executado na fachada nordeste do edifício em fase de chapisco. | 94 |
| Figura 69 | Vista do assentamento do ladrilho canelado no estacionamento, fachada nordeste. Em destaque o espaço destinado ao jardim. | 95 |
| Figura 70 | Planta falada 1 do edifício da Intendência após o projeto de intervenção. | 96 |
| Figura 71 | Planta falada 2 do edifício da Intendência após o projeto de intervenção. | 97 |
| Figura 72 | Planta baixa do pavimento térreo do bloco principal e planta baixa do pavimento superior do anexo. Em destaque o eixo central. | 98 |
| Figura 73 | Planta baixa do pavimento porão do bloco principal e planta baixa do pavimento térreo do bloco anexo, em destaque os novos acessos. | 99 |
| Figura 74 | Manchas de água descendente na parede, indicando problemas na cobertura. | 100 |
| Figura 75 | Corrosão na coluna em ferro no ambiente interno do banheiro. | 100 |
| Figura 76 | Fachada noroeste do bloco principal após a depredação. | 101 |
| Figura 77 | Fachada noroeste do anexo da antiga Intendência após depredação. Observam-se os vãos sem as folhas das esquadrias. | 101 |
| Figura 78 | Fachada nordeste do prédio da Intendência, onde se nota a perda dos gradis de ferro que interligavam o sistema de vedação em pilaretes. | 101 |
| Figura 79 | Na figura 79, observa-se a vista aérea do edifício e a perda das telhas cerâmicas da cobertura. | 101 |
| Figura 80 | Pintura decorativa floral com perda da camada pictórica. | 101 |
| Figura 81 | Vista dos cartazes colocados em frente ao portão de ferro no acesso principal do edifício da antiga Intendência. | 102 |

| | | |
|------------|---|-----|
| Figura 82 | Vista da fachada nordeste e fachada noroeste do prédio da antiga Intendência, em 2018. | 103 |
| Figura 83 | Vista da fachada nordeste fachada noroeste do prédio da antiga Intendência, em 2019. | 103 |
| Figura 84 | Imagem aérea da Praça Marechal Floriano Peixoto. Em destaque os edifícios institucionais. | 105 |
| Figura 85 | Implantação do edifício da Intendência. Em destaque, o prédio principal. | 106 |
| Figura 86 | Imagem aérea do entorno imediato da Praça Marechal Floriano Peixoto. Em destaque o bloco principal. | 107 |
| Figura 87 | Fotografia aérea do edifício da Intendência. | 108 |
| Figura 88 | Planta baixa do pavimento térreo do bloco principal do prédio da antiga Intendência com demarcação do eixo de simetria e as articulações espaciais. | 109 |
| Figura 89 | Esquema compositivo em planta e em elevação do bloco principal do prédio da antiga Intendência. | 110 |
| Figura 90 | Planta baixa atual do pavimento térreo com provável setorização do edifício no período em que o imóvel sediou o poder municipal no início do século XX. | 112 |
| Figura 91 | Vista interna das janelas rasgadas do ambiente do pavimento térreo. Em destaque os ladrilhos hidráulicos localizados nas soleiras. | 112 |
| Figura 92 | Vista interna do ambiente do pavimento térreo, em 1928. | 113 |
| Figura 93 | Vista interna do ambiente do pavimento térreo, em 2018. | 113 |
| Figura 94 | Planta baixa do pavimento porão alto com demarcação dos acessos. | 114 |
| Figura 95 | Fachada principal do edifício da antiga Intendência de Maceió. | 115 |
| Figura 96 | Vista de um trecho do coroamento e do frontão triangular coroado com a escultura de uma águia da fachada nordeste do edifício da antiga Intendência. | 116 |
| Figura 97 | Fachada nordeste do bloco principal do edifício da antiga Intendência de Maceió. | 116 |
| Figura 98 | Fachada sudoeste do bloco principal do edifício da antiga Intendência de Maceió. | 117 |
| Figura 99 | Fachada sudeste do bloco principal edifício da antiga Intendência de Maceió, ver destaque. | 117 |
| Figura 100 | Implantação do edifício da Intendência. Em destaque, o bloco anexo. | 118 |
| Figura 101 | Corte do edifício da Intendência, onde é possível observar a diferença de nível entre os volumes do anexo e principal. | 119 |
| Figura 102 | Plantas baixas dos pavimentos térreo e porão alto do bloco principal com a atual distribuição de fluxos. | 119 |
| Figura 103 | Plantas baixas dos pavimentos superior e térreo do anexo com a atual distribuição de fluxos. | 119 |
| Figura 104 | Planta baixa do pavimento do porão alto do bloco principal e térreo do anexo com demarcação dos acessos e eixo de simetria. | 120 |
| Figura 105 | Vista dos barrotes e de algumas tábuas em madeira do piso do pavimento superior do anexo. | 121 |
| Figura 106 | Vista do trecho 1 da fachada noroeste do anexo. | 122 |
| Figura 107 | Vista do trecho 2 da fachada noroeste do anexo. | 122 |
| Figura 108 | Desenho da fachada noroeste do anexo. | 122 |

| | | |
|------------|--|-----|
| Figura 109 | Em destaque na cor vermelha as bandeiras radiais em ferro na fotografia. | 122 |
| Figura 110 | Fachada nordeste do anexo da Intendência de Maceió. | 123 |
| Figura 111 | Fachada sudoeste do anexo da Intendência de Maceió. | 123 |
| Figura 112 | Vista do ambiente 05 – porão da edificação foi rebaixado o que possibilitou observar o afloramento da fundação e constatar a largura e assentamento da alvenaria na edificação. | 126 |
| Figura 113 | Desenho da alvenaria em tijolo cerâmico maciço com dimensionamento medido <i>in loco</i> . | 127 |
| Figura 114 | Esquema da alvenaria em tijolo maciço, com assentamento do tipo de comprido, apresentando juntas de amarração desencontradas. | 128 |
| Figura 115 | Vista da parede de um dos ambientes do pavimento térreo, observa-se a alvenaria em tijolo maciço, assentamento do tipo de comprido. | 128 |
| Figura 116 | Vista das nervuras engastadas na alvenaria do edifício e colocação do enchimento em blocos de isopor entre as vigotas. | 131 |
| Figura 117 | Modelo tridimensional mostrando a estrutura com as paredes autoportante e os pilares do bloco principal do prédio da Intendência. | 131 |
| Figura 118 | Vista do pavimento porão alto em dois ângulos distintos, sendo possível visualizar os pilares que sustentam a laje nervurada do bloco principal do prédio da Intendência, construídos no imóvel durante as ações de intervenção no ano 2000. | 132 |
| Figura 119 | Vista do pavimento porão alto em dois ângulos distintos, sendo possível visualizar os pilares que sustentam a laje nervurada do bloco principal do prédio da Intendência, construídos no imóvel durante as ações de intervenção no ano 2000. | 132 |
| Figura 120 | Planta baixa do pavimento térreo do bloco principal, com os tipos de alvenaria. | 133 |
| Figura 121 | Planta-baixa do pavimento porão alto do bloco principal, com os tipos de alvenaria. | 133 |
| Figura 122 | Vista interna do ambiente do porão alto onde é possível enxergar a parede drywall deteriorada por ação de vandalismo. | 134 |
| Figura 123 | Planta de cobertura do bloco principal. | 135 |
| Figura 124 | Imagem aérea do edifício da antiga Intendência. | 135 |
| Figura 125 | Esquema da tesoura com as peças que compõem o telhado. | 136 |
| Figura 126 | Croqui da tesoura e em destaque o detalhe do encaixe do estribo. | 137 |
| Figura 127 | Vista da tesoura do tipo pendural que compõe a estrutura da coberta do bloco principal. | 137 |
| Figura 128 | Desenho esquemático da vista frontal da viga fink e da coluna de ferro que reforçam o madeiramento da cobertura. | 138 |
| Figura 129 | Vista da viga fink que reforça a viga em madeira com a inserção de dois tirantes de varão de ferro fundido ligados aos extremos. Na parte central reúne-se em um pendural também de ferro. | 138 |
| Figura 130 | A figura 130 mostra a coluna de ferro implantada na extremidade de um dos ambientes do bloco para solucionar os problemas estruturais da cobertura. | 138 |
| Figura 131 | Esquema do escoamento de água pluvial da calha de platibanda. | 139 |
| Figura 132 | Planta baixa do pavimento superior com o indicativo das descidas de água e das caixas coletoras. | 140 |
| Figura 133 | Vista de uma caixa coletora do bloco principal localizada na | 140 |

| | | |
|------------|---|-----|
| | fachada nordeste. | |
| Figura 134 | Vista de uma caixa coletora do bloco principal localizada na fachada nordeste. | 140 |
| Figura 135 | Vista da fachada sudoeste do bloco principal, em destaque a tubulação que direciona a água pluvial coleta na coberta para a área do estacionamento. | 141 |
| Figura 136 | Vista da fachada sudoeste do bloco principal em destaque a tubulação externa. | 141 |
| Figura 137 | A figura 137, apresenta a imagem ampliada da tubulação pluvial que direciona a água para a sarjeta. | 141 |
| Figura 138 | Trecho da fachada sudeste do bloco principal do edifício da antiga Intendência. Em destaque, a canaleta com grelha coletora de água pluvial. | 142 |
| Figura 139 | Trecho da fachada sudoeste do bloco principal do edifício da antiga Intendência. Em destaque, a caixa de inspeção, sem tampa de proteção. | 143 |
| Figura 140 | Planta baixa do conjunto da antiga Intendência Municipal, em destaque o sistema de esgotamento sanitário. | 143 |
| Figura 141 | Planta baixa esquemática do pavimento porão alto, com os tipos de pisos. | 144 |
| Figura 142 | Vista do ambiente 08 do porão alto. A primeira imagem mostra o piso porcelanato e acabamento em tabeira de granito. | 146 |
| Figura 143 | Na figura 143, visa do piso cimentício abaixo da escada. | 146 |
| Figura 144 | Planta baixa esquemática do pavimento térreo, com os tipos de pisos. | 146 |
| Figura 145 | Vista interna do ambiente 11 do pavimento térreo que apresenta piso cimentício e soleiras em ladrilho hidráulico, assentadas nas janelas rasgadas, em destaque. | 147 |
| Figura 146 | A figura 146 mostra as peças em ladrilho hidráulico. | 147 |
| Figura 147 | Vista do banheiro do pavimento térreo, observa-se o piso em porcelanato. | 148 |
| Figura 148 | Vista do espaço destinado ao estacionamento na fachada sudoeste do bloco principal revestida com piso em ladrilho canelado. | 148 |
| Figura 149 | Vista da calçada revestida com piso em ladrilho canelado da fachada noroeste, em destaque na figura. | 148 |
| Figura 150 | Planta baixa esquemática do pavimento térreo, com os tipos de forro. | 149 |
| Figura 151 | Vista do ambiente 11 do pavimento térreo onde ainda é possível observar o forro saia em camisa envernizado. | 150 |
| Figura 152 | Encaixe do forro saia e camisa. | 150 |
| Figura 153 | Vista do forro tabuado do ambiente do vestíbulo. | 151 |
| Figura 154 | Vista interna do óculo do ambiente 01. | 152 |
| Figura 155 | A figura 155 mostra a porta do ambiente 03 com verga reta. | 152 |
| Figura 156 | Croqui arco do ogival. | 152 |
| Figura 157 | Esquema de construção de cambotas para os arcos ogivais. Em destaque, na cor azul a linha de eixo. | 153 |
| Figura 158 | Esquema com o assentamento dos tijolos no arco ogival, em destaque na parte superior o fecho. | 154 |
| Figura 159 | A figura 159 mostra a recomposição do arco ogival da fachada sudeste. Observa-se a amarração da cambota em madeira e a | 154 |

| | | |
|------------|--|-----|
| | alvenaria em tijolo maciço. | |
| Figura 160 | Fachada noroeste do bloco principal. | 154 |
| Figura 161 | Vista interna do ambiente 11 do pavimento térreo, onde é possível enxergar os vãos das portas com verga reta. | 155 |
| Figura 162 | Vista externa do óculo do ambiente 05 do pavimento porão alto. | 155 |
| Figura 163 | Vista interna do óculo do ambiente 05 do pavimento porão alto, respectivamente. | 155 |
| Figura 164 | Vista da fachada noroeste se veem as esquadrias da fachada com bandeira em arco ogival. | 156 |
| Figura 165 | A figura 165 mostra as portas e as bandeiras das esquadrias, em caixilho de madeira com vidro, do ambiente 11 do pavimento térreo do bloco principal. | 156 |
| Figura 166 | Vista interna de duas esquadrias do ambiente 10 do pavimento térreo. Observa-se a bandeira fixa com caixilho de madeira em formato de ogiva com vidro cancelado da janela rasgada e bandeira com duas repartições retangulares com vidro liso. | 157 |
| Figura 167 | Planta baixa esquemática do pavimento térreo com as circulações verticais. | 158 |
| Figura 168 | Desenho esquemático da escada metálica do vestíbulo. | 159 |
| Figura 169 | Desenho esquemático do revestimento do piso da escada metálica. | 159 |
| Figura 170 | Vista frontal da escada em estrutura metálica que comunica o vestíbulo ao hall do edifício. | 159 |
| Figura 171 | A figura 171 mostra as colunas de ferro apoiadas na estrutura em ferro que sustentam a escada. | 159 |
| Figura 172 | Desenho esquemático com a vista da escada metálica. | 160 |
| Figura 173 | Vista da escada reta em estrutura metálica. | 160 |
| Figura 174 | A figura 174 mostra as tábuas em madeira revestindo o patamar da escada. | 160 |
| Figura 175 | Vista do salão central onde a plataforma elevatória estava localizada. | 161 |
| Figura 176 | A figura 176 mostra a estrutura da plataforma após a depredação. | 161 |
| Figura 177 | Vista da rampa localizada na fachada posterior do bloco principal. | 161 |
| Figura 178 | A figura 178 mostra a escada que permite o acesso ao pavimento térreo. | 161 |
| Figura 179 | Vista do ambiente 07 do porão alto pintado na cor bege. | 163 |
| Figura 180 | A figura 180, mostra a pintura floral do roda teto do ambiente 11 e as paredes pintadas na cor verde. | 163 |
| Figura 181 | Vista do ambiente 01 (banheiro) do porão alto que apresenta revestimento cerâmico nas paredes. | 163 |
| Figura 182 | A figura 182 mostra o ambiente 15 (banheiro) do pavimento térreo que apresenta revestimento nas paredes. | 163 |
| Figura 183 | Fachada noroeste do conjunto da antiga Intendência, em destaque o sistema de vedação em pilaretes. | 164 |
| Figura 184 | Fachada nordeste do conjunto da antiga Intendência, em destaque o sistema de vedação em pilaretes. | 164 |
| Figura 185 | Planta-baixa do pavimento térreo do bloco anexo, em destaque os tipos de alvenarias. | 165 |
| Figura 186 | Planta-baixa do pavimento superior do bloco anexo, em destaque os tipos de alvenaria. | 165 |
| Figura 187 | Vista da parede de um dos ambientes do pavimento superior. | 166 |

| | | |
|------------|---|-----|
| | Observa-se o a alvenaria em tijolo maciço, assentamento do tipo de comprido e a marcação dos barrotes. | |
| Figura 188 | Vista interna do ambiente 05 do pavimento térreo do bloco anexo, nota-se a parede de vedação criada para separar o espaço | 166 |
| Figura 189 | Planta esquemática da cobertura do anexo. | 167 |
| Figura 190 | Vista aérea da cobertura do bloco anexo, em destaque a água-furtada. | 168 |
| Figura 191 | Planta baixa do pavimento superior do bloco anexo com o indicativo das descidas de água. | 168 |
| Figura 192 | Vista aérea do bloco anexo, em destaque os condutores de água pluvial embutidos na alvenaria. | 169 |
| Figura 193 | Vista de um trecho da fachada sudoeste do bloco anexo, em destaque a tubulação pluvial que direciona a água para a sarjeta. | 169 |
| Figura 194 | Trecho da fachada noroeste do bloco anexo do edifício da antiga Intendência. Em destaque a caixa de inspeção de esgoto sanitário com tampa em concreto. | 170 |
| Figura 195 | Planta baixa do conjunto da antiga Intendência Municipal, em destaque o sistema de esgotamento sanitário. | 170 |
| Figura 196 | Planta baixa esquemática do pavimento térreo com os tipos de pisos. | 171 |
| Figura 197 | Vista do ambiente 06 do bloco anexo que apresenta piso em ladrilho hidráulico. | 172 |
| Figura 198 | Vista do ambiente 02 do banheiro do pavimento térreo, onde é possível observar o piso cerâmico. | 172 |
| Figura 199 | Vista do ambiente do 01, antiga copa. Apresenta piso em porcelanato com presença de biofilme. | 172 |
| Figura 200 | Planta baixa esquemática do pavimento superior com os tipos de piso. | 173 |
| Figura 201 | Esquema barrote engastado na parede em alvenaria. | 173 |
| Figura 202 | Vista das tábuas em madeira do piso do pavimento superior sobre os barrotes. | 174 |
| Figura 203 | Vista da fachada noroeste do anexo, em destaque o piso em ladrilho canelado. | 175 |
| Figura 204 | Planta baixa esquemática do pavimento superior com os tipos de forros. | 176 |
| Figura 205 | Esquema em planta baixa do acabamento do forro tabuado. | 176 |
| Figura 206 | Vista do forro tabuado do pavimento superior do bloco anexo. | 177 |
| Figura 207 | Vista do forro em gesso do pavimento superior do bloco anexo. | 177 |
| Figura 208 | Vista dos vãos da fachada noroeste do bloco anexo. | 178 |
| Figura 209 | Fachada nordeste do bloco anexo. Em destaque os vãos entaipados. | 179 |
| Figura 210 | Fachada noroeste do bloco anexo. Em destaque os vãos entaipados. | 179 |
| Figura 211 | Bandeira radial fixa em ferro da janela rasgada do bloco anexo. | 179 |
| Figura 212 | Vista do ambiente 05 do pavimento térreo do bloco anexo. Em destaque, a bandeira fixa. | 180 |
| Figura 213 | Planta baixa da escada em estrutura metálica do anexo. | 180 |
| Figura 214 | Vista da escada em estrutura metálica do anexo. | 180 |
| Figura 215 | Vista da escada metálica. | 181 |
| Figura 216 | Na figura 216, observa-se a estrutura engastada no barrote do pavimento superior, ver destaque. | 181 |
| Figura 217 | Vista da fachada noroeste do bloco anexo, em destaque as rampas. | 181 |

| | | |
|------------|---|-----|
| Figura 218 | Vista interna dos ambientes 05 do bloco anexo, nota-se a parede pintada na cor branca. | 182 |
| Figura 219 | Vista interna do ambiente 06 do bloco anexo, nota-se as paredes pintadas na cor azul. | 182 |
| Figura 220 | Vista interna do banheiro do pavimento superior com revestimento cerâmico nas paredes. | 182 |
| Figura 221 | Mapa de Alagoas e ampliação do mapa da cidade de Maceió. | 184 |
| Figura 222 | Mapa da Geomorfologia de Alagoas. | 186 |
| Figura 223 | Rosa dos Ventos da cidade de Maceió: ventos com frequência de ocorrência. | 187 |
| Figura 224 | Rosa dos Ventos da cidade de Maceió: velocidades predominantes por direção. | 187 |
| Figura 225 | Imagem aérea do entorno da Praça Marechal Floriano Peixoto, onde é possível observar a cobertura vegetal das encostas. | 188 |
| Figura 226 | Mapa topográfico do bairro do Centro de Maceió. | 190 |
| Figura 227 | Recorte do mapa anterior com ênfase na Praça Marechal Floriano Peixoto e no edifício da antiga Intendência. | 190 |
| Figura 228 | Mapa do bairro do Centro, destacando a drenagem de águas pluviais na área em estudo, ver destaque. | 191 |
| Figura 229 | Mapa do bairro do Centro, destacando as bacias do sistema de drenagem de águas pluviais na área em estudo, ver destaque. | 192 |
| Figura 230 | Mapa com o sistema de drenagem superficial das Bacias da Ladeira dos Martírios e Ladeira do Brito. | 193 |
| Figura 231 | Execução do projeto de drenagem profunda da Bacia da Ladeira dos Martírios, na Avenida Moreira e Lima, em meados de 2007. | 193 |
| Figura 232 | Mapa representando a cobertura vegetal da Praça Marechal Floriano Peixoto e do edifício da antiga Intendência. | 195 |
| Figura 233 | Imagem aérea da Praça Marechal Floriano Peixoto com o trajeto solar, em destaque os edifícios representativos do entorno. | 196 |
| Figura 234 | Trecho da Praça Marechal Floriano Peixoto sombreado pela Igreja dos Martírios. | 197 |
| Figura 235 | Imagem aérea da Praça Marechal Floriano Peixoto com a direção predominante dos ventos. Em destaque, o edifício da antiga Intendência. | 197 |
| Figura 236 | Mapa de uso e ocupação do solo. | 198 |
| Figura 237 | Mapa com a localização das edificações abandonadas e sem uso de propriedade do governo do estado de Alagoas e da prefeitura de Maceió. | 199 |
| Figura 238 | Recorte do mapa de 1960 da Praça Marechal Floriano Peixoto e do entorno imediato. Em destaque, na cor amarela as edificações que foram demolidas. | 201 |
| Figura 239 | Vista do estacionamento privativo localizado próximo à Igreja dos Martírios, em destaque. | 202 |
| Figura 240 | Mapa gabarito de altura. | 203 |
| Figura 241 | Trecho da Rua do Sol com vista para o prédio da SEFAZ, em destaque, e a Igreja dos Martírios. | 204 |
| Figura 242 | Vista dos prédios adjacentes ao imóvel da antiga Intendência de Maceió. Nota-se que a construção em marrom se sobressai das demais edificações devido ao seu gabarito expressivo, superior a dois pavimentos, o que interfere na horizontalidade do trecho. | 205 |

| | | |
|------------|--|-----|
| Figura 243 | Mapa com o sentido das vias que compõem o entorno da Praça Marechal Floriano Peixoto. | 206 |
| Figura 244 | Vista da Rua Melo Moraes em dois trechos distintos. | 207 |
| Figura 245 | Em destaque os trechos da pavimentação asfáltica que apresentam fissuras. | 207 |
| Figura 246 | Mapa das vias com as rotas de ônibus que percorre o entorno da Praça Marechal Floriano Peixoto. | 207 |
| Figura 247 | Mapa das vias arteriais e coletoras indicando a intensidade dos fluxos. | 208 |
| Figura 248 | Estacionamento público em frente à Igreja dos Martírios. | 209 |
| Figura 249 | A figura mostra em primeiro plano o estacionamento privativo localizado no entorno imediato da Praça Marechal Floriano Peixoto. | 209 |
| Figura 250 | Vista do conjunto da antiga Intendência Municipal. Em destaque, o poste que dificulta no deslocamento dos transeuntes na calçada da fachada principal. | 210 |
| Figura 251 | A calçada do edifício da Intendência Municipal com dimensão de 1,47cm de largura, evidenciando a falta de padronização do passeio. | 210 |
| Figura 252 | A calçada próxima à Igreja dos Martírios, evidenciando a falta de padronização do passeio. | 210 |
| Figura 253 | Vista aérea do entorno imediato do conjunto da antiga Intendência e um trecho da Praça Marechal Floriano Peixoto, ambos em destaque. É possível observar o abrigo do ponto de ônibus localizado em frente à fachada noroeste do objeto de estudo. | 211 |
| Figura 254 | Mapa com estudo da caracterização arquitetônica dos edifícios do entorno imediato da Praça Marechal Floriano Peixoto. | 212 |
| Figura 255 | Vista da fachada da Igreja dos Martírios. | 213 |
| Figura 256 | Vista da fachada da Igreja dos Martírios. | 213 |
| Figura 257 | Cartão Postal que ilustra a Igreja dos Martírios recém construída, com escadaria que comunica a igreja ao Largo dos Martírios, em meados do século XIX. | 214 |
| Figura 258 | A figura mostra a atual configuração da Igreja dos Martírios após a reformulação da escadaria e a abertura da via, realizada em 1986. | 214 |
| Figura 259 | Vista da fachada do imóvel contíguo a Igreja dos Martírios. Em destaque, na cor amarela a telha de fibrocimento. | 215 |
| Figura 260 | Em primeiro plano a Praça Marechal Floriano Peixoto passando por melhorias na infraestrutura do espaço público, em 1908. Em destaque na cor amarela, a casa térrea demolida para a ampliação da via Avenida Moreira e Silva e, em laranja, o edifício analisado. | 216 |
| Figura 261 | A figura 261 mostra a fachada frontal e lateral do edifício com a enpena exposta para a avenida após a intervenção urbana realizada no início do século XX. | 216 |
| Figura 262 | Vista das edificações que integram o envoltório arquitetônico da Praça Marechal Floriano Peixoto. Em destaque, o edifício que pertence ao Governo de Alagoas e encontra-se sem uso e em avançado estado de degradação. | 217 |
| Figura 263 | Vista da fachada principal da edificação de tipologia morada inteira. | 217 |
| Figura 264 | Vista da fachada do edifício com tipologia de sobrado. | 218 |
| Figura 265 | Vista aérea do Palácio Marechal Floriano Peixoto. | 219 |
| Figura 266 | Vista da fachada do Palácio Marechal Floriano Peixoto. | 219 |
| Figura 267 | Vista do edifício do Museu Pierre Chalita em ângulos distintos. | 220 |

| | | |
|------------|---|-----|
| Figura 268 | Vista do edifício do Museu Pierre Chalita em ângulos distintos. | 220 |
| Figura 269 | Vista da fachada frontal da SETRAND. | 221 |
| Figura 270 | Vista da fachada principal e secundária da SETRAND. | 222 |
| Figura 271 | Vista da fachada principal e secundária da SETRAND. | 223 |
| Figura 272 | Mapa com edifícios que foram demolidos e construídos no entorno imediato da Praça Marechal Floriano Peixoto. | 224 |
| Figura 273 | Vista panorâmica com os imóveis próximos ao Palácio Marechal Floriano Peixoto. Em destaque, os quatro edifícios que foram demolidos do entorno imediato da Praça Marechal Floriano Peixoto. | 224 |
| Figura 274 | Perfil fotográfico com edifícios que integram a quadra do Palácio Marechal Floriano Peixoto. Em destaque, os bens que foram demolidos e construídos no entorno imediato da Praça Marechal Floriano Peixoto. | 225 |
| Figura 275 | Perfil fotográfico das edificações integram a quadra do conjunto da antiga Intendência Municipal de Maceió, em destaque. | 226 |
| Figura 276 | Vista dos edifícios que compõem o perfil da quadra, em análise. Em destaque as intervenções realizadas em um dos imóveis do trecho, fragmentando assim a harmonia desse conjunto. | 226 |
| Figura 277 | Perfil fotográfico do entorno da Praça Marechal Floriano Peixoto, em destaque a Igreja dos Martírios. | 226 |
| Figura 278 | Fachada principal do Palácio Marechal Floriano Peixoto. | 229 |
| Figura 279 | Fachada do edifício do Museu Pierre Chalita. | 229 |
| Figura 280 | Fachada da Igreja dos Martírios. | 230 |
| Figura 281 | Fachada dos imóveis adjacentes à Igreja dos Martírios. | 230 |
| Figura 282 | Na edificação da figura 282, funcionava a antiga casa paroquial da Igreja. | 230 |
| Figura 283 | Fachada do prédio da SETRAND, em destaque os condensadores do ar condicionado no peitoril das janelas. | 231 |
| Figura 284 | Fachada do edifício da antiga Intendência. | 231 |
| Figura 285 | Vista da fachada da antiga residência do senhor José Teixeira Machado | 232 |
| Figura 286 | Vista da fachada da edificação com feições neocoloniais em avançado estado de degradação. | 232 |
| Figura 287 | Mapa com o levantamento dos engenhos publicitários inseridos nas edificações do conjunto da Praça Marechal Floriano Peixoto. | 233 |
| Figura 288 | Perfil 1 do conjunto arquitetônico do entorno da praça Marechal Floriano. Em destaque o edifício da Intendência. | 236 |
| Figura 289 | Perfil 2 do conjunto arquitetônico do entorno da praça Marechal Floriano. | 236 |
| Figura 290 | Perfil 3 do conjunto arquitetônico do entorno da praça Marechal Floriano. | 237 |
| Figura 291 | Perfil 4 do conjunto arquitetônico do entorno da praça Marechal Floriano. | 237 |
| Figura 292 | Trechos da praça Marechal Floriano Peixoto sem o piso intertravado. | 239 |
| Figura 293 | Trechos da praça Marechal Floriano Peixoto sem o piso intertravado. Ainda é possível observar perda do piso próximo ao monumento, na porção lateral direita da fotografia. | 240 |
| Figura 294 | Mapa levantamento de vivências da Praça Marechal Floriano. | 242 |

| | | |
|------------|---|-----|
| | Peixoto. | |
| Figura 295 | Mapa com percurso do cortejo Rezado Alto e em destaque os locais de permanência dos usuários durante as manifestações culturais na Praça Marechal Floriano Peixoto. | 243 |
| Figura 296 | Cortejo Xangô Rezado Alto- que celebra Quebra de Xangô em 1 de fevereiro de 2019. | 244 |
| Figura 297 | Show da cantora Marília Mendonça, em dezembro de 2018, ambos na Praça Marechal Floriano Peixoto. Observam-se os indivíduos sentados na escadaria localizada em frente à Igreja dos Martírios, durante as apresentações culturais. | 244 |
| Figura 298 | Mapa com percurso das manifestações de cunho social e político. | 244 |
| Figura 299 | Manifestantes na Rua Melo Moraes, em frente ao edifício da antiga Intendência Municipal de Maceió, 2013. | 245 |
| Figura 300 | Manifestação contra a condenação do ex- presidente Lula na Rua Melo Moraes, em Maceió, 2018. | 245 |
| Figura 301 | Carta Solar da fachada noroeste do bloco principal. | 253 |
| Figura 302 | Vista da fachada em análise. | 253 |
| Figura 303 | Carta Solar da fachada nordeste do bloco principal. | 254 |
| Figura 304 | Vista da fachada em análise. | 254 |
| Figura 305 | Carta Solar da fachada sudeste do bloco principal. | 254 |
| Figura 306 | Vista da fachada em análise. | 254 |
| Figura 307 | Perspectiva da Antiga Intendência Municipal de Maceió e edificações adjacentes às 9 horas da manhã do dia 22 de junho de 2018. | 255 |
| Figura 308 | Perspectiva da Antiga Intendência Municipal de Maceió e edificações adjacentes ao meio dia do dia 22 de junho de 2018. | 255 |
| Figura 309 | Perspectiva da Antiga Intendência Municipal de Maceió e edificações adjacentes às 14 horas do dia 22 de junho de 2018. | 255 |
| Figura 310 | Carta Solar da fachada sudoeste do bloco principal. | 255 |
| Figura 311 | Vista da fachada em análise. | 255 |
| Figura 312 | Carta Solar da fachada sudeste do anexo. | 256 |
| Figura 313 | Fachada noroeste do anexo. | 256 |
| Figura 314 | Carta Solar da fachada nordeste do anexo | 257 |
| Figura 315 | Vista da fachada em análise. | 257 |
| Figura 316 | Carta Solar da fachada sudoeste do anexo | 257 |
| Figura 317 | Vista da fachada em análise. | 257 |
| Figura 318 | Planta baixa do porão alto do bloco principal/pavimento térreo do bloco anexo. Em destaque os locais onde foram retiradas as amostras. | 259 |
| Figura 319 | Planta baixa do pavimento térreo do bloco principal/pavimento superior do bloco anexo. Em destaque os locais onde foram retiradas as amostras. | 259 |
| Figura 320 | Fachada nordeste do bloco principal, em destaque o local onde foi retirado a amostra para análise microbiológica. | 260 |
| Figura 321 | Processo de peneiramento realizado no Núcleo de Tecnologia da Preservação e Restauração (NTPR). | 261 |
| Figura 322 | Vista dos agregados após o processo de peneiramento (fachada nordeste do bloco principal). Verificamos uma maior quantidade nas peneiras n°35 e 60, em destaque. | 261 |
| Figura 323 | Vista dos agregados após o processo de peneiramento (ambiente | |

| | | |
|------------|---|-----|
| | interno do bloco anexo). Verificamos uma maior quantidade nas peneiras nº35 e 60, em destaque. | 262 |
| Figura 324 | Cores da tabela de Munsell Soil Color Chars, em destaque a coloração encontrada. | 264 |
| Figura 325 | Cores da tabela de Munsell Soil Color Chars, em destaque a coloração encontrada. | 264 |
| Figura 326 | Cores da tabela de Munsell Soil Color Chars, em destaque a coloração encontrada. | 265 |
| Figura 327 | Testes qualitativos de sais solúveis para nitrato. Em destaque na cor azul o resultado positivo para a presença de nitrato. | 266 |
| Figura 328 | Teste qualitativo de sais solúveis para cloreto. | 267 |
| Figura 329 | Teste qualitativo de sais solúveis para sulfato. | 267 |
| Figura 330 | Vista das amostras dos tijolos 1 e 2 no dessecador com água e bomba a vácuo. | 268 |
| Figura 331 | Mapeamento das amostras do teor de umidade do porão alto do bloco principal. | 269 |
| Figura 332 | Planta baixa do pavimento porão alto do bloco principal. Em destaque, o ambiente onde foram registradas as medições. | 271 |
| Figura 333 | Planta baixa do pavimento térreo do bloco principal. Em destaque, o ambiente onde foram registradas as medições. | 271 |
| Figura 334 | Aspecto microscópico da colônia, <i>Aspergillus sp.</i> | 275 |
| Figura 335 | Colônias microscópicas de gênero <i>Microcystis sp.</i> | 275 |
| Figura 336 | Perfil da Rua Melo Moraes, em destaque o edifício da Intendência de Maceió. | 277 |
| Figura 337 | Escada externa do bloco principal. | 278 |
| Figura 338 | Detalhe da manifestação patológica – erosão alveolar, em um dos degraus. | 278 |
| Figura 339 | Vista de um dos óculos da fachada nordeste do bloco principal. Em destaque as fissuras na argamassa de revestimento da modernatura. Nota-se também o acúmulo de sujidades no corpo do prédio. | 278 |
| Figura 340 | Jardim localizado na fachada nordeste, em destaque o biofilme nos pilaretes. | 279 |
| Figura 341 | Em destaque o biofilme no peitoril da janela rasgada. | 279 |
| Figura 342 | Imagem aérea do edifício em estudo. Nota-se a perda das telhas cerâmicas da cobertura. | 279 |
| Figura 343 | A figura 343 mostra a fachada noroeste sem os elementos de vedação da janela rasgada e pintura inadequada no embasamento do edifício, respectivamente. | 279 |
| Figura 344 | Vista do ambiente 17 do bloco principal, observam-se as manchas de infiltração (em azul) e presença de microflora (em verde) e biofilme (em laranja). | 280 |
| Figura 345 | Mapa do bairro do Centro. Em destaque, a ampliação do entorno da Praça Marechal Floriano Peixoto e o lote do edifício da antiga Intendência. | 284 |
| Figura 346 | Vista 1 do trecho do entorno da praça Marechal Floriano. Observa-se o prédio da SEFAZ interferindo na paisagem urbana (ver indicação). | 286 |
| Figura 347 | Vista 2 do trecho do entorno da praça Marechal Floriano. Observa-se o prédio da SEFAZ interferindo na paisagem urbana (ver indicação). | 286 |

| | | |
|------------|---|-----|
| Figura 348 | Fachada noroeste do bloco principal do conjunto da antiga Intendência. | 289 |
| Figura 349 | Perfi 1 do entorno imediato da Praça Marechal Floriano Peixoto, em destaque os edifícios que interferem na composição rítmica do conjunto. | 305 |
| Figura 350 | Perfi 2 do entorno imediato da Praça Marechal Floriano Peixoto, em destaque os imóveis que interferem na composição rítmica do conjunto. | 305 |
| Figura 351 | Perfi 4 do entorno imediato da Praça Marechal Floriano Peixoto, em destaque o estacionamento privativo que interfere na composição rítmica do conjunto. | 305 |
| Figura 352 | Imagem aérea da Praça Marechal Floriano Peixoto e do entorno imediato com a situação atual. | 307 |
| Figura 353 | Imagem aérea da Praça Marechal Floriano Peixoto e do entorno imediato com a proposta. | 307 |
| Figura 354 | Modelo tridimensional da proposta para a Praça Marechal Floriano Peixoto. Em destaque, o conjunto da antiga Intendência Municipal de Maceió. | 308 |
| Figura 355 | Modelo tridimensional da proposta para a Praça Marechal Floriano Peixoto. Em segundo plano o conjunto da antiga Intendência Municipal de Maceió. | 308 |
| Figura 356 | Croqui esquemático do bueiro inteligente. | 311 |
| Figura 357 | Desenho esquemático do jardim de chuva. | 311 |
| Figura 358 | Modelo tridimensional com a diretriz proposta para a drenagem urbana, em primeiro plano os jardins de chuva na Praça Marechal Floriano Peixoto e na quadra que antecede o conjunto da antiga Intendência. | 312 |
| Figura 359 | Modelo tridimensional com vista do jardim de chuva e vista do conjunto da antiga Intendência. | 312 |
| Figura 360 | Praça Marechal Floriano Peixoto em destaque as árvores remanescentes do início do século XX e da intervenção do ano 1995. | 313 |
| Figura 361 | Vista panorâmica da Praça Marechal Floriano Peixoto em destaque as árvores. | 314 |
| Figura 362 | Modelo tridimensional com a introdução dos novos canteiros no primeiro plano da praça, próximo a Igreja dos Martírios. | 314 |
| Figura 363 | Modelo tridimensional com a proposta para os novos canteiros na área próxima a fonte luminosa. | 315 |
| Figura 364 | Modelo tridimensional com vista para o canteiro do monumento do Marechal Floriano Peixoto, observa-se a implantação de novos arbustos ao redor da estátua. | 315 |
| Figura 365 | Mapa com os imóveis abandonados do entorno imediato da Praça Marechal Floriano Peixoto. | 316 |
| Figura 366 | A figura 366 evidencia a imagem do trecho dos edifícios sem uso. | 317 |
| Figura 367 | Esquema com alguns usos propostos para as edificações do conjunto urbanístico da Praça Marechal Floriano Peixoto, em destaque o conjunto da antiga Intendência. | 319 |
| Figura 368 | Modelo tridimensional com a proposta do espaço compartilhado em frente à Igreja dos Martírios. | 321 |
| Figura 369 | Modelo tridimensional com a proposta, após a remoção do abrigo | |

| | | |
|------------|--|-----|
| | do ponto de ônibus em frente ao conjunto da antiga Intendência Municipal de Maceió. | 319 |
| Figura 370 | Modelo tridimensional com vista para os bancos da Praça Marechal Floriano Peixoto. Enxerga-se no segundo plano o conjunto da antiga da Intendência. | 321 |
| Figura 371 | Modelo tridimensional com a proposta para inserção de bancos nos canteiros que circundam a vegetação de grande porte na porção noroeste da praça. | 321 |
| Figura 372 | Modelo tridimensional com a proposta para inserção de bancos nos canteiros que circundam a vegetação de grande porte na porção noroeste da praça, em segundo plano o monumento do Marechal Floriano Peixoto na parte central. | 322 |
| Figura 373 | Modelo tridimensional com vista para o novo mobiliário urbano próximo a fonte luminosa e sonora. | 323 |
| Figura 374 | Modelo tridimensional com a proposta da nova paginação de piso criada para a Praça Marechal Floriano Peixoto, em destaque os edifícios da Igreja dos Martírios , o conjunto da antiga Intendência Municipal de Maceió, o Palácio Marechal Floriano Peixoto e a Fundação Pierre Chalita. | 324 |
| Figura 375 | Modelo tridimensional com a proposta da nova paginação de piso que demonstra a partir da continuidade das linhas a existência da antiga Rua Boa Vista que foi incorporada a praça na intervenção realizada no ano 2000 (ver destaque em marrom), em destaque o conjunto da antiga Intendência. | 325 |
| Figura 376 | Modelo tridimensional com a proposta da nova paginação de piso para a Praça Marechal Floriano Peixoto próximo ao conjunto da antiga Intendência. | 325 |
| Figura 377 | Modelo tridimensional com vista da escadaria da Praça Marechal Floriano Peixoto. | 326 |
| Figura 378 | Modelo tridimensional da escadaria da Praça Marechal Floriano Peixoto, em primeiro plano os assentos de madeira de baixa condutibilidade instalados para garantir maior conforto aos usuários. | 326 |
| Figura 379 | Modelo tridimensional com vista parcial da Praça Marechal Floriano Peixoto, em primeiro plano na porção lateral direita avistam-se os quiosques móveis destinado para os comerciantes. | 327 |
| Figura 380 | Modelo tridimensional com vista dos quiosques instalados na orientação noroeste da praça. | 327 |
| Figura 381 | Praça Marechal Floriano Peixoto no início do século XX. Em destaque, na cor na vermelha, o edifício da antiga Intendência e, em azul, o Palácio do Governo. | 330 |
| Figura 382 | Imagem aérea do conjunto da antiga Intendência de Maceió e entorno imediato. Em destaque os blocos que compõem o objeto de estudo. | 331 |
| Figura 383 | Croquis esquemáticos do conjunto da antiga Intendência com as modificações dos acessos no edifício. | 333 |
| Figura 384 | Plantas baixas dos pavimentos térreo e porão alto do bloco principal, e superior e térreo do bloco anexo com a atual distribuição de fluxos. | 333 |
| Figura 385 | Fachada noroeste do conjunto da antiga Intendência Municipal de Maceió, em primeiro plano o bloco principal e em segundo plano o | 334 |

| | | |
|------------|---|-----|
| | bloco anexo. | |
| Figura 386 | Fachada sudeste do bloco principal, em destaque a circulação externa que interrompe a continuidade das janelas de peitoril. | 335 |
| Figura 387 | Planta baixa do pavimento térreo do bloco principal e piso superior do anexo. Em destaque o espaço destinado para plataforma elevatória. | 335 |
| Figura 388 | Imagem aérea da praça Marechal Floriano Peixoto, em destaque as edificações de uso cultural Museu Pierre Chalita e Marechal Floriano Peixoto. A imagem também destaca o objeto de estudo. | 337 |
| Figura 389 | Croqui esquemático com a proposição de usos para o conjunto da antiga Intendência de Maceió. | 338 |
| Figura 390 | Programa de necessidades da Fundação Municipal de Ação Cultural. | 339 |
| Figura 391 | Setorização do pavimento térreo do bloco principal, com a proposta de intervenção para os setores administrativos da Fundação Municipal de Ação Cultural. | 341 |
| Figura 392 | Setorização do pavimento porão alto do bloco principal, com a proposta de intervenção. | 342 |
| Figura 393 | Setorização do pavimento térreo do bloco anexo com a proposta de intervenção. | 343 |
| Figura 394 | Setorização do pavimento superior do anexo com a proposta de intervenção. | 343 |
| Figura 395 | Modelo tridimensional com vista do objeto de estudo a partir da Praça Marechal Floriano Peixoto. | 346 |
| Figura 396 | Modelo cadeira escaldora. | 346 |
| Figura 397 | Dados técnicos da cadeira escaldora LG2020. | 347 |
| Figura 398 | Modelo tridimensional com vista para o portão que permite o acesso ao anexo da fundação, em destaque. | 347 |
| Figura 399 | Modelo tridimensional com vista para as rampas da fachada sudeste do prédio principal. | 348 |
| Figura 400 | Modelo tridimensional com vista para a nova rampa construída e que permite o acesso ao pavimento porão alto do prédio principal. | 348 |
| Figura 401 | Modelo tridimensional da fachada principal do conjunto com a composição das novas esquadrias. | 349 |
| Figura 402 | Modelo tridimensional com vista das janelas rasgadas da fachada noroeste do prédio, com a composição das novas esquadrias. | 350 |
| Figura 403 | Modelo tridimensional com vista das janelas e peitoril da fachada nordeste do prédio, com a composição das novas esquadrias. | 350 |
| Figura 404 | Modelo tridimensional com vista das janelas e peitoril em primeiro plano. Em segundo plano as janelas rasgadas da fachada noroeste do prédio, onde é possível observar as esquadrias. | 351 |
| Figura 405 | Modelo tridimensional da fachada sudeste do prédio principal com a proposta para as esquadrias. Em destaque, os vãos que foram recompostos.. | 351 |
| Figura 406 | Modelo tridimensional do ambiente da recepção com vista para as portas internas. | 352 |
| Figura 407 | Modelo tridimensional da sala de reunião com vista para as portas internas. | 353 |
| Figura 408 | Modelo tridimensional com vista interna do óculo com tela em aço inoxidável. | 353 |

| | | |
|------------|---|-----|
| Figura 409 | Modelo tridimensional da fachada sudoeste do objeto de estudo com vista para o sistema de vedação em pilaretes. | 354 |
| Figura 410 | Modelo tridimensional, com o projeto paisagístico proposto. | 356 |
| Figura 411 | Modelo tridimensional com vista para o mobiliário proposto para o espaço existente entre o prédio principal e anexo. | 356 |
| Figura 412 | Ilustração esquemática sobre o posicionamento das telhas cerâmicas do tipo capa canal para a composição da cobertura. | 365 |
| Figura 413 | Detalhe da drenagem da cobertura. | 366 |
| Figura 414 | Detalhe drenagem jardim. | 369 |
| Figura 415 | Detalhe da vala sem preenchimento bloco principal, situação atual. | 369 |
| Figura 416 | Detalhe vala sem preenchimento, situação proposta. | 371 |
| Figura 417 | Modelo tridimensional do ambiente Reserva Técnica, onde é possível visualizar as grelhas no perímetro do espaço próximo a fundação. | 371 |
| Figura 418 | Detalhe solução técnica adotada para reduzir a passagem dos ruídos do ambiente da chefia/assistente de gabinete para o espaço das instalações sanitárias do prédio principal. | 371 |
| Figura 419 | Janela de prospecção estratigráfica da pintura artística em uma das paredes do vestíbulo aberto do bloco principal. | 374 |
| Figura 420 | Imagem mostra uma ampliação da janela de prospecção com a pintura encontrada. | 377 |
| Figura 421 | Pinturas artísticas com motivos florais no rodapé e na parede em um dos ambientes do pavimento térreo do bloco principal. | 377 |
| Figura 422 | Observa-se na segunda figura as lacunas na camada pictórica, em destaque. | 377 |
| Figura 423 | Detalhe do piso flutuante do pavimento térreo do prédio principal. | 377 |
| Figura 424 | Detalhe do piso instalações sanitárias do anexo. | 381 |
| Figura 425 | Detalhe do assoalho de madeira com tratamento acústico. | 381 |
| Figura 426 | Detalhe esquemático da solução técnica adotada para os ornatos da fachada. | 385 |
| Figura 427 | Detalhe esquemático da solução técnica adotada para os pilaretes. | 385 |

LISTA DE TABELAS

| | | |
|-----------|---|-----|
| Tabela 1 | Tabela com os dados das temperaturas médias anuais – Climate. | 185 |
| Tabela 2 | Tabela forças, fraquezas e tendências. | 247 |
| Tabela 3 | Tabela umidade para os tipos de alvenaria. | 269 |
| Tabela 4 | Parâmetros urbanísticos para a Zona Especial de Preservação 2 (ZEP-2) / Setor de Preservação Rigorosa 1 (SPR-1). | 285 |
| Tabela 5 | Parâmetros urbanísticos para a Zona Especial de Preservação 2 (ZEP-2) / Setores de Preservação Entorno 1 e 2. | 286 |
| Tabela 6 | Granulometria dos agregados da argamassa de revestimento da fachada nordeste do bloco principal. | 418 |
| Tabela 7 | Granulometria dos agregados da argamassa de revestimento do ambiente interno do bloco anexo. | 418 |
| Tabela 8 | Granulometria dos agregados da argamassa de revestimento do ambiente interno do bloco principal. | 419 |
| Tabela 9 | Traço em massa da fachada nordeste do bloco principal. | 419 |
| Tabela 10 | Traço em massa do ambiente interno do bloco principal. | 420 |
| Tabela 11 | Traço em massa do ambiente 02 do bloco anexo. | 420 |
| Tabela 12 | Ensaio de absorção total em água, tijolo 1 e 2, respectivamente. | 421 |
| Tabela 13 | Tabelas das amostras da fachada nordeste do bloco principal e fachada noroeste do bloco anexo. | 421 |
| Tabela 14 | Tabela referente a amostra do teor de umidade do ambiente porão alto do bloco principal. | 422 |
| Tabela 15 | Tabela referente a amostra do teor de umidade do ambiente pavimento térreo do bloco principal. | 422 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | | |
|-----------|---|-----|
| Gráfico 1 | Gráfico da precipitação média mensal, representada por linha contínua. | 186 |
| Gráfico 2 | Gráfico com porcentagem do total dos imóveis cadastrados no entorno da Praça no que se refere ao item uso e ocupação do solo. | 200 |
| Gráfico 3 | Parâmetros urbanísticos para a Zona Especial de Preservação 2 (ZEP-2) / Setores de Preservação Entorno 1 e 2. | 203 |

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

| | |
|---------|---|
| CASAL | Companha de Saneamento de Alagoas |
| DB | Decibéis |
| FMAC | Fundação Municipal de Ação Cultural |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| MP | Mestrado Profissional em Conservação e Restauração de |
| CECRE | Monumentos e Núcleos Históricos |
| NTPR | Núcleo de Tecnologia da Preservação e Restauração |
| SAEM | Saneamento de Águas e Esgotos de Maceió |
| SEFAZ | Secretaria da Fazenda |
| SERVEAL | Serviço de Engenharia do Estado de Alagoas |
| SETRAND | Secretaria de Estado de Transporte e Desenvolvimento Urbano |
| SPE-01 | Setor de Preservação de Entorno 1 |
| SPE-02 | Setor de Preservação de Entorno 2 |
| SPR-1 | Setor de Preservação Rigorosa 1 |
| SPR-2 | Setor de Preservação Rigorosa 2 |
| UEM | Unidade Executora Municipal |
| UEP | Unidade Especial de Preservação Cultural |
| UFAL | Universidade Federal de Alagoas |
| UFBA | Universidade Federal da Bahia |
| ZEPS | Zonas Especiais de Preservação |

SUMÁRIO

VOLUME I

| | |
|---|------------|
| INTRODUÇÃO..... | 34 |
| 1. MACEIÓ NO SÉCULO XIX: DE POVOADO À VILA..... | 41 |
| 1.1 MACEIÓ NA FASE REPUBLICANA..... | 47 |
| 1.1.1 O chegar do século XX: A construção histórica da Praça Marechal Floriano Peixoto e do conjunto arquitetônico | 50 |
| 1.1.2 O século XXI: Entre permanências e transformações da Praça Marechal Floriano Peixoto e do conjunto arquitetônico..... | 61 |
| 2. A INTENDÊNCIA NA CIDADE DE MACEIÓ..... | 66 |
| 2.1 O arquiteto: Luigi Lucarini..... | 67 |
| 2.2 A construção do palacete municipal..... | 70 |
| 2.3 Transformações e permanências do edifício | 74 |
| 2.4 Caracterização arquitetônica..... | 104 |
| 2.4.1 A inserção do conjunto da antiga Intendência Municipal de Maceió no entorno da Praça Marechal Floriano Peixoto..... | 105 |
| 2.4.2 O Conjunto da antiga Intendência Municipal de Maceió..... | 106 |
| 2.3.2.1 Bloco principal..... | 106 |
| 2.4.2.1.1 Implantação..... | 109 |
| 2.4.2.1.1.1 Partido e setorização..... | 118 |
| 2.4.2.1.2 Anexo..... | 118 |
| 2.4.2.1.2.1 Implantação..... | 118 |
| 2.4.2.1.2.1.1 Partido e setorização..... | 120 |
| 2.5 ANÁLISE DOS ASPECTOS CONSTRUTIVOS..... | 125 |
| 3. ANÁLISE FÍSICO E AMBIENTAL..... | 184 |
| 3.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS FÍSICO AMBIENTAIS DA CIDADE DE MACEIÓ..... | 184 |
| 3.2 Caracterização morfológica do entorno da Praça Marechal Floriano Peixoto..... | 189 |
| 3.2.1 Topografia e drenagem..... | 189 |
| 3.2.2 Cobertura vegetal..... | 194 |
| 3.2.3 Insolejamento e ventilação..... | 196 |

| | | |
|------------|--|------------|
| 3.2.4 | Uso e ocupação do solo..... | 198 |
| 3.2.5 | Cheios e vazios..... | 201 |
| 3.2.6 | Gabarito de altura..... | 202 |
| 3.2.7 | Mobilidade, fluxos e acessibilidade..... | 205 |
| 3.2.8 | Caracterização dos edifícios do entorno da Praça..... | 212 |
| 3.2.9 | Estado de conservação dos edifícios do entorno..... | 227 |
| 3.2.10 | Engenhos publicitários..... | 233 |
| 3.2.11 | Estudo das fachadas..... | 236 |
| 3.2.12 | Mobiliário urbano..... | 238 |
| 3.2.13 | Material de acabamento..... | 240 |
| 3.2.14 | Vivências..... | 241 |
| 3.3 | Síntese do diagnóstico urbanístico da Praça Marechal Floriano Peixoto e entorno..... | 247 |
| 3.4 | Caracterização físico e ambiental do edifício da antiga Intendência Municipal..... | 252 |
| 3.4.1 | Insolejamento e ventilação..... | 252 |
| 3.4.2 | Análises laboratoriais para identificação dos materiais..... | 258 |
| 3.4.2.1 | Ensaio de granulometria do agregado após ataque ácido..... | 262 |
| 3.4.2.1.1 | Argamassa de revestimento..... | 263 |
| 3.4.2.2.1 | Traço em massa..... | 263 |
| 3.4.2.2.2 | Argamassa de revestimento..... | 265 |
| 3.4.2.3 | Testes qualitativos de sais solúveis..... | 268 |
| 3.4.2.4 | Ensaio de absorção em água..... | 267 |
| 3.4.2.5 | Determinação do teor de umidade nas alvenarias..... | 268 |
| 3.4.2.6 | Medição da qualidade ambiental: umidade relativa do ar e temperatura..... | 270 |
| 3.4.2.7 | Análise biológica do biofilme..... | 274 |
| 3.5 | Síntese do diagnóstico da edificação da antiga Intendência Municipal de Maceió e o atual estado de conservação..... | 276 |
| 4. | ESTUDO DAS LEGISLAÇÕES PERTINENTES..... | 189 |
| 5. | LEITURA VALORATIVA DO CONJUNTO DA ANTIGA INTENDÊNCIA MUNICIPAL DE MACEIÓ..... | 291 |
| 6. | ASPECTOS TEÓRICOS E CONCEITUAIS: RESTAURO CRÍTICO E A ABORDAGEM CRÍTICO CONSERVATIVA E CRIATIVA..... | 297 |

| | |
|--|------------|
| 7. DIRETRIZES GERAIS PARA A PRAÇA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO E ENTORNO..... | 304 |
| 7.2 Diretrizes para ações imediatas na Praça Marechal Floriano Peixoto e entorno..... | 310 |
| 8. PROPOSTA DE INTERVENÇÃO..... | 330 |
| 8.1 Ações projetuais: Conjunto da antiga intendência..... | 345 |
| 8.1.1 Acessos, acessibilidade e circulação vertical..... | 345 |
| 8.1.2 Projeto de novas esquadrias..... | 349 |
| 8.1.3 Projeto paisagístico para o conjunto da antiga Intendência..... | 355 |
| 8.2 Diretrizes projetuais..... | 357 |
| 8.2.1 Instalação hidráulica..... | 357 |
| 8.2.2 Sistema de esgoto sanitário..... | 358 |
| 8.2.3 Instalação elétrica..... | 358 |
| 8.2.4 Sistema de climatização..... | 359 |
| 9 SOLUÇÕES TÉCNICAS..... | 362 |
| 9.1 Primeiras medidas para a intervenção..... | 362 |
| 9.2 Cobertura..... | 364 |
| 9.3 Drenagem..... | 368 |
| 9.4 Paredes em tijolo maciço..... | 372 |
| 9.5 Argamassa de revestimento..... | 374 |
| 9.6 Pinturas | 375 |
| 9.7 Pinturas artísticas..... | 382 |
| 9.8 Pisos..... | 378 |
| 9.9 Forros..... | 382 |
| 9.10 Esquadrias..... | 382 |
| 9.11 Elementos metálicos: escadas, colunas de sustentação da coberta, vigas fink, gradis de ferro e portões..... | 383 |
| 9.12 Fachadas e Pilaretes: Fissuras e Microfissuras..... | 383 |
| 9.13 Fachadas e Pilaretes: Biofilme, sujidades e crosta negra..... | 384 |
| 9.14 Intervenções posteriores..... | 386 |
| 10 PLANO DE CONSERVAÇÃO PREVENTIVA..... | 388 |
| 10.1 Ações de manutenção para a Praça Marechal Floriano Peixoto e entorno..... | 389 |
| 10.2 Ações de manutenção do conjunto da antiga Intendência de Maceió..... | 390 |
| 11 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 394 |

| | |
|--|------------|
| 12 REFERÊNCIA CONSULTADAS..... | 398 |
| APÊNDICE I: Ensaio de granulometria do agregado após ataque ácido..... | 418 |
| APÊNDICE II: Ensaio Traço em massa..... | 419 |
| APÊNDICE III: Ensaio de absorção de água..... | 421 |
| APÊNDICE IV: Determinação do teor de umidade nas alvenarias..... | 421 |
| APÊNDICE V: Manual de conservação preventiva do conjunto da antiga Intendência de Maceió..... | 424 |

VOLUME II

LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO

Iconografia do Entorno Fichas 1-17/ 268

Fotos Atuais do Entorno Fichas 18-40/ 268

LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO

O conjunto da antiga Intendência de Maceió antigas e atual Fichas 41-92/ 268

Espaços arquitetônicos: Bloco Principal Fichas 93-169/ 268

Espaços arquitetônicos: Anexo Fichas 170- 203/ 268

FICHAS PARA IDENTIFICAÇÃO DOS DANOS

Identificação dos Danos: Bloco Principal Fichas 204- 259/ 268

Identificação dos Danos: Anexo Fichas 260- 268/ 268

VOLUME III

LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO Pranchas 01/30

DIAGNÓSTICO URBANO Pranchas 01/24

MAPA DE DANOS Pranchas 01/25

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO Pranchas 01/26

INTRODUÇÃO



[...] Eu sempre gostei de edifícios abandonados, paredes repletas de rachaduras, edifícios que não desistiram de ser abrigo. Algumas pessoas são assim. (Magiezi, s/data. Adaptado pela autora, 2019).

As primeiras discussões referentes a noção do patrimônio surgem na França, no século XVIII, tendo como objetivo identificar e preservar os exemplares arquitetônicos significativos da história e da cultura do povo francês. Com a Revolução Francesa e as sucessivas perdas de significativos exemplares da arquitetura e do traçado urbano da cidade de Paris, ocasionadas pela destruição de significativos edifícios, com o objetivo de atender aos novos princípios de higiene, estética e circulação, base do novo governo imperial a noção do patrimônio foi consolidada e ganha um viés político do Estado Revolucionário. A primeira noção de patrimônio esteve diretamente vinculada ao conceito de monumento histórico.

A partir do século XIX, a ideia do patrimônio vincula-se, diretamente, ao discurso do poder estatal, responsável pela preservação dos monumentos históricos (Sant'anna, 2017). Ao longo do século XIX, o patrimônio vai se firmando como um aparato legítimo diante do novo cenário político, econômico e social na Europa, alterações estas que introduziram uma nova trajetória na história das cidades.

Com os avanços tecnológicos e do setor industrial o patrimônio edificado tornou-se um instrumento fundamental para expressar a modernização urbana propiciando uma nova forma de viver o espaço urbano até metade do século XX.

Esse novo panorama europeu e a abertura dos portos fez com que o Brasil, no início XIX, abrisse espaço para as relações comerciais com os outros países e passasse a conviver com outras culturas e novas concepções referente ao repertório urbanístico e arquitetônico, afastando-se dos padrões estabelecidos no período colonial português. Estas influências foram mais apropriadas, durante a Primeira República, quando um grande número de arquitetos e artistas difundiu o estilo eclético como modelo estético no campo da arquitetura.

Esse estilo estava em conformidade com os princípios e exigências da sociedade burguesa do período industrial, além de oferecer novas possibilidades construtivas,



associado às vertentes arquitetônicas do passado. Não desvinculado da arquitetura, os logradouros públicos margeado pelos principais edifícios públicos e atrelado ao poder das igrejas e capelas, onde sediavam os principais acontecimentos religiosos, sem nenhuma infraestrutura iriam assim como a arquitetura obter maiores investimentos, tornando-se símbolo de representação.

Diante deste contexto nacional, a cidade de Maceió, teve seu desenvolvimento de fato a partir do século do XIX, e estendido ao início do século XX, durante o período republicano. Esse processo iniciou-se com a construção de alguns exemplares neoclássicos, seguida pela edificação de exemplares ecléticos, já erguidos em um meio urbano que receberia melhorias no espaço urbano como a abertura e pavimentação de novas vias, água canalizada, atribuindo aos espaços públicos e às construções uma nova feição frente as novas tendências da modernização.

Sob estas novas tendências foram erguidos os edifícios institucionais do poder estadual e municipal de Maceió, tais como o Palácio do Governo, a Intendência Municipal no entorno imediato da Praça Marechal Floriano Peixoto. Fato que justifica a importância da praça como elemento qualificador do bem edificado e estruturador do espaço urbano de valor cultural.

Diante de tal conjuntura, a presente dissertação aprofundou o estudo sobre o exemplar eclético da antiga Intendência Municipal – Palácio da Águia, localizado no entorno da Praça Marechal Floriano Peixoto, no bairro do Centro – Maceió (Alagoas), uma das construções projetadas pelo arquiteto italiano Luigi Lucarini erguidas no início do século XX para abrigar a instância pública do município durante o período republicano.

Por volta da década de 1940, a sede da municipalidade é relocada para outro imóvel por não abrigar adequadamente os setores administrativos, com a saída da esfera municipal a antiga Companhia de Saneamento de Águas e Esgotos de Maceió (SAEM) – atual CASAL passou a ocupar o edifício em 1947 até o ano de 1999. Após o período de ocupação da CASAL, a Prefeitura de Maceió detentora do bem constatou inúmeras intervenções no prédio que ocasionaram perdas na materialidade e a descaracterização da construção, dessa maneira visando restabelecer o uso do poder municipal – Prefeitura



de Maceió realizou o projeto de intervenção no ano 2000 com o intuito de valorar o bem e retomar a representatividade das construções vinculadas ao poder político e administrativo que compõem o conjunto da Praça Marechal Floriano Peixoto. A Prefeitura permanece no imóvel durante quatros anos.

No ano de 2007, o prédio abriga a sede da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) que mantém-se exercendo as atividades no prédio, no entanto, as repartições públicas do órgão não comportavam no edifício e foram transferidas para outro imóvel. Após a desocupação da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) em maio de 2017, o imóvel passou por sucessivos atos de vandalismo. Arelado ao descaso do poder público municipal que detém a posse do bem, a depredação do prédio perdura até os dias atuais, apesar de várias matérias jornalísticas de alerta e até de mobilização por parte de estudantes e docentes de arquitetura da Universidade Federal de Alagoas (UFAL)¹ em exigir as medidas cabíveis para frear maiores danos ao patrimônio, por tratar-se de um exemplar da arquitetura eclética que marca o período de desenvolvimento da cidade de Maceió frente aos avanços das técnicas construtivas influenciados pela revolução industrial e baseados nos moldes da cultura europeia.

O estudo sobre o edifício em questão inclui a compreensão da ambiência da Praça Marechal Floriano Peixoto e sua evolução ao transcurso do tempo, transformações e permanências que interferiram na relação do prédio com a praça e em seu cenário urbano atual voltado ao segmento cultural. Frente a importância deste espaço público e das edificações que integram esse ambiente urbano, o conjunto arquitetônico da Praça foi alvo de Tombamento a nível estadual - Decreto nº 38309 de 09 de março de 2000, fato que contribui para valorização do prédio da antiga Intendência enquanto monumento.

Nesse sentido, buscou-se refletir sobre a atual situação do edifício da antiga Intendência ancorado nos valores históricos, estéticos e culturais e que hoje precisa de um olhar mais cuidadoso para que possa através de sua materialidade possa transmitir toda a sua magnitude e representatividade que possui.

¹ Essa reivindicação evidencia a importância nesse contexto de percepção e atuação no âmbito da defesa do patrimônio na cidade.



Dessa forma, compreendendo a relevância do prédio definiu-se o **objetivo geral** da pesquisa a preservação do prédio da antiga Intendência através do desenvolvimento de um projeto de intervenção e a elaboração de diretrizes urbanísticas para a Praça Marechal Floriano Peixoto e o entorno imediato para reestabelecer a relação com este logradouro público, visando valorar este bem como patrimônio cultural.

Os **objetivos específicos** perpassam em ações projetuais específicas na materialidade, nos sistemas construtivos e na espacialidade do bem, ancoradas em preceitos teóricos que envolvem o campo da restauração. A escolha de uso condizente com a atual dinâmica cultural instaurada no contexto urbano da Praça Marechal Floriano Peixoto. Um uso adequado e respeitoso que possa contribuir para a preservação do bem e contribua para que as futuras gerações também tenham a oportunidade de usufruí-lo.

METODOLOGIA

Para a elaboração do trabalho, foi necessário traçar procedimentos metodológicos para nortear a dissertação.

Primeiro, foi preciso estudar a Praça Marechal Floriano Peixoto e o edifício da Intendência de forma minuciosa e detalhada para entender suas singularidades. E, em seguida definir o que serviria para compreender o entorno e o prédio da Intendência, tendo em vista que ambos estão associados e o entendimento do bem perpassa pela compreensão do espaço urbano. Devido a esse enfoque, diferentes métodos foram aplicados de acordo com a precisão de casa fase.

A primeira parte do trabalho, consiste na análise do processo histórico da cidade de Maceió, com foco na Praça Marechal Floriano Peixoto e no edifício da Intendência-situados no bairro do Centro, tendo em vista que ambos estão associados e o entendimento do bem perpassa pela compreensão do espaço urbano no qual o edifício está localizado, incluindo uma análise sobre as transformações sociais ocorridas nesse período. Nesse sentido, foram realizadas pesquisas em arquivos, fontes bibliográficas, trabalhos acadêmicos e uma pesquisa ampliada em órgãos públicos municipais e estaduais no setor do patrimônio cultural.



A partir de uma pesquisa mais detalhada buscou-se compreender o transcurso da sua construção, usos, e transformações/permanências, além de reconhecer os valores atribuídos enquanto imóvel e sua relação com o espaço urbano da cidade de Maceió. Acrescenta-se, ainda, uma investigação em campo sobre os aspectos construtivos fundamentais para examinar os materiais e técnicas empregadas na construção. A fase subsequente consistiu no levantamento das legislações vigentes, no âmbito estadual e municipal com base nos níveis de proteção implementados para o entorno da Praça Marechal Floriano Peixoto e o edifício municipal.

Em um segundo momento, foi realizada uma análise sobre as características morfológicas da Praça Marechal Floriano Peixoto com foco em: insolejamento, ventilação, topografia, drenagem, cobertura vegetal, cheios e vazios, uso e ocupação do solo, gabarito de altura, acessibilidade, mobilidade, fluxos, estudo das fachadas do entorno, mobiliário urbano e vivências. Posteriormente, foi realizada uma investigação micro sobre o prédio da municipalidade e a influência desses condicionantes no imóvel. A compilação das informações serviu como base para elaborar a síntese do diagnóstico urbanístico da Praça Marechal Floriano visando identificar as potencialidades e debilidades da área em estudo, e a conclusão do diagnóstico do edifício da antiga Intendência, com base nos ensaios laboratoriais que serviram para conhecer com mais propriedade os materiais construtivos e o atual estado de conservação do objeto de estudo.

Após o diagnóstico, foi realizada a leitura valorativa do bem, identificando os principais atributos que qualificam o objeto de estudo. Para fundamentar ações projetuais da proposta de intervenção, recorreu-se ao embasamento teórico de Cesare Brandi (Teoria do Restauro Crítico) e Giovanni Carbonara (Teoria Crítico-conservativa) para guiar as decisões durante as concepções do projeto, e as soluções técnicas e adaptações para o novo uso contribuindo para restabelecer a relação do edifício da antiga Intendência com a Praça Marechal Floriano Peixoto, atentando para a nova dinâmica cultural incorporada ao local.

No terceiro momento, parte-se para as diretrizes gerais destinadas à Praça Marechal Floriano Peixoto e entorno, essenciais para estruturação na contemporaneidade do espaço urbano. Nessa etapa também são desenvolvidas ações



imediatas propondo um desenho para praça, no sentido de que o logradouro público possa acompanhar o cenário cultural atual e contribua para reestabelecer o edifício em estudo nessa dinâmica.

Ao término dessa etapa, debruçou-se sobre o desenvolvimento das propostas de intervenção, detalhamento de soluções técnicas e adoção de um uso voltado para o segmento cultural, em parceria com a iniciativa no que diz respeito às características espaciais e construtivas do bem. Encerra-se este material com um plano de conservação preventiva dirigidas às ações de manutenção da Praça Marechal Floriano Peixoto e do conjunto da antiga Intendência.

Seguindo os itens descritos acima o trabalho se estrutura em três volumes. Inicialmente, todo o aporte textual encontra-se no primeiro exemplar, evidenciando o processo de construção do edifício da Intendência, características arquitetônicas, sistemas construtivos, análise das legislações, condicionantes ambientais do entorno e do edifício, diagnóstico urbano e do edifício, abordagem teórica, diretrizes para a Praça Marechal Floriano Peixoto, projeto de intervenção e, por fim, o plano de conservação preventiva.

O segundo volume consiste no levantamento fotográfico e iconografia pesquisado e realizado, a fim de documentar as transformações e permanências do entorno da Praça Marechal Floriano Peixoto e do edifício da Intendência, contemplando uma análise macro e micro do objeto de estudo.

O último volume organiza toda a parte gráfica de levantamento planialtimétrico, detalhes construtivos, diagnóstico urbano, mapeamento de danos, e a proposta de intervenção.

1. MACEIÓ NO SÉCULO XIX: DE POVOADO À VILA



A historiografia alagoana aponta indícios de que o povoamento de Maceió² está relacionado à existência do engenho³ banguê e sua capela localizada na porção central, que hoje corresponde ao centro da cidade, e cercada por residências térreas de propriedade do templo religioso próximo às margens do Riacho Maçayó⁴, local onde se formou o Largo da Capela, no século XVIII, atual Praça Dom Pedro II (ver figura 01). No entanto, não há registros oficiais sobre o proprietário do engenho, fato que desaparece na história.

Figura 01 – Pintura que relata o antigo núcleo inicial do povoado em 1850, espaço que corresponde atualmente à Praça Dom Pedro II. Ao centro a antiga capela.



Fonte: Costa, 1981.

Nas palavras de Craveiro Costa (1981), renomado historiador e escritor alagoano, em meados do século XVIII o povoado se caracterizava por um:

Engenho ficava [localizado] ao sopé da montanha, ao descambar da ladeira, com a ermida de S. Gonçalo sobranceira. A seguir, a falda do monte à margem do qual, o pântano adjacente, a restinga onde o riacho deságua, (...), a área antigamente conhecida por Bôca de Maceió. (COSTA, 1981, p.12)

A passos lentos, o povoado inicia seu crescimento no século XIX influenciado pela dinâmica comercial do porto, localizado no atual bairro de Jaraguá.

² Segundo Barros (2018, p.17) “ a primeira referência sobre o lugar, cita o documento público de 1611, que se refere à uma casa de telha, em Pajuçara, de propriedade de Manuel Antônio Duro, sendo essa a remota indicação existente”.

³ Na visão de alguns historiadores, a produção de cana-de-açúcar da região está associada à fundação do engenho Maçayó, próximo ao riacho de idêntica nomenclatura, foi considerada fator determinante que também contribuiu para a origem da cidade de Maceió. Cavalcanti (1998) relata em sua tese de doutorado a forte relação entre o escoamento do açúcar e a formação das ruas que formaram a cidade de Maceió.

⁴ O nome Maçayó – Maceió, sua toponímia é de origem Tupi significa “o que tapa o alagadiço”. Conforme Albuquerque (2000, p.69) esse era o nome do riacho que “devido à proximidade com o riacho, o engenho ganhou o mesmo nome”.



A localização geográfica privilegiada do porto de Jaraguá⁵ e a presença do ancoradouro, que servia de porto natural, contribuíram para facilitar o fluxo das embarcações, seja para exportação do açúcar, ou para o recebimento de outros produtos destinados ao consumo da população local (COSTA, 1981). Com o desenvolvimento econômico, Maceió se consolida como importante localidade da província e cresce seguindo a rota da circulação da produção mercantil como norteador de sua estruturação urbana (AMARAL, 2009). Como argumenta Lindoso (2005):

O desenvolvimento das condições sociais de vida urbana estruturada em Maceió se deu em decorrência da criação de uma burguesia mercantil enriquecida na prática do comércio da exportação de açúcar e de madeiras de construção naval, e na importação de bens manufaturados estrangeiros, a que se somavam atividades de agiotagens altamente compensadoras que preenchiam em nível de uma província a carência de capitais de investimento. Essa burguesia urbana mercantil se constituía de comerciantes agiotes e comerciantes importadores/exportadores, instalados em casas comerciais, empórios e armazéns em Maceió e Jaraguá. Em nível da acumulação interna de capital, a burguesia mercantil de Maceió se aliou matrimonialmente e financeiramente com o segmento social representado pelo capital fundiário de origem colonial (LINDOSO, 2005, p.66).

Com o auge do desenvolvimento econômico, político e administrativo proporcionado pela atividade portuária, em 1815, o rei Dom João VI decretou a elevação do povoado de Maceió a honraria de vila e o clero, dentro da perspectiva do padroado instalou a freguesia de Nossa Senhora dos Prazeres (COSTA, 1981). Como consequência a recém vila, para se adequar às legislações impostas pela coroa realizou algumas modificações como a instalação do Pelourinho⁶, construção da cadeia pública e casa de câmara entre outras melhorias essenciais ao funcionamento da vila (Costa, 1981).

Em 29 de dezembro de 1816, após o atendimento das exigências, o Rei Dom João VI conferiu ao povoado a posição de Vila. A antiga região, onde se localizava o antigo engenho passou a abrigar o Largo do Pelourinho, e os edifícios residenciais e institucionais entre eles a Casa de Câmara.

⁵ Com a instalação da Alfândega no porto de Jaraguá e o encerramento das atividades portuárias do antigo Porto do Francês. A Vila de Santa Maria Madalena da Lagoa do Sul - atual cidade de Marechal Deodoro perde seu valor de centro de domínio regional (ARAÚJO, 1999).

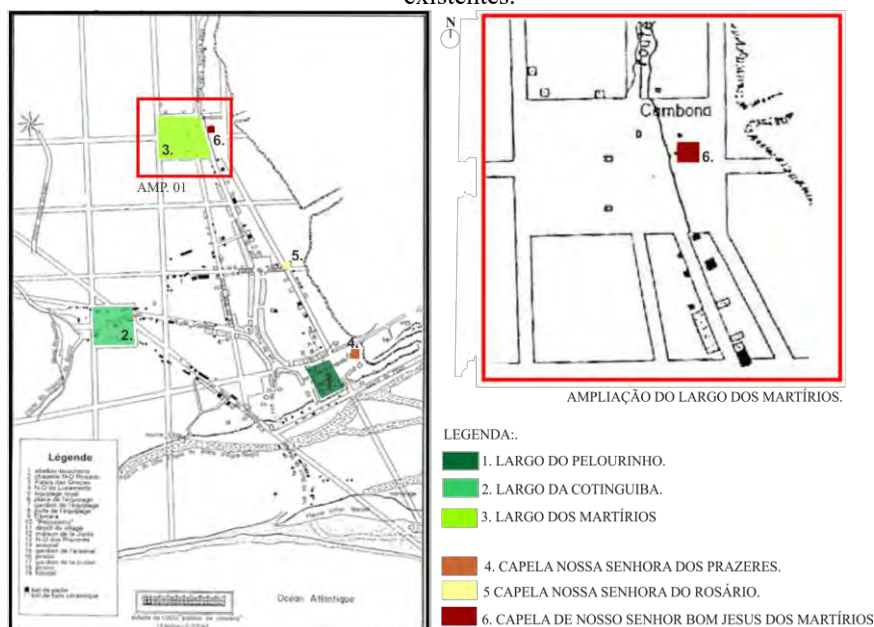
⁶ Pelourinho (coluna em pedra ou madeira disposta em espaço público) pelo fato de ser o ponto principal da época onde eram realizados os atos oficiais do governo, como também para castigar os infratores, ou seja, o local tratava-se de um símbolo da autonomia municipal (COSTA, 1981, p.29).



No ano de 1817 ocorre a tão desejada separação de Alagoas da província de Pernambuco⁷, propiciando maior desenvolvimento da província e, imediatamente, a instalação da sede do governo no Largo do Pelourinho sob o comando de Francisco de Melo Póvoas, primeiro governante eleito para o cargo.

Em 1820, o governador Francisco de Melo Póvoas solicita a elaboração da primeira planta cadastral⁸ do antigo povoado, confeccionada por José da Silva Pinto (ver figura 02).

Figura 02 – Planta Cadastral de 1820 da cidade de Maceió. Em destaque os largos e as capelas existentes.



Fonte: Cavalcanti, 1998. Adaptado pela autora, 2020.

O objetivo de Melo e Póvoas era realizar um plano urbanístico para a vila recém-inaugurada, sugerindo melhorias na infraestrutura, a exemplo da abertura e alinhamento das vias. Os largos seriam valorizados que ratificavam o valor da religião

⁷ Com a prosperidade econômica do território em 1730, ao pedir Duarte Sódre Pereira, o Governador de Pernambuco, a El-Rei, solicitou a extinção da capitania da Paraíba, a renda da Comarca das Alagoas era superior à daquela capitania. Tal prosperidade foi certamente o que levou D. João VI a decretar, aos 16 de setembro de 1817, a sua emancipação política da Província de Alagoas, tendo como capital, inicialmente Santa Maria Madalena da Lagoa do Sul – atual município de Marechal Deodoro (ALTAVILA, 1973, p.57).

⁸ Após a confecção da planta cadastral o governador Francisco de Melo Póvoas propôs a demolição de construções para atender às necessidades do povoado que se elevou à categoria de vila. “Entretanto, essa intencionalidade não ultrapassava o gesto de simplesmente geometrizar aquilo que espontaneamente ia sendo construído” (FARIA, 2004, p.4).



como ponto significativo do urbanismo de influência portuguesa. Entre os largos existentes destacam-se, o Largo à frente da igreja dos Martírios e outros importantes largos como Largo do Pelourinho, e o Largo da Continguiba.

Ao analisar a planta cadastral de 1820, nota-se que nesse período já se vislumbra a intencionalidade de um crescimento para o sentido norte da vila com a expansão do uso residencial. Ao mesmo tempo, observa-se a consolidação do Largo do Pelourinho como lugar administrativo e de moradia, enquanto que no Largo dos Martírios, a ocupação continuava muito rarefeita. Observando as características morfológicas do sítio, é possível constatar ruas estreitas e lotes de dimensões variadas em decorrência da topografia local, em conformidade com as políticas urbanísticas de influência portuguesa (REIS FILHO, 2000).

A proposta inicial de governador Francisco Póvoas era criar junto com a planta cadastral de 1820 um plano urbanístico. Entretanto este desejo não foi realizado na prática e a vila continuou com o crescimento desordenado.

[...] Maceió cresceu desordenadamente, sem ritmo, sem método, sem estilo. A planta de Póvoas, de 1820, pretendia dar um plano de urbanização, mas este não foi cumprido. Assim a cidade manteve sempre o seu aspecto defeituoso. Realmente a capital alagoana que o império legara à República vinha já com os seus defeitos característicos da época colonial. Defeitos para aqueles que queriam tudo renovar e modernizar. Era preciso acabar com as biqueiras, com as janelas de xadrez, com as casas de taipa. Surgem assim novas edificações (COSTA, 1981, p.200).

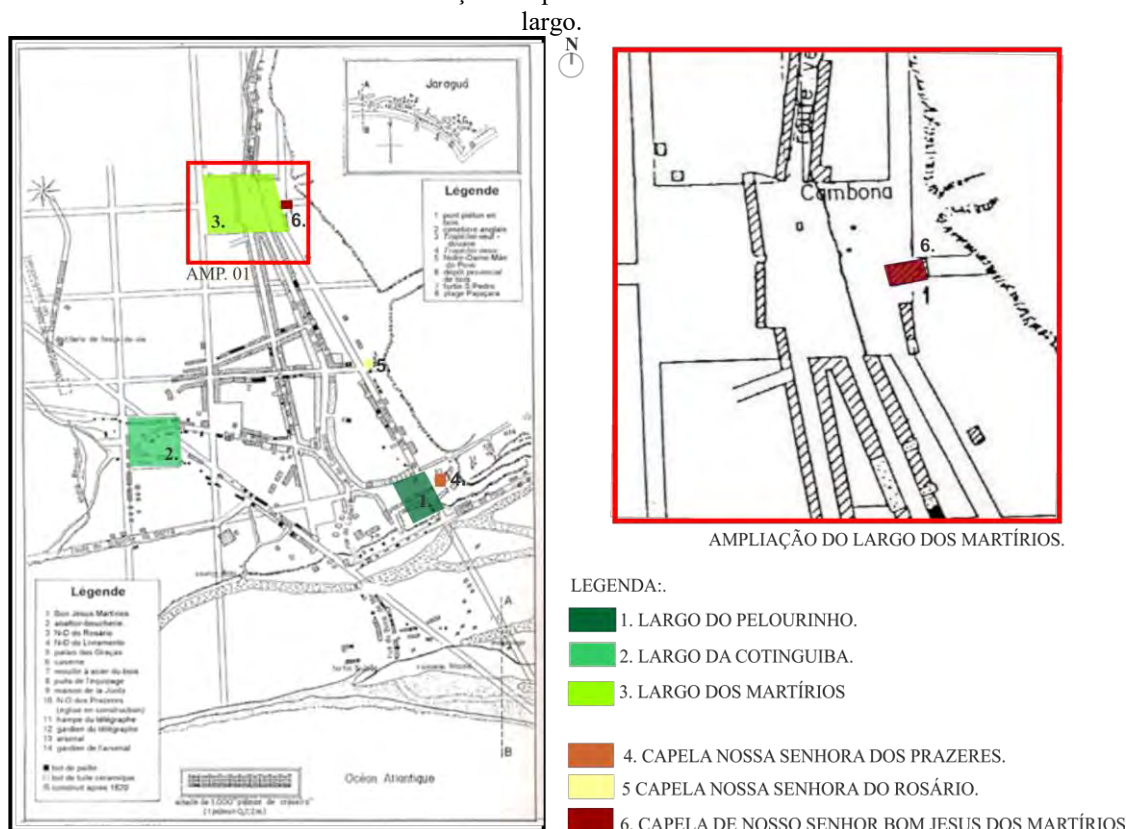
Com a elevação de Maceió, à nova Capital⁹ da Província, em 1839, o governo captou recursos financeiros para investimento em obras públicas o que aproximou a nova capital dos ideais de progresso no cenário cultural das principais capitais das províncias brasileiras (LINDOSO, 2005).

⁹ Conforme (TENÓRIO, 2016, p.49), Maceió tornou-se capital, no qual seu espaço “acompanhava a consolidação do governo do imperador Dom Pedro II e a internacionalização do país, sob a preponderância inglesa”.



Maceió, por se desenvolver no período imperial do século XIX, começa a seguir o gosto nacional adotado pelo poder burguês e progressivamente cresce na nova perspectiva urbana e arquitetônica, cujos valores estão ancorados na linguagem neoclássica. Essa nova expansão das vias e a ligação entre os largos propiciaram a ocupação em torno dos largos; na porção norte (Largo dos Martírios) e oeste (Largo do Pelourinho), como pode ser visto no plano de 1841, elaborado pelo engenheiro Carlos de Morday, ver figura 03.

Figura 03 – Planta Cadastral de 1841 da cidade de Maceió. Em destaque, os largos e as capelas existentes. Observa-se a preservação das vias que interligam os largos. Na ampliação do Largo dos Martírios, nota-se a presença da Capela dos Martírios (ver destaque). Verifica-se um crescimento de edificação nas proximidades do



Fonte: Acervo da mapoteca do Arquivo Público de Alagoas, 1841. Adaptado pela autora, 2020.

Em 1850, durante a gestão do presidente provincial José Bento da Cunha Figueiredo, foram realizadas as primeiras melhorias no Largo do Pelourinho – atual praça Dom Pedro II, como o calçamento das vias públicas e a construção do Palacete da



Assembleia e da Igreja Matriz Nossa Senhora dos Prazeres¹⁰ (atual Catedral Metropolitana de Maceió). Seguindo esse processo, o Largo dos Martírios foi erguido em 1881 o novo templo religioso da Igreja Bom Jesus dos Martírios finalizada apenas em 1885. Apesar de não ser percebida imediatamente, a evolução da cidade se fazia pelo Largo dos Martírios elo de ligação com os bairros do Centro, Farol e Bebedouro, local de passagem para os carros de boi que traziam produtos oriundos do interior de Alagoas tendo como destino final o porto de Jaraguá (COSTA, 1981). No entanto, foi a construção da Igreja e a realização da Festa dos Martírios no espaço livre do Largo, que se destacaram como um dos maiores acontecimentos sociais desse período, fazendo com que o Largo dos Martírios adquirisse importância religiosa que ultrapassava as solenidades da Igreja Matriz, em referência à aglomeração popular, segundo Castro (1981). Atrelado a essa nova dinâmica social, o “centro” administrativo e político de Maceió estava prestes a ser transferido de local.

Seguindo esse novo panorama, paulatinamente, Maceió inicia seu desenvolvimento no entorno do Largo dos Martírios com as novas construções de uso residencial e institucional e assim se consolida como a nova capital.

¹⁰ Alguns historiadores apontam que o projeto da Igreja Matriz – atual Catedral Metropolitana seria de autoria do arquiteto “Grandjean de Montigny”, integrante da Missão Francesa (AMORIM, 2010, p.28).



A partir de 1889, com o advento da República e a instituição do regime federalista, ocorreu uma série de transformações nos setores políticos, sociais e econômicos que vigoravam no período imperial. Com a maior descentralização do poder, os Estados adquiriram mais autonomia, o que resultou no fortalecimento das oligarquias regionais. As elites econômicas locais passaram a ter grande influência no governo. Diferentemente do Império, onde o poder estava mais concentrado no governo central, responsável pela tomada de todas as decisões relacionadas ao espaço urbano (TENÓRIO, 1996), enquanto que no regime republicano as decisões passaram a ser mais disputadas entre as lideranças estaduais, refletindo os interesses locais e a estrutura agrária.

Em Alagoas, de modo específico, inicialmente é a nova forma de gestão do governo marcada pela hegemonia da classe agrária, os conhecidos “coronéis”, forma política dominante no território alagoano, onde a classe com mais poder aquisitivo predominava sobre as demais, baseada nas atividades comerciais da cana-de-açúcar e, principalmente, no algodão que se destacou por fornecer matéria prima para as indústrias inglesas, fato que desencadeou o desenvolvimento da indústria têxtil no território alagoano. Comitadamente, estrutura-se um novo cenário no mercado econômico em Alagoas: a formação de uma classe burguesa que fortalecia as relações comerciais locais e estrangeiras (FARIAS, 2012). O autor Diegues Júnior (1981) aponta que a fase republicana desencadeou novos rumos para a instância municipal e possibilitou que os estados adquirissem autonomia no setor econômico para exercer as melhorias necessárias ao desenvolvimento da cidade.

Com a consolidação desse novo panorama da política republicana e da economia, surge a figura dos intendentess como representantes políticos, com a competência de elaborar relatórios sobre as legislações, contratar serviços e controlar os orçamentos, antes dispostos nas mãos do presidente da Província. Maceió transita no período republicano como uma cidade mais modernizada e civilizada, ancorada nos princípios higienistas¹¹ disseminados na Europa, no viés estético da cultura europeia¹² e ideais progressistas da

¹¹ Em virtude do crescimento populacional das cidades, a insalubridade do espaço urbano e o constante surto de doenças infectocontagiosas que começaram a assombrar as cidades, surge na Europa as políticas higienistas para sanar as epidemias. Seguindo o exemplo europeu, o Brasil também aderiu práticas higienistas.

¹² Após o término do período imperial, as cidades tiveram ainda mais anseio da modernização e afastando-se dos vínculos/características decorrentes da colonização portuguesa e da forte influência inglesa no setor econômico. Para isso, elegeu os modelos da cultura francesa. Para nortear a



classe burguesa que dava primazia às novidades e ao progresso. Conforme elucidam Pereira e Ferrare: Para fazer de Maceió uma capital, busque que havia de mais novo no mundo europeu, e então, o “aformoseam nova cidade foi conduzido de acordo com os padrões da Arquitetura Eclética (sic), por se tendência que vigorava na Europa, com ascendência na França (PEREIRA, FERRARE, 2012, p.6).

Nos primeiros anos do século XX, houve investimentos na execução de obras públicas, refletindo a estabilidade política do estado de Alagoas durante o governo de Euclides Malta (1900 a 1912). Entretanto, ainda existia a dependência do capital estrangeiro inglês (AMARAL, 2009). No entanto, apesar da dependência econômica a cidade de Maceió foi se consolidando com a construção de novos edifícios públicos, residenciais e palacetes além da modernização das praças que passaram a incorporar uma maior representatividade na cidade, tornando um atrativo para o espaço urbano. Nesse período, foram modernizadas três praças: Praça dos Martírios, Praça Marechal Deodoro e Praça Visconde de Sinimbu. Todas localizadas no bairro do Centro, esses logradouros públicos passaram a receber mais investimentos em infraestrutura, produzindo expressiva transformação na fisionomia da cidade. Em torno desses espaços, concentraram-se os novos exemplares arquitetônicos que foram construídos, como o Teatro Deodoro e o Tribunal de Justiça (na Praça Marechal Deodoro), o Palácio do Governo e a antiga Intendência Municipal (na Praça dos Martírios), e a permanência da Igreja do Bom Jesus dos Martírios, referência religiosa da Praça dos Martírios. Diante das modernizações realizadas, a classe burguesa maceioense passou a usufruir do espaço público como um local de permanência e contemplação. Desse modo, com a instalação dos poderes estadual e municipal, a Praça dos Martírios se tornou o novo “coração” da cidade.

modernização das cidades do Brasil. Acarretado a essa substituição, começaram a surgir os exemplares de estilo neoclássico e, em seguida, eclética, que foram impulsionados pelo o resgate do estilo medieval, idealização do passado e aromatização das cidades entre o neoclássico e o neogótico (PATTETA, 1987).



A formação inicial do Largo dos Martírios¹³ remete aos moldes tradicionais da colônia portuguesa. O local foi ancorado no poder do padroado e construído em frente à capela do Bom Jesus dos Martírios (ver figura 04), em 1836.

Figura 04 – Recorte do Largo dos Martírios do mapa de 1841: Em destaque, a Capela do Bom Jesus dos Martírios e a indicação, em vermelho, da diferença de nível que cruza o largo, dividindo-o em dois planos. As demais indicações na porção norte mostram a continuidade das curvas de nível na Rua General Hermes e a expansão das construções de uso residencial no sentido norte.



Capela do Bom Jesus dos Martírios

Fonte: Acervo da mapoteca do Arquivo Público de Alagoas, 1841. Adaptado pela autora, 2018. Contudo, no final do século XIX, com a elevação da antiga capela à Igreja Bom Jesus dos Martírios (ver figura 05), ocorreu a construção de um novo templo religioso, destinado a abrigar um número maior de fiéis, permitindo, assim, que o Largo dos Martírios fosse mais frequentado pela população, em virtude das festas promovidas pela Igreja, sendo a mais conhecida a Festa dos Martírios. No entanto, apesar das modificações na Igreja, o espaço público, nesse período, não passou por alterações paisagísticas, o que fez com que o largo continuasse seco e desprovido de vegetação, característica essa do período colonial.

¹³ O local, inicialmente, era conhecido como Cercado do Marinho “cuja cancela se abria para dar passagem a veículos e peões vindos da zona rural ou que para lá se dirigiam”(COSTA, 1981, p.15). Após a análise das plantas cadastrais de 1820 e 1841, observa-se que o Largo dos Martírios, o Largo do Pelourinho e o da Continguiuba são os espaços públicos mais antigos do bairro do Centro da cidade de Maceió.



Figura 05 – Cartão Postal que ilustra a Igreja dos Martírios recém construída sem adro, com escadaria que comunica a igreja ao Largo dos Martírios, em meados do século XIX.



Fonte: Acervo cartão postal do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, s/data.

Aos poucos, o espaço urbano do Largo começa a ganhar importância e consolida-se como “uma importante artéria da cidade cuja direção levava ao interior” (ARAÚJO, 2002, p.32). Esse local se caracteriza como um espaço livre, cercado por edificações lusu-brasileiras de uso residencial de famílias renomadas da vila, segmentado pelas vias de bonde que traziam os produtos como o algodão de outras localidades, a exemplo de Fernão Velho, rumo ao porto de Jaraguá (COSTA, 1981). Entretanto, essa situação se modifica com a chegada do período republicano. A partir de 1889, com a vigência da República e influenciados pelo progresso das cidades brasileiras, a sociedade burguesa de Maceió almejava um novo padrão estético para o Largo, seguindo as medidas higienistas e as tendências tecnológicas e construtivas do modelo europeu vigente em prol da modernização. Dessa maneira, a clientela burguesa exigia “o ordenamento e entendimento da cidade como um elemento civilizacional que devia se expressar por meio de uma boa organização espacial” (TEXEIRA, 2012, p. 59).



No início do século XX, o Largo dos Martírios foi se firmando como o novo eixo do poder político da cidade, após a construção do Palácio do Governo¹⁴ (ver figura 06), no primeiro mandato do governador Euclides Vieira Malta (1900-1906).

Figura 06 – Cartão postal do Palácio do Governo, em meados de 1911.



Fonte: Acervo cartão postal do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, aproximadamente em 1911.

Com a presença do poder estadual, o Largo dos Martírios passou a ter maior representatividade política. Como consequência o lugar passou a abrigar em seu entorno edificações com nova linguagem arquitetônica vinculada ao ecletismo (ver figura 07) e passa a sediar os principais acontecimentos da cidade como os desfiles civis e culturais, ver figura 08. A respeito, Azevedo relata:

O largo de domínio da Igreja e o que tinha no seu entorno casas simples passa a ser o local de encontro entre o poder sagrado e o profano, representado pelo Palácio, além de ponto de ligação com o interior e com outras partes da cidade, através da linha de bonde (AZEVEDO, 2014, p. 55).

¹⁴ Em 1893, foram iniciadas as obras para a construção do edifício do Palácio do Governo, à frente da Igreja dos Martírios. No entanto, somente em 16 de setembro de 1903 as obras foram finalizadas, ocorrendo a inauguração da edificação.



Figura 07– Cartão postal do Largo dos Martírios por volta de 1905. A imagem mostra o espaço livre do largo definido pelas edificações ecléticas residenciais construídas no entorno imediato. A partir da orientação da tomada fotográfica há indícios de que a Igreja dos Martírios estaria à direita da imagem, em virtude do desnível existente.



Fonte: Acervo fotográfico do Museu da Imagem e do Som de Alagoas (MISA), 1905.

Figura 08– Fotografia da Praça dos Martírios, atual Praça Marechal Floriano Peixoto. Observa-se, em primeiro plano, a população e os integrantes da Força Pública aglomerados, aguardando a chegada do Presidente Afonso Pena em 1906.



Fonte: Acervo fotográfico do Arquivo Nacional, 1906.



Durante o segundo mandato do gestor Euclides Malta, em 1908, realizou-se o “aformoseamento”¹⁵ do Largo dos Martírios, projeto elaborado por Rosalvo Ribeiro¹⁶ (LEÃO E FERRARE, 2016). Observa-se que o projeto de Rosalvo Ribeiro alterou a configuração do Largo, com “a demolição da calçada da Igreja dos Martírios e reforma das escadaria para a colocação de balaústre de alvenaria”. Logo essa escadaria como configuração espacial mantinha a relação com a praça (LEÃO E FERRARE, 2016, p.147), ver figura 09.

Figura 09 – Praça dos Martírios após o projeto de Rosalvo Ribeiro. O mobiliário urbano – bancos e postes – caracteriza o novo espaço. Em destaque, o monumento do Marechal Floriano Peixoto e a balustrada, que funciona como um elemento decorativo para a contenção do corte do terreno e definição dos planos do Largo, além das áreas destinadas ao plantio de flores e atividades militares (ver destaques).



Fonte: Acervo fotográfico do Arquivo Público de Alagoas, 1909. Adaptado pela autora, 2019.

O local passou a apresentar um traçado mais retilíneo com predominância do espaço livre aberto para a circulação dos transeuntes, instalação de mobiliário urbano como postes e bancos em ferro. Acrescenta-se ainda que com o projeto a Igreja fica no nível

¹⁵ O termo aformoseamento, utilizado no corpo do texto, foi retirado do documento “Mensagem ao Conselho Municipal da Capital”, secção de 07/01/1909, pelo intendente Antônio Guedes Nogueira. (1909). Maceió: Typ. Da Empresa Gutemberg.

¹⁶ Rosalvo Alexandrino de Caldas Ribeiro (1865-1915), alagoano nascido na cidade de Marechal Deodoro. Em 1886, recebeu uma bolsa de estudos do governo para estudar na Academia Imperial de Belas Artes (Aiba) do Rio de Janeiro. Dois anos depois viajou a Paris para estudar na Escola de Belas Artes e na Académie Julian, se consagrando como renomado pintor. Ao regressar a cidade de Maceió, por volta de 1910, realizou projeto de praças como o da Praça dos Martírios, e de estátuas (Fonte: <https://www.escritoriodearte.com/artista/rosalvo-ribeiro>).

1.1.1 O chegar do século XX : A construção histórica da Praça Marechal Floriano Peixoto e do conjunto arquitetônico



da nova rua aberta na frente da praça, criando dois planos: próximo ao templo religiosos são colocadas duas escadas para acesso à praça, no primeiro plano próximo a escadaria, uma área livre, destinado a plantação de flores, no outro plano, instalou-se se a estátua do Marechal Floriano Peixoto no centro da praça para enaltecer o poder político estadual. Nas proximidades do monumento, o espaço era destinado para as atividades militares (AZEVEDO, 2014), ver figuras 09 e 10. Como consequência, a praça passou a ser denominada Praça Marechal Floriano, determinação típica da República que passa a negar o papel da igreja, nos processo urbanos, das novas cidades brasileiras. (Lima, 2012).

Figura 10– Levantamento em planta da Praça dos Martírios, do projeto de Rosalvo Ribeiro, elaborado a partir de fotografias. Em destaque, o itinerário do bonde que percorria um trecho adjacente à praça, na orientação sudoeste.



Fonte: MAPLAN, 2000 apud ARAÚJO, 2002, p.56. Adaptado pela autora, 2019.

Um ano após as transformações na praça, em 1909 foi construído o edifício da Intendência Municipal ou Palácio da Águia - símbolo do poder municipal, com características arquitetônicas em estilo eclético, com linhas neogóticas, projeto de autoria do arquiteto italiano Luigi Lucarini, (ver figura 11).



Figura 11 – Sede da Intendência de Maceió, em 1914. Na praça, bancos e postes, ambos em ferro e, árvores de pequeno porte.



Fonte: Acervo fotográfico do MISA, 1914.

Em 1910, com a inauguração da Intendência, a Praça Marechal Floriano, transformou-se em um dos locais mais representativos da cidade e passou a ser reconhecida como a “Praça dos Três Poderes”, ícone do progresso no período republicano (BRAGA, 2003, p.39). De acordo com Sitte:

A maior parte da qualidade estética de uma cidade estava nas suas praças, dizia, em fins do século XIX, que a beleza destas residia nas suas proporções e na relação harmoniosa entre seu traçado e os prédios públicos nelas localizados – o que tornava estas peças-chave da paisagem urbana. Ele achava que esses edifícios eram tão importantes para a estética das praças que preconizava que ao se projetar uma cidade se deveria repartir em grupos as edificações públicas previstas para ela e localizá-los nas diferentes praças a serem nela implantadas. Para ele, praças e prédios públicos se complementavam e juntos eram responsáveis pela maior parte da beleza de uma urbe (Sitte, 1992, apud Souza; Araújo, 2011, s/pg.)

Durante o governo de Euclides Malta o Largo dos Martírios e outros largos, de dimensões menores, passaram por modificações ou foram urbanizados. Diegues Júnior (1981, p.19) sintetiza que a cidade precisava se adequar aos novos padrões da elite: “livre pensamento, progresso e industrialização”.

Segundo Azevedo (2014) na gestão do Prefeito Álvaro Guedes Nogueira (1935-1936) ocorreu a segunda intervenção na praça. A proposta tinha o objetivo de privilegiar o espaço livre a partir de um novo desenho. Entre as ações projetuais foram realizadas o alargamento das calçadas, a inserção de pedras portuguesas no piso, a instalação de duas fontes luminosas na parte central próximas ao monumento do Marechal Floriano Peixoto, reconfiguração dos canteiros e introdução de vegetação arbustiva, ver figuras 12 e 13.

1.1.1 O chegar do século XX : A construção histórica da Praça Marechal Floriano Peixoto e do conjunto arquitetônico



Nas décadas seguintes, outras intervenções foram realizadas no casario do entorno e na Praça Marechal Floriano Peixoto como a demolição de casebres próximos à Igreja dos Martírios para alargar a Ladeira Santa Cruz, atual Avenida Moreira e Silva, e facilitar o acesso ao morro da Jacutinga, proporcionando melhorias no acesso à praça.

Figura 12– Vista da Praça Marechal Floriano Peixoto em meados do século XX. Observa-se vegetação arbustiva em topiaria e as duas fontes luminosas em funcionamento.



Fonte: Acervo fotográfico do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, s/data.

Figura 13– Levantamento em planta realizado em 1960 da Praça dos Martírios, com a configuração do logradouro de 1936. A inserção de elementos ausentes na planta foi baseada nas fotografias da época.



Fonte: MAPLAN, 1960 apud Azevedo, 2014. Adaptado pela autora, 2019.

1.1.1 O chegar do século XX : A construção histórica da Praça Marechal Floriano Peixoto e do conjunto arquitetônico



Posteriormente, na década de 1960, o governador Luís de Souza Cavalcante, solicitou a criação de uma galeria de arte na praça, em frente à Igreja dos Martírios; remoção das árvores que obstruíam a visibilidade da Igreja; substituição das duas antigas fontes existentes por uma única fonte luminosa e sonora (Lima, 2012); e, inserção de um ponto de ônibus em frente à edificação da Intendência Municipal, ver figuras 14, 15 e 16.

Figuras 14 e 15– Vista da Praça Marechal Floriano Peixoto em meados de 196-, com vista para a galeria de arte e para a fonte na lateral direita da imagem. Na figura 15 observa-se o ponto de ônibus locado em frente a fachada nordeste do prédio da Intendência.



Fonte: Acervo fotográfico do Arquivo Público de Alagoas, 196-.

Figura 16– Planta da Praça Marechal Floriano Peixoto, com base no levantamento de 1995, do projeto Quapá, registrando a remoção de alguns elementos que não se encontram nas fotografias do período.



Fonte: Projeto Quapá, 1995 apud Azevedo, 2014. Adaptado pela autora, 2019.



Na década de 1940, após a saída do poder municipal do edifício da Intendência, por conta de o prédio não comportar a ampliação e complexidade as atividades administrativas, a representatividade cívica da praça Marechal Floriano Peixoto foi enfraquecida. Com o passar do tempo, os eventos religiosos da Igreja do Bom Jesus dos Martírios foram encerrados e diminuíram as manifestações cívicas em frente ao Palácio. Assim, a praça e seu entorno entram em processo de decadência, em meados da década de 1980. Entretanto, o Palácio do Governo permaneceu, no mesmo local, como sede do poder estadual.

Nesse momento, alguns exemplares arquitetônicos ecléticos de uso residencial, abrigaram novos usos, a exemplo da antiga residência da família Melo Machado que passou a sediar a Rádio Difusora e, posteriormente a Fundação Pierre Chalita (ver figura 17). Outros edifícios foram demolidos para dar lugar a edifícios com feições modernistas (ver figuras 18 e 19) e, alguns abandonados acarretando perdas na materialidade dos bens. Posto isto, a praça mantém o seu caráter de centro administrativo e político da cidade, no entanto altera-se apropriação – antes, na maioria residencial, passou a ser de caráter de serviço.

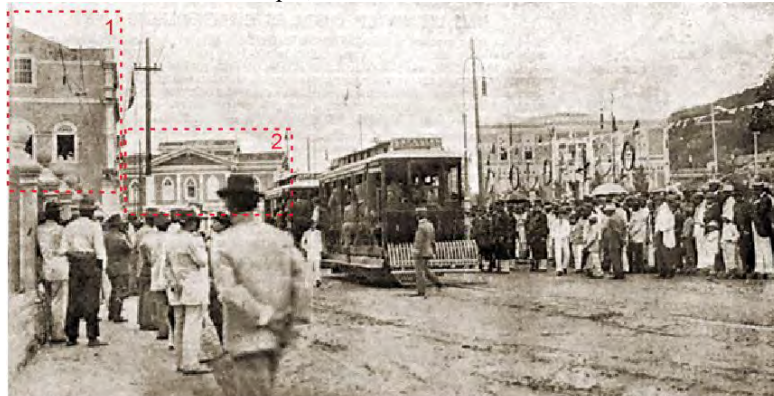
Figura 17– Vista da antiga residência da família Melo Machado no século XX, atual sede da Fundação/Museu Pierre Chalita. No segundo plano o palacete demolido na década de 1980.



Fonte: Acervo fotográfico do Museu da Imagem e do Som, século XX.



Figura 18– Vista do bonde elétrico percorrendo a Rua Boa Vista em frente ao Palácio do Governo, em meados do século XX. Em destaque, os imóveis demolidos locados no entorno da praça.



Fonte: O Malho, Ano XIV, nº 656, Rio de Janeiro, 10 de abril de 1915, disponível em <https://www.historiadealagoas.com.br/praca-dos-martirios-e-o-monumento-a-floriano-peixoto.html>.

Figura 19– Vista da Rua Boa Vista. Em destaque, as construções com feições modernas erguidas no local dos edifícios mencionados na figura anterior.



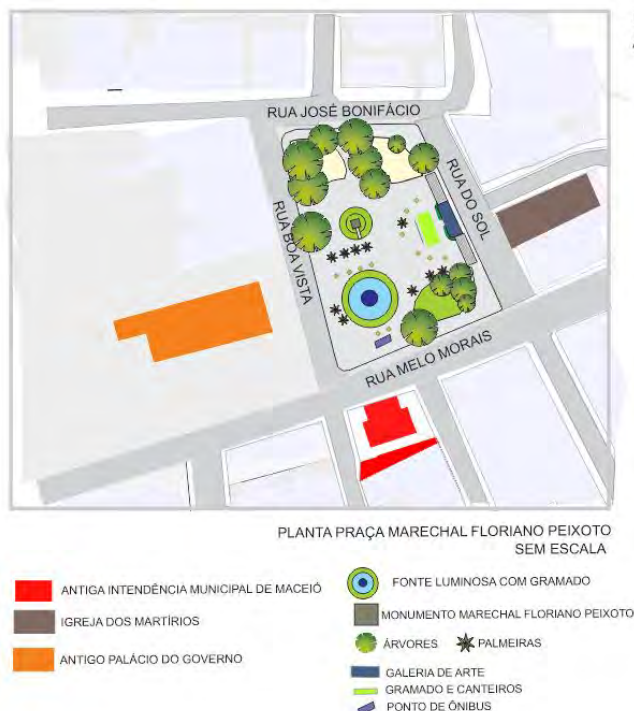
Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, 2019.

Na década de 1990, as atividades governamentais continuaram sendo realizadas no Palácio do Governo. Entretanto, o poder municipal se deslocou para outro imóvel, enfraquecendo o local como polo das três esferas administrativa, política e religiosa. Nesse contexto, a Praça Marechal Floriano Peixoto passou por alterações que podem ser observadas no projeto Quapá, realizado em 1995. Ao comparar a planta anterior da mesma área, percebe-se que a principal alteração espacial do logradouro foi a perda dos planos da praça, realizados anteriormente. No entanto, nota-se também o acréscimo de nova vegetação, como palmeiras imperiais, enfileiradas e posicionadas em direção à Igreja dos Martírios. Em referência à edificação do Palácio, outras vegetações foram dispostas próximas à galeria de arte, formando um semicírculo, assim como em outros



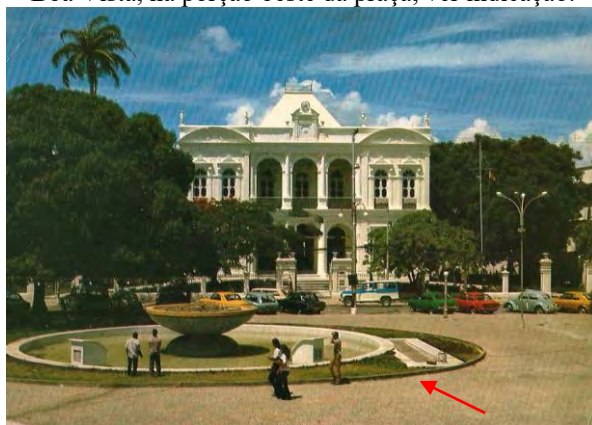
trechos da praça (ver figura 20). Outra alteração, evidenciada a partir de registros fotográficos, foi a existência de um estacionamento público na Rua Boa Vista, em frente ao antigo Palácio do Governo (ver figura 21).

Figura 20– Planta da Praça Marechal Floriano Peixoto, com base no levantamento de 1995, do projeto Quapá, com a remoção de alguns elementos que não se encontram nas fotografias do período.



Fonte: Projeto Quapá, 1995. Adaptado pela autora, 2019.

Figura 21–Praça Marechal Floriano Peixoto, em meados da década de 1960. Em primeiro plano, observa-se a fonte luminosa; ao fundo, o antigo Palácio do Governo e o estacionamento público localizado na Rua Boa Vista, na porção oeste da praça, ver indicação.



Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, 196?.



No ano 2000¹⁷, em decorrência do péssimo estado de conservação da Praça Marechal Floriano Peixoto e do conjunto arquitetônico do seu entorno a gestão pública municipal e estadual se propuseram a retornar a representatividade cívica da praça. Inicialmente, foi realizado o projeto de intervenção no edifício da antiga Intendência para o regresso da sede do poder municipal, em seguida, foi realizada a última reforma¹⁸ na praça Marechal Floriano Peixoto durante a gestão do governador Ronaldo Lessa.

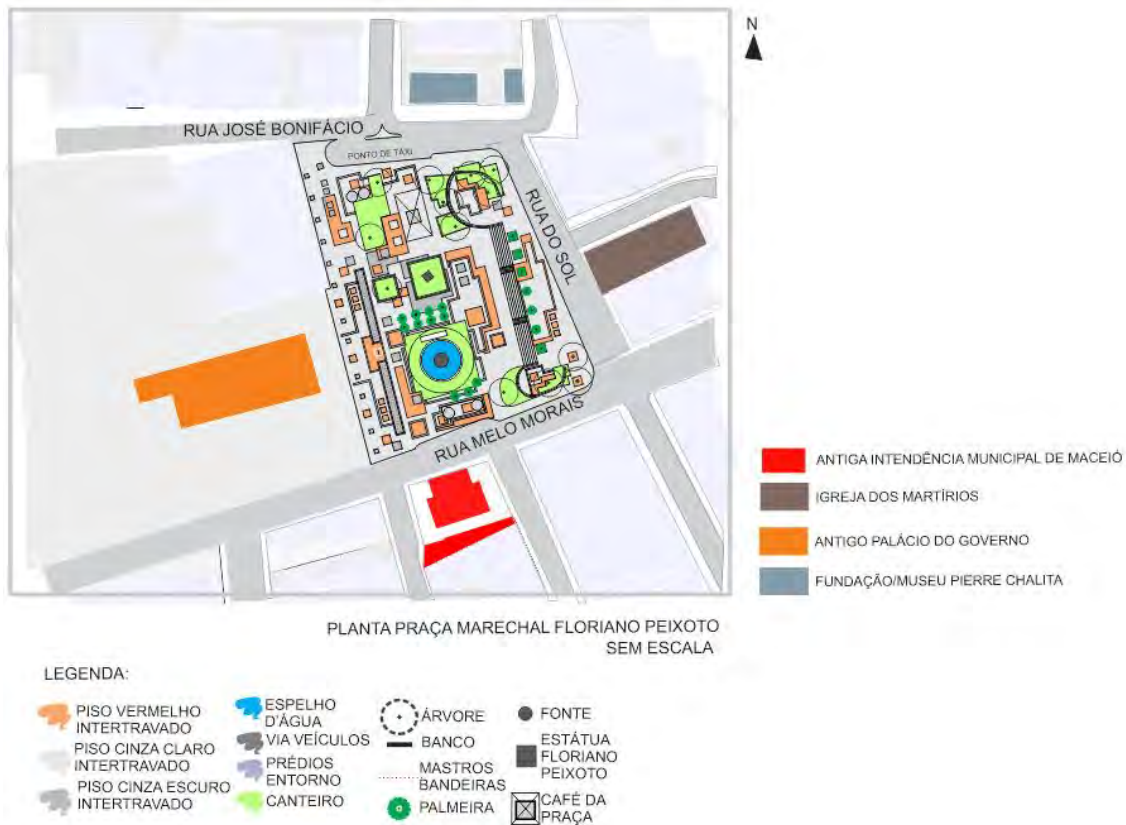
A intervenção realizada propôs a incorporação de um trecho da Rua Boa Vista à Praça, interligando a edificação do Palácio do Governo e os demais imóveis que compõem dos edifícios deste quarteirão ao espaço público. A proposta abarcou nova paginação de piso com desenhos geométricos; alteração na conformação da praça, na orientação noroeste para a instalação de um ponto de táxi na Rua José Bonifácio; reformulação dos canteiros das árvores de grande porte, instalação de um café próximo ao monumento do Marechal Floriano Peixoto, retirada da galeria de arte e reformulação das escadarias de acesso para a igreja. No nível inferior, verifica-se a redução da vegetação e a inserção de duas filas de mastros de bandeiras, em frente ao Palácio do Governo, representando os municípios alagoanos (ver figura 22).

¹⁷ Além das propostas realizadas para resgatar a Praça Marechal Floriano Peixoto a Prefeitura Municipal de Maceió elaborou o Projeto de Requalificação do Centro de Maceió, visando proporcionar melhorias na infraestrutura do espaço urbano em seu conjunto arquitetônico.

¹⁸ As profissionais responsáveis pela reforma da praça Marechal Floriano Peixoto foram as arquitetas Tatiane Macedo e Teresa Alcântara, antigas funcionárias do Serviço de Engenharia do Estado de Alagoas – SERVEAL. Em entrevista realizada em abril de 2018 a arquiteta Tatiane Macedo, responsável pelo projeto da Praça Marechal Floriano Peixoto, relatou que o projeto original sofreu reformulações drásticas devido à falta de recursos e de fiscalização das obras. Outro problema evidenciado ao decorrer da execução da obra foram as divergências de opiniões entre o Estado e a Prefeitura.



Figura 22– Planta da Praça Marechal Floriano Peixoto do projeto de intervenção da Serviço de Engenharia do Estado de Alagoas – SERVEAL.

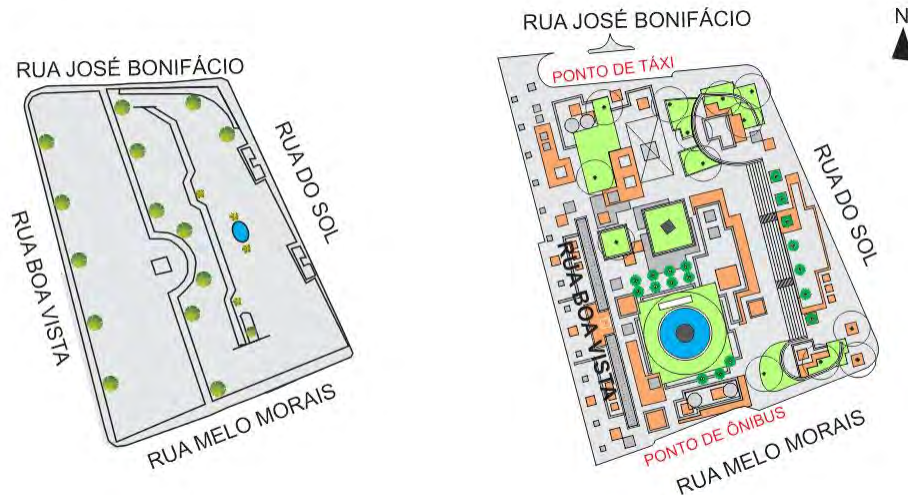


Fonte: SERVEAL, 2002. Adaptado pela autora, 2019.

A partir da análise da intervenção realizada na praça verificou-se que a proposta modificou o traçado original da praça, como pode ser visto nos recortes realizados na estrutura da praça, no sentido de locar o ponto de táxi e o abrigo ponto de ônibus, em frente ao complexo da antiga Intendência. Ademais, a nova configuração espacial realizada destinada ao ponto de táxi ocasionou um redesenho no traçado do logradouro, além de criar um formato contrastante com a estrutura formal geométrica da praça, ver figura 23.



Figura 23– Desenho esquemático da configuração espacial da praça no início do século XX e no século XXI, após o projeto de intervenção.



Fonte: Acervo da autora, 2019.

Apesar das posturas adotadas para resgatar o convívio social no espaço, no século XXI, a Praça Marechal Floriano Peixoto passa por um novo processo de transformação em sua configuração, desenhos e usos nos edifícios do entorno. Em 2007, com a transferência do poder estadual para um prédio contemporâneo, próximo à antiga edificação, o prédio do Palácio do Governo passou a abrigar o Museu Marechal Floriano Peixoto e a Secretaria de Cultura (SECULT-AL).

Além dessas transformações, o logradouro público abriga importantes edifício relacionados com atividades culturais: museus e, também, a praça é apropriada para manifestações culturais de importante significado para a população local como Cortejo Xangô Rezado Alto¹⁹ (ver figura 24).

¹⁹ O cortejo Xangô Rezado Alto é uma manifestação cultural em memória do ato de intolerância religiosa em Alagoas conhecido como Quebra de Xangô¹⁹. O Quebra de 1912 ou Quebra de Xangô foi desencadeado por um grupo de milicianos armados, integrantes da Liga dos Republicanos, contrária ao governador Euclides Malta, que invadiu os terreiros da capital, destruindo e queimando objetos religiosos em praça pública e espancando pais e mães de santo e outros membros dos terreiros. Em protesto a esse acontecimento e em homenagem às vítimas de tanta violência, em 2012 teve início o Cortejo Cultural Xangô- Rezado Alto, organizado pela Prefeitura de Maceió junto a Fundação Municipal de Ação Cultural (FMAC). Essa celebração tem participação de comunidades afrodescendentes e grupos culturais Taieiras Alagoanas, Baianas Ganga Zumba, Banda Afro Dendê, Coco Raízes Nordestinas, Banda Afro Zumbi e outras manifestações da cultura nordestina de origem africana. O Cortejo percorre as ruas do Centro de Maceió e em seguida, encerra a solenidade na Praça Marechal Floriano Peixoto com as apresentações muito aplaudidas pelo público que acompanha a atividade.



Figura 24– Cortejo Xangô Rezado Alto rumo à Praça Marechal Floriano Peixoto.



Fonte: Acervo fotográfico da autora, 1 de fevereiro de 2019.

2. A INTENDÊNCIA EM MACEIÓ



Em 1889, com a vigência do período republicano, verificou-se um novo panorama político e administrativo no Brasil, seguindo os fundamentos do federalismo. Nesse contexto, as Câmaras Municipais, dirigidas pelos “homens bons e leais do Império”, eram consideradas decadentes e ineficientes pelos republicanos, fato que não se enquadrava nos moldes do novo sistema implantado (SANTOS, 2009, p. 3). Sendo assim, as Câmaras Municipais foram extintas no país, e o poder Legislativo passou a ser exercido por um Conselho de Intendência, que conferiu certa autonomia aos trâmites jurídicos dos municípios e facilitou as tomadas de decisões necessárias às reformulações do espaço urbano. De acordo com Ecker (2010), com a nova Constituição de 1891, foi determinada a organização dos municípios, e, cinco anos depois, foi instituído o gestor político denominado “Intendente Municipal”, o que hoje corresponde, na perspectiva administrativa, às funções dos prefeitos, permanecendo em vigência até meados de 1930.

A fim de acompanhar essas transformações no cenário político republicano, foram estabelecidos novos valores estéticos que levaram à construção de novos edifícios oficiais, seguindo os parâmetros de uso e as medidas higienistas, baseados nos moldes europeus e nas recomendações do código de posturas²⁰.

Desse modo, Maceió afasta-se dos ares provincianos e inicia, no século XX, a construção dos novos edifícios para sediar o poder municipal. A pretensão era inserir, na cidade, uma arquitetura imponente que representasse, em sua tipologia, a magnitude desse período, seguindo os novos modelos arquitetônicos erguidos na Capital Federal, Rio de Janeiro, berço dos principais avanços construtivos, onde emergiam o progresso e as novidades da indústria.

²⁰ No caso de Maceió, em 1860, o médico e geógrafo alagoano Thomaz do Bonfim Espíndola propôs uma medida higienista para o espaço urbano em relação à salubridade assim como para os prédios públicos, publicada na obra *Geographia Alagoano ou Descrição Physica, Política e Histórica da Província das Alagoas*. (CAVALCANTI, 1998).

No entanto, em 1911, foram reformuladas as Posturas do município de 1878. Dentre as medidas, destacam-se que “as residências deveriam ser construídas ou reconstruídas nas principais vias da cidade, e conter 0,70m de altura no porão ou subsolo em relação ao nível do solo”. Ademais, “terão aberturas que dêem diretamente para a rua, pátio, pequeno pátio — uma espécie de poço de aeração ou jardim” e estarão em conformidade com as medidas higienistas (CAVALCANTI, 1998, p. 309).

2. A INTENDÊNCIA EM MACEIÓ



Com fundamento nessa ação, ocorreram as primeiras discussões e reflexões acerca da necessidade de construir uma edificação sintonizada com as novas medidas higienistas para sediar a municipalidade. Era tempo de renovação, de se construir uma nova imagem para a cidade de Maceió.

Motivado pela construção do Palácio do Governo e pela mudança do “poder” estadual do antigo Largo da Matriz para o Largo dos Martírios, durante o governo de Euclides Malta, por volta de 1903, o Intendente Wanderley de Mendonça solicitou ao arquiteto/engenheiro italiano Giovanni Luigi Giuseppe Lucarini a elaboração de um projeto para o novo prédio da Intendência Municipal, conforme informações expostas nos relatórios ao Conselho Municipal (Amorim, 2010). No entanto, somente em 1905, no mandato do Intendente Sampaio Marques, o projeto foi retomado e finalizado pelo arquiteto/engenheiro italiano Luigi Lucarini.

2.1 O ARQUITETO LUIGI LUCARINI



Baseado no livro “Luigi Lucarini – Vida e Obra”, a autora Vânia Amorim (2010) aponta que o arquiteto Giovanni Luigi Giuseppe Lucarini nasceu, em 1842, na cidade de Lucca, região da Toscana italiana, e ingressou na Academia de Belas Artes, na cidade de Nápoles²¹, em 1857.

Em sua trajetória pelo Brasil, os registros apontam que Luigi Lucarini se fixou no país em meados de 1873. Inicialmente, desembarcou na cidade do Rio de Janeiro. Dois anos após a sua chegada já existem documentos que registram sua presença em território

²¹ Em meados do século XVIII e início do século XIX, a cidade de Nápoles vivenciava uma transição entre a “antiga arte de construir e a nova ciência”, que, com o passar do tempo, acarretaria modificações no processo construtivo das edificações. A criação da Escola de Aplicação de Engenheiros de Pontes e Estradas, junto à Academia de Belas Artes, na cidade de Nápoles, e a influência de diversos alunos oriundos de localidades distintas, como França e Bélgica, favoreceram a formação profissional de Luigi Lucarini, que obteve o título de arquiteto aos dezoito anos de idade pela Academia de Belas-Artes de Nápoles (AMORIM, 2010, p. 17).



alagoano²². Ao chegar em Maceió, Luigi Lucarini desenhou um novo panorama para a cidade em desenvolvimento. Introduziu as influências arquitetônicas da Europa, vigentes no período, para a construção de uma nova cidade, ancorada na linguagem arquitetônica vinculada ao ecletismo.

A presença do arquiteto italiano Luigi Lucarini em terras alagoanas contribuiu para a arquitetura estilística²³ em Alagoas. O olhar de Lucarini²⁴ propiciou mudanças na paisagem urbana de Alagoas²⁵ e na cidade de Maceió, principalmente quando assume a Direção das Obras Públicas Estaduais²⁶ e torna-se referência nas obras públicas do estado ao decorrer do regime político republicano.

Para inspirar e embasar seus projetos em Maceió, o arquiteto Lucarini realizou uma viagem, em 1904, para a cidade do Rio de Janeiro, quando integrava a Comissão de Melhoramentos (FORTES; FERRARE, 2010). O intuito era pesquisar e estudar as tipologias arquitetônicas e as inspirações para as reformulações no espaço urbano, modelos arquitetônicos, assim como as novidades da indústria na Capital Federal, que refletiam o progresso e o embelezamento das cidades. A respeito dos novos projetos e da modernização da Capital, registra-se:

²² Não há registros oficiais que comprovem o motivo pelo qual Lucarini escolheu Maceió e não o Sudeste do Brasil para sua relocação, o que era mais comum na época, em decorrência da presença da Corte Portuguesa na cidade do Rio de Janeiro e dos principais avanços construtivos no século XIX. Amorim (2010) supõe que a vinda de Lucarini para Maceió esteja relacionada ao encontro, na Itália, entre ele e Joaquim Paulo Vieira Malta, que, ao mencionar a cidade, pode ter estimulado o interesse do arquiteto em residir na capital alagoana.

²³ No entanto, a historiografia também cita a presença de outros profissionais que contribuíram para a arquitetura estilística e o estilo neoclássico em Alagoas, Carlos Monday - arquiteto responsável por desenhar o mapa de Maceió, em 1841; José Pedro Azevedo Scharamback, responsável pelo projeto do Tesouro Estadual; José Diniz da Silva, arquiteto do edifício da Sociedade Perseverança e Auxílio dos Empregados no Comércio de Maceió; Fulgêncio de Paiva e Fulgêncio de Paiva Filho, arquitetos responsáveis pela planta da Associação Comercial; e o arquiteto Grandjean de Montigny, possível autor do projeto da Igreja Matriz Nossa Senhora dos Prazeres, conhecida popularmente como a Catedral de Maceió (BRANDÃO, 1929).

²⁴ Lucarini era mencionado nos jornais e em documentos oficiais, ora, como arquiteto, ora como engenheiro. “Essa indefinição pela denominação da atividade profissional advém de sua participação em obras de engenharia, como a realização de estudos para a canalização de um rio na cidade de Coruripe, e levantamentos topográficos, tendo também sido responsável pelo levantamento da planta da cidade de Viçosa, em 1897, e de terrenos particulares na região de Penedo na década de 1880 (FORTES; FERRARE, 2010, p.70).

²⁵ O arquiteto Luigi Lucarini elaborou projetos na cidade de Penedo, a exemplo do Teatro Sete de Setembro e da residência do Coronel Antônio Barreiros Filho. Realizou também, levantamento cadastral da cidade de Viçosa.

²⁶ Luigi Lucarini se mantém no cargo até o seu falecimento, em 1907.



A produção dos edifícios públicos de estilo eclético no Rio de Janeiro no início do século XX reserva-se ao entendimento da arquitetura como monumento representativo de uma digna capital e que espelhasse sua razão funcional.

Se no Rio de Janeiro do final do Império considerava-se que o objetivo dos monumentos era “sugerir, inspirar, comover”, aos palácios da Capital da República cabe agora o papel de “representar” (FORTES; FERRARE, 2010, p.74/75).

Assim, carregado de novos conceitos e tendências da arquitetura empregadas nas construções do Rio de Janeiro e com influências das cidades italianas nas suas concepções arquitetônicas, Lucarini adotou o estilo historicista tipológico nas construções, no qual estabelece a relação entre edifício e função. Ou seja, “o edifício deve comunicar, em sua forma externa, a função que ele abriga” (CASTRO, 2011).

Entretanto, em suas obras, evidencia-se outra tendência que o autor Luciano Patetta (1987) enquadra como composição estilística. Lucarini não incorporava apenas um único referencial arquitetônico. Apesar de utilizar elementos clássicos, em seus projetos ele mesclava elementos de períodos históricos distintos para compor uma obra, com a inserção de elementos com ascendência neogótica e neoclássica, característicos da linguagem eclética.

Posto isto, ao analisar as construções de Lucarini, verifica-se a inserção de elementos compositivos semelhantes entre os prédios públicos erguidos por ele: estátuas ou alegorias que representavam as atividades para as quais o edifício era destinado; pinturas decorativas em espaços nobres internos; uso de caixilho em madeira com vidro nas esquadrias; e gradis de ferro nos peitoris das janelas.

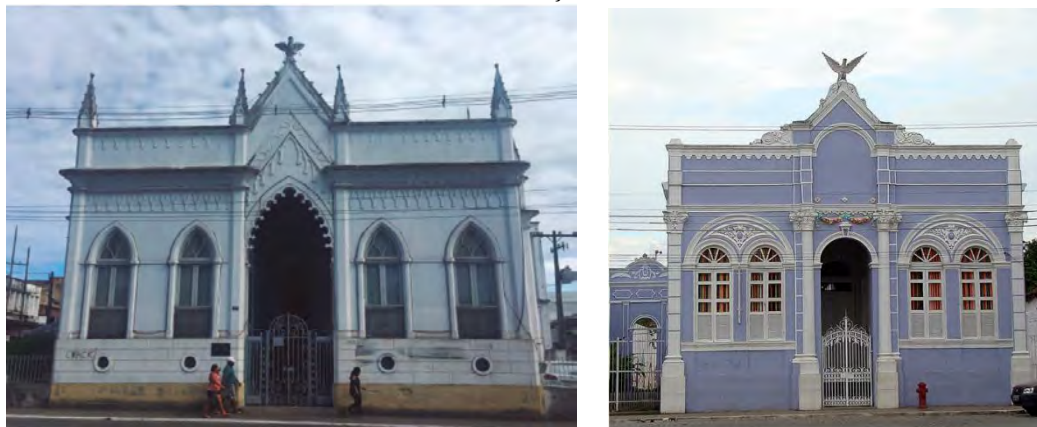
Esses elementos compositivos, descritos anteriormente, podem ser encontrados no edifício da antiga Intendência de Maceió e na Intendência de Viçosa²⁷, em Alagoas. Existem indícios²⁸ de que a Intendência de Viçosa também tenha sido projetada pelo arquiteto italiano Luigi Lucarini, em virtude das semelhanças arquitetônicas na configuração compositiva formal e estética entre os edifícios (ver figuras 26 e 27).

²⁷ A antiga Intendência de Viçosa apresenta tombamento em nível estadual, enquanto monumento isolado, por meio do Decreto nº28.547, de 12/10/2013.

²⁸ Pode ter sido feita uma cópia de uma das construções — algo muito comum na arquitetura — pegar referências do que ocorria na capital e realizá-las no interior.



Figuras 25 e 26 – Fachada principal dos edifícios da antiga Intendência de Maceió e de Viçosa.



Fonte: Acervo fotográfico de Isabella Dantas e Diógenes Braga , 2017 e 2010.

Enxergam-se similaridades tanto na planta, na distribuição espacial, quanto na relação de proporção da fachada principal, com ritmo e dimensionamento das esquadrias. Os projetos apresentam eixo de simetria e um hall de entrada na parte central, com portão em ferro fundido e duas aberturas em cada trecho. Ambos os prédios apresentam arquitetura característica do período, com implantação na testada do lote e recuos laterais. Os edifícios apresentam apenas um pavimento sobre porão alto, não utilizável, e, no topo do frontão, a alegoria de uma águia, ícone do poder administrativo municipal.

Entre as particularidades das edificações, a Intendência de Maceió é formada por vãos independentes com vergas em arcos ogivais, o que remete à arquitetura estilística neogótica, ressaltada pelos pináculos decorativos localizados nas extremidades da platibanda, enquanto a Intendência de Viçosa tem feição românica, com a fachada composta por quatro janelas sob vergas em arco pleno.



A história da construção do edifício da Intendência de Maceió passa pelo desejo dos intendenteadores de construir um edifício digno, com aparência elegante e capaz de comportar as repartições administrativas da municipalidade, em conformidade com as

2.2 A CONSTRUÇÃO DO PALACETE MUNICIPAL



novas exigências instauradas no Brasil-República. Apesar de todos os esforços por parte dos intendentess para possuir uma sede própria, somente na gestão do Intendente Demócrito Brandão Gracindo (1909-1911) ocorreu o edital para a execução da obra do Palacete da Intendência.

Entre as propostas recebidas, Luigi Lucarini Filho²⁹ venceu a concorrência pública, apresentando um projeto condizente com as expectativas vigentes e “um orçamento de 50:000\$000 de réis”³⁰ para a construção do edifício da Intendência de Maceió, de acordo com o projeto já existente de autoria de seu falecido pai, o arquiteto italiano Luigi Lucarini.

Para dar início às obras em 1909, foi necessário que se desapropriassem residências de arquitetura vernacular, com porta e janela (ver figura 27), que se localizavam no terreno escolhido, correspondente a um lote de esquina da Rua do Comércio, em frente à Praça Marechal Floriano Peixoto. Em conformidade com o contrato, “a entrega do prédio deveria ocorrer dentro do prazo de seis meses.”³¹.

Figura 27- Casas térreas demolidas para a construção do edifício da Intendência.



Fonte: Acervo fotográfico do Arquivo Público de Alagoas, 1909.

Em janeiro de 1910, o prédio sede do poder municipal é inaugurado e passa a ser reconhecido como o Palacete Municipal (Lima, 1999), ver figura 28.

²⁹ Diferente de seu pai, Lucarini Filho tinha formação profissional de agrimensor.

³⁰ MENSAGEM apresentada ao Conselho Municipal, em 16 de janeiro de 1910, pelo intendente bacharel Demócrito Brandão Gracindo. (1910). Maceió: Typ. Da Empreza Gutemberg. p.9.

³¹ Id. 1910. p.10.



Figura 28- Cartão postal do edifício da Intendência de Maceió, em 1914.



Fonte: Acervo fotográfico do Arquivo Público de Alagoas, 1910.

Ancorado nas informações relatadas pelo Intendente Demócrito Brandão Gracindo ao Conselho Municipal, em 7 de janeiro de 1911, obtém-se a descrição do prédio e dos ambientes da Intendência:

[...] Ocupa uma area de 831, e meio quadrados e de estylo gothico. A sua fachada não tem, é certo ornamentações custosas, mas sobresa e pela sobriedade de suas linhas e combinação esthetica. Uma larga escadaria dá acesso ao seu interior. Com quanto só tenha um andar, tem accomodações sufficientes para as repartições municipaes.

[...] O Salão do Conselho Municipal ficava aos fundos, “luxosamente preparado, destacando-se em seu mobiliário a mesa da presidência, as cadeiras para os Conselheiros Municipais”[...].

[...] Voltada para a Praça dos Martírios ficava a Sala de Recepção, com “luxuosas poltronas carmesin e finos tapetes”. Na mesma ala voltado para a Rua do Comércio, ficava o Gabinete do Intendente, com um bellissimo birô, trabalho de Manoel Cyrino. Havia ainda o Gabinete do Secretário, a Tesouraria, a Secretaria, Sala de Expediente, Lavatório e Arquivo, “todas essas dependências bem ventiladas e iluminadas, por efeito de grande número de portas e janelas rasgadas em todas as fases do edificio” (MENSAGEM apresentada ao Conselho Municipal, em 7 de janeiro de 1911, pelo intendente bacharel Demócrito Brandão Gracindo. (1911). Maceió: Typ. Da Empreza Gutemberg. (s/pg).

Ainda em 1910, Demócrito Gracindo averigua a necessidade de construir dois ambientes no anexo³², obedecendo ao mesmo estilo do prédio principal, destinados ao almoxarifado e à vigilância municipal da intendência³³ (ver figuras 29³⁴ e 30).

³² Não se tem registros ou documentos oficiais sobre a autoria do projeto do prédio anexo da Intendência.

³³ MENSAGEM apresentada ao Conselho Municipal, em 16 de janeiro de 1910, pelo intendente bacharel Demócrito Brandão Gracindo. (1910). Maceió: Typ. Da Empreza Gutemberg. p.10.

³⁴ Mediante pesquisas nos órgãos públicos de Maceió, não encontrou-se o projeto original do arquiteto Luigi Lucarini, para o Palacete Municipal. Todavia, a partir da análise do projeto do Tribunal de Justiça

2.2 A CONSTRUÇÃO DO PALACETE MUNICIPAL



Amorim (2010) relata que foi preciso desapropriar mais dois imóveis residenciais: um na Rua do Comércio e outro na Rua Boa Vista. É provável que, nessa época, tenha sido construída a escada, na parte posterior, que comunica a área externa com o pavimento térreo do bloco principal, criando um acesso de serviços ao edifício. Ao se incorporar o anexo, ganha-se um novo fluxo e acesso à edificação, contribuindo para que se desencadeiem modificações na dinâmica do prédio.

Figuras 29 e 30- Provável planta baixa do pavimento térreo do edifício da Intendência. A figura 30 mostra o prédio da municipalidade e ao fundo o anexo construído em 1910, ver destaque.



Fonte: Acervo da autora e Arquivo Público de Alagoas, 2018, 1910; respectivamente.

Pouco tempo após a inauguração do Palacete Municipal, foram detectados problemas estruturais e rachaduras no edifício, “talvez em decorrência das fortes chuvas ou em consequência da pouca profundidade dos alicerces”³⁵. Nas palavras do Intendente Demócrito Gracindo:

[...] Cuidadosamente examinado, dei pressa em reparar tão grave e imprevista ocorrência; mas estava longe de supôr que ella, pela sua natureza , me forçasse aos sacrificios a que fui obrigado fazer. Esses serviços ficaram a cargo do Agrimenssor sr. Nickse, sob a minha immediata fiscalização pessoal. Para segurança do edificio, foram construidos immediatamente 34 contrafortes de alvenaria em pedra, com um metro quadrado de base, nos angulos internos do edificio, assentando em terreno solido a quatro metros de profundidade e subindo até o travejamento do

que possui muitas semelhanças com o projeto da Intendência foi possível desenhar provável uma planta baixa do pavimento térreo do palacete.

³⁵ (MENSAGEM apresentada ao Conselho Municipal, em 7 de janeiro de 1911, pelo intendente bacharel Demócrito Brandão Gracindo. (1911). Maceió: Typ. Da Empreza Gutemberg. (s/pg).



soalho. Sobre os contrafortes, ligados por fortes varões e abraços de ferro, foram colocados robustas vigas de madeira de lei para sustentar o mesmo travejamento. Nos vertices de alguns contrafortes fiz collocar 16 columnas de ferro de diametro de 0,18m que vão amarrar o travejamento da cobertura, columnas que foram depois artisticamente revestidas de alvenaria e que disfarçam por completo os arranjos anteriores.

Substitui varias vigas do telhado, alarguei e aprofundei revestindo as cuidadosamente com cimento diversas calhas; fiz em roda do edificio uma larga calçada de protecção; fechei duas portas que enfraqueciam algumas paredes internas; obstrui uma profunda cacimba descoberta ao lado do angulo sul e procedi varios outros serviços, inclusive pintura, que me deixaram a certeza de ter convenientemente fortalecido o predio municipal de novos desarranjos³⁶ (MENSAGEM apresentada ao Conselho Municipal, em 7 de janeiro de 1911, pelo intendente bacharel Demócrito Brandão Gracindo. (1911). Maceió: Typ. Da Empreza Gutemberg. (s/pg).

Entretanto, quando o Intendente Firmino de Aquino Vasconcelos³⁷ assume a municipalidade em 1915, realiza algumas modificações no edificio, “rebocando e atijolando os dois grandes salões da cave³⁸”, para instalar o arquivo da municipalidade. Concomitantemente, solicita o calçamento em frente ao acesso principal do prédio.

Com base nos relatórios ao Conselho Municipal, em 1919, o edificio da municipalidade se encontrava com problemas físicos que comprometiam a funcionalidade das atividades da Intendência. Lima (1999) aponta que após a saída do intendente Demócrito Gracindo o imóvel não passou por nenhuma reforma ou manutenção em sua estrutura física.

Diante dessa situação, o novo intendente, Corrêa de Oliveira, realizou uma reforma geral no prédio com a finalidade de prolongar a construção do anexo (ver figuras 31 e 32). Com o crescimento das atividades administrativas o edificio já não acomodava os novos serviços e atividades. O setor de obras públicas, por exemplo,

³⁶ O edificio por estar implantado em uma área de platô intermediário, nível mais baixo, e por receber todo o escoamento de água do morro do Jacutinga, provavelmente, em períodos de chuvas intensas, registrava-se a formação de charcos. Desse modo, como o prédio apresenta pavimento porão alto – abaixo do nível da rua- há suspeitas de que os problemas estruturais na construção no que tange às fundações estejam relacionados com o acúmulo de água no logradouro público, o que ocasionava danos ao monumento.

³⁷ (MENSAGEM apresentada ao Conselho Municipal, em 7 de janeiro de 1911, pelo intendente bacharel Demócrito Brandão Gracindo. (1911). Maceió: Typ. Da Empreza Gutemberg. (s/pg).

³⁸ Termo usado para designar local subterrâneo, segundo Corona Lemos (2017).

2.2 A CONSTRUÇÃO DO PALACETE MUNICIPAL



funcionava no porão alto, sem aeração ou iluminação – “uma verdadeira masmorra colonial preparada para grandes criminosos”³⁹.

Terminados os trabalhos iniciados, pretendo reformar o mobiliário do gabinete e secções, mobiliário que esta em condições de quasi imprestabilidade.

Por fim iniciarei a construção de um prolongamento do edificio municipal, afim de nelle localizar a secção technica e o archivo (MENSAGEM apresentada ao Conselho Municipal, em 16 de janeiro de 1920, pelo intendente bacharel Leonino Correia e Oliveira. (1920). Maceió: Typ. Da Empreza Gutemberg. (s/pg).

Figuras 31 e 32- Planta baixa cronológica da construção dos blocos principal e anexo da Intendência. A figura 32 avista-se o prédio da municipalidade a partir da praça Marechal Floriano Peixoto, em destaque o pavimento superior do volume anexo em 1940.



Fonte: Acervo da autora e Acervo fotográfico do Museu da Imagem e do Som de Alagoas, 2018, 1910; respectivamente.

Ainda motivado a proporcionar melhorias aos ambientes da gestão municipal, o Intendente Corrêa de Oliveira realizou outras intervenções no edificio, como divisões internas conforme as exigências dos setores; ajardinamento das áreas laterais; inserção de um portão de ferro no antigo vestíbulo; construção de uma escada interna para dar acesso ao porão alto; e a realização de pequenos reparos na pintura externa e interna da edificação.

Com a expansão da cidade, em meados da década de 1940, o prédio não comportava os setores públicos nos ambientes do edificio; ou melhor, o edificio

³⁹ (MENSAGEM apresentada ao Conselho Municipal, em 16 de janeiro de 1920, pelo intendente bacharel Leonino Correia e Oliveira. (1920). Maceió: Typ. Da Empreza Gutemberg. (s/pg).

2.2 A CONSTRUÇÃO DO PALACETE MUNICIPAL



provavelmente ficou defasado, e a sede do poder municipal deslocou-se para outro imóvel.

A antiga companhia de Saneamento de Águas e Esgotos de Maceió (SAEM) – passou a ocupar o prédio, em 1947 (ver figura 33) (Araújo,1999).

Figura 33 – Vista do edifício da Intendência. Na década de 1980, a área apresentava modificações como, a remoção do sistema de vedação em pilaretes que circundava o prédio.



Fonte: Acervo fotográfico do MISA, 1982.

De acordo com o arquiteto Sandro Gama Araújo⁴⁰, a SAEM – atual Companhia de Saneamento de Alagoas (CASAL), assinou com a Prefeitura de Maceió um regime de comodato, trocando o Parque Municipal, de propriedade da CASAL, pelo edifício da Intendência. A ocupação do prédio pela CASAL perdurou até o ano 2000 (ver figura 34); hoje, o prédio pertence à Prefeitura de Maceió.

Figura 34–Fachada noroeste do edifício da Intendência, sede da CASAL.



Fonte: Acervo fotográfico da Coordenação de Patrimônio da Prefeitura de Maceió, 2000.

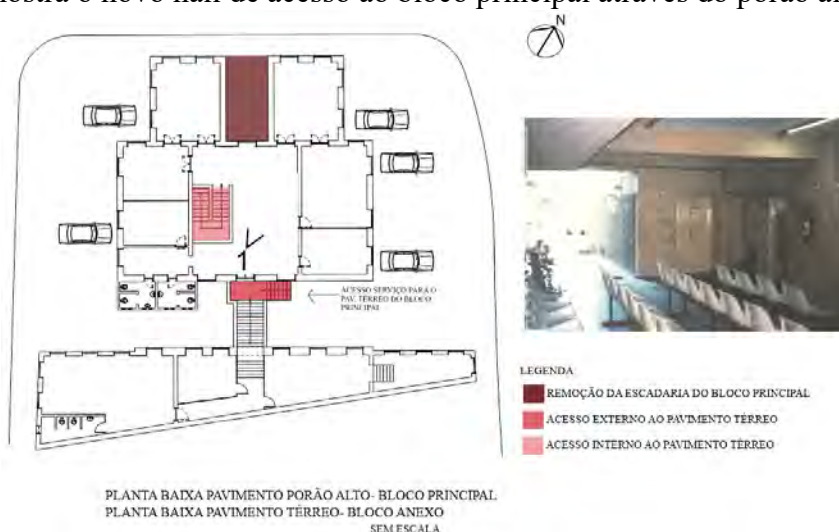
⁴⁰ Arquiteto e urbanista formado pela Universidade Federal de Alagoas, que, em 1999, iniciou um trabalho de pesquisa (Pibic) sobre a contribuição de Luigi Lucarini para a arquitetura de Maceió, orientado por Maria Fátima de Mello Barreto Campello. Diante do aprofundamento histórico sobre o edifício da Intendência, foi realizada uma entrevista presencial com o arquiteto em 30 de abril de 2018, a fim de coletar informações para melhor compreender o objeto de estudo.



A ocupação do edifício da Intendência pela CASAL proporcionou ao prédio intervenções equivocadas, como relatou a arquiteta e urbanista Maria Adecianny André de Souza⁴¹. As intervenções realizadas na edificação acarretaram não só a descaracterização e perda de elementos compositivos do prédio, mas também alterações significativas em seus acessos, fluxos e espaços internos, comprometendo a leitura arquitetônica do edifício. Dessa maneira, realizou-se uma análise mais minuciosa dessas modificações.

Com o objetivo de utilizar o espaço do porão alto – cujo pé direito não permitia que fosse habitável- a CASAL resolveu modificar a altura do piso do pavimento térreo original do bloco principal, a aproximadamente um metro para tornar o porão um espaço habitável e que pudesse abrigar os setores administrativos da empresa. Consequentemente, a reforma alterou a entrada principal do edifício, demolindo a escada que comunicava o exterior com o pavimento térreo do volume principal e substituindo-a por uma porta de acesso ao porão alto, sendo este o novo acesso principal ao imóvel, (ver figuras 35 e 36).

Figuras 35 e 36–Planta baixa com a indicação do antigo vestíbulo aberto, local onde existia a escada que foi demolida em uma das intervenções realizadas. A figura 36 mostra o novo hall de acesso ao bloco principal através do porão alto.



Fonte: Acervo da Coordenação do Patrimônio de Maceió. Adaptado pela autora, 2018.

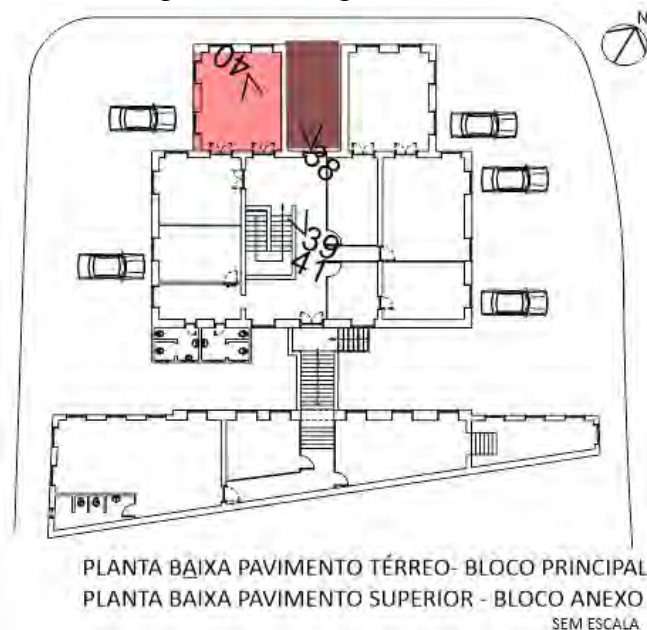
⁴¹ Participante do corpo técnico do projeto de restauração e atualmente atua na Coordenação do Patrimônio da Prefeitura de Maceió.



Toda a imponência atribuída ao acesso principal da edificação foi anulada com a remoção da escada. Essa invasiva intervenção é considerada uma perda para aquele patrimônio, pois, além de alterar o fluxo interno da edificação, também interferiu na relação do edifício com a praça, tendo em vista que a escada proporcionava a ascensão do nível do chão para o interior do prédio. Diante disso, o pavimento térreo do bloco principal perde seu valor referente à hierarquia estabelecida pela presença da escadaria.

Os espaços internos do edifício passaram a não condizer com as características que a fachada apresentava. As janelas rasgadas foram segmentadas pela laje do pavimento do porão alto. Sendo assim, algumas foram entaipadas, enquanto outras esquadrias em caixilho de madeira foram substituídas por janelas basculantes com vidro (ver figuras 37, 38 e 39). Cabe ressaltar, ainda, que a esquadria em ferro da bandeira de um dos ambientes do pavimento térreo foi removida (ver figuras 41 e 42). Não obstante, foram inseridos aparelhos de ar-condicionado nos vãos dos óculos do porão alto ou nas folhas das esquadrias das janelas rasgadas.

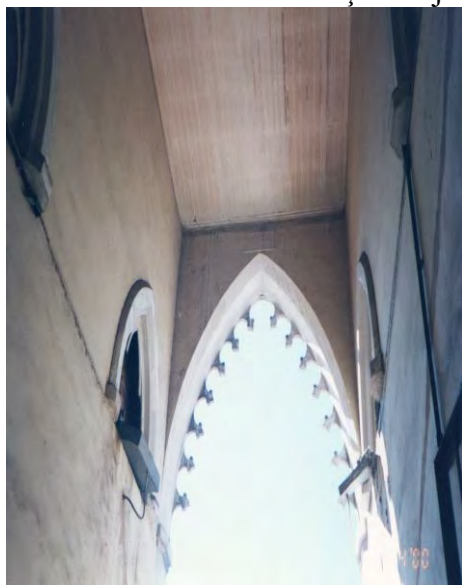
Figura 37 – Planta baixa do pavimento térreo, com a indicação das tomadas fotográficas das figuras 38, 39 e 40.



Fonte: Acervo da Coordenação do Patrimônio de Maceió. Adaptado pela autora, 2018.



Figuras 38 e 39 – Vista das janelas rasgadas entaipadas do antigo vestíbulo aberto e do pavimento térreo do bloco, na figura 39 observa-se a laje corrompendo a janela e a inserção da janela basculante, ver destaque.



Fonte: Acervo da Coordenação de Patrimônio da Prefeitura de Maceió, 1999. Adaptado pela autora, 2018.

Figura 40– Vista do gabinete do prefeito Anfilófilo em um dos ambientes do pavimento térreo. Em destaque, a bandeira em ferro com formas sinuosas.



Fonte: Acervo fotográfico de Jayme de Altavila, 1928.



Figura 41– Vista do pavimento térreo do bloco principal. Em destaque, a bandeira que foi entaipada e a remoção da esquadria em ferro mencionada na fotografia anterior.



Fonte: Acervo da Coordenação de Patrimônio da Prefeitura de Maceió, 1999. Adaptado pela autora, 2018.

Ademais, modificações pontuais foram realizadas para adequar o uso, como a utilização de divisórias em madeira para separar os setores do órgão, ocultando os amplos espaços originais do edifício (ver figuras 42 e 43). As intervenções citadas são consideradas elementos espúrios, pois comprometiam a compreensão espacial e arquitetônica do prédio, sendo esses os valores do edifício.

Figuras 42 e 43 –Planta Baixa do pavimento térreo do bloco principal e planta baixa do pavimento intermediário do bloco anexo. Em destaque, a indicação do ambiente fotografado. Vista do ambiente interno do pavimento térreo do bloco principal, observam-se as divisórias em madeira, segregando o espaço.



Fonte: Acervo da Coordenação de Patrimônio da Prefeitura de Maceió, 1999. Adaptado pela autora, 2018.



Na área externa, foram construídos dois banheiros na fachada sudeste do prédio principal e criado um prolongamento da escada externa do bloco principal para comunicar com o bloco anexo (ver figuras 44 e 45). Com a criação do novo acesso, o fluxo do bloco anexo foi modificado e o pavimento térreo ficou inutilizado. Sendo assim, o volume, além de corromper a fachada noroeste do anexo, altera o ritmo existente nas janelas de peitoril do pavimento superior do anexo e interfere na leitura arquitetônica de ambos os blocos.

Figuras 44 e 45 –Planta Baixa do pavimento térreo do bloco principal e planta baixa do pavimento intermediário com a indicação do ambiente fotografado. Vista da escada externa.



Fonte: Acervo da Coordenação do Patrimônio de Maceió, 1999. Adaptado pela autora, 2018.

Acrescenta-se, ainda, a construção de uma “guarita improvisada” entre o bloco principal e o anexo, que permitia o tráfego de funcionários responsáveis pela segurança do prédio (ver figuras 46 e 47). A intervenção realizada compromete as janelas de peitoril do bloco anexo e modifica o fluxo do edifício.



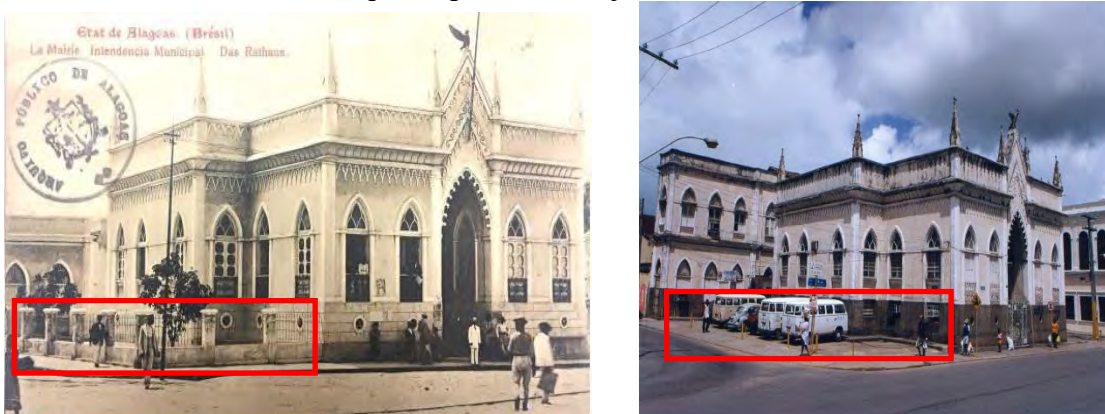
Figuras 46 e 47 – Planta Baixa do pavimento térreo do bloco principal e planta baixa do pavimento intermediário do anexo com a indicação do ambiente fotografado. Vista da guarita construída para abrigar a vigilância do edifício.



Fonte: Acervo da Coordenação do Patrimônio de Maceió, 1999. Adaptado pela autora, 2018.

As áreas verdes se perderam com o tempo devido à falta de manutenção. Em meados dos anos 2000, a situação se agravou com a perda do sistema de vedação em pilaretes que circundava os blocos do edifício, os quais foram demolidos para que o local servisse como estacionamento (ver figuras 48 e 49).

Figuras 48 e 49– Edifício da Antiga Intendência Municipal em 1910 e em 2000, em destaque os pilaretes e o jardim removidos.



Fonte: Arquivo Público de Alagoas, 1910 e Coordenação de Patrimônio da Prefeitura de Maceió, 1999.

Para melhor sistematização das intervenções mencionadas acima, as alterações realizadas pela CASAL foram compiladas nas plantas baixas e no corte a seguir (ver figuras 50, 51, 52 e 53).



Figura 50– Planta esquemática 1 das intervenções realizadas pela CASAL.



PLANTA PAVIMENTO PORÃO ALTO- BLOCO PRINCIPAL
PLANTA PAVIMENTO TÉRREO- BLOCO ANEXO
sem escala.

| | | |
|---|--|-------|
| USO: | | |
| Companhia de Abastecimento de Água de Alagoas (CASAL) | | |
| ACABAMENTOS: | | |
| PISO | PAREDES | FORRO |
| ① Piso pavillex em cor escura | △ Pintadas na cor bege △ Pintadas na cor branca | |
| INTERVENÇÕES: | | |
| PAREDE | | |
| <ul style="list-style-type: none"> Abertura de novo vão para acesso ao pavimento do porão alto Colocação dos aparelhos de ar condicionado nas paredes externas e nas aberturas do porão alto. As esquadrias dos óculos foram substituídas por janelas basculantes Instalação de divisórias para separar os setores administrativos do órgão público | | |
| CONSTRUÍDO: | | |
| <ul style="list-style-type: none"> 1- Escada interna 2- Banheiros 3- Guarita segurança | | |
| DEMOLIDO: | | |
| Sistema de vedação em pilaretes | | |

* NOTAS:

Os revestimentos e as alterações identificadas foram baseadas no relatório de obra do projeto de intervenção realizado pela Prefeitura de Maceió no ano 2000.

A planta baixa em análise faz parte do arquivo documental da Prefeitura de Maceió

Fonte: Karla Calheiros, 2019.



Figura 51– Planta esquemática 2 das intervenções realizadas pela CASAL.



PLANTA PAVIMENTO TÉRREO- BLOCO PRINCIPAL
PLANTA PAVIMENTO SUPERIOR- BLOCO ANEXO
 sem escala.

| | | |
|--|--------------------------|---------------------------------|
| USO: | | |
| Companhia de Abastecimento de Água de Alagoas (CASAL) | | |
| ACABAMENTOS: | | |
| PISO | PAREDES | FORRO |
| ① Piso paviflex em cor escura | ▲ Pintadas na cor bege | □ Tabuado pintado na cor branca |
| ○ Não identificado | ▲ Pintadas na cor branca | |
| INTERVENÇÕES: | | |
| PISO | | |
| Construção de uma laje para aumentar o pé direito do porão. Como consequência a laje criada corrompia as janelas rasgadas. O piso cimentício da laje foi revestido com paviflex. | | |
| PAREDE e JANELAS | | |
| ■ Colocação dos aparelhos de ar condicionado nas paredes externas e nas aberturas do porão alto. | | |
| ■ Instalação de divisórias em madeira para separar os setores administrativos do órgão público | | |
| ■ Janelas rasgadas entaipadas | | |
| CONSTRUIDO: | | |
| 1- Escada interna | | |
| 2- Banheiros | | |
| 3- Escada externa - criação de mais um lance para interligar os blocos. | | |
| DEMOLIDO: | | |
| × Escada em madeira do vestibulo | | |
| ■ Piso em assoalho do bloco principal | | |

*** NOTAS:**

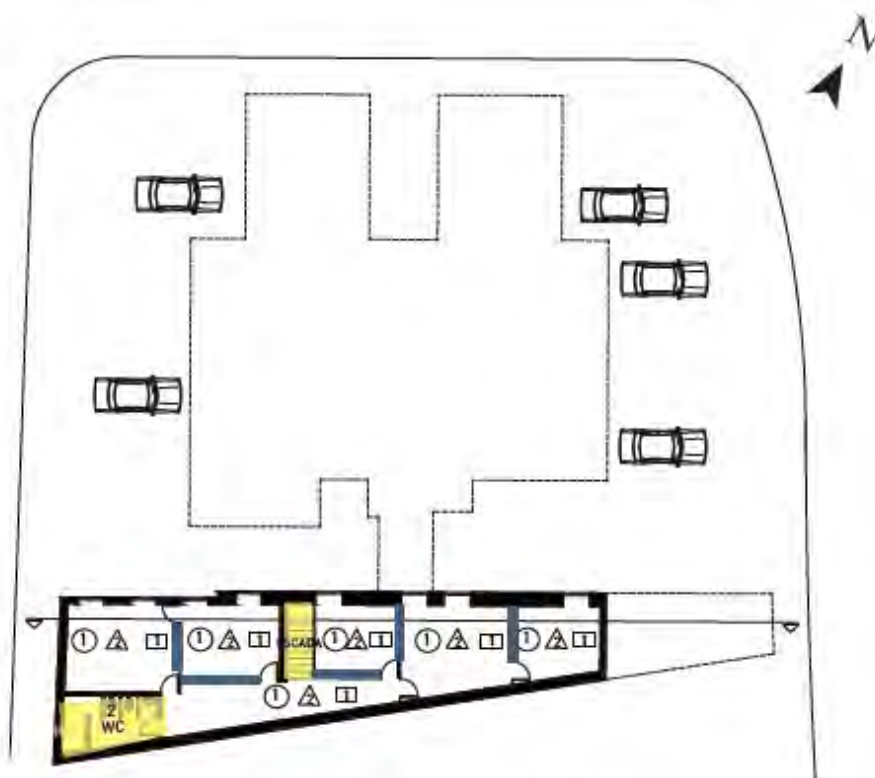
Os revestimentos e as alterações identificadas foram baseadas no relatório de obra do projeto de intervenção realizado pela Prefeitura de Maceió no ano 2000.

A planta baixa em análise faz parte do arquivo documental da Prefeitura de Maceió

Fonte: Karla Calheiros, 2019.



Figura 52– Planta esquemática 3 das intervenções realizadas pela CASAL.



PLANTA PAVIMENTO INTERMEDIÁRIO- BLOCO ANEXO
sem escala.

| | | |
|--|--|---------------------------------|
| USO: | | |
| Companhia de Abastecimento de Água de Alagoas (CASAL) | | |
| ACABAMENTOS: | | |
| PISO | PAREDES | FORRO |
| ① Piso tabuado em madeira | △ Pintadas na cor bege △ Pintadas na cor branca | ① Tabuado pintado na cor branca |
| INTERVENÇÕES: | | |
| PISO | | |
| Construção de um piso intermediário. A execução do piso suprimiu os peitoris das janelas. | | |
| PAREDE e JANELAS | | |
| ■ Instalação de divisórias para separar os setores administrativos do órgão público | | |
| ■ Janelas rasgadas entaipadas | | |
| CONSTRUÍDO: | | |
| 1- Escada interna 2- Banheiros | | |

*** NOTAS:**

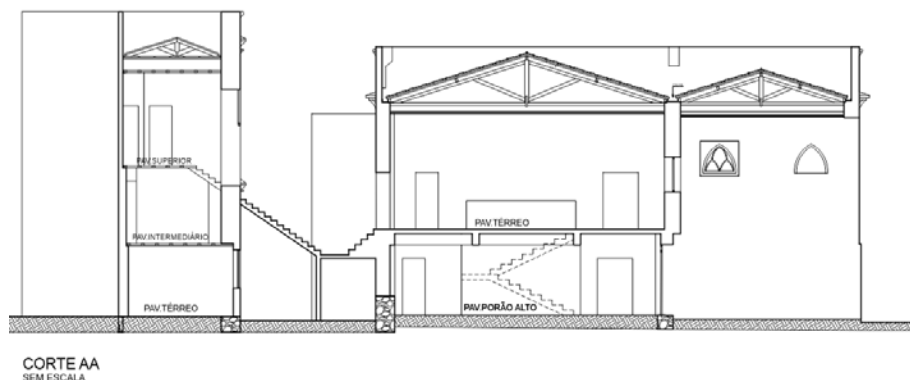
Os revestimentos e as alterações identificadas foram baseadas no relatório de obra do projeto de intervenção realizado pela Prefeitura de Maceió no ano 2000.

A planta baixa em análise faz parte do arquivo documental da Prefeitura de Maceió

Fonte: Karla Calheiros, 2019.



Figura 53– Corte esquemático do bloco anexo com a criação do pavimento intermediário.



Fonte: Acervo da autora, 2019.

A partir do histórico pesquisado anteriormente, a edificação da Intendência passou por um processo de degradação de sua materialidade, em decorrência das várias intervenções inadequadas. Depois de 52 anos de uso pela CASAL, em 1999, a Prefeitura retomou a posse do bem, a fim de realizar um projeto de intervenção.

O objetivo da intervenção era retornar o uso inicial, sediar a Prefeitura da cidade de Maceió, para a gestão de Kátia Born Ribeiro⁴², de forma a valorar o monumento e resgatar a vivacidade da Praça Marechal Floriano Peixoto, centro do poder político e administrativo da cidade.

O projeto ficou sob a responsabilidade da arquiteta e supervisora da execução da obra Rísia Maria Botrel Vicentini, do arquiteto/restaurador Mario Mendonça de Oliveira (Consultor), da arquiteta/restauradora Cybele Celestino Santiago (Consultora) e do artista plástico/restaurador José Dirson Argolo (Consultor). Na fiscalização, compunham o corpo técnico da Prefeitura de Maceió: a arquiteta e urbanista Maria Adecyaney André de Souza, a arquiteta e urbanista Edith Maria Nogueira de Araújo, o arquiteto e urbanista Sandro Gama de Araújo, membros da Unidade Executora Municipal (UEM) – Escritório Técnico de Jaraguá da Prefeitura – e os engenheiros civis João Medeiros Rocha, Antônio Azevedo Filho e José Alves Pinto Neto, esses

⁴² A prefeita Kátia Born, ao retomar o uso institucional, pela Prefeitura, queria aproximar a gestão municipal e a gestão estadual, tendo em vista que ela e o governador Ronaldo Augusto Lessa Santos (1999) já tinham uma relação bem próxima com a prefeita. Consequentemente, essa proximidade entre o poder estadual e municipal facilitaria a comunicação entre as demais instâncias públicas.



últimos membros da Construtora Sistema Engenharia Ltda.

A ação projetual para o Palacete Municipal durou dois anos, que foram destinados ao levantamento cadastral e fotográfico, realização de ensaios laboratoriais e elaboração do projeto. Finalizadas essas etapas, iniciaram-se as intervenções no edifício. Averigua-se que as intervenções feitas no edifício ao longo dos anos foram muito invasivas e danosas. Dessa maneira, pretende-se relatar as principais soluções projetuais e conservativas selecionadas para abrigar a sede da municipalidade. Nos subtópicos seguintes, serão elencadas as ações projetuais adotadas para o projeto de intervenção, com base nos relatórios da obra.

- Recomposição: óculos e janelas

A partir dos registros fotográficos do relatório da obra, verificou-se, após a realização de prospecções nas fachadas nordeste, sudeste e sudoeste do bloco principal, que os vãos das janelas e óculos foram entaipados em virtude das intervenções realizadas no imóvel (ver figuras 54 e 55). Diante disso, foi realizada a recomposição dos vãos originais dos óculos e janelas de peitoril.

Figuras 54 e 55– Vista de um trecho do ambiente do porão alto, observa-se a recomposição do óculo e a execução de verga em concreto. A figura 55, mostra um trecho da fachada sudeste do prédio principal após a remoção do reboco e com os vãos de janela identificados.



Fonte: Acervo fotográfico da Coordenação de Patrimônio da Prefeitura de Maceió, 2000.



- Elementos espúrios

Na obra, foram eliminados os elementos que corrompiam a leitura arquitetônica do prédio, como as lajes do pavimento superior do bloco anexo e do pavimento térreo do bloco principal, que interferiam na espacialidade do edifício, ocasionando a diminuição do pé direito e a segmentação das janelas de peitoril (ver figura 56).

Figura 56 – Operários demolindo a laje do pavimento intermediário do bloco anexo.



Fonte: Acervo fotográfico da Coordenação de Patrimônio da Prefeitura de Maceió, 2000.

No bloco principal, após a demolição da laje e remoção do reboco danificado, descobriu-se que a altura aproximada de 1,90m representava o pé direito original do porão (ver figura 57). Também foi realizada a demolição dos banheiros da fachada sudeste do prédio principal e da guarita improvisada, citadas anteriormente.

Figura 57 – No pavimento porão alto após remoção da laje, averiguou-se a altura 1,90m que representa o pé direito do porão alto original.



Fonte: Acervo fotográfico da Coordenação de Patrimônio da Prefeitura de Maceió, 2000.



- Coberta

A equipe técnica optou por remover o telhado do bloco anexo em fibrocimento para recompor a feição original do telhado em duas águas com telhas do tipo capa canal. Como soluções conservativas para a cobertura foram substituídas as peças de madeira apodrecidas, enquanto outras foram reaproveitadas e passaram por um processo de imunização. Sobre o telhado foram inseridas novas telhas cerâmicas.

Outro procedimento foi a retirada da alvenaria que revestia as colunas de ferro inseridas como reforço estrutural da cobertura. A proposta era deixar aparente a intervenção realizada em 1911, (ver figuras 58 e 59).

Figuras 58 e 59- Vista de um trecho da cobertura onde é possível observar a coluna de ferro e utilizada como reforço estrutural, inserida em 1911. Na segunda figura, temos o profissional atuando na remoção do recobrimento em alvenaria das colunas de ferro.



Fonte: Acervo fotográfico da Coordenação de Patrimônio da Prefeitura de Maceió, 2000.

- Forros

A princípio, os forros de madeira do tipo pinho de riga do edifício principal passaram por um processo de remoção das camadas de pintura com soprador térmico, para constatar a existência de pintura decorativa. Entretanto, não foi encontrada

nenhuma pintura (ver figura 60). Em seguida, foram removidas as tábuas danificadas para análise. Contudo, devido ao comprometimento da madeira, optou-se por colocar novas peças para os forros. Por fim, realizou-se o lixamento e a aplicação de verniz pigmentado.

Figura 60- Vista do forro do pavimento térreo do bloco principal. Observa-se a remoção da pintura e das tábuas danificadas.



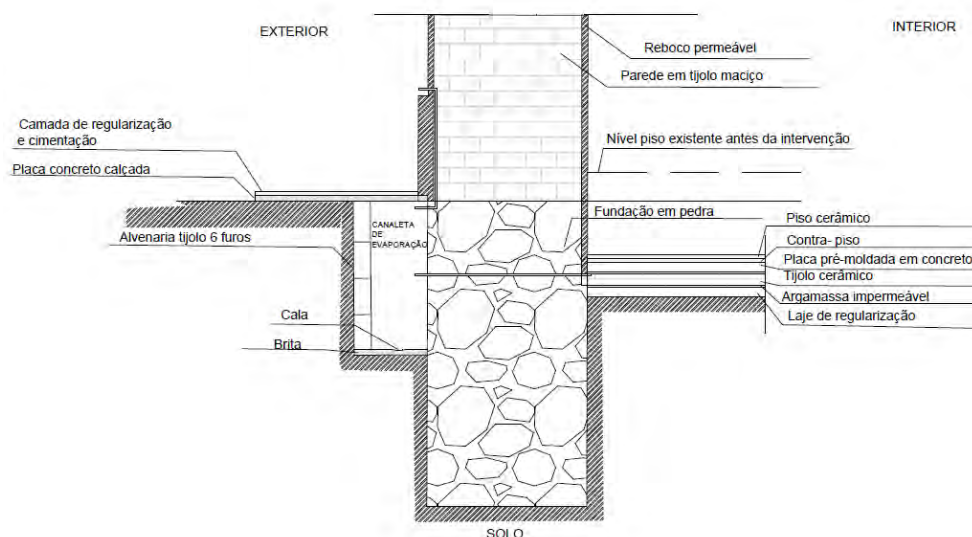
Fonte: Acervo fotográfico da Coordenação de Patrimônio da Prefeitura de Maceió, 2000.

- Pisos

Poucos foram os pisos originais existentes na edificação. No bloco principal, ocorreram as principais alterações. O piso do porão alto foi rebaixado aproximadamente 0,46 cm. A atual altura do porão alto é de 2,36 m, com o objetivo de aumentar o pé direito e criar uma vala periférica sem preenchimento para auxiliar no problema de umidade ascendente na base das paredes. Segundo consta no “Manual de Conservação Preventiva”, elaborado por Griselda Klüper e Mariely Santana (1999), o objetivo da vala é criar um espaço vazio entre o terreno e a fundação, proporcionando um sistema de aeração que permite a evaporação e diminui a quantidade de água absorvida pela parede (ver figura 61). Portanto, também foi executada a recuperação da base das fundações em pedra. Após essa fase, executou-se o assentamento e rejuntamento do piso em porcelanato e da tabeira em granito.



Figura 61- Croqui do rebaixamento e tratamento do piso do pavimento porão alto.



Fonte: Acervo da Coordenação de Patrimônio da Prefeitura Municipal de Maceió, 2000. Adaptado por Karla Calheiros, 2019.

Assim como no porão alto, no pavimento térreo foram colocados pisos em porcelanato. Com a perda do assoalho em madeira, durante a ocupação do prédio pela CASAL, a intervenção propôs a construção de uma laje nervurada com blocos de isopor.

No bloco anexo, alguns pisos em ladrilho hidráulico foram restaurados (ver figura 62), e em outros espaços inseriram-se pisos em porcelanato. No pavimento superior, foi restaurado o piso em assoalho de madeira. Cabe frisar que a ação projetual construiu uma laje pré-moldada no espaço destinado às instalações sanitárias.

Figura 62- Piso em ladrilho hidráulico encontrado no pavimento térreo do bloco anexo que passou por restauração no ano 2000.



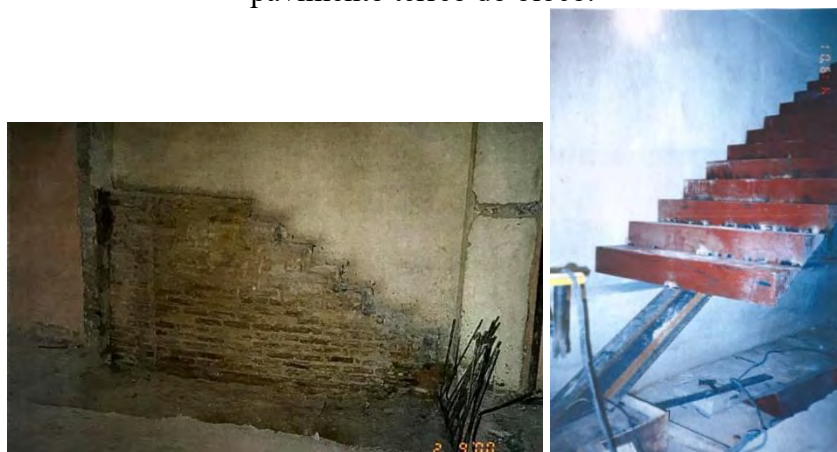
Fonte: Acervo fotográfico da Coordenação de Patrimônio da Prefeitura de Maceió, 2000.



- Circulação vertical

A antiga escada interna do bloco principal em concreto foi demolida, e a nova proposta implantou escadas em estrutura metálica nos prédios principal e anexo, ambas revestidas com tábuas de madeira (ver figuras 63 e 64). A antiga escada do vestíbulo foi reconstruída, retomando a hierarquia dos espaços nobres do pavimento térreo. O uso de elementos e materiais contemporâneos na intervenção possibilitou distinguir as ações projetuais recentes dos elementos construtivos preexistentes.

Figuras 63 e 64- Marcas dos degraus da escada demolida na alvenaria do edifício do bloco principal. A figura 64 mostra a nova escada em estrutura metálica, ambas no pavimento térreo do bloco.



Fonte: Acervo fotográfico da Coordenação de Patrimônio da Prefeitura de Maceió, 2000.

Para atender às normas de acessibilidade, foi instalado um elevador no pavimento térreo do bloco principal, e rampas foram construídas na área externa do edifício.

- Esquadrias

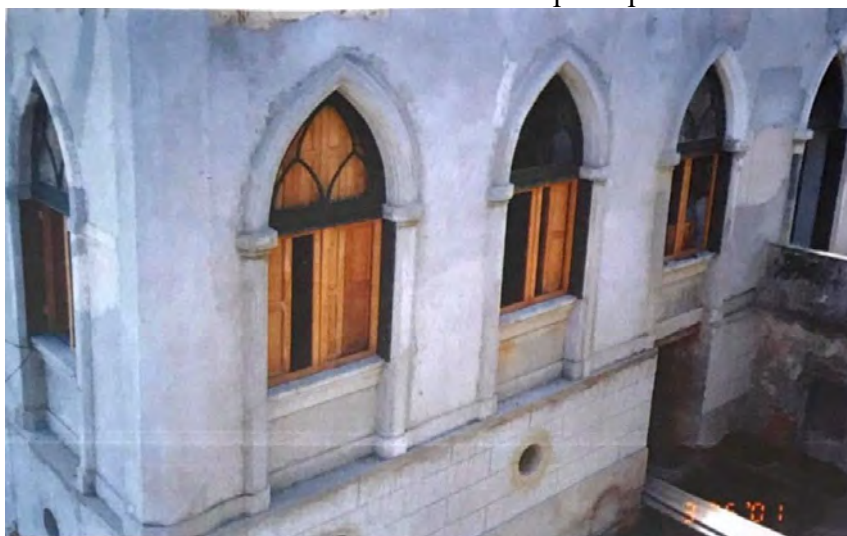
Algumas esquadrias foram retiradas e catalogadas para a restauração. Outras foram criadas, como os gradis de ferro do sistema de vedação em pilaretes, o guarda-corpo das janelas rasgadas, as folhas das janelas rasgadas e de peitoris (ver figura 65), as esquadrias dos óculos que foram recompostas, e as demais portas internas — todas confeccionadas em caixilho de madeira. Essa ação permitiu resgatar a leitura da imagem

do imóvel, tendo em vista que a maioria das peças foi substituída ao longo do tempo.

2.3 TRANSFORMAÇÕES E PERMANÊNCIAS DO EDIFÍCIO



Figura 65- Assentamento das folhas das janelas de peitoril e portinholas das bandeiras na fachada sudeste do bloco principal.



Fonte: Acervo fotográfico da Coordenação de Patrimônio da Prefeitura de Maceió, 2000.

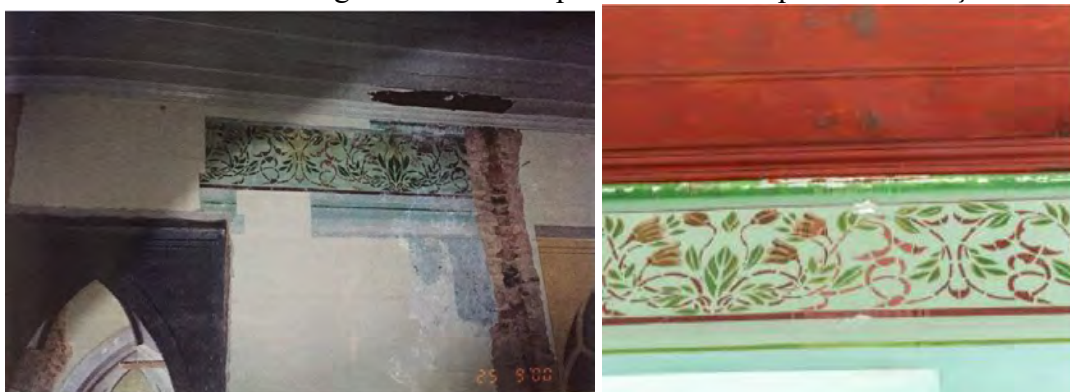
- Tratamento de superfícies

Após analisar a obra de intervenção, constatou-se que as fachadas do edifício passaram por tratamentos para sanar patologias, como manchas de sujidade. Os ornamentos decorativos, como a águia, frisos, pináculos e cimalha, foram recuperados, assim como todo o revestimento da platibanda.

As pinturas artísticas, encontradas em um dos ambientes do pavimento térreo do bloco principal, foram reconstituídas pelo restaurador José Dirson Argolo. A reconstituição das pinturas e as cores seleccionadas foram baseadas nas prospecções realizadas (ver figuras 66 e 67). Entretanto, a pintura decorativa do vestíbulo aberto não foi recomposta e, atualmente, é visível apenas a janela de prospecção.



Figuras 66 e 67- Prospecção realizada pelo restaurador José Dirson Argolo no ambiente do pavimento térreo do bloco principal. Observa-se na parede um verde claro com faixa em tons de verde e uma barra decorativa com ramos, folhas e flores nas cores: vinho, marrom e verde. A figura 67 mostra a pintura artística após a restauração.



Fonte: Acervo fotográfico da Coordenação de Patrimônio da Prefeitura de Maceió, 2000 e acervo fotográfico de Karla Calheiros, 2018.

- Acréscimos

Para setorizar os espaços da instância municipal, foram colocadas divisórias em drywall para separar os ambientes do porão alto. No pavimento térreo do bloco principal, foram utilizadas divisórias em madeira.

Os muros e pilaretes da área externa foram refeitos, tendo como base a fundação do antigo muro, encontrada após a realização de prospecção (ver figura 68).

Figura 68- Vista do novo muro e pilarete executado na fachada nordeste do edifício em fase de chapisco.



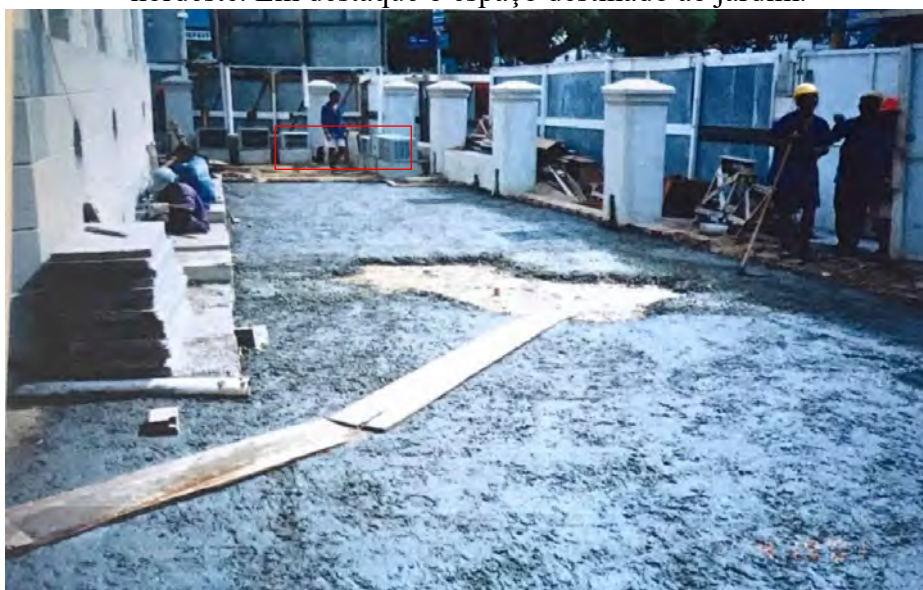
Fonte: Acervo fotográfico da Coordenação de Patrimônio da Prefeitura de Maceió, 2000.



- Jardins e Estacionamento

No intuito de adequar as demandas de uso ao edifício nas áreas laterais, foram realizados cortes no terreno e regularização do piso para a execução do estacionamento e de um pequeno local para os jardins (ver figura 69).

Figura 69- Vista do assentamento do ladrilho canelado no estacionamento, fachada nordeste. Em destaque o espaço destinado ao jardim.

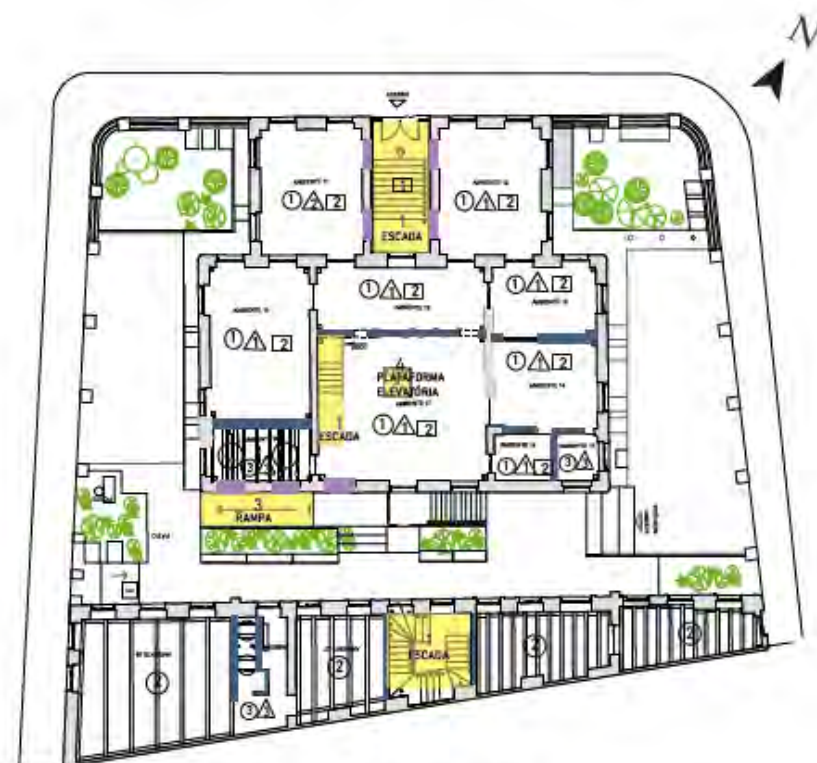


Fonte: Acervo fotográfico da Coordenação de Patrimônio da Prefeitura de Maceió, 2000. Adaptado pela autora, 2018.

As plantas faladas, a seguir, sintetizam as alterações mencionadas anteriormente, (ver figuras 70 e 71).



Figura 70– Planta falada 1 do edifício da Intendência após o projeto de intervenção.



PLANTA PAVIMENTO TÉRREO- BLOCO PRINCIPAL
PLANTA PAVIMENTO SUPERIOR- BLOCO ANEXO
sem escala.

| | | |
|---|--------------------------|-----------------|
| USO: | | |
| Prefeitura de Macaé (2001-2005) | | |
| ACABAMENTOS: | | |
| PISO | PAREDES | FORRO |
| ① Piso cimentício revestido com tábuas de madeira (furtado) | ① Pintadas na cor branca | ① Tabuado |
| ② Assoalho (furtado) | ② Pintadas na cor verde | ② Sala e camisa |
| ③ Piso cerâmico | ③ Revestimento cerâmico | |
| INTERVENÇÕES: | | |
| PISO | | |
| Construção de uma laje nervura para o piso do pavimento superior. Instalação de piso cerâmico nas instalações sanitárias e ladrilho hidráulico canelado na área externa. | | |
| PAREDE e JANELAS | | |
| ■ Construção de novas paredes | | |
| ■ Recomposição das janelas rasgadas | | |
| CONSTRUÍDO: | | |
| ■ 1- Escadas internas | | |
| ■ 2- Plataforma elevatória acessibilidade | | |
| ■ 3- Rampa acessibilidade | | |
| ■ 4- Plataforma elevatória | | |

*** NOTAS:**

Os revestimentos e as alterações foram identificados em campo.

A planta baixa em análise faz parte do levantamento cadastral realizado em 2018.

Fonte: Levantamento cadastral realizado e adaptado por Karla Calheiros, 2018.



Figura 71– Planta falada 2 do edifício da Intendência após o projeto de intervenção.



PLANTA PAVIMENTO PORÃO ALTO- BLOCO PRINCIPAL
 PLANTA PAVIMENTO TÉRREO- BLOCO ANEXO
 sem escala.

| | | |
|--|--------------------------|---|
| USO: | | |
| Prefeitura de Maceió (2001-2005) | | |
| ACABAMENTOS: | | |
| PISO | PAREDES | FORRO |
| ① Piso em porcelanato | ⚠ Pintadas na cor branca | □ Sem forro |
| ② Ladrilho hidráulico | ⚠ Pintadas na cor bege | ▨ Forro em gesso (deteriorado) |
| ③ Piso cerâmico | ⚠ Revestimento cerâmico | |
| | ⚠ Pintadas na cor azul | |
| INTERVENÇÕES: | | |
| PISO | | |
| Rebaixamento do piso para aumentar o pé direito do porão alto e torná-lo utilizável. Criação da vala sem preenchimento para controlar os problemas de umidade ascendente | | |
| PAREDES | | ÓCULOS |
| ■ Construção de novas paredes | | ■ Recomposição dos óculos |
| ■ Colocação de divisórias em drywall | | |
| CONSTRUIDO: | | |
| 1- Escadas internas 2- Plataforma elevatória acessibilidade 3- Rampa acessibilidade 4- Plataforma elevatória 5- Jardins 6- Estacionamento 7- Sistema de vedação em pilaretes | | Observação: - O projeto de intervenção criou uma taje pré moldada no ambiente onde se localiza as instalações sanitárias do bloco anexo. |

*** NOTAS:**

Os revestimentos e as alterações foram identificados em campo.

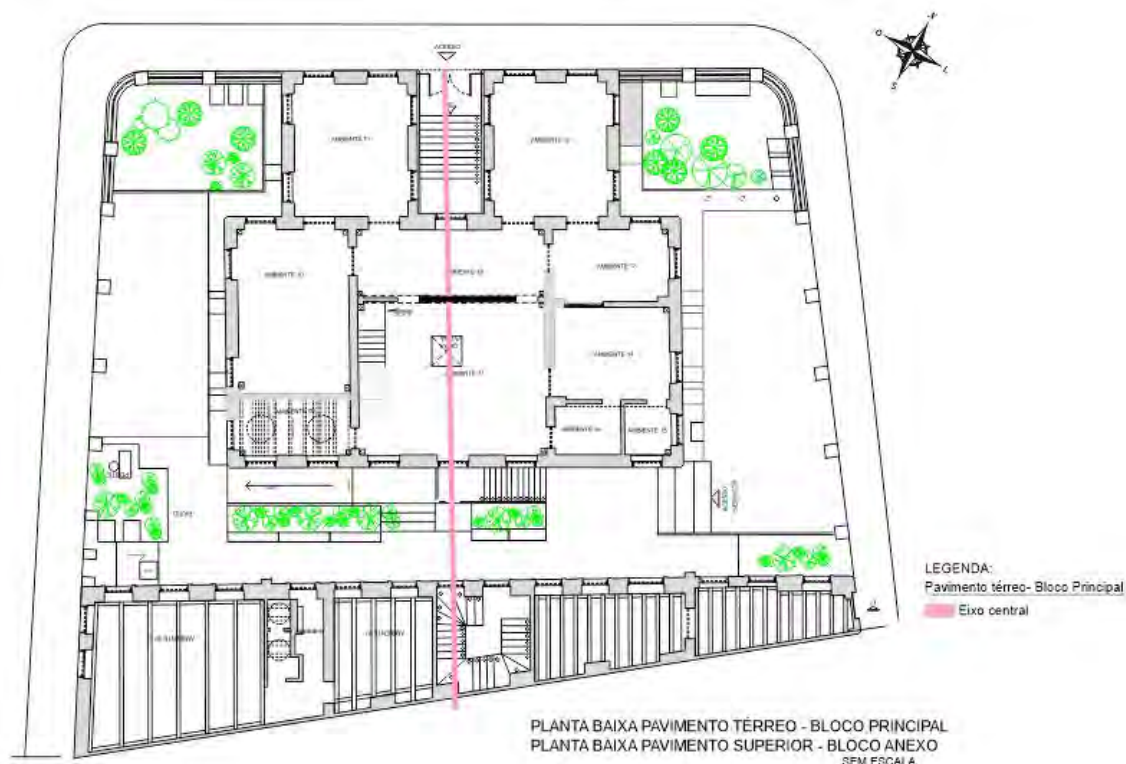
A planta baixa em análise faz parte do levantamento cadastral realizado em 2018.

Fonte: Levantamento cadastral realizado e adaptado por Karla Calheiros, 2018.



Ao analisar o projeto de intervenção, observa-se que a proposta recuperou o eixo central do edifício, que era marcado pela escadaria no vestíbulo aberto. Dessa forma, a instalação do elevador e da escada do anexo deu continuidade ao eixo central do edifício (ver figura 72).

Figura 72- Planta baixa do pavimento térreo do bloco principal e planta baixa do pavimento superior do anexo. Em destaque o eixo central.

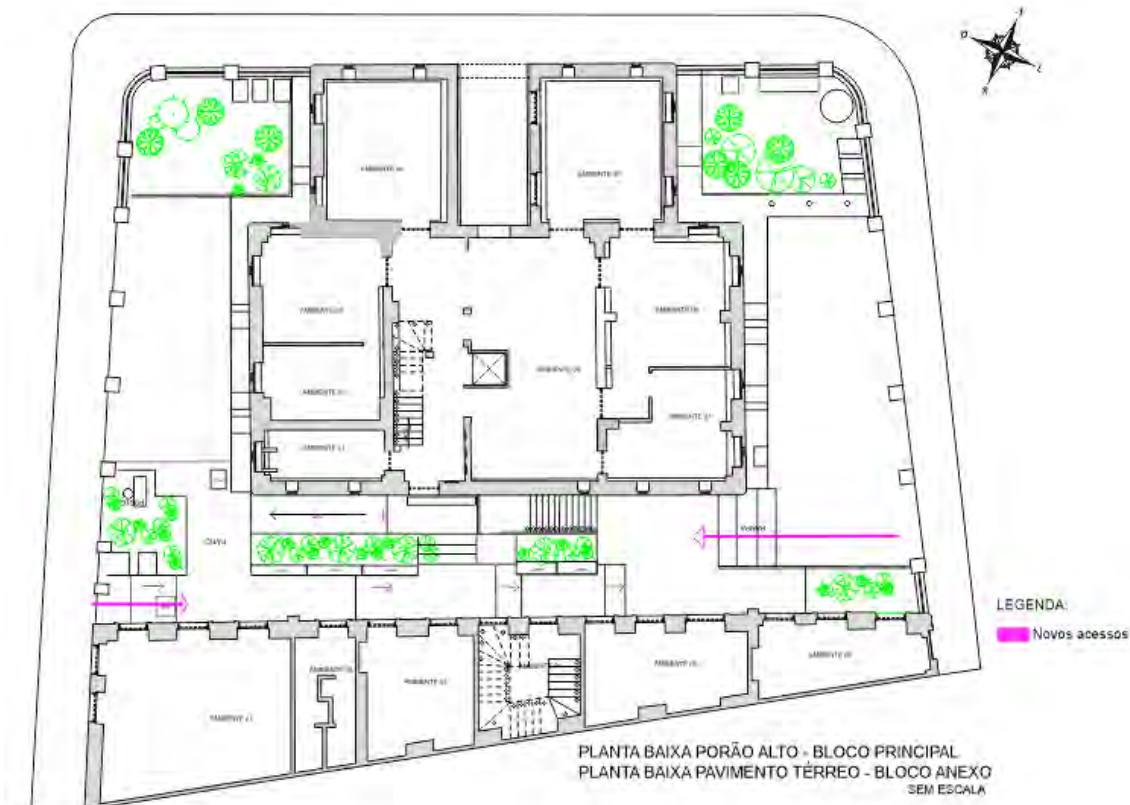


Fonte: Levantamento cadastral realizado e adaptado por Karla Calheiros, 2018.

A escada incorporada à fachada sudeste do bloco principal permaneceu para facilitar o acesso privativo da prefeita ao edifício. Conseqüentemente, foi criado outro acesso para a entrada e saída do veículo da prefeita. A escada do bloco anexo foi localizada internamente, o que proporcionou melhor aproveitamento do espaço para a implantação de jardins e bancos (ver figura 73).



Figura 73- Planta baixa do pavimento porão do bloco principal e planta baixa do pavimento térreo do bloco anexo, em destaque os novos acessos.



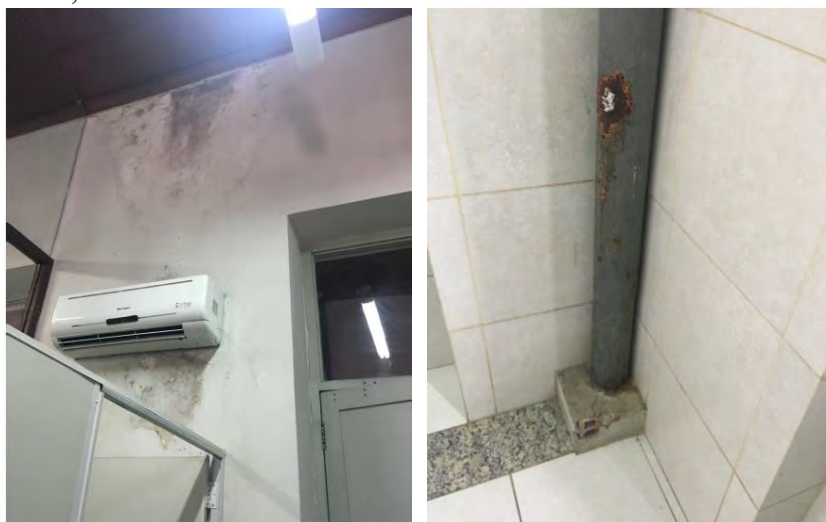
Fonte: Levantamento cadastral realizado e adaptado por Karla Calheiros, 2018.

Com a conclusão da obra, em setembro de 2001, a prefeitura ocupou o prédio e permaneceu no imóvel por quatro anos. Em 2007, o prédio abrigou a sede da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS). Poucas adaptações foram realizadas no sentido de adequar o prédio ao novo uso, devido ao bom estado de conservação do edifício.

Ao longo dos nove anos em que a secretaria ocupou o imóvel, não foram realizadas manutenções no edifício, o que acarretou problemas, como infiltração de água pluvial, provocando o destacamento da pintura e a corrosão da coluna de ferro que reforça estruturalmente a cobertura do bloco principal (ver figuras 74 e 75).



Figuras 74 e 75- Manchas de água descendente na parede, indicando problemas na cobertura, e corrosão na coluna em ferro no ambiente interno do banheiro.



Fonte: Duarte, Flávio, maio de 2017.

Com a saída da secretaria, em 2017, vândalos depredaram e saquearam o imóvel. Após a repercussão do caso pela imprensa e entidades da sociedade civil, a Guarda Municipal foi acionada para garantir a integridade do bem. Contudo, danos irreversíveis já haviam sido causados ao patrimônio.

Em termos gerais, o prédio encontra-se em péssimo estado de conservação e bastante deteriorado, em consequência do saque das esquadrias das janelas e portas, furto dos gradis de ferro, remoção das telhas e do madeiramento do assoalho e forro, retirada da fiação elétrica e louças sanitárias, depredação do elevador e vulnerabilização da pintura decorativa de valor artístico localizada em um dos ambientes do pavimento térreo do bloco principal. As figuras 76, 77, 78, 79 e 80 demonstram alguns dos pontos citados anteriormente.



Figuras 76 e 77 – Fachadas noroeste do bloco principal e anexo da antiga Intendência após depredação. Observam-se os vãos sem as folhas das esquadrias.



Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, 2018.

Figuras 78 e 79 – Fachada nordeste do prédio da Intendência, onde se nota a perda dos gradis de ferro que interligavam o sistema de vedação em pilaretes. Na figura 79, observa-se a vista aérea do edifício e a perda das telhas cerâmicas da cobertura.



Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, 2018.

Figura 80- Pintura decorativa floral com perda da camada pictórica.



Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, 2018.



Diante da situação, alguns profissionais e estudantes do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) também realizaram um protesto contra a situação de degradação em que, ainda hoje, se encontra o prédio. Os manifestantes levaram cartazes com frases de efeito com o intuito de sensibilizar a população e a gestão pública diante da situação de abandono do prédio da Intendência (ver figura 81).

Figura 81– Vista dos cartazes colocados em frente ao portão de ferro no acesso principal do edifício da antiga Intendência.



Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros. 17 de novembro de 2017.

Durante a colocação dos cartazes na edificação, transeuntes paravam e expressavam sentimentos de tristeza pela iminência da perda do imóvel e revolta pelo descaso político, reafirmando a significância icônica e simbólica do prédio. Após decisão judicial, o edifício, que estava sob a vigilância da Guarda Municipal de Maceió, foi cercado por tapumes metálicos (ver figura 82).



Figura 82 – Vista da fachada nordeste e fachada noroeste do prédio da antiga Intendência, em 2018.



Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, agosto de 2018.

Em fevereiro de 2019, os tapumes metálicos foram removidos e a edificação foi invadida. Atualmente, ela vem sendo utilizada por moradores de rua como banheiro público, o que agrava ainda mais o estado de deterioração do imóvel (ver figura 83).

Figura 83 – Vista da fachada nordeste e fachada noroeste do prédio da antiga Intendência, em 2019.



Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, agosto de 2019.



A partir do século XIX, as cidades brasileiras passaram a vivenciar o ápice da industrialização, correspondendo à fase de maior desenvolvimento tecnológico e surgimento de novos materiais e técnicas construtivas no período republicano. O fato acarretou mudanças significativas no comportamento, da classe burguesa que equivalentes que passou a almejar novas construções e melhorias no espaço público privilegiando o conforto, as medidas higienistas e as novidades que atendessem as tendências vigentes na cultura europeia.

Dessa forma, a arquitetura oficial, concebida no período imperial com a finalidade de “sugerir, inspirar e comover”, precisava se adequar às novas demandas do cenário político e administrativo. Para isso assume no período republicano o papel de “representar”, em suas edificações os aperfeiçoamentos dignos de uma capital (PATETA, 1987, p.53).

Como explica Quatèmère de Quincy (2010) a arquitetura oficial vai se consolidando com a imitação/inspiração de formas e atrelada à relação entre finalidade e tipologia do edifício. Para Luciano Pateta (1987):

O conteúdo, a mensagem ideológica e estética, são substituídos pela ênfase tipológica: o que mais importa é que cada edifício seja logo reconhecível como “o palácio do governo”, “o banco”, “o museu” de uma grande capital (PATETA, 1987, p.53).

Os edifícios públicos foram erguidos a fim de expressarem a modernidade, monumentalidade de acordo com o poder que iriam representar. Assim, as construções deveriam expressar os princípios de ordem, hierarquia e ideologia, a depender das diferentes atividades desempenhadas na edificação, a exemplo, das sedes administrativas dos poderes municipal (Intendência), estadual (Palácio do Governo) judiciário Tribunal de Justiça), Mercado Público, Teatro e Banco. Nesse contexto, cada atividade incorpora uma tipologia e caráter diferenciado, tendo em vista que “o entendimento das dimensões material e simbólica da arquitetura colaborava na compreensão dos conceitos, valores sociais, culturais e políticos inseridos na arquitetura oficial” (CASTRO, 2011, p.21). Nessa conjuntura, Pereira (2010,p.56) ressalta que” o tipo arquitetônico é o princípio que regula as modificações e a chave para a legibilidade do público, pois é por ele que se imprime o caráter distintivo aos edifícios”.

2.4 CARACTERIZAÇÃO ARQUITETÔNICA



A partir dessas informações, iremos tratar da caracterização arquitetônica do conjunto da antiga Intendência, erguido no início do século XX no entorno da Praça Marechal Floriano Peixoto, para representar a imponência e o caráter dos edifícios públicos administrativos da cidade de Maceió. O complexo da Intendência além de reforçar a conquista da autonomia do poder municipal durante a República, desvinculando-se do passado e adquirindo novas feições arquitetônicas com base nos moldes da cultura europeia assume um papel fundamental para modificar a paisagem urbana da praça. Para melhor compreensão do edifício da municipalidade a análise foi separada em partes. Inicia-se com uma abordagem sobre o complexo, seguindo para uma descrição do prédio principal e anexo.

2.4.1 O conjunto da antiga Intendência Municipal de Maceió e sua inserção no entorno da Praça Marechal Floriano Peixoto



A Praça Marechal Floriano Peixoto, conhecida como o “coração da cidade” de Maceió no século XX, surge para representar a história política e administrativa da nova capital durante o período republicano. A praça é cercada por um conjunto de edificações de uso público que emolduram a paisagem urbana (ver figura 84). O complexo da Intendência situada, nesse entorno, ressalta junto com as demais edificações públicas, a estética da praça, tendo em vista que um dos atributos desse logradouro é a harmonia entre o traçado urbano e os prédios públicos implantados no entorno.

Figura 84 – Imagem aérea da Praça Marechal Floriano Peixoto. Em destaque os edifícios institucionais.



Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, agosto de 2019.

2.4.2 O Conjunto da antiga Intendência Municipal de Maceió



2.4.2.1 Bloco principal



Inicialmente, abordaram as características arquitetônicas do prédio principal referente à implantação, partido e setorização.

2.4.2.1.1 Bloco principal - Implanação



O prédio da Intendência Municipal, construído em 1909, está implantado em um lote de esquina, localizado no bairro do Centro de Maceió, na Rua Melo Moraes, em frente à Praça Marechal Floriano Peixoto. Apresenta-se assentado no alinhamento do lote, com recuos laterais, o que permite a presença de jardins e contribui para promover a ventilação e iluminação natural nos ambientes internos, seguindo os preceitos higienistas (ver figura 85). A edificação tem fechamento em gradil de ferro, intercalado por um sistema de vedação em pilaretes de alvenaria, e apresenta espaço para o estacionamento de veículos nos recuos laterais.

Figura 85– Implantação do edifício da Intendência. Em destaque, o prédio principal.



Fonte: Acervo de Karla Calheiros , 2018.



A quebra da continuidade das fachadas no limite do terreno permite a centralidade do prédio e contribui para dar forma à esquina e ao conjunto arquitetônico da Praça Marechal Floriano Peixoto, além de definir o limite das vias (Rua Boa Vista, Rua Melo Moraes e Rua do Comércio) (ver figura 86).

Figura 86- Imagem aérea do entorno imediato da Praça Marechal Floriano Peixoto. Em destaque o bloco principal.



Fonte: Andrews Moura, 2018.

O prédio se caracteriza por dois pavimentos: um porão alto, elevado ao nível do rés do chão, utilizável, construído para auxiliar na ventilação, conforme os princípios higienistas, e o pavimento térreo. O pavimento térreo foi dividido em dois blocos retangulares diferenciados, constituídos por duas coberturas independentes, em quatro águas, com cumeeiras paralelas à fachada (ver figura 87). Esse tipo de cobertura foi muito utilizado na arquitetura brasileira, principalmente nos edifícios isolados, voltados ao uso público em áreas urbanas, segundo o IPHAN (1999).



Figura 87– Fotografia aérea do edifício da Intendência.



Fonte: Acervo fotográfico da autora – imagem aérea, Andrews Moura, 2018.

O edifício em análise trata-se de um exemplar da arquitetura eclética⁴³ e se enquadra no historicismo tipológico⁴⁴, em sua linguagem formal e na composição estilística com a utilização de elementos neogóticos⁴⁵ que se fazem visíveis desde a fachada, como a simetria, a predominância dos vãos com vergas em arco ogivais nas janelas rasgadas e de peitoril, e a presença dos pináculos, arrematando o coroamento do prédio. A inserção desses elementos estimula a apreciação da fachada e da paisagem externa (ver figura 80). Para Luciano Pateta (1987), a corrente do ecletismo seguia os preceitos da classe burguesa, fincados na “ordem, caráter, modernidade e utilidade”⁴⁶, estilo trazido pela Missão Francesa no século XIX, e que norteou as novas construções voltadas ao uso público, em Maceió no início do século XX, entre elas a edificação da Intendência.

Nesse contexto, observa-se que o estilo da construção estava relacionado à finalidade do prédio e fortemente demarcado pela hierarquia dos espaços. Dessa forma, o programa de necessidades era moldado a partir dos avanços tecnológicos e das

⁴³ É evidente que, em cada cidade, as novidades arquitetônicas ocorreram de maneira distinta, de acordo com as questões políticas, sociais e culturais de cada localidade. Além da presença dos diferentes profissionais estrangeiros que atuavam na cidade, no caso específico de Maceió, as construções tiveram forte influência do arquiteto italiano Luigi Lucarini, no início do século XX.

⁴⁴ Inspirado nos estilos do passado.

⁴⁵ O neogótico no Brasil não se apresenta apenas em construções religiosas; pode ser encontrado na arquitetura pública, embora em poucos exemplares, como o caso da antiga Intendência de Maceió.

⁴⁶ COLOUHOON, Alan. Modernidade e tradição clássica. Ensaios sobre arquitetura. São Paulo: Cosac&Naify. 2004. (p.74)

2.4.2.1.1 Bloco principal - Implantação



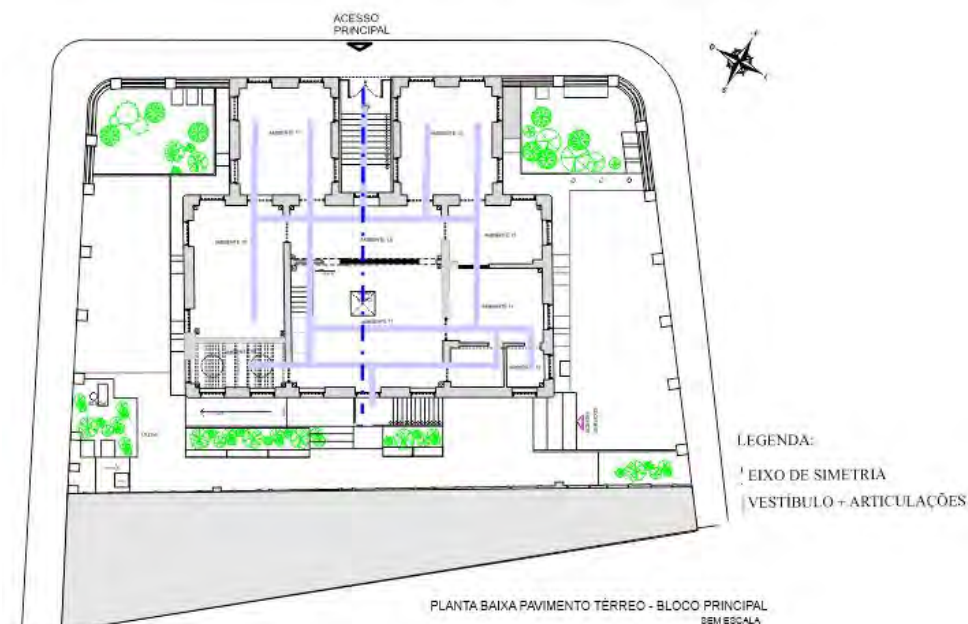
medidas higienistas, e contemplado no partido arquitetônico, nos sistemas construtivos e em seus elementos decorativos. Diante dessas novas tendências construtivas, a construção da Intendência é marcada por uma estrutura autoportante, com paredes de tijolos maciços utilizadas como sustentação, variando entre 50 e 58 cm de espessura. Elas recebem as cargas da cobertura e as distribuem por toda a estrutura, até sua fundação em pedra argamassada.

2.4.2.1.1.1 Bloco principal - Partido e setorização



Ao analisar o edifício da antiga Intendência, percebe-se que a configuração espacial do prédio apresenta dois volumes geométricos segmentados em partes, com formatos retangular e quadrangular, configurando uma malha ortogonal com eixo simétrico que estrutura a planta (ver figura 88).

Figura 88 – Planta baixa do pavimento térreo do bloco principal do prédio da antiga Intendência com demarcação do eixo de simetria e as articulações espaciais.



Fonte: Acervo de Karla Calheiros, 2018.

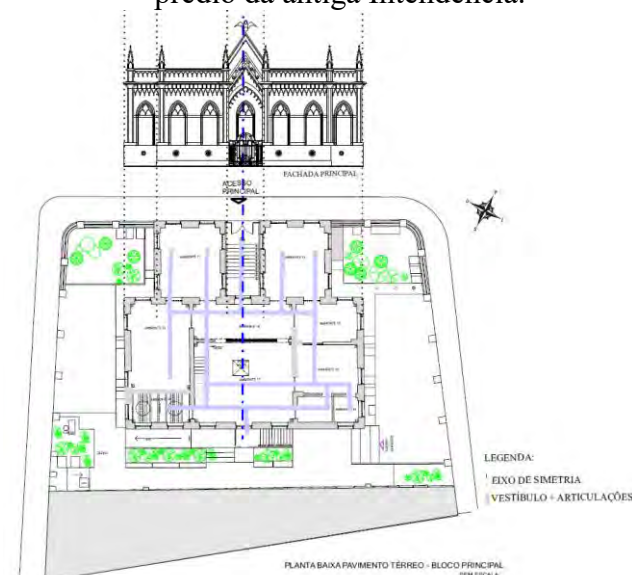


Castro (2011) afirma que essa disposição espacial possibilitava organizar o fluxo, hierarquia dos espaços e definir o programa de necessidades para compor a planta, de acordo com as atividades exercidas no prédio, levando em consideração a importância de cada setor. A autora destaca:

Em um edifício público, onde as atividades são múltiplas e com demandas distintas e a circulação de pessoas é significativa e diferenciada, a composição interna exige atenção especial para que todas as especificidades sejam atendidas. A disposição dos espaços, as possibilidades e limites de circulação, as diferentes atividades devem ser claras, legíveis à qualquer pessoa. Portanto, a mesma disposição planimétrica em cada um dos lados . [...] Para atender a tais expectativas, a composição vai se valer da setorização, de elementos articuladores e da simetria para agrupar atividades afins e distribuí-las segundo especificidade, demanda de público e importância (CASTRO, 2011, p. 27).

Guadet (1901) reforça que os arranjos ortogonais e longitudinais dispostos em planta eram elementos determinantes para a configuração da fachada⁴⁷, (ver figura 89).

Figura 89– Esquema compositivo em planta e em elevação do bloco principal do prédio da antiga Intendência.



Fonte: Acervo de Karla Calheiros, 2018.

⁴⁷ Amorim (2010) frisa que em alguns projetos a planta baixa era confeccionada por um projetista diferente do que desenhava os ornamentos da fachada, tarefa que ficava a cargo de outro profissional na construção.



No que concerne às setorizações das construções públicas, é notória a demarcação de funções, de acordo com a hierarquia dos pavimentos. Ao examinar a planta do pavimento térreo, nota-se que a centralidade do prédio é valorizada com o acesso principal, que ocorre através do vestíbulo central aberto com escadaria (ambiente 1), funcionando como hall de distribuição (ambiente 2), para cinco ambientes imediatos e direcionando o fluxo ao interior do prédio. As duas salas laterais ao vestíbulo, de configuração retangular rebatida, definem a simetria da porção frontal da edificação (ambientes 3 e 4), e o grande salão quadrangular (ambiente 8). Quanto às aberturas, cada cômodo apresenta janelas voltadas para o exterior, o que contribui para a ventilação e iluminação natural dos ambientes internos.

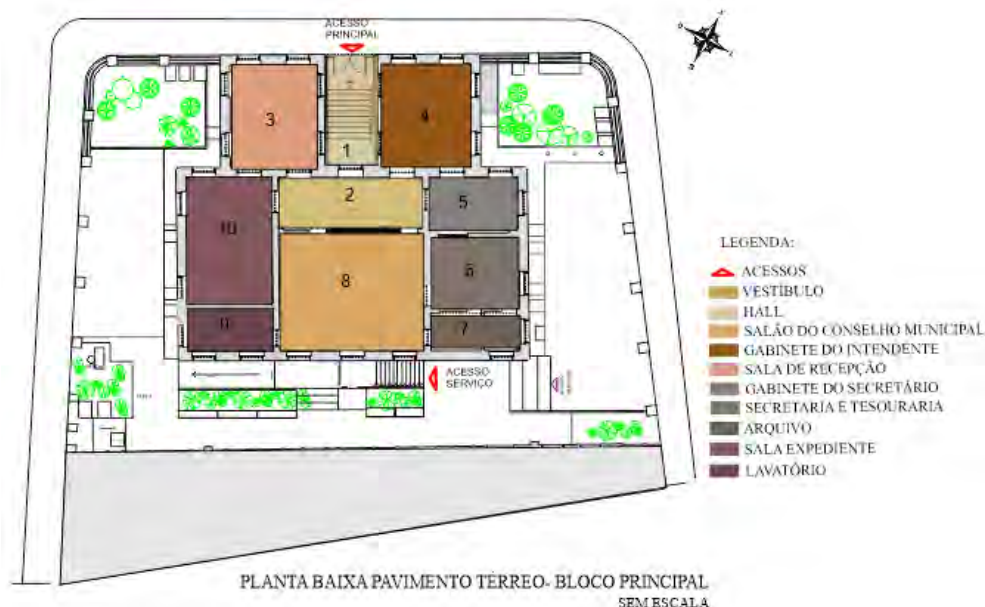
O salão, de maior área do edifício (ambiente 8), tem traçado ortogonal e apresenta quatro portas de acesso a outros cômodos de conformação retangular, em ambos os lados da edificação. Na parede da fachada posterior do salão, há uma porta central que leva à escada de acesso à área externa do edifício, possibilitando o fluxo de serviços.

As informações aqui explanadas evidenciam que, ao debruçar-se sobre a arquitetura oficial como referência, era habitual os edifícios públicos apresentarem, na planta, um vestíbulo com escada, geralmente locado na parte central do corpo do prédio. O vestíbulo funcionava como hall de chegada ao pavimento, desempenhando a função de distribuir o fluxo e o acesso aos ambientes. Além disso, o vestíbulo também tinha a função de delimitar o eixo de simetria na planta e dividir o prédio de modo longitudinal simétrico (Castro, 2011). Dessa forma, compreende-se que a planta determinava a setorização, hierarquização, localização e ornamentação dos ambientes.

Em um dos documentos escritos ao Conselho Municipal, o Intendente Demócrito Brandão Gracindo menciona que o retângulo voltado para a Praça Marechal Floriano Peixoto acomodava a função social: sala de recepção e o gabinete do Intendente (ambientes 3 e 4), voltados para a praça, o que permite maior visibilidade e valorização do espaço urbano (ver figura 90).



Figura 90– Planta baixa atual do pavimento térreo com provável setorização do edifício no período em que o imóvel sediou o poder municipal no início do século



XX.

Fonte: Acervo da autora, 2018.

Ao percorrer esses ambientes, averigua-se que os espaços mencionados eram os mais nobres da municipalidade, o que é demonstrado por meio de seus materiais construtivos e revestimentos. Em um dos espaços enobrecidos, a sala de recepção, encontram-se pinturas decorativas no rodapés, com motivos florais em técnica de molde vazado, revestindo as quatro paredes do ambiente (ver figura 91).

Figura 91 – Vista interna das janelas rasgadas do ambiente do pavimento térreo. Em destaque os ladrilhos hidráulicos localizados nas soleiras.



Fonte: Acervo fotográfico da autora, 2018.



O retângulo, de maior dimensão, abrigava as alas de convívio e de serviço: salão do conselho municipal, gabinete do secretário, tesouraria, secretaria, sala do expediente, lavatório e arquivos (ambientes 5, 6, 7, 8, 9 e 10). Segundo Castro (2011), quanto mais central, mais valorizado o ambiente. Desse modo, os setores localizados nas extremidades apresentavam menor importância. O edifício apresenta forro em madeira envernizada do tipo saia e camisa, com exceção do ambiente do vestíbulo, que apresenta forro do tipo tabuado, sendo todos estruturados sobre peças de madeira. Os pisos eram em tábuas de madeira (ver figura 92); entretanto, diante das intervenções ao longo dos anos, foram removidos. Atualmente, o edifício apresenta piso cimentado, que foi revestido por tábuas de madeira, entretanto, furtadas durante atos de vandalismo (ver figura 93).

Figuras 92 e 93– Vista interna do ambiente do pavimento térreo, em 1928 e em 2018, respectivamente.



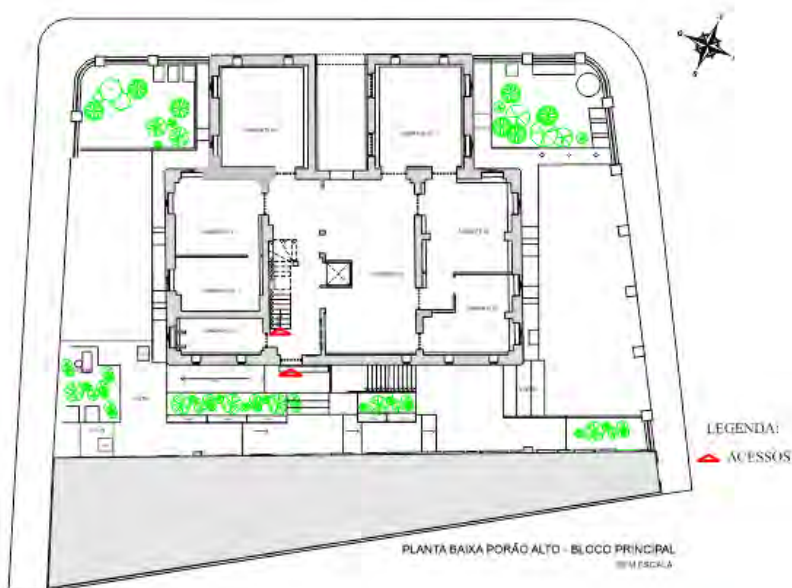
Fonte: Acervo fotográfico de Jayme de Altavila, 1928 e da autora, 2018.

A partir do pavimento térreo, pode-se ter acesso ao porão alto, por meio da escada interna ou de uma abertura localizada na fachada sudeste do bloco principal (ver figura 94). Antes, era possível também acessar o piso do porão por meio da plataforma elevatória, instalada na parte central do prédio; no entanto, após os atos de vandalismo, a circulação vertical foi removida. O porão alto, geralmente não utilizável, era utilizado apenas como espaço para propiciar ventilação, atendendo às medidas higienistas vigentes no código de posturas. No entanto, no caso da Intendência, passou a ser utilizado para a realização de serviços vinculados a atividades de pouca permanência, como em 1911. Após a intervenção no ano 2000, como já mencionado anteriormente, o



prédio continuou sendo ocupado pelos órgãos administrativos da Prefeitura de Maceió e, posteriormente, pela Secretaria de Assistência Social do Município. Por se tratar de um espaço voltado para serviços, não apresenta os mesmos materiais construtivos do pavimento térreo.

Figura 94– Planta baixa do pavimento porão alto com demarcação dos acessos.



Fonte: Acervo da autora, 2018.

Com base na configuração espacial das plantas, a fachada principal apresenta-se consideravelmente preservada em sua concepção plástico-formal e decorativa, embora seja perceptível a perda de alguns elementos, como as esquadrias em madeira das janelas rasgadas e os guarda-corpos em gradis de ferro. A partir da observação direta, é possível perceber que o edifício apresenta ritmo em sua organização formal, geometria simples, composição tripartida e proporção das partes em relação ao todo. O prédio se subdivide em corpo, coroamento e embasamento, equivalente ao porão alto (embora este hoje seja habitável), o que eleva a edificação em relação ao nível da rua e a provido de óculos, o que auxilia a aeração para o interior do pavimento (ver figura 95).



Figura 95 – Fachada principal do edifício da antiga Intendência de Maceió.



Fonte: Acervo fotográfico da autora, 2018.

Apresenta cinco aberturas, sendo uma delas em arco ogival elevado, com meio fechamento em portão⁴⁸ de ferro fundido localizado no centro da edificação, demarcando o acesso principal para o antigo vestibulo com escadaria. Os outros vão são janelas independentes que se apresentam sob verga em arco ogival, esquadrias de bandeiras⁴⁹ fixas, essas em caixilhos de madeira e vidro, sendo duas localizadas do lado direito e duas do lado esquerdo, reforçando a simetria da fachada. Emoldurando as janelas verifica-se a presença de cercadura em alto relevo.

O corpo dessa fachada apresenta quatro falsas colunas em alto relevo. Duas delas estão localizadas nas extremidades da edificação e duas ao centro, reforçando a demarcação do acesso principal. Acima da entrada central, há ornatos em formato de ameixas, em relevo.

O coroamento é estruturado a partir de uma cornija e platibanda ornamentada com um ressalto horizontal em argamassa, em formato de ogivas, interrompido no trecho central.

Na parte superior, adossados à platibanda, frisos perfilados retilíneos e frisos perfilados formam triângulos na parte central. Esses frisos se alteiam a partir dos pináculos, ocorrendo uma inflexão ao centro, onde se forma o frontão triangular decorado em um trecho com elemento sinuoso repetitivo. Em seu ponto máximo é

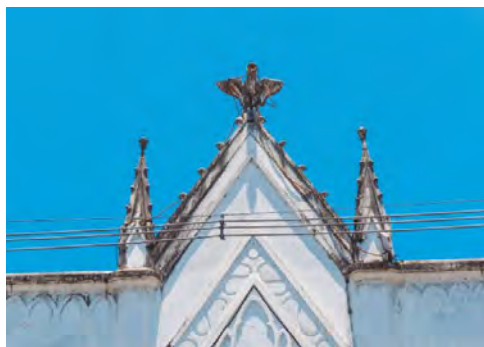
⁴⁸ O portão em ferro fundido foi incorporado ao imóvel em 1919.

⁴⁹ As bandeiras, exerciam um importante papel para a ventilação das edificações. As bandeiras sobre portas e janelas passaram a ser norma construtiva, após a segunda metade do século XIX, incluindo-se entre as recomendações que visavam garantir a qualidade sanitária dos edifícios (MELENDO, KLÜPPEL, ARAÚJO, 2008, P. 243).



coroado por uma escultura alegórica em forma de águia, (ver figura 96). O autor Colouhoun (2004) sintetizou na obra “Modernidade e tradição clássica” que as alegorias colocadas no topo das platibandas representavam o poder das construções no período republicano.

Figura 96 – Vista de um trecho do coroamento e do frontão triangular coroado com a escultura de uma águia da fachada nordeste do edifício da antiga Intendência.



Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, 2018.

Na extremidade do coroamento, seguindo a marcação das falsas colunas mencionadas, existem pináculos que contribuem para definir o escalonamento até o nível dos tramos da platibanda.

As fachadas nordeste e sudoeste são compostas por: embasamento demarcado por óculos; corpo da fachada marcado por janelas de peitoril e cercadura em massa que contorna todos os vãos em verga de arco ogival, com esquadrias de bandeira fixa, caixilho de madeira e vidro (ver figuras 97 e 98). Destaca-se que as bandeiras das esquadrias, assim como as da fachada principal, são compostas por três arcos ogivais.

Figuras 97 e 98 – Fachadas nordeste e sudoeste do bloco principal do edifício da antiga Intendência de Maceió.



Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, 2018.



O coroamento desta fachada é igual ao das fachadas sudoeste e sudeste, dá-se por platibanda reta e cheia, sublinhada por cimalha inferior e superior, bem pronunciada em sua perfilatura. Assim como na fachada principal, os pináculos dão o arremate do coroamento do edifício.

A fachada sudeste, posterior, apresenta quatro janelas de peitoril e uma janela rasgada, localizada no mesmo eixo central da porta principal (ver figura 99). Esse acesso permite a comunicação da área externa com o pavimento térreo do edifício.

Figura 99 – Fachada sudeste do bloco principal edifício da antiga Intendência de Maceió, ver destaque.



Fonte: Acervo fotográfico da autora, 2018.

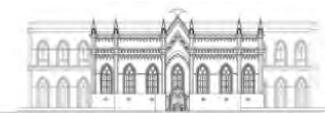
O coroamento é similar ao das fachadas nordeste e sudoeste, entretanto, não apresenta ornamentos na cornija. O embasamento é caracterizado por um vão em verga reta e com acesso ao pavimento do porão alto.

Dessa forma, pode-se perceber que as fachadas foram tratadas de modo hierárquico, sendo a principal voltada à praça Marechal Floriano Peixoto, a que recebe maior destaque e riqueza de detalhes. Enquanto nas fachadas nordeste, sudoeste e sudeste, nota-se simplificação dos elementos, o que indica um caráter secundário.

Além destas características, cabe destacar que as fachadas são pintadas em tom de azul claro, enquanto os ornamentos são brancos. Segundo Santos (2007), era frequente nas construções ecléticas utilizar tintas à base de cal com pigmentos coloridos e inseri-las no corpo do prédio, de modo a diferenciá-las da coloração dos ornamentos.



A análise do bloco anexo segue a mesma estrutura do bloco principal.



O bloco anexo da Intendência Municipal, está implantado em um lote adjacente à fachada sudeste do bloco principal. Apresenta-se no alinhamento do logradouro público, em dois planos da fachada voltados para as vias Rua do Comércio e Rua Boa Vista; a outra fachada é contígua ao imóvel vizinho. No entanto, a construção recuada da fachada sudeste do prédio principal contribui para uma melhor leitura e percepção das fachadas dos blocos que formam o complexo (ver figura 100). O sistema de cobertura apresenta uma única coberta em duas águas e uma água furtada.

Figura 100– Implantação do edifício da Intendência. Em destaque, o bloco anexo.

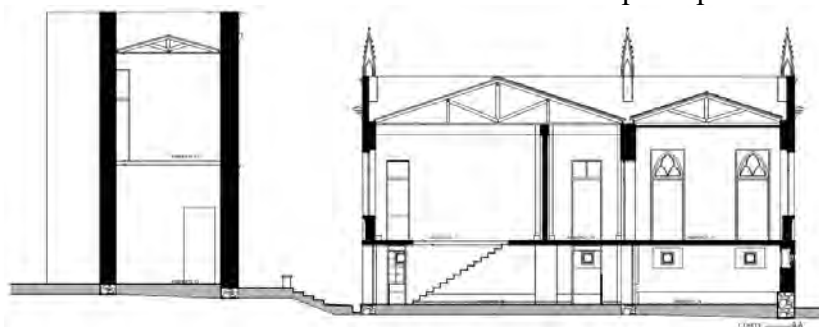


Fonte: Acervo de Karla Calheiros, 2018.

O anexo se distingue do bloco principal, no que se refere à implantação, por ser implantado ao rés do chão. Constata-se o desnível existente entre os blocos em relação aos acessos (ver figura 101).



Figura 101– Corte do edifício da Intendência, onde é possível observar a diferença de nível entre os volumes do anexo e principal.



Fonte: Acervo da autora, 2018.

Outro aspecto a ser evidenciado é que a construção do anexo contribuiu para a abertura de novos acessos o que ocasionou a modificação dos acessos e fluxos no edifício da antiga Intendência, e proporcionou alteração na relação entre o bloco principal e o lote, (ver figuras 102 e 103).

Figuras 102 e 103- Plantas baixas dos pavimentos térreo e porão alto do bloco principal, e superior e térreo do anexo com a atual distribuição de fluxos.



Fonte: Acervo de Karla Calheiros , 2018.

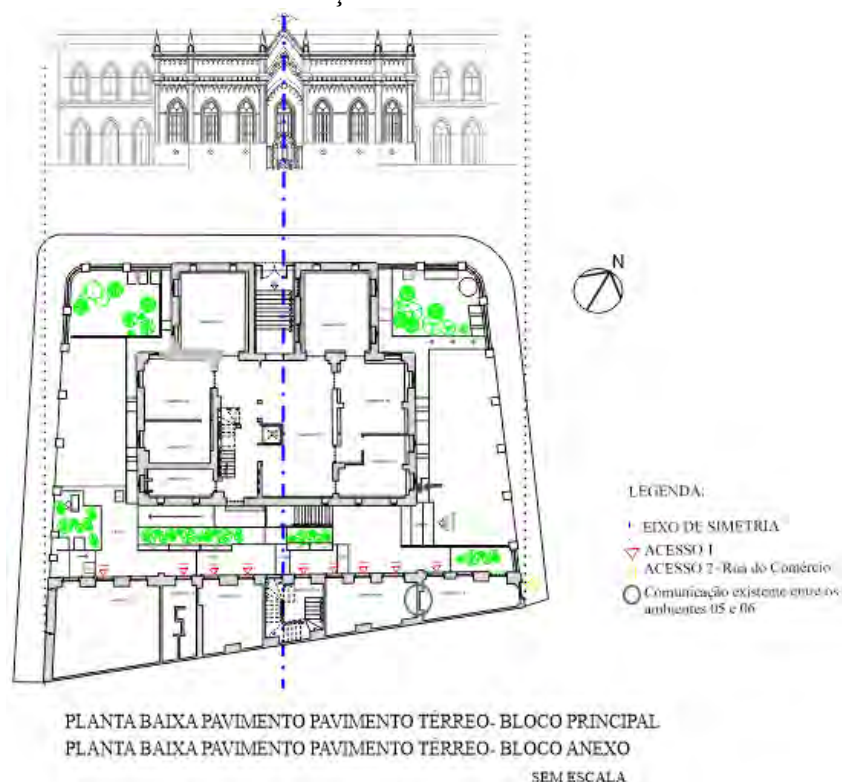
A construção do anexo ocorreu de forma gradual, iniciado em 1910 e concluído em 1921. Em estilo eclético com ascendência estilística neogótica inspirado no bloco principal, o anexo evidencia a simplificação de detalhes o que contribui para reforçar o caráter secundário em relação ao bloco principal.



A organização espacial do anexo se apresenta em dois pavimentos: térreo e superior. Ambos seguem o formato irregular da construção, no qual os espaços voltados para a orientação nordeste são mais estreitos, enquanto os localizados na orientação sudoeste apresentam maior dimensionamento (ver figura 104).

Os acessos ao interior do prédio são realizados pela fachada nordeste, voltada para a fachada posterior do bloco principal, e também por um acesso externo, na mesma fachada nordeste, voltado para a Rua do Comércio (ver figura 104). Ao observar os espaços internos do imóvel, verificou-se a existência de apenas uma comunicação entre os ambientes 05 e 06, que atualmente encontra-se entaipada (ver figura 104). Essa configuração se repete no pavimento superior, como pode ser visto na figura 105.

Figura 104—Planta baixa do pavimento do porão alto do bloco principal e térreo do anexo com demarcação dos acessos e eixo de simetria.



Fonte: Acervo da autora , 2019.

Segundo as informações relatadas pelos Intendentes Municipais, o pavimento térreo era destinado aos setores de serviço da municipalidade, como vigilância



municipal e almoxarifado. O pavimento térreo é composto por seis ambientes, onde, na parte central, localiza-se a circulação vertical, que permite o acesso ao pavimento superior. Ao analisar a localização da escada, verifica-se que ela segue o eixo de simetria do bloco principal (ver figura 104). Entretanto, não se tem conhecimento da localização exata da escada original devido às sucessivas intervenções no prédio.

O pavimento superior ainda apresenta características peculiares como resquícios do piso em madeira estruturado sobre os barrotes, enfatizando o caráter nobre dos espaços (ver figura 105).

Figura 105– Vista dos barrotes e de algumas tábuas em madeira do piso do pavimento superior do anexo.



Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros , 2019.

A fachada principal é marcada pelo ritmo simétrico dos catorze vãos que compõem o corpo do edifício, sendo oito janelas rasgadas e seis janelas de peitoril no pavimento térreo. O pavimento superior apresenta a mesma quantidade de aberturas, no entanto, todas as janelas são de peitoril. Ambas as janelas possuem cercadura em massa saliente que contorna todos os vãos em verga de arco ogival e bandeiras fixas em caixilho de madeira em formato de ogivas com vidro (ver figuras 106 e 107). Além disso, na fachada, destacam-se quatro falsas colunas em alto relevo. Duas delas estão localizadas nas extremidades, e duas outras mais ao centro, reforçando a demarcação dos pavilhões que foram erguidos em temporalidades distintas.



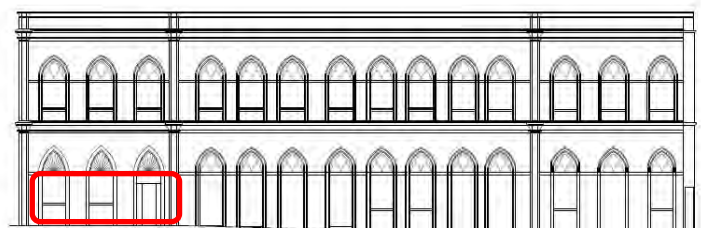
Figuras 106 e 107– Vista de dois trechos da fachada noroeste do anexo.



Fonte: Acervo fotográfico da autora, 2018.

Destacam-se três esquadrias da fachada principal, que apresentam bandeira radial em ferro (ver figuras 108 e 109). De acordo com os relatórios do Conselho Municipal de 1911, esse trecho foi o primeiro a ser construído.

Figuras 108 e 109 – Desenho da fachada noroeste do anexo. Em destaque na cor vermelha as bandeiras radiais em ferro na fotografia.



Fonte: Acervo de Karla Calheiros, 2018.

O coroamento desta fachada, dá-se por platibanda reta e cheia, sublinhada por cimalha inferior e superior, pronunciada em sua perfilatura. A fachada principal não apresenta ornamentos na platibanda.

A fachada nordeste é composta por duas aberturas distribuídas no pavimento térreo e superior. Atualmente, a janela rasgada do pavimento térreo encontra-se entaipada e apresenta bandeira radial fixa em ferro (ver figura 110). O coroamento é similar ao da fachada principal, sem ornamentos, fato que caracteriza o caráter secundário do bem e reforça sua condição de anexo.



Figura 110– Fachada nordeste do anexo da Intendência de Maceió.



Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, 2018.

A fachada sudoeste é totalmente fechada, no pavimento térreo, o que impede a circulação da ventilação no interior do prédio. As duas janelas de peitoril, do pavimento superior, seguem o mesmo padrão das demais esquadrias externas, compostas por duas aberturas distribuídas no pavimento térreo e superior (ver figura 111).

Figura 111– Fachada sudoeste do anexo da Intendência de Maceió.



Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, 2018.

2.5 ANÁLISE DOS ASPECTOS CONTRUTIVOS



Com a abertura dos portos e a industrialização, a arquitetura eclética incorporou o uso de novos materiais e técnicas construtivas em seus edifícios. Esses avanços possibilitaram a criação de diferentes tipos de cobertas e partidos arquitetônicos, adequando-os às novas demandas da classe burguesa.

Especialmente a partir das últimas décadas do século XIX, ideias como novo, progresso, ruptura, revolução e outras, nesta linha, passam a fazer parte não apenas do cotidiano dos agentes sociais, mas principalmente, a caracterizar o imaginário, o discurso intelectual e os projetos de intervenção na sociedade. É exatamente associada a estas ideias que as noções de “moderno” ou de “modernidade” vão se afirmando neste momento de aceleração da industrialização e de consolidação internacional do capitalismo (CASTRO apud HERSCHMANN E PEREIRA, 2011, p.18; 1994, p.14).

Gradualmente, os materiais pré-fabricados, o uso de alvenaria de tijolos, gradis de ferro, ladrilhos hidráulicos, vidro, entre outros componentes, e novas técnicas construtivas foram sendo incorporados nas edificações, o que possibilitou grandes modificações nas construções erguidas no século XX. Os elementos citados formam parte da estrutura construtiva que compõe o edifício da antiga Intendência de Maceió.

Pode-se explicar que os sistemas construtivos são um conjunto de materiais e técnicas utilizados na construção de uma edificação. Nesse conjunto de elementos, encontra-se o “sistema estrutural básico, que pode ser decomposto em fundações, a caixa da edificação e a cobertura” (KLÜPPEL; SANTANA, 1999, p. 190). Acrescenta-se ainda, um estudo sobre fundação, pisos, forros, revestimentos, vãos, esquadrias, circulações verticais, com o intuito de aprofundar o conhecimento sobre sistemas construtivos e elementos que compõem o edifício da antiga Intendência. Para melhor compreensão, optou-se por separar o bloco principal do anexo, por terem sido construídos em momentos distintos.



Com base no relatório de obra da Prefeitura de Maceió referente ao projeto de intervenção do edifício da Intendência no ano 2000, foram encontrados e identificados registros fotográficos e croquis que possibilitaram visualizar o tipo de fundação utilizada. Assim, pode-se afirmar que o edifício apresenta fundação corrida em pedra argamassada, o que lhe confere o uso de técnicas tradicionais da arquitetura eclética. A identificação do tipo de fundação do bloco em análise foi possível devido ao rebaixamento do piso, realizado para aumentar o pé direito do porão alto, durante as ações de intervenção para adaptar o edifício ao uso da Prefeitura de Maceió.

A fundação é um elemento estrutural responsável por suportar as cargas oriundas da estrutura do edifício e transferi-las para o solo, sendo fundamental para garantir a estabilidade do prédio. Conforme Márcia Braga (s/data), as fundações em pedra eram executadas a partir da abertura de uma vala, que era preenchida com pedras de tamanhos diversos, agregadas por meio de uma calda de barro e cal. Essas fundações são denominadas corridas, pois se estendem abaixo de todas as paredes da edificação. Caracterizam-se por apresentarem largura maior do que a das alvenarias das paredes (ver figura 112) e, geralmente, podem atingir de 0,50 m a 0,60 m em imóveis residenciais. Dependendo da topografia ou declividade do terreno, podem alcançar até 1,00 m de largura (Brasil, 2005). Dessa forma, as alvenarias são assentadas no eixo da fundação, permitindo que as cargas sejam transmitidas igualmente por toda a fundação.

Figura 112- Vista do ambiente 05 – porão da edificação foi rebaixado o que possibilitou observar o afloramento da fundação e constatar a largura e assentamento da alvenaria na edificação.



Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, 2018.

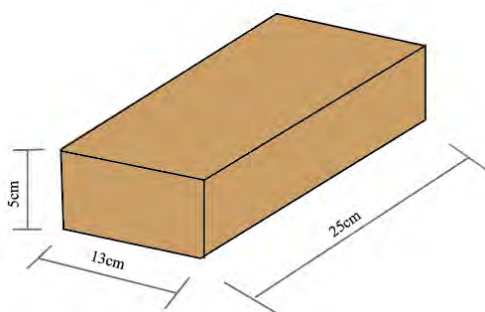


Segundo o Manual Técnico de Alvenarias da Associação Brasileira da Construção Industrializada, "as alvenarias são maciços constituídos de pedras naturais ou artificiais, ligadas entre si de modo estável pela combinação das juntas e interposição de argamassa", de forma a resistirem aos esforços de compressão e tração (ABCI, 1990, p. 17). No objeto em estudo, as paredes externas do edifício são autoportantes, ou seja, funcionam como vedação e desempenham uma função estrutural, suportando as cargas da cobertura. A alvenaria autoportante é comumente encontrada em prédios que apresentam poucos pavimentos.

A alvenaria pode ser constituída de diversos materiais. Nesse caso, o bloco principal foi construído com tijolos maciços cerâmicos nas dimensões: 5 cm de largura x 25 cm de comprimento x 13 cm de altura, para compor as paredes (ver figura 113). As medidas referentes às paredes de alvenaria são baseadas na configuração modular usada. Nesse caso, a alvenaria é composta por parede dupla. Nas palavras de Martins (2009):

No que diz respeito às alvenarias ecléticas, elas eram feitas de tijolo e cal. Eram mais empregados os tijolos maciços, que mantinham as antigas técnicas tradicionais de execução. As paredes externas de tijolos eram construídas com cerca de 60 cm de espessura, já as outras acabam tendo menos da metade dessa espessura. Também com o acréscimo de pavimentos essa espessura diminui (MARTINS, 2009, p43).

Figura 113- Desenho da alvenaria em tijolo cerâmico maciço com dimensionamento medido *in loco*.



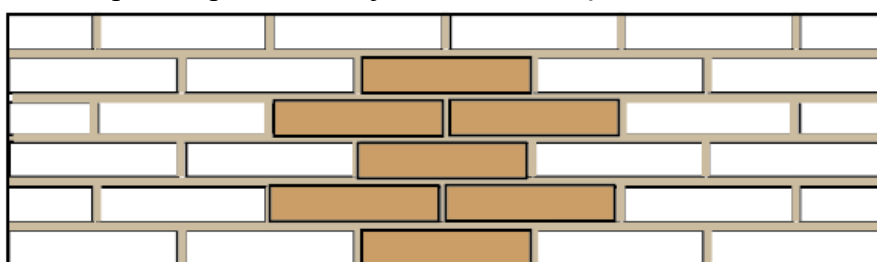
Fonte: Acervo de Karla Calheiros, 2018.

A partir da análise dos antigos registros fotográficos, percebeu-se que os tijolos cerâmicos foram posicionados em paralelo e assentados com juntas de amarração



desencontradas, o que acarreta maior resistência dos seus elementos (ABCI, 1990). Esse tipo de assentamento é chamado de assentamento de comprido⁵⁰ (ver figura 114).

Figura 114- Esquema da alvenaria em tijolo maciço, com assentamento do tipo de comprido, apresentando juntas de amarração desencontradas.



Fonte: Acervo de Karla Calheiros, 2018.

Essa modulação das peças pode ser visualizada no pavimento térreo (ver figura 115). Acrescente-se ainda que, durante a construção das paredes, os vãos das portas são marcados a partir da primeira fiada da alvenaria, enquanto as janelas são determinadas de acordo com a altura do peitoril.

Figura 115- Vista da parede de um dos ambientes do pavimento térreo, observa-se a alvenaria em tijolo maciço, assentamento do tipo de comprido.



Fonte: Acervo fotográfico da Coordenação de Patrimônio de Maceió, 2000.

⁵⁰ Notas de aula, Marcos Tognon. 7 de dezembro de 2018.



De acordo com as especificidades do material utilizado, variados arranjos são possíveis para que se obtenha um bom aparelhamento de resistência da alvenaria. Segundo o material “Técnicas de construção civil e construção de edifícios – anotações de aula 04”⁵¹, para se garantir o adequado emparelhamento dos tijolos cerâmicos maciços, inicia-se a construção da primeira fiada das paredes com a colocação das peças cerâmicas nas extremidades, seguindo o prumo e o alinhamento no sentido vertical. Depois, erguem-se as demais partes sem maiores empecilhos.

Nesse tipo de alvenaria, nos edifícios antigos, era comum utilizar argamassa de assentamento, à base de argila e cal para unir os elementos das paredes e auxiliar na estabilidade da distribuição das cargas (Kanan, 2008). Além disso, as argamassas de revestimento ou de sacrifício também eram constituídas por cal, tendo como finalidade impedir a ação do vento e da chuva no material. No entanto, conforme os ensaios laboratoriais⁵² realizados no Núcleo de Tecnologia da Preservação e da Restauração (NTPR) (ver item 4.3 e apêndices), constatou-se que, atualmente, as alvenarias são assentadas com argamassa de cimento, cal hidratada e água, fato que comprova que o local de onde foi retirada a amostra passou por intervenções no ano 2000.



Com já mencionado anteriormente durante o Ecletismo já existiam técnicas que possibilitavam novos modos e soluções para se construir edifícios, entre elas a utilização de alvenaria autoportante e as vedações dos espaços internos em tijolos para estruturar os prédios.

As paredes eram normalmente construídas de alvenaria de tijolo e cal. Essa modificação tão simples, implicava em um significativo aumento de precisão: os erros de medida, que com o emprego das técnicas tradicionais podiam ser

⁵¹ Material disponível em: <<https://docplayer.com.br/2770249-Tecnicas-de-construcao-civil-e-construcao-de-edificios.html>>.

⁵² Os resultados dos ensaios laboratoriais podem ser consultados no capítulo 4.3 “Análises laboratoriais para identificação dos materiais” e nos apêndices.



Estrutura

avaliados quase sempre em decímetros, reduziam-se agora a centímetros (REIS FILHO, 2000, p. 159).

O uso da madeira na estrutura das edificações ecléticas era recorrente nos pisos, forros, barrotes, janelas, portas e telhados. As novas soluções técnicas permitiam novas possibilidades de arranjos construtivos. Seguindo essas características, a edificação da antiga Intendência, erguida no início do século XX, apresentava essa estrutura construtiva, no entanto, as sucessivas intervenções realizadas, em meados da década de 1940, resultaram numa ação extremamente invasiva, no que tange à configuração espacial e tipológica do edifício, a exemplo da remoção do piso em assoalho de madeira do pavimento térreo do bloco principal. No lugar, foi construída uma laje para possibilitar o uso do pavimento do porão alto pela CASAL. A laje criada corrompia os vãos das janelas rasgadas, comprometendo a leitura arquitetônica do edifício. É notório que, nessa intervenção, não houve respeito e sensibilidade para avaliar e reconhecer o bem, identificando seus valores artísticos, históricos e simbólicos.

Ao forçar a preexistência do uso do imóvel pela CASAL, negligenciaram-se atributos dessa edificação, como espacialidade arquitetônica e relevância, por se tratar de um bem remanescente do uso institucional, construído no período republicano na cidade de Maceió. Acrescente-se, ainda, que essa alteração provocou a modificação no fluxo do edifício, considerada um prejuízo à percepção arquitetônica da edificação.

Para resgatar a feição do pavimento, a ação projetual adotada pelo corpo técnico da Prefeitura no ano 2000 consistiu em construir uma laje do tipo nervurada e constituída por uma armadura em treliça, “que varia de 7,0 a 25cm de altura, e a mesa inferior concretada com 3cm de espessura e de 12 a 13cm de largura” (Milito, s/data, p.94). Entre os elementos que compõem a laje estão: EPS, componente de enchimento usado entre as vigotas (ver figura 116) e a capa de concreto. Milito (s/data, p.95) ressalta que a armadura locada nas lajes de treliça contribuem para as “tensões de cisalhamento que surgem entre a alma e a aba das nervuras”.



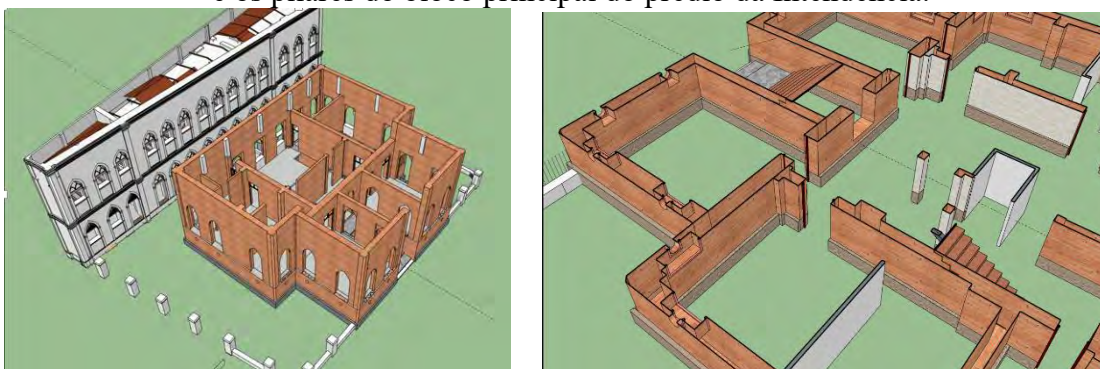
Figura 116- Vista das nervuras engastadas na alvenaria do edifício e colocação do enchimento em blocos de isopor entre as vigotas.



Fonte: Acervo fotográfico da Coordenação de Patrimônio de Maceió, 2000.

Ao adotar essa solução estrutural foi preciso construir pilares⁵³ e vigas no pavimento do porão alto para sustentar a laje nervurada do pavimento térreo (ver figuras 117, 118 e 119). Nesse caso, o pilar atua na transmissão das cargas de compressão no sentido vertical do seu eixo, enquanto que a viga, posta em cima da coluna de forma horizontal, transfere o peso da laje para os pilares (Ching, 2010). A junção dos componentes pilar, viga, laje e paredes autoportantes forma a estrutura da construção.

Figura 117- Modelo tridimensional mostrando a estrutura com as paredes autoportante e os pilares do bloco principal do prédio da Intendência.



Fonte: Acervo de Karla Calheiros, 2018.

⁵³Com base no relatório de obras da Prefeitura de Maceió verificou-se que para a construção dos pilares foram executadas escavações para as sapatas de fundação.



Estrutura

Figuras 118 e 119- Vista do pavimento porão alto em dois ângulos distintos, sendo possível visualizar os pilares que sustentam a laje nervurada do bloco principal do prédio da Intendência, construídos no imóvel durante as ações de intervenção no ano 2000.



Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, 2018.

A partir dessa premissa, percebe-se a necessidade de uma reflexão mais profunda e embasada para a tomada de decisões nas ações projetuais voltadas à intervenção, no sentido de evitar intervenções danosas e privilegiar o uso do bem, como ocorreu em meados da década de 1940.



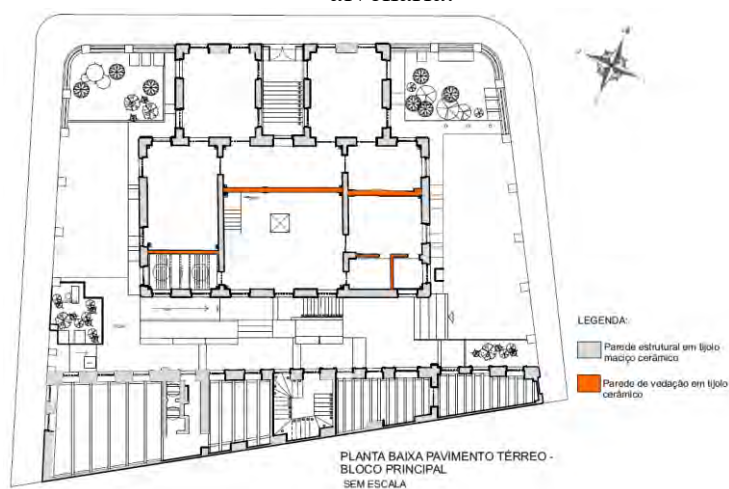
Paredes de vedação

As alvenarias de vedação são paredes formadas a partir do “assentamento dos blocos cerâmicos ou tijolos maciços com argamassa, que realizam a função de suportar as cargas do seu próprio peso” (Ercio Thomaz et al., 2009, p. 5). A bibliografia aponta que o emprego dos tijolos maciços cerâmicos, tanto como alvenaria estrutural quanto de vedação, nas técnicas construtivas das edificações, ocorreu em larga escala no início do século XIX, devido ao desenvolvimento da industrialização e aos avanços tecnológicos. Desse modo, as alvenarias de vedação do conjunto em estudo eram formadas por tijolos cerâmicos. Contudo, as sucessivas alterações no bem resultaram na perda desses elementos. Atualmente, verifica-se que, para separar os ambientes do pavimento térreo dos pavimentos do porão alto, foram construídas paredes de vedação em bloco cerâmico, com oito furos perpendiculares às faces. Essas intervenções foram realizadas no ano 2000 para adaptar o espaço à demanda de uso dos setores da Prefeitura.



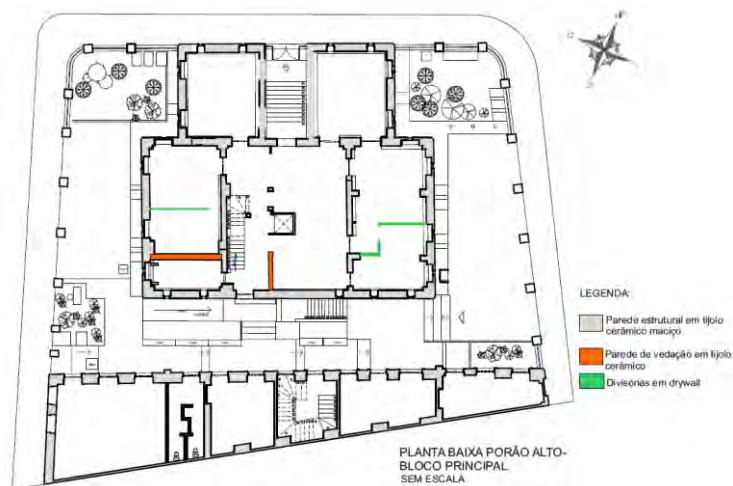
Com a realização do levantamento cadastral, averigou-se que as paredes variam de 15 a 20cm de espessura, (ver figuras 120 e 121).

Figura 120– Planta baixa do pavimento térreo do bloco principal, com os tipos de alvenaria.



Fonte: Acervo de Karla Calheiros, 2019.

Figura 121– Planta-baixa do pavimento porão alto do bloco principal, com os tipos de alvenaria.



Fonte: Acervo de Karla Calheiros, 2019.



Ainda no pavimento do porão alto, nota-se a presença das paredes em drywall, com 7 cm de espessura, usadas para setorizar os espaços (ver figura 122). Essas paredes são constituídas por placas de gesso acartonado e são estruturadas com perfis metálicos.

Figura 122– Vista interna do ambiente do porão alto onde é possível enxergar a parede drywall deteriorada por ação de vandalismo.



Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, 2019.



O sistema de cobertura funciona como um conjunto de elementos com o objetivo de proteger as construções das ações do intemperismo (chuva e sol) e servir de abrigo para os ambientes internos das edificações. A coberta deve ser estruturada para vencer os vãos e suportar seu peso e as cargas (CHING, 2010). Cabe salientar que a configuração estrutural da cobertura deve estar condizente com o sistema de paredes e pilares do edifício, para que, assim, as cargas de gravidade possam ser transmitidas às fundações. Para iniciar o assunto sobre o sistema de cobertura, abordaremos sua geometria, tipos de estrutura (caibros e ripas), revestimento e, por fim, o escoamento das águas pluviais identificados na cobertura.

A geometria da cobertura do bloco principal é composta por duas coberturas independentes, ambas com sistema em quatro águas utilizado para



cobrir plantas de formato regular. Configura-se por duas águas trapezoidais (águas mestras) e duas triangulares (tacaniças) formando uma cumeeira e quatro espigões (IPHAN, 1999) (ver figuras 123 e 124). Segundo o IPHAN (1999) esse tipo de cobertura foi muito utilizado na arquitetura brasileira, principalmente nos edifícios isolados voltados ao uso público em áreas urbanas.

Figura 123– Planta de cobertura do bloco principal.



Fonte: Acervo de Karla Calheiros, 2018.

Figura 124– Imagem aérea do edifício da antiga Intendência.



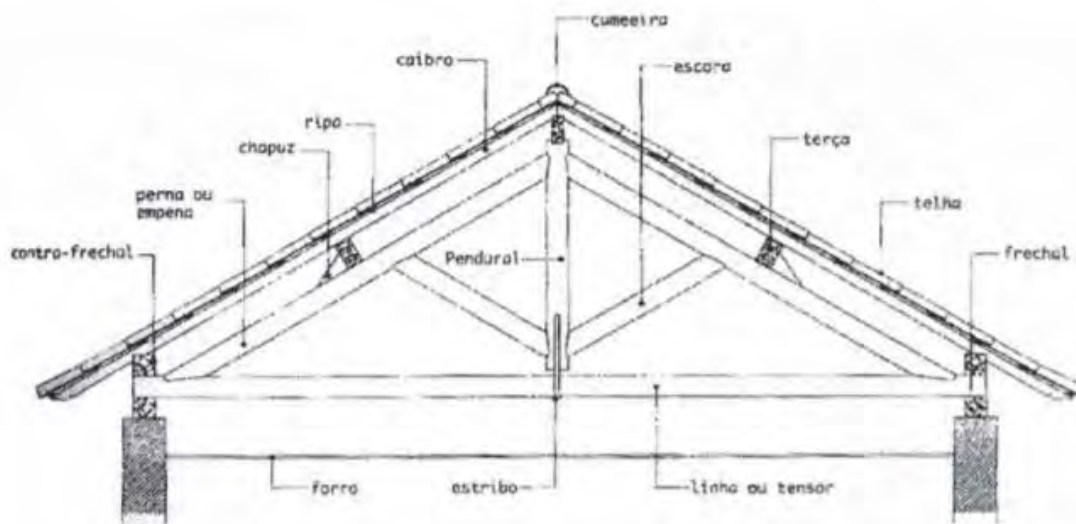
Fonte: Acervo fotográfico da autora, 2018.



As coberturas mencionadas estão estruturadas por peças de madeira, assentadas sobre os frechais, responsáveis pela distribuição das cargas concentradas das tesouras sobre as paredes. Quanto ao tipo de revestimento, nota-se o uso de telhas cerâmicas do tipo capa canal que apresentam formato meia-cana. Essas telhas são caracterizadas por “peças côncavas (canais), que se apoiam sobre as ripas, e por peças convexas (capas)” (LOGSDON, 2002, apud CALIL JÚNIOR, 1995, p.79).

Com base no material pesquisado sobre o tema, verifica-se que os telhados geralmente seguem a mesma estrutura. As tesouras vencem o vão e sustentam a cumeeira e as estruturas de apoio às telhas que são os caibros, ripas e terças, garantindo a estabilidade dos elementos da cobertura (ver figura 125). Os caibros se apoiam na cumeeira, nas terças e nos frechais e, sustentam as ripas. Todos os arranjos estruturais do sistema de cobertura são, também, em madeira.

Figura 125– Esquema da tesoura com as peças que compõem o telhado.



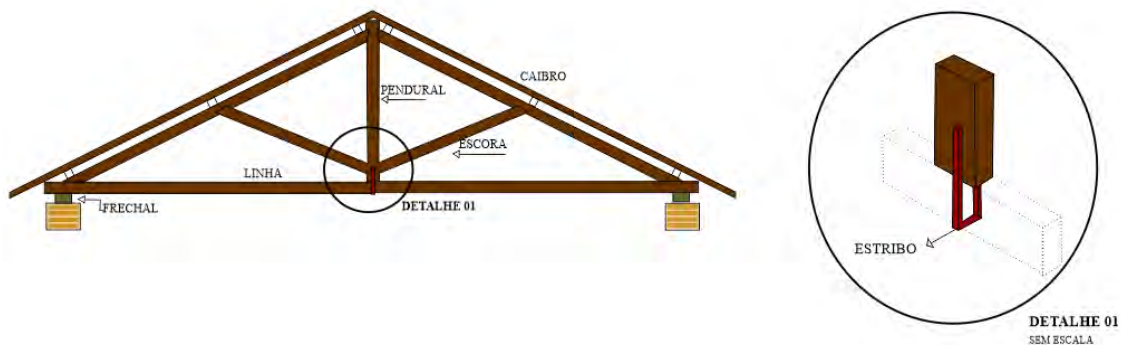
Fonte: Martins, 2009.

As tesouras identificadas no levantamento são do tipo pendural (ver figuras 126 e 127), constituídas por duas escoras que se interligam à parte inferior do pendural, de modo que este possa sustentar a linha baixa ou o tirante em algum ponto (IPHAN, 1999).



Cobertura

Figura 126 – Croqui da tesoura e em destaque o detalhe do encaixe do estribo.



Fonte: Acervo da autora, 2018.

Figura 127 – Vista da tesoura do tipo pendural que compõe a estrutura da cobertura do bloco principal.



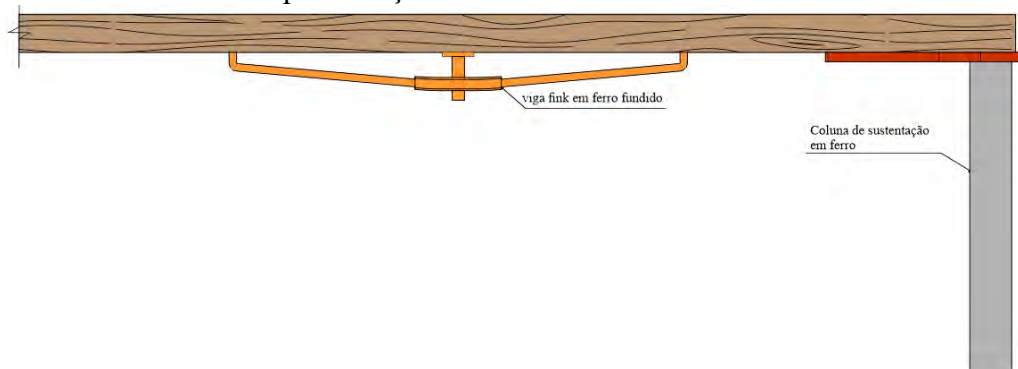
Fonte: Acervo fotográfico da autora, 2018.

Um ano após a construção do edifício segundo consta no relatório de obras da Intendência em 1911 houve a primeira intervenção estrutural no prédio. Em virtude dos problemas estruturais identificados na cobertura foram inseridos vigas metálicas fink e colunas de ferro, utilizadas para fazer o travamento da cobertura. No total, são 16 colunas locadas nas extremidades das paredes (ver figuras 128, 129 e 130). A partir da observação *in loco* ainda é visível verificar essa intervenção.



Cobertura

Figuras 128– Desenho esquemático da vista frontal da viga fink e da coluna de ferro que reforçam o madeiramento da cobertura.



Fonte: Acervo de Karla Calheiros, 2019.

Figuras 129 e 130– Vista da viga fink que reforça a viga em madeira com a inserção de dois tirantes de varão de ferro fundido ligados aos extremos. Na parte central reúne-se em um pendural também de ferro. A figura 130 mostra a coluna de ferro implantada na extremidade de um dos ambientes do bloco para solucionar os problemas estruturais da cobertura.

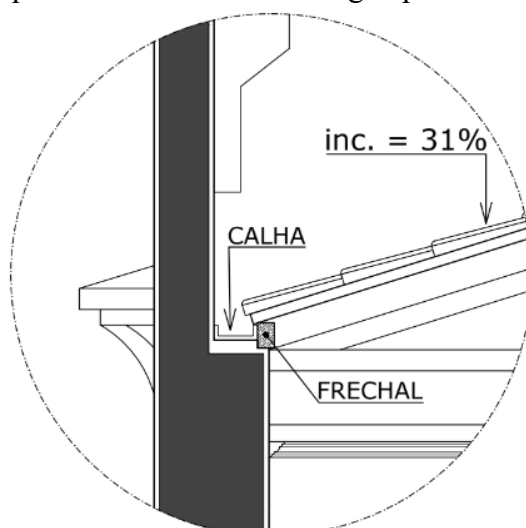


Fonte: Acervo de Karla Calheiros, 2018.

O sistema de acabamento da cobertura em quatro águas é arrematado por platibanda. Os elementos que compõem a captação das águas pluviais no sistema de cobertura são as calhas, rufos e condutores. Para instalação das calhas é preciso fixá-las em um trecho do telhado, sendo, a outra parte, apoiada na alvenaria da platibanda (AZEREDO, 2000) (ver figura 131). Verificou-se, *in loco*, que a calha foi revestida por fibra de vidro durante o projeto de intervenção.



Figura 131– Esquema do escoamento de água pluvial da calha de platibanda.

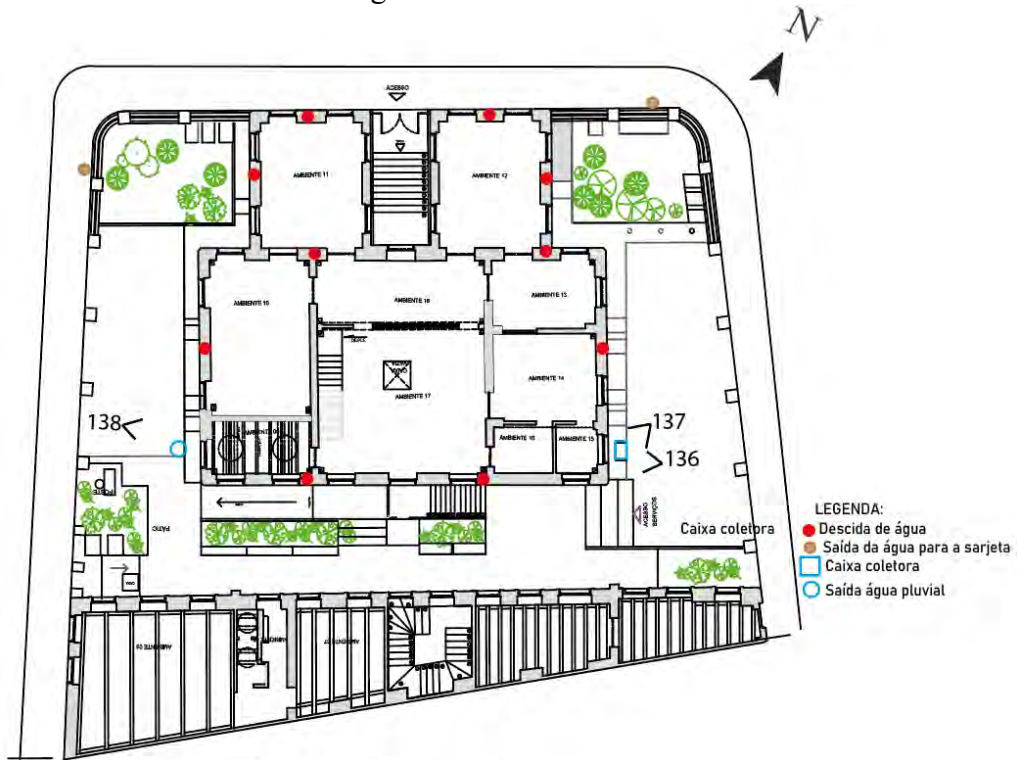


Fonte: Acervo de Karla Calheiros, 2018.

Os condutores pluviais têm por finalidade acumular as águas pluviais coletadas pelas calhas e direcioná-las à superfície do terreno ou conduzi-las até a rede coletora (CARVALHO JÚNIOR, 2012). As tubulações pluviais do edifício são em PVC e embutidas na alvenaria (ver figuras 132). Na área externa do edifício, observa-se a caixa coletora, responsável pelo recolhimento da água pluvial do bloco principal (ver figura 133) e uma tubulação em PVC que, provavelmente, esteja relacionada a outro condutor de água pluvial que recolhe a água da cobertura e a direciona para a área do estacionamento. As figuras 133 e 134 mostram uma das caixas verificadas *in loco* na fachada nordeste, enquanto que a figura 135 mostra a tubulação na fachada sudoeste que á agua para o estacionamento. Foram identificadas outras duas saídas que, esteja ligada à drenagem do jardim, direcionando a água para a sarjeta (ver figuras 136 e 137).



Figura 132 – Planta baixa do pavimento superior com o indicativo das descidas de água e das caixas coletoras.



PLANTA PAVIMENTO TÉRREO- BLOCO PRINCIPAL
 PLANTA PAVIMENTO SUPERIOR- BLOCO ANEXO
 sem escala.

Fonte: Acervo de Karla Calheiros, 2018.

Figuras 133 e 134– Vista de uma das caixa coletoras do bloco principal localizada na fachada nordeste.



Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, 2019



Figura 135– Vista da fachada sudoeste do bloco principal, em destaque a tubulação que direciona a água pluvial coletada na cobertura para a área do estacionamento.



Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, 2018.

Figuras 136 e 137– Vista da fachada sudoeste do bloco principal em destaque a tubulação externa. A figura 137, apresenta a imagem ampliada da tubulação pluvial que direciona a água para a sarjeta.



Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, 2019.

Na área externa do edifício, fachada sudeste, nota-se o recolhimento da água pluvial através de uma canaleta com grelha, localizada no final da rampa de acesso ao pavimento porão alto (ver figura 138). As águas pluviais coletadas na canaleta, são direcionadas para a rede coletora pública.



Figura 138– Trecho da fachada sudeste do bloco principal do edifício da antiga Intendência. Em destaque, a canaleta com grelha coletora de água pluvial.



Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, 2018.



Sabe-se que o sistema do esgoto sanitário, consiste em ações adotadas para coletar, transportar e destinar os dejetos sanitários de maneira adequada, no sentido de viabilizar o saneamento ambiental em benefício da bacia receptora dos efluentes; e garantir melhores condições de salubridade aos usuários (SOUZA, 2016). Frise-se, ainda, que a ausência de tratamento do esgoto sanitário pode ocasionar sérios danos como a contaminação do lençol freático, um dos fatores mais relevantes para o entendimento do edifício em estudo. A edificação está implantada em uma área de lençol freático alto, devido à proximidade da Laguna Mundaú e por ter o piso do pavimento do porão alto rebaixado durante a intervenção no ano 2000. Portanto, torna-se mais suscetível à manifestação de umidade proveniente do terreno. Nesse sentido, a falta de esgotamento sanitário adequado não bem provocará a contaminação do lençol freático e conseqüentemente, comprometerá o edifício, pois a ascensão de água contaminada elevada por capilaridade irá acarretar a degradação e a contaminação dos materiais



construtivos. A partir do levantamento em campo verificou-se a existência de uma caixa de inspeção de esgoto sanitário na área externa da fachada sudoeste do bloco principal (ver figura 139).

Figura 139– Trecho da fachada sudoeste do bloco principal do edifício da antiga Intendência. Em destaque, a caixa de inspeção, sem tampa de proteção.



Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, 2018.

Com a investigação, percebeu-se que a caixa de esgoto do bloco principal se comunica com a instalação do bloco anexo e, por fim, direciona os dejetos para o coletor público implantado na cota mais baixa (ver figura 140).

Figura 140– Planta baixa do conjunto da antiga Intendência Municipal, em destaque o sistema de esgotamento sanitário.



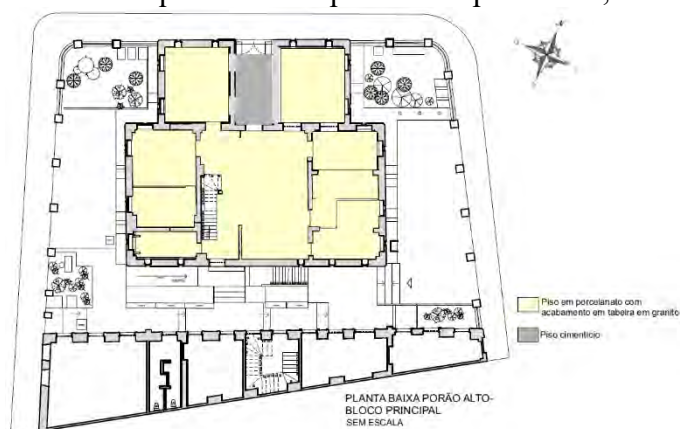
Fonte: Acervo de Karla Calheiros, 2019.



O sistema de piso é formado por planos horizontais e estão sujeitos a diferentes cargas e ao próprio peso da construção. Também tem, como intuito, transferir as cargas oriundas dos esforços horizontais para os pilares e paredes autoportantes (CHING, 2010). As autoras Klüppel e Santana (1999) acrescentam que o piso é um plano composto por estrutura e revestimento e que pode separar andares e determinar os níveis de um edifício.

Atualmente, o edifício em estudo não apresenta nenhum piso original da sua feição original do início do século XX, devido às constantes modificações realizadas no bem. Desse modo, a análise abarca a situação do imóvel após o projeto de intervenção. No bloco principal foram encontrados variados pisos para compor os ambientes. Hoje, o pavimento do porão alto apresenta dois tipos de pisos (ver figura 141). Os ambientes internos são constituídos por pisos em porcelanato, na cor branca com dimensão 30x30 centímetros (ver figura 142), com acabamento em tabeira de granito arabesco, mesmo material utilizado no rodapé que delimitam os ambientes do pavimento do porão alto. Observa-se ainda o piso cimentício abaixo da escada do acesso principal (ver figura 143).

Figura 141– Planta baixa esquemática do pavimento porão alto, com os tipos de pisos.



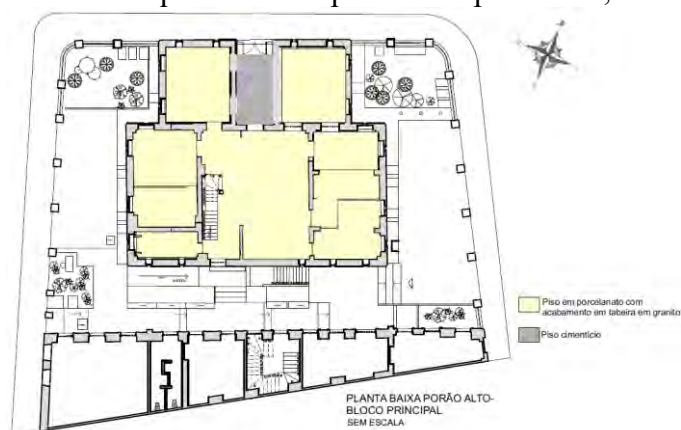
Fonte: Acervo de Karla Calheiros, 2018.



O sistema de piso é formado por planos horizontais e estão sujeitos a diferentes cargas e ao próprio peso da construção. Também tem, como intuito, transferir as cargas oriundas dos esforços horizontais para os pilares e paredes autoportantes (CHING, 2010). As autoras Klüppel e Santana (1999) acrescentam que o piso é um plano composto por estrutura e revestimento e que pode separar andares e determinar os níveis de um edifício.

Atualmente, o edifício em estudo não apresenta nenhum piso original da sua feição original do início do século XX, devido às constantes modificações realizadas no bem. Desse modo, a análise abarca a situação do imóvel após o projeto de intervenção. No bloco principal foram encontrados variados pisos para compor os ambientes. Hoje, o pavimento porão alto apresenta dois tipos de pisos (ver figura 142). Os ambientes internos são constituídos por pisos em porcelanato, na cor branca com dimensão 30x30 centímetros (ver figura 149), com acabamento em tabeira de granito arabesco, mesmo material utilizado no rodapé que delimitam os ambientes do pavimento do porão alto. Observa-se ainda o piso cimentício abaixo da escada do acesso principal (ver figura 150).

Figura 148– Planta baixa esquemática do pavimento porão alto, com os tipos de pisos.



Fonte: Acervo de Karla Calheiros, 2018.



Na prática, para realizar a aplicação do piso é necessário executar a princípio a camada de regularização do concreto para corrigir as falhas do terreno. Finalizada essa etapa, aplica-se o contrapiso e, por fim assenta-se o piso com argamassa.

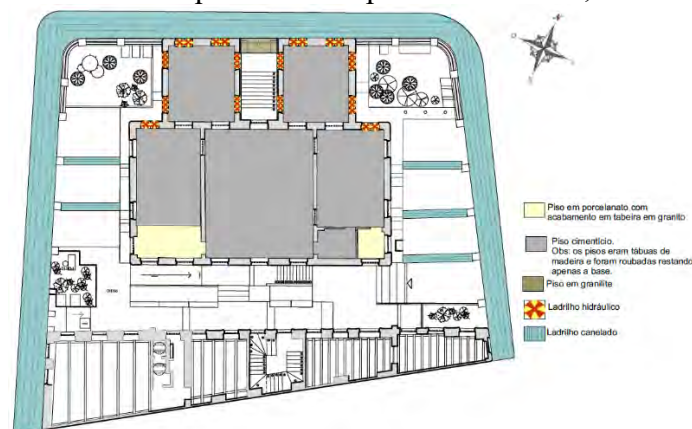
Figuras 142 e 143–Vista do ambiente 08 do porão alto. A primeira imagem mostra o piso porcelanato e acabamento em tabeira de granito. Na figura 143, visa do piso cimentício abaixo da escada.



Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, 2018.

Após analisar o pavimento porão alto, seguimos para o pavimento térreo, andar enobrecido do edifício, ressaltado pela distinção no uso de materiais, fato que reforça a hierarquia do pavimento em questão. A figura 144 destaca o esquema com os tipos de piso do pavimento térreo.

Figura 144– Planta baixa esquemática do pavimento térreo, com os tipos de pisos.



Fonte: Acervo de Karla Calheiros, 2018.



O pavimento térreo apresenta piso cimentado de regularização resultante da criação da laje nervurada com blocos de isopor durante a intervenção realizada no edifício, em 2000. Cabe ressaltar que a perda do piso original em madeira assentado sobre os barrotes, é considerado prejuízo para o pavimento térreo do bloco principal, que descaracteriza como pavimento enobrecido. Com enfoque no valor histórico, os materiais e as técnicas construtivas sintetizam o conhecimento produzido em determinado período, atributos que abarcam habilidades técnicas na construção de prédios públicos no início do século XX.

Para resgatar o enobrecimento dos ambientes do pavimento, o piso cimentício foi revestido com tábuas de madeira e, o acabamento do piso junto da parede ganhou rodapé em madeira. Ressalte-se que as tábuas de madeira do piso foram furtadas durante a depredação do imóvel. Constatou-se, também, a presença de ladrilhos hidráulicos⁵⁴ nas soleiras das janelas rasgadas, com dimensão 20 x 20cm e espessura de, aproximadamente, 2cm. Os pisos hidráulicos têm formato geométrico, com elementos em vermelho, amarelo e branco (ver figuras 145 e 146) e são assentados com argamassa de cimento e areia.

Figuras 145 e 146- Vista interna do ambiente 11 do pavimento térreo que apresenta piso cimentício e soleiras em ladrilho hidráulico, assentadas nas janelas rasgadas, em destaque. A figura 146 mostra as peças em ladrilho hidráulico.



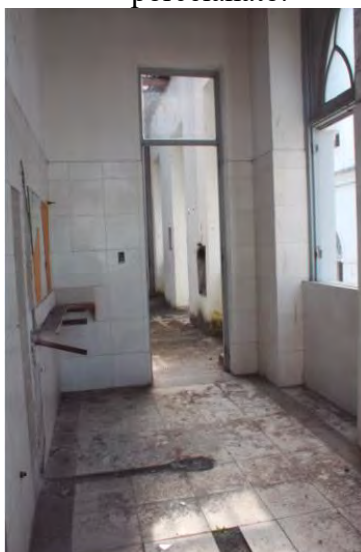
Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, 2018.

⁵⁴ Os ladrilhos hidráulicos inseridos nas soleiras das janelas rasgadas foram retirados de um ambiente do bloco anexo e incorporado ao bloco principal.



Assim como o piso do porão alto, os banheiros do pavimento térreo apresentam o mesmo piso em porcelanato com acabamento em tabeira de granito (ver figura 147).

Figura 147 – Vista do banheiro do pavimento térreo, observa-se o piso em porcelanato.



Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, 2018.

As áreas destinadas ao estacionamento nos afastamentos laterais, e as calçadas do entorno imediato do prédio apresentam pisos com revestimento de ladrilhos canelados com dimensão 20 x 20 cm (ver figuras 148 e 149).

Figuras 148 e 149– Vista do espaço destinado ao estacionamento na fachada sudoeste do bloco principal e calçada revestida com piso em ladrilho canelado da fachada noroeste, em destaque nas figuras.



Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, 2018.



Os forros têm a finalidade de proteger contra poeira e outras partículas que possam penetrar através do telhado. Contribuem para o condicionamento térmico e acústico e atuam, também, como elemento decorativo dos ambientes. Pode-se classificar conforme a forma e material com que são construídos ou em relação ao tipo de revestimento.

Os forros são planos e constituídos de materiais como gesso e em madeira. Os de madeira são compostos por tábuas fixadas no tipo saia e camisa e também em tabuado. Essas peças são fixadas nos barrotes ou em estruturas de apoio (ver figura 150).

Figura 150– Planta baixa esquemática do pavimento térreo, com os tipos de forro.

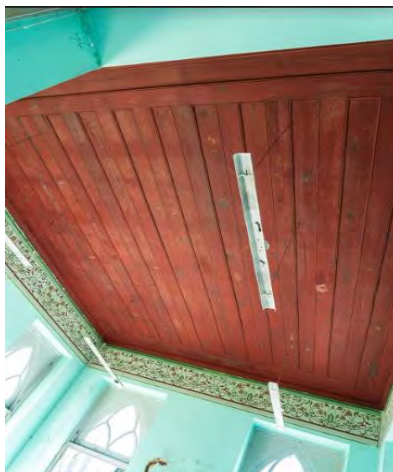


Fonte: Acervo de Karla Calheiros, 2018.

Do mesmo modo que os pisos, os forros apresentam diferenças em relação a sua localização. Nos ambientes considerados mais nobres como os cômodos do pavimento térreo, encontra-se o forro do tipo saia e camisa (ver figura 151).



Figura 151– Vista do ambiente 11 do pavimento térreo onde ainda é possível observar o forro saia em camisa envernizado.



Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, 2018.

O forro saia e camisa apresenta tábuas com ressalto, conhecidas como saia. Segundo Vasconcellos (1979, p.90) “as saias levam molduras simples, em meia cana, no seus contornos” e as camisas são as tábuas rebaixadas que juntas se encaixam e formam as reentrâncias e saliências (ver figura 152). Azeredo (2000) ressalta:

As camisas eram tábuas apenas aparelhadas e pregadas diretamente sob o vigamento, deixando entre elas espaço vazio; em seguida, pregavam-se as saias, que na verdade faziam o papel de mata-junta. As saias sempre de largura mais reduzidas que as camisas (AZEREDO, 2000, p.120)

Figura 152– Encaixe do forro saia e camisa.



Fonte: VASCONCELLOS, 1979, p.90.

O vestíbulo apresenta forro tabuado corrido (ver figuras 153). Para a conformação desse tipo de topo é necessário dispor as tábuas em madeira no mesmo plano, “topo a topo e justapostas em junta seca ou em corte diagonal” (VASCONCELLOS, 1979, p.89). Os forros dos banheiros do pavimento térreo eram em



gesso, entretanto encontram-se deteriorados devido à ação de vandalismo no edifício. Ambos os forros foram inseridos durante o projeto de intervenção no ano 2000.

Figura 153– Vista do forro tabuado do ambiente do vestíbulo.



Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, 2018.



Segundo o “Dicionário ilustrado da arquitetura brasileira- volume II, as autoras Albernaz e Lima (1998) definem vão como um espaço vazio nas paredes onde são localadas as portas, janelas e os óculos. Um sistema construtivo em alvenaria, necessita, em locais específicos, a colocação de reforços nos vãos de portas e janelas. Dessa forma, são utilizadas as vergas e contravergas. Segundo ABCI (1990, p.24) “as vergas são reforços horizontais colocados na parte superior das aberturas para resistir aos esforços de tração na flexão, redistribuindo para as paredes a cargas verticais”. As contravergas, por sua vez, “são colocadas na parte inferior das aberturas e têm a função de distribuir os esforços concentrados”.

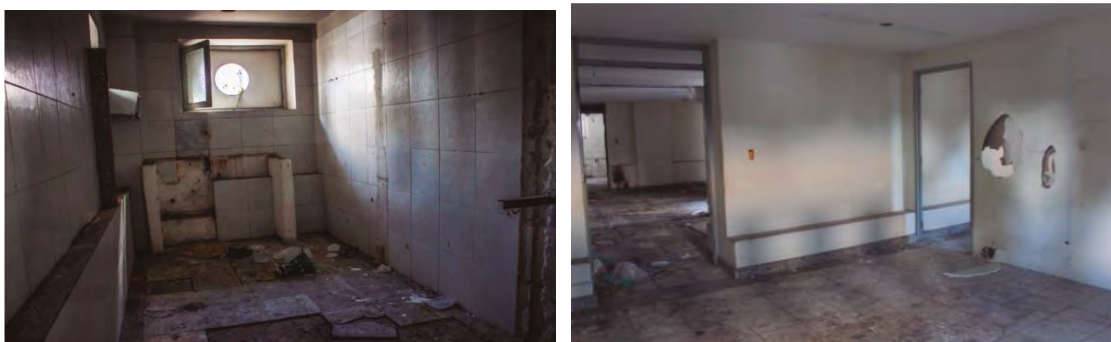
No bloco principal foram encontrados os vãos de janelas rasgadas que são abertas até o limite do piso e apresentam parapeito entalado (guarda corpo em ferro – furtado), janelas de peitoril, portas no pavimento térreo. Em relação ao pavimento do porão alto



foram identificadas portas e óculos. Esses vãos além de permitirem a comunicação com a parte externa do edifício através da imagem visual e interligar os espaços internos, possibilitam que a ventilação natural circule nos ambientes proporcionando maior conforto térmico nos espaços.

O pavimento do porão alto apresenta óculos simétricos, em formato circular, localizados abaixo das janelas rasgadas e de peitoris nas paredes externas da fachada (ver figura 154). As portas dos ambientes internos são em verga reta (ver figura 155).

Figuras 154 e 155– Vista interna do óculo do ambiente 01. A figura 155 mostra a porta do ambiente 03 com verga reta.



Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, 2018.

O pavimento térreo apresenta janelas rasgadas, definidas como janelas abertas que se estendem até o piso, e janelas de peitoris, ambas com verga em arco ogival. Conforme apontam Albernaz e Lima (1998), o arco ogival é constituído por dois segmentos de círculo cujo ponto de interseção é o vértice (ver figura 156).

Figura 156– Croqui arco do ogival.

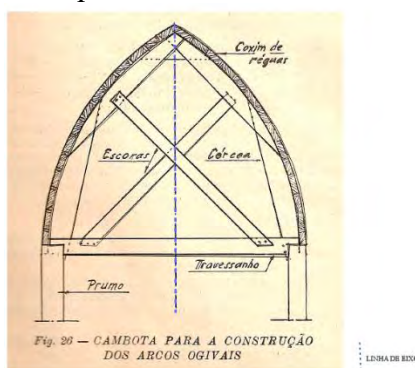


Fonte: ALBERNAZ; LIMA, 1998.



Com base na “Enciclopédia da Construção Civil – fascículo Arcos e Abóbadas”, o autor Costa (s/data) relata a necessidade de construir uma cambota ou simples, amarrações de madeira com o formato do arco ogival, que servem como suporte na construção. Segundo Costa (s/data), para iniciar a construção do arco ogival, realizam-se desenhos em tamanho real nas tábuas de madeira, para, em seguida, recortá-las em formato arredondado. Essas peças são nomeadas de *cérceas* e formam o arco. Desse modo, são dispostas no travessão que, por fim, recebe as escoras, contribuindo para que haja um adequado travamento das peças (ver figura 157).

Figura 157– Esquema de construção de cambotas para os arcos ogivais. Em destaque, na cor azul a linha de eixo.



Fonte: COSTA, sem data. Adaptado pela autora, 2019.

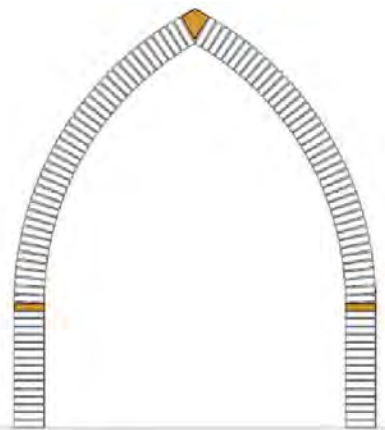
A execução dos arcos, tem início com o assentamento das cambotas, Costa (s/data, p. 10) frisa que “esta amarração em madeira só pode ser posta depois da construção do pé direito”.

Monta-se o simples no local do vão a encimar pelo arco, devidamente escorado e apoiado. Deste modo toda a obra fica com tijolos endentados uns aos outros. Os pés direitos e arcos, bem como as imposta, tudo fica integrado no conjunto de tijolo à vista (COSTA, s/data, p.10).

Geralmente, começa-se pelo o assentamento dos tijolos sobre a cambota, junto à alvenaria das paredes. Os tijolos são assentados nos dois lados, e finalizando com o fecho que se refere a parte mais alta do arco e onde define a linha do eixo, prumo (COSTA, s/data). (ver figuras 158 e 159).



Figuras 158 e 159– Esquema com o assentamento dos tijolos no arco ogival, em destaque na parte superior o fecho. A figura 159 mostra a recomposição do arco ogival da fachada sudeste. Observa-se a amarração da cambota em madeira e a alvenaria em tijolo maciço.



Fonte: Acervo de Marcos Tognon, 2018. Acervo fotográfico da Coordenação de Patrimônio de Maceió, 2000.

Esses vãos em formato ogivais encontram-se nas fachadas do bloco principal, como pode ser visto na figura 160. Enquanto, internamente, assim como no porão alto, as portas apresentam verga reta em sua estrutura (ver figura 161).

Figura 160 – Fachada noroeste do bloco principal.



Fonte: Acervo fotográfico da autora, 2019.



Figura 161– Vista interna do ambiente 11 do pavimento térreo, onde é possível enxergar os vãos das portas com verga reta.



Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, 2018.

Com base no “Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa”, o autor define esquadria como um suporte para o fechamento de vãos de portas e janelas, enquanto o caixilho é uma “parte da esquadria onde se fixam os vidros (AZEREDO, 2000). As esquadrias podem ser divididas em: portas e janelas dos tipos de abrir, pivotante, sanfonada, camarão e de correr, entre outros.

Ao se examinar o pavimento do porão alto, verificou-se que o fechamento dos óculos se dá por gradis de ferro, na parte externa, e, no interior, por um caixilho de madeira que durante os atos de vandalismo tiveram as folhas furtadas (ver figuras 162 e 163).

Figuras 162 e 163– Vista externa e interna do óculo do ambiente 05 do pavimento porão alto, respectivamente.



Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, 2018.

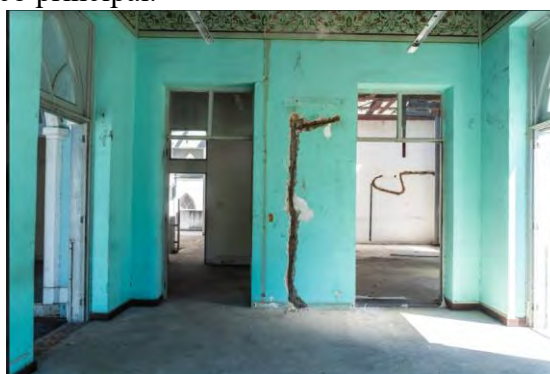


A maioria das portas e janelas rasgadas apresentam bandeiras fixas em caixilho de madeira com vidro, que exercem importante papel na iluminação natural das edificações (ver figuras 164 e 165). “As bandeiras sobre portas e janelas, passaram a ser norma construtiva após a segunda metade do século XIX, incluindo-se entre as recomendações que visavam garantir a qualidade sanitária das casas” (MELENDO, KLÜPPEL, ARAÚJO, 2008, p. 243).

A bibliografia explica que os avanços tecnológicos influenciados pelo processo de industrialização permitiram a produção de novas esquadrias com soluções técnicas mais elaboradas. Sendo assim, o uso do vidro foi recorrente nos imóveis do século XIX e XX, fato que justifica as janelas dos exemplares arquitetônicos ecléticos apresentarem dois tipos de fechamento, compostos por “folhas de vedação de veneziana ou de vidro, interna ou externamente” (Martins, 2009, p. 53).

Os vidros, portas e janelas, são usados tanto nas construções mais modestas quanto nos edifícios mais luxuosos, variando o tipo de vidro (liso, fosco, caneladas, coloridos, etc) e o formato dos caixilhos. (MELO, 2006, p.126 apud MARTINS, 2009, p.55).

Figuras 164 e 165– Vista da fachada noroeste se veem as esquadrias da fachada com bandeira em arco ogival. A figura 165 mostra as portas e as bandeiras das esquadrias, em caixilho de madeira com vidro, do ambiente 11 do pavimento térreo do bloco principal.



Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, 2018.

Quanto às folhas das esquadrias após o levantamento em campo verificou-se que todas foram removidas durante os atos de vandalismo, que ocorreram no ano de 2017 restando apenas as bandeiras e os marcos das portas e janelas. Acrescente-se que



todas as esquadrias das janelas rasgadas e de peitoril se diferenciam das demais por apresentarem bandeira fixa com caixilhos de madeira pintados na cor cinza em formato ogival e contendo três ogivas com vidro canelado (ver figura 166). As esquadrias externas apresentam folhas duplas – folha cega e folha de caixilho de vidro enquanto, que internamente, as portas apresentam o mesmo material, caixilhos de madeira e vidro liso. A literatura salienta:

Em construções mais modestas um tipo de esquadria externa muito usada possuía duas folhas de madeira, que no caso de janelas, possuía caixilhos de vidro no trecho superior seguido inferiormente por um fechamento em veneziana e no caso das portas tinha acrescentado uma almofada inferior, abaixo da veneziana, ambos as esquadrias podem ou não receber bandeiras de vidro (MARTINS, 2009, p.55).

Figura 166– Vista interna de duas esquadrias do ambiente 10 do pavimento térreo. Observa-se a bandeira fixa com caixilho de madeira em formato de ogiva com vidro canelado da janela rasgada e bandeira com duas repartições retangulares com vidro liso.



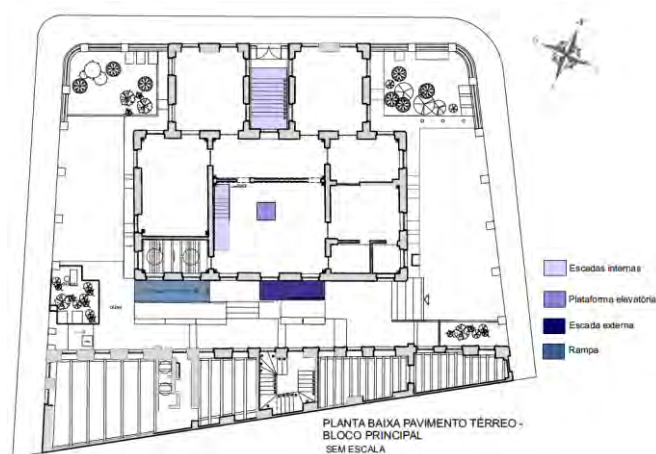
Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, 2018.



As circulações verticais têm como finalidade comunicar os diferentes níveis de uma edificação. Para Martins (2009, p. 62) as escadas das edificações ecléticas “são mais ou menos imponentes, estando sujeitas à função da edificação e do vão a vencer”, ou seja, as escadas mais monumentais geralmente eram em madeira e apresentavam maior dimensionamento atingindo aproximadamente de 1,5 a 2m de largura. O autor Segurado (s/d.c, p.325) ressalta que as escadas do vestíbulo não poderiam ter largura inferior a 2m, enquanto que as de serviços teriam de 0,65 a 0,90m (SEGURADO, s/d.c, p.326). Em meados da década de 1940, essas escadas internas que constituíam o bloco principal, foram removidas e as que se apresentam hoje são provenientes da intervenção no ano 2000.

O bloco principal apresenta, hoje, três escadas, uma plataforma elevatória e uma rampa para portadores de necessidades especiais (ver figura 167).

Figura 167– Planta baixa esquemática do pavimento térreo com as circulações verticais.



Fonte: Acervo de Karla Calheiros, 2018.

As duas escadas internas são em estrutura metálicas. A primeira situa-se no vestíbulo aberto e permite o acesso ao pavimento térreo do bloco principal. É sustentada por duas vigas metálicas, em formato de “I”, que auxiliam na distribuição das cargas (ver figuras 168 e 169). A escada não apresenta guarda corpo e foi colocada durante as obras de restauração em 2000 (ver figuras 170 e 171), a original foi destruída durante as sucessivas intervenções no imóvel.

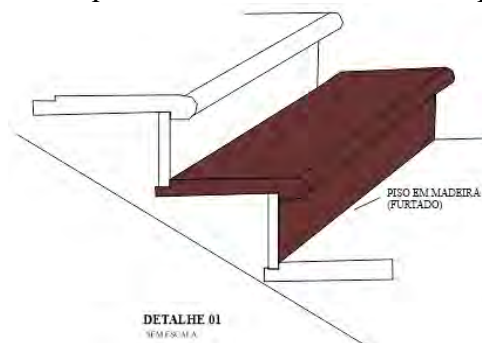


Figura 168– Desenho esquemático da escada metálica do vestíbulo.



Fonte: Acervo de Karla Calheiros, 2018.

Figura 169– Desenho esquemático do revestimento do piso da escada metálica.



Fonte: Acervo de Karla Calheiros, 2018.

Figuras 170 e 171– Vista frontal da escada em estrutura metálica que comunica o vestíbulo ao hall do edifício. A figura 171 mostra as colunas de ferro apoiadas na estrutura em ferro que sustentam a escada.

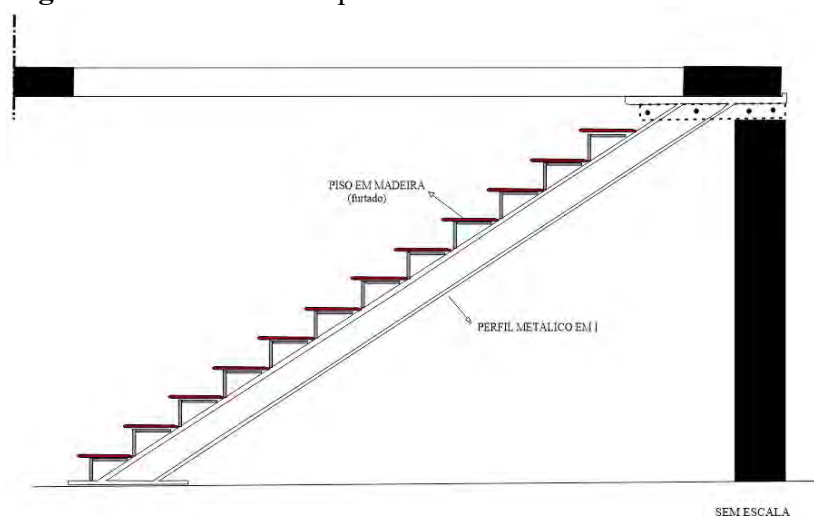


Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, 2018.



A segunda escada se encontra no salão central do edifício e comunica o pavimento térreo com o pavimento do porão alto, sustentada por uma viga metálica central em formato de “I” (ver figura 172). Assim como a escada anterior, apresenta revestimento no piso e espelho em madeira; um único lance com 14 pisos e 15 espelhos e não possui guarda corpo (ver figuras 173 e 174).

Figura 172– Desenho esquemático com a vista da escada metálica.



Fonte: Acervo de Karla Calheiros, 2018.

Figuras 173 e 174– Vista da escada reta em estrutura metálica. A figura 174 mostra as tábuas em madeira revestindo o patamar da escada.



Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, 2018.



Ainda no salão central, encontra-se a estrutura de uma plataforma elevatória (ver figuras 175 e 176) próxima à escada. Atualmente, resta apenas parte da sua estrutura, após a depredação.

Figuras 175 e 176– Vista do salão central onde a plataforma elevatória estava localizada. A figura 176 mostra a estrutura da plataforma após a depredação.



Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, 2018.

Na área externa encontram-se uma rampa com inclinação de 8% - que permite o acesso ao pavimento do porão alto (ver figura 177) - e um lance de escada reta na fachada sudeste, com 12 pisos em granilite que interliga o espaço externo ao pavimento térreo (ver figura 178). Salienta-se que ambos são considerados acessos de serviço do prédio.

Figuras 177 e 178- Vista da rampa localizada na fachada posterior do bloco principal. A figura 178 mostra a escada que permite o acesso ao pavimento térreo.



Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, 2018.



A argamassa é um material fundamental para a construção civil, é responsável por unir pedras, blocos ou tijolos cerâmicos (SANTIAGO, 2007). Outra função da argamassa é a de revestimento, proporcionando proteção dos materiais construtivos contra a ação do intemperismo e conferindo aspectos estéticos ao patrimônio edificado. As argamassas são classificadas de acordo com sua função: argamassa de aderência (chapisco), argamassa de junta, argamassa de regularização (emboço) e argamassa de acabamento (reboco).

A argamassa de acabamento – também denominada reboco- é um material que atua como suporte para a camada de pintura (AZEREDO, 2000).

Nesse contexto, a arquitetura eclética é caracterizada por uma grande variedade de acabamentos, tanto na ornamentação como em espaços internos. Dessa forma, os emboços e os rebocos eram constituídos por argamassa à base de cal e areia, enquanto que às pinturas eram feitas com cal em função da melhor aderência com a argamassa de revestimento (MARTINS, 2009). Entretanto, ao analisar o edifício constatou-se que essas características foram perdidas ao longo dos anos.

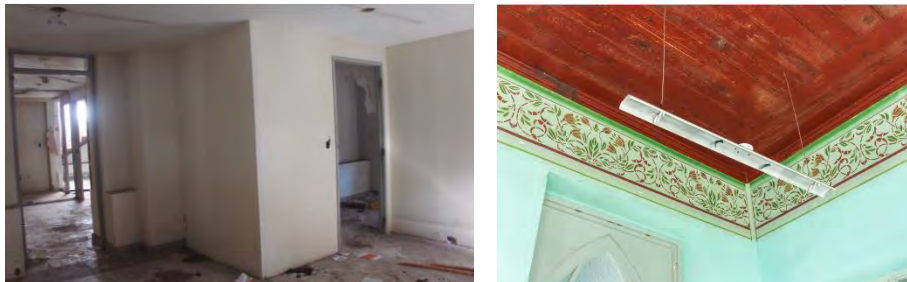
Diante disso, observando as camadas de pintura do bloco principal, averiguou-se que as fachadas e os ambientes internos são revestidos com tinta plástica. Esse tipo de tinta apresenta baixa porosidade e cria uma película impermeável que dificulta a saída de água do material.

Bem como os forros e os pisos, os revestimentos também evidenciam as particularidades dos ambientes mais nobres do prédio. No pavimento do porão alto, as paredes internas são pintadas na cor bege (ver figura 179). No pavimento térreo, por se tratar do espaço nobre, observa-se que a maioria dos ambientes são pintados na cor branca, com exceção do ambiente 11 que apresenta pinturas decorativas florais no rodapé e parede (ver figura 180). As demais paredes do cômodo são pintadas na cor verde.



Revestimentos

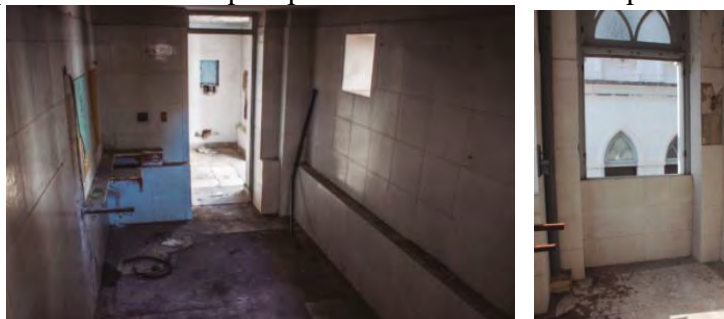
Figuras 179 e 180– Vista do ambiente 07 do porão alto pintado na cor bege. A figura 180, mostra a pintura floral do roda teto do ambiente 11 e as paredes pintadas na cor verde.



Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, 2018.

As instalações sanitárias em ambos os pavimentos apresentam revestimento com peças cerâmicas esmaltadas de coloração branca com dimensão de 30x30cm nas áreas das paredes (figuras 181 e 182).

Figuras 181 e 182- Vista do ambiente 01 (banheiro) do porão alto que apresenta revestimento cerâmico nas paredes. A figura 182 mostra o ambiente 15 (banheiro) do pavimento térreo que apresenta revestimento nas paredes.



Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, 2018.



Fechamento do lote

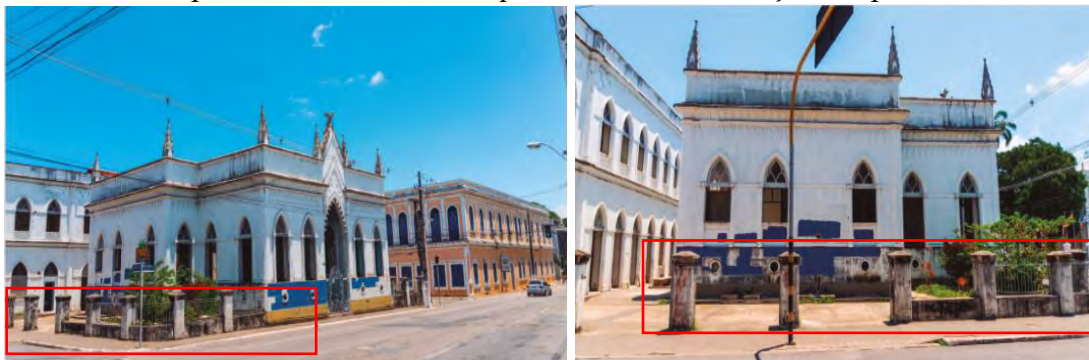
O fechamento do lote do edifício é contornado por um sistema de vedação em pilaretes ritmado com dimensão 56x58 centímetros, construído em alvenaria de tijolo de oito furos. Alguns pilares apresentam base como os da fachada noroeste. Os demais são conectados por gradis de ferro como nas fachadas nordeste e sudoeste (ver figuras 183 e 184). Esses pilaretes foram construídos durante as obras de intervenção do edifício, em 2000.

2.5 ANÁLISE DOS ASPECTOS CONSTRUTIVOS

Fechamento do lote



Figuras 183 e 184– Fachadas noroeste e nordeste do conjunto da antiga Intendência, respectivamente, em destaque o sistema de vedação em pilaretes.



Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, 2018.

Após as análises realizadas sobre os sistemas construtivos do bloco principal, constatou-se que algumas técnicas construtivas são semelhantes ao bloco anexo. O uso de tijolos maciços nas paredes estruturais, telha capa canal no revestimento da cobertura, uso de ladrilho hidráulico, e as esquadrias em caixilhos de madeira.

2.5 ANÁLISE DOS ASPECTOS CONSTRUTIVOS

Fundação- Anexo



Não existem registros comprobatórios sobre o tipo de fundação do anexo. No entanto, é possível que utilize o mesmo sistema de fundação corrida em pedra argamassada. Portanto, para obter confirmação dos dados, recomenda-se realizar uma prospecção.

2.5 ANÁLISE DOS ASPECTOS CONSTRUTIVOS

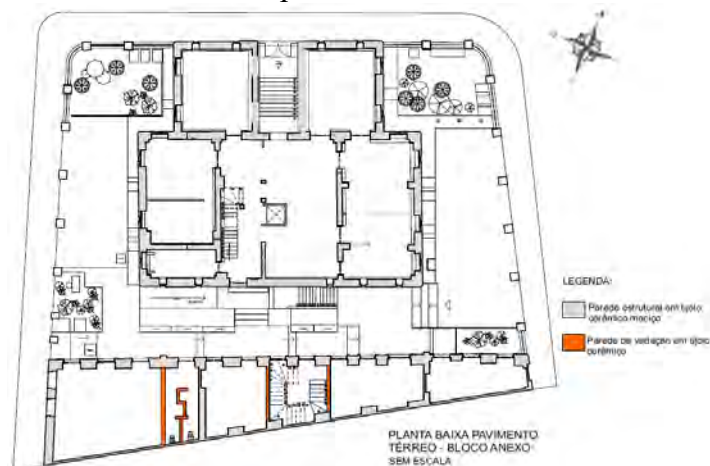
Paredes estruturais e estrutura- Anexo



O anexo apresenta as mesmas características construtivas do bloco principal, as paredes externas são autoportantes (ver figuras 185 e 186).

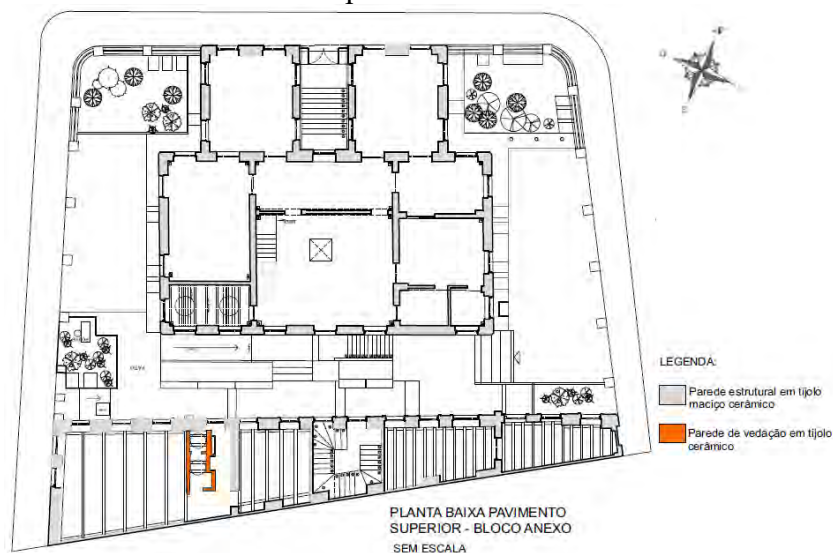


Figura 185 – Planta-baixa do pavimento térreo do bloco anexo, em destaque os tipos de alvenarias.



Fonte: Acervo de Karla Calheiros, 2019.

Figura 186– Planta-baixa do pavimento superior do bloco anexo, em destaque os tipos de alvenaria.



Fonte: Acervo de Karla Calheiros, 2019.

A alvenaria utilizada é constituída por tijolos cerâmicos maciços, nas dimensões 5cm de largura x 25cm de comprimento x 13cm de altura. As paredes são compostas por tijolos assentados de comprimento, assim como o bloco principal (ver figura 187). Entretanto, em decorrência das sucessivas alterações que ocorreram no prédio, alguns



trechos da alvenaria apresentam bloco cerâmico de oito furos para recompor as paredes ou as aberturas.

Figura 187- Vista da parede de um dos ambientes do pavimento superior. Observa-se o a alvenaria em tijolo maciço, assentamento do tipo de comprido e a marcação dos barrotes.



Fonte: Acervo fotográfico da Coordenação de Patrimônio de Maceió, 2000.



As vedações são executadas em bloco cerâmico de oito furos, igual ao bloco principal, intervenções realizadas no ano 2000. Alguns ambientes foram divididos por paredes em alvenaria com espessura de 15 a 20 cm no pavimento térreo do bloco anexo e no pavimento superior (ver figura 188).

Figura 188- Vista interna do ambiente 05 do pavimento térreo do bloco anexo, nota-se a parede de vedação criada para separar o espaço.

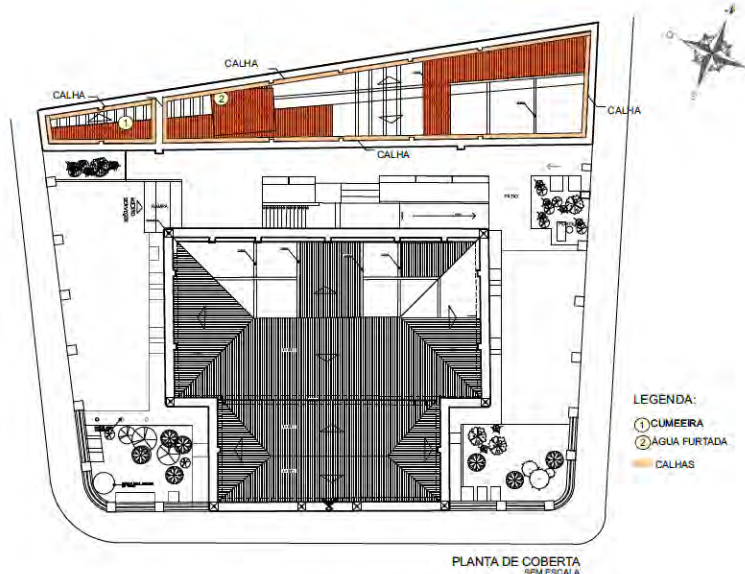


Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, 2019.



A geometria da cobertura do bloco anexo é composta por sistema em duas águas, a estrutura do telhado é composta por peças de madeira, ancoradas nos frechais, sendo constituída por tesoura, terças, caibros e ripas. O encontro dos telhados define a cumeeira (IPHAN, 1999), ver figura 189. O revestimento da cobertura, assim como o bloco principal, é revestido com telhas cerâmicas do tipo capa canal.

Figura 189– Planta esquemática da cobertura do anexo.



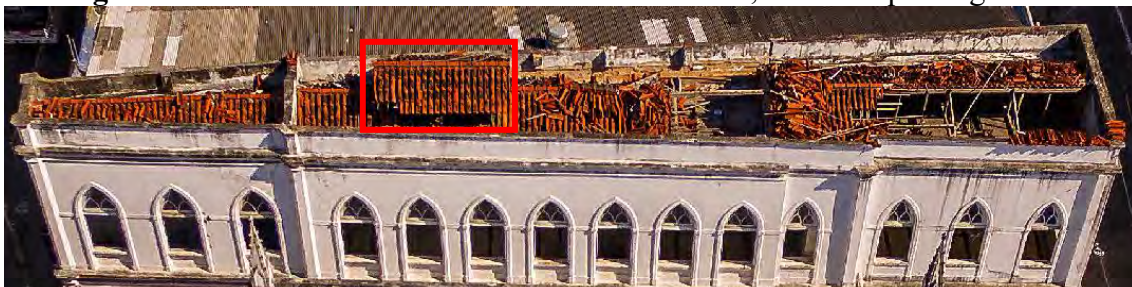
Fonte: Acervo de Karla Calheiros, 2018.

A cobertura do bloco anexo apresenta uma água furtada (ver figura 190). Segundo Albernaz e Lima (1998), em exemplares arquitetônicos ecléticos, como o prédio da Intendência, a água furtada exerce função decorativa e auxilia na aeração e iluminação dos ambientes; geralmente é utilizada em regiões de clima quente e úmido em virtude da forte incidência solar no espaço. Segurado (s/d.c) define água-furtada como:

[...] Difere da mansarda, ao passo que esta constitui uma forma especial de madeiramento de telhado, enquanto que a água furtada não o altera, consistindo apenas na interseção do telhado pequeno da janela com a água principal do telhado da casa (SEGURADO, s/d.c, p.269).



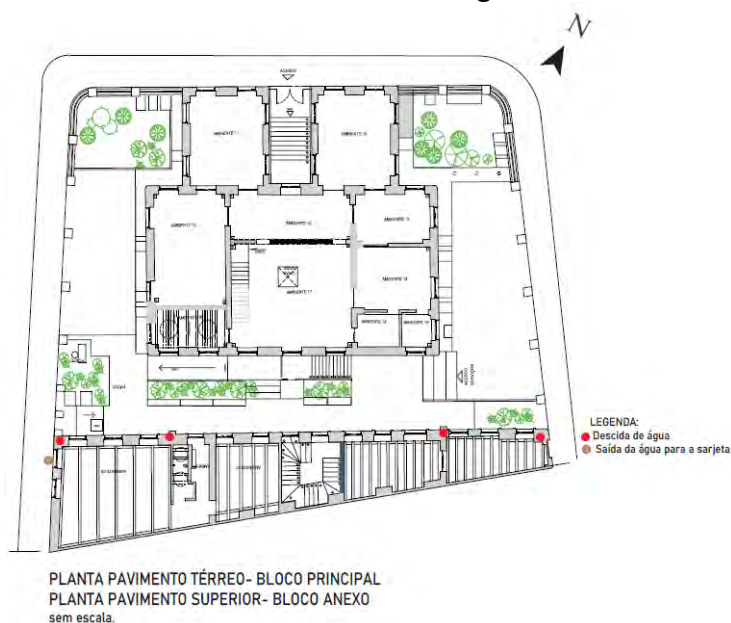
Figura 190– Vista aérea da cobertura do bloco anexo, em destaque a água-furtada.



Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, 2018.

A porção superior do prédio é emoldurada por platibanda. Quanto ao escoamento de água pluvial, os condutores pluviais em PVC embutidos na alvenaria, localizados na fachada principal (ver figuras 191 e 192) encaminham a água para a parte externa do imóvel. A figura 193 mostra a tubulação externa que conduz a água para a sarjeta.

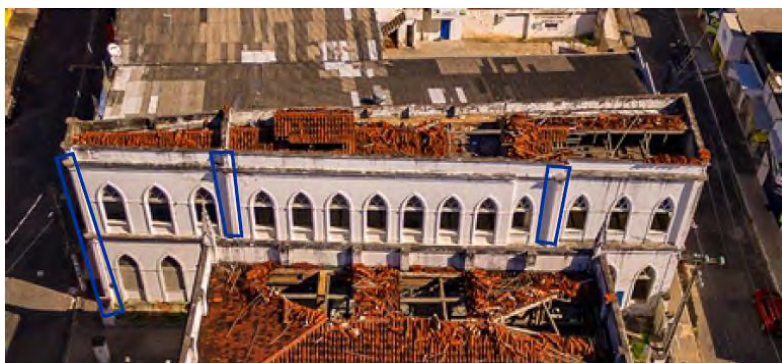
Figura 191–Planta baixa do pavimento superior do bloco anexo com o indicativo das descidas de água.



Fonte: Acervo de Karla Calheiros, 2018.



Figura 192–Vista aérea do bloco anexo, em destaque os condutores de água pluvial embutidos na alvenaria.



Fonte: Acervo fotográfico de Andrews Moura, 2018. Adaptado pela autoria, 2018.

Figura 193–Vista de um trecho da fachada sudoeste do bloco anexo, em destaque a tubulação pluvial que direciona a água para a sarjeta.



Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, 2019.



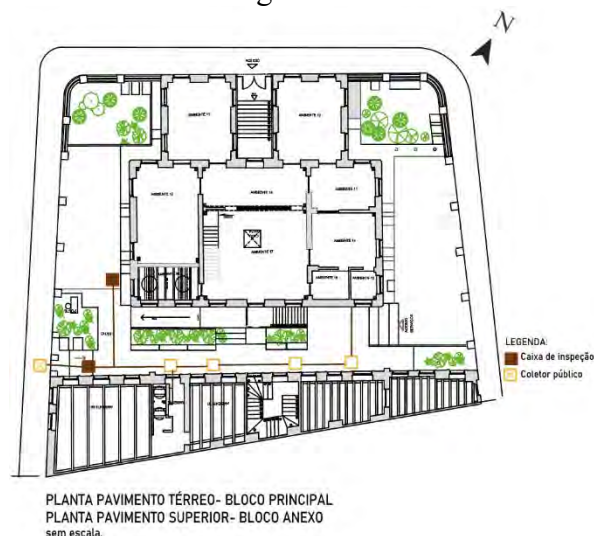
O sistema de esgotamento sanitário deve facilitar o escoamento dos resíduos e impedir a passagem de gases para os ambientes internos do prédio. Ao analisar o anexo, averiguou-se a presença de uma caixa de inspeção em concreto que se interliga com o coletor da via pública (ver figura 194). É possível constatar que toda a tubulação do esgoto sanitário do bloco anexo é embutida no piso em frente à fachada nordeste (ver figura 195).

Figura 194– Trecho da fachada noroeste do bloco anexo do edifício da antiga Intendência. Em destaque a caixa de inspeção de esgoto sanitário com tampa em concreto.



Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, 2018.

Figura 195– Planta baixa do conjunto da antiga Intendência Municipal, em destaque o sistema de esgotamento sanitário.

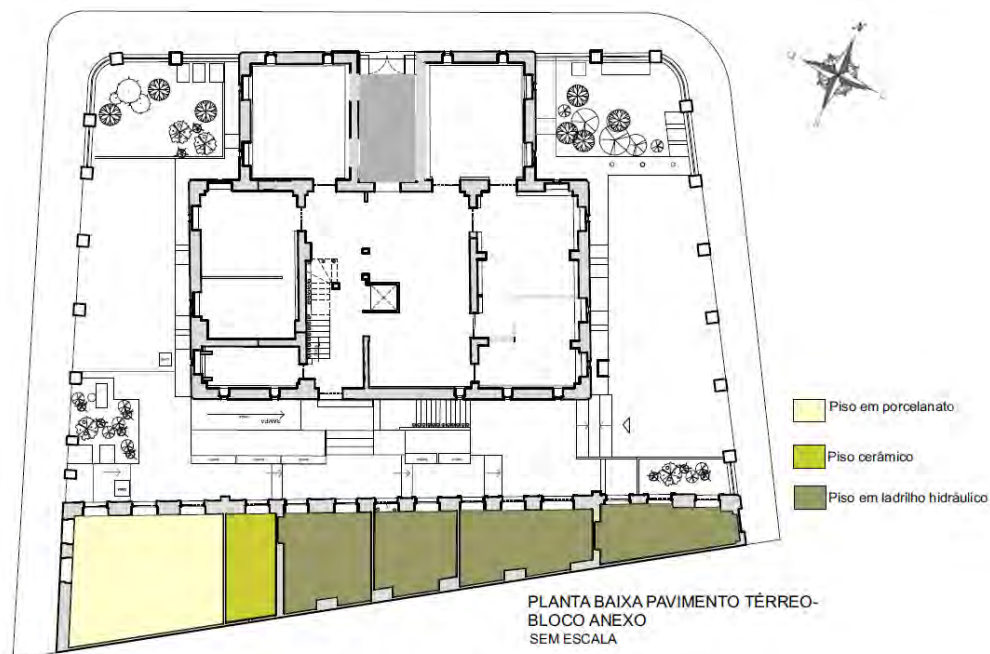


Fonte: Acervo de Karla Calheiros, 2019.



No bloco anexo foram encontrados quatro tipos de pisos diferentes (ver figura 196). O pavimento térreo apresenta três tipos de piso: porcelanato, cerâmico e ladrilho hidráulico, sendo esses últimos remanescentes do revestimento original do bloco anexo, recuperados no projeto de intervenção.

Figura 196– Planta baixa esquemática do pavimento térreo com os tipos de pisos.



Fonte: Acervo de Karla Calheiros, 2018.

Os pisos em ladrilhos do bloco em anexo, com dimensão 20x20cm, estão assentados em quatro ambientes. A composição das peças em ladrilho nas cores preta e branca formam losangos em diversos tamanhos (ver figura 197). Esses desenhos se repetem nos demais ambientes.



Figura 197– Vista do ambiente 06 do bloco anexo que apresenta piso em ladrilho hidráulico.



Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, 2018.

O piso assentado no ambiente dos sanitários corresponde às pedras cerâmicas fixadas a 45° com dimensão 30 x 30 cm (ver figura 198). O último espaço, antiga copa da Secretaria de Assistência Social, apresenta piso em porcelanato na cor bege com dimensão 40x40 centímetros (ver figura 199).

Figura 198 – Vista do ambiente 02 do banheiro do pavimento térreo, onde é possível observar o piso cerâmico.



Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, 2018.



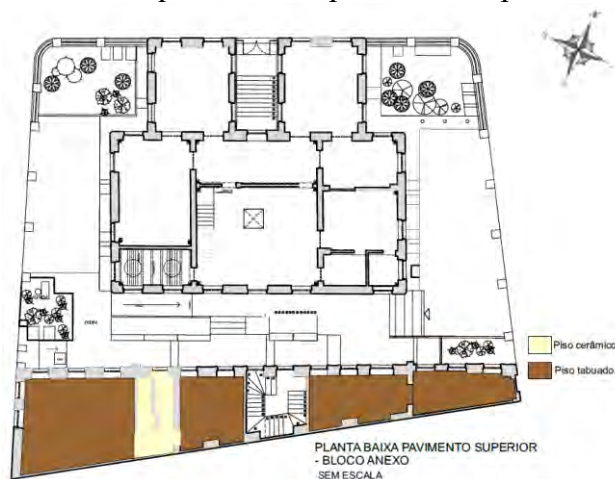
Figura 199– Vista do ambiente do 01, antiga copa. Apresenta piso em porcelanato com presença de biofilme.



Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, 2018.

No pavimento superior encontramos dois tipos de piso: piso tabuado e piso cerâmico (ver figura 200).

Figura 200 – Planta baixa esquemática do pavimento superior com os tipos de piso.



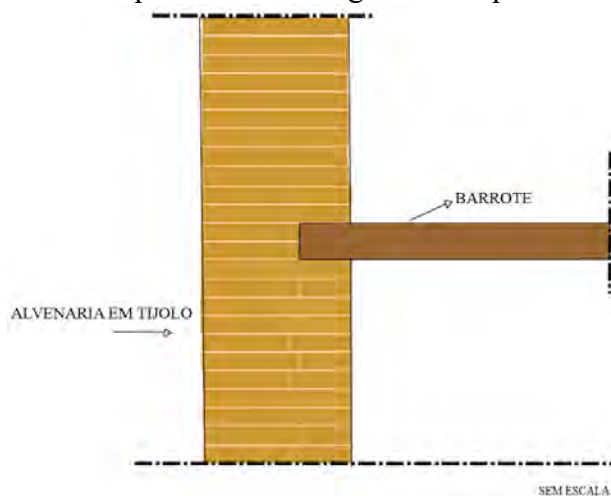
Fonte: Acervo de Karla Calheiros, 2018.

O piso tabuado corrido em madeira ou assoalho é assentado sobre os barrotes de 15cm de espessura. Os barrotes são postos no menor sentido do vão, e na orientação oposta são colocadas as tábuas em madeiras, fixadas com prego (Klüppel; Santana, 1999). Após observação *in loco*, averiguou-se que as extremidades dos barrotes estão engastadas na parede em alvenaria, nesse tipo de estrutura (ver figura 201).



Essa diferenciação do material evidencia o caráter enobrecido do pavimento superior. Entretanto, após os atos de vandalismo no imóvel, as tábuas em madeira foram removidas restando, apenas, os barrotes (ver figura 202).

Figura 201– Esquema barrote engastado na parede em alvenaria.



Fonte: Acervo de Karla Calheiros, 2018.

Figura 202– Vista das tábuas em madeira do piso do pavimento superior sobre os barrotes.



Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, 2018.

O piso do banheiro apresenta as mesmas características do pavimento térreo: cerâmico e assentado a uma inclinação de 45°. Assim como no entorno imediato do bloco



principal, o anexo apresenta, piso em ladrilho canelado como revestimento da sua área externa (ver figura 203).

Figura 203– Vista da fachada noroeste do anexo, em destaque o piso em ladrilho canelado.



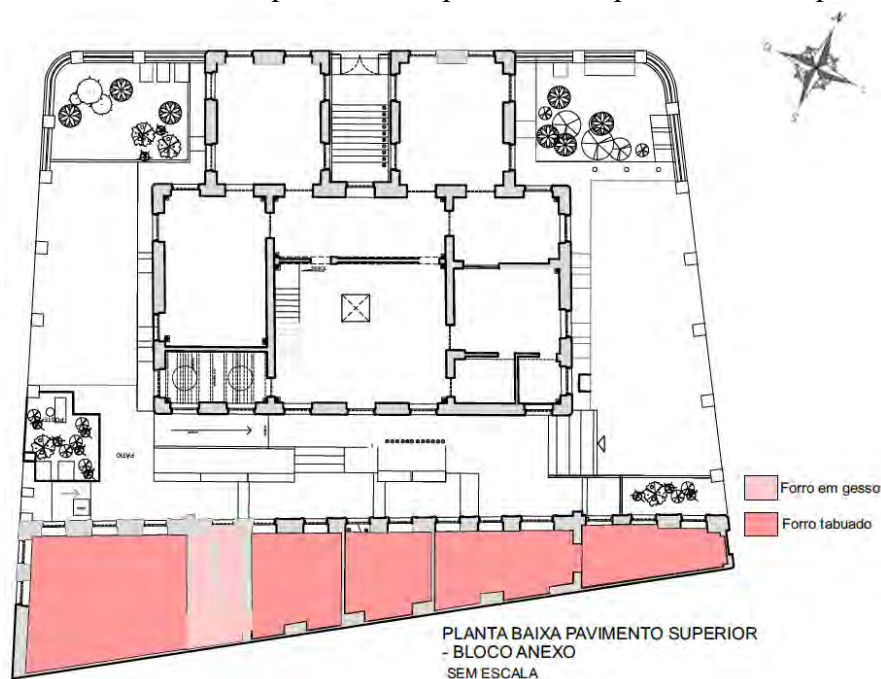
Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, 2018.



Foram identificados dois tipos de forros: o tabuado corrido em madeira assentados sobre os barrotes no pavimento superior, e em gesso, localizado nas instalações sanitárias do pavimento térreo e superior (ver figura 204).



Figura 204– Planta baixa esquemática do pavimento superior com os tipos de forros.



Fonte: Acervo de Karla Calheiros, 2018.

No que se refere ao forro tabuado, constata-se que, para execução do forro é preciso aparelhar as tábuas pela face na parte inferior com uma moldura, para ocultar a junta, além de esconder as paredes (Azeredo, 2000) (ver figura 205). A figura 206 mostra o forro em um dos ambientes do pavimento superior.

Figura 205- Esquema em planta baixa do acabamento do forro tabuado.



Fonte: Acervo de Karla Calheiros, 2018.



Figura 206- Vista do forro tabuado do pavimento superior do bloco anexo.



Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, 2018.

O forro em gesso dos banheiros é sustentado por arames/aço amarrado nas vigotas de concreto pré-moldadas que suportam a caixa d'água (ver figura 207). Em virtude dos atos de vandalismo, no prédio, os forros encontram-se deteriorados.

Figura 207- Vista do forro em gesso do pavimento superior do bloco anexo.



Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, 2018.



Por apresentar características arquitetônicas semelhantes às do bloco principal, são encontrados no edifício o mesmo tipo de vãos de janelas rasgadas, de peitoril em verga de arco ogival e nos ambientes internos portas em verga reta. O pavimento térreo é constituído por janelas rasgadas e de peitoril em verga com arco ogival nas fachadas (ver figura 208).

Figura 208– Vista dos vãos da fachada noroeste do bloco anexo.

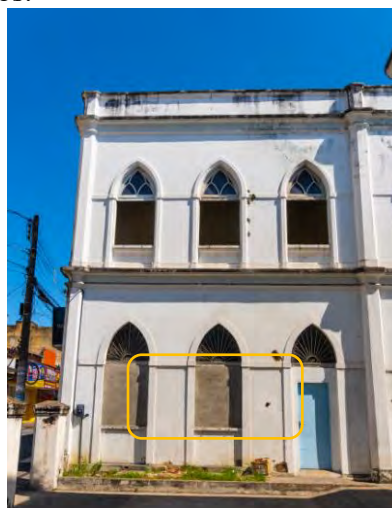


Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, 2018.

No entanto, três vãos do pavimento encontram-se entaipados, sendo uma janela rasgada e duas janelas de peitoril (ver figuras 209 e 210). O pavimento superior é constituído apenas por janelas de peitoril.



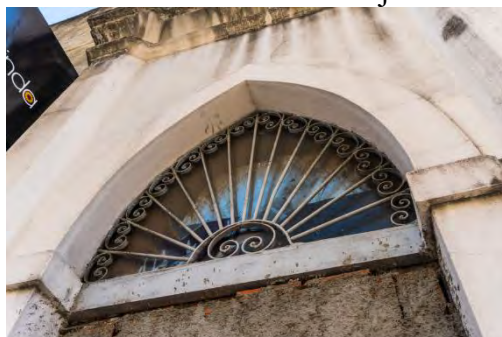
Figuras 209 e 210– Fachada nordeste e noroeste do bloco anexo. Em destaque os vãos entaipados.



Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, 2018.

No que tange às esquadrias, em virtude da depredação da edificação verificou-se que as folhas das portas e janelas foram perdidas, restando apenas as bandeiras fixas em caixilhos de madeira, pintados na cor cinza, em formato ogival com vidro canelado. Essa situação se assemelha à do bloco principal. Ressaltam-se as três bandeiras radiais fixas, em ferro, o que evidencia terem sido inseridas em um momento distinto dos demais trechos. Essa informação é baseada nas pesquisas documentais que constataram ter sido esse o primeiro trecho construído em 1910 (ver figura 211).

Figura 211– Bandeira radial fixa em ferro da janela rasgada do bloco anexo.



Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, 2018.

Nos ambientes internos, encontram-se as portas com bandeiras fixas em verga reta com caixilhos em madeira com vidro liso pintados na cor cinza (ver figura 212).



Figura 212– Vista do ambiente 05 do pavimento térreo do bloco anexo. Em destaque, a bandeira fixa.

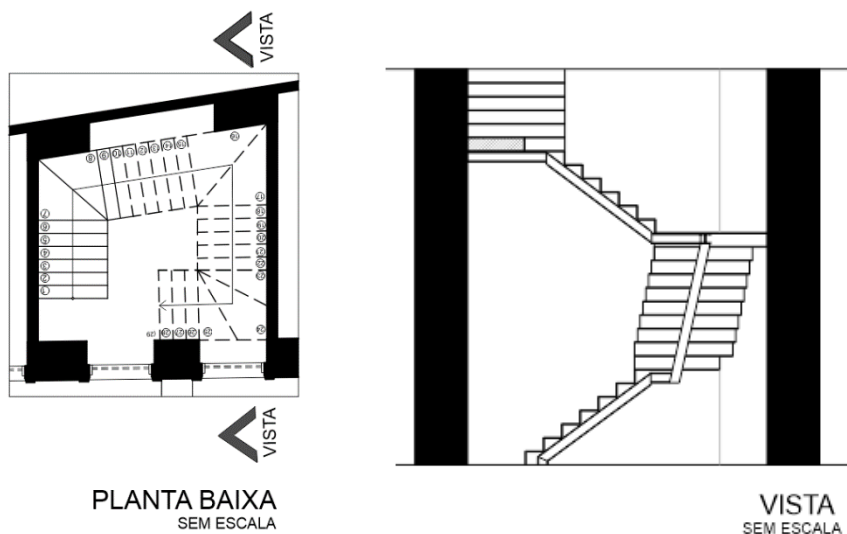


Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, 2018.



Os pavimentos do anexo são interligados, internamente por uma escada em estrutura metálica e formato de U e sustentados por perfil metálico em forma de “I” apoiado na alvenaria na parte lateral e no barrote do pavimento superior, enquanto , (ver figuras 213, 214, 215 e 216). Em relação a sua forma, constitui-se em três lances, na mesma direção, e dois patamares. Assim como as demais escadas identificadas no conjunto, essa escada foi inserida no imóvel durante as obras de restauro, em 2000.

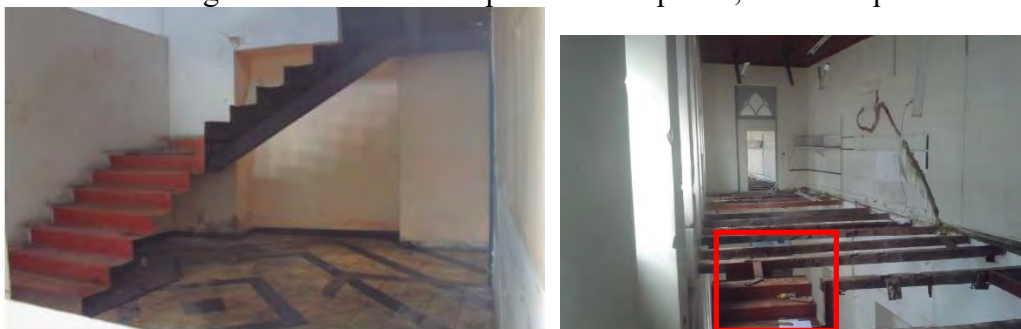
Figuras 213 e 214– Planta baixa e vista da escada em estrutura metálica do anexo.



Fonte: Acervo de Karla Calheiros, 2018.



Figuras 215 e 216 – Vista da escada metálica. Na figura 216, observa-se a estrutura engastada no barrote do pavimento superior, ver destaque.



Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, 2018.

Outra medida realizada durante a etapa de restauração foi garantir a acessibilidade no pavimento térreo do bloco anexo. Assim foram construídas rampas, nas soleiras das portas, para facilitar o acesso aos ambientes, como pode ser visto na figura 217.

Figura 217– Vista da fachada noroeste do bloco anexo, em destaque as rampas.



Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, 2018.



Os ambientes internos do pavimento térreo e superior, na maioria, tem paredes pintadas com tinta plástica na cor branca (ver figura 218), com ressalva para o ambiente que abrigava a guarda municipal em 2018, cuja paredes foram pintadas na coloração azul (ver figura 219).

Figuras 218 e 219– Vista interna dos ambientes 05 e 06 do bloco anexo, nota-se as paredes pintadas na cor branca e azul; respectivamente.



Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, 2018.

Da mesma forma, do bloco principal, o anexo apresenta nas instalações sanitárias, peças cerâmicas na dimensão 30 x 30 cm revestindo as paredes (ver figura 220).

Figura 220– Vista interna do banheiro do pavimento superior com revestimento cerâmico nas paredes.



Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, 2018.

3. ANÁLISE FÍSICO E AMBIENTAL



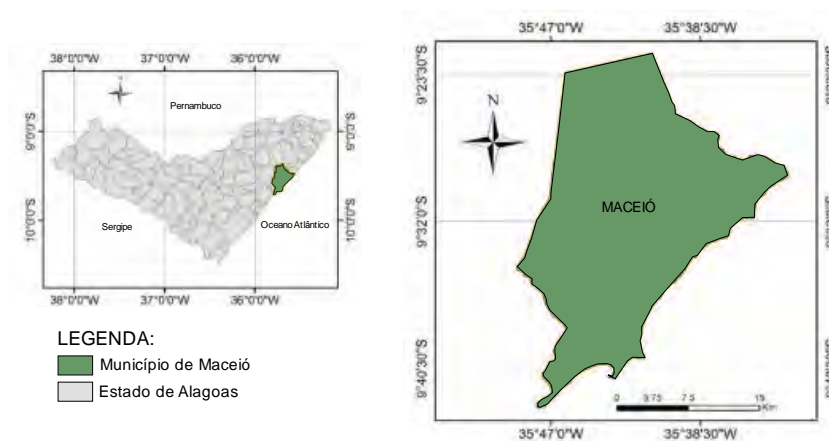
O presente capítulo aborda uma análise dos aspectos físico e ambiental da área em estudo, tendo em vista que os fatores externos influenciam o estado de conservação das edificações. Dessa forma, inicia-se a investigação com uma breve contextualização das características da cidade de Maceió, seguida da Praça Marechal Floriano Peixoto — local onde está implantado o edifício em estudo e, por fim, adentra-se no conjunto da antiga Intendência Municipal de Maceió.

3.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS FÍSICO AMBIENTAIS DA CIDADE DE MACEIÓ



Maceió, capital do estado de Alagoas, situado no Nordeste brasileiro, é o município que se estende entre os paralelos $09^{\circ} 42' 31''$ de latitude sul, e os meridianos $35^{\circ} 33' 56''$ e $35^{\circ} 38' 36''$, de longitude oeste de Greenwich, ocupando cerca de 508km^2 de área urbana, (ver figura 221).

Figura 221– Mapa de Alagoas e ampliação do mapa da cidade de Maceió.



Fonte: IBGE. Adaptado pela autora, 2019.

Por apresentar uma latitude próxima à linha do Equador (0°), a cidade de Maceió torna-se um local com clima mais quente, devido à incidência dos raios solares de forma



mais concentrada. Desse modo, a cidade se caracteriza por um clima tropical quente e úmido, de acordo com a classificação de Köppen, tipo As. A temperatura média anual é de 25°C, com variação térmica de 3,4°C (BARBIRATO et al., 2002) e alta umidade relativa média (78%), conforme dados do Inmet (ver tabela 1). O alto índice de umidade em Maceió é decorrente dos recursos hídricos do município: as lagoas Manguaba e Mundaú, os riachos, rios e o oceano Atlântico. Ou seja, nesses locais ocorre um alto índice de evaporação das águas, propiciando o aumento da umidade. A alteração da umidade em determinada área é influenciada pela movimentação das massas de ar. No caso de Maceió, por apresentar massas de ar concentradas, aumentam-se os índices de chuva no local, o que também interfere na amplitude térmica, proporcionando menor variação nas temperaturas ao longo do ano.

Tabela 1– Tabela com os dados das temperaturas médias anuais – Climate.

| | Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maió | Junho | Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro |
|-------------------------|---------|-----------|-------|-------|------|-------|-------|--------|----------|---------|----------|----------|
| Temperatura média (°C) | 25.9 | 25.9 | 25.7 | 25.1 | 24.3 | 23.5 | 23.1 | 23.2 | 23.9 | 24.8 | 25.5 | 25.3 |
| Temperatura mínima (°C) | 22.3 | 22.3 | 22.3 | 21.9 | 21.4 | 20.5 | 20 | 20.1 | 20.5 | 21.2 | 21.8 | 21.8 |
| Temperatura máxima (°C) | 29.6 | 29.6 | 29.2 | 28.3 | 27.3 | 26.5 | 26.2 | 26.4 | 27.4 | 28.5 | 29.2 | 28.9 |
| Temperatura média (°F) | 78.6 | 78.6 | 78.3 | 77.2 | 75.7 | 74.3 | 73.6 | 73.8 | 75.0 | 76.6 | 77.9 | 77.5 |
| Temperatura mínima (°F) | 72.1 | 72.1 | 72.1 | 71.4 | 70.5 | 68.9 | 68.0 | 68.2 | 68.9 | 70.2 | 71.2 | 71.2 |
| Temperatura máxima (°F) | 85.3 | 85.3 | 84.6 | 82.9 | 81.1 | 79.7 | 79.2 | 79.5 | 81.3 | 83.3 | 84.6 | 84.0 |
| Chuva (mm) | 56 | 83 | 136 | 230 | 286 | 275 | 264 | 151 | 110 | 55 | 39 | 41 |

Fonte: <https://pt.climate-data.org/americas-do-sul/brasil/alagoas/maceio-2193/>. Acesso em 07 de fevereiro de 2019.

Ao se observar a precipitação média anual, verifica-se que Maceió registra um valor anual de 1.654 mm, com chuvas excessivas em curtos períodos, o que provoca enchentes e problemas em trechos mais vulneráveis da cidade, como nas encostas e nas planícies costeiras. A cidade possui estações definidas: de março a agosto corresponde ao período mais chuvoso, e de setembro a fevereiro, o mais seco. Os dados da precipitação podem ser vistos no gráfico 1.



Gráfico 1- Gráfico da precipitação média mensal, representada por linha

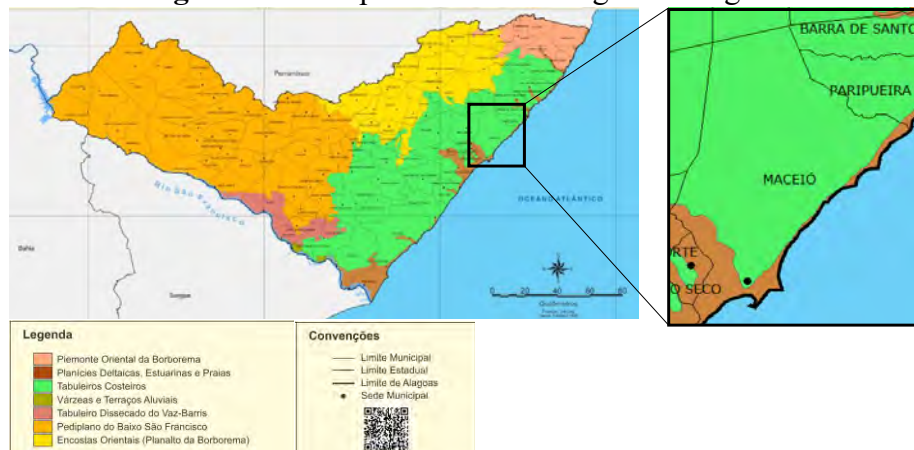


continua.

Fonte: <https://pt.weatherspark.com/y/31312/Clima-caracter%C3%ADstico-em-Macei%C3%B3-Brasil-durante-o-ano>. Acesso em 07 de fevereiro de 2019.

Em relação ao aspecto geomorfológico, o município apresenta um relevo composto por: Planície ou Baixada Litorânea, que constitui o ponto mais baixo de sua formação; Tabuleiros Costeiros, constituídos por planaltos (até 60 m de altitude); e o Maciço Cristalino da Saudinha (MAIA, 2016) (ver figura 222). Maceió apresenta altitudes de até 100 metros. A maior parte do território exibe uma topografia plana, exceto pela Serra da Saudinha, que atinge 300 metros de altitude. Apesar de o relevo de Maceió ser formado por declives acentuados, a área apresenta locais propícios à ocupação, como as regiões de planícies e os platôs. Os platôs são os principais pontos que mais influenciaram o processo de urbanização, destacando-se os bairros de Jaraguá e Centro, núcleos formadores da cidade, sendo este último a área onde se localiza o edifício da Intendência Municipal.

Figura 222– Mapa da Geomorfologia de Alagoas.

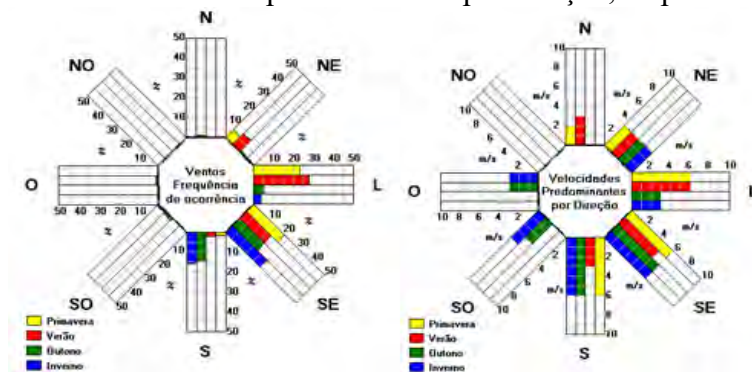


Fonte: <http://dados.al.gov.br/dataset/d8f3ac16-6441-4f45-8c69a2fc5a4ff8a6/resource/7c003e40-db57-48fb-bc07c3faaecb7624/download/25geomorfologia.png>. Adaptado pela autora, 2019.



Quanto à ventilação, o município está sob a influência dos ventos alísios⁵⁵ oriundos do quadrante leste, com sentido predominante para o sudeste durante a maior parte do ano. O vento nordeste surge predominantemente no verão, nos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro, como pode ser visto na Rosa dos Ventos (ver figuras 223 e 224). A baixa altitude dos ventos alísios propicia um ar mais denso e concentrado, o que, conseqüentemente, acumula mais calor e influencia a temperatura da cidade. Segundo Melo e Barbirato (2011), a velocidade média dos ventos é de 2,8 m/s e pode atingir 10 m/s na orientação nordeste.

Figuras 223 e 224– Rosa dos Ventos da cidade de Maceió: ventos com frequência de ocorrência e velocidades predominantes por direção, respectivamente.



Fonte: Programa Sol-Ar 6.2, 2018.

No que tange aos recursos hídricos, destaca-se a lagoa Mundaú, localizada no limite sul de Maceió, um complexo flúvio-lagunar considerado de médio a grande porte em dimensão (Silva; Ferreira, 2017). Acrescentam-se ainda outros cursos d'água localizados em diversos pontos da cidade: na Serra da Saudinha (rios Meirim, Saúde e Prataji), nos tabuleiros (riachos Reginaldo, Jacarecica, Doce e rio Suaçuí), e outros próximos aos conjuntos residenciais localizados no bairro do Benedito Bentes (ANDRADE; CALHEIROS, 2016). Ressalta-se que, na área em estudo — Praça Marechal Floriano Peixoto, região de platô intermediário, a drenagem natural da água pluvial ocorre por meio da força da gravidade, “quando precipita dos pontos mais altos (Morro

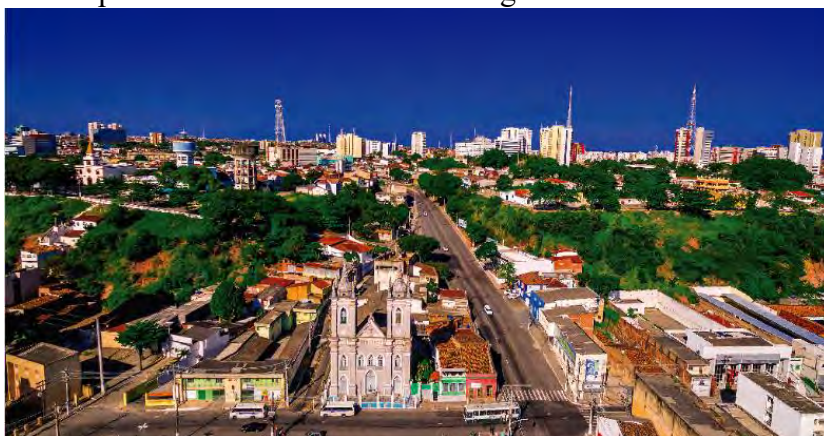
⁵⁵ Alísios são ventos que sopram dos trópicos em sentido ao Equador, em baixas altitudes (Silva, 2007).



do Jacuntinga), desce superficialmente para os pontos mais baixos até chegar ao corpo receptor”, no caso, a Lagoa Mundaú (BEZERRA et al., 2016, p. 4).

Por estar situada em área litorânea, a cidade de Maceió caracteriza-se por duas estruturas geológicas: os depósitos flúvio-marinhos das praias e dos tabuleiros. A cobertura vegetal apresenta características diferenciadas. As praias e as restingas possuem vegetação herbácea ou arbustiva, com manguezais próprios dos ambientes estuarinos, ou seja, ambientes aquáticos de transição entre um rio e o mar. Os tabuleiros costeiros apresentam vegetação de médio porte e o cerrado, constituído de um campo sujo, composto por arbustos e extrato herbáceo. Entretanto, o bairro do Centro, em virtude da ocupação humana e do crescimento da cidade, teve a vegetação natural bastante alterada. Com a devastação do bioma da área, atualmente, só existe vegetação nativa em alguns locais, como nas encostas (ver figura 225) e nas massas vegetativas das praças. Sob essas condições, a cobertura vegetal é quase inexistente, e “o lote dos edifícios acaba sendo tomado por superfícies impermeáveis”, ocasionando empecilhos no escoamento de águas pluviais e maior quantidade de calor no espaço urbano (Melo, 2009).

Figura 225 – Imagem aérea do entorno da Praça Marechal Floriano Peixoto onde é possível observar a cobertura vegetal das encostas.



Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, 2018.



Ao estudar uma edificação, inicialmente examinamos o espaço urbano no qual o bem está implantado. Dessa forma, para que haja um aprofundamento sobre o edifício da municipalidade, torna-se essencial compreender os aspectos morfológicos, físicos e ambientais da cidade de Maceió e do entorno da Praça Marechal Floriano Peixoto, para, assim, explorar o edifício da antiga Intendência. Atenta-se ao fato de que o prédio em questão está inserido na dinâmica urbana da cidade e, constantemente, sujeito às transformações.

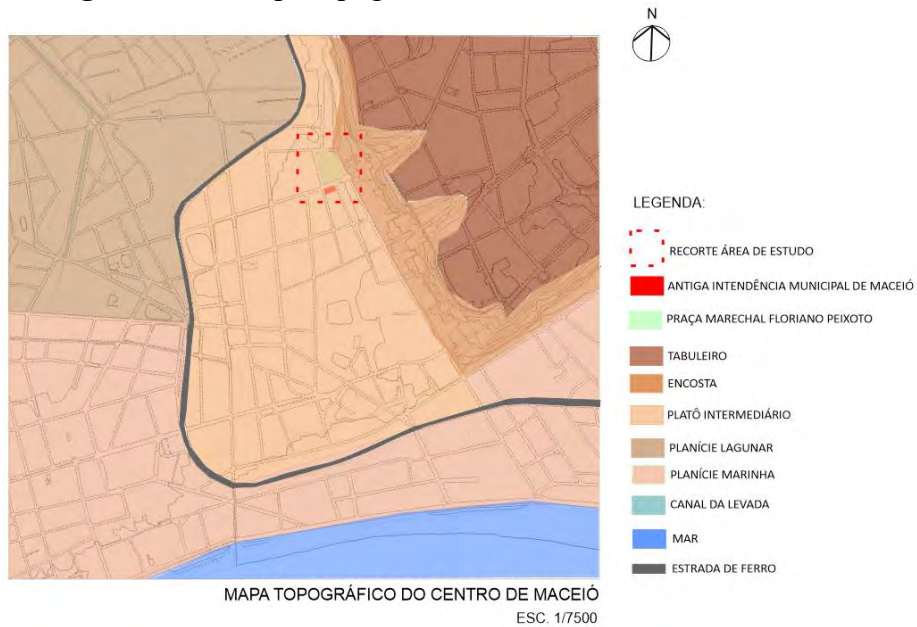
3.2.1 Topografia e drenagem



O autor Bustos Romero (1998, p. 30) frisa que “a topografia é um dos fatores que influenciam no microclima do lugar”, pois é a partir dela que se pode compreender como a diferença de níveis interfere no percurso das águas em uma área específica. Conforme as pesquisas realizadas, constatou-se que a topografia da cidade de Maceió é definida pela formação de Planície ou Baixada Litorânea, compondo o ponto mais baixo da sua formação; Tabuleiros Costeiros, constituídos por planaltos (até 60 m de altitude); e Maciço Cristalino da Saudinha (MAIA, 2016). Maceió apresenta altitudes de até 100 metros; no entanto, a maior parte do território possui topografia plana. Nesse contexto, verifica-se que a Praça Marechal Floriano Peixoto e a antiga Intendência estão implantadas no sopé do Morro da Jacutinga, uma região de platô intermediário (de 7 a 10 m acima do nível do mar — ver figura 226). Diante da conformação topográfica da área, a praça está dividida em dois níveis: o plano superior com cota de 10 metros e o inferior com cota de 5 metros, como pode ser visto na figura 227. Desse modo, a Praça Marechal Floriano Peixoto e o conjunto da antiga Intendência, por estarem situados em uma cota mais baixa do que o Morro da Jacutinga, que apresenta uma topografia mais acentuada e menor capacidade para o escoamento das águas pluviais devido à presença de declive, acabam escoando a drenagem natural das águas pluviais para os trechos de cotas inferiores. A área de platô intermediário, por se tratar de região de charco com acúmulo de água parada na estação chuvosa, acarretava inundações no local e danos aos edifícios do entorno da praça.

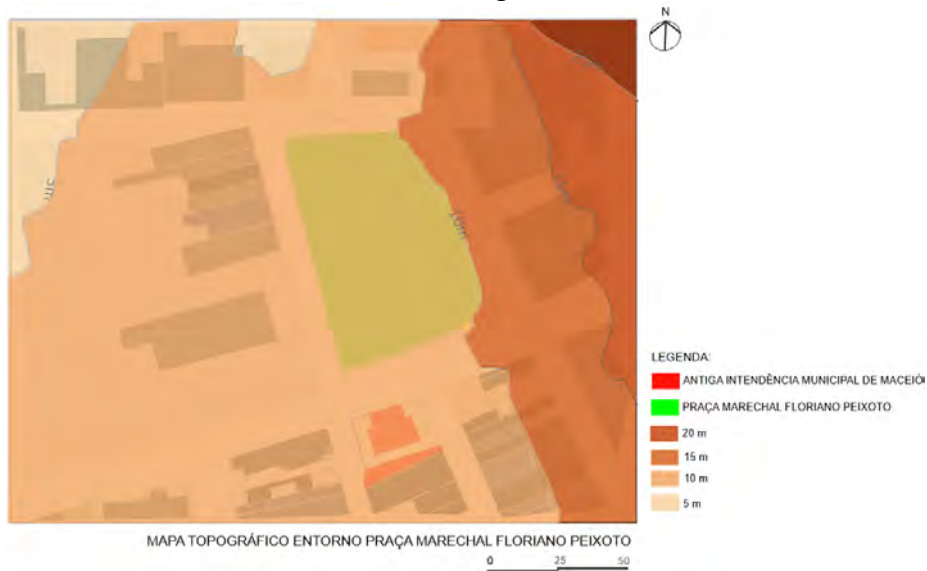


Figura 226 – Mapa topográfico do bairro do Centro de Maceió.



Fonte: Acervo de Karla Calheiros, junho de 2018. Ver prancha completa no volume III- peças gráficas.

Figura 227 – Recorte do mapa anterior com ênfase na Praça Marechal Floriano Peixoto e no edifício da antiga Intendência.



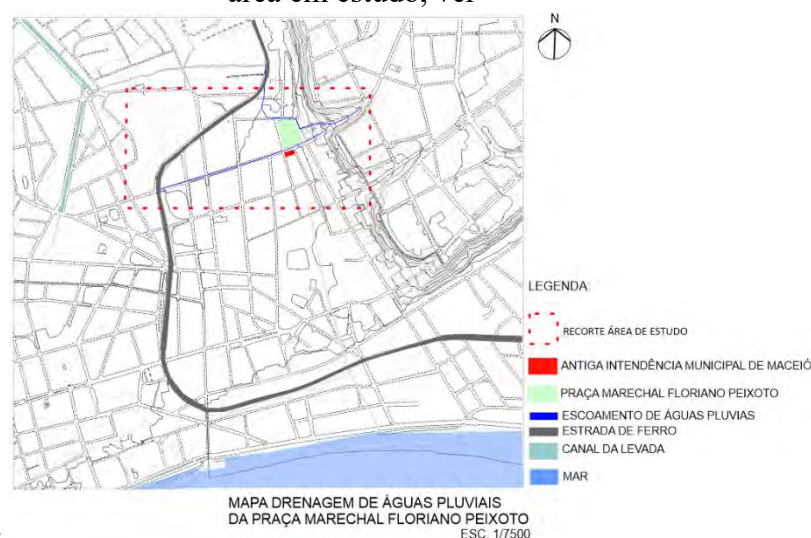
Fonte: Acervo de Karla Calheiros, junho de 2018. Ver prancha completa no volume III- peças gráficas.

Ao se examinar as curvas de nível do entorno da Praça Marechal Floriano Peixoto, verificou-se que existia um curso d'água que percorria o entorno da praça e seguia em



direção ao canal da Levada e, posteriormente, ao receptor da Laguna Mundaú⁵⁶. Porém, com o processo de urbanização da cidade no século XIX e a implantação da estrada de ferro⁵⁷ na formação geomorfológica do platô intermediário, o escoamento das águas pluviais teve seu curso alterado, e a drenagem natural das águas das chuvas, permitida pelos declives, ficou comprometida. Como consequência, alterou-se todo o sistema de drenagem natural da área, reduzindo a superfície de infiltração e concentrando o escoamento das águas em um único ponto (ver figura 228). Com a mudança no trajeto do escoamento das águas pluviais, a Praça Marechal Floriano Peixoto tornou-se local propício a enxurradas e inundações. Sendo assim, eventualmente, seu entorno e o edifício da antiga Intendência Municipal de Maceió ficaram susceptíveis a degradações por erosões causadas pelas enxurradas descendo do morro, em meados do século XX (Araújo, 1999).

Figura 228 – Mapa do bairro do Centro, destacando a drenagem de águas pluviais na área em estudo, ver



destaque.

Fonte: Acervo de Karla Calheiros, junho de 2018. Ver prancha completa no volume III- peças gráficas.

Para contornar os problemas relacionados ao escoamento das águas pluviais na área em estudo nos anos de 1940 e 1950, foram realizados os sistemas de galerias, que

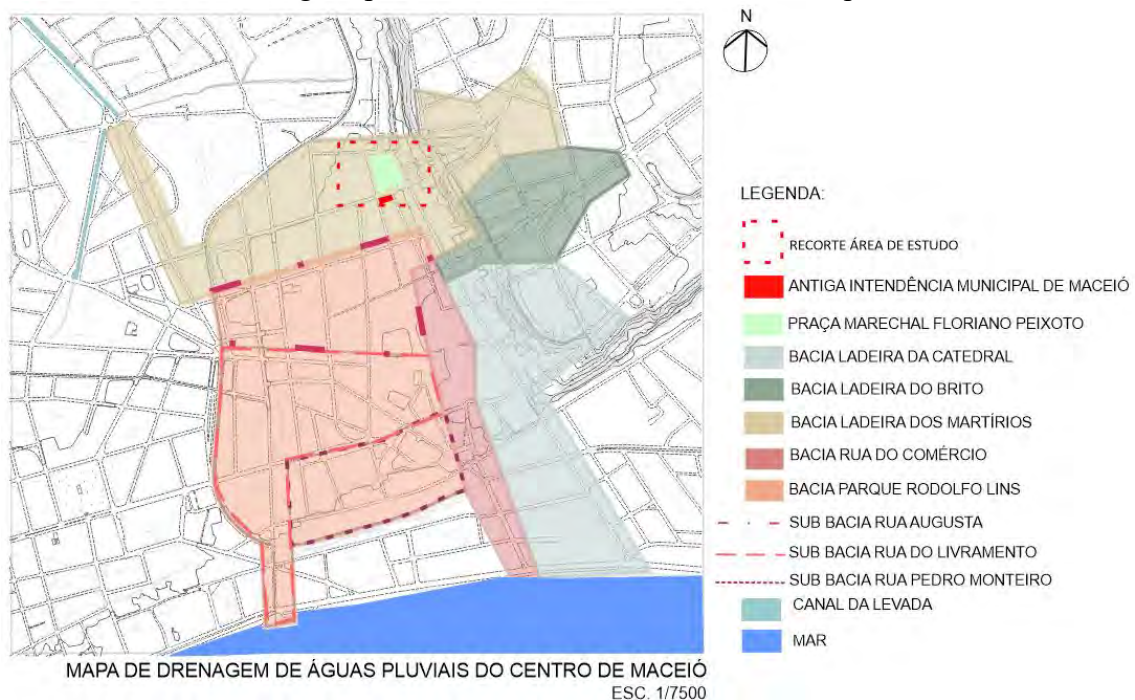
⁵⁶ A região da planície lagunar onde se situa a lagoa Mundaú, é uma planície complexa e compreende o baixo curso do rio formador dos pequenos rios afluentes, áreas alagadas e níveis de terraço. Essa área é caracterizada como turfosa pois possui solo gelatinoso. Antes do processo de urbanização da cidade era constituído pelos mangues.

⁵⁷ As estradas de ferro (ferrovias) eram implantadas em locais seguros de inundações, por isso locada na área de platô intermediário, pois possui solo firme diferente da região da planície lagunar.



efetuam a drenagem subterrânea, e das sarjetas, que fazem o escoamento gravitacional de superfície das águas pluviais. Entretanto, por persistirem os problemas, no ano de 2000, durante a Requalificação do Centro de Maceió, foi elaborado o projeto de drenagem para a área central, com o intuito de substituir as galerias de concreto que estavam desgastadas. Segundo o engenheiro José Vieira Passos Filho, responsável pela elaboração do projeto de drenagem, dividiu-se o bairro em cinco bacias e quatro sub-bacias (ver figura 229).

Figura 229 – Mapa do bairro do Centro, destacando as bacias do sistema de drenagem de águas pluviais na área em estudo, ver destaque.

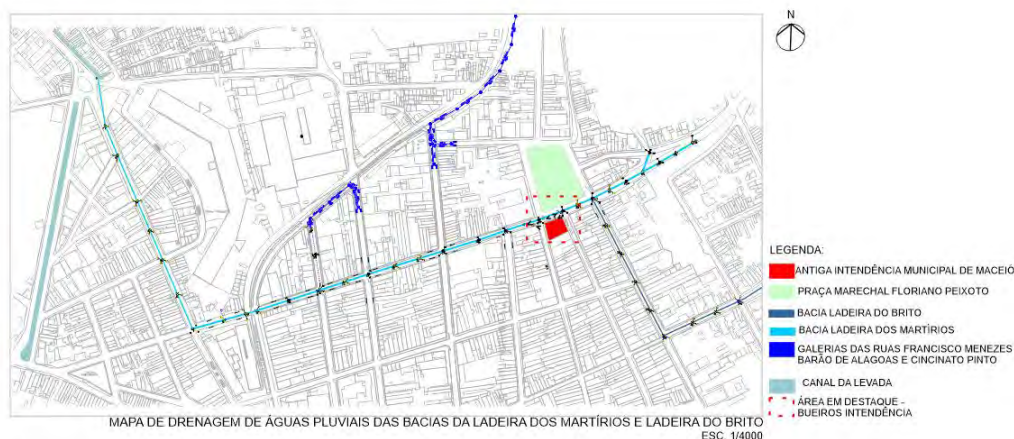


Fonte: Acervo de Karla Calheiros, junho de 2018. Ver prancha completa no volume III- peças gráficas.

A primeira etapa de drenagem profunda foi realizada na Bacia Ladeira da Catedral, em seguida na Bacia Ladeira dos Martírios- área que corresponde à localização da Praça Marechal Floriano Peixoto e do prédio da Intendência, (ver figura 230).



Figura 230 – Mapa com o sistema de drenagem superficial das Bacias da Ladeira dos Martírios e Ladeira do Brito.



Fonte: Acervo de Karla Calheiros, junho de 2018. Ver prancha completa no volume III- peças gráficas.

Ao observar o mapa, nota-se que, nesse trecho, o escoamento das águas pluviais percorre a Avenida Moreira e Silva (ver figura 231), passa em frente à fachada noroeste do edifício da antiga Intendência Municipal e segue rumo ao canal da Levada, chegando, por fim, ao receptor Lagoa Mundaú, como mostra a imagem anterior. Concomitantemente, foi realizado o sistema de drenagem superficial com a inserção de bocas de lobo nas esquinas das ruas do entorno, em ambos os lados, para auxiliar na coleta da água pluvial.

Figura 231 – Execução do projeto de drenagem profunda da Bacia da Ladeira dos Martírios, na Avenida Moreira e Lima, em meados de 2007.



Fonte: https://issuu.com/flavihs/docs/arquinfra_2.



Com a realização do projeto de drenagem, os problemas referentes aos alagamentos nas adjacências do edifício da Intendência e na Praça Marechal Floriano Peixoto, que causavam transtornos aos transeuntes e prejudicavam o tráfego de veículos e pedestres, foram minimizados.

Entretanto, após a verificação *in loco*, constatou-se que os bueiros estão obstruídos, apesar de a cidade contar com um sistema de coleta de resíduos. Isso ocorre porque, em muitos casos, esses materiais sólidos são, inadequadamente, descartados pela população, devido à falta de um trabalho de conscientização mais consistente e efetivo. Essa situação compromete o escoamento da água pluvial; ou seja, em dias de fortes chuvas, pode ocorrer acúmulo de água na sarjeta, o que, conseqüentemente, contribui para que a água transborde e fique retida na calçada, ocasionando danos, como manchas enegrecidas na base dos edifícios – como pode ser visto no edifício da Intendência.



A área em estudo, onde se localiza o edifício da antiga Intendência Municipal de Maceió, apresenta baixa densidade de vegetação. Para essa análise, foram consideradas a cobertura vegetal do entorno imediato da Praça Marechal Floriano Peixoto e as áreas verdes correspondentes aos lotes dos edifícios do Palácio Marechal Floriano Peixoto, da antiga Intendência Municipal e do entorno.

As manchas que apresentam maior cobertura vegetal situam-se no terreno do imóvel do Palácio Marechal Floriano Peixoto, atual Secretaria de Estado de Cultura, onde há gramíneas nos jardins, palmeiras imperiais e árvores de grande porte, que abrangem os limites laterais e os fundos da edificação, apresentando ainda características do espaço urbano do período colonial. Outra massa vegetal evidente ocorre no fundo dos imóveis do entorno do Palácio e na Praça.

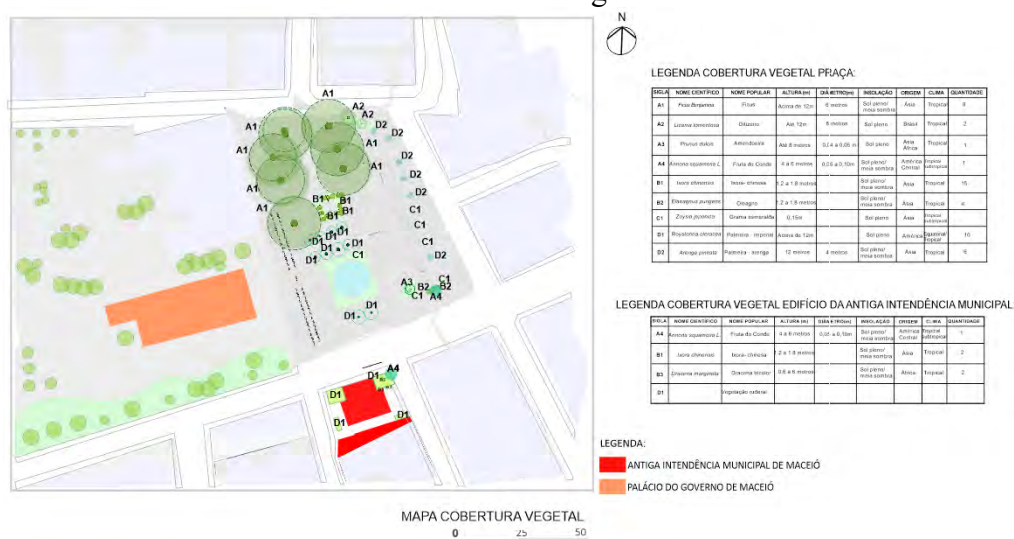
A Praça Marechal Floriano Peixoto apresenta, atualmente, na porção oeste, árvores de grande porte das espécies *Ficus* (*Ficus benjamina*) e *Oiti* (*Licania*



tomentosa), remanescentes da intervenção do pintor Rosalvo Ribeiro⁵⁸ no início do século XX. Na parte central, encontram-se palmeiras imperiais (*Roystonea oleracea*), arbustos da espécie Ixora-Chinesa (*Ixora chinensis*) e jardins com gramíneas esmeralda (*Zoysia japonica*). Em frente à Igreja dos Martírios, podem ser encontradas palmeiras da espécie Arenga (*Arenga pinnata*), árvores de médio porte das espécies Amendoeira (*Prunus dulcis*) e Fruta do Conde (*Annona squamosa* L.), arbustos da espécie Ixora-Chinesa (*Ixora chinensis*) e, em alguns canteiros, gramíneas esmeralda (*Zoysia japonica*). A vegetação da praça contribui para proporcionar sombreamento nas áreas próximas das edificações que a circundam.

A área que abriga o edifício da antiga Intendência Municipal está permeada por quatro jardins: dois na fachada sudoeste, um na fachada nordeste (ambos do bloco principal) e o último na fachada noroeste do anexo. Nos quatro jardins, constatou-se a presença de vegetação ruderal devido à falta de manutenção. No jardim da fachada nordeste, há, também, arbustos das espécies Ixora-Chinesa (*Ixora chinensis*), *Dracena tricolor* (*Dracaena marginata*), Clúsia (*Clusia fluminensis*) e a árvore Fruta do Conde (*Annona squamosa* L.) (ver figura 232).

Figura 232 – Mapa representando a cobertura vegetal da Praça Marechal Floriano Peixoto e do edifício da antiga Intendência.



Fonte: Acervo de Karla Calheiros, junho de 2018. Ver prancha completa no volume III- peças gráficas.

⁵⁸ O projeto do pintor Rosalvo Ribeiro consistiu no embelezamento do Largo dos Martírios, no início do século XX. Entre as alterações realizadas no espaço, destaca-se a planificação do terreno, a implantação de árvores de grande porte e de mobiliário urbano.

3.2.2 Cobertura vegetal



Cabe ainda frisar que, devido às sucessivas intervenções na área, ao decorrer dos anos, observa-se a perda da vegetação, acarretando problemas como a alteração no microclima urbano, impermeabilização do solo e redução do escoamento superficial da água. Frise-se, ainda, que a cobertura vegetal evita que o calor ocasionado pelo aquecimento da pavimentação asfáltica eleve a umidade do ar (OLIVEIRA, 2011).

3.2.3 Insolejamento e ventilação



A Praça Marechal Floriano Peixoto está exposta à radiação solar direta (ver figura 233). O maior sombreamento da área provém das copas das árvores de grande porte, criando um ambiente propício para a permanência dos transeuntes.

Figura 233 – Imagem aérea da Praça Marechal Floriano Peixoto com o trajeto solar, em destaque os edifícios representativos do entorno.



Fonte: Google Earth, 2019. Adaptado pela autora, 2019.

As edificações localizadas no conjunto da praça têm pouca interferência no sombreamento, com exceção da Igreja dos Martírios, que sombreia um pequeno trecho da praça no período da manhã (ver figura 234). Devido à distribuição concentrada da



cobertura vegetal, a vegetação existente não é suficiente para fornecer sombreamento adequado ao passeio, o que afeta diretamente o tempo de permanência dos usuários naquele espaço. No entorno imediato da praça, não há vegetação nas calçadas, exceto nos recuos laterais ou nos fundos dos lotes de algumas construções.

Figura 234 – Trecho da Praça Marechal Floriano Peixoto sombreado pela Igreja dos Martírios.



Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, 2019.

Os ventos de maior incidência na área são oriundos do quadrante leste, com predominância do sentido sudeste na maior parte do ano e do vento nordeste no período do verão. Na área em estudo, devido às diferenças de altura das edificações do entorno, a ventilação ocorre de forma fluida, sendo canalizada pelas ruas até alcançar a Praça Marechal Floriano Peixoto, que funciona como ponto de dispersão (ver figura 235).

Figura 235 – Imagem aérea da Praça Marechal Floriano Peixoto com a direção predominante dos ventos. Em destaque, o edifício da antiga Intendência.



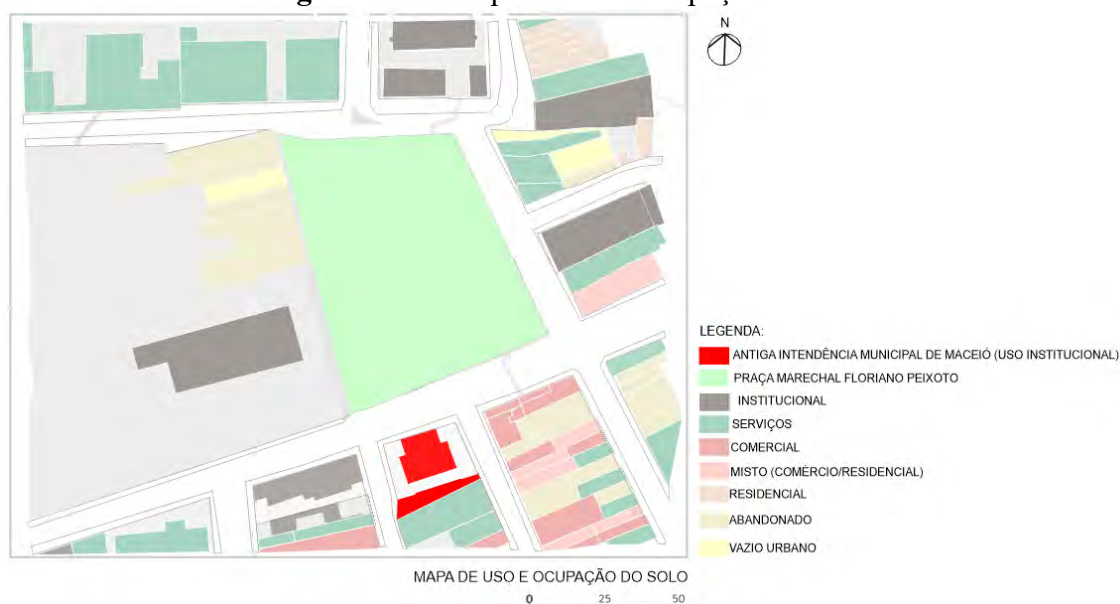
- LEGENDA:
- CONJUNTO DA ANTIGA INTENDÊNCIA MUNICIPAL
 - ① SEDRAND
 - ② PALÁCIO MARECHAL FLORIANO PEIXOTO
 - ③ FUNDAÇÃO/MUSEU PIERRE CHALITA
 - ④ IGREJA DOS MARTÍRIOS
- ← ORIENTAÇÃO DOS VENTOS

Fonte: Google Earth, 2019. Adaptado pela autora, 2019.



Neste item, foi realizado o mapeamento de uso e ocupação do solo da área em estudo, com base nas atividades predominantes no espaço, com o intuito de compreender a dinâmica urbana (ver figura 236). No bairro do Centro, onde estão situados a Praça Marechal Floriano Peixoto e o edifício da Intendência, predomina, em sua maioria, o setor comercial e de serviços, configuração que remonta aos primórdios do crescimento e desenvolvimento de Maceió, relacionados às atividades portuárias dos séculos XIX e XX.

Figura 236 – Mapa de uso e ocupação do solo.



Fonte: Acervo de Karla Calheiros, junho de 2018. Ver prancha completa no volume III- peças gráficas.

A atual conjuntura do entorno da Praça Marechal Floriano Peixoto revela, na porção noroeste e nordeste, a predominância do setor de serviços, com destaque para a Caixa Econômica Federal, a Companhia de Abastecimento de Água de Alagoas (CASAL) e estacionamentos privativos. Os demais imóveis que margeiam a praça se dividem entre usos comercial, misto, áreas vazias ou abandonadas.

O trecho próximo ao edifício do antigo Palácio do Governo destaca-se pela quantidade de construções abandonadas, o que agrava o nível de degradação das edificações do conjunto arquitetônico da praça, que está protegido em nível estadual desde o ano 2000 (ver figura 237).



Figura 237– Mapa com a localização das edificações abandonadas e sem uso de propriedade do governo do estado de Alagoas e da prefeitura de Maceió.



Fonte: Acervo de Karla Calheiros, 2018.

A leste, nas adjacências da Igreja dos Martírios, concentram-se serviços como escritórios de contabilidade e consultórios odontológicos. Na orientação sudeste, contíguo ao edifício da Intendência, registra-se o uso institucional, com a presença da Secretaria de Estado de Transporte e Desenvolvimento Urbano (Setrand).

A partir dos dados sintetizados no gráfico 02, constatou-se que o número de imóveis representa 31% do total cadastrado no entorno da praça, seguido pelo uso de serviços, com 27%. O uso comercial corresponde a 16%, mas nas proximidades das demais vias da área de estudo predomina o comércio local, voltado para lojas de vestuário, salões de beleza e lanchonetes. Com as observações em campo, verificou-se que a maioria dos imóveis comerciais ocupa apenas o térreo, enquanto os pavimentos superiores geralmente são utilizados como depósitos ou estão desocupados, evidenciando a subutilização dos imóveis.

Outro ponto relevante é a falta de estímulo à implantação de uso residencial no entorno imediato da Praça Marechal Floriano Peixoto e suas adjacências. Durante as visitas em campo, apenas um imóvel apresentou uso misto (residencial e comercial). Diante do exposto, percebe-se que a redução do uso residencial e a consolidação do uso comercial e de serviços favorecem a vulnerabilidade da área em estudo, que, dessa forma, não apresenta a mesma dinâmica urbana em todos os dias da semana, já que a predominância do uso do solo comercial e de serviços se restringe ao período de



segunda a sexta-feira, nos turnos matutino e vespertino. Nesse viés, a autora Jane Jacobs (2011) destaca a importância de resgatar a multifuncionalidade desses espaços por meio de estratégias que promovam a permanência dos indivíduos nos espaços urbanos em todos os turnos e dias da semana, como forma de garantir a diversidade, a preservação e a segurança no convívio e nas trocas socioculturais e econômicas.

Gráfico 2– Gráfico com porcentagem do total dos imóveis cadastrados no entorno da Praça no que se refere ao item uso e ocupação do solo.



Fonte: Acervo de Karla Calheiros, 2019.

Em termos gerais, percebe-se que o uso institucional e de serviços predomina no entorno imediato na envoltória da Praça Marechal Floriano Peixoto. Esse caráter institucional está atrelado à formação histórica do espaço no início do século XX, quando foram construídos os prédios oficiais representativos da instância estadual e municipal, conferindo ao local o caráter cívico. Entretanto, essa representatividade política não permanece nos dias atuais.

O levantamento dos usos nas proximidades da edificação da Intendência comprova que ocorreu alteração na ocupação da área, o que resultou em edifícios abandonados e, conseqüentemente, na degradação das construções, como já mencionado anteriormente.

Diante dessas alterações no entorno, hoje, a Praça Marechal Floriano Peixoto e o Palácio Floriano Peixoto (antigo Palácio do Governo) – atual sede da Secretaria de Estado de Cultura, o Museu Pierre Chalita e a Igreja Nossa Senhora dos Martírios se configuram com uma dinâmica urbana voltada ao uso institucional, dirigida ao incentivo cultural, aspecto fundamental para nortear a proposta de intervenção no

3.2.4 Uso e ocupação do solo



edifício da antiga Intendência, uma vez que o novo uso deverá dialogar com a arquitetura e o contexto urbano.

3.2.5 Cheios e vazios



Nesse estudo, a primeira grande área vazia que se destaca corresponde à Praça Marechal Floriano Peixoto, apresentando volumes arbóreos permeáveis que possibilitam o deslocamento de transeuntes no local. Em seguida, constata-se as vias que margeiam as edificações e os vazios nas construções erguidas no século XX, implantadas de forma dispersa no limite lateral do lote, promovendo áreas verdes, ou seja, adquirindo uma nova feição com grau de contiguidade médio na área. Como exemplo, pode-se citar o edifício da antiga Intendência de Maceió, o Palácio Marechal Floriano Peixoto e o Museu Fundação Pierre Chalita.

Outro ponto que é necessário evidenciar são os vazios urbanos causados pelas demolições de construções, como o espaço na porção oeste, ao fundo do Palácio (ver figura 238), e um estacionamento privativo próximo à Igreja dos Martírios (ver figura 239). No primeiro caso, as demolições foram motivadas pelo interesse da gestão pública em criar um estacionamento e um edifício contemporâneo para sediar o governo estadual.

Figura 238 – Recorte do mapa de 1960 da Praça Marechal Floriano Peixoto e do entorno imediato. Em destaque, na cor amarela as edificações que foram demolidas.



■ PRAÇA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO ■ PALÁCIO MARECHAL FLORIANO PEIXOTO
■ ANTIGA INTENDÊNCIA MUNICIPAL DE MACEIÓ ■ EDIFICAÇÕES DEMOLIDAS

Fonte: Acervo de Sandro Gama e Myllena Azevedo, adaptado pela autora, 2019.



Figura 239 – Vista do estacionamento privativo localizado próximo à Igreja dos Martírios, em destaque.



Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, 2019.

Partindo dessa premissa, é notório que as demolições das construções no entorno da Praça Marechal Floriano Peixoto ocasionaram mudanças na relação entre cheios e vazios na área em estudo. Essas transformações geraram uma alteração significativa na percepção dos usuários e na característica morfológica do espaço urbano, com a criação desses novos espaços vazios, surgindo uma nova configuração na dinâmica urbana, influenciada pelos interesses econômicos, políticos e culturais.

Em relação à massa edificada, percebe-se que os quarteirões são densos e apresentam lotes regulares. Dessa forma, registra-se uma densidade e um grau leve de contiguidade no entorno da Praça Marechal Floriano Peixoto, com ressalva ao edifício do Palácio Marechal Floriano, que se distingue na implantação.



O levantamento do gabarito de altura das edificações do entorno foi baseado nas observações em campo, sintetizado a partir da contabilização dos pavimentos no entorno da Praça Marechal Floriano Peixoto (ver figura 240).



Figura 240– Mapa gabarito de altura.



Fonte: Acervo de Karla Calheiros, junho de 2018. Ver prancha completa no volume III- peças gráficas.

O mapa demonstra a predominância do gabarito baixo e homogêneo, com construções de até dois pavimentos, como pode ser visto na análise quantitativa exposta no gráfico 3. Observa-se que as construções de dois pavimentos correspondem a 38% do total de imóveis identificados, seguidas pelos imóveis de um pavimento, que correspondem a apenas 1% do total. Apenas uma pequena parte dos imóveis apresenta mais de cinco pavimentos.

Gráfico 3– Gráfico com porcentagem do total dos imóveis cadastrados no entorno da Praça no que se refere ao item gabarito de altura.



Fonte: Acervo de Karla Calheiros, 2019.



As edificações no entorno imediato da praça apresentam verticalização baixa, compatível com o patrimônio arquitetônico, o que contribui para valorizar os bens e o espaço urbano. A exceção é o edifício da Secretaria de Estado da Fazenda de Alagoas, construído na década de 1980, com gabarito superior a 20 metros, o que corrompe a paisagem urbana do entorno da Praça Marechal Floriano Peixoto, interfere no protagonismo da Igreja dos Martírios e compromete a leitura do monumento (ver figura 241).

Figura 241 – Trecho da Rua do Sol com vista para o prédio da SEFAZ, em destaque, e a Igreja dos Martírios.



Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, 2019.

Outros imóveis do entorno foram erguidos em momentos posteriores e também apresentam construções que destoam do conjunto arquitetônico da praça. Um bom exemplo é a área envoltória do edifício da antiga Intendência, um prédio com feições modernas, constituído por quatro pavimentos, localizado na orientação nordeste, que assume posição de destaque na ambiência, pois interrompe a harmonia da configuração da quadra, que apresenta a horizontalidade das edificações e gabarito inferior a doze metros (ver figura 242).



Figura 242 – Vista dos prédios adjacentes ao imóvel da antiga Intendência de Maceió. Nota-se que a construção em marrom se sobressai das demais edificações devido ao seu gabarito expressivo, superior a dois pavimentos, o que interfere na horizontalidade do trecho.



Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, 2019.

Nesse sentido, o fato de ser uma área adensada e o aumento no número de gabaritos proporcionam maior ocupação do solo, o que acarreta comprometimento na visualidade da Igreja e alteração na percepção da paisagem urbana da Praça Marechal Floriano Peixoto, além das edificações que compõem o conjunto arquitetônico do entorno imediato da praça.



A Praça Marechal Floriano Peixoto, por possuir localização privilegiada, é bem atendida em relação à mobilidade. A malha viária é composta por três vias arteriais: Rua Melo Moraes, Rua do Sol e Rua José Bonifácio, e quatro vias coletoras que interligam as arteriais e dão acesso à praça: Rua Boa Vista, Rua Joaquim Távora, Ladeira dos Martírios e Rua Emanuel Pedro de Farias Costa (ver figura 243). Verifica-se que a única modificação nas vias que circundam o conjunto urbanístico foi a incorporação de um trecho da Rua Boa Vista à praça, no ano 2000, tornando-a uma via para pedestres.

Na maioria das vias coletoras do entorno, o tráfego ocorre em sentido único, com exceção da Rua Emanuel Pedro de Farias Costa. As vias do entorno da praça são



revestidas por pavimentação asfáltica, o que contribui para a incidência dos raios solares e dificulta a impermeabilidade do solo, isto é, reduz a capacidade de infiltração da água da chuva, gerando problemas na drenagem urbana e aumentando o escoamento de água superficial.

Figura 243– Mapa com o sentido das vias que compõem o entorno da Praça Marechal Floriano Peixoto.

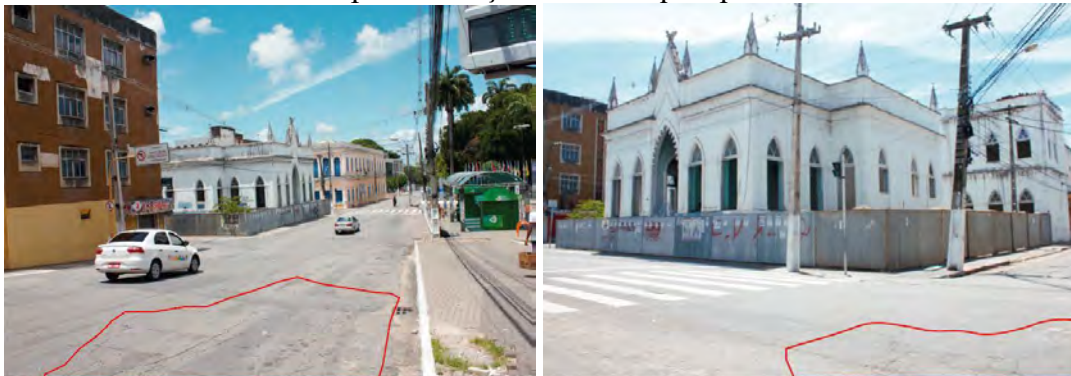


Fonte: Acervo de Karla Calheiros, junho de 2018. Ver prancha completa no volume III- peças gráficas.

Cabe ressaltar que a pavimentação asfáltica das vias do entorno apresenta estado regular de conservação, com ressalva para a via arterial Rua Melo Morais (em frente ao conjunto da antiga Intendência), onde, a partir do levantamento em campo, foi constatada a presença de fissuras no revestimento da via. Possivelmente, essas fissuras estão relacionadas ao peso das cargas do tráfego intenso de veículos de pequeno e grande porte, o que acarreta tensões no pavimento, bem como à falta de compactação, regularização e nivelamento das camadas de asfalto, associada à ação da chuva e às oscilações de temperatura, que podem agravar a deterioração e degradação do material (ver figuras 244 e 245).



Figuras 244 e 245– Vista da Rua Melo Morais em dois trechos distintos. Em destaque os trechos da pavimentação asfáltica que apresentam fissuras.



Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, 2018.

Em um panorama geral da área, nota-se que a praça ocupa a posição central, permitindo que as ruas do entorno contribuam para tornar a área um ponto de encontro entre vários bairros da cidade, como o Prado, o Trapiche e o Vergel. Além disso, colabora para que a praça seja um local de transbordo, em decorrência do grande número de rotas de transporte coletivo e de transeuntes na localidade (ver figura 246).

Figura 246– Mapa das vias com as rotas de ônibus que percorre o entorno da Praça Marechal Floriano Peixoto.



Fonte: Acervo de Karla Calheiros, junho de 2018. Ver prancha completa no volume III- peças gráficas.



A malha viária apresenta um estado regular de conservação, e as vias do entorno imediato têm um dimensionamento adequado, o que favorece a realização de possíveis melhorias. As vias que partem do entorno imediato da praça são caracterizadas como vias arteriais e apresentam fluxo intenso de veículos, majoritariamente de pequeno e médio porte, enquanto as demais vias são do tipo coletoras, com baixo fluxo de veículos (ver figura 247). Em relação à sinalização, verificou-se que a praça e o entorno imediato estão bem sinalizados para veículos, com a inserção de semáforos, faixas para pedestres e placas de sinalização.

Figura 247– Mapa das vias arteriais e coletoras indicando a intensidade dos fluxos.



Fonte: Acervo de Karla Calheiros, junho de 2018. Ver prancha completa no volume III- peças gráficas.

Um problema a ser citado é que, com o grande número de veículos, foi identificado apenas um estacionamento no entorno imediato da praça, localizado em frente à Igreja dos Martírios (ver figura 248), o que compromete a relação de circulação e a dinâmica econômica na área.



Figura 248– Estacionamento público em frente à Igreja dos Martírios.



Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, 2018.

Para suprir a carência de estacionamentos no entorno imediato da praça, alguns proprietários realizaram demolições para a instalação de estacionamentos privativos (ver figura 249). Essa estratégia é lucrativa para os proprietários dos bens, pois os imóveis estão localizados em uma área central do sítio urbano, onde se concentram as repartições públicas e grande parte do setor de comércio e serviços. Apesar da relocação de alguns órgãos públicos, o uso comercial predomina e atrai usuários de outras localidades da cidade, ocasionando maior movimentação de indivíduos que circulam em veículos nesse local. Ressalte-se que o traçado urbano das vias coletoras do bairro do Centro é formado, em sua maioria, por ruas estreitas, características do traçado do sítio, que não comportam adequadamente a faixa de rolamento e mais um espaço destinado para estacionamento.

Figura 249– A figura mostra em primeiro plano o estacionamento privativo localizado no entorno imediato da Praça Marechal Floriano Peixoto.

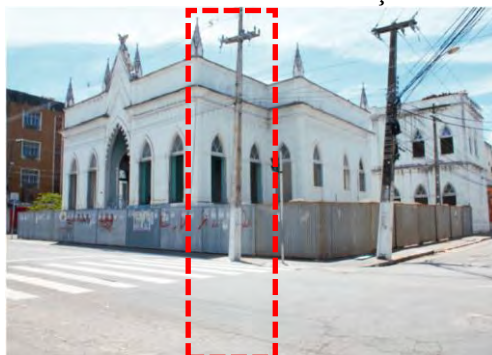


Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, 2019.



Em relação à acessibilidade, verifica-se que, no local, existem diversas barreiras arquitetônicas que comprometem a acessibilidade: um poste que diminui a área do passeio da calçada que integra o conjunto da antiga Intendência, impossibilitando a circulação de pessoas com mobilidade reduzida (ver figura 250); ausência ou mau dimensionamento das rampas no entorno imediato; falta de padronização; e o péssimo estado de conservação das calçadas, que variam entre 1,47 m e 1,93 m (ver figuras 251 e 252). A falta de padronização do espaço urbano em relação às normativas de acessibilidade ocasiona empecilhos para a inclusão social, tendo em vista que todos têm o direito de usufruir do ambiente urbano de forma igualitária.

Figura 250– Vista do conjunto da antiga Intendência Municipal. Em destaque, o poste que dificulta no deslocamento dos transeuntes na calçada da fachada principal.



Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, 2019.

Figuras 251 e 252– A calçada do edifício da Intendência Municipal com dimensão de 1,47cm de largura e a calçada próxima à Igreja dos Martírios, evidenciando a falta de padronização do passeio.



Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, 2019.



O edifício da Antiga Intendência Municipal de Maceió encontra-se circundado por duas vias arteriais: Rua Melo Morais e Rua do Comércio. Em se tratando da Rua Melo Morais, observa-se uma parada de ônibus instalada na Praça Marechal Floriano Peixoto, em frente à fachada noroeste da edificação, onde há um fluxo intenso devido à grande quantidade de linhas que se destinam aos bairros do Prado, Trapiche e Vergel. A Rua do Comércio, voltada para a fachada nordeste do prédio em estudo, se destaca pela quantidade de pontos de ônibus e pela predominância, quase exclusiva, da circulação do transporte público, com rotas em direção aos bairros do Centro, Poço e Jaraguá (ver figura 253). Além das vias descritas, a fachada sudoeste do bem é voltada para uma via coletora, a Rua Boa Vista, que possui sentido único e baixo fluxo de veículos.

No entanto, o constante tráfego de veículos na área agrava a emissão de poluentes, que contribui diretamente para o aumento da temperatura, proporcionando desconforto térmico no microclima urbano e danos aos edifícios, como a presença de crosta negra e acúmulo de sujidades.

Figura 253– Vista aérea do entorno imediato do conjunto da antiga Intendência e um trecho da Praça Marechal Floriano Peixoto, ambos em destaque. É possível observar o abrigo do ponto de ônibus localizado em frente à fachada noroeste do objeto de estudo.



Fonte: Andrews Moura, 2018. Acervo fotográfico de Karla Calheiros, 2018.

Dessa forma, a localização do imóvel da antiga Intendência no entorno da Praça Marechal Floriano Peixoto contribui para a valorização do bem, em virtude de a área ser local de convergência de transeuntes, encontros, passagem e parada dos usuários, o que possibilita uma maior movimentação nas proximidades do edifício no período diurno.



O espaço urbano da Praça Marechal Floriano Peixoto é formado por um entorno com edificações históricas relacionadas com a formação do local, a exemplo da Igreja Nossa Senhora Bom Jesus dos Martírios, erguida no início do século XIX. O processo de urbanização da cidade de Maceió, no início do século XX, foi motivado pelo período republicano e impulsionado pelo Positivismo e pelas novas tecnologias da industrialização, seguindo o modelo da cultura europeia, o que resultou na construção de um conjunto arquitetônico considerado referência do poder administrativo e político da cidade. Nesse contexto, a monumentalidade das edificações historicistas do Palácio Marechal Floriano Peixoto – antigo Palácio do Governo, a antiga Intendência Municipal de Maceió e a Igreja dos Martírios representavam, em sua arquitetura eclética, os ideais vigentes da fase republicana.

Atualmente, no conjunto arquitetônico da Praça Marechal Floriano Peixoto, predominam as edificações ecléticas, erguidas no final do século XIX e início do século XX, período que marca o desenvolvimento da cidade de Maceió. No entanto, alguns exemplares ecléticos foram demolidos em meados do final do século XX. Gradativamente, começaram a surgir construções com feições modernistas e contemporâneas nas proximidades da praça (ver figura 254).

Figura 254– Mapa com estudo da caracterização arquitetônica dos edifícios do entorno imediato da Praça Marechal Floriano Peixoto.



Fonte: Acervo de Karla Calheiros, junho de 2018. Ver prancha completa no volume III- peças gráficas.



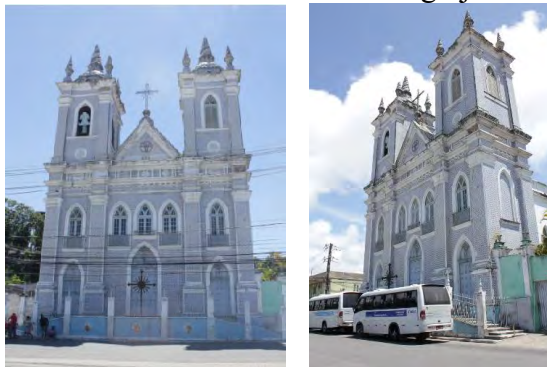
Nesta abordagem, buscou-se refletir sobre as construções que formam o conjunto da Praça Marechal Floriano Peixoto e o seu entorno, a partir de sucinta análise sobre as características arquitetônicas dos bens que predominam na envoltória da praça, inicia-se a descrição pelos exemplares ecléticos erguidos no final do século XIX, exemplares do ecléticos construídos no início do século XX, um exemplar neocolonial e os prédios com feições modernistas e alguns já contemporâneos erguidos, nas três últimas décadas do século XX.

- Edificações ecléticas erguidas no final do século XIX

A Igreja Bom Jesus dos Martírios, conhecida como Igreja dos Martírios, foi construída na Praça Marechal Floriano Peixoto no início do século XIX. O edifício está implantado em um lote de esquina e não apresenta recuos laterais. O acesso principal é feito por meio de uma escadaria localizada na fachada frontal.

A fachada da edificação, em estilo eclético, é caracterizada por três blocos demarcados por pilastras em seu plano, que delineiam os ambientes da nave e dos corredores laterais. Na parte superior da construção, observa-se o frontão triangular; na parte central, há três cruzeiros inseridos no tímpano e duas torres de canto, revestidas por azulejos portugueses e embrechados. Apresenta, ainda, elementos neogóticos nas aberturas em formato de ogivas e bandeiras fixas, ambos simétricos, guarda-corpo em ferro, esquadrias em madeira e adornos em alto-relevo. O corpo do edifício é ornamentado por azulejos portugueses, como pode ser visto nas figuras 255 e 256.

Figuras 255 e 256– Vista da fachada da Igreja dos Martírios.



Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, fevereiro de 2019.



Com base nas informações obtidas no site Portal da Arquitetura Alagoana⁵⁹, em 1986 a prefeitura de Maceió realizou uma intervenção que descaracterizou o edifício, com a abertura da via em frente à Igreja, (ver figuras 257 e 258). Essa alteração na escadaria do templo religioso é considerada uma perda significativa, já que a escadaria se estendia até a praça e, a partir dessa nova configuração, modificou-se a relação do templo com a Praça Marechal Floriano Peixoto, visto que “as igrejas apareciam no decorrer dos séculos XVII, XVIII e XIX, como os eventos prioritários na composição visibilística do espaço” (Baeta, 2012, p.297).

Figura 257 – Cartão Postal que ilustra a Igreja dos Martírios recém construída, com escadaria que comunica a igreja ao Largo dos Martírios, em meados do século XIX.



Fonte: Acervo cartão postal do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, s/data.

Figura 258 - A figura mostra a atual configuração da Igreja dos Martírios após a reformulação da escadaria e a abertura da via, realizada em 1986.



Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, 2018.

⁵⁹ Disponível em: <http://arquiteturaalagoana.al.org.br/index.php/temas/igrejas/igreja-de-nosso-senhor-bom-jesus-dos-martirios/>.



A edificação contígua à Igreja dos Martírios, antiga casa paroquial, ocupa um lote no meio da quadra, sendo uma construção fronteira à rua com recuo lateral e constituída por dois pavimentos: térreo e porão alto. Embora já não apresente os orifícios de ventilação, a edificação possui cobertura em duas águas, com cumeeira paralela à via, e tipologia de morada inteira. É visível, na fachada, a substituição das telhas cerâmicas por telha de fibrocimento em um dos planos do telhado (ver destaque na figura 259). Atualmente, o edifício destina-se ao uso de serviços.

Figura 259– Vista da fachada do imóvel contíguo a Igreja dos Martírios. Em destaque, na cor amarela a telha de fibrocimento.



Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, fevereiro de 2019.

A fachada é caracterizada por cinco aberturas: três janelas formadas por bandeiras fixas em verga reta, com os vãos contornados por cercadura ressaltada em massa, e duas portas que foram descaracterizadas, sendo uma delas alterada para permitir o acesso de veículos ao interior da edificação. A platibanda é recortada e ornamentada com elementos em alto-relevo.

O terceiro imóvel desta quadra está implantado atualmente em um lote de esquina, construído no alinhamento da via pública na porção frontal. Apresenta um único pavimento e paredes laterais conjugadas nos limites do terreno. Comparando com o levantamento fotográfico da área, notou-se que, no início do século XX, a edificação ocupava um lote interno (ver figura 260). No entanto, com a ampliação da Avenida Moreira e Silva, durante o processo de urbanização da cidade, o imóvel tornou-se de esquina, ficando com a empena lateral exposta à via (ver figura 261).



Figuras 260 e 261– Em primeiro plano a Praça Marechal Floriano Peixoto passando por melhorias na infraestrutura do espaço público, em 1908. Em destaque na cor amarela, a casa térrea demolida para a ampliação da via Avenida Moreira e Silva e, em laranja, o edifício analisado. A figura 261 mostra a fachada frontal e lateral do edifício com a enpena exposta para a avenida após a intervenção urbana realizada no início do século XX.



Fonte: Acervo fotográfico do Arquivo Público, século XX e de Karla Calheiros, fevereiro de 2019.

Apresenta tipologia meia morada. A fachada é composta por duas janelas e uma porta, ambas com bandeiras fixas, sendo a bandeira da porta em gradil de ferro. O coroamento é constituído por uma platibanda reta.

Em planta, essa tipologia se caracteriza por apresentar a sala na parte frontal do edifício, um corredor lateral que distribui o fluxo para os quartos (alcovas), a cozinha e a área de serviço, configuração típica do uso residencial. Atualmente, destina-se ao uso misto (residencial e comercial).

O edifício analisado trata-se da antiga residência do senhor José Teixeira Machado, conforme a inscrição ainda existente no portão de ferro da fachada principal. Segundo Fernandes (2013), não existem documentos comprobatórios sobre a data de construção do edifício; no entanto, é provável que o imóvel tenha sido construído no final do século XIX. Atualmente, o imóvel pertence ao Governo de Alagoas e encontra-se sem uso (ver figura 262).



Figura 262– Vista das edificações que integram o envoltório arquitetônico da Praça Marechal Floriano Peixoto. Em destaque, o edifício que pertence ao Governo de Alagoas e encontra-se sem uso e em avançado estado de degradação.



Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, junho de 2018.

Em relação às características arquitetônicas, observa-se que a edificação está implantada em um lote de meio de quadra e não apresenta recuos laterais ou frontal. A fachada apresenta seis aberturas com cercaduras ressaltadas em massa, adornadas com pinhões e flor de lis (FAGUNDES, 2013). As janelas são compostas por guarda-corpo em ferro fundido e bandeiras fixas com esquadrias em madeira, com detalhes em vitral no formato radial (ver figura 263). O acesso principal ao edifício é marcado por uma portada em madeira almofadada e bandeira fixa em gradil de ferro. O coroamento é constituído por uma platibanda reta ornamentada. Frisa-se que os óculos do porão alto encontram-se fechados com alvenaria. A tipologia do imóvel é morada inteira, apresentando circulação central que direciona o fluxo no interior do edifício, da entrada até o quintal. Sendo assim, os ambientes são voltados para essa circulação.

Figura 263– Vista da fachada principal da edificação de tipologia morada inteira.



Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, fevereiro de 2019.



O último bem desse trecho é um edifício implantado em um lote de esquina, configuração que possibilita o usufruto de dois planos da fachada e modifica a conformação da cobertura (REIS FILHO, 2000). A edificação é constituída por dois pavimentos (térreo e superior) e um sótão. No que diz respeito à tipologia, se enquadra como sobrado, com cobertura em duas águas, revestida com telhas cerâmicas dispostas sobre as peças em madeira (cumeeira, caibro e terças) que estruturam a cobertura (ver figura 264).

Figura 264– Vista da fachada do edifício com tipologia de sobrado.



Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, fevereiro de 2019.

A fachada é composta por doze envasaduras, divididas em três planos, sendo quatro aberturas para cada pavimento. O piso térreo, geralmente, era destinado às atividades comerciais, “quando não era utilizado para acomodar escravos”, enquanto o superior voltava-se para o uso residencial (REIS FILHO, 2000, p. 28). O sótão, último piso, apresenta aberturas na fachada principal voltada para a Praça Marechal Floriano Peixoto, assim como na fachada lateral, próximo às empenas do edifício. Na fachada frontal, é possível observar a inserção de platibanda no arremate da edificação.

- Edificações ecléticas construídas no início do século XX

O primeiro edifício que compõe o trecho em análise é o Palácio Marechal Floriano Peixoto – antigo Palácio do Governo, implantado em um lote de esquina, recuado nos limites laterais, jardins na porção lateral e cercado por um sistema de vedação em pilaretes e gradis de ferro. A construção, projetada pelo arquiteto italiano Luigi Lucarini foi finalizada em 1903 e apresenta, em sua fachada, elementos clássicos, predominando



a “tipologia de corpo alongado, marcado pelo ritmo de fenestração”, com alteração na parte central do edifício (Martins, 2009, p.30).

A fachada principal apresenta ritmo em sua configuração formal, geometria simples, composição tripartida (base, corpo e coroamento). A centralidade da edificação é valorizada com o acesso principal que ocorre por meio de uma escadaria que direciona ao vestíbulo e funciona como hall de distribuição, (ver figura 265).

Figura 265– Vista aérea do Palácio Marechal Floriano Peixoto.



Fonte: Andrews Moura, 2018.

A fachada apresenta catorze envasaduras, sendo três delas em arco pleno no pavimento térreo, que comunicam ao hall do edifício e direcionam o fluxo para os demais acessos aos espaços. As outras aberturas são janelas em vergas de arco pleno, com peitoril e esquadrias de madeira com vidro, e bandeira fixa. Duas delas estão posicionadas no lado direito do edifício e outras duas no lado esquerdo, reforçando a simetria da fachada (ver figura 266).

Figura 266– Vista da fachada do Palácio Marechal Floriano Peixoto.



Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, fevereiro de 2019.



O pavimento superior se diferencia por apresentar um terraço constituído por abóbada de estilo pompeano e pórticos jônicos, além de janelas rasgadas com gradis de ferro, o que atribui dinâmica à fachada do edifício (AMORIM, 2010, p. 58). A parte central do coroamento é marcada por um frontão quadrangular, cujo topo é coroado por uma alegoria do brasão de armas, sendo este um dos símbolos oficiais da República. Na extremidade do coroamento, seguindo a marcação das colunas jônicas do corpo da fachada do pavimento superior, existem alegorias que representam a Justiça, a Lavoura, o Comércio e a História, e que servem para definir o escalonamento da platibanda (Amorim, 2010), como se pode constatar nas figuras 267 e 268.

Figuras 267 e 268– Vista do edifício do Museu Pierre Chalita em ângulos distintos.



Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, fevereiro de 2019. Ver prancha completa no volume III-
peças gráficas.

O antigo Palacete de uso residencial do senhor Francisco de Assis – atual Fundação e Museu Pierre Chalita⁶⁰, está localizado em um lote de esquina, composto por dois pavimentos e um porão alto.

Apresenta um recuo em relação ao alinhamento da rua na fachada principal e um recuo lateral, ambos fechados por um gradil de ferro e um sistema de vedação em pilaretes. A data de construção do bloco principal e do anexo, assim como o responsável técnico pelo projeto, são desconhecidas.

A fachada frontal é marcada por uma escadaria central que interliga a área externa aos ambientes internos do edifício. A fachada apresenta cinco aberturas, sendo uma porta em verga reta localizada no centro do pavimento térreo, que demarca o

⁶⁰ A fundação Pierre Chalita assinou com o Governo de Alagoas, desde 1980, um regime de comodato para utilizar o bem.



acesso principal. As quatro aberturas restantes são janelas em verga reta, com esquadrias e bandeiras fixas em madeira e vidro. Essas janelas são dispostas de forma simétrica no prédio, duas em cada lado do imóvel. Acima das janelas, observa-se decorativismo em alto relevo. No corpo dessa fachada, verificam-se quatro molduras verticais em alto relevo, duas na parte central, marcando o acesso principal, e duas nas extremidades. As esculturas localizadas no topo do coroamento da platibanda acompanham esses elementos. O pavimento superior é formado por um terraço no trecho central e quatro janelas rasgadas com guarda-corpo balaustrado. Verifica-se que a composição do prédio evidencia elementos da arquitetura clássica, em relação aos ritmos das envasaduras e à presença de balaustrada no terraço e nas janelas rasgadas do pavimento superior.

O terceiro edifício, que originalmente abrigava uma agência bancária e atualmente serve como sede da Secretaria de Estado de Transporte e Desenvolvimento Urbano (SETRAND), é formado por dois pavimentos e está implantado em um lote de esquina, com recuo na parte posterior, fronteiro à Rua Melo Moraes. O edifício apresenta destaque no sentido horizontal. As fachadas exibem características da arquitetura clássica, com uma feição neoclássica, evidenciada pelo ritmo das aberturas e pela utilização de colunas dóricas que demarcam todo o plano da fachada do pavimento superior (ver figura 269).

Figura 269– Vista da fachada frontal da SETRAND.



Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, fevereiro de 2019.

A fachada principal é composta por doze aberturas no pavimento térreo, sendo uma porta e onze janelas, todas com verga reta. Diferentemente dos exemplos anteriores, a fachada frontal não apresenta um vão central. O piso superior é marcado



por janelas com vergas em arco pleno, seguindo o eixo de simetria das esquadrias do pavimento térreo. A fachada lateral mantém a mesma composição, com janelas e uma porta em verga reta. No entanto, em comparação com a fachada principal, ela se distingue por apresentar cinco aberturas e um acesso de serviço. No pavimento superior, observam-se cinco janelas rasgadas com vergas em arco pleno, acompanhadas de sacadas com gradil de ferro (ver figura 270).

Figura 270– Vista da fachada principal e secundária da SETRAND.



Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, fevereiro de 2019.

- Edificação neoconial construída no século XX

O exemplar arquitetônico em estilo neocolonial⁶¹, de antigo uso residencial, apresenta-se alinhado nos limites do terreno e apesar da descaracterização de seus elementos compositivos, ainda são visíveis na fachadas resquícios do estilo como as aberturas encimadas e colunas salomônicas no pavimento superior, (ver figura 271).

⁶¹ Segundo consta no relatório de pibic “O neocolonial: revisão conceitual- estilística e identificação de exemplares para a preservação arquitetônica em Maceió” (2012-2013) elaborado por Rafaela Cristina dos Santos Carvalho sob orientação da docente Dra. Josemary Omena Passos Ferrare os primeiros exemplares do estilo neocolonial surge em Maceió nas primeiras décadas do século XX. As construções pertenciam às famílias de maior poder aquisitivo e eram erguidas nas áreas nobres da cidade a exemplo da Praça Marechal Floriano Peixoto.



Figura 271– Vista da fachada da antiga residência em estilo neocolonial bastante descaracterizada.



Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, fevereiro de 2019.

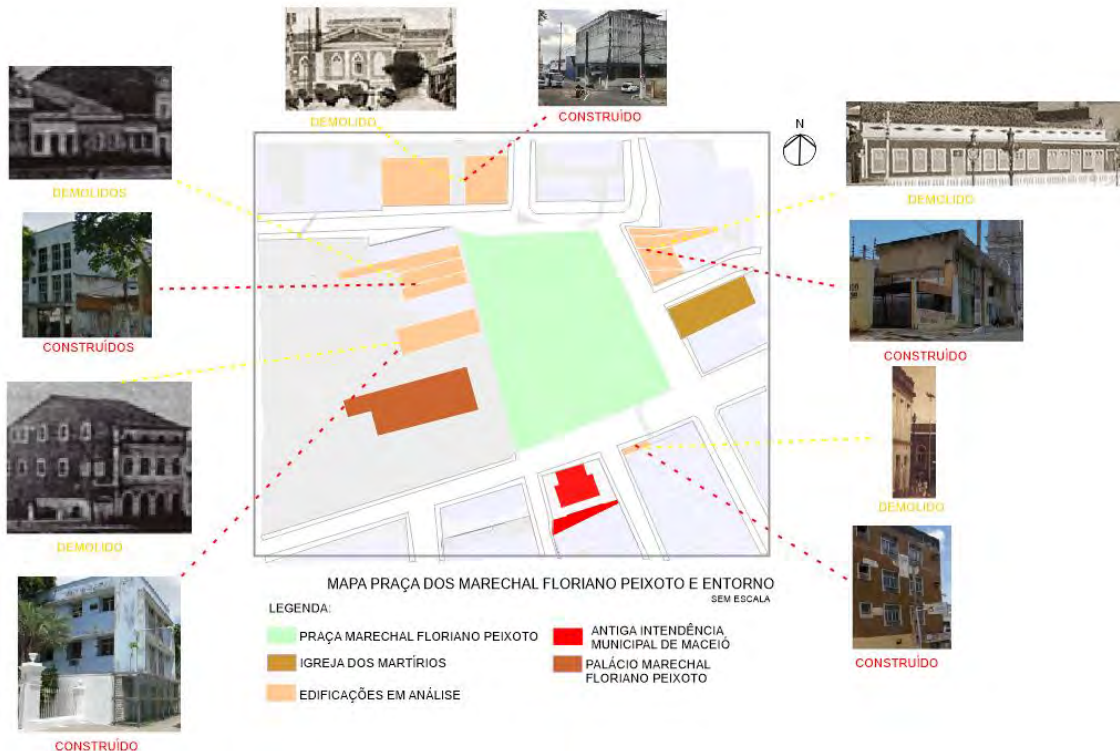
- Edificações com feições modernistas e construções contemporâneas erguidas, nas três últimas décadas do século XX⁶².

Ao longo dos anos, mudanças significativas ocorreram no entorno da praça, com a demolição de exemplares arquitetônicos ecléticos. No lugar dessas construções, foram erguidas edificações com feições modernistas e contemporâneas, como pode ser visto na figura 272.

⁶² Ressalta-se que, em decorrência da desvalorização do espaço, no século XXI não foi construída nenhuma edificação no entorno da Praça Marechal Floriano.



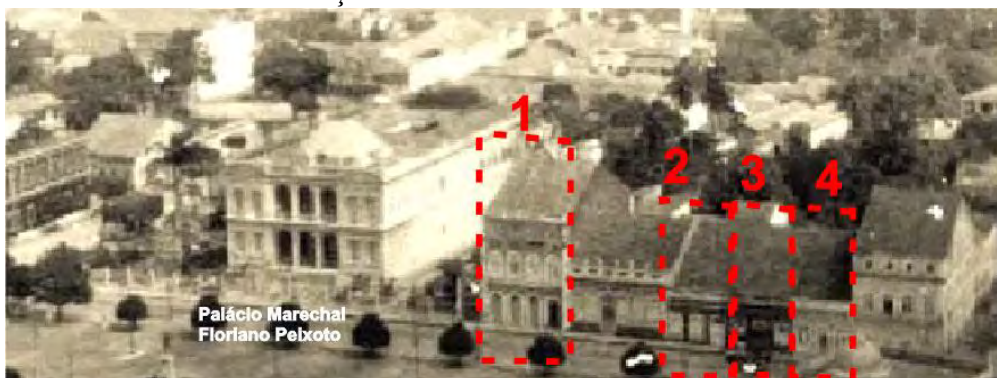
Figura 272– Mapa com edifícios que foram demolidos e construídos no entorno imediato da Praça Marechal Floriano Peixoto.



Fonte: Acervo de Karla Calheiros, junho de 2018. Ver prancha completa no volume III- peças gráficas.

Analisando o mapa, observa-se que a quadra do Palácio Marechal Floriano foi o trecho mais alterado com a demolição de quatro edificações, ver figuras 273 e 274.

Figura 273– Vista panorâmica com os imóveis próximos ao Palácio Marechal Floriano Peixoto. Em destaque, os quatro edifícios que foram demolidos do entorno imediato da Praça Marechal Floriano Peixoto.



Fonte: Acervo fotográfico do Museu da Imagem e do Som (MISA), 1920. Adaptado pela autora, 2019.



Figura 274– Perfil fotográfico com edifícios que integram a quadra do Palácio Marechal Floriano Peixoto. Em destaque, os bens que foram demolidos e reconstruídos no entorno imediato da Praça Marechal Floriano Peixoto.



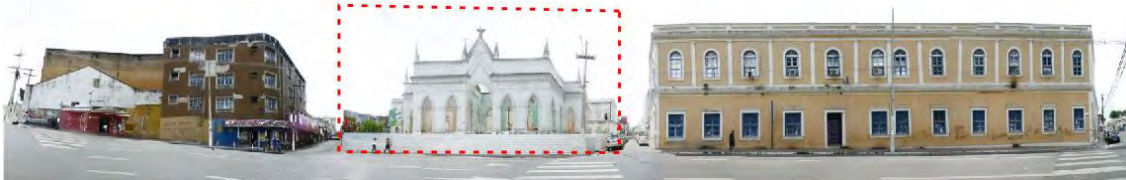
Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, 2019.

Diante do perfil exposto, observa-se que os dois imóveis 1 e 2, com três pavimentos, apresentam o mesmo gabarito de altura na volumetria (ver figura 290). O terceiro imóvel foi demolido e, atualmente, constitui um vazio urbano. O quarto imóvel da envoltória, apesar de estar no mesmo alinhamento dos demais edifícios da quadra, destoa em sua configuração compositiva no que se refere ao ritmo das aberturas e apresenta elementos residuais da arquitetura neocolonial. O espaço vazio, considerado uma lacuna no tecido urbano, e a alteração rítmica na composição do edifício provocam uma fratura no entorno imediato da Praça Marechal Floriano Peixoto, além de interferirem no equilíbrio da paisagem urbana. Essa situação também é evidenciada em outros trechos, como na quadra onde se localiza o objeto de estudo – o prédio da antiga Intendência e a Igreja dos Martírios.

A edificação contemporânea, construída no final do século XX, foi implantada em um lote de esquina com quatro pavimentos, próxima ao monumento da antiga Intendência. A partir da observação direta, constatou-se que o edifício não dialoga com os demais exemplares ecléticos que integram a quadra, especialmente no que se refere ao gabarito de altura, à cor e textura do volume, e ao ritmo das envasaduras das fachadas (ver figura 275). É importante destacar que o imóvel adjacente ao prédio contemporâneo apresenta alterações no plano da fachada lateral, com a supressão de aberturas, o que justifica a desarmonia da quadra em relação à composição plástica da volumetria e à relação de cheios e vazios (ver figura 276).



Figura 275– Perfil fotográfico das edificações integram a quadra do conjunto da antiga Intendência Municipal de Maceió, em destaque.



Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, 2019.

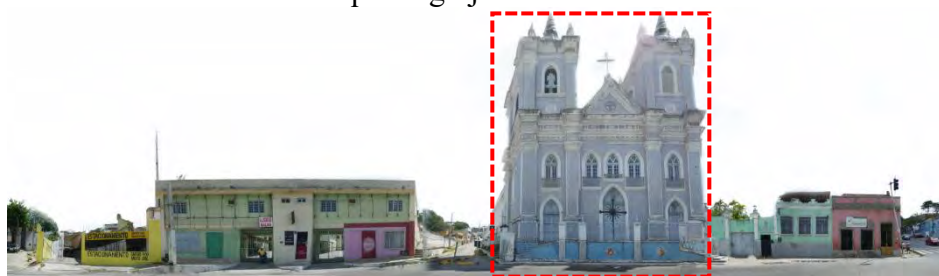
Figura 276– Vista dos edifícios que compõem o perfil da quadra, em análise. Em destaque as intervenções realizadas em um dos imóveis do trecho, fragmentando assim a harmonia desse conjunto.



Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, 2019.

Quanto à quadra da Igreja dos Martírios, percebe-se que a construção próxima ao templo religioso respeita a escala das demais edificações do trecho e não interfere no protagonismo da Igreja, que é a construção de maior destaque. Todavia, a lacuna existente no vazio urbano fragmenta a continuidade do conjunto (ver figura 277).

Figura 277– Perfil fotográfico do entorno da Praça Marechal Floriano Peixoto, em destaque a Igreja dos Martírios.



Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, 2019.



Sob essa óptica, verificou-se que um dos principais problemas evidenciados nas intervenções realizadas no conjunto arquitetônico do entorno imediato da Praça Marechal Floriano Peixoto é que as novas construções não consideram o valor atribuído à paisagem urbana. As intervenções nos edifícios são pontuais, e os bens do entorno não são interpretados como parte integrante do complexo de edificações que constitui a praça. Como consequência, esses novos edifícios acabam interferindo na composição das quadras, interrompendo a harmonia das edificações preexistentes em relação ao gabarito de altura e ao ritmo das aberturas, além de não contribuírem para valorizar o conjunto de edificações monumentais do entorno. Referente ao assunto, os autores Juliana Nery e Rodrigo Baeta (2016) mencionam Beatriz Kühl:

[...] As novas estratificações não devem ser buscadas a despeito daquilo que existe, não devem ser excludentes em relação a outras formas preexistentes. Todas têm o direito de se manifestar; mas o que ocorre é que, em se tratando de fato de preservação, nem todo tipo de expressão pode se dar ao mesmo tempo, no mesmo lugar; se o faz em detrimento daquilo que existe, não preserva escrupulosamente o que lá está (KÜHL apud NERY E BAETA; 2016, s/pg).

Desse modo, fica evidente que além das novas estratificações as lacunas no conjunto das quadras afetam diretamente na percepção visual e compositiva da praça, pois as edificações definem o limites espaciais, proporcionando a harmonia da massa edificada do conjunto, além de servir de referência para identificar o logradouro público no sítio urbano. Os vazios existentes acarretam de forma negativa no tecido urbano, interferem na centralidade da praça, sendo este um atributo importante que deve ser preservado.



Ao observar a Praça Marechal Floriano Peixoto durante os levantamentos in loco, foram selecionados exemplares arquitetônicos representativos do entorno imediato da praça, devido ao seu valor cultural, histórico e estético. O intuito é analisar a integridade física dos bens, uma vez que um dos atributos da área em estudo é a



preservação desse complexo de edificações que compõem o entorno imediato da praça. É nesta conjuntura que se insere o conjunto da antiga Intendência.

Os imóveis foram divididos em dois grupos: os monumentos históricos: Palácio Marechal Floriano Peixoto, Intendência Municipal, Museu Pierre Chalita, prédio onde funciona a SETRAND, Igreja dos Martírios e demais edificações que compõem o conjunto arquitetônico. Ressalta-se, ainda, que dois desses bens estão registrados no Livro do Tombo de monumentos isolados em nível estadual, a Igreja dos Martírios (1988) e o Palácio Marechal Floriano Peixoto (2009).

Foram estabelecidos parâmetros que subsidiaram a análise do estado de conservação dos bens. Como critério, selecionaram-se a quantidade e a gravidade dos danos nos imóveis, sendo essas as premissas para avaliar o estado de conservação.

1. Presença de vegetação
2. Alvenaria exposta à ação de intempéries
3. Descascamento da camada de tinta
4. Perda de ornamentos ou esquadrias da fachada
5. Presença de crosta negra, sujidade ou biofilme
6. Ausência de cobertura ou telhas
7. Inserção de condensadores de ar condicionado no peitoril das janelas.

Entre os monumentos históricos, o mais íntegro é o Palácio Marechal Floriano Peixoto. Sua fachada clássica, com colunas de ordem toscana, apresenta apenas acúmulo de crosta negra na platibanda, assim como os outros imóveis situados nas imediações da praça, em razão da emissão de poluentes provenientes do tráfego intenso de veículos na área urbana (ver figura 278).



Figura 278– Fachada principal do Palácio Marechal Floriano Peixoto.



Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, fevereiro de 2019. Ver prancha completa no volume III-peças gráficas.

No museu Pierre Chalita (ver figura 279), além da presença de crosta negra no coroamento e no guarda corpo do edifício e acúmulo de sujidades verificou-se a presença de biofilme na base dos pilaretes que compõem o sistema de vedação e pichações. Segundo o critério estabelecido o imóvel apresenta razoável estado de conservação.

Figura 279– Fachada do edifício do Museu Pierre Chalita.



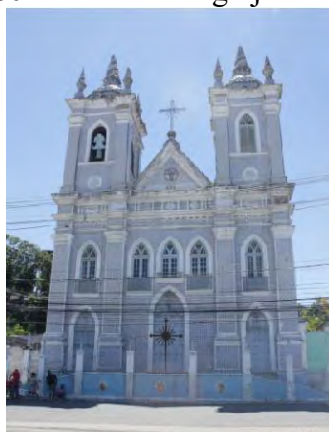
Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, fevereiro de 2019. Ver prancha completa no volume III-peças gráficas.

A Igreja dos Martírios (ver figura 280), com fachada eclética e traços neogóticos, apresenta os seguintes danos: descascamento da camada de tinta, presença



de vegetação no frontão, acúmulo de sujidades e perda de azulejos portugueses em determinados trechos do corpo do imóvel. Esses danos comprometem o estado de conservação da edificação. Os imóveis adjacentes à Igreja dos Martírios estão mais íntegros, apresentando apenas acúmulo de sujidades no corpo das edificações e manchas na camada de pintura (ver figuras 281 e 282). Vale ressaltar que houve alteração na composição da cobertura, com a substituição da telha cerâmica por telha de fibrocimento.

Figura 280– Fachada da Igreja dos Martírios.



Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, fevereiro de 2019. Ver prancha completa no volume III-peças gráficas.

Figuras 281 e 282– Fachada dos imóveis adjacentes à Igreja dos Martírios. Na edificação da figura 282, funcionava a antiga casa paroquial da Igreja.



Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, fevereiro de 2019. Ver prancha completa no volume III-peças gráficas.



Diferentemente dos imóveis mencionados, o prédio da SETRAND, de feição neoclássica, encontra-se em razoável estado de conservação. No entanto, o elemento que mais se destaca na fachada são os aparelhos de ar condicionado instalados nos peitoris das janelas do primeiro pavimento (ver figura 283). Considerados elementos espúrios, os condensadores interferem visualmente na composição e harmonia da fachada.

Figura 283– Fachada do prédio da SETRAND, em destaque os condensadores do ar condicionado no peitoril das janelas.



Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, junho de 2018. Ver prancha completa no volume III- peças gráficas.

O edifício eclético da antiga Intendência Municipal, objeto de estudo (ver mapa 19 - perfil 1), apresenta um estado de conservação preocupante devido à sua desocupação e aos atos diários de vandalismo a que é submetido. Entre os danos observados, destacam-se a ausência de telhas na cobertura, o furto das esquadrias e gradis de ferro, pichações, descascamento da camada de tinta, crosta negra e acúmulo de sujidades, entre outras lesões. Atualmente, o edifício encontra-se em péssimo estado de conservação, como pode ser visto na figura 284.

Figura 284– Fachada do edifício da antiga Intendência.

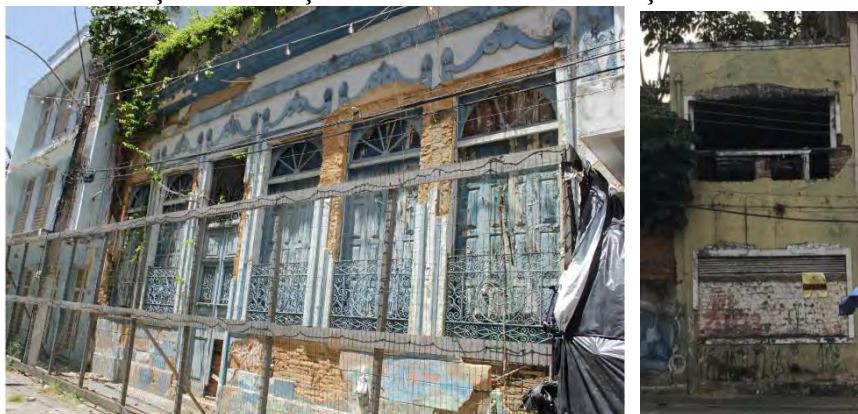


Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, junho de 2018. Ver prancha completa no volume III- peças gráficas.



Os bens arquitetônicos localizados no mesmo perfil do Palácio Marechal Floriano Peixoto são os que apresentam o estado de conservação mais preocupante, devido ao avançado processo de degradação. No primeiro imóvel, é visível, na fachada, a perda da argamassa de revestimento, com alvenaria exposta à ação das intempéries, presença de vegetação na cimalha, perda de ornamentos, como as modernaturas que cercam os vãos, descascamento da camada de tinta, ausência de cobertura, entre outros danos (ver figuras 285 e 286). A segunda edificação encontra-se ainda mais deteriorada, apresentando os mesmos problemas mencionados, além de pichação em diversos trechos da fachada, causada por atos de vandalismo (ver figura 285).

Figuras 285 e 286– Vista das fachadas da antiga residência do senhor José Teixeira Machado e da edificação com feições neocoloniais em avançado estado de degradação.



Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, junho de 2018. Ver prancha completa no volume III- peças gráficas.

A análise de conservação dos bens realizada demonstra a falta de manutenção das edificações no entorno imediato da praça, tanto de propriedade pública quanto privada. O abandono e o descuido desses bens resultam na deterioração de sua materialidade, o que, por sua vez, contribui para a desvalorização do patrimônio e do espaço urbano.

É importante destacar que, em setembro de 2019, a Prefeitura de Maceió notificou os imóveis abandonados, incluindo os bens mencionados anteriormente.



Ao examinar a envoltória da praça em estudo, verificou-se a falta de ordenação e padronização dos engenhos publicitários, a instalação de outdoors em empenas cegas de edifícios e a fixação de toldos nas fachadas dos imóveis voltados para o uso comercial e de serviços, principalmente nas proximidades da Igreja dos Martírios (ver figura 287). Na praça, foram observados anúncios publicitários em equipamentos urbanos, como os orelhões públicos e postes. Esses elementos de comunicação acabam ocasionando poluição visual na paisagem urbana e interferindo na percepção do conjunto arquitetônico de forma harmônica. A partir das imagens abaixo, sinaliza-se que cada inquilino/proprietário confecciona seu engenho publicitário sem nenhum critério preestabelecido.

Figura 287– Mapa com o levantamento dos engenhos publicitários inseridos nas edificações do conjunto da Praça Marechal Floriano Peixoto.



Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, fevereiro de 2019. Ver prancha completa no volume III-peças gráficas.

Na esfera municipal, esse assunto é regulamentado pela Lei 4.545/1996, contemplada no Plano Diretor de Maceió (2005), que designou parâmetros gerais para o patrimônio cultural edificado. Visto que o conjunto urbanístico da Praça Marechal Floriano Peixoto está inserido na Zona Especial de Preservação (ZEP-2) e no Setor de Preservação Rigorosa (SPR-1), os parâmetros instituídos no capítulo V, “Dos veículos



de divulgação nas zonas especiais de preservação”, contemplam o objeto de estudo. A respeito dos anúncios publicitários verificados em campo, os artigos 36, 37 e 40 da normativa em vigência determinam:

Art. 36° - O veículo de divulgação letreiro, caracterizado por identificar o estabelecimento ou a edificação, através de nomes, denominações, logotipos e emblemas, sem existir qualquer aspecto publicitário, promocional ou de propaganda, devendo estar contido ou próximo ao que identifica ou denomina, É permitido com as seguintes restrições: I - Somente ser permitido um letreiro por estabelecimento ou edificação, seguindo as especificações de:

- a) pintados diretamente sobre a parede; ou
- b) pintados sobre peça de madeira ou metal; ou
- c) fundidos em metal.

II - Os letreiros pintados diretamente sobre a parede não deverão interceptar elementos decorativos ou em cantaria da fachada, podendo ser aplicado no térreo ou no pavimento superior;

III - Não será permitido letreiro luminoso nos Setores de Preservação Rigorosa.

Art. 37° - Os letreiros poderão ser dispostos paralelos ou perpendicularmente às fachadas, obedecendo as seguintes disposições:

I - Paralelos às fachadas:

- a) deverão permitir uma altura livre mínima de 2,20m, medida do piso à face inferior do letreiro;
- b) terão dimensão máxima de 0,50m no sentido da altura;
- c) não deverão encobrir elementos construtivos que façam parte da morfologia original da fachada, tais como: colunas, grades, portas de madeira e vergas em cantaria.

II - Perpendiculares à fachada:

- a) deverão ser fixados na alvenaria desde que respeitem uma altura livre de 2,50m, medida do passeio à face inferior do anúncio;
- b) deverão ter dimensão máxima de 1,00m de largura por 0,50m de altura e espessura de 0,20m;
- c) deverá ser deixada uma distância livre mínima de 0,50m do meio-fio;
- d) outras formas de fixação de letreiros, serão submetidos à análise especial pelo órgão competente.

Art. 40° - O veículo de divulgação outdoor, caracterizado por possuir quadro próprio, onde são colocados informes publicitários formando anúncios e possuindo estrutura de sustentação própria, são proibidos nas Zonas Especiais de Preservação (ZEP), (Maceió, 1996, p.9 – grifo nosso).

Outro aspecto evidenciado no aporte normativo é a possibilidade de executar pintura com qualidade artística em muros ou fachadas cegas de edificações. Entretanto, o artigo 35° menciona algumas restrições:

I - Não prejudicar a numeração do imóvel e sinalização toponímica onde estiver pintado; II - Não utilizar tinta refletiva na execução; III - Ser executado por artista plástico autorizado; IV - Ser autorizado pelo ocupante do imóvel; V - Possuir dimensão mínima de 4,00 m²; VI - Não ter espaço, para anúncio do patrocinador superior a 10% da área total (Maceió, 1996, p.8).



Ainda sobre a legislação vigente, o artigo 31º ressalta que, se o proprietário do bem localizado em Zona Especial de Preservação (ZEP) infringir as determinações desta lei, estará sujeito a penalidades, entre elas:

- I - Embargo da obra licenciada em que não estiver sendo obedecida o projeto aprovado ou as normas desta Lei;
- II - Interdição do prédio, da instalação ou do funcionamento da atividade não compatível com os usos previstos para a Zona Especial de Preservação (ZEP) e que ponham em risco sua inteireza, após a expiração do prazo estabelecido no instrumento de notificação para que seja regularizada a atividade ou sua transferência para outro local;
- III - Demolição das obras realizadas sem o necessário licenciamento ou em desacordo com o projeto aprovado;
- IV - Retirada de veículo de divulgação instalado em local proibido ou, estando em local permitido, quando não precedido do necessário licenciamento pelo órgão competente;**
- V - Multa de 10% (dez por cento) a 50% (cinquenta por cento) do valor venal do imóvel, nunca inferior a 10% (dez por cento), (Maceió, 1996, p.7- grifo nosso).**

Diante do exposto, verifica-se que a legislação é muito abrangente e não especifica diretrizes de acordo com os tipos de anúncios (indicativo, publicitário ou especial)⁶³. Ademais, a normativa não determina medidas punitivas dirigidas, especialmente, para as irregularidades nos engenheiros publicitários. Ainda segundo Calheiros (2016), outro fator que agrava essa situação é o desconhecimento do arcabouço legal vigente por parte dos fiscais da Secretaria de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente (SEDET) e da Secretaria Municipal de Segurança Comunitária e Convívio Social (SEMSCS), em relação aos engenheiros publicitários em sítios históricos que englobam a Praça Marechal Floriano Peixoto e seu conjunto arquitetônico.

⁶³ O Manual Ilustrado de Aplicação da Lei Cidade Limpa, baseado na Lei nº 14.223, de 26 de Setembro de 2006, elaborado pela Prefeitura de São Paulo em 2014, define os tipos de anúncios: Anúncio indicativo: identifica o local das atividades ou do estabelecimento. Exemplo: placas de lojas. Anúncio publicitário: dirigido à veiculação de publicidade, inserido fora do local onde se exerce a atividade. Exemplos: propagandas em outdoors, mobiliário urbano ou relógios eletrônicos. Anúncio especial: tem finalidade cultural, educativa, informativa ou imobiliária. Exemplos: cartaz de venda/aluguel (São Paulo, 2014, p.11).



Com o intuito de estudar a caracterização morfológica das fachadas do entorno da Praça Marechal Floriano Peixoto e averiguar o modo como “a composição de cada fachada participa da composição do todo” (Kohlsdorf, 1996, p. 154), foi confeccionado um mapa esquemático apresentando os quatro conjuntos de fachadas que formam o entorno imediato da Praça: Perfil 1, Perfil 2, Perfil 3 e Perfil 4. Em seguida, foi realizada uma análise de cada perfil individualmente.

O perfil 1 predomina a horizontalidade, apesar de apresentar uma construção que se destaca devido a sua verticalidade individual, em relação aos demais edifícios, (ver figura 288).

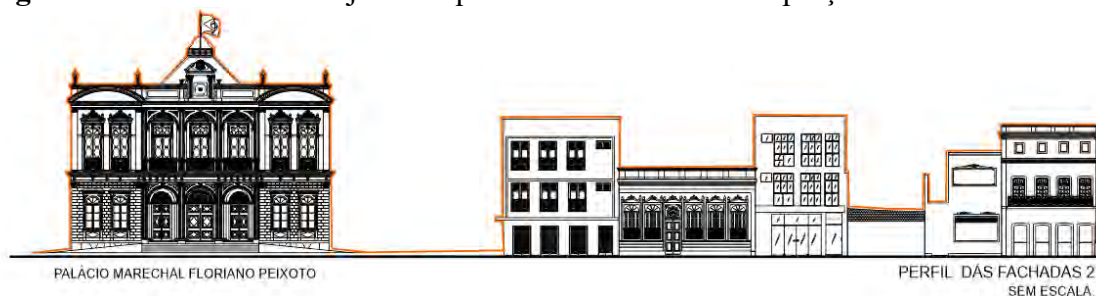
Figura 288– Perfil 1 do conjunto arquitetônico do entorno da praça Marechal Floriano. Em destaque o edifício da Intendência.



Fonte: Acervo de Karla Calheiros, fevereiro de 2019. Ver prancha completa no volume III- peças gráficas.

O Perfil 2 evidencia a diferença de dimensionamento entre a edificação do Palácio Floriano Peixoto e os imóveis do entorno. Em relação à composição do todo, nota-se um contraste em altura, (ver figura 289).

Figura 289– Perfil 2 do conjunto arquitetônico do entorno da praça Marechal Floriano.

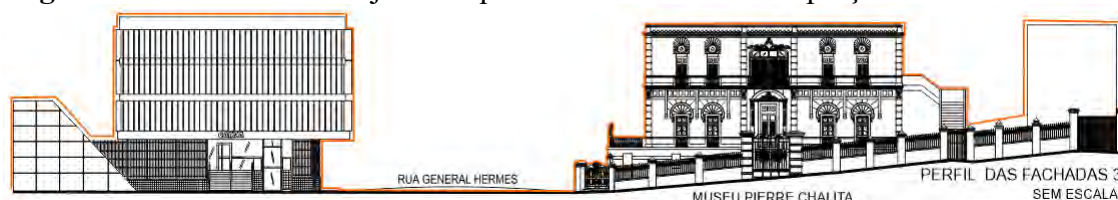


Fonte: Acervo de Karla Calheiros, fevereiro de 2019. Ver prancha completa no volume III- peças gráficas.



O Perfil 3 apresenta composição horizontal e os edifícios variam em proporção individual, (ver figura 290).

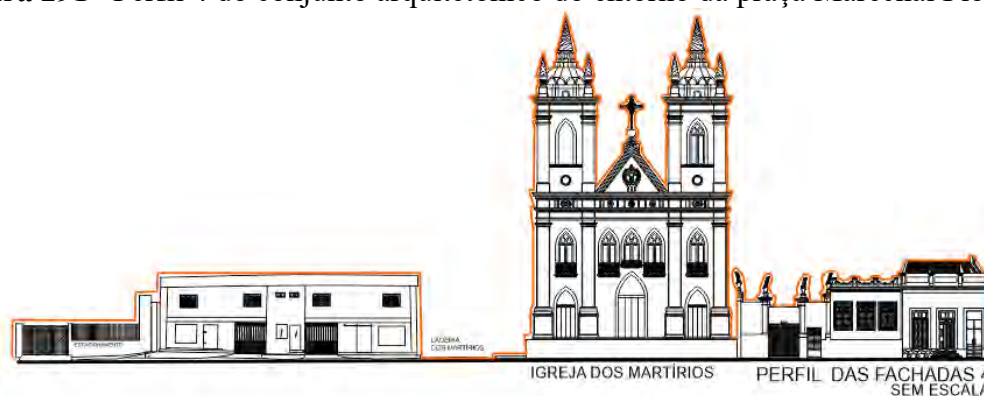
Figura 290– Perfil 3 do conjunto arquitetônico do entorno da praça Marechal Floriano.



Fonte: Acervo de Karla Calheiros, fevereiro de 2019. Ver prancha completa no volume III- peças gráficas.

O Perfil 4 é constituído pela Igreja dos Martírios que se diferencia dos edifícios vizinhos devido à verticalidade e pela altura superior aos demais imóveis, (ver figura 291).

Figura 291– Perfil 4 do conjunto arquitetônico do entorno da praça Marechal Floriano.



Fonte: Acervo de Karla Calheiros, fevereiro de 2019. Ver prancha completa no volume III- peças gráficas.

Por fim, verificou-se que, diante das alterações nas fachadas das edificações, perdeu-se a predominância das platibandas no conjunto dos perfis de quadra. Ainda assim, é possível identificar, em cada perfil, uma edificação que se sobressai no coroamento: no Perfil 1, o Palácio Marechal Floriano Peixoto; no Perfil 2, o antigo Museu Pierre Chalita; no Perfil 3, a Igreja dos Martírios; e no Perfil 4, a antiga Intendência Municipal de Maceió — todos construídos no início do século XX.



O termo mobiliário urbano, de acordo com a normativa nº 10.098/2008, corresponde ao “conjunto de objetos presentes nas vias e nos espaços públicos, superpostos ou adicionados aos elementos de urbanização ou de edificação” (Brasil, 2000, s/pág.). Enquadram-se nesse item: monumentos de pequeno porte, postes, lixeiras, quiosques, abrigos de ônibus, telefones públicos, bancos, hidrantes e placas de sinalização de trânsito, entre outros.

Em seu livro, Kohlsdorf (1996, p. 160) aborda o item mobiliário urbano como uma categoria dos elementos complementares da área urbana, ou seja, esses elementos são considerados “os principais responsáveis pela imagem dos lugares”. Nesse viés, observa-se que a diversidade de mobiliário no espaço urbano influencia a relação das pessoas com o lugar, proporcionando locais agradáveis ou desagradáveis. Esse mobiliário está atrelado aos elementos do entorno e, ao ser pensado e construído para fins específicos, interfere na percepção espacial do indivíduo, no vínculo de permanência dos usuários e na estética do espaço urbano.

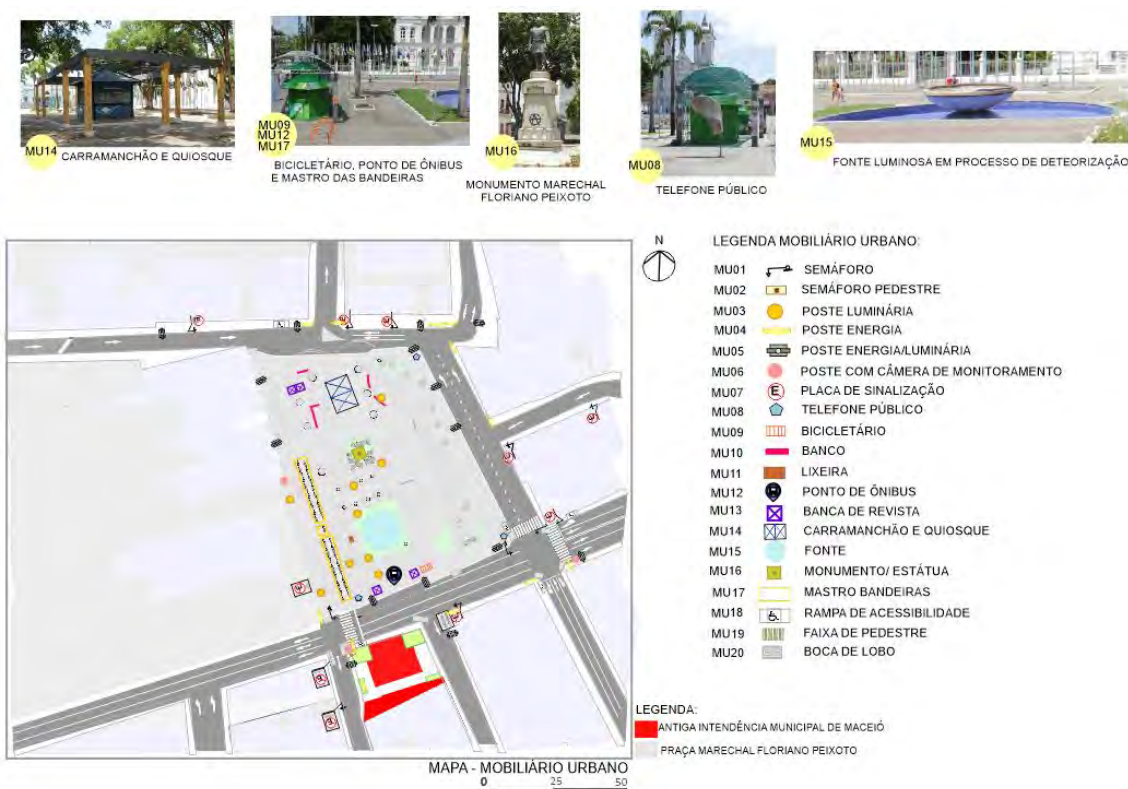
Com o objetivo de compreender o modo como o mobiliário urbano interfere na Praça Marechal Floriano Peixoto e na paisagem urbana, foram realizadas visitas de campo para identificá-los e, em seguida, refletir sobre alguns pontos (ver figura 292):

1. O monumento do Marechal Floriano Peixoto implantado na praça em 1908 permanece na porção central da praça, no entanto em péssimo estado de conservação. A estátua apresenta biofilme na base da estrutura e pichações;
2. A fonte luminosa e sonora inserida em meados de 1960 encontra-se quebrada, sem uso e em péssimo estado de conservação;
3. O ponto de ônibus, instalado em frente à edificação da antiga Intendência Municipal, é considerado uma barreira visual, assim como os mastros com as bandeiras na frente do Palácio Marechal Floriano Peixoto;
4. Carência de mobiliários como: lixeiras e bancos para os usuários;
5. O telefone público, com design de concha do mar, possivelmente, remete à forte ligação da cidade com o mar, no entanto, destoa dos demais elementos presentes na praça;



6. O quiosque (desativado), localizado próximo à estátua do Marechal Floriano Peixoto, compromete na visibilidade do monumento;
7. Carência na acessibilidade do local, rampas mal instaladas;
8. Falta de sinalização para indicar e informar sobre a história das edificações;
9. Postejamento e fiações elétricas causando interferência na percepção do conjunto arquitetônico da praça;
10. Não existe padronização do mobiliário urbano existente;
11. Ponto positivo: instalação de iluminação ornamental para enaltecer o edifício do Palácio Marechal Floriano Peixoto no período noturno.

Figura 292– Mapa levantamento do mobiliário urbano da Praça Marechal Floriano Peixoto.



Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, fevereiro de 2019. Ver prancha completa no volume III-peças gráficas.

Posto isso, ressalta-se que o mobiliário urbano presente na Praça Marechal Floriano Peixoto influencia a permanência dos usuários naquele espaço urbano. A instalação desses equipamentos pode contribuir para tornar o local agradável ou



desagradável, interferindo assim no convívio social no ambiente urbano. Além disso, os autores John e Reis (2010) ressaltam que o mobiliário urbano é capaz de alterar a forma como os usuários apreendem determinados locais. No entanto, em virtude da falta de padronização e inadequação dos equipamentos da Praça Marechal Floriano Peixoto, o espaço acaba perdendo sua característica de local de permanência e convívio social.



Quanto ao piso da Praça Marechal Floriano Peixoto, inserido na última intervenção realizada na praça no ano 2000, notou-se que a paginação apresenta um traçado geométrico composto por piso intertravado em variadas cores: cinza claro e escuro, vermelho. Atualmente, o piso encontra-se em péssimo estado de conservação, devido à depredação e à falta de manutenção. Esta situação é visível em alguns trechos próximos ao monumento do Marechal Floriano Peixoto, onde é possível enxergar a terra batida sem pavimentação (ver figuras 392 e 393), evidenciando a ausência de ações por parte da gestão pública para a conservação da praça.

Figura 293– Trechos da praça Marechal Floriano Peixoto sem o piso intertravado. Ainda é possível observar perda do piso próximo ao monumento, na porção lateral direita da fotografia.



Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, 2019.



Para o estudo das vivências do conjunto urbano da Praça Marechal Floriano Peixoto, foram analisadas as atividades desenvolvidas pelas pessoas naquele espaço. A análise foi realizada durante as visitas *in loco*, em diferentes períodos do ano. A partir das observações, identificaram-se três tipos de atividades na área em estudo: permanentes/fixas, usuais e temporárias. Essas atividades foram inseridas no mapa a fim de registrar, graficamente, os locais de ocorrência, tanto na praça quanto no entorno (ver figura 294).

No período matutino, das 8h às 12h, de segunda a sexta-feira, o espaço urbano da praça e o entorno são caracterizados pela necessidade de deslocamento das pessoas aos seus locais de trabalho, como estabelecimentos comerciais/serviços, agências bancárias ou repartições públicas. Ainda no início da manhã, instalam-se na praça atividades permanentes, como o carro de lanches e de caldo de cana, e o passaporte do Dadau. No meio da manhã, por volta das 10 horas, observa-se maior fluxo de pessoas, devido ao início do funcionamento da agência bancária localizada no entorno imediato da praça.

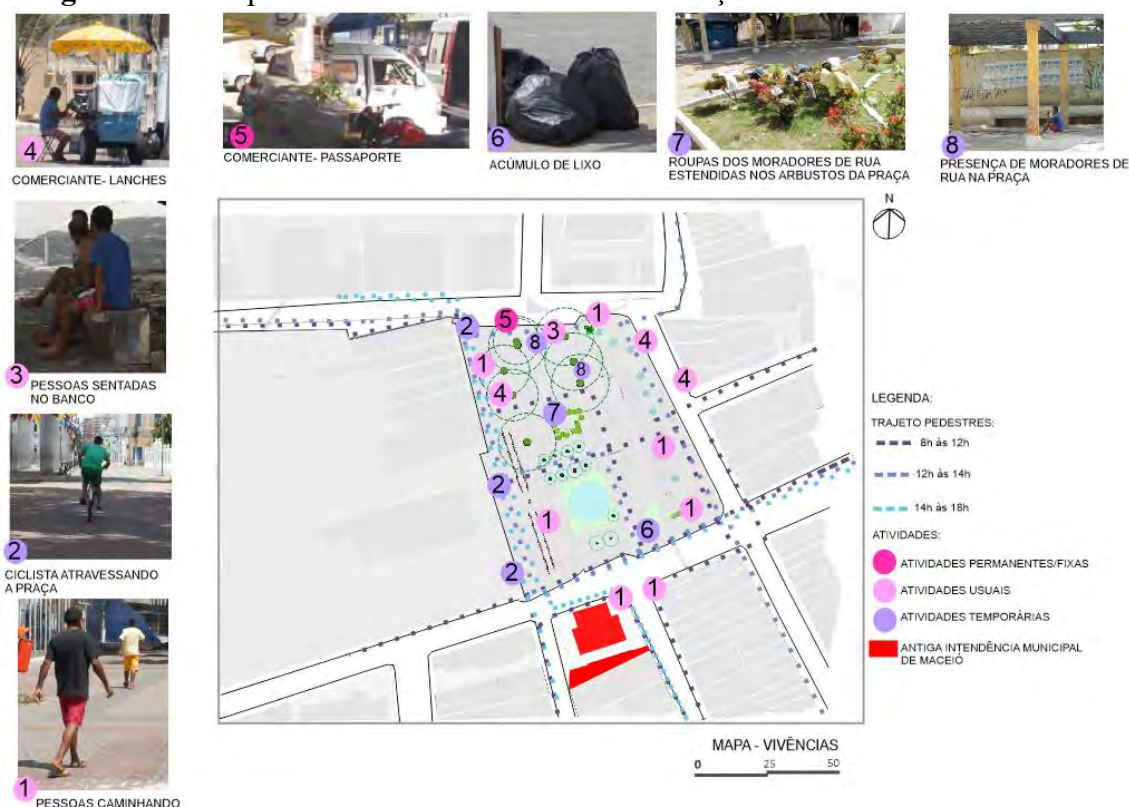
No início do turno vespertino, das 12h às 14h, as atividades usuais são identificadas em horários e locais diversos. Nesse aspecto, se enquadram os vendedores ambulantes de amendoim e broas, que percorrem a praça anunciando os produtos ou se instalam em locais improvisados para a comercialização. Outra atividade observada foi a busca dos transeuntes por um local de permanência para fugir da exposição solar, como a sombra das árvores de grande porte, localizadas na porção noroeste da praça. A partir das 14 horas, após o encerramento das atividades dos órgãos públicos, inicia-se o esvaziamento do espaço público, com muitos indivíduos se deslocando para os pontos de ônibus próximos ao entorno da praça, no retorno aos seus domicílios. Por volta das 16 horas, quando o sol está mais ameno, alguns indivíduos se apropriam do espaço, sentando nas escadarias da praça para apreciar a paisagem ou observar a movimentação. Esta atividade é caracterizada como usual.

Aos domingos, verificaram-se atividades temporárias, de curta duração, como pessoas atravessando a praça de bicicleta, turistas fotografando as edificações históricas, crianças brincando e a presença de moradores de rua.



Com base nos horários estabelecidos anteriormente, também foi registrado o percurso dos pedestres na Praça Marechal Floriano Peixoto e no entorno imediato. Diante dos dados levantados, nota-se que o maior fluxo de pessoas corresponde ao trecho em frente ao Palácio Marechal Floriano Peixoto e nas proximidades do imóvel da antiga Intendência, como pode ser visto na figura 310. O intenso fluxo de pedestres nesses locais está relacionado ao deslocamento para as demais localidades contíguas à Praça Marechal Floriano Peixoto, caracterizadas pelo uso comercial e de serviço, como o Mercado da Produção, na porção noroeste, e as atividades comerciais de atacado e varejo na orientação sudeste, próximo à edificação da antiga Intendência.

Figura 294– Mapa levantamento de vivências da Praça Marechal Floriano Peixoto.



Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, fevereiro de 2019. Ver prancha completa no volume III-peças gráficas.

Ao analisar a Praça Marechal Floriano Peixoto, verificou-se que o local ainda sedia alguns eventos culturais, apesar da transferência de importantes manifestações culturais para outras localidades da cidade, como a Orla Marítima. Um desses eventos é



o cortejo Xangô Rezado Alto, realizado pela Fundação Municipal de Ação Cultural (FMAC), que percorre as ruas do bairro do Centro e tem como destino final a praça (ver figuras 295). Em dezembro de 2018, a praça sediou o projeto “Te vejo em todos os cantos” da cantora Marília Mendonça. Em ambos os casos, é visível a permanência dos usuários na escadaria localizada em frente à Igreja dos Martírios (ver figuras 296 e 297).

Figura 295– Mapa com percurso do cortejo Rezado Alto e em destaque os locais de permanência dos usuários durante as manifestações culturais na Praça Marechal Floriano Peixoto.



Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, fevereiro de 2019. Ver prancha completa no volume III-peças gráficas.



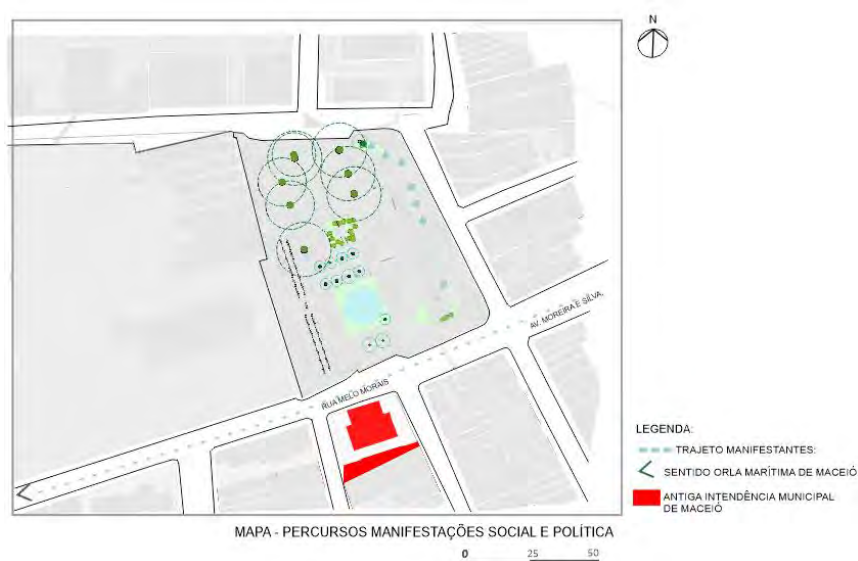
Figuras 296 e 297 – Cortejo Xangô Rezado Alto- que celebra Quebra de Xangô em 1 de fevereiro de 2019 e o show da cantora Marília Mendonça, em dezembro de 2018, ambos na Praça Marechal Floriano Peixoto. Observam-se os indivíduos sentados na escadaria localizada em frente à Igreja dos Martírios, durante as apresentações culturais.



Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, 2019 e 2018.

Quanto ao caráter político, o entorno imediato da praça ainda concentra as manifestações de cunho social e político. Ao analisar o trajeto das manifestações, observa-se que os manifestantes percorrem as vias Avenida Moreira e Silva e Rua Melo Morais – em frente ao edifício da Intendência – e seguem rumo à Orla Marítima de Maceió, parte baixa da cidade (ver figura 298).

Figura 298– Mapa com percurso das manifestações de cunho social e político.



Fonte: Acervo de Karla Calheiros, fevereiro de 2019. Ver prancha completa no volume III- peças gráficas.



A exemplo das recentes manifestações que ocorreram nas adjacências da Praça Marechal Floriano Peixoto, pode-se mencionar a reivindicação contra o aumento da passagem em 2013 (ver figura 299) e a manifestação contra a condenação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2018 (ver figura 300).

Figura 299- Manifestantes na Rua Melo Moraes, em frente ao edifício da antiga Intendência Municipal de Maceió, 2013.



Fonte: Acervo fotográfico de Jonathan Lins, 2013.

<http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2013/06/protostos-nao-substituem-o-voto-afirma-cientista-politico-em-maceio.html>.

Figura 300- Manifestação contra a condenação do ex-presidente Lula na Rua Melo Moraes, em Maceió, 2018.



Fonte: Acervo fotográfico de Sandro Lima, 2018.

<https://tribunahoje.com/noticias/politica/2018/01/24/milhares-vao-as-ruas-em-defesa-de-lula-em-maceio/>.



e entorno.

A partir das análises realizadas, constatou-se uma síntese dos aspectos positivos e negativos da área em estudo. Seguem os itens abordados:

- Positivos

1. Incentivos da gestão pública municipal, conforme a normativa do Plano diretor (2005), à implantação de atividades e equipamentos culturais, inclusive os que tenham funcionamento noturno; incentivo ao uso residencial e à recuperação do espaço público;
2. Bens isolados sob proteção em nível estadual (tombamento): Igreja dos Martírios, Palácio Marechal Floriano Peixoto e Praça Marechal Floriano Peixoto;
3. Tombamento em nível estadual do conjunto arquitetônico que compõe a Praça Marechal Floriano Peixoto;
4. Permanência da estátua do Marechal Floriano Peixoto na porção central da Praça;
5. Permanência dos usuários na Praça Marechal Floriano Peixoto no período diurno, nos dias de semana;
6. Permanência da escadaria da praça, localizada em frente à Igreja dos Martírios, contribuindo para a contemplação e convívio social entre os usuários;
7. Permanência das árvores de grande porte remanescentes da primeira intervenção realizada na praça pelo pintor Rosalvo Ribeiro em 1905;
8. Continuidade das manifestações culturais na praça;
9. Sinalização das vias do entorno imediato da praça para veículos motorizados, com colocação de semáforo, faixas de pedestre e placas de sinalização;
10. Ponto de convergência de várias localidades da cidade, como os bairros do Prado, Trapiche e Vergel;



e entorno.

- Negativos

1. Descumprimento, pelos proprietários/inquilinos e população das normativas vigentes ao descaracterizarem as edificações e monumentos;
2. Falta de fiscalização dos bens culturais pelos órgãos públicos de nível estadual e municipal;
3. Acúmulo de resíduos nos bueiros o que acarreta problemas no escoamento superficial das águas pluviais;
4. Pouca diversidade de espécies vegetais na área em estudo;
5. Falta de vegetação mais adequada à composição paisagística da praça;
6. Falta de manutenção da vegetação e degradação da pavimentação da Praça Marechal Floriano Peixoto;
7. Imóveis abandonados sem utilização, inclusive os que pertencem ao Estado e Município;
8. Calçadas sem padronização quanto à largura e à altura, interferindo no deslocamento dos pedestres;
9. Atos de vandalismo nos edifícios e monumento que compõem a praça;
10. Falta de infraestrutura para adaptar os comerciantes que exercem atividade informal na praça;
11. Mobiliários urbanos em péssimo estado de conservação;
12. Postejamento e ponto de ônibus obstruindo a visão do prédio da antiga Intendência Municipal e da praça;
13. Ausência de padronização do mobiliário urbano, afetando a relação e percepção do usuário em relação ao espaço urbano;
14. Inexistência de placas informativas sobre o histórico das edificações históricas e da praça.

Em seguida, criou-se uma tabela com as forças, fraquezas e tendências do entorno e da Praça Marechal Floriano Peixoto, as informações foram inseridas na tabela a seguir:

3.3 Síntese do diagnóstico urbanístico da Praça Marechal Floriano Peixoto



e entorno.

Tabela 2- Tabela forças, fraquezas e tendências.

| ITENS | FORÇAS | FRAQUEZAS | TENDÊNCIAS |
|-------------------|--|---|---|
| LEGISLAÇÃO | 1- Criação das Zonas Especiais de Preservação (ZEPs) e determinação de parâmetros específicos para a ZEP-2, bairro do Centro de Maceió, instituída no Plano Diretor em 2005. | 1- Descumprimento das normativas vigentes pelos proprietários/inquilinos e população ao descaracterizar as edificações e monumentos. | 1- Descumprimento das leis vigentes pela população e pela gestão pública. |
| | 2- Isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) aos proprietários que promoverem a conservação, reparação do imóvel localizado no Setor de Preservação Rigorosa. (Lei nº 4.545/1996) | 2- Descumprimento da isenção de IPTU aos proprietários que tiveram os imóveis restaurados (Lei nº4.545/1996). 3- Ausência de diretrizes mais restritivas voltadas aos engenhos publicitários em conformidade com a Lei nº4.545/1996 | 2- Alteração no gabarito de altura da legislação com a atualização do Plano Diretor. |
| | 3- Tombamento a nível estadual da Praça Marechal Floriano Peixoto e dos edifícios da Igreja dos Martírios (1988) e Palácio Marechal Floriano Peixoto(2009). | 4- Falta de fiscalização dos bens culturais pelos órgãos públicos a nível estadual e municipal. | 3- Demolição e descaracterização de edificações localizada nas ZEPs e UEPs |
| | 4- Restrições contra qualquer intervenção no patrimônio tombado a nível estadual: Art. 21 - Os bens tombados não poderão, em caso nenhum ser destruídos, demolidos ou mutilados, nem, sem prévia autorização especial da Secretaria de Cultura, reparados, pintados ou restaurados, sob pena de multa correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor do dano causado (Lei nº4.741, 1985). | 5- A possibilidade de destombar um bem cultural em âmbito estadual. "Art. 17. O destombamento de bens, a efetivar-se mediante cancelamento da respectiva inscrição, dependerá, em qualquer caso, de parecer do Conselho Estadual de Cultura, subscrito pela maioria absoluta de seus membros, e de expressa autorização do Poder Executivo. Art. 18. O destombamento de cidades, vilas e povoados fica sujeito a autorização de lei estadual" (Lei nº4.741, 1985). | 4- Possível criação de uma normativa municipal dirigida ao tombamento do patrimônio edificado no Plano Diretor. |
| | 5- Proteção a nível municipal: o entorno e a Praça Marechal Floriano Peixoto encontra-se no Setor de Preservação Rigorosa (SPR-1). A SPR-1 está sujeito a um rígido controle a fim de impedir intervenções que interfiram no edifício ou na ambiência. (Plano Diretor de Maceió, 2005). | 6- Em âmbito estadual: ausência de parâmetros mais específicos direcionado ao bem tombado, como mudanças no gabarito de altura, diretrizes para a inserção de engenhos publicitários e para as possíveis intervenções no imóvel. | 5- Acrescentar novos parâmetros urbanísticos devido a atualização do Plano Diretor. |
| | 6- Normas referente ao parcelamento e uso do solo baseado no nas ZEPs e nos setores de preservação (Código de Urbanismo e Edificações, 2007). | 7- Demolição e descaracterização de imóveis inseridos nas ZEP-2. | |
| | 7- Criação das Unidades Especiais de Preservação Cultural (UEPs), imóveis ou espaços urbanos significativos para a cultura da cidade, tal lista atualmente consta com 55 bens públicos e/ou privados (Plano Diretor, 2005). | | |

3.3 Síntese do diagnóstico urbanístico da Praça Marechal Floriano Peixoto



e entorno.

| ITENS | FORÇAS | FRAQUEZAS | TENDÊNCIAS |
|------------------------------|--|--|---|
| TOPOGRAFIA E DRENAGEM | 1- Permanência da configuração topográfica da Praça Marechal Floriano Peixoto em dois níveis superior (próximo a Igreja dos Martírios) e inferior (conjunto da antiga Intendência e Palácio Marecha Floriano Peixoto). | 1- Bocas de lobo em péssimo estado de conservação | 1- Alagamentos na localidade no período de chuvas intensas. |
| | 2- A área em estudo está localizada próximo ao receptor da drenagem natural de águas pluviais: Lagoa Mundaú o que auxilia no escoamento das águas. | 2- Acúmulo de resíduos nos bueiros o que compromete o escoamento das águas pluviais | |
| | 2- Investimentos do poder público municipal na elaboração de projetos de drenagem das águas pluviais | 3- Falta de manutenção das bocas de lobo | 2- Limpeza e manutenção das bocas de lobo. |
| COBERTURA VEGETAL | 1- Vegetação de grande porte remanescente do primeiro projeto realizado para a praça no início do século XX por Rosalvo Ribeiro | 1- Pouca diversidade de espécies vegetativas 2- Falta de manutenção da vegetação | 1- Inserção de maior diversidade de vegetação |
| | 2- A vegetação da praça, do Palácio do Governo e dos jardins da Intendência Municipal contribuem para valorar paisagisticamente o espaço urbano. | 3- Transeuntes caminhando nos canteiros da praça próximo as árvores de grande porte | 2- Perda da vegetação devido a falta de manutenção |
| USO E OCUPAÇÃO | 1- Edificações institucionais destinadas para o setor cultural, por exemplo: Museu Floriano Peixoto, Museu Pierre Chalista. | 1- Pouca diversidade de usos. | 1- Aumento no número de vazios urbanos devido a sucessivas demolições de construções. |
| | | 2- Uso residencial quase inexistente. | 2- Ausência de uso residencial. |
| | | 3- Imóveis sem uso no entorno imediato da Praça Marechal Floriano Peixoto. que pertencem ao poder público (estadual e municipal) | 3- Aumento de uso comercial e de serviços |
| CHEIOS E VAZIOS | 1- As edificações são implantadas na testada do lote e estão conjugados na porção lateral apresentando densidade e um grau leve de contiguidade no entorno da Praça Marechal Floriano Peixoto. | 1- Utilização dos vazios urbanos para estacionamento privativo | 1- Expansão dos edifícios localizados próximo ao Palácio para os fundos, resultando no desaparecimento da vegetação e gerando um adensamento no local. |
| | 2- Implantação de volumes arbóreos nos recuos laterais das construções erguidas no século XX contribuindo para o deslocamento dos usuários no espaço. | | 2- Demolição de novas edificações ocasionando novos vazios urbanos. |
| GABARITO DE ALTURA | 1- O entorno imediato da Praça Marechal Floriano Peixoto predominam edificações de até três pavimentos fato que não altera a ambiência do local. | 1- O gabarito do prédio da Secretaria da Fazenda é superior ao estabelecido pelo arcabouço legal do Código de Edificações de Maceió, 200. Por ser construído antes da legislação não existe nenhum impedimento jurídico que possa intervir nessa situação, no entanto ele interfere visualmente na paisagem do entorno da Praça Marechal Floriano Peixoto. | 1- Alterar o gabarito de altura interferindo na configuração tipológica do conjunto arquitetônico da praça Marechal Floriano Peixoto e na densidade construída da área. |
| | 2- Restrição do gabarito de altura pelo motivo da praça Marechal Floriano Peixoto estar inserida no Setor de Preservação Rígida e que tem como uma das premissas a preservação enquanto paisagem. | | 2- Comprometimento da paisagem e interferência no microclima da área. |

3.3 Síntese do diagnóstico urbanístico da Praça Marechal Floriano Peixoto



e entorno.

| ITENS | FORÇAS | FRAQUEZAS | TENDÊNCIAS |
|--|--|---|--|
| SISTEMA VIÁRIO | 1- Criação da via peatonal (Rua Boa Vista) integrada à Praça Marechal Floriano Peixoto. | 1- Pouco estacionamento em área pública. O estacionamento público que existe está localizado em frente a edificação histórica da Igreja dos Martírios. | 1- Aumento no fluxo de veículos e do trânsito na área. |
| | 2- Mobilidade urbana. A área em estudo é um ponto de convergência com vários lugares da cidade, conta com um grande número de rotas de ônibus e de transeuntes. | 2- Barreiras arquitetônicas, a exemplo do poste locado na calçada da fachada principal o que compromete o deslocamento dos transeuntes de mobilidade reduzida a circular próximo ao conjunto da antiga Intendência. | 2- Demolição das edificações existentes para criação de estacionamentos privados. 3- Realização de estudos para futuros projetos para adequar o entorno aos parâmetros da acessibilidade |
| | 4- Por estar localizado em um bairro central da cidade recebe investimentos na infraestrutura das vias por parte da gestão pública municipal | 3- Ausência de rampas ou falta de padronização das rampas no entorno imediato da praça | 4- Redesenho das rampas conforme a normativa vigente NBR-9050. |
| | | 4- A baia criada para a inserção do ponto de táxi e do ponto de ônibus alterou o desenho da Praça Marechal Floriano Peixoto. | 3- Remoção dos estacionamentos em frente aos edifícios históricos, a exemplo da Igreja dos Martírios. |
| | 5- Vias com dimensionamento adequado para possíveis melhorias em sua estrutura | 4- Ausência de regularização e nivelamento nas camadas de pavimentação asfáltica em frente ao conjunto da antiga Intendência. | 4- Recapiamento, regularização e nivelamento das camadas de asfalto que reveste a via em frente ao conjunto da antiga Intendência e nas demais ruas que apresentem péssimo estado de conservação |
| 5- Tráfego de veículos de grande porte na rua em frente ao conjunto da antiga Intendência. | | 5- Criação de piso compartilhado no plano superior em frente a Igreja dos Martírios | |
| IMÓVEIS DO ENTORNO | 1- Preservação de exemplares arquitetônicos da Igreja dos Martírios, Palácio Marechal Floriano Peixoto e Museu Pierre Chalita que compõem o conjunto da Praça Marechal Floriano Peixoto. | 1- Edificações sem uso. | 1- Inserção de novos usos aos imóveis históricos. |
| ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS BENS | 1- Algumas fachadas apresentam bom e razoável estado de conservação, a exemplo, o Palácio Marechal Floriano Peixoto . | 1- Vandalismo e depredações dos edifícios e monumentos, como o imóvel da antiga Intendência Municipal e a estátua do Marechal Floriano Peixoto | 1- Deteriorização o dos edifícios e monumentos |
| | | 2- Presença de danos que comprometem a integridade física do bem: vegetação, biofilme, crosta negra, alvenaria exposta a ação de intempéries, etc. | 2- Comprometimento da fachada e descaracterização do conjunto arquitetônico que compõe a praça Marechal Floriano Peixoto. |
| | | 3- Falta de incentivos da gestão pública para conscientizar os proprietários/inquilinos sobre a importância de realizar serviços de manutenção nos edifícios | 3- Realização de estudos para futuros projetos de restauro |

3.3 Síntese do diagnóstico urbanístico da Praça Marechal Floriano Peixoto



e entorno.

| | | | |
|-------------------------------|--|--|---|
| ENGENHOS PUBLICITÁRIOS | 1- Legislação 4.545/1996 contemplada no Plano de Diretor de Maceió (2005) que designou parâmetros gerais para o patrimônio cultural edificado de Maceió, com diretrizes estabelecidas para os veículos de divulgação nas Zonas Especiais de Preservação (ZEPs) | 1- Falta de ordenamento e padronização dos engenhos publicitários | 1- Instalação de novos anúncios publicitários na praça |
| | | 2- Comunicação visual interferindo na visibilidade das edificações, além de ocasionar poluição visual na paisagem | 2- Inserção de anúncios indicativos e especial nas fachadas das edificações |
| | | 3- Ausência de fiscalização diante do descumprimento da normativa referente aos engenhos publicitário no patrimônio cultural | 3- Reformulação da Lei nº4.545/1996 e do Plano Diretor (2005) referente aos veículos de divulgação nas Zonas Especiais de Preservação (ZEPs) |
| | | 4- Inexistência de ações punitivas a respeito da instalação irregular de comunicação visual no logradouro público e nas fachadas das edificações que integram o invólucro da Praça Marechal Floriano Peixoto | 4- Criação de cartilhas ou manuais educativas para conscientizar e informar os proprietários/inquilinos dos imóveis sobre as diretrizes estabelecidas na lei em vigência. |

| ITENS | FORÇAS | FRAQUEZAS | TENDÊNCIAS |
|-------------------------------|--|---|---|
| MOBILIÁRIO URBANO | 1- Presença de monumento histórico do Marechal Floriano Peixoto e a fonte que contribui para enaltecer a praça Marechal Floriano Peixoto. | 1- Mobiliários urbanos que criam barreiras visuais aos edifícios históricos como o ponto de ônibus localizado em frente ao prédio da antiga Intendência Municipal. 2- Mobiliários urbanos em péssimo estado de conservação. | 1- Inserção de novos mobiliários urbanos conforme os padrões da acessibilidade e ergometria. |
| | 2- Presença de iluminação ornamental no período noturno para enaltecer a edificação do Palácio Marechal Floriano Peixoto. | 3- Falta de sinalização informativas sobre a praça Marechal Floriano Peixoto e os imóveis históricos. 4- Mobiliários instalados de modo aleatório sem relação com o contexto urbano e cultural da área, a exemplo o telefone público em formato de concha. | 2- Aumento na depredação dos mobiliários urbanos. |
| MATERIAL DE ACABAMENTO | 1- A utilização de piso intertravado pode auxiliar no escoamento da água superficial na Praça Marechal Floriano Peixoto; | 1- Degradação da paginação de piso intertravado da Praça Marechal Floriano Peixoto; 2- Falta de manutenção do piso da praça; | 1- Realização de projetos de intervenção para melhorias na praça; |
| VIVÊNCIAS | 1- A praça Marechal Floriano Peixoto é um local representativo para as manifestações de caráter cívico, religioso e cultural. | 1- Falta de infraestrutura urbana para adaptar as atividades informais no local. | 1- Realização de eventos culturais como o cortejo Xangô Rezado Alto, shows providos pela Secretaria de Cultural, manifestações políticas e sociais. |
| | 2- Local de passagem para os transeuntes de outras localidades. | 2- Moradores de rua vivendo em condições precárias na praça. | |
| | 3- Presença de variadas atividades informais (comerciantes) instalados na praça o que gera uma dinâmica urbana ao espaço no período diurno | 3- Escassez de estacionamentos em área pública. O estacionamento público existente está localizado em frente ao edifício da Igreja dos Martírios. | 2- Aumento no número de moradores de rua na praça. |

Fonte: Acervo de Karla Calheiros, 2019



Após a finalização do estudo sobre a caracterização morfológica do entorno da Praça Marechal Floriano Peixoto, foram compilados os dados para a realização do diagnóstico do edifício da antiga Intendência Municipal, o que contribui para nortear as soluções técnicas da futura proposta de intervenção.



Para o estudo da incidência solar, foi utilizado o software Sol-Ar, no qual foram confeccionadas cartas solares ao longo do dia, em diferentes períodos do ano. Essa ferramenta é essencial para verificar e avaliar a incidência solar na edificação, bem como as possíveis influências do entorno. Para melhor entendimento do assunto, os blocos principal e anexo foram analisados separadamente.

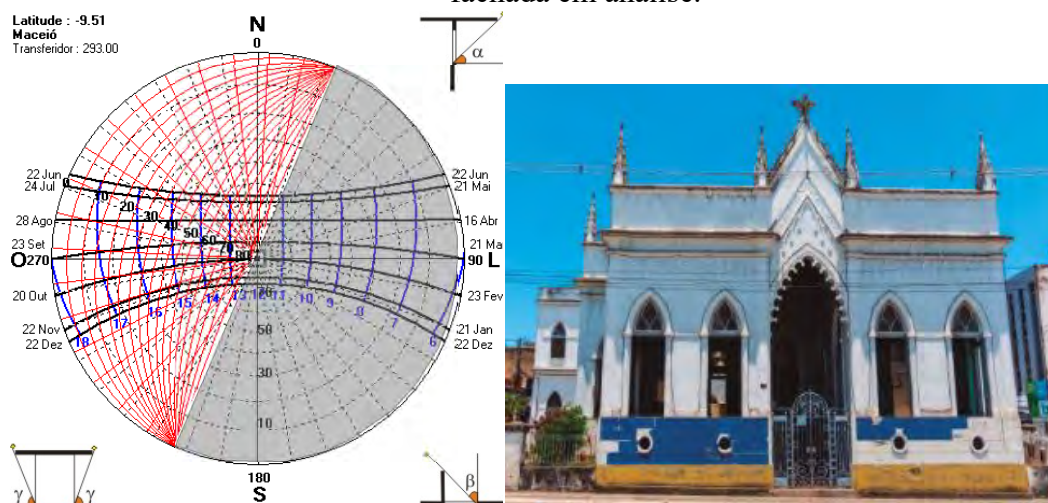
- Prédio Principal:

A fachada noroeste, no turno vespertino durante o verão, a partir das 14 horas, e no inverno (abril a julho) recebe o sol do meio dia até o pôr do Sol, (ver figura 301). Verifica-se que no período da manhã, a fachada está sombreada.

A área em estudo não apresenta barreiras que impeçam a ventilação sobre a fachada, (ver figura 302); no entanto, a fachada apresenta fissuras na argamassa de revestimento e nas modernaturas dos óculos que estão expostos aos ciclos de sombra, sol e chuva. Essa ocorrência pode estar relacionada com as seguintes causas: incompatibilidade do material utilizado, diferença térmica dos materiais e perda da coesão do revestimento provocada pela ação da água e sua capacidade de absorção.



Figuras 301 e 302– Carta Solar da fachada noroeste do bloco principal e vista da fachada em análise.



Fonte: Programa Sol-Ar 6.2, adaptado pela autora, 2019.

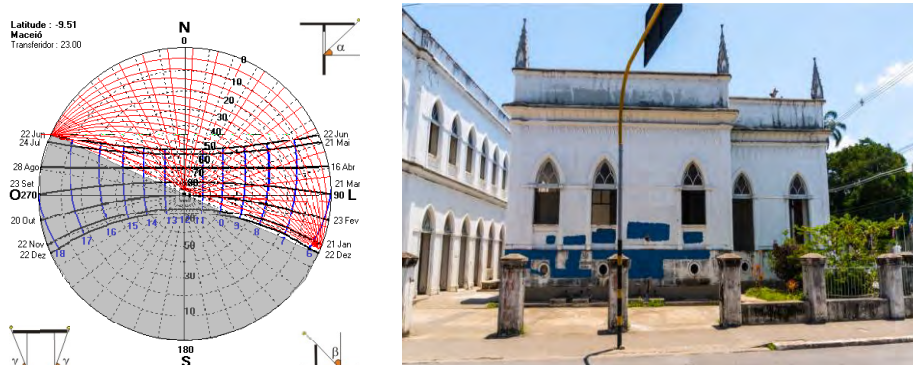
A fachada nordeste, recebe sol durante toda a manhã das 6 às 12 horas e no inverno recebe sol desde o alvorecer até às 13 horas, (ver figura, 303). A própria configuração do edifício, recuado no trecho onde está localizado o jardim, contribui para diminuir a incidência dos raios solares nesse segmento da fachada. No entanto, acrescenta-se ainda outra barreira: a vegetação, incluindo os arbustos, sem a devida manutenção (podas); os arbustos também proporcionam sombreamento, (ver figura 304). Diante disso, constata-se a presença de biofilme e fissuras localizadas abaixo das janelas rasgadas, pois o alto teor de umidade, associado à ausência de radiação solar direta e à falta de pingadeira na parte inferior da janela, contribui para a formação de lâminas de água que escorrem sobre a superfície do edifício propiciando um ambiente ideal para o aparecimento dessas patologias.

No outro trecho da fachada, que não apresenta nenhuma barreira física, a incidência solar atua de maneira direta, e os ventos nordeste e leste conduzem as chuvas nessa orientação. Apresenta danos como a erosão alveolar, fissuras nas argamassas de revestimento e nas modernaturas dos óculos - esses associados à ação dos ventos, ao alto teor de umidade e à variação térmica dos materiais. Na base da parede externa da fachada, percebe-se, também, a presença de vegetação devido à dispersão e germinação de sementes transportadas por aves ou pássaros. Observam-se, ainda, manchas de água



pluvial ascendente, em virtude do acúmulo de água na base da parede e da impregnação de partículas orgânicas e inorgânicas de sujidades suspensas no ar.

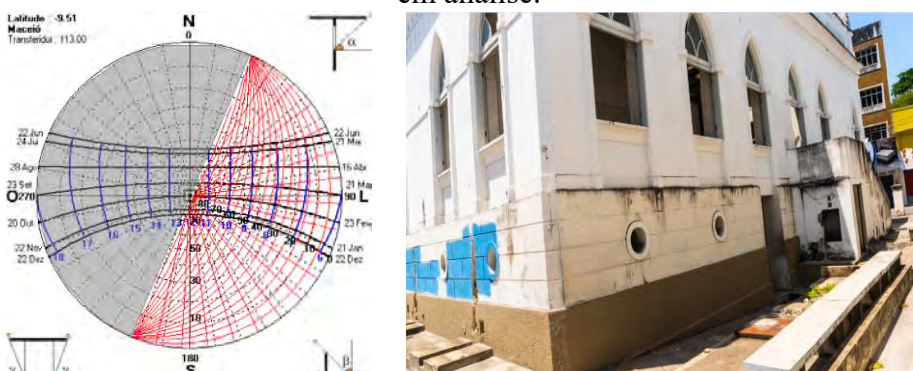
Figuras 303 e 304– Carta Solar da fachada nordeste do bloco principal e vista da fachada em análise.



Fonte: Programa Sol-Ar 6.2, adaptado pela autora, 2019.

A fachada sudeste registra incidência solar durante toda a manhã e no começo da tarde, enquanto que, no inverno, recebe sol até o meio dia pela manhã e, no verão, (ver figuras 305 e 306). No entanto, o bloco anexo cria uma projeção de sombreamento na fachada que influencia na radiação direta dos raios solares (ver figuras 307, 308 e 309), e recebe os ventos oriundos das orientações leste e sudeste, o que contribui para a presença de biofilme. Ocorrem, ainda, as fissuras por variação térmica. Devido à sua orientação, esse plano apresenta danos referentes ao alto teor de umidade, propiciando o crescimento de vegetação.

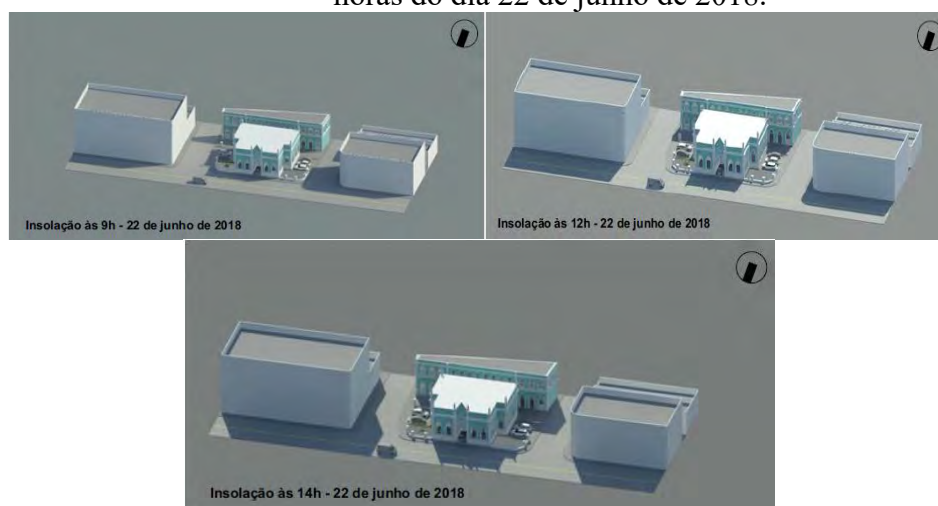
Figuras 305 e 306– Carta Solar da fachada sudeste do bloco principal e vista da fachada em análise.



Fonte: Programa Sol-Ar 6.2, adaptado pela autora, 2018.



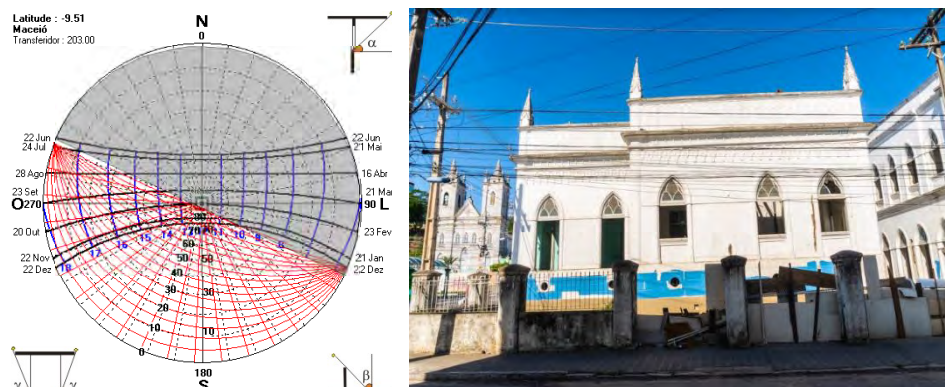
Figuras 307, 308 e 309– Perspectiva da Antiga Intendência Municipal de Maceió e edificações adjacentes às 9 horas da manhã, ao meio dia e às 14 horas do dia 22 de junho de 2018.



Fonte: Acervo de Karla Calheiros, 2018.

A fachada sudoeste, recebe sol no final da manhã e durante todo o período da tarde e no inverno recebe sol a partir das 13 horas, no verão, (ver figura 310). Assim como a fachada nordeste, a sudoeste apresenta um pequeno jardim. A vegetação existente não é considerada uma barreira para a incidência solar e dos ventos, contudo, gera locais úmidos e, por conta da falta de radiação solar direta na base dos muros, que compõem o sistema de vedação propicia uma área ideal para o surgimento de biofilme. Por estar implantado, voltado para o quadrante oeste-sul, não recebe a ventilação predominante do sentido leste-sudeste, (ver figura 311).

Figuras 310 e 311– Carta Solar da fachada sudoeste do bloco principal e vista da fachada em análise.



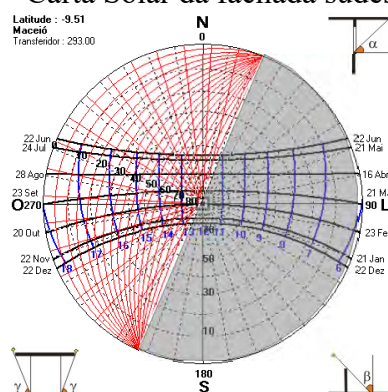
Fonte: Programa Sol-Ar 6.2, adaptado pela autora, 2018.



- Anexo:

A fachada noroeste, registra incidência solar no período da tarde, ao decorrer do ano durante o verão. No inverno, a partir do meio dia até o entardecer recebe sol, (ver figuras 312, 313 e 314). No período da manhã, a fachada encontra-se sombreada.

Figura 312– Carta Solar da fachada sudeste do anexo.



Fonte: Programa Sol-Ar 6.2, adaptado pela autora, 2018.

Figuras 313 - Fachada noroeste do anexo.

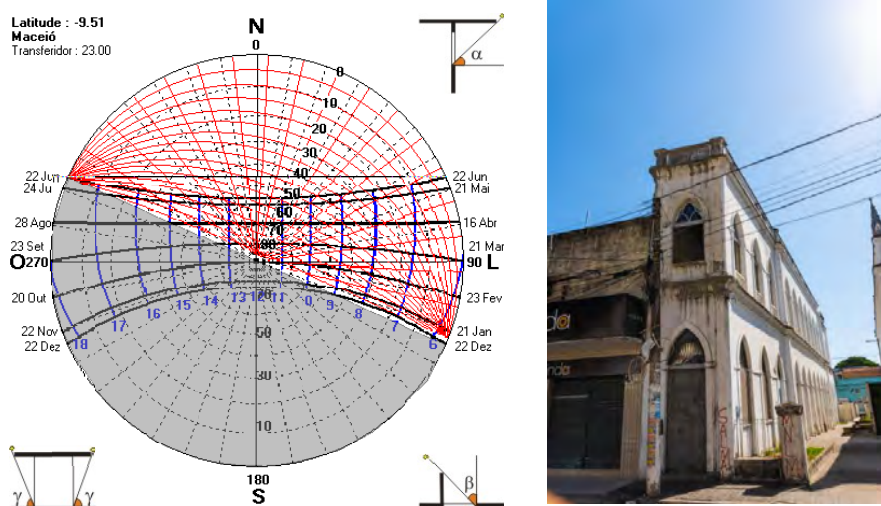


Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, 2018.

No verão, a fachada nordeste, recebe sol durante toda manhã e no inverno desde o alvorecer até o início da tarde. Por receber incidência solar e ação dos ventos leste e noroeste, diretamente na fachada, esse trecho apresenta o acúmulo de crosta negra na platibanda, devido ao tempo de permanência da água de chuva na cimalha, devido à falta de ventilação, somada aos poluentes provenientes dos veículos (óxido de carbono e outros poluentes), (ver figuras 314 e 315).



Figuras 314 e 315– Carta Solar da fachada nordeste do anexo e vista da fachada em análise.

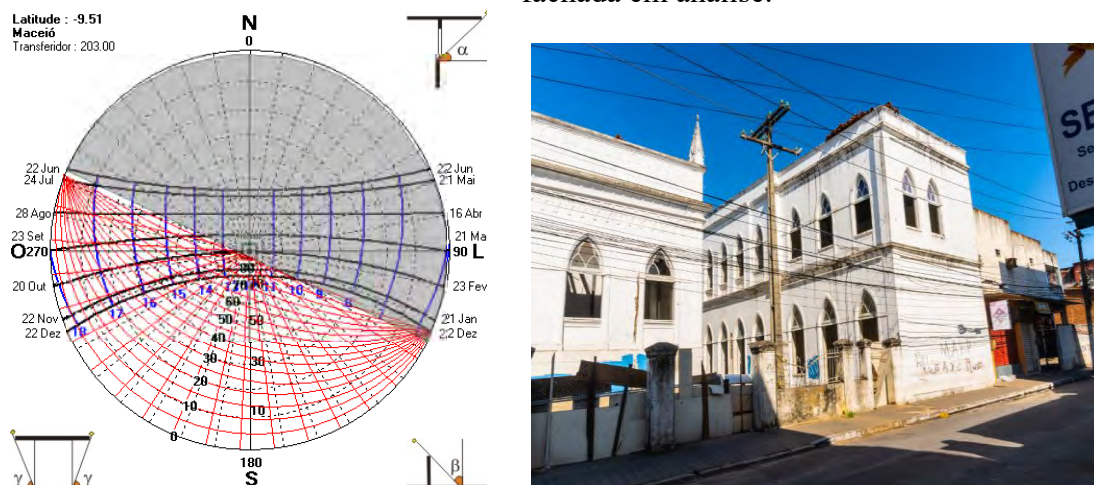


. Fonte: Programa Sol-Ar 6.2, adaptado pela autora, 2018.

A fachada sudoeste, registra incidência solar durante o turno vespertino, em todo o verão. Já no inverno, após o meio dia, os dias são ensolarados, (ver figuras 316 e 317).

Assim como o bloco principal, essa área não recebe o vento predominante por estar implantada na direção contrária.

Figuras 316 e 317– Carta Solar da fachada sudoeste do anexo e vista da fachada em análise.



Fonte: Programa Sol-Ar 6.2, adaptado pela autora, 2018.



A fachada sudeste, por estar conjugada ao imóvel vizinho, não teve a respectiva carta solar confeccionada.

No que se refere às fachadas, constata-se que ambos os blocos são pintados de cor clara⁶⁴, o que favorece a reflexão da luz, sendo a cobertura a área da construção que recebe mais incidência solar durante o período diurno. O telhado do imóvel, por ser revestido por telhas do tipo capa canal de coloração vermelha⁶⁵ apresenta baixo índice de reflexão, fato esse que propicia um maior ganho de calor para os ambientes internos da construção. Por fim, ambos os blocos da antiga Intendência Municipal de Maceió recebem incidência solar direta na maior parte do ano, o que possibilita a iluminação natural nos ambientes internos.



Com o objetivo de investigar e aprofundar as pesquisas sobre o edifício da antiga Intendência Municipal de Maceió e reconhecendo a necessidade de averiguar de forma minuciosa o estado de conservação do prédio em estudo, foram realizados ensaios laboratoriais no Núcleo de Tecnologia da Preservação e Restauração (NTPR) – Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia.

A partir das amostras retiradas do edifício, foi possível realizar os testes que, contribuíram para o reconhecimento dos danos e das possíveis causas de degradações, além de ajudar na determinação do traço e na identificação de quais foram os materiais aplicados na construção.

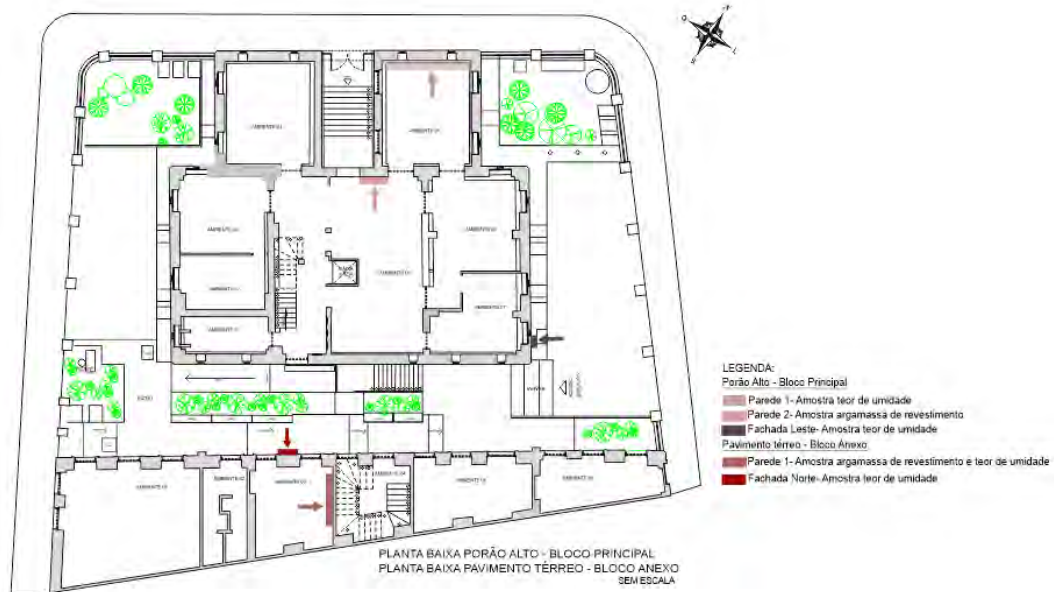
Esses procedimentos foram essenciais para compreender qual seria o modo mais correto para agir sobre os danos, distinguindo seus agentes e causas. Pautados em dados precisos, tivemos maior confiança em propor soluções para a conservação e restauração do imóvel em estudo. Foram retiradas amostras internas e externas das duas construções o prédio principal e anexo do edifício (ver figuras 318 e 319).

⁶⁴ As cores claras refletem cerca de 50 a 70%, segundo Bittencourt (2004).

⁶⁵ A cor vermelha possui índice de reflexão de 10 a 30%, conforme Bittencourt (2004).

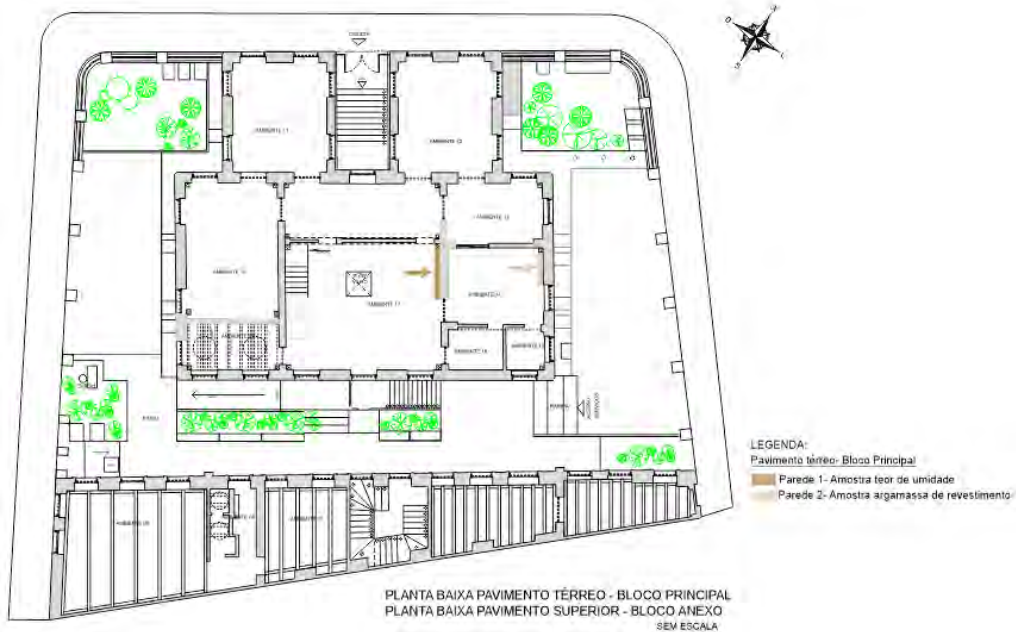


Figura 318- Planta baixa do porão alto do bloco principal/pavimento térreo do bloco anexo. Em destaque os locais onde foram retiradas as amostras.



Fonte: Acervo de Karla Calheiros 2018.

Figura 319- Planta baixa do pavimento térreo do bloco principal/pavimento superior do bloco anexo. Em destaque os locais onde foram retiradas as amostras.



Fonte: Acervo de Karla Calheiros 2018.



Os materiais coletados serviram para a realização dos testes de granulometria do agregado após ataque ácido, traço em massa, testes qualitativos de sais solúveis e determinação do teor de umidade, ambos sob a supervisão do químico Allard Monteiro do Amaral do NTPR. Também foi realizado teste de absorção total de água de dois tijolos: prédio principal e anexo.

Além dos testes mencionados, sob a supervisão do biólogo Msc. Adriano Braga dos Santos, foi retirada uma amostra (ver figura 320) da fachada nordeste do bloco principal, a fim de realizar a identificação microbiológica tradicional no nível de gênero do biofilme responsável pela biodeterioração do edifício em estudo.

Figura 320- Fachada nordeste do bloco principal, em destaque o local onde foi retirado a amostra para análise microbiológica.



Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros 2018.



Após a coleta das amostras, foi realizado o peneiramento (ver figura 321) e em seguida, efetuada a pesagem dos agregados que permaneceram nas peneiras de variados tamanhos (nº 16, 35, 60, 100, 200 e maior que 200). Posteriormente, os dados foram registrados na tabela, onde foi possível averiguar e analisar os percentuais e as dimensões dos agregados.



Figura 321- Processo de peneiramento realizado no Núcleo de Tecnologia da Preservação e Restauração (NTPR).



Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros 2018.



Ao finalizar o peneiramento das amostras (fachada nordeste do bloco principal, ambiente interno do bloco anexo e ambiente interno do bloco principal), verificou-se uma maior retenção dos agregados nas peneiras n° 35 e n°60, como pode ser visto nas figuras 322 e 323 e nas tabelas em anexo. Nas outras peneiras, houve a presença de grãos menores em pequena quantidade, ou seja, o revestimento é constituído por areias de granulometria média e fina.

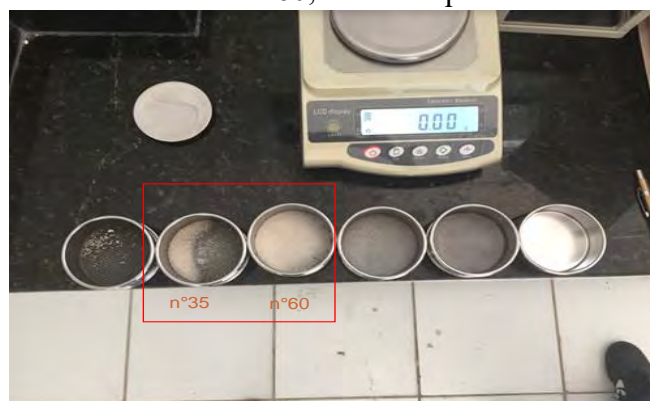
Figura 322- Vista dos agregados após o processo de peneiramento (fachada nordeste do bloco principal). Verificamos uma maior quantidade nas peneiras n°35 e 60, em destaque.



Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, 2018.



Figura 323- Vista dos agregados após o processo de peneiramento (ambiente interno do bloco anexo). Verificamos uma maior quantidade nas peneiras n°35 e 60, em destaque.



Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, 2018.

Ao finalizar o peneiramento das amostras (fachada nordeste do bloco principal, ambiente interno do bloco anexo e ambiente interno do bloco principal), verificou-se uma maior retenção dos agregados nas peneiras n° 35 e n°60, como pode ser visto nas figuras 339 e 340 e nas tabelas em anexo. Nas outras peneiras houve a presença de grãos menores em pequena quantidade, ou seja, o revestimento é constituído por areias de granulometria média e fina.



Para o presente ensaio foram analisadas três amostras de revestimento sendo uma interna do bloco principal e anexo e outra externa da fachada nordeste do bloco principal. Com os resultados obtidos foi possível caracterizar os materiais, de forma a auxiliar para nas futuras intervenções ou substituições das alvenarias que se encontram mais degradadas.



Verifica-se com os resultados compilados que, o percentual de agregados encontrados nas amostras dos ambientes internos do prédio principal e anexo e na fachada nordeste do bloco principal apresenta cerca de 75% a 81% compostos por areias grossa (em maior quantidade) e fina. O resultado demonstra uma grande quantidade de areia, ou seja, a argamassa é fraca, (ver tabelas no apêndice I).

A partir das amostras analisadas, observou-se a presença de ligantes minerais no revestimento. Nesses grupos estão inseridos a cal aérea, o gesso e a argila, que possuem a propriedade de endurecer e resistir à ação da água (Margalha, 2011). Quanto ao percentual encontrado o que predomina nas amostras são os valores entre 13,92%, 15,85% e 20,085%, esses valores provavelmente estão relacionados com a presença de cal na composição da argamassa.

Traço ambiente interno anexo:

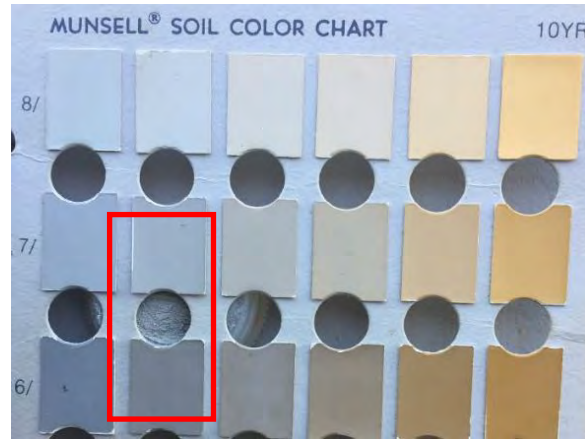
Com a realização do ensaio do traço, verifica-se a pequena quantidade de argila (finos) nas amostras do ambiente interno (1: 0,47: 7,88) e da fachada nordeste do bloco principal (1: 0,25: 6,95). Possivelmente, esse valor seja proveniente da parte fina da areia que compõe a argamassa do ambiente interno do anexo (1: 0,28: 5,12), percebe-se que a argamassa encontra-se fraca devido à grande quantidade de areia o que ocasiona a pouca resistência mecânica da argamassa, como também a deterioração do material com o passar do tempo.

Conforme a Tabela Munsell Soil Color Chars (1998), as argamassas são classificadas como:

- Argamassa de revestimento (fachada nordeste do prédio principal): HUE10YR- cor 6/2 – light brownish. A coloração dos finos encontrada indica a presença de cimento na argamassa, ver figura 324.



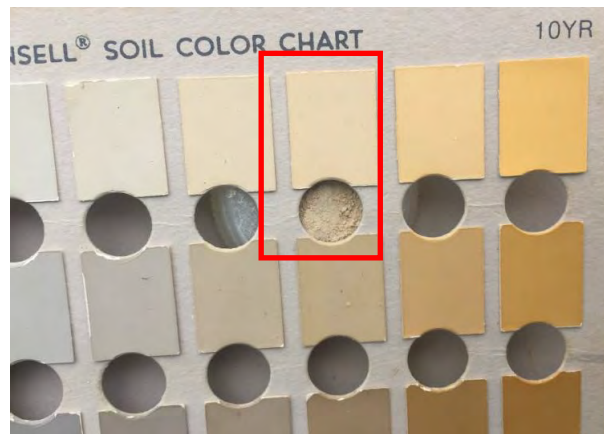
Figura 324- Cores da tabela de Munsell Soil Color Chars, em destaque a coloração encontrada.



Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, 2018.

- Argamassa de revestimento (ambiente interno do bloco principal): HUE 10YR- cor 7/4 – very pale brown. A cor amarelo encontrada indica a presença de argila ou de sujidades provenientes das camadas de tintas encontradas na argamassa, ver figura 325.

Figura 325- Cores da tabela de Munsell Soil Color Chars, em destaque a coloração encontrada.

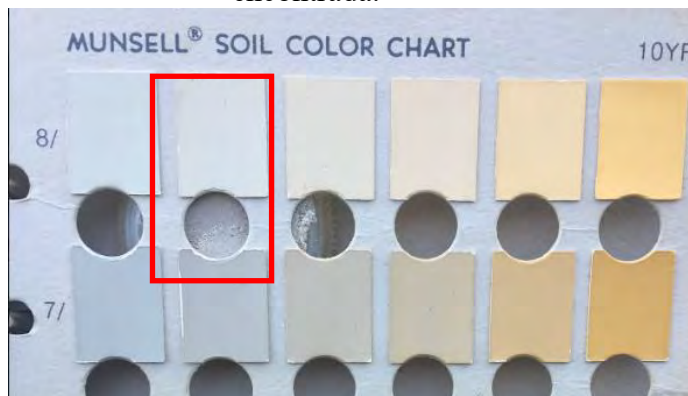


Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, 2018.

- Argamassa de revestimento (ambiente interno do anexo): HUE10YR- cor 7/2 – light gray. A amostra em questão indica a presença de cal na argamassa, (ver figura 326).



Figura 326- Cores da tabela de Munsell Soil Color Chars, em destaque a coloração encontrada.



Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, 2018.

Diante dos resultados obtidos, constata-se que a argamassa encontrada apresenta argila, cimento e cal em sua composição.



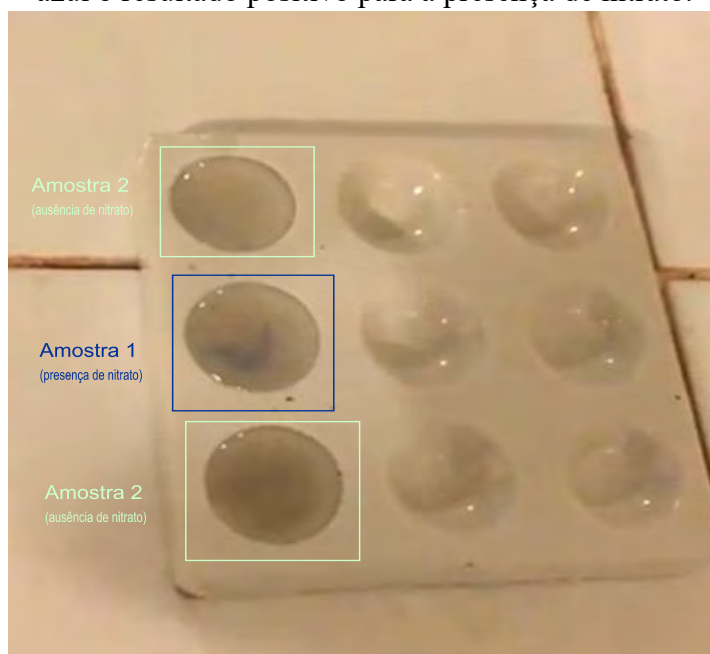
A realização do teste de sais solúveis é essencial, para analisar os agentes de degradação de uma edificação e de sua estrutura. Esses sais migram através da água ou da própria constituição dos materiais utilizados.

- Amostra interna (Porão alto do bloco principal)

No que diz respeito às amostras de argamassa de revestimento, examinadas no teste em questão, observa-se a presença/ausência dos sais. Verificou-se a presença de nitrato, em pequena quantidade na amostra 1 (ver destaque em azul, ver figura 327), retirada em um ambiente interno do porão alto do prédio principal. É provável que esse indicativo esteja relacionado com a presença de dejetos orgânicos encontrados durante a coleta das amostras.

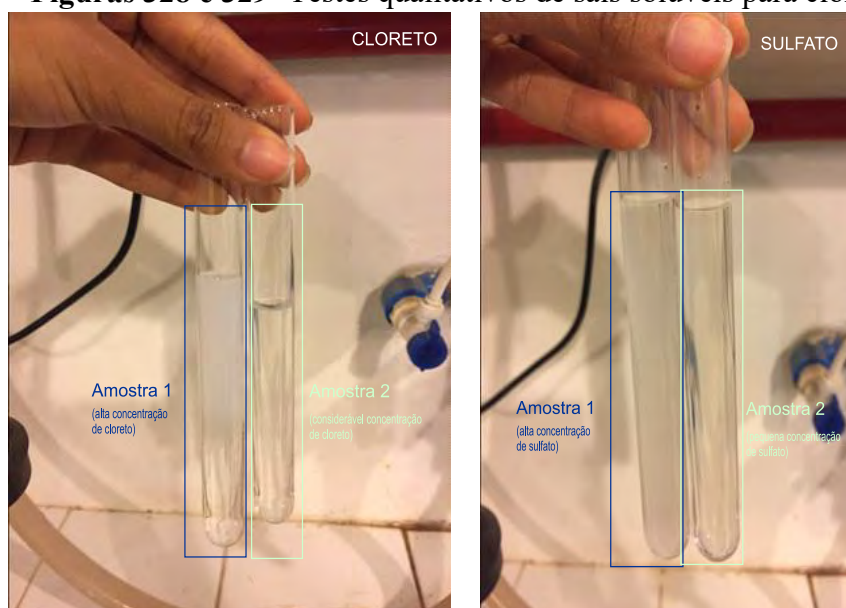


Figura 327- Testes qualitativos de sais solúveis para nitrato. Em destaque na cor azul o resultado positivo para a presença de nitrato.



Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, 2018.

Nota-se grande quantidade de cloreto na amostra 1, como se pode ver, em destaque figuras 328 e 329. É possível que a alta concentração de cloreto seja justificada pela umidade ascendente e pela contaminação por aerossol marinho, sendo este um dos agentes mais agressivos na deterioração de construções, especialmente em argamassas. O sulfato também apresentou grande quantidade na amostra, o que está relacionado à presença cimento na composição da argamassa, não se descartando a possibilidade de ser também proveniente do solo.

**Figuras 328 e 329-** Testes qualitativos de sais solúveis para cloreto e sulfato.

Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, 2018.

- Amostra interna (Pavimento térreo do prédio principal)

A amostra 2 retirada do ambiente interno do pavimento térreo do bloco principal, apresenta ausência de nitrato. Por sua vez, indica uma concentração considerável de cloreto, o sulfato aparece em pequena quantidade, diferentemente do que ocorre com a amostra 1. No que tange às amostras da fachada nordeste do bloco principal e da fachada noroeste do bloco anexo, ambas apresentam ausência de nitrato. No entanto, na mostra da fachada nordeste constou grande concentração de cloreto e sulfato, diferentemente da fachada noroeste que apresentou considerável quantidade de cloreto e pouco sulfato.



O objetivo desse ensaio é averiguar a porosidade do tijolo, tendo como referência a relação entre a massa do material seca na estufa e úmida (Santos, 2012).

Para esse procedimento foram analisadas duas amostras de tijolos maciços do prédio principal e do anexo, ambas do pavimento térreo (ver figura 330). Em ambos os casos, a porcentagem de absorção foi de 18%, como pode ser visto nas tabelas em anexo. Ao comparar o resultado das amostras com a NBR 7171: Bloco cerâmico para



alvenaria constatou-se que atendem à normativa, cujo parâmetro estabelece que o percentual de absorção de água não deve ser inferior a 8% e não pode ultrapassar 25%.

Figura 330- Vista das amostras dos tijolos 1 e 2 no dessecador com água e bomba a vácuo.



Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, 2018.



A maior parte das patologias encontradas tem como causa a umidade. Em relação à umidade, a presença de água como fator patológico pode ocasionar: algas, fungos, e cianobactérias, que comprometem os materiais, atuam na dissolução dos sais. Fato esse que propicia a formação de eflorescências em alvenarias e revestimentos argamassados, veículo para corrosão/oxidação em elementos metálicos; entre outros.

De acordo com Oliveira (2011, p.62) os parâmetros admissíveis para o nível de umidade em alvenarias são:

**Tabela 3-** Tabela umidade para os tipos de alvenaria.

| Tipos de alvenaria | Tijolo comum | Pedras * | Outros |
|------------------------|--------------|----------|-----------------|
| Umidade própria (U.P.) | 1% | até 4% | Umidade própria |
| Higiênico | até 3% | até 6% | U.P. + 2% |
| Tolerado | até 7% | até 7% | U.P. + 3% |
| Úmido | 8 a 9% | 7 a 15% | — |
| Umídfssimo | > 9% | > 15% | — |

* Massa específica < 1.9 t/m³

Fonte: OLIVEIRA, 2011, p.62.

Ainda conforme Oliveira (2011, p.62) a umidade tolerável = umidade higiênica + 2%, totalizando 5% . No entanto, para realizar a identificação da umidade é necessário medir seus níveis de maior ou menor concentração. A partir dessa averiguação, torna-se possível tomar decisões coerentes perante os procedimentos para corrigir os danos.

Para esse ensaio, foram coletadas amostras sequenciais com alturas determinadas de 0,5m; 1m e 1,5m ambas em relação ao solo e na mesma prumada, (ver figura 331). Nesse procedimento, foram analisadas 28 amostras, nove de um ambiente do porão alto, nove do pavimento térreo do prédio principal, nove amostras do ambiente do pavimento térreo do anexo e uma amostra da fachada noroeste do anexo. As tabelas no apêndice IV demonstram os níveis de umidade encontrados nos ambientes:

Figura 331- Mapeamento das amostras do teor de umidade do porão alto do bloco principal.

Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, 2018.



Conclusões:

A partir dos dados dispostos nas tabelas verifica-se que, em geral as fachadas analisadas apresentam resultados acima de 5%. Nesse caso, evidencia-se a umidade ascendente por capilaridade, oriunda do solo e o acúmulo de água na base das paredes. O problema da umidade em prédios antigos é frequente, pois a forma de construir não previa nenhum impedimento para controlar a ascensão de água por capilaridade.

Em consideração ao ambiente interno do porão alto, o resultado da amostra C3 se destaca em relação às demais amostras coletadas. A fim de sanar essa discrepância nos resultados, recomenda-se a realização de novos ensaios para verificar se houve algum equívoco durante a realização do procedimento.

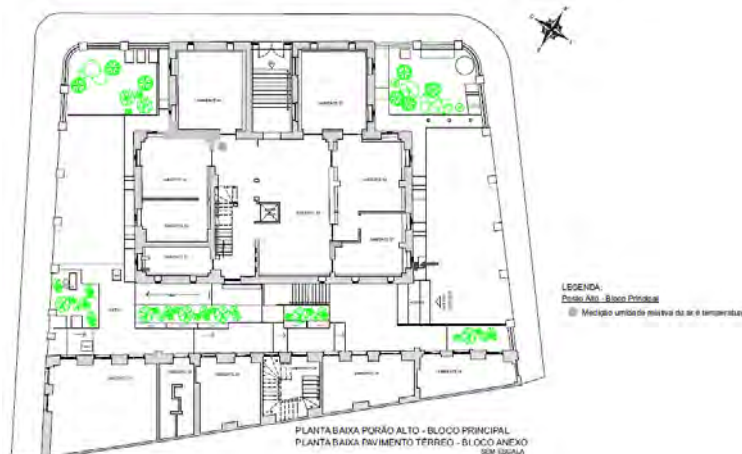
Assim como na amostra retirada do porão alto, o pavimento térreo apresenta umidade descendente; porém, neste caso, o dano está relacionado à perda do revestimento da cobertura, tornando o espaço susceptível às ações de intemperismo, o que contribui para a degradação dos materiais.



Com o intuito de coletar dados que possibilitem analisar e avaliar a qualidade ambiental dos pavimentos porão alto e da área do térreo da edificação do bloco principal da antiga Intendência Municipal de Maceió e da área externa, foram realizadas medições *in loco*, no dia 5 de dezembro de 2019, nos três turnos matutino, vespertino e noturno, (ver figuras 332 e 333). As variantes analisadas foram a umidade relativa do ar e a temperatura. Para realizar as medições foi utilizado, o aparelho Termo-Higrômetro Digital Minipa MT-240.

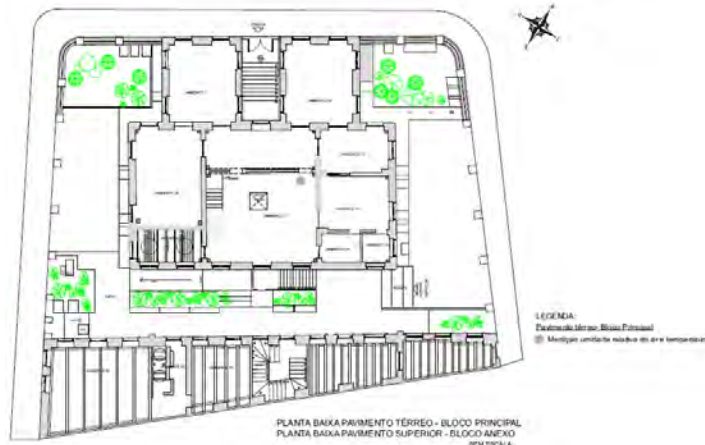


Figura 332- Planta baixa do pavimento porão alto do bloco principal. Em destaque, o ambiente onde foram registradas as medições.



Fonte: Acervo de Karla Calheiros, 2019.

Figura 333- Planta baixa do pavimento térreo do bloco principal. Em destaque, o ambiente onde foram registradas as medições.



Fonte: Acervo de Karla Calheiros, 2019.

Com a medição obtiveram-se os seguintes dados:

Bloco Principal

- Porão Alto: período matutino – às 10h:30min

Umidade Relativa de 57%

Temperatura máxima: 34°C

Temperatura mínima: 27,6°C



do ar e temperatura

- Porão alto: período vespertino – às 14h:25min

Umidade Relativa: 55%

Temperatura máxima: 36,1°C

Temperatura mínima: 31,4°C

- Porão alto: período noturno – às 18hmin

Umidade Relativa: 48%

Temperatura máxima: 37,9°C

Temperatura mínima: 34,9°

- Pavimento térreo: período matutino (não apresenta cobertura)

Umidade Relativa: 52%

Temperatura máxima: 36,7°C

Temperatura mínima: 33,2°C

- Pavimento térreo: período vespertino (não apresenta cobertura)

Umidade Relativa: 50%

Temperatura máxima: 36,3°C

Temperatura mínima: 33,9°C

- Área externa do edifício:

Umidade Relativa – 50%

Temperatura máxima: 36,7°C

Temperatura mínima: 33,4°C

O pavimento do porão alto apresenta uma laje pré moldada com EPS, sem forro, enquanto que as paredes são constituídas de tijolos maciços, revestidos com argamassa de cimento. A partir das medições internas registradas, observa-se que os valores estão entre 34°-37°C. Contudo, no turno matutino verificou-se uma oscilação térmica na temperatura mínima de 27,6°C. Ao comparar os níveis de temperatura medidos, nota-se uma variação térmica de 3 graus, no pavimento térreo do bloco principal, devido à



incidência solar direta na laje pré-moldada, ocasionada pelo furto da cobertura. Ou seja, o pavimento térreo por não apresentar cobertura, isto é, nenhuma barreira térmica, recebe a incidência do sol mais forte, em virtude da baixa latitude da cidade de Maceió, onde foram registradas temperaturas na faixa de 36°C.

A umidade relativa do ar no porão alto chega a atingir 57%, no período da manhã, oscilando com valores mínimos de 48%. O nível de umidade relativa do ar registrado no pavimento do porão alto é superior ao piso térreo do bloco principal, cerca de 5% a mais, pois se encontra em um nível inferior e a ventilação é comprometida em decorrência das pequenas aberturas (óculos), outro fator é a umidade ascendente do terreno. Por não apresentar cobertura em vários trechos do pavimento térreo, a umidade relativa apresenta valores similares a umidade relativa externa em torno de 50% com pequenas oscilações.

A bibliografia relata que a variação térmica, a oscilação da umidade relativa dos espaços internos e a evaporação da água podem contribuir para a cristalização de sais nos materiais construtivos. Nesse aspecto, o autor Michalski (1995) ressalta que na Conferência Internacional para Conservação Preventiva (IIC) em 1994, estabeleceram-se os índices para umidade relativa em 50%-55%, podendo haver oscilações de 5% para mais ou para menos. Enquanto isso, a temperatura deve se manter constante em torno de 30°C, tendo em vista que são as oscilações que provocam a deteriorização e as ações destrutivas dos materiais. A respeito, Caldeira corrobora:

[...] Por isso, esses parâmetros se converteram na recomendação de que sejam evitados extremos em temperatura e umidade e na indicação de que os níveis adotados sejam condizentes com história do objeto, sua constituição física e as possibilidades do local onde se encontram abrigados quanto ao fornecimento de infraestrutura adequada para a sua sobrevivência em longo prazo (CALDEIRA, 2006, p.99).

Desse modo, diante do exposto, observa-se a oscilação de 9°C da umidade relativa do porão alto entre o período matutino e o noturno e varia em torno de 7°C no turno da tarde e da noite. Assim como ocorreram alterações na umidade relativa, observaram-se mudanças em relação à temperatura. No pavimento porão lato, em média, varia entre 3°C a 4°C entre o turno da tarde e o da noite. A evaporação da água,



do ar e temperatura

no decorrer do dia, contribui para que a “concentração da solução atinja o limite” e propicie o aparecimento de sais higroscópicos, como cloreto e nitrato, potencializando a degradação dos materiais (MAGALHÃES, 2013, p.44). Sendo assim, pode-se concluir que é necessário adotar medidas para evitar essas variações da umidade relativa do ar e da temperatura, de modo que se mantenham constantes a fim de impedir que aconteçam tensões internas dos materiais, prejudicando os elementos construtivos do objeto de estudo.

Desse modo, diante do exposto observa-se a oscilação de 9°C da umidade relativa do porão alto entre o período matutino e o noturno e varia em torno de 7°C no turno da tarde e da noite. Assim como ocorreram alterações na umidade relativa, observaram-se mudanças em relação à temperatura. No pavimento porão lato, em média, varia entre 3 a 4°C entre o turno da tarde e o da noite. A evaporação da água, no decorrer do dia, contribui para que a “concentração da solução atinja o limite” e propicie o aparecimento de sais higroscópicos, como cloreto e nitrato, potencializando a degradação dos materiais (MAGALHÃES, 2013, p.44). Sendo assim, pode-se concluir que é necessário adotar medidas para que evitem essas variações da umidade relativa do ar e da temperatura, se mantenham constantes a fim de impedir que aconteçam tensões internas dos materiais, prejudicando os elementos construtivos do objeto de estudo.



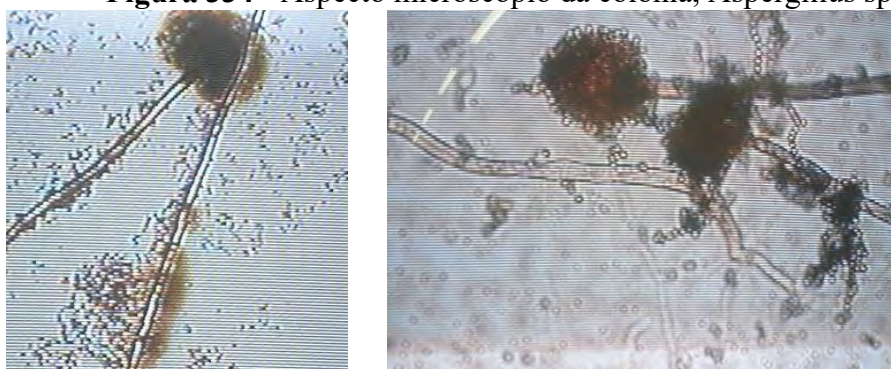
Para a análise biológica foram realizadas coletas que ocorreram no dia 2 de junho de 2018, no período matutino, que consistiram em raspar os substratos da fachada nordeste do bloco principal do edifício da antiga Intendência de Maceió com uma espátula de metal limpa e higienizada. A coleta consistiu em retirar parte do biofilme escuro visível com espátula e, em seguida armazenou as amostras em frascos plásticos estéreis. Sob a supervisão do biólogo Adriano Braga dos Santos, o material coletado foi colocado nas lâminas, permanecendo até que fosse possível separar o material biológico do substrato, com o auxílio de pinças e lupa simples. Cada câmara correspondeu a uma amostra.



Após esses procedimentos, foram realizadas as identificações, a partir da observação das lâminas preparadas após separação do material biológico com o auxílio de pinças e lupa simples, em microscópio Olympus BX41 com câmera digital acoplada e utilizando pranchas de identificação. As imagens observadas em cada lâmina foram fotografadas com aumento de 10x40 no microscópio e a imagem digital aumentada duas vezes.

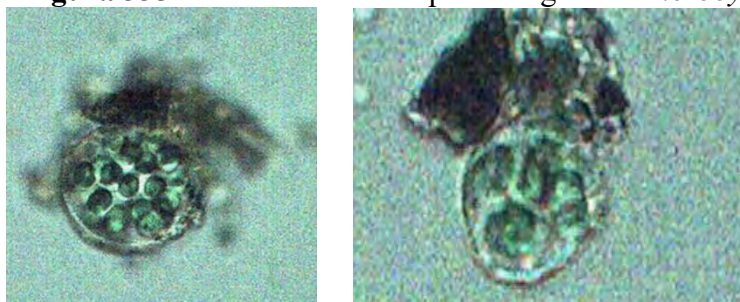
Nos resultados obtidos com análise microscópica, foram identificados micro-organismos dos gêneros de fungos e cianobactérias respectivamente: *Aspergillus* (ver figura 334) e *Microcystis* (ver figura 335). A presença de micro-organismos (fungos e cianobactérias) está associada aos fatores ambientais como temperatura, umidade, e luminosidade que podem contribuir para acentuar o processo de biodeterioração que ocorre na superfície da fachada com a presença dos organismos ou metabólitos, criando manchas. Possivelmente, as demais fachadas do edifício também apresentem micro-organismos e cianobactérias.

Figura 334 - Aspecto microscópio da colônia, *Aspergillus* sp.



Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, 2018.

Figura 335- Colônias microscópicas de gênero *Microcystis* sp.



Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, 2018.



Para a elaboração de um projeto de intervenção em um patrimônio histórico é fundamental realizar um estudo minucioso e detalhado sobre o bem a ser restaurado, tendo em vista que o monumento faz parte da história e da memória de uma sociedade. Dessa forma, uma das fases para o desenvolvimento do projeto é o diagnóstico e o mapeamento de danos. Como expõe Gomide, Silva e Braga (2005):

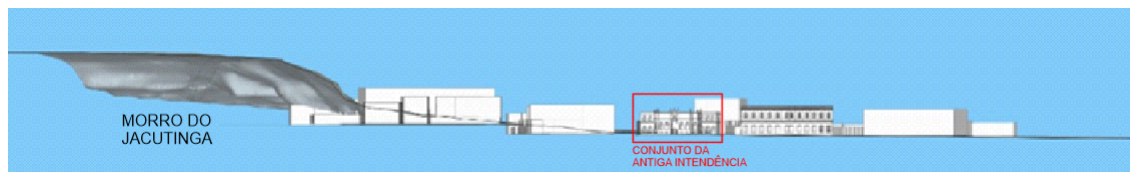
O diagnóstico é a etapa de consolidação dos estudos e pesquisas anteriormente realizados, na medida em que complementa o conhecimento do objeto, analisando de forma pormenorizada determinados problemas ou interesses específicos de utilização do bem". (GOMIDE; SILVA; BRAGA, 2005, p. 25).

Para a compreensão e a análise do atual estado de conservação do objeto em estudo, foi necessário investigar o espaço urbano no qual o edifício se encontra. Por estar implantado em área urbana, parte central da cidade de Maceió, faz com que muitos fatores preocupantes ocorram, como: vandalismo e poluição atmosférica - que propicia o acúmulo de sujidades nas fachadas e nos ambientes internos; o alto tráfego de veículos que emitem poluentes como o óxido de carbono que associado à água forma a crosta negra. Essas são algumas das causas que contribuem para a degradação do imóvel.

O bem está localizado em uma região de platô intermediário, área mais baixa, e conseqüentemente recebe todo o fluxo das águas pluviais oriundas do morro do Jacutinga, que atinge cotas de até 20 metros, (ver figura 336). Após as análises em campo evidenciaram-se problemas relacionados ao escoamento de águas pluviais nos locais próximo às bases das paredes externas das fachadas e dos pilaretes, principalmente na fachada noroeste, devido à falta de estanqueidade entre passeio e edificação ou ao equívoco na declividade do passeio, o que ocasiona manchas escuras de água ascendente por capilaridade na base nos pilaretes e no embasamento do edifício.



Figura 336 – Perfil da Rua Melo Moraes, em destaque o edifício da Intendência de Maceió.



Fonte: Acervo de Karla Calheiros, 2019.

Outro fator a ser considerado é a implantação do conjunto da antiga Intendência e de que modo a incidência solar, a ventilação e o sentido da água pluvial influenciam e acarretam danos ao bem em estudo. O prédio principal está localizado isoladamente no terreno de esquina, solto dos limites laterais do terreno. Essa disposição permite a incidência solar e a ação dos ventos em todas as fachadas do imóvel, o que contribui para iluminação e ventilação natural dos ambientes internos. O bloco anexo encontra-se conjugado ao imóvel vizinho na fachada sudeste, fato que impossibilita a existência de aberturas, afetando a circulação de ar nos espaços internos do anexo.

Examinando as cartas solares elaboradas, nota-se que as fachadas noroeste e sudoeste do conjunto são as que recebem incidência solar na maior parte do ano, durante o período vespertino. A fachada nordeste por estar situada no quadrante norte/leste e recebem os ventos nordeste e leste que conduzem as chuvas nessa orientação. Tais circunstâncias potencializam o aparecimento de vários danos: a erosão alveolar, ocasionada pela ação dos ventos; a presença de água que provoca a cristalização de sais e enfraquece a superfície da argamassa cimentícia⁶⁶ (ver figuras 337 e 338) e a presença de fissuras nas argamassas de revestimento das modernaturas dos óculos associada à variação térmica dos materiais que provoca a retração da argamassa (ver figura 339), e o surgimento de vegetação na base da fachada.

⁶⁶ A partir dos ensaios laboratoriais realizados no NTPR constatou-se a presença de sulfato na fachada, o que sinaliza a presença de cimento na composição da argamassa de revestimento.



Figuras 337 e 338 – Escada externa do bloco principal e detalhe da manifestação patológica – erosão alveolar, em um dos degraus.



Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, 2018.

Figura 339 – Vista de um dos óculos da fachada nordeste do bloco principal. Em destaque as fissuras na argamassa de revestimento da modernatura. Nota-se também o acúmulo de sujidades no corpo do prédio.



Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, 2018.

A vegetação existente dos jardins laterais do conjunto contribui para interferir no microclima urbano da área em estudo e valorar o objeto de estudo. No entanto, em virtude da vegetação estar muito próxima ao edifício e da falta de manutenção (podas), ela favorece no aumento do teor de umidade e com a falta de radiação solar direta em determinados períodos do ano. Esse plano da fachada torna-se um ambiente propício ao aparecimento de danos, como fissuras e biofilme no peitoril das janelas rasgadas e nas bases dos muros que compõem o sistema de vedação da fachada nordeste, (ver figuras 340 e 341).



Figuras 340 e 341 - Jardim localizado na fachada nordeste, em destaque o biofilme nos pilaretes e no peitoril da janela rasgada.



Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, 2018.

Além dos condicionantes climáticos, o estado de abandono do edifício desde maio de 2017 compromete ainda mais o estado de conservação do bem. Os blocos principal e anexo do edifício da antiga Intendência Municipal não apresentam perdas significativas em sua volumetria, mas os atos de vandalismo ocasionaram a maioria dos danos, a exemplo, a pichação das fachadas, as pinturas inadequadas para recobrir as pichações, o furto dos elementos de vedação, telhas cerâmicas e madeiramento da cobertura, entre outros danos (ver figuras 342 e 343).

Figuras 342 e 343 - Imagem aérea do edifício em estudo. Nota-se a perda das telhas cerâmicas da cobertura. A figura 343 mostra a fachada noroeste sem os elementos de vedação da janela rasgada e pintura inadequada no embasamento do edifício, respectivamente.



Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, 2018.



A maioria dos danos encontrados nos blocos do edifício tem entre as principais causas a água como agente físico. Os mapeamentos de danos realizados mostraram que, devido ao deslocamento, desalinhamento das fiadas de telhas, e à perda da estanqueidade e furto das mesmas em alguns trechos permitiu-se a percolação de água pluvial no interior do edifício, acarretando assim manchas de água descendente por infiltração, presença de microflora e biofilme, perda da camada de tinta nas fachadas e nos ambientes internos (ver figura 344).

Figura 344 – Vista do ambiente 17 do bloco principal, observam-se as manchas de infiltração (em azul) e presença de microflora (em verde) e biofilme (em laranja).



Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, 2018.

Outro dano evidenciado no imóvel foi a degradação das peças de madeira (barrotes e linhas), por ação de organismos xilófagos. Esse ataque biológico foi facilitado pela presença de água, que potencializou a geração de fungos e micro-organismos apodrecedores. Ainda no que concerne às peças em madeira, verifica-se o fendilhamento de alguns barrotes, como resultado da exposição dos mesmos à incidência solar, à água pluvial e aos ventos, o que acarreta uma expansão e contração térmica do material.

Cruzando as informações das análises das amostras laboratoriais com o mapeamento de danos, verificaram-se, também, outras causas que afetam o estado de



conservação do conjunto da antiga Intendência, como a detecção de sulfato nas argamassas, indicando a presença de cimento ou gesso possivelmente inserido durante as intervenções realizadas no ano 2000, pela Prefeitura de Maceió. Já o cloreto, possivelmente está relacionado com a contaminação, por aerossol marinho, da areia utilizada na construção, tendo em vista que a região onde se situa a edificação é, relativamente, próxima às planícies marinha e lagunar. A presença de nitrato nas amostras, por sua vez, é provável que esteja relacionada aos dejetos orgânicos encontrados nos ambientes do prédio, devido ao abandono do imóvel.

Com este diagnóstico, constata-se que, o conjunto em estudo apresenta um péssimo estado de conservação. Com o passar dos dias, acelera-se o estado de degradação do bem em virtude do abandono do edifício e furto dos elementos que compõem o sistema de cobertura. À medida que as ações projetuais são adiadas para frear os danos ao monumento, mais perdas do bem são constatadas, tornando a recuperação da materialidade da edificação mais complicada. Sendo assim, é necessário realizar uma intervenção restaurativa no edifício, com o intuito de salvaguardar este exemplar da arquitetura eclética que integra o conjunto arquitetônico da Praça Marechal Floriano Peixoto.

4. ESTUDO DAS LEGISLAÇÕES PERTINENTES



Para abordar as normativas referentes à área em estudo, foram realizadas pesquisas sobre as legislações no âmbito estadual e municipal, com foco na Praça Marechal Floriano Peixoto e no edifício da antiga Intendência, ambos localizados no bairro do Centro de Maceió.

No âmbito municipal, em prol da preservação do patrimônio cultural edificado da cidade de Maceió, foi criada, em 1996, uma normativa específica para as Zonas Especiais de Preservação (ZEPs). Nas atribuições estabelecidas por essa normativa para as ZEPs, encontram-se diretrizes diferenciadas das demais áreas da cidade, pois se tratam de sítios históricos relevantes para a formação da morfologia urbana e histórica de Maceió. Primeiramente, essa legislação abarcou o bairro de Jaraguá (ZEP-1) e, posteriormente, o bairro do Centro (ZEP-2), por meio do Decreto nº 5700/1997. Ambas as áreas possuem proteção em nível municipal, conforme a Lei 4.545 de 1996.

Com a aprovação do Plano Diretor em 2005, por meio da Lei nº 5.486/2005, ações de preservação foram estendidas a outros sítios urbanos de Maceió, criando novas zonas, como os bairros de Bebedouro (ZEP-3), Fernão Velho (ZEP-4) e Pontal da Barra (ZEP-5), com base em parâmetros específicos contidos no Código de Urbanismo do Município (Lei nº 5.593/2007). Além disso, foram criadas as Unidades Especiais de Preservação Cultural (UEPs), que incluem imóveis ou espaços urbanos significativos para a cultura da cidade. Atualmente, essa lista conta com 55 bens públicos e/ou privados.

O acervo arquitetônico e urbanístico localizado no Sítio Histórico do Centro de Maceió está inserido na Zona Especial de Preservação 2 (ZEP-2), com proteção em nível municipal, conforme estabelecido no Plano Diretor de 2005. As diretrizes específicas para a ZEP-2 Centro estão explicitadas no artigo 54 do Plano Diretor (2005): Art. 54. Constituem diretrizes específicas para a ZEP do Centro:

- I – incentivo à implantação de atividades e equipamentos culturais, inclusive que tenham um funcionamento noturno;**
- II – incentivo ao uso residencial;**
- III – recuperação do espaço público;**
- IV – melhorias na infraestrutura do Centro e entorno;
- V – melhoria da acessibilidade através da implantação de um sistema intermodal rodoviário, hidroviário, ferroviário, ciclovviário e plano inclinado;
- VI – estruturação do mercado do artesanato e entorno para atração do turismo;
- VII – articulação com entidades e associações para diminuir problemas sociais;
- VIII – integração ao Corredor Cultural de Maceió

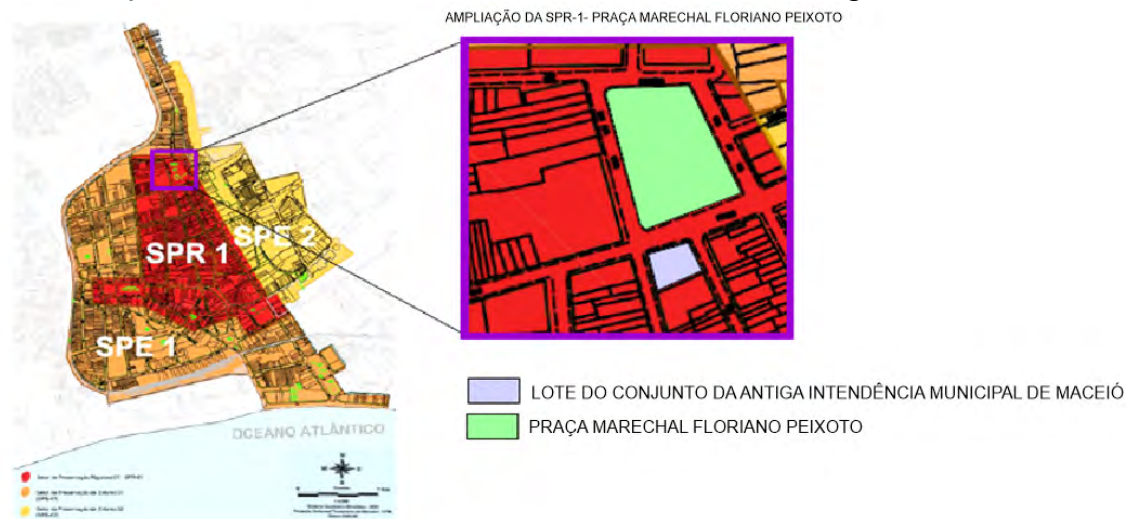


Parágrafo único. A implementação da ZEP do Centro se dará mediante:

- I – elaboração e implementação do plano de gestão da ZEP do Centro;
- II – inventário dos bens de interesse cultural;
- III – incentivos fiscais para a preservação de imóveis de interesse cultural;
- IV – projetos de requalificação urbana do Centro;
- V – operação urbana consorciada, abrangendo:
 - a) melhoria do mercado da produção;
 - b) criação de shopping popular;
 - c) atendimento cidadão;
 - d) terminal intermodal no entorno da estação ferroviária, interligando ao sistema viário;
- VI – operação urbana consorciada para implantação de terminal hidroviário articulado ao terminal rodoviário do Mercado;
- VII – implementação de atividades culturais na Praça Visconde de Sinimbu, a exemplo do Circo Cultural.
- VIII – instituição de critérios e parâmetros específicos para o uso e a ocupação do solo (MACEIÓ, 2005, p. 26/27- grifo nosso).

O edifício da antiga Intendência de Maceió, assim como todo o entorno da Praça Marechal Floriano Peixoto, encontra-se na ZEP-2 e no Setor de Preservação Rigorosa 1 (SPR-1), como mostra a figura 345.

Figura 345– Mapa do bairro do Centro. Em destaque, a ampliação do entorno da Praça Marechal Floriano Peixoto e o lote do edifício da antiga Intendência.



Fonte: Prefeitura de Maceió, 2018. Adaptado pela autora, 2019.

Conforme estabelecido pelos artigos 54 e 55 do Código de edificações (2007, p.10), a ZEP-2 “tem a sua preservação direcionada à vocação comercial, de moradia, de lazer, de cultura e de turismo e mantém a morfologia urbana e a tipologia das edificações de interesse histórico e arquitetônico, sujeitando-se a rígido controle dos edifícios”. Visando frear possíveis alterações na paisagem urbana, foi instituída uma



verticalização baixa atingindo o gabarito máximo de quatro pavimentos, implantação de atividades voltadas ao uso comercial, industrial e de serviços, até o grupo II e o estímulo ao uso residencial (ver tabela 04); em ambas as situações o código salienta que o uso deve estar compatível com a preservação do patrimônio cultural.

Tabela 04: Parâmetros urbanísticos para a Zona Especial de Preservação 2 (ZEP-2) / Setor de Preservação Rigorosa 1 (SPR-1).

| Zonas/ Setores | Usos | Taxa de Ocupação do Terreno Máxima | Altura Máxima da Edificação (nº pavtos) | Testada Mínima do Lote (m) | Área Mínima do Lote (m ²) | Recuo Mínimo | | Coeficiente de Aproveitament o do Terreno | Vaga de Estacionamento |
|-------------------|--|---|---|----------------------------------|---|----------------|----------------------------|---|---------------------------|
| | | | | | | Frontal (m) | Laterais e de fundos(m) | | |
| ZEP-2/ SPR-1 | UR-1 | 90% | 2 | ----- | ----- | ----- | ----- | 2 | isento |
| | UR-4 | Quando do tipo UR1 será aplicado os mesmos critérios definidos p/ o uso UR1, quando do tipo UR5 será aplicado os critérios definidos p/ o uso UR5 | | | | | | | |
| | UR-3 | 70% | 2 | ----- | ----- | ----- | ----- | 2 | isento |
| | UR-5 | 80% | 4 | ----- | ----- | ----- | ----- | 3 | Ver art.380 |
| | Com., Serv. e Ind. Grupos I e II | A. C. até 300m ² - 90% A. C. acima de 300m ² - 80% | 3 | ----- | ----- | 0 | ----- | 3 | Ver art.380 |

Fonte: Maceió, 2007, p.123.

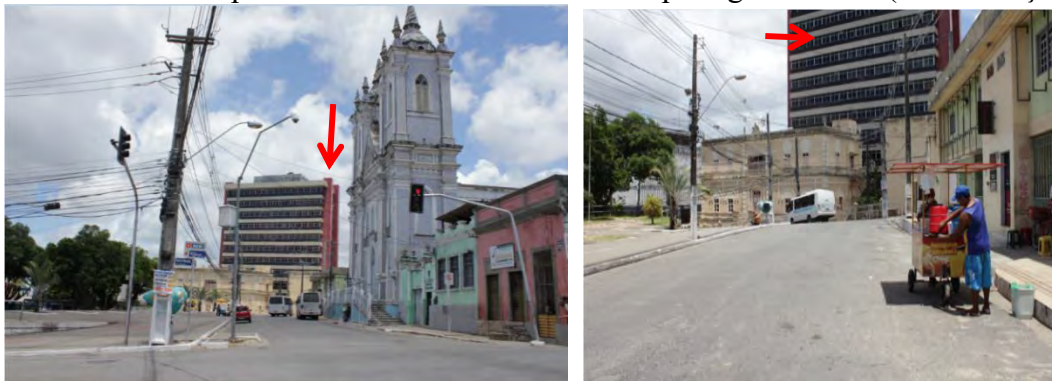
No Código de Edificações de Maceió de 2007, foram observados alguns pontos que não seguem os padrões estabelecidos pela normativa, como o caso do edifício da Secretaria da Fazenda (SEFAZ), construído na década de 1980, com 10 pavimentos. A normativa regulamentada para o Setor de Preservação de Entorno 1 (SPE-01) estabelece que as construções voltadas para o uso comercial, industrial e de serviços, até o grupo II, permitem até seis pavimentos, em conformidade com a preservação do patrimônio cultural (MACEIÓ, 2007).

Entretanto, a construção do prédio antecedeu a vigência do código, o que impossibilita a adoção de medidas jurídicas para reverter o caso. Acrescenta-se, ainda, que o imóvel interfere visualmente na paisagem do entorno da Praça Marechal Floriano Peixoto, assim como no protagonismo da Igreja dos Martírios, como pode ser observado nas figuras 346 e 347.

4. ESTUDO DAS LEGISLAÇÕES PERTINENTES



Figuras 346 e 347 – Vistas dos trechos do entorno da praça Marechal Floriano. Observa-se o prédio da SEFAZ interferindo na paisagem urbana (ver indicação).



Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, 2019.

Além do SPE-01, o Setor de Preservação Rigorosa 1 (SPR-1) é delimitado pelo Setor de Preservação de Entorno 2 (SPE-02), que, diferentemente do SPE-01, permite a verticalização de até oito pavimentos e o uso e ocupação para atividades comerciais, industriais e de serviços, no grupo III, de acordo com a morfologia urbana e em consonância com as edificações históricas do local. Ambos os Setores de Preservação do Entorno apresentam diretrizes que estimulam o uso residencial.

Tabela 05: Parâmetros urbanísticos para a Zona Especial de Preservação 2 (ZEP-2) / Setores de Preservação Entorno 1 e 2 .

| | | | | | | | | |
|----------------------------------|---|---|--------------------|--|---|---|--|--|
| SPE-1 | UR-1 | 90% | 2 | | | 2 | isento | |
| | UR-4 | Quando do tipo UR1 será aplicado os mesmos critérios definidos p/ o uso UR1, quando do tipo UR5 será aplicado os critérios definidos p/ o uso UR5 | | | | | | |
| | UR-3 | 70% | 2 | | | 2 | isento | |
| | UR-5 | 80% | 4 | | | 3 | Até 100m ² - 1 vaga >100m ² < 250m ² - 2 vagas >250m ² - 3 vagas | |
| Com., Serv. e Ind. Grupos I e II | A. C. até 70m ² - 90% A. C. até 300m ² - 80% Acima de 300m ² - 70% | 4 | | | 5 | 3 | Isento até 70m ² Até 500m ² de A.C. 1 vaga p/ 100m ² Acima de 500m ² 1 vaga p/ 150m ² | |
| SPE-2 | UR-1 | 90% | 2 | | | 2 | isento | |
| | UR-4 | Quando do tipo UR1 será aplicado os mesmos critérios definidos p/ o uso UR1, quando do tipo UR5 será aplicado os critérios definidos p/ o uso UR5 | | | | | | |
| | UR-3 | 70% | 2 | | | 2 | isento | |
| | UR-5 | 60% | 8 | | | 3 | Até 100m ² - 1 vaga >100m ² < 250m ² - 2 vagas >250m ² - 3 vagas | |
| | Com., Serv. e Ind. Grupos I, II e III | A. C. até 70m ² - 90% A. C. até 300m ² - 80% A. C. acima de 300m ² - 70% | 2 ^{*(14)} | | | 5 | 3,0 | Isento até 70m ² Até 500m ² de A.C. 1 vaga p/ 100m ² Acima de 500m ² 1 vaga p/ 150m ² |

(¹⁴) – Podendo chegar até 8 pavimentos, sendo que a partir do 3º. Piso obedece as regras do uso UR5
Obs. Ver Livro II, título VI, e Livro V, título II, capítulo I e II, e lei Municipal aplicável.

Fonte: Maceió, 2007, p.123 e 124.

No que diz respeito ao patrimônio cultural, a normativa 4.545/1996, que regulamenta as Zonas Especiais de Preservação (ZEPs), estabelece diretrizes restritivas



para bens de valor histórico-cultural para a sociedade alagoana. A partir dessa premissa, o conjunto urbano da Praça Marechal Floriano Peixoto e a edificação da antiga Intendência estão enquadrados nos seguintes aspectos:

Art. 2º - As Zonas Especiais de Preservação (ZEP), poderão ser subdivididas em Setores de Preservação Rigorosa (SPR) e Setores de Preservação Ambiental (SPA). **§ 1º - Considera-se, para os efeitos desta Lei, Setor de Preservação Rigorosa (SPR), o espaço urbano contendo qualquer edificação ou conjunto de edificáveis, instituídas como Patrimônio Cultural Edificado de Maceió, sujeitos, por isso, a um rígido controle das intervenções edilícias e urbanísticas de modo a impedir intervenções ou não intervenções que provoquem o seu perecimento ou que interfiram nas suas características, alterando-lhe a feição original ou ambiência.**
Art. 3º - A proteção ao Patrimônio Cultural Edificado de Maceió, deverá ser exercida pelo Poder Público Municipal com a colaboração da comunidade, por meio de vigilância execução das obras de conservação, reparação ou restauração (Maceió, 1996- **grifo nosso**).

Esse aporte jurídico também abarca estratégias referentes aos usos e índices urbanísticos, normas gerais para obras e parcelamento do solo, veículos de divulgação, assim como benefícios fiscais por parte da gestão pública para incentivar os proprietários e inquilinos das edificações situadas nas Zonas Especiais de Preservação (ZEPs) e no Setor de Preservação Rigorosa (SPR) a realizarem intervenções com o objetivo de promover a conservação, restauração ou reparação. As diretrizes estão descritas no artigo 32º:

Art. 32º - Fica o Prefeito da Cidade de Maceió autorizado a conceder os seguintes benefícios fiscais ao particular que promover a conservação, reparação ou restauração do imóvel de sua propriedade localizado em SPR:
I - Isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) pelo prazo de até dois (02) anos, quando a atividade preservadora tiver sido de conservação;
II - Isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) pelo prazo de até cinco (05) anos, quando a atividade preservadora tiver sido de reparação;
III - Isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) pelo prazo de até dez (10) anos, quando a atividade preservadora tiver sido de restauração;
IV - Isenção da taxa relativa à concessão de licença para execução de obras de construção, conservação, reparação ou restauração, que se conforme com as normas estabelecidas nesta Lei e com regulamentação própria da ZEP baixada por Decreto (MACEIÓ, 1996, p. 7- grifo nosso).

Além das legislações supracitadas, destaca-se o Código de Posturas de Maceió (Lei nº 3.538, de 23 de dezembro de 1985), que tem por objetivo definir as normas que disciplinam a vida social urbana e os deveres dos cidadãos em relação à comunidade e à administração pública municipal. No entanto, Maceió não possui nenhum instrumento legal específico para o tombamento de edificações em nível municipal.



No nível estadual, a Praça Marechal Floriano Peixoto e o conjunto arquitetônico do seu entorno, que inclui a edificação da antiga Intendência, possuem tombamento estadual, conforme consta no Decreto nº 38.309, de 09 de março de 2000. Em relação aos monumentos do conjunto, dois são tombados e inseridos no Livro do Tombo de Edifícios e Monumentos Isolados: a Igreja Bom Jesus dos Martírios (Decreto nº 37.127, de 31 de janeiro de 1988) e o Palácio Marechal Floriano Peixoto (Decreto s/n, de 28 de agosto de 2009).

Para os bens tombados na instância estadual o arcabouço legal vigente é a Lei nº 4.741 de 17 de dezembro de 1985 – “Dispõe sobre o tombamento de bens para integração no patrimônio histórico artístico e natural do estado de Alagoas e dá providências correlatas”. Na presente normativa, destaca-se o capítulo I, artigo I item IV:

Art. 1º. São bens de interesse cultural e conseqüentemente suscetíveis da proteção e vigilância do Poder Público estadual todos aqueles que, móveis ou imóveis, atuais ou futuros, existentes no território alagoano, por seu valor histórico, artístico, arqueológico, etnográfico, paisagístico, folclórico ou bibliográfico, mereçam ser preservados de destruição ou de utilização inadequada, entre os quais se incluem.

VI – Os conjuntos urbanos, cidades, vilas e povoados formados com edificações típicas ou representativas de excepcional arquitetura, ou, ainda, ligados a fatos históricos (ALAGOAS, 1985, p.1)

Sendo assim, qualquer intervenção no bem ou conjunto urbano tombado deve seguir o regimento da normativa e apresentar autorização da Secretaria de Cultura do Estado, como consta no Título IV, artigos 21 e 22.

Art. 21 - Os bens tombados não poderão, em caso nenhum ser destruídos, demolidos ou mutilados, nem, sem prévia autorização especial da Secretaria de Cultura, reparados, pintados ou restaurados, sob pena de multa correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor do dano causado.

Art. 22. Os bens tombados ficam sujeitos à vigilância permanente da Secretaria de Cultura, que os inspecionará sempre que entender conveniente, não podendo os respectivos proprietários, possuidores ou ocupantes, criar obstáculos à inspeção, sob pena de multa no valor correspondente ao de 05 (cinco) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional – ORTNs, aplicável em dobro em caso de reincidência (ALAGOAS, 1985, p.5 – **grifo nosso**).

Em suma, é importante destacar que, apesar da existência das legislações vigentes voltadas à preservação da área em estudo —a Praça Marechal Floriano Peixoto e o conjunto edilício —, o arcabouço legal estadual (Lei nº 4.741/1985) prevalece sobre



o municipal (Plano Diretor de 2005), em conformidade com a hierarquia das jurisprudências vigentes e com base no ordenamento jurídico estabelecido pela Constituição Federal de 1988.

Em caso de divergência, as normas estaduais devem prevalecer, exceto quando a legislação municipal for mais específica em relação às particularidades locais e não houver conflito direto com a legislação superior. No que se refere à preservação da praça e do conjunto arquitetônico, o poder estadual detém maior autoridade. No entanto, essa prerrogativa não impede o município de notificar o Estado em situações de negligência ou abandono de bens tombados — como ocorreu em 2019, quando imóveis adjacentes ao Palácio Marechal Floriano Peixoto foram notificados pela administração municipal devido ao abandono e ao avançado estado de degradação em que se encontravam.

Perante o exposto, é notória a falta de ações complementares por parte da gestão municipal, que incentivem o desenvolvimento do espaço urbano e contribuam para valorizar esse lugar e os monumentos do entorno, freando as degradações e descaracterizações (ver figura 348), tendo em vista que o imóvel da Intendência pertence à Prefeitura de Maceió.

Figura 348— Fachada noroeste do bloco principal do conjunto da antiga Intendência.



Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, fevereiro de 2019.

5. LEITURA VALORATIVA DO CONJUNTO DA ANTIGA

INTENDÊNCIA MUNICIPAL DE MACEIÓ



De acordo com Araújo (2012), a atribuição de valor a uma obra de arte se inicia quando os sujeitos reconhecem e decidem que determinado bem ou lugar merece ser conservado, isto é, tem significado para eles ou representa algum marco do passado relevante a ponto de ser propagado para as gerações seguintes. “Quanto maior o valor que se reconhece na obra de arte, maior seria o valor do sujeito capaz de reconhecê-lo” (BÖHM, 2015, p. 157). Dentro desse contexto, elencaram-se os valores que contribuem para o reconhecimento do conjunto da antiga Intendência Municipal de Maceió como obra de arte.

O imóvel da antiga Intendência Municipal é um exemplar da arquitetura eclética que marca o período de construção de edificações públicas erguidas na cidade de Maceió no século XX. O edifício está implantado em um conjunto monumental relacionado ao poder político e administrativo e amparado pela Igreja dos Martírios, que inclui o Palácio Marechal Floriano Peixoto e um conjunto de casarios que, juntos, compõem o conjunto arquitetônico da Praça Marechal Floriano Peixoto e marcam uma nova centralidade para a cidade de Maceió no período republicano.

Ao estudar o prédio da municipalidade, compreende-se que o bem adquire importância a partir da leitura e valoração dessa praça, que assumiu caráter cívico durante o período republicano. A edificação, construída no início do século XX (1909-1921) para sediar a instância municipal – Intendência, que corresponde hoje à prefeitura –, é um exemplar da arquitetura eclética ancorada no historicismo tipológico que segue os padrões estéticos vigentes no período.

O monumento apresenta linguagem arquitetônica que, em sua composição, prioriza a utilização de elementos neogóticos. A fachada é constituída por um decoro (águia) relacionado ideologicamente à função do prédio e por elementos compositivos característicos do Ecletismo Historicista que, em sua organização formal, busca simetria, ritmos e eixos bem demarcados (base, corpo e coroamento), geometria simples e inserção de bandeiras para proporcionar melhor aeração e iluminação aos ambientes (medidas higienistas). Estruturalmente, apresenta um sistema construtivo em alvenaria de tijolo maciço e utiliza técnicas construtivas diferenciadas para solucionar problemas estruturais na cobertura e no sistema de atirantamento em viga Fink. Utiliza elementos



em ferro para compor a portada principal do edifício e os gradis que integram o sistema de pilaretes que delimitam o lote. Além dos itens mencionados, nota-se o enobrecimento dos ambientes com a presença de pinturas decorativas que contribuem para valorizar o edifício e documentar as particularidades desse imóvel. O prédio apresenta a imponência e o caráter dos edifícios públicos erguidos durante o período republicano.

O imóvel abrigou o uso institucional municipal por, aproximadamente, trinta anos. No entanto, com a expansão da cidade em meados da década de 1940, os ambientes do edifício não mais comportaram os setores públicos e, assim, a sede da prefeitura deslocou-se para outro imóvel. A antiga Companhia de Saneamento de Águas e Esgotos de Maceió (SAEM) passou a ocupar o prédio em 1947 (ARAÚJO, 1999).

Em meados do século XX, durante o uso da SAEM, a edificação perdeu seu valor, sofreu descaracterização e importantes elementos foram removidos, a exemplo da escada principal que estabelecia a relação de eixo de simetria e a monumentalidade com a praça. Contudo, sua estrutura física permaneceu. Por meio dos antigos registros visuais e de pesquisas, percebe-se que nessa época grande parte das alterações nos espaços internos do prédio foram realizadas.

Com o intuito de resgatar a representatividade desse imóvel e abrigar a sede da municipalidade, a prefeitura de Maceió, no ano 2000, realizou o projeto de intervenção do imóvel, o que permitiu que a antiga Intendência Municipal de Maceió pudesse chegar aos dias atuais. Até o ano de 2005, setores da instância municipal, como a sede da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), ocuparam o prédio. Quando a SEMAS desocupou o imóvel, em meados de abril de 2017, por já não comportar adequadamente os setores administrativos, o edifício foi alvo de atos de vandalismo que perduraram até novembro de 2019. Atualmente, o prédio pertence à Prefeitura de Maceió e está ocupado pela Fundação Municipal de Ação Cultural (FMAC).

No que concerne aos valores encontrados no edifício da antiga Intendência Municipal nota-se que extrapolam os bens materiais. Apesar de tombado enquanto bem cultural que compõe o conjunto urbano da Praça Marechal, em nível estadual, (Decreto nº 38309/2000) e ter proteção em âmbito municipal (Plano Diretor- 2005), sua



implantação e a relação de paisagem com a praça evidenciam a importância do edifício para potencializar o contexto urbano. Sendo assim, é impossível compreender o edifício da antiga Intendência Municipal sem sua ambiência.

Uma questão que merece ser evidenciada é a relação do edifício com seu entorno, a Praça Marechal Floriano Peixoto, e as demais construções projetadas pelo arquiteto italiano Luigi Lucarini, que também projetou prédios em outras áreas da cidade, como o Teatro Deodoro, o Palácio do Governo, a ampliação da Santa Casa de Misericórdia e o Tribunal de Justiça, marcando a renovação estética de Maceió no século XX. No que se refere às edificações erguidas no início do século XX, observa-se o intuito de resgatar a modernidade e acompanhar os avanços tecnológicos oriundos da Europa e sob influência dos costumes burgueses, incorporados ao cotidiano e moldados pelo ideário de progresso estabelecido no período republicano. Esses exemplares arquitetônicos atualmente se destacam na paisagem contemporânea, são considerados marcos da cultura maceioense e portadores dos aspectos memoriais e simbólicos que perduram no decorrer das décadas.

Mesmo o edifício da antiga Intendência Municipal sendo foco de constantes estudos e pesquisas de profissionais e estudantes de arquitetura e urbanismo das universidades de Maceió, observa-se o descaso das instâncias municipal e estadual em relação ao prédio após o ato de vandalismo. O fato acarreta preocupação, pois a perda desse bem cultural edificado implicaria prejuízos materiais e imateriais, interferindo no contexto urbano da Praça Marechal Floriano Peixoto, tendo em vista que o imóvel carrega atributos memoráveis e de pertencimento.

Atualmente, o bem cultural ainda apresenta inúmeras potencialidades que podem ser identificadas a partir da leitura do edifício enquanto conjunto e dos seus elementos característicos da arquitetura eclética, como a manutenção da relação com o lote afastado nas porções laterais e a implantação distinta que possibilita a leitura dos blocos principal e anexo, ainda presentes de forma íntegra.



No entanto, apesar das intervenções para atender aos diversos usos e do atual estado de depredação após os atos de vandalismo, é possível apreender a espacialidade do edifício e seus materiais construtivos como pisos em ladrilho hidráulico e madeira, forros em madeira, utilização do ferro fundido nas esquadrias e nas soluções técnicas estruturais para a cobertura vigas fink e colunas de ferro, além das pinturas decorativas no pavimento térreo – reforçando o caráter enobrecido do prédio principal. Pontua-se, também, a relação da edificação com conjunto arquitetônico que compõe o entorno imediato da praça o que faz dele um imóvel interessante para análise mais aprofundada, permitindo realizar o projeto de intervenção sem maiores empecilhos.

A grande questão enfrentada diante do imóvel foi a escolha de um uso adequado, de modo a não comprometer a dinâmica do espaço e ser compatível com o entorno da Praça Marechal Floriano Peixoto e com o conjunto da Intendência, objeto da intervenção. Após análises, pesquisas e levantamentos das forças e fraquezas da área, criou-se uma linha guia para nortear a intervenção, sempre embasada no aporte teórico escolhido. As ações foram pautadas no retorno das atividades administrativas municipais direcionadas aos fazeres culturais. A ideia era estabelecer um polo cultural com a praça e os outros edifícios que hoje apresentam uso de incentivo cultural, com a possibilidade de unir a gestão pública e a iniciativa privada para auxiliar as práticas culturais na localidade. A parceria entre os agentes público e privado pode ser uma estratégia importante no sentido de fomentar capital extra para futuros reparos ou manutenção do imóvel, visando à conservação do bem.

A proposta também abrange diretrizes para a Praça Marechal Floriano Peixoto, e para as edificações do entorno, tendo em vista a impossibilidade de intervir na antiga Intendência, desassociando-a da praça, pois a relação de atributos está intrinsecamente vinculada à composição desse conjunto no espaço urbano. Nesse seguimento, Carlo Cattaneo⁶⁷ (1839/1862) reforça que:

⁶⁷ O trecho mencionado foi retirado do artigo de Cattaneo publicados no periódico Politecnico entre 1839 e 1862, apud ROCCHI, 1974, p. 21 traduzido e citado na tese de Manoela Rossinetti Ruffinoni intitulada “Preservação e restauro urbano: Teoria e prática de intervenção em sítios industriais de interesse cultural.

[...] Uma praça destinada a acrescentar magnificência a um edifício, deve primeiramente coordenar-se a ele. Ao mesmo tempo, consistindo esta em certa disposição das edificações circundantes, não pode desvincular-se totalmente das suas necessárias condições (CATTANEO, 1839 e 1862, p.21 apud ROCCHI, 1974, p.21).

A partir desse aspecto, Cattaneo (1839/1862) frisa a relevância do espaço urbano e da praça, uma vez que não se trata de mero logradouro no qual o bem cultural se encontra inserido, mas de um local composto por elementos edificados e relações sociais que valorizam o ambiente. Dessa maneira, torna-se fundamental a elaboração de diretrizes que respeitem as particularidades tanto na parte estética quanto na parte histórica da praça, bem como na ambiência do entorno imediato.

No entanto, o foco das ações foi direcionado ao conjunto da Intendência (bloco principal e anexo), tendo como objetivo a implantação das atividades voltadas ao segmento cultural. A justificativa é a nova dinâmica cultural que se instalou na Praça Marechal Floriano Peixoto, por conta da presença da Secretaria de Estado da Cultura de Alagoas, do Museu Marechal Floriano Peixoto e da Fundação Pierre Chalita.

Com base nos pontos elencados, essas atividades podem contribuir para que o edifício da antiga Intendência restabeleça a relação com o espaço urbano da praça, permitindo, assim, sua preservação.

6. ASPECTOS TÉORICOS E CONCEITUAIS: RESTAUROCRÍTICO
E A ABORDAGEM CRÍTICO CONSERVATIVA E CRIATIVA



As reflexões teóricas referentes ao tema da preservação do patrimônio, foram iniciadas no Renascimento. Todavia, no final do século XVIII se consolidaram as discussões sobre a preservação dos bens móveis e imóveis, evidenciando a preocupação em ampliar as iniciativas de preservar os bens que estavam sujeitos a modificações influenciadas pelo Iluminismo, Revolução Industrial e pelos atos de vandalismo ocorridos na França, em decorrência da Revolução de 1789. De forma gradativa, surgem as primeiras medidas para inventariar os exemplares arquitetônicos, visando reunir a “produção artística do passado” (SANT’ANNA, 2014, p.23). Frente a esses acontecimentos, surgiu a ideia de patrimônio, associada aos grupos políticos que buscavam o sentimento nacional fincado no setor econômico. Esses grupos passaram a reconhecer os atributos simbólicos de suas construções e a incorporar um 'sistema de representação cultural' (TASSO, 2013, p.40).

No início do século XIX, surge um novo olhar sobre a conservação, restauração e proteção dos bens, com destaque para a França e a Inglaterra. No entanto, foi somente no século XX, que essas ideias se espalharam para outras partes do mundo. Ao longo dos séculos, houve um aprofundamento das discussões e novas ponderações sobre o patrimônio e as políticas preservacionistas. O teórico Alois Riegl, em sua conceituação teórica, propôs a atribuição de valores como ponto de referência, no que se refere ao monumento, respeitando o bem cultural e suas particularidades. Esses valores tornaram-se os pilares para definir o que deveria ser conservado.

Após as contribuições teóricas e ponderações entende-se que, para elaborar um projeto de intervenção, é fundamental, reconhecer os valores históricos, artísticos, memoriais e simbólicos contidos em um bem cultural, os quais devem ser analisados de forma cautelosa. Para Beatriz Kühl (2017):

O ato de intervir em bens culturais de modo fundamentado – o restauro – tem metodologia, princípios teóricos e procedimentos técnico-operacionais que lhe são próprios e resultam da reflexão sobre os motivos pelos quais preservamos e de experimentações pluriseculares, essenciais para circunscrever os próprios objetivos da ação, repercutindo na escolha dos meios técnico-operacionais, para que a ação não se torne arbitrária, mesmo devendo ser problematizada. (KÜHL, 2017, p.97).



As ações sobre o patrimônio edificado perpassam a necessidade de compreender o bem para captar a mensagem que o monumento expressa. Assim o profissional, ao intervir em um monumento, deve agir com sensibilidade, além de conhecimento técnico e histórico, a fim de tomar decisões apropriadas e fundamentadas. Esse processo deve ser guiado por uma reflexão teórica, utilizando métodos que orientem os questionamentos e conflitos enfrentados nas ações práticas. Segundo Kühl (2004, p. 310), a restauração é um 'processo histórico-crítico', que coloca em segundo plano os anseios individuais e pessoais, priorizando uma análise mais profunda da obra.

Para a realização de intervenção adequada é essencial uma análise e o estudo minucioso de cada situação, pois cada bem possui características singulares no que tange à configuração espacial, materiais e sistemas construtivos. A partir dessa apreensão detalhada do bem, pode-se atuar de maneira mais consciente na aplicação de princípios teóricos durante as intervenções que têm contribuído, ao longo dos séculos, para o entendimento do campo da restauração. Conforme expõe Kühl:

O conhecimento aprofundado deveria conduzir à compreensão e, por conseguinte, ao respeito pela(s) obra(s), requisito essencial quando se trata de bens culturais, que leva a posturas verdadeiramente conservativas. Pois intervir num bem de interesse cultural, que é um documento histórico e possui papel memorial é ato de extrema responsabilidade, pois se trata, sempre, de documentos únicos e não reproduzíveis. Essa percepção deveria levar à conscientização, pelo fato de qualquer intervenção, de modo forçoso, alterar o bem, de que uma mudança não controlada leva a perdas irreparáveis, lembrando-se que os organismos históricos são muito delicados (KÜHL, 2005/2006, p. 32).

No século XX, surgem outros teóricos com novos pensamentos sobre o restauro. Entre as teorias se destaca a do restauro crítico defendida por Cesare Brandi. Em sua concepção, Brandi preocupa-se com a questão artística e histórica do monumento. Para o teórico, “a restauração constitui o momento metodológico do reconhecimento da obra de arte, na consistência física e na sua dúplice polaridade estética e histórica, com vistas à sua transmissão para o futuro” (BRANDI, 2004, p.30). Uma vez que a partir do reconhecimento de um bem como obra de arte pode-se estabelecer as condutas para conduzir a restauração.



Cesare Brandi relata que o reconhecimento da obra de arte está vinculado à materialidade do bem. Nesse viés, a obra de arte depende da forma como considerarmos suas especificidades, a partir da atribuição de valores. Relacionam-se, nesse contexto, o modo de interpretação da obra no mundo e alicerçado na experiência e percepção do ser humano individual, uma vez que, a forma como o bem é valorado irá guiar as ações de restauração.

Assim, o teórico expõe que as ações restaurativas devem objetivar o reestabelecimento da unidade potencial da obra de arte e reintegração de sua imagem (KÜHL, 2008). Nesse sentido, a vertente brandiana evidencia que a obra de arte é constituída por uma unidade completa que não é formada por elementos independentes, mas deve ser concebida como inteiro e não por meio da soma das partes separadas (Brandi, 2004). Nos casos em que a obra de arte não possa ser dividida, por estar constituída de fragmentos, a apreensão dessas partes como unidade não ocorre de forma autônoma, mas os pedaços passam a integrar um todo. À vista disso, o ato da restauração está alicerçado no respeito pela obra de arte, no qual deve-se devolver a unidade em potencial dos elementos em relação ao todo da obra. O objetivo é recuperar a unidade plena, de modo que, apesar das perdas ou acréscimos que interferem na apreensão do bem, o monumento ainda apresente potencialidade permitindo a ação de restauro.

Ao intervir em bens culturais, deve-se respeitar a singularidade da obra e suas marcas da passagem do tempo, configurando a intervenção como um ato crítico no que se refere às remoções e adições, a fim de evitar equívocos como um falso histórico ou uma ofensa estética. Nas palavras de Odete Dourado:

A intervenção restaurativa incorpora-se ao monumento, passando a fazer parte da sua história e, portanto, da sua transmissão no tempo. Como tal, deverá trazer, inexoravelmente, as marcas da época em que foi executada, sem desrespeitar as duas instâncias de que gozam as obras de arte: as que dizem respeito à estética e à história (DOURADO, 2003, p.11).



Para Brandi “restaura-se somente a matéria da obra de arte” e nenhum restauro deverá comprometer ou realizar algum dano à imagem (BRANDI, 2004, p.31). O teórico ressalta o respeito pela instância estética e histórica da obra, e afirma que não se pode fundir as intervenções sem que exista distinção entre o novo e o antigo. A intervenção deverá ser identificada de forma fácil evitando possíveis enganos em relação à feição original da obra. Segundo Nery e Baeta (2015):

A restauração é uma intervenção na preexistência que objetiva, unicamente, restabelecer a unidade artística plena da obra, não redefinido seu caráter figurativo, não interferindo na imagem que ainda é apreendida – apesar da deterioração do material componente da obra – e também não comprometendo a legitimidade artística e histórica do monumento (NERY; BAETA; 2015).

De acordo com as colocações de Cesare Brandi, o ato da restauração deve ter como parâmetro o estado presente, o momento no qual a obra de arte se relaciona com o indivíduo, levando em consideração o significado que a obra possui, hoje, e visando à transmissão da obra para o futuro. Posto isto, o estado de conservação da obra de arte é que irá direcionar e impor limites ao ato da restauração. Consequentemente, determinará o que pode ser ou não despreendido da instância histórica, respeitando os vestígios que perduraram ao decorrer do tempo. Ou seja, se o estado de degradação do bem for tão extenso que não seja possível apreender a unidade figurativa, nesse caso não se deve restaurar, pois a restauração ocorre pela arte e não pela história. Dessa maneira, todas as decisões devem ser justificadas e embasadas em preceitos consistentes tanto na instância estética como na histórica.

Ademais, cabe frisar que a concepção brandiana considera o espaço físico interno próprio de cada monumento, assim como o vínculo entre o objeto arquitetônico e o sítio no qual o bem foi erguido (BRANDI, 2004). Além da importância da espacialidade interna intrínseca em cada obra, o teórico aponta que a relação entre o monumento e o invólucro pode contribuir para a percepção e apreensão desses locais e das obras individuais que compõem o espaço urbano. Conforme Brandi (2004):

[...] Na arquitetura a espacialidade própria do monumento é coexistente ao espaço ambiente em que o monumento foi construído. Se então, em uma obra



de arquitetura como interior, a salvaguarda da dimensão exterior-interior é assegurada só pela conservação do interior, em uma obra de arquitetura como exterior, a dimensão interior-exterior exige a conservação do espaço ambiente em que o monumento foi construído.

A problemática da intervenção na arquitetura] apresenta duas fases diferentes: pode ser contemplado do ponto de vista do monumento ou do ambiente em que se encontra, além de estar ligado de modo indissolúvel ao próprio monumento do ponto de vista espacial, pode constituir, por sua vez, um monumento, de que o monumento em questão constitui um elemento (BRANDI, 2004, p.132 e 133 – grifo nosso).

Com base na teoria brandiana e nas concepções do restauro crítico, ampliaram-se as reflexões a cerca das correntes do restauro. A abordagem “crítico- conservativa e criativa” de Giovanni Carbonara não significa um congelamento durante a restauração ou a preservação da obra. A abordagem consiste em enaltecer a preexistência no aspecto figurativo da obra a partir da utilização de ações criativas que possibilitem a remoção de elementos ou na reintegração de lacunas para dar continuidade à obra, sempre atuando de maneira respeitosa (KÜHL, 2006).

Essa vertente baseia-se no juízo histórico-crítico, ancorado no objeto e ressalta a atenção para a instância histórica e relevância da obra como imagem figurativa. De acordo com Carbonara:

“Conservativa” porque parte do pressuposto de que o monumento deve em primeiro lugar ser perpetuado e transmitido ao futuro nas melhores condições possíveis; além disso, a atual consciência histórica e sua maior sensibilidade aos bens da “cultura material” acarreta conservar muitas mais “coisas” que no passado. “Crítica” porque afirma que cada intervenção é um caso em si não enquadrável em categorias, e reestuda profundamente caso a caso sem assumir posições dogmáticas ou de alinhamento nos confrontos dos problemas e soluções que o restauro suscita (CARBONARA, 2012, p. 40-41).

Nesta abordagem, Carbonara fundamenta-se na relação dialética entre a instância estética e histórica dos bens, onde cada obra é tratada de modo individual, atentando para os valores documentais e formais, relacionados ao aspecto da imagem da obra, a fim de evitar deturpações e interpretações equivocadas do bem cultural.



Para o teórico a restauração não pode ser compreendida, somente, como ação técnica vinculada ao projeto e dirigida aos aspectos estéticos da obra, mas como ato conceitual que exige reflexões para introdução de novos elementos, a partir de uma relação harmônica e equilibrada com a preexistência, de acordo com os princípios:

- Distinguibilidade; preceito no qual o observador não pode entender as intervenções realizadas na configuração preexistente. A intervenção deverá evidenciar essa diferença, pautada em ações respeitadas, em razão de ser um bem cultural carregado de atributos históricos e documentais.
- Reversibilidade; essa ação não deve inviabilizar o bem de ser passível a intervenções posteriores caso seja necessário, mas facilitar as ações futuras.
- Mínima intervenção; respeito pela obra e seus valores estratificados no transcurso do tempo.

Por isso, ao tratar de bens que possuem valor cultural, é necessário realizar propostas com cautela e sensibilidade para não alterar características intrínsecas da obra.

7. DIRETRIZES GERAIS PARA A PRAÇA MARECHAL FLORIANO
PEIXOTO E ENTORNO



Após a análise da Praça Marechal Floriano Peixoto e de seu entorno, com foco nas forças, fraquezas e tendências da área em estudo, foram estabelecidas diretrizes gerais fundamentais para a reestruturação contemporânea desse logradouro. Tais diretrizes visam contribuir para a valorização da praça e do conjunto arquitetônico que compõe seu entorno imediato.

Nessa perspectiva, as diretrizes foram organizadas nas seguintes categorias: legislação, cheios e vazios, estudo das fachadas, gabarito de altura e engenhos publicitários.

1) Legislação

- Manter o polígono de proteção a nível municipal estabelecido para a Zona Especial de Preservação Rigorosa 2 (ZEP-2) no Plano Diretor de 2005.

- Criar políticas públicas voltadas ao fortalecimento e incentivo à preservação dos monumentos e do conjunto arquitetônico que compõe o entorno da Praça Marechal Floriano Peixoto.

- Manter o gabarito de altura estabelecido para o entorno imediato da Praça Marechal Floriano Peixoto (Setor de Preservação Rigorosa 1 e Setor de Preservação do Entorno Cultural 1 e 2).

- Reestruturar as normativas referentes ao patrimônio cultural de Maceió nas instâncias estadual e municipal, buscando evitar descaracterizações e demolições dos imóveis no entorno imediato da Praça Marechal Floriano Peixoto.

- Reformular os parâmetros já existentes para os engenhos publicitários no patrimônio cultural.

2) Cheios e Vazios

- Manter a permeabilidade registrada no entorno e na Praça Marechal Floriano Peixoto, assim como a manutenção da vegetação locada nos recuos laterais dos edifícios erguidos no início do século XX;



3) Estudo das Fachadas

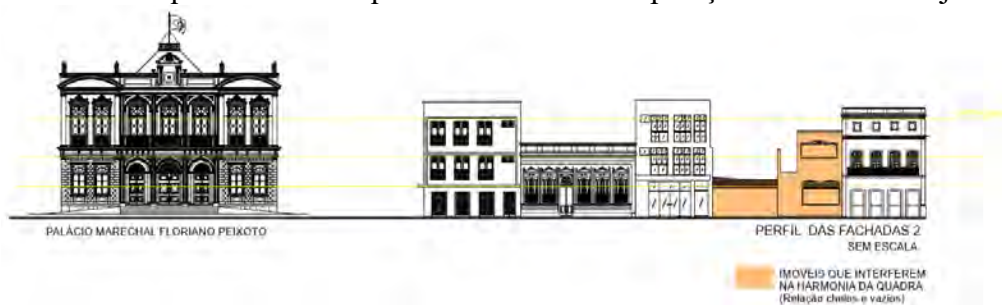
- Realizar um estudo destinado a resolver as alterações na composição rítmica das faces de quadra que compõem o entorno da Praça devido aos imóveis recentes ou ausência de imóveis (estacionamento), conforme visualizado nos perfis a seguir.

Figura 349- Perfi 1 do entorno imediato da Praça Marechal Floriano Peixoto, em destaque os edifícios que interferem na composição rítmica do conjunto.



Fonte: Acervo de Karla Calheiros, 2020.

Figura 350- Perfi 2 do entorno imediato da Praça Marechal Floriano Peixoto, em destaque os imóveis que interferem na composição rítmica do conjunto.



Fonte: Acervo de Karla Calheiros, 2020.

Figura 351- Perfi 4 do entorno imediato da Praça Marechal Floriano Peixoto, em destaque o estacionamento privativo que interfere na composição rítmica do conjunto.



Fonte: Acervo de Karla Calheiros, 2020.



3) Gabarito de Altura

- Realizar estudos específicos para definir parâmetros normativos referentes ao gabarito de altura para o entorno imediato da praça, tendo como referência as edificações preexistentes que compõem cada quadra, como o Palácio Marechal Floriano Peixoto, a Igreja dos Martírios, o complexo da antiga Intendência Municipal e a Fundação/Museu Pierre Chalita, a fim de não comprometer o protagonismo dos monumentos.

4) Engenhos publicitários

- Remover os engenhos publicitários e outdoors que interferem na visibilidade dos elementos compositivos dos bens arquitetônicos do entorno;
- Realizar estudos para o ordenamento dos engenhos publicitários;
- Estabelecer diretrizes e ações punitivas mais restritivas na normativa vigente referente aos engenhos publicitários;

Uma vez que o espaço urbano da praça apresenta características morfológicas que permitem dialogar de forma harmônica com a intervenção no edifício da antiga Intendência, contribuindo para valorizar essa preexistência, propõe-se um redesenho para a praça e ações imediatas, no sentido de que aquele espaço público acompanhe as transformações dos usos no entorno e dialogue com a atual dinâmica cultural, conforme ilustrado nas figuras 367, 368, 369 e 370.



Figura 352- Imagem aérea da Praça Marechal Floriano Peixoto e do entorno imediato com a situação atual.



Fonte: Google Earth, 2020.

Figura 353- Imagem aérea da Praça Marechal Floriano Peixoto e do entorno imediato com a proposta.



Fonte: Google Earth, adaptado por Karla Calheiros, 2020.



Figura 354- Modelo tridimensional da proposta para a Praça Marechal Floriano Peixoto. Em destaque, o conjunto da antiga Intendência Municipal de Maceió.



Fonte: Acervo de Karla Calheiros, 2020.

Figura 355- Modelo tridimensional da proposta para a Praça Marechal Floriano Peixoto. Em segundo plano o conjunto da antiga Intendência Municipal de Maceió.



Fonte: Acervo de Karla Calheiros, 2020.

7.2 DIRETRIZES PARA AÇÕES IMEDIATAS NA PRAÇA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO E ENTORNO



1) Topografia e drenagem

Ao analisar a área em estudo em relação à topografia, como linha de ação inicial, propõe-se manter a configuração topográfica da Praça Marechal Floriano Peixoto, onde o plano superior, próximo à Igreja, se configura em nível mais alto, e na parte central da praça, a cota continua mais baixa, característica do traçado do sítio.

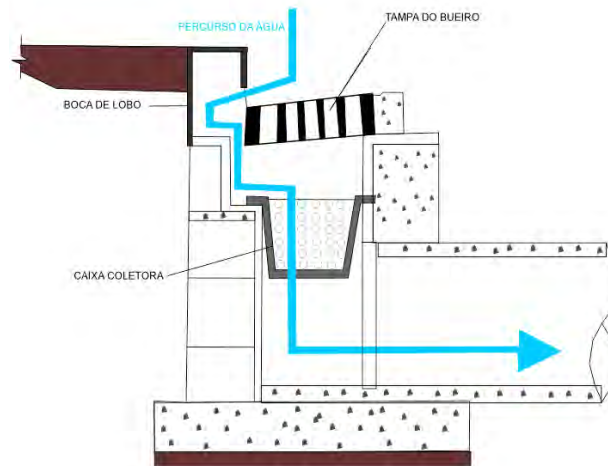
No que concerne à drenagem de água pluvial, percebe-se que o poder público municipal tem investido na realização de projetos. Entretanto, não ocorre a devida manutenção do sistema de drenagem superficial das bocas de lobo que circundam a praça, na maioria dos casos obstruídas por resíduos sólidos ou em péssimo estado de conservação, dificultando o escoamento da água.

Dessa forma, propõe-se a realização de um estudo para o estabelecimento de novas alternativas para o escoamento das águas pluviais e a permeabilidade do solo na Praça Marechal Floriano Peixoto e seu entorno, na área próxima ao edifício da antiga Intendência. Ali, o acúmulo de água afeta diretamente o imóvel, ocasionando danos, como já verificado nos relatórios dos intendentess municipais. Atualmente, existem alternativas, como o bueiro inteligente e o jardim de chuva, que auxiliam na drenagem urbana e podem ser adotadas na área em estudo.

O bueiro inteligente consiste na instalação de um filtro coletor de sedimentos na entrada da galeria, facilitando o escoamento da água e evitando possíveis trechos de alagamentos no espaço urbano, conforme ilustrado na figura 356. No entanto, essa solução não isenta o órgão municipal responsável de realizar a manutenção periódica, sendo recomendada uma vez por semana.



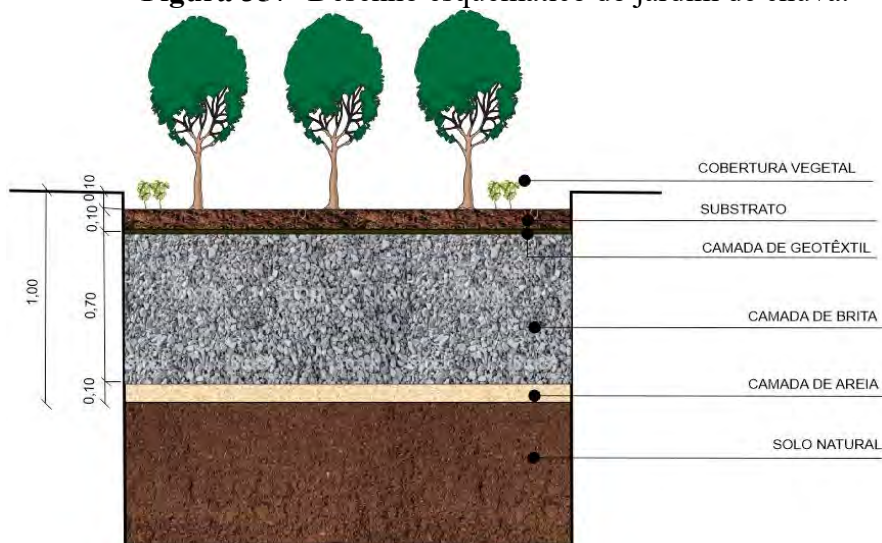
Figura 356- Croqui esquemático do bueiro inteligente.



Fonte: Acervo de Karla Calheiros, 2019.

Outra solução para auxiliar no escoamento de água pluvial é o sistema de biorretenção de águas pluviais — jardins de chuva (ver figura 357). Esse método de baixo custo propicia, por meio dos procedimentos de infiltração, retenção e absorção, a redução do volume de água escoada, protegendo as águas subterrâneas (Melo et al., 2014).

Figura 357- Desenho esquemático do jardim de chuva.



Fonte: Acervo de Karla Calheiros, 2020.



A Praça Marechal Floriano Peixoto, por estar implantada em cota mais baixa, recebe o escoamento de água pluvial do morro do Jacuntiga. Sendo assim, a proposta do jardim de chuva é ser implantada na Rua Melo Moraes, onde se situa o edifício da antiga Intendência, para onde a drenagem natural é escoada. Dessa forma, a adoção desse recurso possibilita evitar possíveis alagamentos na região, facilitando a captação e retenção da água naquela via pública, ver figuras 358 e 359.

Figura 358- Modelo tridimensional com a diretriz proposta para a drenagem urbana, em primeiro plano os jardins de chuva na Praça Marechal Floriano Peixoto e na quadra que antecede o conjunto da antiga Intendência.



Fonte: Acervo de Karla Calheiros, 2020.

Figura 359- Modelo tridimensional com vista do jardim de chuva e vista do conjunto da antiga Intendência.



Fonte: Acervo de Karla Calheiros, 2020.



Não obstante, a adoção desses sistemas não isenta a manutenção e a limpeza periódica dos resíduos sólidos que podem se acumular nos bueiros e nos jardins de chuva por parte da gestão pública.

2) Cobertura Vegetal

Com base no diagnóstico, preserva-se a vegetação de grande porte da espécie *Ficus (Ficus benjamina)*, proveniente da primeira intervenção realizada na praça no início do século XX, assim como as palmeiras imperiais inseridas na década de 1990, ver figuras 360 e 361.

Figura 360- Praça Marechal Floriano Peixoto em destaque as árvores remanescentes do início do século XX e da intervenção do ano 1995.



LEGENDA:

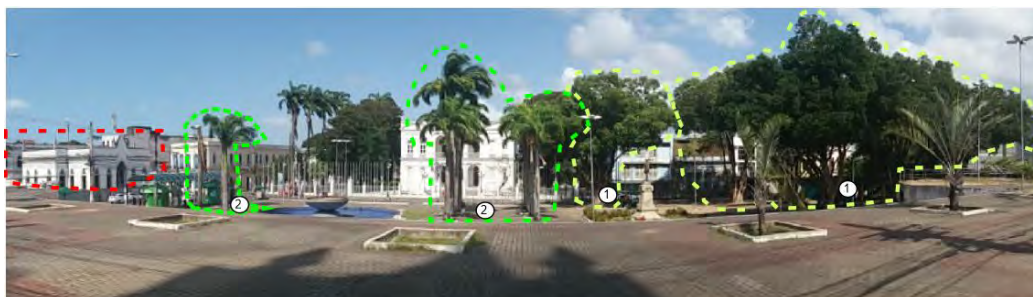
- ① Árvores remanescentes da intervenção realizada em 1905 (Projeto de Rosalvo Ribeiro)
- ② Palmeiras imperiais remanescentes da intervenção do projeto Quapá realizada no ano de 1995.

* Em destaque o conjunto da antiga Intendência

Fonte: Google earth. Adaptado pela autora, 2020.



Figura 361- Vista panorâmica da Praça Marechal Floriano Peixoto em destaque as árvores.



LEGENDA:

- ① Árvores remanescentes da intervenção realizada em 1905 (Projeto de Rosalvo Ribeiro)
- ② Palmeiras imperiais remanescentes da intervenção do projeto Quapá realizada no ano de 1995.

* Em destaque o conjunto da antiga Intendência

Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, 2019.

Ademais, almeja-se como diretriz introduzir novas espécies vegetais, respeitando os valores históricos e culturais do espaço e integrando a vegetação remanescente à nova proposta. A partir do modelo tridimensional, enxerga-se a adição de novas espécies vegetais nos canteiros próximos à Igreja dos Martírios, ver figura 362.

Figura 362 - Modelo tridimensional com a introdução dos novos canteiros no primeiro plano da praça, próximo a Igreja dos Martírios.



Fonte: Acervo de Karla Calheiros, 2020.

Inclui-se na área próxima à fonte luminosa a instalação de canteiros com vegetação de pequeno porte e a diminuição da área de gramado que contornava a fonte. Nesse sentido, a situação proposta pretende criar um local de contemplação da praça e de permanência dos usuários nesse trecho, ver figura 363.



Figura 363- Modelo tridimensional com a proposta para os novos canteiros na área próxima a fonte luminosa.



Fonte: Acervo de Karla Calheiros, 2020.

Sugere-se a implantação de novas espécies arbustivas no canteiro onde está instalado o monumento do Marechal Floriano Peixoto, (ver figura 364).

Figura 364- Modelo tridimensional com vista para o canteiro do monumento do Marechal Floriano Peixoto, observa-se a implantação de novos arbustos ao redor da estátua.



Fonte: Acervo de Karla Calheiros, 2020.



3) Uso e ocupação do solo

A diretriz referente ao uso e ocupação das edificações no entorno imediato à Praça Marechal Floriano Peixoto propõe-se o incentivo ao uso residencial, bem como a proposta dirigida aos moradores de rua que habitam o espaço da praça, e a implantação de habitação de interesse social nos imóveis abandonados situados na mesma quadra do Palácio Marechal Floriano Peixoto (ver figuras 365 e 366). A iniciativa requer diálogo com as características sociais, econômicas e culturais do local, sem negar a preservação do patrimônio e as modificações no espaço urbano.

Por estar localizada na parte central da cidade, a praça oferece condicionantes, como infraestrutura e transporte público nas proximidades do logradouro, o que propicia a viabilidade desse uso na área.

Figuras 365 e 366- Mapa com os imóveis abandonados do entorno imediato da Praça Marechal Floriano Peixoto. A figura 366 evidencia a imagem do trecho dos edifícios sem uso.



Fonte: Acervo de Karla Calheiros, 2019.

Após a compilação das informações do diagnóstico, verificou-se que, apesar da presença de edificações voltadas ao incentivo cultural na praça, como a Secretaria de Estado da Cultura de Alagoas/Museu Marechal Floriano Peixoto e o Museu Pierre Chalita, há um esvaziamento da área após o encerramento do horário comercial, tendo em vista que o bairro do Centro é predominante no setor comercial e de serviços. Em

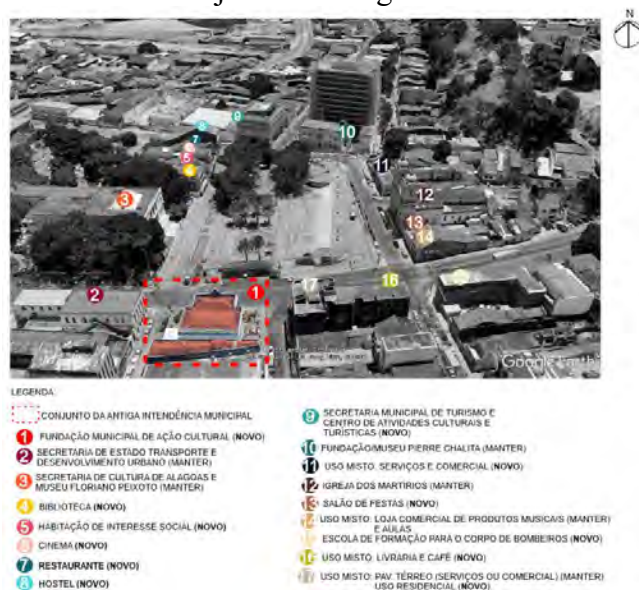
7.2 DIRETRIZES GERAIS PARA A AÇÕES NA PRAÇA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO E ENTORNO



seu livro *Morte e Vida de Grandes Cidades*, a autora Jane Jacobs (2011) ressalta que o uso monofuncional é um prejuízo para o sítio urbano, uma vez que a diversidade de usos permite que os espaços reúnam indivíduos com propósitos distintos na área urbana. Na ausência dessa dinâmica, os locais passam a ser pouco frequentados e tornam-se marginalizados. Nesse sentido, o uso residencial contribuiria para resgatar a vida do entorno da praça no período noturno.

Aos demais imóveis, sugere-se o uso misto e a aplicação da fachada ativa, estimulando o incentivo cultural, de lazer e turístico. A escolha de usos adequados passa pelo conhecimento da atual dinâmica da praça. Diante dessas características, seria viável a implantação de uma biblioteca, cinema e centro cultural voltado para cursos na área cultural e turismo, em parceria com a iniciativa privada (Senac), ver figura 367. Essas possibilidades de uso viabilizam o movimento dos indivíduos tanto no período diurno quanto no noturno. Conforme frisa Jane Jacobs (2011): 'A estrutura real das cidades consiste na combinação de usos; e nos aproximamos de seus segredos estruturais quando lidamos com as condições que geram a diversidade', sendo esta uma dos principais fatores que caracterizam a formação do espaço urbano.

Figura 367 – Esquema com alguns usos propostos para as edificações do conjunto urbanístico da Praça Marechal Floriano Peixoto, em destaque o conjunto da antiga Intendência.



Fonte: Google earth. Adaptado pela autora, 2020.



A área é caracterizada por um fluxo intenso de veículos, principalmente nas vias públicas voltadas para o edifício da antiga Intendência e para a Igreja dos Martírios. No Caderno Técnico 9 do IPHAN, intitulado 'Mobilidade e Acessibilidade Urbana em Centros Históricos', destaca-se que o impacto do tráfego de veículos, associado ao fluxo intenso, pode ocasionar danos físicos nos imóveis históricos, como fissuras e rachaduras nos revestimentos, e, em casos mais graves, comprometer estruturalmente o bem. Além disso, pode-se mencionar também a deterioração das superfícies devido à emissão de poluentes pelos veículos, fato que potencializa o aparecimento de crosta negra e sujidades nas fachadas dos edifícios.

A partir dessa premissa, propõe-se a realização de estudos de mobilidade que possam equacionar a necessidade de deslocamento da população com a preservação dos bens. Além disso, ressalta-se a necessidade de combinar os modais e privilegiar o pedestre, tendo em vista que a dinâmica urbana não abrange somente o fluxo de veículos motorizados, mas também compartilha o mesmo espaço com transeuntes e ciclistas.

A proposta baseia-se na diminuição das dimensões das vias, alargamento das calçadas e remoção do estacionamento público localizado em frente à Igreja dos Martírios, uma vez que a escadaria do templo religioso se estendia ao logradouro público e, com a abertura da via, enfraqueceu a relação da igreja com a Praça Marechal Floriano Peixoto. Visando reestabelecer essa comunicação, pretende-se implantar o espaço compartilhado, “onde o nível da pista de rolamento é elevado ao nível do passeio, possibilitando melhor acessibilidade e mobilidade”, estimulando a redução da velocidade nesse trecho (IPHAN, 2014, p.70), ver figura 368. Pontua-se a necessidade de instalar, nesse caso, balizadores em concreto para separar os limites do passeio e da via pública.

Quando o usuário da via transita a uma velocidade mais amena transforma-se em um elemento fixo da rua em um momento específico. Diversificar os usos do solo potencializa a oportunidade de adicionar o conceito de público ao lugar. Resultando, assim, em lugares públicos com capacidade de atender as necessidades mais amplas de todos os membros da sociedade, para além do simples deslocamento (LAB, 2014, p.20).



Figura 368- Modelo tridimensional com a proposta do espaço compartilhado em frente à Igreja dos Martírios.



Fonte: Acervo de Karla Calheiros, 2020.

No tocante ao complexo da antiga Intendência Municipal de Maceió, objeto de estudo desta dissertação, propõe-se remover o abrigo do ponto de ônibus defronte à edificação, tendo em vista que o abrigo interfere na relação do eixo de acesso principal do edifício com a praça, além de prejudicar a visibilidade do bem a partir do plano central da praça (ver figura 369). Entretanto, para não causar prejuízos aos usuários do transporte público, planeja-se, a partir de estudo específico, relocar o abrigo nas proximidades da praça. Com essa alteração, almeja-se criar uma continuidade entre a praça e o complexo da antiga Intendência, integrando-o à nova dinâmica do espaço urbano.

Figura 369- Modelo tridimensional com a proposta, após a remoção do abrigo do ponto de ônibus em frente ao conjunto da antiga Intendência Municipal de Maceió.



Fonte: Acervo de Karla Calheiros, 2020.



- 4) Sobre as propostas mencionadas anteriormente, acrescenta-se a implantação de faixas de pedestres e rampas de acessibilidade, para facilitar o deslocamento dos transeuntes durante a circulação no espaço. Monumentos e imóveis do entorno e estado de conservação dos edifícios

Aconselha-se a manutenção do monumento do Marechal Floriano Peixoto, que se encontra recoberto de pichações e sujidades, e da fonte luminosa, que atualmente apresenta avançado estado de degradação. Em determinados trechos, são visíveis peças cerâmicas do revestimento soltas.

Para as edificações do entorno da praça, propõe-se estudos para regularizar coberturas e acréscimos verticais, de modo a não impactar na leitura do conjunto preservado.

- 5) Quanto aos bens em péssimo estado de conservação, aconselha-se a elaboração de projetos de intervenção ou restauração que priorizem o resgate da integridade dos monumentos, respeitando as características originais do bem em questão e proporcionando uma leitura harmônica do conjunto arquitetônico. Sugere-se ainda um estudo de cores das fachadas que compõem o entorno da praça, no sentido de que, posteriormente, se realize a pintura dos bens com tinta mineral, seguindo a paleta de cores previamente estabelecida para cada tipologia arquitetônica. O propósito desta ação é realçar esteticamente as fachadas do conjunto urbano em estudo. Mobliário urbano

Diante do avançado estado de abandono do mobiliário urbano da praça, foi proposta a reformulação dos canteiros próximos à Igreja e às árvores de grande porte, bem como a instalação de novos bancos perto da fonte.

As primeiras intervenções realizadas foram nas proximidades da Igreja dos Martírios, onde foram feitas alterações, como a relocação dos canteiros existentes em frente à escadaria para as proximidades dos mirantes. Posto isto, a proposta também



prevê aos canteiros com bancos modular em concreto com assento e encosto em madeira (ver figura 370).

Almeja-se, com a reorganização desses elementos, a criação de um espaço vazio em frente à Igreja, que poderá ser utilizado para eventos religiosos e, conseqüentemente, potencializar a presença de usuários na praça nesse trecho.

Figura 370- Modelo tridimensional com vista para os bancos da Praça Marechal Floriano Peixoto. Enxerga-se no segundo plano o conjunto da antiga da Intendência.



Fonte: Acervo de Karla Calheiros, 2020.

Seguindo a mesma linguagem dos bancos mencionados anteriormente, quanto aos canteiros localizados próximos às árvores de grande porte, indica-se o melhor aproveitamento do mobiliário voltado para a permanência dos indivíduos. Dessa forma, considera-se fundamental a instalação de bancos (ver figuras 371 e 372).

Figura 371- Modelo tridimensional com a proposta para inserção de bancos nos canteiros que circundam a vegetação de grande porte na porção noroeste da praça.



Fonte: Acervo de Karla Calheiros, 2020.



Figura 372- Modelo tridimensional com a proposta para inserção de bancos nos canteiros que circundam a vegetação de grande porte na porção noroeste da praça, em segundo plano o monumento do Marechal Floriano Peixoto na parte central.



Fonte: Acervo de Karla Calheiros, 2020.

Quanto à fonte luminosa e sonora localizada em frente ao complexo da Intendência, optou-se pela sua permanência, tendo em vista os aspectos simbólicos e memoriais que ela apresenta na conformação do espaço urbano da praça. Além disso, a água presente na fonte contribui para o microclima do entorno imediato da praça, proporcionando condições mais amenas ao local e oferecendo bem-estar aos usuários. No entanto, atualmente, a fonte se encontra em avançado estado de degradação, em virtude da falta de manutenção e atos de vandalismo. Dessa forma, para evitar danos ao monumento, propõe-se modificar a altura da fonte, a fim de impedir a degradação por parte dos usuários, além da inserção de bancos de madeira ao redor da fonte luminosa, com o intuito de potencializar o espaço como local de vislumbre dos monumentos existentes, como a estátua do Marechal Floriano Peixoto, os edifícios da antiga Intendência Municipal, a Igreja dos Martírios e o Palácio Marechal Floriano Peixoto (ver figura 373). Sugere-se também a implantação de totens informativos sobre o histórico da praça, dos monumentos e das edificações mais representativas, como a Igreja dos Martírios, o Palácio Marechal Floriano Peixoto e o conjunto da antiga Intendência Municipal.



Figura 373 - Modelo tridimensional com vista para o novo mobiliário urbano próximo a fonte luminosa e sonora.



Fonte: Acervo de Karla Calheiros, 2020.

No que tange às barreiras visuais existentes, como o quiosque (desativado), o caramanchão próximo à estátua do Marechal Floriano Peixoto e os mastros das bandeiras postos em frente ao Palácio Marechal Floriano Peixoto, recomenda-se a retirada dessas estruturas, pois interferem na visibilidade dos monumentos: a estátua do Marechal Floriano Peixoto, o complexo da antiga Intendência e o Palácio Marechal Floriano Peixoto. A respeito do sistema de iluminação pública, propõe-se a instalação de uma rede elétrica subterrânea, a fim de atender às demandas para iluminar as vias de tráfego de veículos e os caminhos para os pedestres.

Além disso, pretende-se valorizar, por meio da iluminação ornamental, os edifícios históricos e os monumentos mais representativos da praça, com um tratamento diferenciado. No entanto, essa iluminação deve se relacionar de maneira harmônica com a iluminação funcional da praça. As sinalizações implantadas não poderão criar obstáculos na circulação dos transeuntes nem interferir visualmente na paisagem urbana.

6) Material de acabamento

A nova paginação de piso criada a partir do desenho linear visa direcionar os transeuntes para obter uma visão integrada dos edifícios que compõem o entorno imediato da Praça, com destaque para Igreja dos Martírios, o conjunto da antiga

7.2 DIRETRIZES GERAIS PARA A AÇÕES NA PRAÇA

MARECHAL FLORIANO PEIXOTO E ENTORNO

Intendência Municipal de Maceió, o Palácio Marechal Floriano Peixoto e a Fundação Pierre Chalita, ver figura 374.



Figura 374- Modelo tridimensional com a proposta da nova paginação de piso criada para a Praça Marechal Floriano Peixoto, em destaque os edifícios da Igreja dos Martírios, o conjunto da antiga Intendência Municipal de Maceió, o Palácio Marechal Floriano Peixoto e a Fundação Pierre Chalita.



Fonte: Acervo de Karla Calheiros, 2020.

Na intervenção, ressalta-se uma configuração diferenciada em frente ao Palácio Marechal Floriano Peixoto, a fim de evidenciar, por meio da diferenciação do piso, a continuidade da Rua Boa Vista, incorporada no traçado da praça no ano 2000 (ver figuras 375 e 376). O material de acabamento do piso proposto para a praça é o piso intertravado de concreto, modelo nas cores natural e grafite, para o desenho linear. Para o piso compartilhado em frente à Igreja dos Martírios, optou-se pela adoção do mesmo material.



Figura 375- Modelo tridimensional com a proposta da nova paginação de piso que demonstra a partir da continuidade das linhas a existência da antiga Rua Boa Vista que foi incorporada a praça na intervenção realizada no ano 2000 (ver destaque em marrom), em destaque o conjunto da antiga Intendência.



Fonte: Acervo de Karla Calheiros, 2020.

Figura 376- Modelo tridimensional com a proposta da nova paginação de piso para a Praça Marechal Floriano Peixoto próximo ao conjunto da antiga Intendência.



Fonte: Acervo de Karla Calheiros, 2020.



7) Vivências

A partir da leitura espacial e da apropriação da praça, verificada *in loco*, constatou-se que a demanda por áreas de permanência dos usuários foi atendida, visando atribuir maior valorização ao espaço. A princípio, propõe-se um redesenho para a escadaria da praça, com a inserção de assentos em madeira em alguns trechos, com o intuito de melhorar o local para que os indivíduos possam usufruir do espaço no período diurno, considerando que os usuários costumam permanecer nesse espaço no final da tarde e quando há apresentações culturais na praça (ver figuras 377 e 378). Em algumas partes da escadaria, foram inseridos canteiros com vegetação, proporcionando conforto térmico aos frequentadores e melhorias no microclima urbano.

Figura 377- Modelo tridimensional com vista da escadaria da Praça Marechal Floriano Peixoto.



Fonte: Acervo de Karla Calheiros, 2020.

Figura 378 - Modelo tridimensional da escadaria da Praça Marechal Floriano Peixoto, em primeiro plano os assentos de madeira de baixa condutibilidade instalados para garantir maior conforto aos usuários.



Fonte: Acervo de Karla Calheiros, 2020.

7.2 DIRETRIZES GERAIS PARA A AÇÕES NA PRAÇA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO E ENTORNO



A praça atualmente conta com um espaço voltado para comerciantes. Logo, foi proposta a relocação dos comerciantes para a porção noroeste da praça, próximo aos canteiros onde estão situadas as árvores de grande porte. Conseqüentemente, eles irão contar com maior sombreamento, considerando que esse espaço é frequentemente utilizado para permanência dos usuários (ver figuras 379 e 380). A proposta abarca quiosques móveis padronizados, que podem utilizar placas fotovoltaicas na estrutura da cobertura para captar energia solar, a fim de amenizar os custos e proporcionar retorno financeiro aos comerciantes.

Figura 379 - Modelo tridimensional com vista parcial da Praça Marechal Floriano Peixoto, em primeiro plano na porção lateral direita avistam-se os quiosques móveis destinado para os comerciantes.



Fonte: Acervo de Karla Calheiros, 2020.

Figura 380 - Modelo tridimensional com vista dos quiosques instalados na orientação noroeste da praça.



Fonte: Acervo de Karla Calheiros, 2020.



As diretrizes de uso para o entorno da praça e as ações projetuais propostas para este importante espaço público do Centro Urbano de Maceió poderão auxiliar na elaboração de futuros projetos urbanísticos que convirjam para a valorização do espaço público e do patrimônio edificado que integra a praça. Atendem, também, às atuais necessidades de uso e favorecem o convívio social dos usuários que vivenciam este local.

8. PROPOSTA DE INTERVENÇÃO



O ponto norteador que fundamentou as ações projetuais para o conjunto da antiga Intendência Municipal de Maceió foi o reconhecimento do prédio como bem cultural, integrante do conjunto arquitetônico da Praça Marechal Floriano Peixoto, na cidade de Maceió- Alagoas.

O edifício está implantado em um lote de esquina e está relacionado ao poder administrativo, amparado pela Igreja dos Martírios (poder religioso) e Palácio Marechal Floriano Peixoto, poder estadual (atual Secretaria de Estado da Cultura de Alagoas e Museu Marechal Floriano Peixoto (ver figura 381). O imóvel construído para sediar a Intendência que corresponde à estrutura da Prefeitura, atualmente, marca nova centralidade para a cidade de Maceió no início do século XX. A construção é um exemplar da arquitetura eclética ancorada no historicismo tipológico que segue os padrões estéticos e higienistas vigentes no período.

Figura 381- Praça Marechal Floriano Peixoto no início do século XX. Em destaque, na cor na vermelha, o edifício da antiga Intendência e, em azul, o Palácio do Governo.



Fonte: Acervo fotográfico de Alípio Ribeiro, início do século XX.

A edificação foi construída em temporalidades distintas: o prédio principal, datado de 1909, apresenta uma implantação característica desse período, ou seja, a construção solta dos limites do lote nas porções laterais, marcada por um eixo central e simétrica, que comportava os espaços administrativos e gabinetes da Intendência (ver figura 382).



Posteriormente, para abrigar os setores de serviço da municipalidade foi construído o bloco anexo em três etapas: iniciando em 1910 e finalizando em 1921.

Figura 382– Imagem aérea do conjunto da antiga Intendência de Maceió e entorno imediato. Em destaque os blocos que compõem o objeto de estudo.



- ① BLOCO PRINCIPAL
- ② BLOCO ANEXO

Fonte: Andrews Moura, 2018. Adaptado pela autora, 2020.

Dessa forma, apesar das intervenções que ocorreram ao longo dos anos nos blocos o edifício ainda permite a leitura dos espaços, sendo possível apreender sua espacialidade. Embora o conjunto da Intendência, enquanto bem isolado, não possua proteção legal específica, apresenta tombamento estadual enquanto bem cultural que integra o conjunto arquitetônico da Praça Marechal Floriano Peixoto. Nesse viés, entende-se que os valores atribuídos a edificação da antiga Intendência estão vinculados a sua relação com o contexto urbano no qual está inserida. Além disso, o estudo aprofundado dessa edificação veio no sentido de consolidar a importância desse exemplar arquitetônico para a cidade de Maceió, marcando o período de modernização da cidade, caracterizado pela construção de novos edifícios de cunho público, no período republicano.

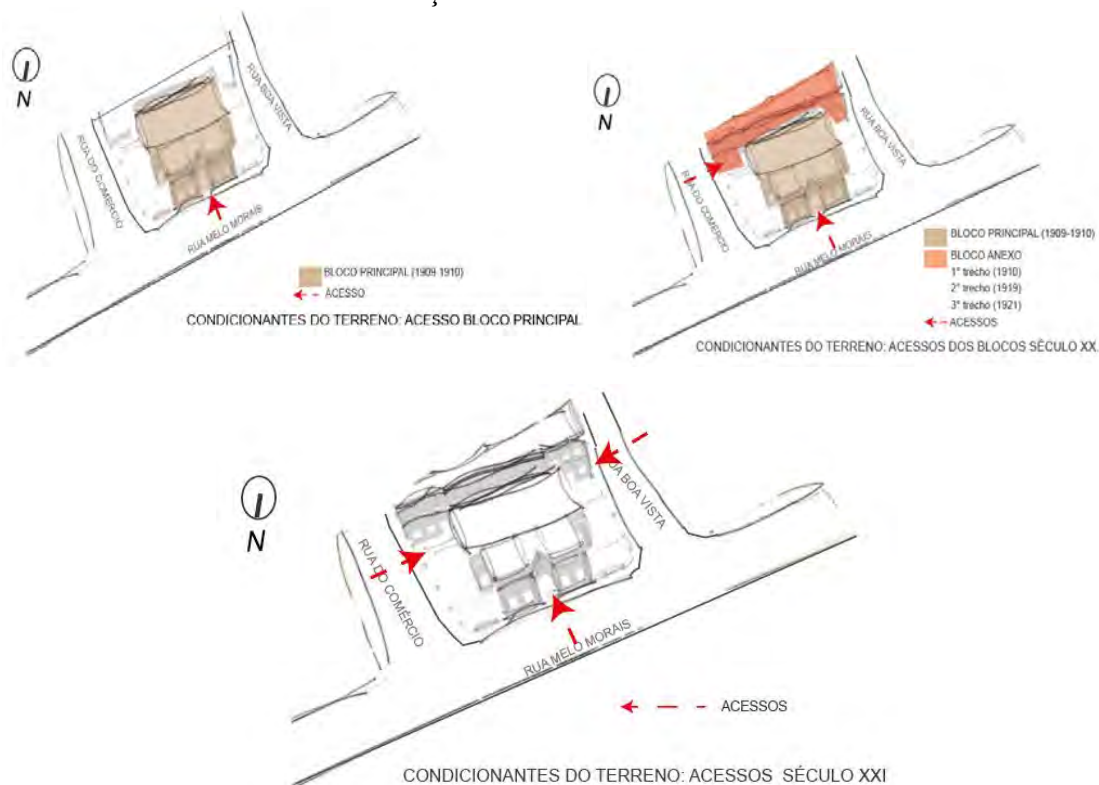


Em seguida, após análise do objeto em estudo para as ações projetuais a serem realizadas, recorreu-se à teoria brandiana como suporte para a realização da intervenção no conjunto da Intendência, como guia para as condutas de forma mais embasada e segura. Inicialmente, a proposta se desenvolve em duas fases. Na primeira, pretende-se restabelecer a relação do conjunto da antiga Intendência de Maceió com a Praça Marechal Floriano Peixoto, que foi interrompida pela presença do ponto de ônibus que interfere na visibilidade do bem e na relação de eixo de circulação com a praça. Na sequência, propõe-se a recuperação da unidade potencial dos blocos principal e anexo erguidos em tempos distintos. A intenção é fortalecer a percepção de conjunto, o que contribui para apreender a unidade plena do bem, passível de intervenções restaurativas para resgatar a imagem do monumento em sua completude. Com a devida compreensão do conjunto, tornou-se possível atuar de forma mais específica nos blocos principal e anexo, sempre a partir da perspectiva de que se trata de um bem único.

Nesse contexto de valoração e reconhecimento do conjunto como obra de arte, tornou-se possível realizar, no bem em questão, as ações já pautadas, de caráter material e imaterial. Dessa maneira, a partir de uma visão mais abrangente, identificaram-se as primeiras transformações no conjunto, produzidas na relação do lote, na distribuição dos fluxos e eixos do edifício, na construção do bloco anexo e demais intervenções realizadas ao longo do tempo. A princípio, o ingresso no edifício da antiga Intendência ocorria pelo acesso voltado a praça, marcado por uma escadaria monumentalidade e ressaltava o caráter enobrecido da instância municipal, (ver imagem 383). Com a construção do bloco anexo, em temporalidades distintas, foram criados novos acessos de serviço, (ver imagem 383), o que ocasionou a perda do eixo central característico do edifício. Como consequência, houve alterações no fluxos internos, perceptíveis nas plantas apresentadas abaixo, ver imagem 384.

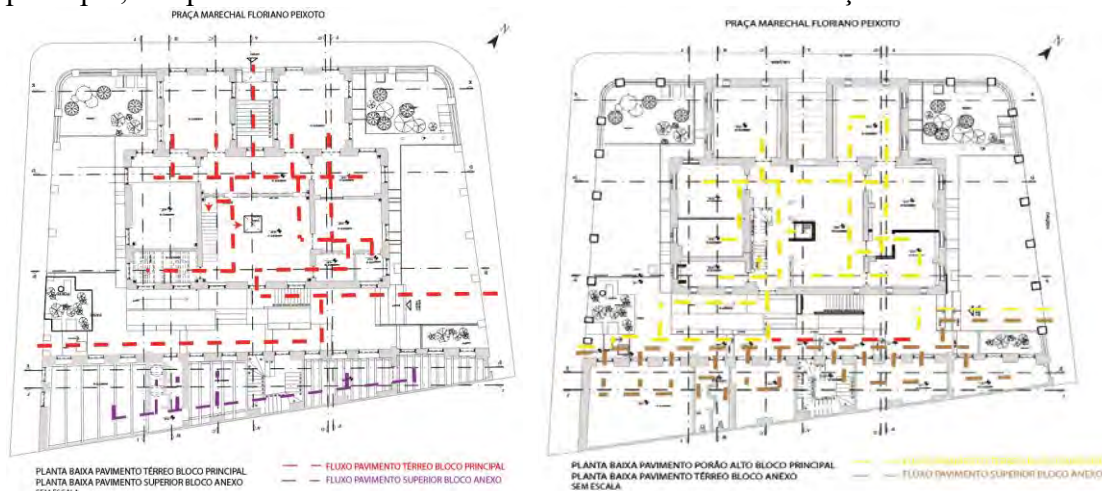


Figura 383– Croquis esquemáticos do conjunto da antiga Intendência com as modificações dos acessos no edifício.



Fonte: Acervo de Karla Calheiros, 2019.

Figura 384 - Plantas baixas dos pavimentos térreo e porão alto do bloco principal, e superior e térreo do bloco anexo com a atual distribuição de fluxos.

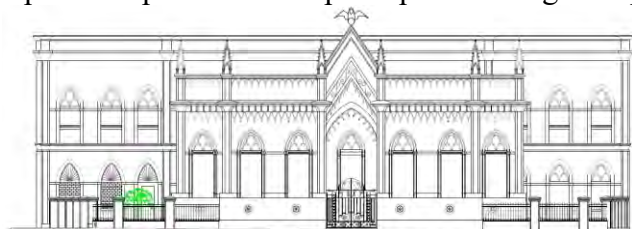


Fonte: Acervo de Karla Calheiros, 2019.



No entanto, apesar de o anexo alterar a relação do lote do prédio principal e modificar o fluxo e os acessos ao edifício, sua implantação diferenciada do anexo afastada do bloco principal, permite uma leitura clara enquanto edifício principal e anexo. Por apresentarem semelhanças nos elementos compositivos das fachadas, como os arcos ogivais das aberturas e a platibanda, os blocos tendem a ser percebidos como um conjunto. Ou seja, a relação de similaridade formal possibilita que a percepção entre os edifícios seja realizada a partir de uma única leitura, ver figura 385.

Figura 385 - Fachada noroeste do conjunto da antiga Intendência Municipal de Maceió, em primeiro plano o bloco principal e em segundo plano o bloco anexo.



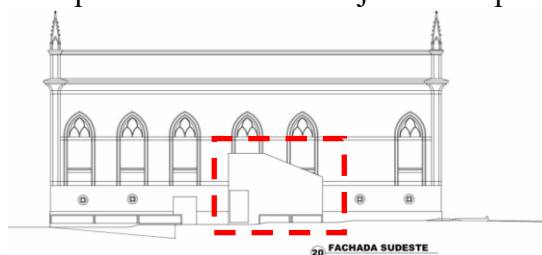
Fonte: Acervo de Karla Calheiros, 2019.

A partir dessa premissa, foram pautadas as ações projetuais. Na visão micro, inicialmente, notaram-se problemas referentes à acessibilidade e aos fluxos externos, que interferem na relação do edifício com o sítio urbano. Dessa maneira, pretende-se proporcionar um melhor agenciamento dos acessos, e fluxos e manter com o acesso principal do conjunto, voltado à Praça Marechal Floriano Peixoto, tendo em vista que, para preservar uma obra arquitetônica é fundamental atentar-se não só às ações voltadas para a espacialidade interna do monumento, mas também à relação do bem com seu meio externo.

Ao se observar a volumetria do bloco principal, verificou-se que a circulação vertical externa, construída em um momento posterior, interfere na distribuição dos fluxos do edifício e interrompe a continuidade das janelas de peitoril do pavimento térreo (ver figura 386). Essa modificação de simetria dos elementos compositivos, característica da arquitetura eclética, comprometendo a imagem do edifício, no qual se pretende eliminar e recompor os vãos a fim de recuperar a leitura dessa fachada e a imagem do prédio.



Figura 386– Fachada sudeste do bloco principal, em destaque a circulação externa que interrompe a continuidade das janelas de peitoril.



Fonte: Acervo de Karla Calheiros, 2019.

Ao se analisar a planta baixa do pavimento térreo do bloco principal, nota-se que sua espacialidade ainda se encontra preservada. Todavia, a instalação da plataforma elevatória no eixo central do edifício, destinada a garantir acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida no eixo central do edifício é considerado um elemento exógeno que corrompe a espacialidade e a leitura do edifício, (ver figura 387). Essa situação continua sendo considerada como uma perda na qual se pretende intervir com o fechamento desse espaço. Os demais elementos espúrios, como paredes em drywall, e de alvenaria acrescentados que interferem na leitura dos espaços internos, serão demolidos em ambos os prédios. (ver prancha da proposta de intervenção).

Figura 387 - Planta baixa do pavimento térreo do bloco principal e piso superior do anexo. Em destaque o espaço destinado para plataforma elevatória.



PLANTA BAIXA PAVIMENTO TÉRREO BLOCO PRINCIPAL
PLANTA BAIXA PAVIMENTO SUPERIOR BLOCO ANEXO
SEM ESCALA

Fonte: Acervo de Karla Calheiros, 2019.



A ideia inicial consiste em propor melhor organização dos acessos, fortalecendo o eixo de simetria e garantindo a acessibilidade sem corromper a espacialidade do edifício em estudo, sendo este um dos atributos do bem. A intervenção também abrange a recuperação da leitura do edifício, por meio de estudos para o projeto de novas esquadrias e dos jardins desse conjunto.

Desde maio de 2017, após a desocupação do edifício por parte da Secretaria Municipal de Assistência Municipal (SEMAS), o imóvel vem sendo alvo de constantes depredações ocasionadas pelos atos de vandalismo. Apesar das intervenções realizadas ao longo dos anos e do péssimo estado de conservação do bem, ainda se percebem as particularidades de seus materiais construtivos, como fundação corrida em pedra argamassada, que sustenta as paredes autoportantes em tijolos maciços, utilização do ferro fundido nas esquadrias e nos reforços estruturais da cobertura e pinturas artísticas nos espaços nobres. Esse conjunto de elementos marcam as singularidades do e edifício que devem ser valoradas.

As intervenções restaurativas, fundamentadas no aporte teórico crítico-conservativa e criativa, direcionaram-se à questão do uso como uma das dimensões da arquitetura e como uma das formas mais eficazes de preservação do bem. Atente-se para o fato de que um edifício sem utilização compromete a veemência do centro urbano no qual se encontra. Portanto, é o monumento que irá apontar os meios e diretrizes que guiarão as ações projetuais e possibilitarão uma interpretação adequada do monumento. E enquanto isso, o uso atuará de forma secundária, podendo, assim, dialogar de modo respeitoso com o passado. Nesse viés, Stello corrobora: “ (...) Deve-se ter cuidado na proposição de uma utilização, para que seja adequada ao monumento e para que a restauração não se dê, prioritariamente, em função disso” (Stello, 2005, p. 36).

Ao se eleger um uso, é necessário reflexão e sensibilidade para compreender as particularidades da edificação, evitando, assim, intervenções equivocadas que deturpem o monumento.



Nesse panorama, surgiram reflexões sobre uso compatível com o conjunto e com o contexto urbano da praça na qual se insere, considerando que a qualidade da intervenção depende do entendimento da relação do bem com a cidade. Após análise da atual conjuntura da Praça Marechal Floriano Peixoto, verificou-se que o espaço perdeu o caráter cívico, configurando-se, atualmente, como local de cunho cultural. A praça passou a sediar manifestações culturais e sociais que percorrem as ruas adjacentes. Em seu entorno imediato, dois edifícios são destinados a atividades culturais, a Secretaria de Cultura do Estado de Alagoas/Museu Marechal Floriano Peixoto e a Fundação/Museu Pierre Chalita (ver figura 388).

Figura 388- Imagem aérea da praça Marechal Floriano Peixoto, em destaque as edificações de uso cultural Museu Pierre Chalita e Marechal Floriano Peixoto. A imagem também destaca o objeto de estudo.



Fonte: Google earth, 2019. Adaptado pela autora, 2019.

No caso específico do conjunto da antiga Intendência, verificou-se que o bem pertence à Prefeitura de Maceió. Uma análise do histórico do edifício revelou que o uso institucional, por si só, não se sustenta financeiramente para arcar com os custos de manutenção do imóvel, situação evidenciada também nos bens do entorno da Praça Marechal Floriano Peixoto.



Neste caso, a maioria dos imóveis pertencentes à instância estadual encontra-se sem uso e em avançado estado de degradação. Diante desse cenário, a linha de enfrentamento na qual a proposta se baseia é atender à demanda da gestão pública da Prefeitura em abrigar a Fundação Municipal de Ação Cultural (FMAC), órgão administrativo vinculado ao setor cultural do município, eu funciona em parceria com o setor privado. A estratégia consiste em alocar as repartições administrativas no bloco principal da fundação e no anexo as atividades vinculadas às parcerias culturais da fundação (ver figura 389). A consolidação desse uso no contexto urbano da praça fortalece o incentivo cultural nessa área e favorece uma relação mais integrada entre Município e Estado.

Figura 389- Croqui esquemático com a proposição de usos para o conjunto da antiga Intendência de Maceió.



Fonte: Acervo de Karla Calheiros, 2020.

Ao se analisar a espacialidade do conjunto em estudo, constatou-se que o prédio do edifício se adéqua melhor ao viés administrativo da fundação, uma vez que a configuração dos ambientes internos permite a alocação dos setores do órgão público. Contudo, prevêem-se apenas modificações pontuais, realizadas de forma respeitosa, garantindo a funcionalidade necessária e, ao mesmo tempo, contribuindo para a preservação do edifício.



Na busca por informações sobre os setores administrativos da Fundação Municipal de Ação Cultural, foram realizadas visitas e entrevistas com os profissionais da instituição, com o objetivo de conhecer as atividades desenvolvidas pelo órgão e suas respectivas demandas. A partir desse levantamento, estabeleceu-se o seguinte programa de necessidades, (ver figura 390).

Figura 390- Programa de necessidades da Fundação Municipal de Ação Cultural.

Recepção

Gabinete da Presidência

Chefia de Gabinete

Assistente de gabinete

Assessoria especial

Coordenação geral de orçamentos, finanças e administração

Assessor técnico e assessoria de comunicação

Direção de projetos e convênios

Coordenação geral de projetos culturais

Direção de produção cultural

Coordenação geral de produção cultural e eventos culturais

Direção de políticas, coordenação geral de políticas culturais e alternativas

Sala de reunião

Serviços gerais

Copa

Almoxarifado

Depósito

Sala de eventos, treinamentos e palestras

Banheiros

Sala de informações culturais Graciliano Ramos

Sala de leitura infantil

Controle

Fonte: Acervo de Karla Calheiros, 2019.



Para melhor compreensão do agenciamento do programa de necessidades relacionado à proposta de intervenção, as explicações foram organizadas referentes aos blocos principal e anexo; respectivamente.

- Prédio Principal

O edifício principal apresenta dois pavimentos um térreo e um pavimento porão alto utilizável⁶⁸. Essa configuração possibilitou a setorização dos ambientes da Fundação, destinando o pavimento térreo às funções administrativas vinculadas à instituição.

O pavimento térreo, por estar situado em um nível mais elevado do chão, permite melhor visibilidade da Praça Marechal Floriano Peixoto. O pavimento se diferencia pelo uso de materiais, revestimentos e pinturas decorativas, reforçando o protagonismo da edificação e o caráter enobrecido dos espaços. Essa diferenciação norteou a elaboração das propostas, que visam manter a essência desses espaços e propor ações restaurativas harmônicas, em diálogo com as características do prédio. Além disso, busca-se resgatar um dos valores do monumento: a espacialidade. Nesse sentido, foram concebidos espaços flexíveis e conectados para os setores da Fundação, o que inclui a disposição estratégica do mobiliário, de forma a delimitar os diferentes espaços laborais. A nova configuração tem o intuito de facilitar a comunicação e otimizar o fluxo de trabalho, promovendo maior flexibilidade no uso do espaço público desse órgão público (ver figura 391).

Os ambientes voltados para a Praça Marechal Floriano Peixoto foram destinados à sala da presidência e à sala de reuniões. Nas salas laterais e no salão central, foram alocadas as demais coordenações e direções da fundação. As instalações sanitárias e o arquivo estão dispostos nos espaços menos privilegiados do prédio (ver figura 391).

⁶⁸ A altura original do pavimento porão alto era 1,90m, no entanto com as intervenções realizadas para atender as demandas de uso da Prefeitura de Maceió o piso desse pavimento foi rebaixado 0,46cm.



Figura 391- Setorização do pavimento térreo do bloco principal, com a proposta de intervenção para os setores administrativos da Fundação Municipal de Ação Cultural.



Fonte: Acervo de Karla Calheiros, 2020.

Em relação à circulação vertical do salão central, decidiu-se como linha de ação, por manter esse elemento, pois sua localização não prejudica a espacialidade do bem. No caso da escada do vestíbulo, em particular, observa-se a importância de permanença com a elevação do piso térreo no nível da rua, a fim de fortalecer a hierarquia do pavimento, característica do bem.

O pavimento porão alto foi destinado às funções de pouca permanência, como de depósito de lixo/dml, depósito, almoxarifado, copa/refeitório, reserva técnica e um lavatório (ver figura 392).



Figura 392- Setorização do pavimento porão alto do bloco principal, com a proposta de intervenção.



Fonte: Acervo de Karla Calheiros, 2020.

- Bloco anexo

Quanto ao anexo, ainda é possível fazer a leitura da distribuição espacial da edificação e compreender as temporalidades distintas da construção, evidenciadas nas paredes que delimitam os ambientes. Esses elementos são alguns dos valores que pretende-se realçar com a proposta. O prédio apresenta dois pavimentos que foram destinados para às atividades culturais voltada para o público.

O piso térreo dispõe de sala para eventos, treinamentos e palestras com capacidade para 29 pessoas; dois banheiros acessíveis, separados por sexo (feminino e masculino); sala de informações culturais Graciliano Ramos; sala de leitura infantil e controle, (ver figura 393). Na parte central, está localizada a circulação vertical possibilitada pela escada que conecta os pavimentos do prédio, seguindo o alinhamento da escada existente no acesso do bloco principal.



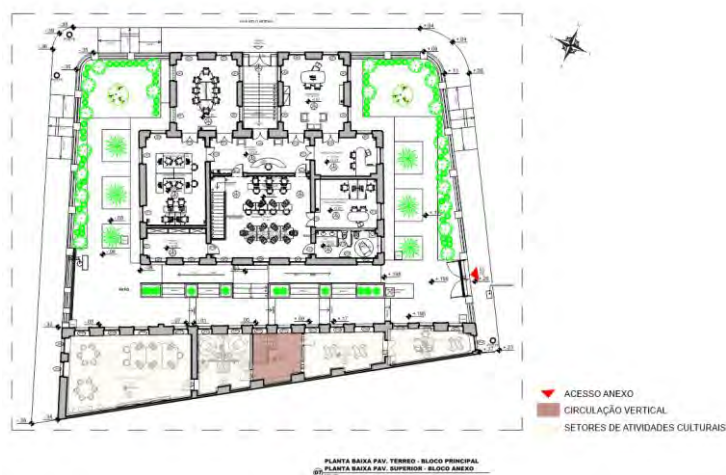
Figura 393- Setorização do pavimento térreo do bloco anexo com a proposta de intervenção.



Fonte: Acervo de Karla Calheiros, 2020.

O piso superior foi destinado às salas de oficina, de criação técnica para a elaboração de projetos culturais, coordenação e formação cultural, além de a dois banheiros acessíveis, (ver figura 394). O espaço designado para as salas poderá funcionar por meio de um sistema de parcerias com o setor privado, proporcionando especializações ou cursos profissionalizantes no segmento cultural.

Figura 394- Setorização do pavimento superior do anexo com a proposta de intervenção.



Fonte: Acervo de Karla Calheiros, 2020.



Nos dois edifícios, as novas paredes divisórias, para segregar os ambientes, são em drywall. Esse sistema evita que as intervenções causem prejuízos à estrutura preexistente, apresenta bom isolamento acústico e possibilita a reversibilidade dos espaços. Nas instalações sanitárias, adotou-se o sistema de drywall com chapas resistentes à umidade (RU), impermeabilizadas na parte inferior, de 20 a 30 cm, em relação ao piso acabado. Para a passagem da tubulação, propõe-se a utilização de shafts e tubos de respiro na cobertura, a fim de evitar maus odores e a contaminação por gases de esgoto oriundos do suspiro. Nos banheiros que não apresentem ventilação natural, está prevista a instalação de exaustores mecânicos.

Na corrente teórica crítico-conservadora, as ações para o conjunto da antiga Intendência foram pautadas com o objetivo de resgatar sua espacialidade, proporcionar um melhor agenciamento dos fluxos e da distribuição espacial, além de recuperar a leitura do edifício, que foi perdida com o saque das esquadrias.

A partir dos pontos elencados, que serviram como guia para a intervenção, é essencial que se introduzam ações mais pontuais, no sentido de perpetuar para as próximas gerações as marcas de uma trajetória de tempos remotos, visto que o “bem patrimonial só tem sentido se for usufruído no presente” (CARSALADE, 2009, p. 1).

Como ponto de partida, serão expostas as ações dirigidas à questão da acessibilidade, o projeto das novas esquadrias e dos jardins, com o objetivo de restabelecer a leitura da imagem do conjunto, realizando intervenções de forma sensível e respeitosa.

8.1 AÇÕES PROJETUAIS:

CONJUNTO DA ANTIGA INTENDÊNCIA



Com base na importância de restabelecer a leitura dos edifícios principal e anexo como um conjunto, e ancorado nos valores culturais do bem, foram estruturadas diretrizes para orientar as intervenções.

8.1.1 Acessos, acessibilidade e circulação vertical



Pesquisas evidenciaram que o edifício da antiga Intendência possuía um único acesso voltado para a Praça Marechal Floriano Peixoto. Contudo, com a construção do anexo e outras intervenções, o monumento passou a contar com mais dois acessos voltados para áreas de serviço.

Desse modo, a proposta do projeto é melhorar o agenciamento do fluxo externo e interno do prédio principal e anexo, atentando para que as ações projetuais realizadas possam garantir que todos os indivíduos circulem em todos os ambientes da edificação, sem quaisquer prejuízos ao bem. O conjunto da antiga Intendência de Maceió apresenta diferentes desníveis no acesso principal voltado para a Praça Marechal Floriano Peixoto, o que gera desafios para a adequação do edifício aos parâmetros da NBR-9050. Contudo, esse fator não impede a adoção de outras estratégias para tornar o bem acessível, sem comprometer suas características arquitetônicas.

Inicialmente, a ação projetual prevê alterações na calçada da fachada noroeste, voltada para a Praça Marechal Floriano Peixoto. Propõe-se a ampliação da calçada, atualmente com 1,47m de largura, a fim de facilitar o fluxo de transeuntes e pessoas com mobilidade reduzida. A reformulação da calçada inclui o ajuste do caimento para 1%, com o objetivo de evitar o acúmulo de água no passeio e prevenir danos futuros ao bem.

Ressalta-se ainda a possibilidade de realizar estudos futuros, em parceria com a concessionária de energia elétrica de Alagoas, para a relocação ou remoção do poste que obstrui o passeio e dificulta a circulação nesse trecho (ver figura 395). Nas demais calçadas, foram inseridas rampas para garantir a acessibilidade (ver prancha projeto de intervenção/planta baixa).



Figura 395 – Modelo tridimensional com vista do objeto de estudo a partir da Praça Marechal Floriano Peixoto.



Fonte: Acervo de Karla Calheiros; 2020.

Em seguida, foi analisado o edifício principal, que abriga as funções administrativas da Fundação. Constatou-se a viabilidade de garantir o acesso de pessoas com necessidades especiais ao pavimento térreo. No entanto, percebeu-se a impossibilidade de criar rampas ou implantar uma cadeira elevatória na escada do vestíbulo do acesso principal, voltado para a Praça Marechal Floriano Peixoto, uma vez que a instalação desses elementos descaracterizaria o edifício e comprometeria as janelas rasgadas do pavimento. A solução encontrada para assegurar o acesso de todos os usuários foi a aquisição de três cadeiras escadoras, Modelo LG2020 – Sul Acessibilidade ou similar. Este equipamento permite o transporte do usuário, sem cadeira de rodas, ao pavimento por meio da escada (ver figuras 396). Esse mecanismo também será adotado para a circulação vertical interna entre o pavimento térreo e o porão alto do prédio principal, além dos pisos térreo e superior do anexo.

Figura 396 - Modelo cadeira escadora.



Fonte: Catálogo Sul acessibilidade, 2018.



A cadeira escadora é um mecanismo portátil, movido a bateria, que possui um sistema de freios para garantir a segurança do usuário. O equipamento também conta com um dispositivo ajustável às diferentes alturas dos degraus, proporcionando estabilidade durante a locomoção. A partir das especificações técnicas fornecidas pelo fornecedor, é possível observar suas particularidades (ver figura 397).

Figura 397- Dados técnicos da cadeira escadora LG2020.

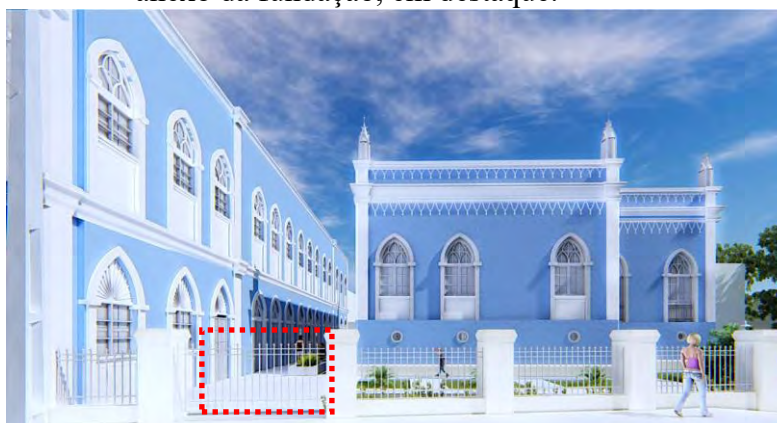
| Dados Técnicos - Technical details | |
|--|--|
| Velocidade Máxima - Maximum speed: | 36 degraus por minuto |
| Peso total (incluindo bateria) - Total weight: | 44 Kg (incluindo bateria) |
| Peso da barra de direção - Weight of the handle bar with controls: | 10 Kg |
| Peso do corpo do equipamento - Weight of the base equipment: | 24 Kg |
| Peso da cadeira - Weight of the chair: | 10 Kg |
| Dimensões máximas - Max dimension: | 63x82 Cm |
| Potência do Motor - Motor power: | 380 W |
| Carregador de bateria - Battery charger power supply: | 220 V |
| Peso máximo do usuário - Maximum transportable weight: | 130 a 160 KG (opcional) |
| Capacidade de operação - Operating range: | 2400 degraus (1200 subida - 1200 descida com passageiro de 80Kg) |
| Capacidade de operação fase de reserva da bateria - Operating range with reserve battery indicator on: | 40 degraus (com passageiro de 80Kg) |
| Largura mínima da escada - Minimum stairs dimension: | 58 Cm |
| Largura mínima do patamar da escada em L para manobra - Minimum dimension of "L" shaped landing: | 100x75 Cm |
| Largura mínima do patamar da escada em U para manobra - Minimum dimensions of "U" shaped landing: | 100x120 |
| Altura máxima do degrau: | 23 cm |
| Temperaturas máximas de uso e estocagem - Storage and use temperature: | -20° + 50° |
| Dimensões da embalagem - Packaging dimension: | 97x57x70 cm |
| Peso total com embalagem - Pallets total weigh: | 60 Kg |

As propriedades listadas são meramente indicativas e não vinculativas. Arvano GROUP reserva-se o direito de a qualquer tempo para fazer quaisquer alterações que considere adequadas, a fim de melhorar o desempenho do produto descrito.

Fonte: Catálogo Sul acessibilidade, 2020.

Foi sugerido um acesso ao anexo pela fachada nordeste, voltado para a Rua do Comércio, que possibilita aos usuários ingressarem no edifício voltado para as atividades culturais (ver figura 398).

Figura 398- Modelo tridimensional com vista para o portão que permite o acesso ao anexo da fundação, em destaque.



Fonte: Acervo de Karla Calheiros; 2020.



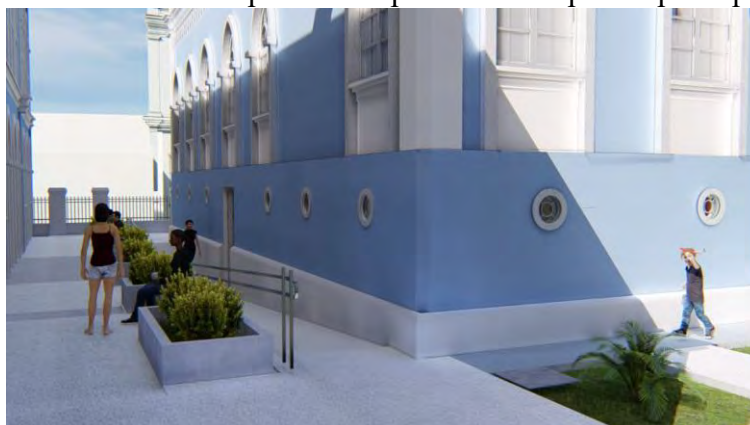
Considerando que o anexo apresenta diferentes níveis nos ambientes internos do pavimento térreo – o que, inicialmente, comprometeria a acessibilidade dos usuários – foi proposta uma nova reorganização espacial por meio de rampas suaves, disfarçadas nos desníveis da topografia. A solução também prevê a construção de uma rampa na fachada sudeste do prédio principal, (ver figuras 399 e 400).

Figura 399- Modelo tridimensional com vista para as rampas da fachada sudeste do prédio principal.



Fonte: Acervo de Karla Calheiros; 2020.

Figura 400- Modelo tridimensional com vista para a nova rampa construída e que permite o acesso ao pavimento porão alto do prédio principal.



Fonte: Acervo de Karla Calheiros; 2020.



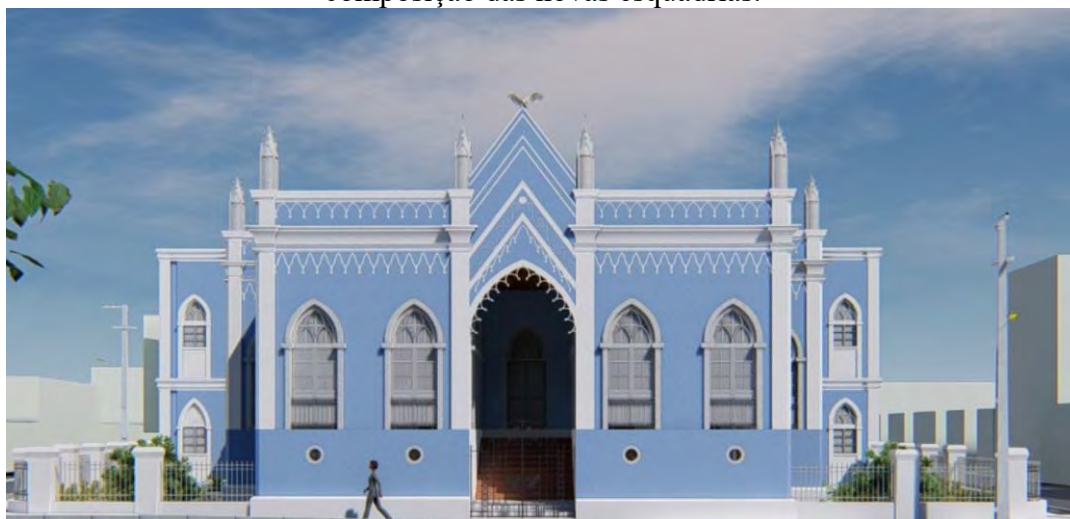
As esquadrias, os guarda-corpos em ferro, as folhas das janelas de peitoril, rasgadas e as portas internas foram saqueadas, restando apenas os marcos e as bandeiras em caixilho de madeira com vidro. Assim, a proposta se fundamenta em uma intervenção integrada, criando novas esquadrias que se harmonizem com as bandeiras existentes, visando reforçar a unidade do conjunto.

Para o desenho das esquadrias, foi realizado um estudo minucioso com base no levantamento fotográfico, a fim de propor elementos que dialoguem de forma harmônica com as características arquitetônicas do bem.

Como a fachada noroeste do bloco principal apresenta um maior enobrecimento e riqueza de detalhes em seus elementos compositivos, é necessário que a intervenção projetual reforce o protagonismo das janelas rasgadas, restaurando a feição original do edifício e destacando o monumento (ver figuras 401 e 402). Dessa forma, inicialmente, propôs-se um guarda-corpo em ferro, inspirado na estética do portão principal em ferro fundido.

Para a elaboração da esquadria, foi utilizada uma combinação de linhas retas no sentido vertical, posicionadas na parte central, com elementos sinuosos dispostos nos planos superior e inferior do guarda-corpo (ver detalhe na prancha projeto de intervenção/esquadrias).

Figura 401 – Modelo tridimensional da fachada principal do conjunto com a composição das novas esquadrias.



Fonte: Acervo de Karla Calheiros; 2020.



Figura 402 – Modelo tridimensional com vista das janelas rasgadas da fachada noroeste do prédio, com a composição das novas esquadrias.



Fonte: Acervo de Karla Calheiros; 2020.

As folhas das janelas rasgadas de peitoril e as portas externas seguirão a mesma linguagem projetual, com o objetivo de garantir a unidade da proposta de intervenção. As esquadrias externas serão compostas por duas folhas de giro em caixilho de madeira, divididas em quatro seções: três delas, no plano superior, terão vidro em formato retangular, e a seção inferior será composta por um quadro e uma peça maciça saliente (almofada). A janela de peitoril se diferencia por não apresentar a almofada na parte inferior (ver figuras 403 e 404).

Figura 403 – Modelo tridimensional com vista das janelas e peitoril da fachada nordeste do prédio, com a composição das novas esquadrias.



Fonte: Acervo de Karla Calheiros; 2020.



Figura 404 – Modelo tridimensional com vista das janelas e peitoril em primeiro plano. Em segundo plano as janelas rasgadas da fachada noroeste do prédio, onde é possível observar as esquadrias.



Fonte: Acervo de Karla Calheiros; 2020.

A porta principal, que dá acesso ao pavimento térreo do prédio principal, mantém o mesmo desenho da janela rasgada, mas as seções do plano superior, que antes possuíam vidro, foram substituídas por madeira lisa.

Com a remoção da escada externa da fachada sudeste do bloco principal, a proposta visa recompor a janela de peitoril do pavimento térreo e o óculo do pavimento do porão alto. Para isso, as novas alvenarias serão construídas com blocos cerâmicos furados, devendo atingir a espessura da parede dupla preexistente. Nos novos vãos, deverão ser executadas novas esquadrias, seguindo o mesmo padrão estabelecido para as demais (ver figura 405).

Figura 405– Modelo tridimensional da fachada sudeste do prédio principal com a proposta para as esquadrias. Em destaque, os vãos que foram recompostos.



Fonte: Acervo de Karla Calheiros; 2020.



As esquadrias internas das janelas rasgadas, de peitoril e das portas externas são compostas por quatro folhas com dobramento do tipo camarão, em madeira lisa. Cada folha possui três quadros retangulares sem rebaixo. Esta esquadria também é incorporada à bandeira das janelas e portas mencionadas (ver detalhe na prancha do projeto de intervenção/esquadrias).

As novas adições para as portas internas deverão seguir a mesma linha projetual, a fim de dialogar com os elementos criados para as fachadas. Assim, as portas serão de madeira, compostas por uma ou duas folhas de giro, semelhantes às dos ambientes de recepção e sala de reunião (ver figuras 406 e 407). Na parte inferior, permanecerá o quadro em almofada, e na parte superior, o quadro em madeira lisa. As bandeiras fixas terão novo fechamento em ferro, inspirado no desenho do guarda-corpo, com a finalidade de manter a coesão na leitura interna das esquadrias do edifício.

Figura 406– Modelo tridimensional do ambiente da recepção com vista para as portas internas.



Fonte: Acervo de Karla Calheiros; 2020.



Figura 407– Modelo tridimensional da sala de reunião com vista para as portas internas.



Fonte: Acervo de Karla Calheiros; 2020.

Os óculos do pavimento porão alto continuarão com o fechamento externo em ferro existente. Internamente, optou-se por adotar o caixilho de madeira com tela mosquiteira em aço inoxidável (ver figura 408). Já os vãos das portas internas do pavimento não terão esquadrias, com o objetivo de auxiliar na aeração desses espaços, com exceção da porta da fachada sudeste, que comunica o porão alto com a área externa do edifício.

Figura 408 – Modelo tridimensional com vista interna do óculo com tela em aço inoxidável.



Fonte: Acervo de Karla Calheiros; 2020.



Ao examinar o conjunto de pilaretes que compõem o sistema de vedação, constatou-se que, originalmente, eram compostos por muros com fechamento em gradis de ferro, que se perderam ao longo do tempo devido às intervenções realizadas. Durante as obras de intervenção em 2000, esse sistema foi recomposto. No entanto, foi observada a perda dessa continuidade nas fachadas nordeste e sudoeste, com a criação de aberturas entre os pilaretes para permitir o acesso de veículos ao estacionamento e, nos recuos laterais, para atender às demandas de uso.

Posto isso, além das alterações realizadas, a maioria dos gradis de ferro foi saqueada, restando apenas os localizados na fachada noroeste do bloco principal. Assim, com base na vertente teórica escolhida, optou-se por recompor os muros com blocos cerâmicos, visando resgatar a leitura desse elemento compositivo do edifício, característico do monumento (ver figura 409). Também foram criados novos gradis com uma linguagem contemporânea, além de um portão de acesso para o anexo na fachada nordeste. A proposta da esquadria segue a estética do portão da entrada principal (ver detalhe na prancha projeto de intervenção/esquadrias).

Figura 409– Modelo tridimensional da fachada sudoeste do objeto de estudo com vista para o sistema de vedação em pilaretes.



Fonte: Acervo de Karla Calheiros; 2020.

Pontua-se que os novos caixilhos de madeira das esquadrias deverão ser de cedro e passarão por um processo de imunização, para, posteriormente, receberem duas camadas de esmalte acetinado na cor cinza.

8.1.2 Projeto de novas esquadrias



Para auxiliar na acústica dos ambientes internos, considerando o fluxo de veículos nas vias adjacentes e os sons aéreos, adotou-se vidro duplo nas esquadrias (ver detalhe na prancha projeto de intervenção/esquadrias). Destaca-se também a inserção de pingadeiras com caimento de, no mínimo, 1%, para evitar que a água pluvial escorra no corpo do imóvel, ocasionando manchas na camada de tinta das fachadas.

8.1.3 Projeto paisagístico para o conjunto da antiga Intendência



A vegetação é um dos elementos compositivos e característicos da arquitetura eclética. Nesse contexto, pretende-se realizar uma intervenção que garanta a unidade desse conjunto e estabeleça uma relação paisagística com o seu contexto urbano, especialmente com a Praça Marechal Floriano Peixoto.

A cobertura vegetal também contribui para o microclima urbano, além de proteger o solo contra a impermeabilização, reduzir o escoamento superficial e controlar a poluição atmosférica, especialmente na área em estudo, que apresenta fluxo intenso de veículos.

A princípio, optou-se por remover o estacionamento criado durante o projeto de intervenção realizado no edifício no ano 2000, tendo em vista que uma das características marcantes da arquitetura eclética é a presença de vegetação como elemento compositivo, alinhada aos novos moldes higienistas das cidades brasileiras no século XIX e XX.

Portanto, o projeto paisagístico inicialmente propõe manter os jardins das fachadas nordeste e sudoeste do bloco principal. Na sequência, foram criados quatro jardins: o primeiro, próximo ao sistema de vedação em pilares do edifício, no formato linear, e os demais, em formato quadrangular, localizados de modo isolado em ambos os recuos laterais do bloco principal (ver figura 410). Além dos jardins, foram criados passeios entre eles, possibilitando a circulação dos usuários na área externa do edifício.



Figura 410 – Modelo tridimensional, com o projeto paisagístico proposto.



Fonte: Acervo de Karla Calheiros; 2020.

Outra intervenção realizada na edificação foi a inserção de mobiliário urbano no afastamento existente entre a fachada noroeste do anexo e a fachada sudeste do prédio principal. Seguindo a proposta, foram inseridos bancos de concreto, com assentos em madeira ripada, e cachepôs de concreto destinados à plantação de diversas espécies vegetais. Essa ação tem como objetivo tornar o espaço aconchegante e convidativo para o vislumbre das construções, além de contribuir para a valorização do bem (ver figura 411).

Figura 411 – Modelo tridimensional com vista para o mobiliário proposto para o espaço existente entre o prédio principal e anexo.



Fonte: Acervo de Karla Calheiros; 2020.

8.1.3 Projeto paisagístico para o conjunto da antiga Intendência



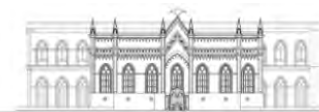
Após a análise minuciosa, com o objetivo de inserir espécies adequadas ao clima e à orientação solar, sem causar danos às fachadas nordeste e sudoeste do prédio principal, foram selecionadas as seguintes espécies vegetais: Murta de cheiro (*Murraya paniculata*), Agave-dragão (*Agave attenuata*), Calanchoê (*Kalanchoe blossfeldiana*), Clorofito (*Hypoestes phyllostachya*), Falso-íris (*Neomarica caerulea*) e grama São Carlos (*Axonopus compressus*).

8.2 DIRETRIZES PROJETOVAIS



No que tange aos projetos complementares para o objeto de estudo, foram estabelecidas diretrizes projetuais a serem aplicadas, conforme apresentado nos itens a seguir.

8.2.1 Instalação hidráulica



Em relação ao abastecimento de água do conjunto da antiga Intendência Municipal de Maceió, observou-se que o sistema de distribuição é indireto, com bombeamento, devido à insuficiência da pressão da rede pública para abastecer o reservatório superior. Nesse caso, utiliza-se um reservatório inferior (cisterna) para conduzir a água até o reservatório superior, por meio do sistema de recalque.

No entanto, para a proposta de intervenção referente ao abastecimento de água do conjunto, sugere-se a implementação de um sistema indireto hidropneumático. O funcionamento desse sistema requer que a rede de distribuição seja pressurizada por meio de um reservatório inferior, que contém água e ar.

Quanto à irrigação dos jardins, optou-se pelo sistema manual, com o uso de mangueiras. Em períodos de clima mais quente, a orientação é realizar duas regas por

8.2.1 Instalação hidráulica



dia: uma no turno da manhã e outra no final da tarde. Em tempos chuvosos, será necessária apenas uma rega, pela manhã (IPHAN, 1999).

As diretrizes aqui mencionadas podem servir de base para o projeto de instalação hidrossanitária, a ser elaborado por um especialista.

8.2.2 Sistema de esgoto sanitário



O conjunto da antiga Intendência possui uma instalação de esgoto independente, conectada à rede coletora pública. Em função do abandono do prédio, é necessário analisar a situação atual das tubulações e das caixas de inspeção, verificando se estão obstruídas por entulho ou vegetação, e se é preciso realizar um processo de limpeza ou substituir as peças de PVC danificadas, com atenção especial às tubulações do bloco anexo, que se encontram em avançado estado de degradação.

A nova proposta exige uma análise detalhada do sistema de esgoto sanitário existente, a fim de esclarecer eventuais dúvidas antes da execução das novas instalações. Com isso, será possível propor soluções adequadas ao projeto, sempre sob a orientação de um profissional especializado em instalação hidrossanitária.

8.2.3 Instalação elétrica



A princípio, devem ser realizados estudos para avaliar a viabilidade de modificar a localização do poste existente na calçada da fachada noroeste do edifício em questão, sem comprometer o abastecimento de energia elétrica na área e garantindo que todos possam circular adequadamente no espaço urbano, sem obstáculos.

Após os levantamentos in loco, foi constatado que a rede elétrica do edifício em estudo é proveniente de um poste particular localizado em sua calçada, conectado por meio de um ramal de ligação à rede de baixa tensão. As instalações elétricas dos blocos principal e anexo apresentam sistemas distintos.



Em virtude dos atos de vandalismo que o imóvel sofreu, parte dos condutores, caixas de distribuição e espelhos foram furtados ou degradados. Dessa forma, para adequar as demandas da proposta de intervenção recomenda-se um novo projeto elétrico, elaborado por um especialista para garantir a integridade do bem patrimonial, e permitindo que os usuários possam exercer as atividades laborais com maior eficácia.



Em relação às fiações elétricas, a proposta prevê a utilização de canaletas para o sistema de iluminação nos forros. Para as luminárias, propõe-se a adoção de lâmpadas LED, que além de reduzirem o consumo de energia, são ideais para os ambientes que abrigam pinturas artísticas no bloco principal, uma vez que as lâmpadas fluorescentes, devido ao raio UV, podem danificar a camada pictórica.

Outra solução apresentada para as instalações elétricas é o uso de rodapés com passador de fios, que ocultam os cabos através de orifícios localizados no fundo da peça. Esse recurso evita intervenções nas paredes para a passagem do cabeamento e dispensa o uso de canaletas nos ambientes. As tomadas elétricas nos locais de trabalho, localizados na parte central dos ambientes, serão instaladas através de dutos embutidos no piso (ver detalhe na prancha do projeto de intervenção/piso). Em outros cômodos, a instalação elétrica será aparente, sem comprometer a estrutura em madeira do piso superior, como ocorre no anexo.



Com referência ao sistema de climatização, foi considerada a possibilidade de instalação de ar condicionado nos ambientes do edifício em estudo. No entanto, durante as análises, propôs-se que o pavimento do porão alto não seja contemplado com esse tipo de sistema, devido aos problemas identificados no diagnóstico, como a presença de



umidade ascendente. A discussão sobre esse item será aprofundada na ação restaurativa relacionada à drenagem. Nos demais pavimentos, incluindo o térreo do bloco principal e os pavimentos inferior e superior do anexo, deverá ser instalado sistema de climatização, por meio de splits ou sistema de ar condicionado central VRF. Em ambos os casos, as condensadoras poderão ser localizadas na parte superior do telhado, sendo recomendada a utilização de mão francesa em aço laminado para fixar o equipamento. Ressalta-se, no entanto, que o condensador deve ser instalado a uma distância mínima de 15 centímetros da parede preexistente.

9. SOLUÇÕES TÉCNICAS



A partir da compreensão do complexo da antiga Intendência, é imprescindível que qualquer ação projetual restaurativa esteja pautada nos atributos do monumento, uma vez que o objeto de estudo ainda apresenta, em sua espacialidade, o eixo de simetria na planta baixa, assim como a simetria na conformação dos espaços internos, ambiente ornamentado com pinturas artísticas e utilização de soluções técnicas em ferro fundido no sistema de cobertura.

É essencial que as intervenções restaurativas estejam embasadas em ações criteriosamente fundamentadas por parâmetros técnicos e estéticos, examinando as transformações pelas quais o prédio passou ao longo do tempo, no sentido de propor meios para garantir sua conservação. Os projetos de intervenção e conservação de bens culturais imóveis devem estar em conformidade com os preceitos da mínima intervenção, autenticidade, compatibilidade e distinguibilidade, respeitando sempre as particularidades do bem, suas técnicas ou materiais construtivos e sua imagem figurativa. No caso da impossibilidade de manter os materiais originais do bem, devido ao avançado estado de degradação, serão propostos outros materiais que dialoguem com os preexistentes e sejam compatíveis com a materialidade e os aspectos estéticos (Iphan, 2019).

Posto isto, as soluções técnicas adotadas deverão ser justificadas e acompanhadas por profissionais especializados no campo da conservação e restauração.

9.1 Primeiras medidas para a intervenção



Para que se dê andamento às obras de intervenção, deve-se, antes de realizar qualquer ação no monumento, seguir as recomendações listadas com o propósito de resguardar o bem:

- Inserção de tapumes em madeira ou metálico, com altura de 2,10 m, dispostos no perímetro do terreno, contornando a calçada do conjunto da antiga Intendência;
- Colocação da placa de obra da empresa responsável pela execução da obra, próxima à fachada principal do bem e direcionada à Rua Melo Moraes. As placas deverão ser



confeccionadas em chapas galvanizadas, com sarrafos e pontaletes em madeira, servindo para estruturar as chapas;

- Montagem do canteiro de obras e ligação de toda infraestrutura (energia, água, barracão, vestiários, almoxarifado, depósito de entulhos) necessária para a obra;
- Apresentação, ao Corpo de Bombeiros, do plano de prevenção e combate a incêndio e pânico para o canteiro de obras;
- Limpeza dos ambientes internos da edificação e remoção de resíduos provenientes dos atos de vandalismo;
- Instalação de cobertura provisória nos blocos principal e anexo, a fim de evitar as ações das intempéries e maiores degradações nos ambientes internos do edifício, tendo em vista que o monumento foi alvo de sucessivas depredações em atos de vandalismo. Sugere-se ainda que, durante o procedimento, se atente para os pináculos existentes no arremate da platibanda, com maior atenção e cautela na execução do serviço;
- Efetuar investigações mais minuciosas no madeiramento da cobertura, analisando a necessidade de substituição de peças;
- Realizar análises laboratoriais no madeiramento da cobertura e na argamassa de revestimento para identificar os materiais utilizados na construção e, assim, poder intervir de forma mais adequada;
- Registrar por meio de fotografias e relatórios, os procedimentos e serviços executados durante as obras;
- Durante a execução das obras no conjunto da antiga Intendência, orientar os profissionais envolvidos sobre a importância cultural do edifício no qual estão exercendo suas atividades laborais;
- Realizar, no decorrer da obra, ações de educação patrimonial, como, por exemplo, a realização de visitas guiadas com a população, sempre acompanhadas pelos técnicos responsáveis, em dias previamente agendados e sem causar qualquer empecilho para a obra; e atividades educativas na Praça Marechal Floriano, reforçando a importância do patrimônio cultural.



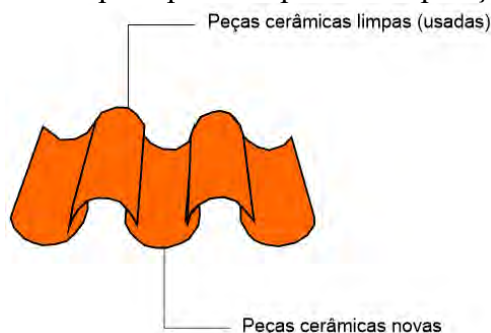
A cobertura de uma edificação tem como função, captar e distribuir as águas pluviais, proteger os espaços internos dos imóveis contra as intempéries (chuva, sol, ventos) do ambiente externo, além de proporcionar conforto térmico (CARMO, 2016).

O processo inicial de ação na cobertura consiste na seleção das peças cerâmicas que revestem o telhado dos blocos principal e anexo, removendo-as, individualmente, identificando as danificadas, selecionando as que apresentam melhor estado de conservação para serem submetidas ao processo de limpeza. Durante o procedimento, algumas telhas são descartadas, devido ao avançado estado de degradação e à excessiva porosidade do material. Nesses casos, serão substituídas por peças novas, com as mesmas especificações técnicas.

Em relação ao processo de limpeza das peças, recomenda-se a utilização de escovas com cerdas macias e sabão neutro para a remoção das sujeiras. Finalizada essa etapa, as peças devem ser postas para secar à sombra, no canteiro de obras, para depois retornarem à cobertura (OLENDER, 2014 *apud* PEREIRA, 2018). A limpeza das telhas é uma necessidade tanto conservativa, uma vez que pode neutralizar ou reduzir a ação de agentes de degradação, quanto estética, pois a sujeira pode comprometer a leitura da peça cerâmica. No entanto, na composição da cobertura com revestimento de telhas cerâmicas, as peças já usadas e limpas deverão ser colocadas como capa (postas por cima), enquanto as novas serão posicionadas como canais responsáveis por recolher as águas (voltadas para baixo) (ver figura 412). Por essa razão, as peças cerâmicas recentes deverão ser posicionadas na parte inferior, a fim de absorver o escoamento das águas por mais tempo e evitar o contraste entre as colorações das novas telhas e as antigas, o que interfere na imagem e na percepção do edifício.



Figura 412- Ilustração esquemática sobre o posicionamento das telhas cerâmicas do tipo capa canal para a composição da cobertura.



Fonte: Acervo de Karla Calheiros, 2020.

Um dos problemas evidenciados no diagnóstico do edifício foi o deslocamento das telhas devido à falta de fixação na estrutura da cobertura. Nesse caso, recomenda-se a utilização de grampos em aço inoxidável nas ripas para garantir uma melhor fixação das peças em toda a cobertura (BONELLI; DELPINO, 2006). Os autores citados recomendam que, na cumeeira, as telhas da cobertura sejam cravejadas com argamassa de traço 1:2:9 ou 1:3:9 (BONELLI; DELPINO, 2006).

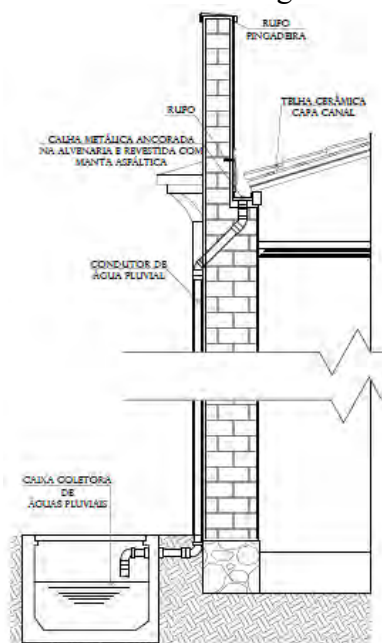
Em relação aos rufos, não foi verificada a presença desses elementos durante as visitas em campo, pois haviam sido retirados durante os sucessivos atos de vandalismo no edifício. Dessa forma, será necessária a colocação de rufos para proteger o edifício contra infiltrações de água pluvial entre a alvenaria e o telhado.

Quanto ao sistema de calhas e condutores pluviais, é necessário realizar a desobstrução por meio da limpeza dos elementos, removendo as sujeiras, folhas e penas de pássaros. Sugere-se, também, a colocação de uma tela no bocal da calha, a fim de evitar a entrada de resíduos no interior da tubulação e facilitar a limpeza (CARVALHO JÚNIOR, 2012). Indica-se, ainda, uma investigação mais aprofundada com a finalidade de detectar rupturas, deformações ou outros danos que possam interferir no escoamento da água pluvial para o edifício. Caso sejam encontradas peças deterioradas, recomenda-se a substituição. Sobre as camas das calhas, sugere-se a impermeabilização com aplicação de manta asfáltica, protegendo-as, assim, contra a ação das intempéries.



A água pluvial coletada pelas calhas será conduzida através dos tubos de queda, que serão direcionados à caixa coletora e, por fim, encaminhada ao coletor público (ver figura 413).

Figura 413- Detalhe da drenagem da cobertura.



Fonte: Acervo de Karla Calheiros, 2020.

- Estrutura

A estrutura da cobertura é composta por madeira, material que, exposto às oscilações das condições ambientais, pode absorver ou eliminar água em troca com o ambiente. Os níveis e a qualidade dos danos relacionados à madeira dependerão das condições termo-higrométricas ambientais (temperatura, umidade), de suas variações, das dimensões e da ventilação (BAREIA; PUMAR, s/d).

Contudo, em algumas peças de madeira, observaram-se danos relacionados à presença de água e ao ataque biológico de micro-organismos, cupins ou fungos, motivados pelo furto das telhas cerâmicas e dos forros, sendo este um dos fatores que contribuem para o crítico estado de degradação. Por conseguinte, serão elencadas, a seguir, propostas de solução para cada problema encontrado.



A princípio, orienta-se a retirada das tábuas dos forros e a limpeza do local para, imediatamente, verificar os vínculos estruturais da tesoura, os barrotes e demais peças de madeira. As autoras Klüppel e Santana (1999) aconselham bater com o martelo e, se necessário, realizar pequenos furos na madeira com o estilete, para constatar se o material está sendo atacado por agentes biológicos. A solução técnica ideal para proteger as peças de madeira é a impregnação com imunizantes inseticidas, como o Termidor diluído em água, na concentração indicada de 200 ml do produto para 200 ml de água, até se obter uma consistência homogênea. Para a aplicação, utiliza-se o pulverizador de compressão com bico no formato de cone, direcionando o jato para as peças. Outra possibilidade é o uso de resinas protetivas a vácuo, por autoclave, de forma que o material possa penetrar nos poros da madeira. Na impossibilidade de realizar esse procedimento, recomenda-se a imersão da peça nos produtos e, por fim, o pincelamento.

Sob essa ótica, os novos barrotes em madeira, inseridos no lugar da laje existente dos banheiros do pavimento superior do anexo seguirão a seção transversal similar e o mesmo espaçamento existente da configuração verificada em campo. As novas peças irão passar pelo processo de imunização mencionado anteriormente.

Para realizar uma ação mais assertiva em relação à madeira, é preciso conhecer as propriedades das espécies, valendo-se de análises laboratoriais, de forma a especificá-las adequadamente para cada uso. As peças em péssimo estado de conservação deverão ser substituídas; entretanto, as que se encontram pouco danificadas poderão ser reaproveitadas na confecção de próteses, que irão unir as peças preexistentes às novas, por meio de uma chapa metálica em aço, aderidas com cola à base de epóxi (Notas de aula – Mário Mendonça, 2018).

Já os caibros, ripas e terças, furtados durante os atos de vandalismo, deverão ser substituídos por peças de madeira do tipo maçaranduba/paraju, com dimensões similares. A escolha dessa madeira está relacionada à sua boa resistência mecânica e durabilidade natural. Assim como as demais peças, estas também deverão passar pelo procedimento de imunização.



Os caibros imunizados e restaurados deverão ser inseridos na estrutura da cobertura do edifício. Na sequência, deve-se instalar a subcobertura de alumínio, evitando-se goteiras e percolação de água pluvial para o prédio, além de proporcionar melhor conforto térmico aos ambientes internos.

Recomenda-se que o processo de instalação da manta sobre os caibros tenha início na parte inferior do telhado, com espaçamento de aproximadamente 10 centímetros entre os trechos da manta, até atingir a linha de cumeeira. Após a conclusão, é necessário realizar testes de estanqueidade, sempre acompanhados por um profissional capacitado. Ao término dessa etapa, podem ser inseridos o contra-caibro, a ripa e, por fim, as telhas cerâmicas.

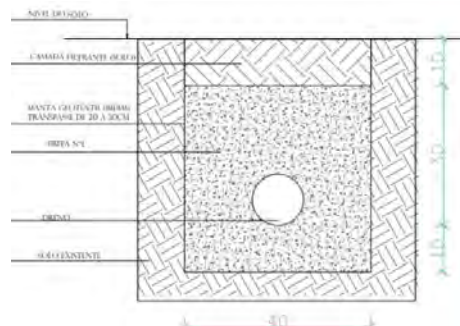


Uma vez que a área externa do conjunto apresenta desníveis, é essencial a realização de um projeto de drenagem que direcione o escoamento das águas pluviais de maneira adequada, impedindo danos aos edifícios. A proposta abrange calhas de captação que seguem as curvas de nível existentes e a inserção de valas no nível mais baixo das rampas de acesso ao pavimento do porão alto, que direcionam as águas para as cotas mais baixas do terreno até a sarjeta. Além disso, serão empregadas placas drenantes (megadreno) em toda a área externa do edifício, visto que esse revestimento, por apresentar poros em sua composição, permite maior absorção de água pluvial e auxilia na drenagem superficial da área. (ver prancha do projeto de drenagem da proposta de intervenção/drenagem).

No que diz respeito à drenagem da água pluvial dos jardins, a proposta adota o sistema de dreno subterrâneo, por meio da abertura de valas onde são inseridos manta geotêxtil (BIDIM), pedra brita número 1 e dreno em PVC. Sendo assim, é necessário garantir um caimento constante de 1% de inclinação, para evitar que a água se acumule próximo à edificação, permitindo que seja direcionada para a sarjeta (ver figura 414).



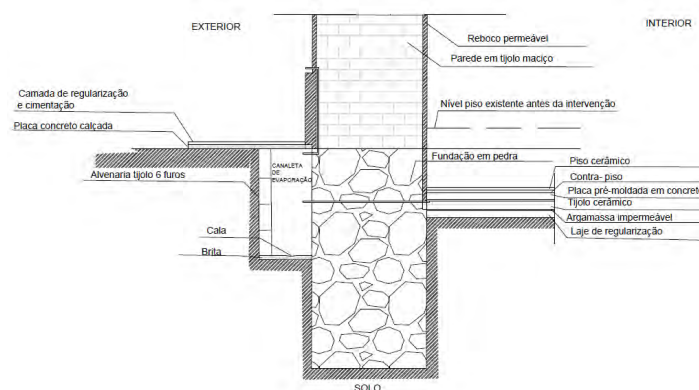
Figura 414- Detalhe drenagem jardim.



Fonte: Acervo de Karla Calheiros, 2020.

Com base no diagnóstico realizado no bloco principal do edifício, constatou-se a presença de umidade na base das paredes do porão alto, indicando infiltração por capilaridade da água no solo, que atinge a edificação através da fundação. Após análise do relatório de obras do projeto de intervenção, realizado no ano 2000, verificou-se que essa patologia já ocorria nas paredes do imóvel. Nesse sentido, a ação projetual elaborada pela equipe técnica responsável consistiu na execução de uma vala sem preenchimento exterior nas paredes laterais (fachada nordeste e sudoeste) para evitar a presença de águas superficiais nas paredes (ver figura 415). Além disso, foi realizado o rebaixamento do piso do porão alto em aproximadamente 46 centímetros, para aumentar o pé direito e torná-lo utilizável. No entanto, após os ensaios laboratoriais para determinação do teor de umidade nas alvenarias, foi constatado que o problema ainda persiste nos ambientes internos.

Figura 415- Detalhe da vala sem preenchimento bloco principal, situação atual.



Fonte: Acervo da Coordenação de Patrimônio da Prefeitura Municipal. Adaptado pela autora, 2019.



Diante dessa situação, após pesquisas, análises e consultorias com os docentes do mestrado e com a engenheira Silva Puccioni, verificou-se a necessidade de realizar algumas alterações na vala existente, com o intuito de auxiliar na ventilação, aumentar a evaporação da água, reduzir a umidade absorvida na base das paredes internas, garantindo a estanqueidade, minimizando os danos e proporcionando melhores condições de salubridade no porão alto.

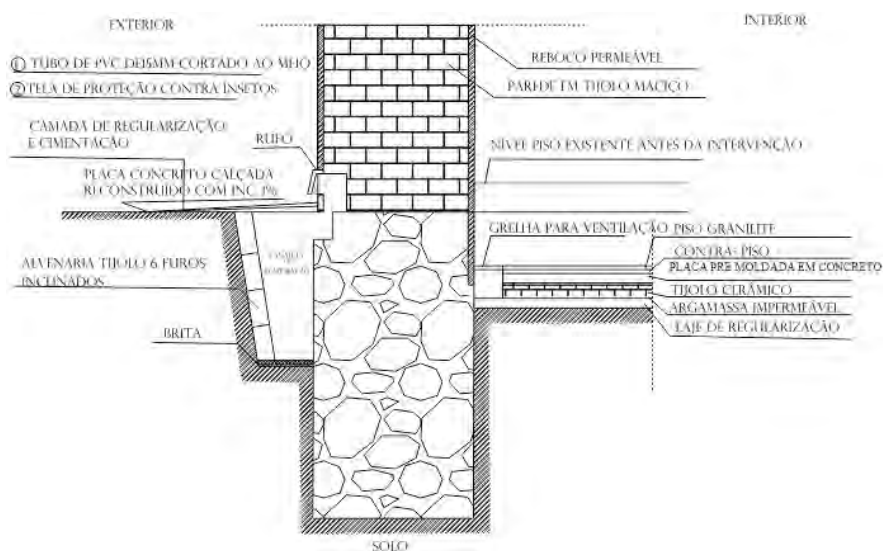
Ao analisar o referido detalhe, verificou-se que o espaço destinado à canaleta de evaporação atual possui 30 cm de largura. No entanto, para obter melhores resultados, recomenda-se reduzir a largura da canaleta para 20 cm. Em relação ao tubo que interliga a parte interna do porão alto à canaleta de evaporação, observa-se que ele compromete a estrutura da fundação em grande extensão e não atua de maneira eficaz na ventilação. Sendo assim, sugere-se a remoção do tubo.

Outra complicação constatada na vala periférica é a colocação do tijolo de 6 furos na posição horizontal, disposição que facilita a entrada de água na canaleta de evaporação. Para evitar que a água penetre na canaleta, recomenda-se dispor os tijolos de forma inclinada, facilitando a dinâmica dos vapores de água provenientes do solo. Nesse sentido, é necessário aumentar o tubo que interliga a canaleta de evaporação ao ambiente externo, uma vez que o tubo atual apresenta volume insuficiente para aspiração.

Com o objetivo de intensificar a evaporação, sugere-se a realização de um rasgo de 15 cm na parede, de modo a melhorar a circulação do ar. Após a execução do rasgo, deve-se inserir um tubo de PVC de 15 cm cortado ao meio, alinhado à alvenaria. Para cobrir o rasgo externo do tubo, recomenda-se a instalação de uma tela de metal, a fim de evitar a entrada de insetos. Essa medida garantirá que a evaporação ocorra de forma eficaz através do tubo (ver figura 416). Por fim, as calçadas deverão ser refeitas com uma inclinação de 1% em direção ao passeio.



Figura 416- Detalhe vala sem preenchimento, situação proposta.



Fonte: Acervo de Karla Calheiros, 2019.

Nos espaços internos, com o intuito de mitigar a umidade ascensional no porão alto, foi implementado um sistema de calhas com dimensões de 15 cm, distribuídas por todo o perímetro interno do pavimento. Esse mecanismo visa proporcionar a secagem da base das paredes e auxiliar na evaporação da água dos materiais construtivos, por meio da ventilação cruzada (ver figura 417) (ver prancha do projeto de drenagem da proposta de intervenção).

Figura 417- Modelo tridimensional do ambiente Reserva Técnica, onde é possível visualizar as grelhas no perímetro do espaço próximo a fundação.



Fonte: Acervo de Karla Calheiros, 2020.



As paredes externas e internas dos blocos principal e anexo apresentam perdas no revestimento, ocasionadas pela ação de vandalismo no imóvel. Essa situação contribui para comprometer os materiais que ficam expostos ao intemperismo e às sujidades, ou seja, tornam-se mais frágeis e, conseqüentemente, com menor durabilidade.

Os resultados obtidos com ensaios laboratoriais demonstram que os principais tipos de sais encontrados nas amostras retiradas das paredes do edifício foram cloreto, nitrato e sulfato, sendo os dois primeiros sais higroscópicos. O sal, quando entra em contato com a água, causa o dano, pois se expande, e a tensão resultante danifica o material. Outros fatores que influenciam a concentração e cristalização de sais são os condicionantes ambientais, entre eles as variações na temperatura e as oscilações na umidade relativa do ar.

A literatura e especialistas na área de restauração mencionam que a remoção de sais higroscópicos é extremamente complicada e que a extinção de seus efeitos é quase impossível. O recurso mais utilizado pelos profissionais são medidas paliativas ou correções para diminuir a presença e o efeito dos sais higroscópicos nas paredes.

Como visto nas amostras laboratoriais, as paredes do piso do porão alto apresentam expressivo teor de umidade ascendente por capilaridade, fato que acarreta a transmissão de cloreto, por ação da umidade, para as argamassas de revestimento e superfície das paredes, por meio da 'hidratação de outros sais presentes', influenciados pelas variações de temperatura, umidade relativa do ar e pela escassez de ventilação (MAGALHÃES, 2013, p. 44).

A princípio, a orientação é ajustar a vala de drenagem sem preenchimento, aumentando a capacidade de aeração e contribuindo para a secagem das paredes. Além disso, propõe-se a técnica de instalação de calhas no piso, no perímetro do edifício, para facilitar a ventilação e a troca de ar, com o objetivo de controlar a umidade relativa do ar nos espaços internos. Essa ação busca manter a umidade constante em torno de 50% a 55%, evitando danos nos elementos construtivos do edifício. A solução técnica contribui para minimizar os efeitos dos sais nas alvenarias.

A presença de sulfato está relacionada com a presença de cimento na composição da argamassa, material que, devido à baixa porosidade, impede a



evaporação e contribui para a condensação. No intuito de minimizar esse dano, aconselha-se a utilização de cimento pouco alcalino ou a mistura de cimento e carbonato de cálcio à composição da argamassa (KLÜPPEL, SANTANA, 1999).

O arquiteto e docente Mário Mendonça de Oliveira sugere, como alternativa para minimizar a ação dos sais, o uso de emplastros de argila betonita (Oliveira, 2011). O procedimento consiste em molhar o emplastro e, em seguida, cobri-lo com um plástico filme para evitar a evaporação da água, conforme Luciana Florenzano (2016). No entanto, essa recomendação não é indicada para locais que apresentem revestimento com pinturas artísticas (LOUREIRO, 2013).

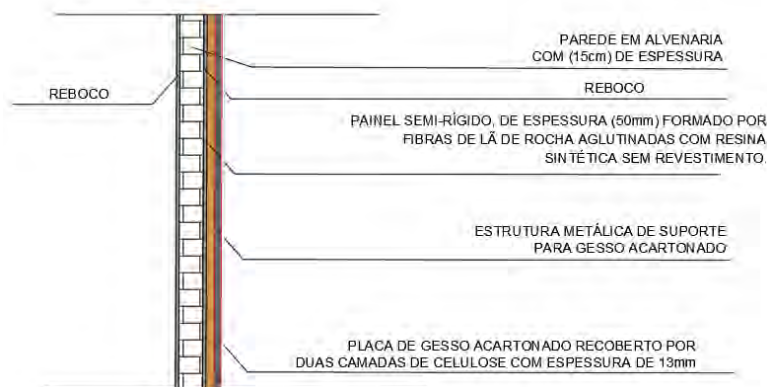
Além dos danos mencionados, as paredes da edificação mostram buracos provocados por choque mecânico – ação humana e presença de microflora. Para resolver o primeiro dano, propõe-se aplicar, com o auxílio de espátula uma massa composta por cal e areia para fechar a abertura. Após a secagem da massa, pode-se, então pintar a superfície com tinta mineral. Já a presença de microflora na base das paredes, sugere-se remover com processo de limpeza por meio de lavagem à baixa pressão, utilizando-se, em seguida “detergente neutro pH7, com proporções de 1/10 ou 1/20, aplicado com escova de cerdas macias de nylon” (OLENDER, 2006, p.19 *apud* PEREIRA, 2018, p. 204).

Além dos itens descritos, outra solução técnica adotada no prédio principal foi o sistema duplicado para redução sonora. A finalidade seria amortecer a passagem dos sons oriundos das atividades realizadas na sala de chefia e assistência de gabinete da Fundação para as instalações sanitárias

Dessa forma, no intuito de reduzir o ruído, a parede de alvenaria preexistente, com 15 centímetros de espessura e voltada para o ambiente da chefia, deverá receber um painel semi-rígido com 50 mm de espessura, constituído por fibras de lã de rocha, e ser instalado após a camada de reboco. Em seguida, insere-se a estrutura metálica que servirá como suporte para as placas de gesso acartonado com espessura de 13 mm (ver figura 418). Esse sistema possibilita um índice de redução sonora de 53 dB, considerado um bom isolamento acústico.



Figura 418- Detalhe solução técnica adotada para reduzir a passagem dos ruídos do ambiente da chefia/assistente de gabinete para o espaço das instalações sanitárias do prédio principal.



Fonte: Acervo de Karla Calheiros, 2020.



A argamassa de revestimento é constituída pelas camadas de reboco e emboço, responsáveis por proteger as paredes de vedação e autoportantes das construções.

A partir dos resultados obtidos nos ensaios laboratoriais do traço, notou-se, nas amostras, uma grande quantidade de agregados (75% a 81%) compostos por areia grossa nas argamassas de revestimento à base de cimento e cal. Essa proporção inadequada entre aglomerante e agregado ocasiona a baixa resistência mecânica da argamassa, isto é, aumenta a porosidade e a permeabilidade da argamassa. Desse modo, torna-se mais suscetível à ação de outros agentes ao longo do tempo. Foi constatada, também, nas amostras, a presença de sais (nitrato, cloreto e sulfato), sendo os sulfatos os mais prejudiciais aos rebocos, em decorrência da expansão dos cristais, que ocasionaram modificações na coesão do revestimento, como o descascamento da camada de pintura (MAGALHÃES, 2013). Assim, é aconselhável a substituição da argamassa para recuperação dos trechos degradados. Devem ser removidos os trechos de paredes comprometidos por argamassa degradada ou desagregada,



makita posta a 45° de forma geométrica, para escarificar a alvenaria e facilitar a colocação da nova camada de argamassa, que deve seguir as características da preexistente (cimento, cal e areia). No entanto, recomenda-se a utilização de cal em pasta, pois ela pode apresentar maior plasticidade e menor retração do que a cal em pó (Kanan, 2008). Outra solução seria a alteração da granulometria do agregado utilizado, acrescentando mais grãos finos, a fim de obter melhor distribuição granulométrica da areia, o que pode contribuir para o melhor comportamento e durabilidade da argamassa. Com relação ao traço, recomenda-se usar a proporção de 1:3:10 para cimento: cal e areia.



No que concerne às pinturas, o autor Enio Verezoza, no livro *Patologia das Edificações*, explica que devem ser compreendidas como 'revestimento de sacrifício', que protege os materiais da deterioração e evita o esfacelamento do reboco, além de influir na estética dos espaços (VEREOZA, 1991, p. 139).

O diagnóstico realizado nos blocos que integram o conjunto da antiga Intendência revelou que as paredes e fachadas são revestidas com tinta plástica. Esse tipo de tinta apresenta baixa porosidade e cria uma película impermeável, o que dificulta a saída de água do material, possibilitando a degradação das alvenarias.

Em todas as fachadas do conjunto, notaram-se manchas na pintura, em decorrência do emprego de material incompatível no revestimento do edifício. Nesse sentido, é necessária a substituição da tinta utilizada. Os ambientes internos também apresentam péssimo estado de conservação, como a má aderência da camada de tinta, o aparecimento de bolhas e o descascamento da pintura. Assim, após o tratamento desses danos, as superfícies deverão ser preparadas para receber a nova camada de pintura.

Será realizada uma limpeza das superfícies que apresentam acúmulo de partículas de sujidades e, em seguida, correções nos locais que apresentarem perda de reboco e/ou emboço, após a remoção das partes soltas (KLÜPPEL; SANTANA, 1999).



segunda fase consiste na repintura das fachadas e dos ambientes internos, com tinta à base mineral, pois a presença desse elemento em sua composição propicia a 'transpiração' da parede (KLÜPPEL; SANTANA, 1999, p. 178).

Para a seleção das novas cores do edifício, recorreu-se às prospecções realizadas no projeto de intervenção de 2000, para, assim, intervir de forma segura e propor uma paleta de cores condizente com as características arquitetônicas do bem. Cabe ressaltar que a proposta não tem como intuito recuperar a cor original do monumento, mas selecionar uma gama de cores que consolidaram a imagem da edificação, fundamentando-se no ato histórico crítico.

Dessa forma, para as fachadas, propõe-se a pintura dos ornamentos na cor branca, enquanto o corpo do edifício será pintado em azul claro e as esquadrias na cor cinza claro. Os ambientes internos do bloco principal e anexo deverão ser pintados na cor areia, com ressalva para o ambiente do vestíbulo, que deve seguir a mesma coloração da fachada.



No pavimento térreo do bloco principal, observaram-se pinturas artísticas no vestíbulo (ver figuras 419 e 420) e em um dos cômodos, enobrecidos em molde vazado no rodapés, e em um trecho de uma das paredes (ver figuras 421 e 422). A partir do diagnóstico realizado, nota-se que as pinturas apresentam manchas de água por infiltração, devido a problemas na cobertura, ao acúmulo de partículas de sujidades e à perda da camada pictórica, sendo estes os principais danos encontrados, como exposto na figura 440.



Figuras 419 e 420- Janela de prospecção estratigráfica da pintura artística em uma das paredes do vestíbulo aberto do bloco principal. Imagem mostra uma ampliação da janela de prospecção com a pintura encontrada.



Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, 2018.

Figuras 421 e 422- Pinturas artísticas com motivos florais no rodafundo e na parede em um dos ambientes do pavimento térreo do bloco principal. Observa-se na segunda figura as lacunas na camada pictórica, em destaque.



Fonte: Acervo fotográfico de Karla Calheiros, 2018.

Para o processo de limpeza das sujeiras na superfície da pintura do rodafundo, recomenda-se, inicialmente, a higienização mecânica com o uso de pincéis trincha de cerdas macias. Para a etapa seguinte, o artista plástico José Dirson Argolo recomenda o teste de solvência. O método consiste na utilização de produtos (solventes ou soluções químicas), aplicando-os na pintura de forma gradual, sempre do mais fraco para o mais forte. Geralmente, primeiro utiliza-se água, depois o varsol, aguarrás, álcool, óleo de peroba King, entre outros produtos. Ressalta-se a importância de eleger o produto adequado para não danificar a pintura. Vencida essa etapa, deve-se aplicar o produto selecionado de maneira cuidadosa, utilizando hastes flexíveis e sempre com movimentos leves.



Durante a limpeza, os trechos que apresentarem lacunas serão submetidos a um preenchimento à base de cal hidratada e sílica para a realização do emassamento e nivelamento da área de perda da pintura. Concluída essa etapa, será aplicada a técnica do *trattegio* nas áreas onde houver perda de policromia. Esse procedimento consiste na utilização de traços de linhas ou pinceladas sobrepostas, em diferentes arranjos e sentidos fixos (BAILÃO, 2011), com a finalidade de integrar a pintura de modo sutil, recuperar a leitura e a unidade da pintura artística e distinguir a ação de restauração da camada pictórica original.

Para a realização do procedimento, aconselha-se o emprego do Pigmento Maimeri diluído em água. Concluída a pintura, deve-se aplicar uma camada protetora em toda a extensão da parede, utilizando o produto Mowiol também dissolvido em água, na concentração ideal de 15% (DOMO, 2016).

Em relação às janelas de prospecção, propõe-se a realização de sondagem e a abertura de novas janelas, a fim de verificar a integridade da pintura pictórica nos ambientes citados, por meio da decapagem manual, com o auxílio de bisturi cirúrgico. Havendo êxito nas sondagens, recomenda-se a recomposição dessas paredes. No entanto, caso não se encontrem vestígios da camada pictórica, pretende-se registrar a janela de prospecção, com o auxílio da representação gráfica e do registro fotográfico, indicando a localização exata da pintura. Em seguida, sugere-se a aplicação da resina incolor Paralóide B-72, diluída em xilol. Pontua-se que, para criar uma película mais protetiva na pintura, deve-se aumentar a concentração do Paralóide. Ao término dessa etapa, pode-se pintar o ambiente com tinta silicato mineral, para, assim, obter-se a leitura dos ambientes.



Diante das constantes intervenções e atos de vandalismo no conjunto da antiga Intendência, os revestimentos que permaneceram foram os pisos em ladrilhos hidráulicos e os barrotes do pavimento superior do anexo. Os demais revestimentos foram modificados e passarão por intervenções. Segundo o Manual de Conservação



Preventiva do IPHAN, os pisos em ladrilho hidráulico das janelas rasgadas do bloco principal e do pavimento térreo do bloco anexo deverão passar por uma análise cuidadosa para verificar o estado de degradação. Após a vistoria, tem início o processo de limpeza, que consiste em varrer as peças com uma vassoura de cerdas macias ou esponja com água e detergente neutro para remover as sujidades. No caso de manchas, sugere-se a realização de testes para escolher o produto ideal a ser utilizado. No entanto, deve-se ter cuidado durante o procedimento de limpeza, para evitar o desgaste mecânico causado pela varrição no material e pelo uso excessivo de água. Para o piso em porcelanato, serão realizados os mesmos procedimentos adotados para o piso hidráulico.

Com base no material 'Restauração de cerâmicas e materiais pétreos', elaborado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA-MG), para reintegrar os trechos faltantes dos ladrilhos hidráulicos, aconselha-se a utilização do estuque de massa plástica Polyfilla, à base de celulose e água. Como suporte, deve-se usar o molde de cera odontológica (IEPHA, 2011). Acima da massa plástica de estuque, coloca-se a resina acrílica Primal AC33, diluída em água na concentração de 5% (IEPHA, 2011). Em seguida, adiciona-se pó de mármore ao procedimento, finalizando com o pigmento conforme a coloração dos desenhos das peças. Destaca-se que essas recomendações devem ser seguidas cuidadosamente, a fim de evitar alterações cromáticas e fragmentações na imagem do piso. Para a conservação dos ladrilhos, recomenda-se a aplicação de cera diluída em aguarrás, conforme frisa Gester (2013).

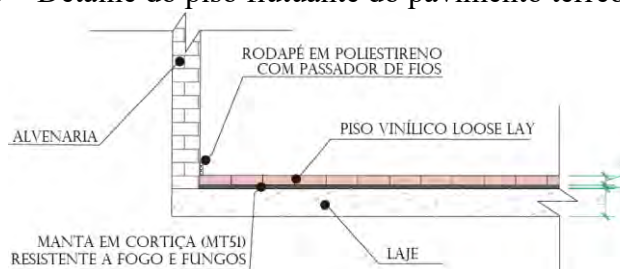
A partir do diagnóstico, no que tange ao piso do pavimento térreo do bloco principal, verificou-se que o piso cimentício apresenta biofilme, devendo, nesse caso, ser realizada uma limpeza com água clorada. A recomendação é diluir, aproximadamente, 3 medidas de cloro em cada 10 litros de água, colocar no local, espalhar, deixar o produto agir por um tempo e, por fim, retirá-lo (Notas de aula – Mário Mendonça, 2018). Após a limpeza dos locais que apresentam biofilme e sujidades, pode-se instalar os pisos de acordo com a proposta de intervenção.

O piso original em assoalho de madeira foi perdido após as intervenções realizadas no monumento. Assim sendo, pretende-se empregar o sistema de piso flutuante, utilizando manta de cortiça e piso vinílico impermeabilizado com cera acrílica (ver figura 423), com o propósito de resgatar essa peculiaridade do pavimento térreo,



que apresenta maior riqueza de elementos construtivos, distinguindo-se dos demais pavimentos. Esse piso, em sua textura, se assemelha à madeira natural e, junto com a manta, possibilita a redução dos ruídos de impacto, gerando conforto acústico nos ambientes internos da fundação.

Figura 423 – Detalhe do piso flutuante do pavimento térreo do prédio principal.



Fonte: Acervo de Karla Calheiros, 2020.

O acabamento entre as paredes e o piso vinílico será realizado por meio de rodapé em poliestireno, dotado de canaletas para ocultar a passagem da fiação elétrica com textura similar à madeira, de forma a dialogar com o piso.

Os pisos em porcelanato e a tabeira do porão alto, em granito, deverão ser removidos e substituídos por o granilite em todos os ambientes.

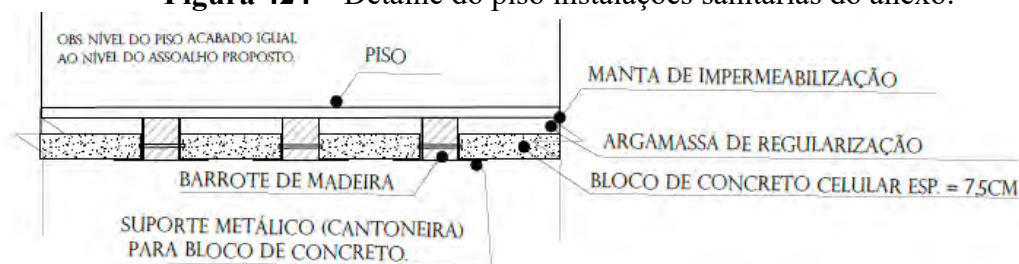
No que se refere à sala de treinamentos e palestras do pavimento térreo do anexo, deverão ser retirados os revestimentos em porcelanato e criada uma nova paginação de piso em granilite nas cores branca (fundo) e preta (traços geométricos), seguindo o desenho existente nos demais ambientes deste pavimento (ver prancha proposta de intervenção/piso).

Em relação aos barrotes do pavimento superior do anexo, ainda existentes, pretende-se retomar o enobrecimento do pavimento, propondo a instalação do piso em assoalho de madeira. Nessa perspectiva, foram escolhidas as tábuas de madeira ipê, com alta resistência, unidas por meio de juntas macho e fêmea. Todas as peças deverão passar pelo processo de lixamento e, em seguida, inicia-se o procedimento de impermeabilização naval à base de epóxi, com o auxílio de pincel. Essa técnica confere ao material maior resistência à água, principalmente no ambiente dos banheiros.



Ainda sobre as instalações sanitárias do pavimento superior do anexo, a proposta prevê a implantação, entre os barrotes existentes, de blocos de concreto celular apoiados em cantoneiras metálicas e fixados na estrutura dos barrotes. Seguindo essa etapa, na fase de acabamento, será realizada a argamassa de regularização, a inserção de manta de impermeabilização e, por fim, a instalação do piso (ver figura 424). Salienta-se que o novo revestimento deverá estar nivelado com os revestimentos dos demais ambientes do pavimento, tendo em vista que todos os espaços devem ser acessíveis a todos os usuários.

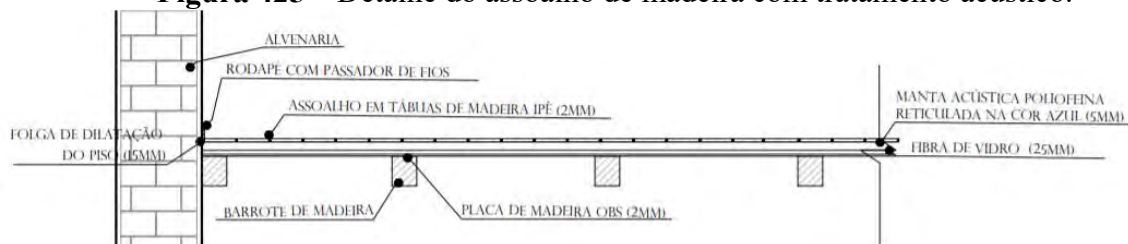
Figura 424 – Detalhe do piso instalações sanitárias do anexo.



Fonte: Acervo de Karla Calheiros, 2020.

Outra solução técnica adotada para o assoalho foi o piso flutuante, por meio do revestimento de superfície, com o intuito de obter isolamento acústico pela redução dos ruídos de percussão. Desse modo, antes da fixação das tábuas de madeira, são inseridos materiais como a placa de madeira OSB, fibra de vidro e manta acústica poliolefina reticulada de cor azul, entre os barrotes, a fim de absorver os sons (ver figura 425). A inserção das tábuas do assoalho ocorrerá após a colocação dos demais elementos citados.

Figura 425 – Detalhe do assoalho de madeira com tratamento acústico.



Fonte: Acervo de Karla Calheiros, 2020.



A edificação da antiga Intendência apresenta forros em madeira nos ambientes considerados mais enobrecidos, como os cômodos do pavimento térreo do bloco principal, com forro do tipo saia-e-camisa, e taboado no vestíbulo. Atualmente, apenas dois ambientes apresentam esses forros mais íntegros, com a perda de apenas algumas tábuas. Nos demais espaços, restam apenas as marcações do forro.

Para a recomposição dos forros de madeira do tipo saia-e-camisa no pavimento térreo do bloco principal, deverão ser empregadas peças de madeira de cumaru, com alta resistência mecânica, as quais serão submetidas a um processo de imunização.

No vestíbulo do acesso do bloco principal, foi identificado o forro do tipo taboado corrido, que não apresenta lacunas. Todavia, é necessário verificar o estado de conservação das tábuas, pois algumas apresentam manchas de água pluvial descendente devido a infiltração. Caso as tábuas estejam com a camada de verniz desgastada, será necessário utilizar um removedor, lixar e, posteriormente, aplicar novamente o verniz à base de poliuretano alifático incolor. A aplicação do verniz cria uma película lisa, propiciando a impermeabilização da superfície e tornando-a resistente às intempéries (MÜHLBAUER; RAZEIRA, s/data).

O forro taboado do pavimento superior do anexo deverá passar pelo mesmo procedimento de investigação mencionado anteriormente. Nas partes faltantes, deverão ser empregadas novas peças de madeira, seguindo as características e dimensões dos elementos retirados durante o processo de limpeza.



As únicas esquadrias existentes nos blocos principal e anexo são as bandeiras em caixilho de madeira, pintadas com fechamento em vidro. A madeira, matéria-prima utilizada para a construção das esquadrias, é um material orgânico, e, portanto, as peças produzidas a partir dela são mais vulneráveis à deterioração. Quando expostas ao meio externo, essas esquadrias tornam-se ainda mais suscetíveis à ação do intemperismo.



Assim sendo, para realizar a ação restaurativa, convém destacar a importância de examinar individualmente cada unidade, iniciando pela catalogação de cada esquadria. Em seguida, protegem-se os vidros para que, posteriormente, seja possível remover a camada de tinta e verificar a presença de xilófagos ou apodrecimento em alguma parte da peça. Após a investigação, pretende-se imunizar e repintar as peças com a aplicação de duas demãos de esmalte acetinado e, por fim, reinseri-las nos respectivos locais de origem (IPHAN, 2010).

Os vidros dos caixilhos que se encontrarem quebrados ou apresentarem partes faltantes deverão ser substituídos por vidros transparentes.



Os elementos metálicos em questão apresentam corrosão, resultante da ferrugem do material. A partir das análises dos materiais, orienta-se o processo mecânico. A técnica tem início com o lixamento do material, utilizando lixas grossas (número 40 e 60) para remover a ferrugem e as carepas (GNECCO, 2003), realizando movimentos circulares durante o procedimento. Em seguida, o processo é consolidado com a aplicação de resina adequada, criando uma capa protetora que freia a corrosão. Por fim, os elementos são pintados com tinta esmalte sintético sobre fundo antiferruginoso.

As escadas em estrutura metálica serão revestidas em madeira ipê amarelo, tanto para os pisos quanto para os espelhos, com acabamento em verniz incolor. O guarda-corpo e os corrimãos também serão confeccionados em madeira.



Com base no diagnóstico, constatou-se a presença de fissuras e microfissuras nas fachadas, nas modernaturas dos óculos e nos pilaretes do objeto de estudo, sendo a entrada de água da chuva um dos agentes desse dano. Para corrigir essa anomalia, recomenda-se o uso de pura à base de acrílico transparente.



De acordo com Rodríguez (2003, p. 252), ao entrar em contato com os raios UV, a resina provoca um fenômeno químico que cria uma barreira contra os danos causados por esses raios. Assim, quando o produto é aplicado, ele 'absorve os movimentos do suporte e impermeabiliza contra a entrada de água pluvial', evitando o desbotamento, a descoloração e a degradação da madeira. Antes da aplicação do produto na fachada, é necessário realizar a limpeza utilizando água de baixa pressão, detergente neutro (pH 7) e uma escova de náilon. Em seguida, procede-se à preparação da área com solvente adequado para superfícies não porosas, tendo em vista que a fachada, composta por argamassa cimentícia, apresenta baixa porosidade. Concluída essa etapa, aplica-se a primeira demão da resina fotoreticulada lisa. Na segunda demão, utiliza-se a resina do tipo rugosa. Ambas as resinas não devem ser diluídas e, durante a execução, deve-se manipular o produto com rolo de espuma ou pincel. Ressalta-se que essas ações são voltadas para fissuras com largura de até 2 mm.

No caso de fissuras de maior dimensão, aconselha-se o fechamento da abertura com argamassa de revestimento e, na sequência, a aplicação de resina.



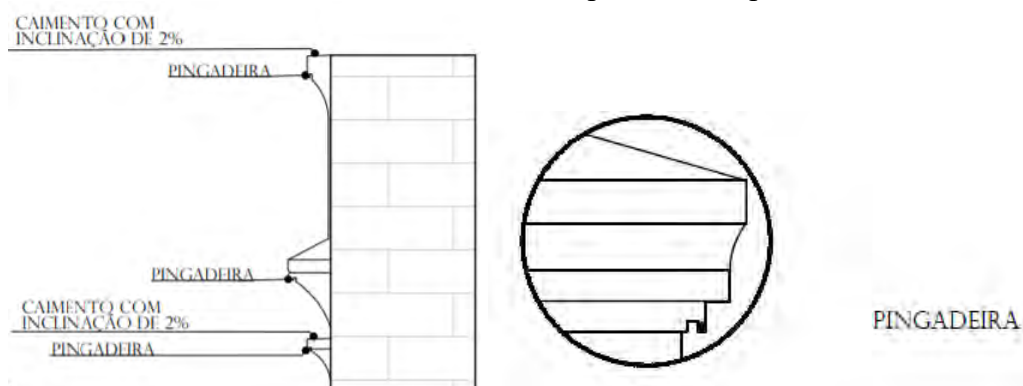
A partir da análise laboratorial realizada na fachada nordeste do bloco principal, verificou-se a presença de micro-organismos dos gêneros de fungos e cianobactérias, respectivamente: *Aspergillus* e *Microcystis*. Dessa maneira, para controlar a ação desses micro-organismos, recomenda-se o uso de biocidas como o Preventol MP (BARRINONUEVO, 2004).

Os biocidas podem ser aplicados na face da fachada com o auxílio de um borrifador ou por meio de emplastos próprios para limpeza. Segundo as notas de aula de Mário Mendonça (2018), o docente destaca que os biocidas matam os micro-organismos, porém, não realizam o processo de limpeza, ou seja, o material ainda permanece com as manchas causadas pelos micro-organismos, sendo necessária uma limpeza adicional posteriormente.



Para os danos referentes às sujidades e crosta negra, sugere-se o processo de limpeza por meio da lavagem à baixa pressão com água fria e escova de cerdas macias, sempre realizando o procedimento com o máximo cuidado para evitar infiltrações nos espaços internos do edifício. Nesse procedimento, pode-se utilizar detergente neutro pH 7, nas proporções de 1/10 ou 1/20; no entanto, deve-se ter cautela durante a aplicação para evitar danos ao reboco (IPHAN, 2010, p. 233). Após a limpeza, recomenda-se o caimento com uma inclinação de 2% para evitar o acúmulo de água pluvial e o aparecimento de novas manchas escuras na porção superior dos ornatos decorativos das fachadas. Além disso, é necessária a inserção de pingadeira para impedir a percolação de água no corpo do edifício (ver figura 426). Os pilaretes que compõem o sistema de vedação também deverão contar com pingadeira (ver figura 427).

Figuras 426 e 427 – Detalhes esquemáticos da solução técnica adotada para os ornatos da fachada e pilaretes, respectivamente.



Fonte: Acervo de Karla Calheiros, 2020.

Por se tratar de uma área urbana, foi verificado o pouso de pombos nos frisos acimalhados do coroamento. Dessa forma, recomenda-se o procedimento de limpeza do local, removendo as sujeiras por aspiração mecânica (KLÜPPEL; SANTANA, 1999). Além do processo de limpeza nas fachadas, é necessário realizar a verificação da platibanda, a fim de avaliar possíveis perdas de aderência em determinados trechos da cimalha e dos frisos. Para a investigação, utiliza-se um martelo de madeira. Nos locais que apresentarem som cavo após as sucessivas batidas, deverá ser feita a fixação do elemento com pinos de resina epóxi (IPHAN, 2010, p.156).



A primeira intervenção constatada foi o fechamento, com tijolos, de duas janelas de peitoris no bloco anexo, além da inserção de uma porta de madeira compensada. Essas alterações comprometem a leitura e a imagem do conjunto arquitetônico. Assim, a remoção desses elementos é fundamental para a instalação de novas esquadrias contemporâneas, com o objetivo de retomar a linguagem original do edifício.

As pichações encontradas nos pilaretes e nas fachadas nordeste e sudoeste dos blocos deverão ser removidas. Contudo, existe uma dificuldade em retirar as tintas de spray ou aerossol das camadas de tinta do edifício. Gallois (2015, s/pg) afirma que o problema está na 'solubilização das tintas' utilizadas nas pichações, o que contribui para a penetração do pigmento na argamassa de revestimento (emboço).

Partindo dessa premissa, cada caso deverá ser examinado minuciosamente, por meio de testes práticos, para a remoção da tinta. No entanto, Gallois (2015) relata que um dos métodos indicados é o uso de produtos químicos, como solventes, que devem ser cuidadosamente aplicados com hastes flexíveis (cotonetes), para evitar que a substância penetre na argamassa. Após essa etapa de limpeza, recomenda-se a aplicação de solvente em gel, utilizando uma escova de cerdas macias, delicadamente, sobre a superfície da fachada. Vale ressaltar que esse procedimento deve ser executado por mão de obra técnica especializada, a fim de evitar novos danos ao edifício.

10. PLANO DE CONSERVAÇÃO PREVENTIVA



No Manual de Conservação Preventiva para Edificações, as autoras Griselda Pinheiro Klüppel e Mariely Cabral de Santana (1999, p. 14) definem a conservação preventiva como "o conjunto de medidas que se deve tomar para prevenir o aparecimento de danos em uma edificação, evitando trabalhos de restauração". Em outras palavras, essas ações têm como objetivo estabelecer condutas que freiem a degradação dos bens culturais e possibilitem condições de uso e preservação para a contemplação e fruição das futuras gerações. Além disso, as ações propõem tratamentos específicos para a manutenção dos bens, sem comprometer sua qualidade arquitetônica. Sob a ótica de Carvalho (2015):

A conservação arquitetônica preventiva envolve inspeções frequentes e informadas, intervenções mínimas e soluções que minimizem os riscos. Envolve ainda, e principalmente, uma mudança de ponto de vista, passando das ações de preservação singulares e espaçadas no tempo para o entendimento de que a conservação se constitui em um processo. O desafio de incorporar à preservação do patrimônio construído estratégias de conservação preventiva reside não só na necessidade de desenvolvimento de ferramentas apropriadas e suporte tecnológico, mas também no desenvolvimento de políticas adequadas de tutela e gestão (CARVALHO, 2015, p.145).

Nesse sentido, para manter a conservação do conjunto da antiga Intendência e do entorno da Praça Marechal Floriano Peixoto, é necessário fiscalizar e elaborar um plano de ações que possibilite auxiliar na sustentabilidade da intervenção. É importante, também, realizar práticas educacionais que instruam e contribuam para a "formação dessa consciência preservacionista junto às novas gerações, fundamental para a continuidade da preservação dos bens culturais, cujo desaparecimento, sabemos bem, constitui, em geral, uma perda irreparável" (IPHAN, 2012, p. 15).

Para isso, pensou-se em listar algumas condutas para a manutenção da Praça Marechal Floriano Peixoto e seu entorno imediato. Para que se tivesse uma melhor explanação sobre as ações destinadas à manutenção do conjunto da antiga Intendência, as informações foram sintetizadas no manual ilustrado no apêndice V..



Por conta de o complexo da antiga Intendência integrar o entorno da Praça Marechal Floriano Peixoto, torna-se indispensável uma melhor fiscalização por parte das gestões públicas estadual (Pro-Memória, Secretaria de Estado da Cultura de Alagoas) e municipal (Coordenação de Patrimônio) dos edifícios que compõem o conjunto urbano, com base nas diretrizes propostas anteriormente, tendo em vista a preservação da ambiência e da paisagem urbana.

Para viabilização as diretrizes paisagísticas relativas à Praça, preconiza-se realizar o processo de limpeza por meio de varrição na praça e dos jardins, visando garantir a conservação. A vegetação deverá ser podada e adubada em períodos regulares, verificando-se também, a existência de pragas que possam ocasionar doenças na cobertura vegetal.

As diretrizes urbanísticas também incluem a limpeza e manutenção do monumento Marechal Floriano Peixoto e da fonte luminosa, ambos localizados na praça, assim como a limpeza diária das bocas de lobo, dos jardins de chuva e das sarjetas de escoamento de água pluvial, removendo todos os resíduos e evitando possíveis alagamentos na área.

Os pisos deverão ser limpos constantemente para a remoção da sujeira impregnada. Para os locais próximos às vegetações de grande porte, indica-se a realização de inspeção cuidadosa, a fim de averiguar se as raízes das árvores estão danificando o piso. É oportuno frisar que todos os mobiliários urbanos deverão ser inspecionados por meio de vistorias regulares, verificando-se se apresentam boas condições de uso. Assim sendo, casos de degradação ou ruptura dos equipamentos urbanos devem ser comunicados à gestão pública para que sejam tomadas as medidas cabíveis.



De acordo com Rodríguez (2003), as primeiras ações referentes às edificações devem ser, primeiramente, a investigação histórica e técnica do bem, analisando os acontecimentos que se sucederam até o momento que antecede a intervenção, e, posteriormente, a recomendação de procedimentos para conservar o monumento.

Nesse segmento, é necessário que se realize a inspeção do bem e se estabeleçam rotinas de visitas periódicas para fiscalização e averiguação dos métodos utilizados na manutenção e limpeza das estruturas e dos elementos da edificação. Dessa forma, graças às limpezas regulares, as possíveis degradações serão identificadas, permitindo que os profissionais da gestão municipal sejam comunicados, para que os danos possam ser sanados em pouco tempo.

Além da escolha de um uso apropriado para o bem, é preciso que sejam apresentadas algumas recomendações de manutenção que complementem as soluções técnicas adotadas para o monumento em estudo, objetivando garantir o bom estado de conservação do edifício.

Inicia-se pelo item cobertura, um dos elementos principais de proteção do edifício contra a ação das intempéries e da água pluvial, sendo esta última o agente causador da maioria dos danos que afetam o imóvel. Sugere-se a vistoria regular, no intuito de verificar se há telhas quebradas e/ou degradadas no telhado, substituindo-as em conformidade com o tipo existente, para não destoar o material novo do antigo. Para as calhas, indica-se o processo de limpeza, removendo sujeiras, folhas e penas de pássaros. Acrescente-se, ainda, a vistoria das grelhas e do sistema de drenagem superficial, por meio de uma investigação mais aprofundada, com a finalidade de constatar rupturas, deformações ou outros danos que possam causar infiltração de água pluvial no edifício. Recomenda-se que, para a inspeção dos itens descritos, seja observado um intervalo de 3 a 6 meses antes ou depois do período de chuvas (KLÜPPEL; SANTANA; 1999). Além dos itens mencionados, torna-se indispensável a vistoria das caixas de captação de água pluvial.

Quanto ao reservatório, aconselha-se a limpeza com sabão neutro, examinando possíveis vazamentos nas conexões, ao menos uma vez por ano.



Os forros deverão passar por limpeza da superfície periodicamente. Havendo desgaste da pintura, aconselha-se reaplicar o verniz ou a pintura nas peças. Os elementos metálicos devem ser examinados cuidadosamente a fim de averiguar o aparecimento de corrosão ou oxidação nas peças. Em caso de ferrugem, sugere-se o lixamento do elemento afetado, seguido da consolidação da peça com resina, para frear a corrosão e, por fim, a pintura com tinta esmalte de base acrílica.

As esquadrias em madeira e os vidros deverão ser limpos com panos secos e macios ou com espanador de cerdas macias. Ambos os materiais precisam ser inspecionados para averiguar a vedação das esquadrias e a fixação dos vidros, evitando possíveis rupturas do material.

Aconselha-se que os pisos em ladrilho hidráulico sejam varridos com uma vassoura de cerdas macias ou lavados com esponja, utilizando água e detergente neutro, para remover as sujeiras. Na limpeza dos pisos de madeira, devem ser utilizados panos secos e macios e, na sequência, pode-se aplicar a pintura ou verniz.

As paredes que apresentam pinturas decorativas deverão, inicialmente, passar pelo processo mecânico para a remoção das manchas superficiais de sujidades. Nesse caso, sugere-se a utilização de flanelas ou espanadores com cerdas macias para o processo de limpeza. Durante o procedimento, é fundamental atentar para o aparecimento de manchas ou perdas da camada pictórica, o que deve ser comunicado à Coordenação de Patrimônio da Prefeitura de Maceió. As fachadas e os ambientes internos deverão ser repintados a cada dois anos (KLÜPPEL; SANTANA, 1999).

Por fim, é necessária a manutenção diária dos jardins, onde se encontram a vegetação arbustiva e as forrações, por meio de procedimentos como irrigação, podas regulares e inspeções para detectar o surgimento de insetos ou pragas que comprometam a vida da cobertura vegetal.

- Recomendações contra incêndios

Os incêndios são um dos danos mais preocupantes que podem ocorrer contra o patrimônio edificado. Eles acontecem por conta de fenômenos naturais ou por ação humana.



na maioria dos casos, os incêndios ocorrem como consequência de curto-circuito na fiação elétrica, falta de manutenção ou mau funcionamento de equipamentos. Com base no Manual de Conservação Preventiva do IPHAN, as autoras Klüppel e Santana (1999) recomendam a inspeção regular e a manutenção dos circuitos elétricos. É indispensável registrar as inspeções realizadas no edifício.

As medidas de prevenção de incêndio são aquelas associadas ao elemento precaução contra o início do incêndio e se destinam, exclusivamente, a prevenir a ocorrência do início do incêndio, ou seja, controlar o risco de início de incêndio (BERTO, 1991, s/pg).

Em caso de incêndio, aconselha-se a utilização do extintor específico para cada situação, pois os incêndios são causados por diferentes combustíveis. Portanto, para que sejam debelados, é necessário o uso de distintos agentes de combate às chamas. Os autores Simiano e Baumel (2013) mencionam que os extintores encontrados no mercado são à base de água, dióxido de carbono e pó químico, sendo cada um desses específico para determinada ocasião:

Modelo A: à base de água. São utilizados nos incêndios causados em madeira, papel, pano, lixo e plásticos.

Modelo B: à base de gás carbônico. Recomendado para incêndios envolvendo gases e líquidos inflamáveis (gasolina, tinta, álcool).

Modelo C: à base de pó químico. Indicado em caso de incêndios relacionados a fiações elétricas.

É importante frisar que, no caso de o fogo tomar maiores proporções no edifício, recomenda-se comunicar ao corpo de bombeiros.

A partir das ações preventivas mencionadas aqui, almeja-se auxiliar a manutenção do bem, visando ao melhor estado de conservação da edificação e à minimização do desgaste dos materiais ao longo do tempo.

11. CONSIDERAÇÕES FINAIS



A cultura de um povo é o seu maior patrimônio. Preservá-la é resgatar a história, perpetuar valores, é permitir que as novas gerações não vivam sob as trevas do anonimato (LAGE, s/data).

O fragmento escrito por Nilton Lage reforça a importância de preservar e valorizar os bens culturais, para que as futuras gerações tenham a oportunidade de contemplá-los e deles usufruir. Nesse caso específico, trata-se do conjunto da antiga Intendência Municipal de Maceió – Palácio da Águia –, um exemplar eclético, com linhas neogóticas, projetado por Luigi Lucarini, símbolo do poder municipal e do desenvolvimento da cidade de Maceió no século XX e que integra o sítio urbano da Praça Marechal Floriano Peixoto.

Ao se examinar o processo histórico da Praça Marechal Floriano Peixoto e do conjunto da antiga Intendência, observa-se que, ao longo dos anos, a dinâmica urbana desse espaço passou por sucessivas transformações. Antes marcado por um caráter cívico, o local adquiriu, a partir dos anos 2000, uma nova configuração voltada para a cultura, com a instalação do Museu Marechal Floriano Peixoto – sede da Secretaria de Estado da Cultura (SECULT) – e do Museu Pierre Chalita.

Entretanto, com a saída da Secretaria da Assistência Social, em maio de 2017, o conjunto da antiga Intendência ficou vulnerável a atos de vandalismo, o que resultou na perda de elementos compositivos importantes, como os gradis de ferro, esquadrias e pisos de madeira. Essa situação de abandono perdurou até novembro de 2019.

Apesar de estar localizado na Zona Especial de Preservação 2 (ZEP-2) e no Setor de Preservação Rigorosa 1 (SPR-1), conforme previsto no Plano Diretor de 2005, no âmbito municipal, e de apresentar tombamento em nível estadual (Lei nº 4.741, de 17 de dezembro de 1985), o edifício foi alvo de depredações. Isso demonstra que o simples enquadramento legal não é suficiente para garantir a preservação do patrimônio. Nesse sentido, como destaca Andrade (2009, p.106), o valor do conjunto da Intendência reside em ser um marco urbano e elemento de valorização da Praça Marechal Floriano



Peixoto, ainda que não possua a mesma proteção jurídica de bens tombados isoladamente, como a Igreja dos Martírios ou o Palácio Marechal Floriano Peixoto. Ressalta-se, contudo, que a política de preservação determina que qualquer intervenção nesse contexto deve ser previamente comunicada ao órgão estadual responsável. Conforme enfatiza Menezes:

O bem tombado é que é o objeto de interesse e de proteção: se há controle do entorno, é em função do bem tombado. Portanto, valor substantivo é o do bem tombado; o entorno tem valor adjetivo. **Se o entorno tivesse valor substantivo, seria irresponsabilidade do órgão de proteção não ter incluído na ação protetora adequada que é o tombamento. (Obviamente, no caso de inclusão – isto é, tombamento – é o conjunto espacial todo que se transforma em objeto de proteção e requer controle de um outro entorno (MENEZES, sem/data, p.43, grifo nosso).**

Neste ponto da discussão, compreende-se que as restrições impostas ao bem tombado visam preservar suas características originais, assegurando a autenticidade da matéria e dos elementos arquitetônicos, de modo que seus atributos sejam mantidos ao longo do tempo. A descaracterização de um bem cultural pode acarretar não apenas a perda de suas qualidades materiais, mas também a de seu valor simbólico, resultando em intervenções que distorcem ou apagam suas singularidades. A Praça Marechal Floriano Peixoto, por exemplo, é qualificada como um espaço central de convivência, cercado por edificações de valor arquitetônico e paisagístico.

Todavia, sabe-se que as normativas, por si só, são insuficientes para garantir a integridade de exemplares arquitetônicos como o conjunto da antiga Intendência. Cabe, portanto, ao Estado e ao município o papel de fiscalizar qualquer ação que, potencialmente, possa descaracterizar o bem, não podendo se eximir da responsabilidade de fazer cumprir as legislações que protegem o patrimônio cultural.

Diante das perdas em sua materialidade e das intervenções equivocadas ao longo do tempo, a proposta de intervenção para o conjunto da antiga Intendência buscou soluções que garantissem a estabilidade material do edifício e sanassem patologias que agravavam seu estado de degradação. Além disso, foram previstas ações para recuperar a leitura figurativa da edificação, com base em suas características espaciais e na sua relação com a Praça Marechal Floriano Peixoto. Todas as ações projetuais foram



fundamentadas nas teorias de Cesare Brandi e Giovanni Carbonara, que serviram como fio condutor da proposta, priorizando intervenções respeitosas à pré-existência e permitindo que as futuras gerações possam usufruir do bem.

Outro aspecto a ser destacado é a escolha de um uso compatível com a dinâmica cultural do entorno da Praça Marechal Floriano Peixoto, uma vez que a integridade do prédio da antiga Intendência Municipal está diretamente relacionada à manutenção do invólucro da praça e das demais edificações que compõem o conjunto arquitetônico do logradouro público. Esses bens devem ser preservados, pois apresentam valores históricos, culturais e simbólicos que chegam até nós como expressão de uma prática histórica, social e política que devemos proteger, para que as próximas gerações possam igualmente desfrutar desses bens.

12. REFERÊNCIAS CONSULTADAS



ALBERNAZ, Maria Paula; LIMA, Cecília Modest. **Dicionário ilustrado de arquitetura**. Volume 1. São Paulo: Pro Editores. 1998.

ABNT. **NBR 9050:2004 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos**. Disponível em:

<<https://www.ebah.com.br/content/ABAAAAtG4AI/nbr-9050-2004-acessibilidade-a-edificacoes-mobiliario-espacos-equipamentos-urbanos>>. Acesso em 09 de fevereiro de 2019.

ABRAMO, Pedro. **A cidade com-fusa: a mão inoxidável do mercado e a produção da estrutura urbana nas grandes metrópoles latino americanas**. Disponível em: <http://inctped.ie.ufrj.br/spiderweb/dymask_5/5.3-1%20Abramo.pdf>. Acesso em 30 de agosto de 2018.

ALBUQUERQUE, Isabel Loureiro de. **História de Alagoas**. Maceió: Sergasa, 2000.

ALAGOAS. **Lei nº 4.741, de 17 de dezembro de 1985**. Disponível em: <<http://www.cultura.al.gov.br/legislacao/leis-de-patrimonio/LEI%20No%204.741-%20de%2017.12.1985%20-%20Tombamento%20Estadual.pdf>>. Acesso em 13 de fevereiro de 2019.

ALMANAK do Estado das Alagoas para 1981. Maceió: Editor Antônio Alves, Typographia do Gutenberg. Anno XX, p.316. Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL). Maceió.

ALMEIDA, Maria do Carmo Baltar Esnaty de. **A Vitória na Renascença Baiana: A ocupação do distrito e sua arquitetura na Primeira República (1890-1930)**. Salvador, 1997. 294p. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal da Bahia.

ALMEIDA, Maria do Carmo Baltar Esnaty de. **As vitrines da civilização: a modernização do bairro comercial da cidade da Bahia (1890- 1930)**. Salvador, 2014. 323p. Tese de Doutorado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal da Bahia.

ALTAVILA, Jayme de. **História da civilização das Alagoas**. Maceió, EDUFAL, 1978.

AMARAL, Vanine Borges. **Expressões arquitetônicas de modernidade em Maceió: uma perspectiva de preservação**. 2009. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Alagoas.

ARAÚJO, Sandro Gama de. **A contribuição de Luigi Lucarini para a arquitetura de Maceió**. Relatório Final (PIBIC) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Alagoas. 1999.



ARAÚJO, Sandro Gama de. **Mirar a Cidade**: visões sobre a praça Floriano Peixoto e a praça Marechal Deodoro no início do século XX. 2002. Trabalho final de Graduação - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Alagoas.

ARAÚJO, Sarah Duran. **Conservação da Paisagem Histórica Urbana**: Um estudo para requalificação do Conjunto Urbanístico da Praça Marechal Floriano Peixoto, Maceió-AL. Monografia (Conclusão de Curso) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Alagoas. 2018.

ASTORGA, Jorge. Projeto de restauração: prática e modernidade. In: RIBEIRO, Rosina Trevisan M.; Nóbrega, Claudia C. L. **Projeto e patrimônio**: Reflexões e aplicações. Rio de Janeiro: Rio Book's. 1º edição. 2016. P. 160 – 219.

AMORIM, V. L.. **Luigi Lucarini - Vida e Obra**. 1. ed. Maceió: GRAFMARQUES, 2010. v. 1.

ANDRADE, Esdras de Lima; CALHEIROS, Silvana Quintella Cavalcanti. Incongruências de uso do solo no município de Maceió. **Uma abordagem geográfica por geoprocessamento do turismo sol e mar**. Revista Contexto Geográfico, v.1, n.1. 2016. Disponível em: <<https://www3.ufpe.br/cgtg/ISIMGEO/CD/html/cartografia%20e%20sig/Artigos/C23.pdf>>. Acesso em 20 de fevereiro de 2019.

ANDRADE, Inês El-Jaick. **Dimensão ambiental da paisagem cultural**: o impacto do entorno urbano nos jardins de interesse histórico. Tese (Doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. 2009.

ANDRADE JUNIOR, Nivaldo Vieira de. **A questão da ocupação dos vazios em conjuntos históricos**: da reconstrução literal ao contraste radical. Disponível em: <https://www.academia.edu/6251772/A_Quest%C3%A3o_da_Ocupa%C3%A7%C3%A3o_dos_Vazios_e_m_Conjuntos_Hist%C3%B3ricos_da_reconstru%C3%A7%C3%A3o_literal_ao_contraste_radical>. Acesso em janeiro de 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA CONSTRUÇÃO INDUSTRIALIZADA (ABCI). **Manual técnico de alvenaria**. São Paulo, ABCI/PROJETO, 1990.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR- 6401**: Instalações centrais de ar- condicionado para conforto – Parâmetros básicos de projeto. 1980. Disponível em: <<https://edoc.site/nbr-7171-bloco-ceramico-para-alvenaria-pdf-free.html>>. Acesso em 18 de janeiro de 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR: 6118**: Projeto de estruturas de concreto- procedimento. 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR- 7171**: Bloco cerâmico para alvenaria. Rio de Janeiro, 1992b. 8p.



- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR- 9050:** Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro. 2015.
- AZEREDO, Hélio Alves. **O edifício e seu acabamento.** São Paulo: Editora Edgar Blücher LTDA. 2000.
- AZEVEDO, Myllena Karla Santos. **Estudo sobre a construção da paisagem das praças: D. Pedro II, Marechal Floriano Peixoto e Marechal Deodoro.** Monografia (Conclusão de Curso) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Alagoas. 2014.
- AZEVEDO, Paulo Ormindo de. **Reintegração de conjuntos arquitetônicos tombados.** Arquitetura – Revista do Instituto de Arquitetos do Brasil, nº36, junho, 1965, p.16-18.
- BAETA, Rodrigo Espinha. **O barroco, a arquitetura e a cidade nos séculos XVII e XVIII.** Salvador: EDUFBA, 2012.
- BAETA, Rodrigo Espinha; NERY, Juliana Cardoso. “Interação, sobreposição e ruptura em 70 anos de intervenções arquitetônicas na Praça da Liberdade em Belo Horizonte”. In: Anais do IV ENANPARQ – Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Porto Alegre: PROPARG/UFRGS, 2016.
- BAILÃO, Ana. **As técnicas de reintegração cromática na pintura:** revisão historiográfica. Revista Ge-conservción, nº2. 2011. Pg. 45-64.
- BARBIRATO, Giana; BARBOSA, Ricardo Victor Rodrigues; FERNANDES, Emanuel Farias; MORAIS, Caroline Santana de. **Análise de perfis térmicos urbanos em Maceió-AL.** 2002. Disponível em: <http://www.infohab.org.br/entac2014/2002/Artigos/ENTAC2002_0319_326.pdf>. Acesso em 9 de fevereiro de 2019.
- BARBOZA, Jorge. **Em Maceió, casas de axé, afoxés e coletivos de música e dança afro-brasileiras lembram o 'Quebra de 1912.** Disponível em:<<http://alagoasboreal.com.br/noticia/1601/em-maceio-casas-de-axe-afoxes-e-coletivos-de-musica-e-danca-afro-brasileiras-lembram-o--quebra-de-1912-/>>. Acesso em 5 maio de 2018.
- BAREIA, Edmilson; PUMAR; Marcia. **Manual técnico 1- Madeira, Características, Deterioração, Tratamento.** IPHAN.
- BARRIONUEVO, Martín Rubem Espartaco. **Biodeteriorização produzida por biofilmes de fungos e cianobactérias nas ruínas jesuíticas das missões e avaliação do seu controle.** Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Microbiologia agrícola e do ambiente – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2004.



BARROS, Raquel Rocha de Almeida. **Solitários no paraíso: produção cultural e expressões de isolamento em Maceió.** Maceió: Fapeal: Imprensa Oficial Graciliano Ramos. 2018.

BEZERRA, Alisson Mendes et al. **Drenagem urbana de águas pluviais: cenário atual do sistema da cidade de Assú/RN.** Disponível em: <<https://www.ibeas.org.br/congresso/Trabalhos2016/IX-040.pdf>>. Acesso em outubro de 2019.
BITTENCOURT, Leonardo. **Uso das cartas solares: diretrizes para arquitetos.** Maceió: EDUFAL, 2004.

BÖHM, Mauro Fernando Normberg. **Ecletismos e a construção da cidade contemporânea: Um olhar sobre o historicismo na arquitetura em Pelotas.** Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas. 2015.

BONELLI, Rômulo; DELPINO, Rossana. **Manual Prático – Conservação de Telhados.** Disponível: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Man_ConservacaoDeTelhados_2edicao_m.pdf>. Acesso em 20 de junho de 2019.

BRAGA, Karina Peixoto. **A praça na cidade de Maceió: análise da evolução espacial e de usos.** Monografia (Conclusão de Curso) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Alagoas. 2003.

BRAGA, Marcia. **Conservação e Restauro: Arquitetura.** Livro 03. s/data. Disponível em: <http://marciabraga.arq.br/voi/images/stories/pdf/MarciaBraga_arq_bras.pdf>. Acesso em 3 de março de 2019.

BRANDÃO, Moreno. Monographia de Maceió. In: XAVIER, Lindolpho et al; **Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro Tomo XXXIV.** Rio de Janeiro. 1929.
BRANDI, Cesare. **Teoria da restauração.** Tradução de Beatriz Mugaya Kühl. 2004. Cotia: Ateliê.

BRANDI, Cesare. **Una perla nel golfo della Spezia: Panigaglia.**In: Il Patrimonio Insidiato. Scritti sulla tutela del paesaggio e dell'arte, 1966, pp. 150-152. Roma: Editori Riuniti, 2001.

BRASIL. **Cadernos de encargos: Programa Monumenta.** Brasília: Ministério da Cultura, Programa Monumenta, 2005. 420p. (Programa Monumenta, cadernos técnicos 2).

BRASIL, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Urbanismo. **Guia de Arquitetura Eclética no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2009.

BRASIL. Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de**



deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 20 dez. 2000.

BRENDLE, Betânia. **Uma teoria, alguns princípios e muita arquitetura:** a atualidade do pensamento brandiano em intervenções arquitetônicas na Alemanha, Dinamarca e Itália. IV ENANPARQ, Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. 2016. Disponível em:

<<http://doczz.com.br/doc/130996/uma-teoria--alguns-princ%C3%ADpios-e-muita-arquitetura--a>>. Acesso em 20 de março de 2020.

CALDEIRA, Cleide Cristina. **Conservação Preventiva: histórico.** R. CPC, São Paulo, v.1, n.1, p. 91-102, nov. 2005/ abr. 2006. Disponível em: <

http://www.usp.br/cpc/v1/imagem/conteudo_revista_conservacao_arquivo_pdf/caldeira_pdf.pdf>. Acesso em 7 de janeiro de 2020.

CALHEIROS, Karla Rachel Jarsen de Melo Calheiros. **Edificações e publicidade na Rua do Comércio do centro histórico em Maceió:** uma realidade... e a legislação controla?. Trabalho Final de Conclusão de Curso – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Alagoas. 2016.

CALHEIROS, Karla Rachel Jarsen de Melo. **Preservação x legislação:** estudo de caso do edifício da antiga Intendência Municipal de Maceió. Disponível

em:<http://www.bdm.unb.br/bitstream/10483/22316/1/2018_KarlaRachelJarsenDeMeloCalheiros_tcc.pdf>. Acesso em novembro de 2019.

CALIL JÚNIOR, C. **Treliças de madeira para coberturas – Notas de aula.** SET 406 – Estruturas de Madeira. Laboratório de Madeiras e de Estruturas de Madeira.

Departamento de Estruturas. Escola de Engenharia de São Carlos. Universidade de São Paulo. Publicação 054/95. Reimpressão. São Carlos. 1995. 79 p.

CARBONARA, Giovanni. **Brandi e a restauração arquitetônica hoje.** *Desígnio*, São Paulo, n.6, p.35-47, 2006. (Tradução: Beatriz Mugayar Köhl).

CARBONARA, Giovanni. **Restauro architettonico:** principi e método. Roma: M. E. Architectural Book and Review, p.40-41, 2012.

CARMO, João. **Cobertura e Telhado.** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Disponível em:

<<http://docente.ifrn.edu.br/joacarmo/disciplinas/aulas/projeto-arquitetonico/cobertura-e-telhado>>. Acesso em 19 de junho de 2019.

CARVALHO, Cláudia S. Rodrigues de. (2014). **Conservação preventiva de edifícios e sítios históricos:** pesquisa e prática. *Revista CPC*, (18), 141-153. Disponível em:<<https://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0i18p141-153>>. Acesso em 10 de dezembro de 2019.



- CARVALHO, Rafaela Cristina dos Santos. **O neocolonial: revisão conceitual-estilística e identificação de exemplares para preservação arquitetônica em Maceió.** Relatório Parcial (PIBIC) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Alagoas. 2012-2013.
- CARVALHO JÚNIOR, Roberto de. **Instalações hidráulicas e o projeto de arquitetura.** 5º ed. Revista e ampliada. São Paulo: Blucher, 2012.
- CASTRO, Elizabeth Amorim de. **Edifícios públicos de Curitiba: ecletismo e modernismo na arquitetura oficial.** Curitiba, PR: Edição do autor, 2011.
- CAVALCANTI, Verônica Robalinho. **La production de l' espace à Maceió (1800-1930).** Tese (Doutorado), Universite de Paris I, Panthéon- Sorbonne (Institut d'etude développement économique et social). 1998.
- COLOUHOUN, Alan. **Modernidade e tradição clássica.** Ensaio sobre arquitetura. São Paulo: Cosac&Naify. 2004. (p.74).
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano.** Ática, 1995.
- COSTA, Craveiro. **Maceió.** 2 ed. Maceió: Sergasa. 1981.
- Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN). **Manual de habilitação.** Disponível em: <<http://www.detran.pr.gov.br/arquivos/File/habilitacao/manualdehabilitacao/manualdehabite4.pdf>>. Acesso em 10 de agosto de 2018.
- COSTA, F. Pereira da. **Arcos e Abóbadas.** Enciclopédia prática da construção civil. Editora Lisboa. Sem data.
- CHING, Francis D. K. **Técnicas de construção ilustrativas.** 2. Ed. Porto alegre: Bookman, 2001.
- DEL BRENNNA, Giovana Rosso. Ecletismo no Rio de Janeiro (séc.XIX-XX). In: FABRIS, Annateresa (org.); **Ecletismo na Arquitetura Brasileira.** São Paulo: Nobel; Edusp, 1987.Cap. 3. P.30-66.
- DERENJI, Jussara da Silveira. Arquitetura eclética no Pará. In: FABRIS, Annateresa (org.) **Ecletismo na Arquitetura Brasileira.** São Paulo: Nobel & EDUSP, 1987. cap. 2. p.148-175.
- DIAS, Pollyanna D' Avila Gonçalves. **A arquitetura Neogótica no Período da Borracha: um estudo tipológico das construções de Manaus.** 2013. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Letras e Artes, Universidade do Estado do Amazonas, Amazonas. Disponível em: <<http://www.pos.uea.edu.br/data/area/dissertacao/download/17-7.pdf>>. Acesso em 30 de agosto de 2018.



- DIAS, Pollyanna D'Avila G. **O século XIX e o neogótico na arquitetura brasileira: Um estudo de caracterização.** Revista Ohun, ano 4, n.4, dez. 2008, p.100-115.
- DIEGUES JR., Manuel. Evolução urbana e social de Maceió no período republicano In: COSTA, Craveiro. **Maceió.** Op. cit. p.119-219. 1981.
- DOMO Arquitetura, Engenharia e Projetos Culturais Ltda. **Projeto Executivo Restauração de bens móveis e integrados da Igreja da Saúde e Glória.** Volume 01. Salvador- BA. 2016.
- DOURADO, Odete. **Por um restauro urbano:** Novas edificações que restauram cidades monumentais. Revista Rua, v. 6, n. 1 (2003), UFBA. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/rua/article/view/3225>>. Acesso em 19 de outubro de 2018.
- ERCIO THOMAZ et al. **Códigos de práticas nº 01:** alvenaria de vedação em blocos cerâmicos. São Paulo: IPT- Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo, 2009.
- ECKER, Adari Francisco. **Câmara Municipal:** História e evolução do poder legislativo. Disponível em: < <http://www.cmsarandi.rs.gov.br/16-artigos/46-historia.html>>. Acesso em 26 de janeiro de 2019.
- FAGUNDES, Karol Fernandes Delgado. **Resgate de um edifício no Centro de Maceió para reuso da população em situação de risco.** Monografia (Conclusão de Curso) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Alagoas. 2013.
- FARIA, Geraldo Majela Gaudêncio. Maceió. **1820-1841: planta cadastral e plano urbanístico, uma nova modalidade de configuração do tecido espacial.** In: IV SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, Anais eletrônicos Rio de Janeiro: 2004. Disponível em: <<http://unuhostpedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/970/945>>. Acesso em 20 de abril de 2018.
- FARIAS, Ivo dos Santos. **Dominação e resistência operária no núcleo fabril de Fernão Velho/AL (1953-1962).** Dissertação de mestrado – Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Alagoas. Disponível em:<<http://www.repositorio.ufal.br/bitstream/riufal/989/1/Domina%C3%A7%C3%A3o%20e%20resist%C3%Aancia%20oper%C3%A1ria%20no%20n%C3%BAcleo%20fabril%20de%20Fern%C3%A3o%20Velho%20%281953-1962%29.pdf>>. Acesso em 20 de janeiro de 2020.
- FERNANDES, Fernando M. A. **Humidade em paredes.** 4. ed. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1994.



FERRARE, Josemary Omena Passos. **A cidade Marechal Deodoro: do projeto colonizador português à imagem do “lugar colonial”**. Maceió: EDUFAL, 2013. p. 23 a 44.

FERRARE, Josemary Omena Passos. **“O Excelente Sobrado da Avenida da Paz”**. Maceió: FAU-UFAL, 1999.

FERRARE, Josymare Omena Passos. **Dossiê de referências culturais da antiga Intendência Municipal da cidade de Viçosa, Alagoas**. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Alagoas. 2013.

FLORENANO, Luciana da Siilva. **Conservação de tijolos cerâmicos em alvenarias históricas: Subsídios para restauração do sítio histórico de Santa Leopoldina- ES**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Vitória. 2016.

FORTES, Cynthia Nunes da Rocha; FERRARE, Josemary Omena Passos. **Inovando... o Theatro Deodoro como símbolo da modernização da arquitetura de Maceió no início do século XX**. In: Araújo, Sandro Gama de (org); **Theatro Deodoro 100 anos de arte**. Maceió: Grafmarques, 2010. P. 68-77.

GALLOIS, Catherine Jacqueline Suzanne. **A pichação de bens culturais como problema de conservação urbana**. Disponível em: <https://www.academia.edu/15058289/A_PICHA%C3%87%C3%83O_DE_BENS_CULTURAIIS_COMO_PROBLEMA_DE_CONSERVA%C3%87%C3%83O_URBANA>. Acesso em 22 de junho de 2019.

GASTAL, Susana de Araújo; SILVA; Aline Valéria Fagundes. **Jardins e Jardim Histórico: Espaços de memória e possibilidades para o turismo**. Revista Iberoamericana de Turismo- RITUR, Penedo, Número Especial, p. 63-85, out. 2015.

GESTER, Carolina de Souza Leão Macieira. **Ladrilhos hidráulicos em Belém: Subsídios para a sua conservação e restauração**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do da Bahia, Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Salvador. 2013.

GNECCO, Celso. **Tratamento de superfície e pintura**. Celso Gnecco, Roberto Mariano, Fernando Fernandes. Rio de Janeiro: IBS/SBCA, 2003.

GOMES, Antônio Osmar. **E o nosso Sete de Setembro?**. Arquivo da Casa de Penedo. LAB. **Ruas Compartilhadas**. Tradução: SampaPé. 2014. Disponível em: <https://issuu.com/sampape/docs/ruascompartilhadas_portugues>. Acesso em 3 de dezembro de 2019.

GOMIDE, José Hailon; SILVA, Patricia Reis da; BRAGA, Sylvia Maria Nelo. **Manual de elaboração de projetos de preservação do patrimônio cultural**. Brasília: Ministério da Cultura, Instituto do Programa Monumenta, 2005.



- GUADET, Julien. **Éléments et théorie de l'architecture**. Paris, 1901-4.
- HERSCHMANN, Micael Maiolino; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. **A invenção do Brasil Moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. (p.14).
- HENRIQUES, Fernando M. A. **Humidade em Paredes**.1994.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Maceió**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/maceio/panorama>>. Acesso em 13 de maio de 2018.
- INTENDENCIA municipal (1892). **Jornal Cruzeiro do Norte**, Maceió, 02 Set., p.2. Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional- IPHAN. **Educação patrimonial: reflexões e práticas**. Átila Bezerra Tolentino (Org.) - João Pessoa: Superintendência do Iphan da Paraíba, 2012.
- Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA-MG), Ministério do trabalho da Itália. **Restauração de cerâmicas e materiais pétreos**. Belo Horizonte, 2001, p. 34-35.
- IPHAN. **Intervenções em bens culturais móveis e integrados à arquitetura: manual para a elaboração de projetos**. Brasília – DF, 2019.
- IPHAN. **Manual de conservação de telhados**. Disponível:<http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Man_ConservacaoDeTelhados_1edicao_m.pdf>. Acesso em 28 de julho de 2018.
- IPHAN. **Manual de intervenção em jardins históricos**. 1999. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Man_IntervencaoJardinsHistoricos_1edicao_m.pdf>. Acesso em 2 de fevereiro de 2020.
- IPHAN. **Mobilidade e acessibilidade urbana em centros urbanos**. Organização de Sandra Bernardes Ribeiro. – Brasília: Iphan, 2014. 120 p. (Caderno Técnico; 9). Acesso em 3 de dezembro de 2019.
- IPHAN. **Programa Monumenta: Porto Alegre**. Organização de Briane Bicca – Brasília, DF. 2010.
- Instituto Nacional de Meteorologia. **Tempo**. Disponível em:<<http://www.inmet.gov.br/portal/index.php?r=tempo/graficos>>. Acesso em 20 de fevereiro de 2019.
- JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. 3º ed- São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.



JAPIASSÚ, Luana Andressa Teixeira. **Expansão urbana de Maceió, Alagoas: Caracterização do processo de crescimento Territorial urbano em face do plano de Desenvolvimento- de 1980 a 2000.** Dissertação (Mestrado em Dinâmicas do Espaço Habitado)- Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2015.

JOHN, Naiana; REIS; Antonio T. **Percepção, estética e uso do mobiliário urbano.** Revista: Gestão e Tecnologia de Projetos. Vol.5, nº2, novembro de 2010.

KANAN, Maria Isabel. **Manual de conservação e intervenção em argamassas e revestimentos à base de cal.** Brasília, DF: Iphan/Programa Monumenta, 2008.

KOCH, Wilfried. **Dicionário dos estilos arquitetônicos.** Trad. REZENDE; Neide Luzia de. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

KOHLSDORF, Maria Elaine. Desempenho topoceptivo na representação geométrica secundária. In: **A apreensão da forma da cidade.** Brasília: Universidade de Brasília, 1996. P133-200.

KLÜPPEL, Griselda Pinheiro; SANTANA, Mariely Cabral de. **Manual de Conservação Preventiva para Edificações.** Brasília: IPHAN, 2000.

KÜHL, Beatriz Mugayer. **O tratamento das superfícies arquitetônicas como problema teórico da restauração.** Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v.12. 44 p. 309-330. jan./dez. 2004. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5411/6941>>. Acesso em 18 de outubro de 2018.

KÜHL, Beatriz Mugayer. **História e Ética na Conservação e na Restauração de Monumentos Históricos.** R. CPC, São Paulo, v.1, n.1, p. 16-40, nov. 2005/ abr. 2006. Disponível em:< <http://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/15579/17153>>. Acesso em 20 de outubro de 2018.

KÜHL, Beatriz Mugayer. **Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização: Problemas Teóricos de Restauo.** Cotia, São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

KÜHL, Beatriz Mugayer. Questões contemporâneas de Restauo: A viabilidade da restauração. In: SALCEDO, Rosío Fernández Baca; BENINCASA, Vladimir (organizadores); **Questões contemporâneas: patrimônio arquitetônico e urbano.** Bauru, São Paulo, 2017. Cap. 6. P.89-107.

LAGES, Solange Berard; DANTAS, Carmem Lúcia Almeida; DANTAS, José Abílio; CHALITA, Pierre. **Alagoas, Roteiro Cultural e Artístico.** Maceió. 1979.



- LEÃO, Tharcila Maria Soares; FERRARE, Josemary Omena Passos. As praças como símbolos da modernidade e os projetos de Rosalvo Ribeiros durante a era Maltina (1900-1912) em Maceió-AL. **Revista: InSitu**, São Paulo, v.2, n.2, 2016, p. 133-153.
- LEMOS, Carlos. Ecletismo em São Paulo. In: FABRIS, Annateresa (org.) **Ecletismo na Arquitetura Brasileira**. São Paulo: Nobel & EDUSP, 1987. Cap. 1. p.70-101.
- LIMA, Fabrícia Freire de. **O Palácio da Águia**. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 1999.
- LIMA, Ivan Fernandes. **Maceió a cidade restinga: contribuição ao estudo geomorfológico do litoral alagoano**. Maceió: EDUFAL, 1900.
- LIMA, Jamile Ferreira de. **Vislumbres da Praça dos Martírios: Na proposta de revitalização da Praça Marechal Floriano Peixoto**. Monografia (Conclusão de Curso) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Alagoas. 2012.
- LIMA, Kamylla. **Sindguarda consegue na Justiça que guardas não trabalhem no prédio da Antiga Intendência**. Disponível em: <<http://www.sindguardaalagoas.com.br/destaques/sindguarda-consegue-na-justica-que-guardas-nao-trabalhem-no-predio-da-antiga-intendencia/>>. Acesso em 2 de setembro de 2018.
- LINDOSO, Dirceu. **Interpretação da Província: estudo da cultura alagoana**. 2º ed. Maceió:EDUFAL, 2005.
- LOGSDON, Norman Barros. **Estruturas de madeira para coberturas, sob a ótica da NBR 7190/1997**. Faculdade de Engenharia Florestal, Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá. 2002. Disponível em:< <http://usuarios.upf.br/~zacarias/Telhados.pdf>>. Acesso em 3 de março de 2019.
- LOUREIRO, Alexandre Máximo Silva. **Argamassas para dessalinização de alvenaria mista de edifício histórico de Belém**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Belém. 2013.
- MACEDO, Silvio Soares. **Paisagismo Brasileiro na virada do século: 1990-2010**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Campinas: Editora da Unicamp. 2012.
- MACEIÓ. **Código de Urbanismo e Edificações**. Lei nº 5.593, de 08 de fevereiro de 2007.
- BRASIL. **Lei nº 4.545**, de 14 de novembro de 1996. Disponível em: <<http://www.maceio.al.gov.br/wpcontent/uploads/plusagencia/documento/2014/06/Download-Lei-N.%C2%BA-4.545-de-1996.pdf>>. Acesso em 13 de fevereiro de 2019.



- _____. **Lei nº 14.771/2015**: Dispõe sobre o Plano Diretor de Curitiba. Curitiba.
- _____. **Lei nº 5.486/ 2005**: Dispõe sobre o Plano Diretor de Maceió. Maceió.
- _____. **Lei nº 16.050/2014**: Dispõe sobre o Plano Diretor Estratégico (PDE) do Município de São Paulo. São Paulo.
- MAIA, Ruany Gomes Xavier. **Padrões de escoamento do vento na região metropolitana de Maceió**. Dissertação (Conclusão de Curso) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Alagoas.
- MARGALHA, Maia Goreti. **Argamassas**. Universidade de Évora. 2011. Disponível em: <<https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/4969/1/Argamassas.pdf>> Acesso 29 de janeiro de 2019.
- MAGALHÃES, Ana Cristian Alves de. **Degradação de revestimentos de paredes de edifícios antigos**: metodologia de diagnóstico. Dissertação (mestrado) – UFBA/PROARQ/ Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2013.
- MARTINS, Ana Paula Ramos da Siva Dutra. **O patrimônio eclético no Rio de Janeiro**. Dissertação (mestrado) – UFRJ/PROARQ/ Programa de Pós-graduação em Arquitetura, 2009.
- MELÂNIA, Bárbara, et al. **Teoria e Técnica do Restauro**: Uma abordagem sobre a Praça dos Martírios. Trabalho da Disciplina Prática do Restauro. (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2013.
- MELENDO, José Manuel Almodóvar; KLÜPPEL, Griselda Pinheiro; ARAÚJO, Solange Souza. **Valores culturales y ecológicos de la arquitectura tradicional de Salvador, Brasil**= Valores culturais e ecológicos da arquitetura tradicional de Salvador, Brasil|. Sevilha: J.M. Almodóvar, 2011.
- MELO, Carina Mendes dos Santos. **Técnicas Construtivas de bens imóveis ecléticos no Rio de Janeiro**: diretrizes para a preservação. Orientador: Rosina Trevisan M. Ribeiro. 2006 272p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/ Programa de Pós-graduação em Arquitetura, UFRJ.
- MELO, Juliana Duarte de; BARBIRATO, Gianna Melo. **Informações para o planejamento a partir da caracterização climática urbana**: estudo em Maceió-AL. Disponível em:<<http://www.infohab.org.br/encac/files/2011/topico2artigo24.pdf>>. Acesso em 15 de julho de 2018.
- MELO, Tássia dos Anjos Tenório; COUTINHO, Artur Paiva; CABRAL, Joaquim da Silva Pereira Cabral; ANTONINO, Antônio Celso Dantas; CIRILO, José Almir. **Jardim de Chuva**: sistema de biorretenção para o manejo das águas pluviais urbana.



Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-86212014000400011>. Acesso em janeiro de 2019.

MENEZES, José Luiz Mota. Um Nordeste cultural e artístico. In: **Alagoas memorável – Patrimônio Arquitetônico**. Instituto Arnon de Mello, Maceió. 2011.

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. **A cidade como um bem cultural**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/4%20-%20MENESES.pdf>> . Acesso em 31 de dezembro de 2019.

MENSAGEM apresentada ao Conselho Municipal, em 16 de janeiro de 1910, pelo intendente bacharel Demócrito Brandão Gracindo. (1910). Maceió: Typ. Da Empreza Gutemberg. p.9.

MENSAGEM apresentada ao Conselho Municipal, em 7 de janeiro de 1911, pelo intendente bacharel Demócrito Brandão Gracindo. (1911). Maceió: Typ. Da Empreza Gutemberg. (s/pg).

MONTENEGRO, Gildo A. **Ventilação e cobertas**: estudo teórico, histórico e descontráido. São Paulo: Blucher, 1984.

MILITO, José Antonio. **Técnicas de construção civil e construção de edifícios**. Disponível em:<https://issuu.com/fernandaoliveira09/docs/livro_tecnicas_de_construcao_civil_>. Acesso em 6 de novembro de 2019.

MICHALSKI, Stefan. **Directrices de humedad relativa y temperatura: que esta pasando?**. Apoyo: Asociación para la Conservación del Patrimonio Cultural de las Américas, v.6, n.1, julho 1965. Disponível em:<<http://apoyonline.org/wp-content/uploads/2015/11/1995-Bolet%C3%ADn-15-DIRECTRICES-DE-HUMEDAD-RELATIVA-Y-TEMPERATURA-QUE-ESTA-PASANDO.pdf>>. Acesso em 7 de janeiro de 2020.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. **NR17**: Ergonomia. 2007. Disponível em: <https://www.pncq.org.br/uploads/2016/NR_MTE/NR%2017%20-%20ERGONOMIA.pdf>. Acesso em 25 de novembro de 2019.

MÜHLBAUER, Clarice Futuro; RAZEIRA, Philipe Sidartha. **Conservação e restauração de madeira na arquitetura brasileira**. Disponível em:<<http://marciabraga.arq.br/site/images/stories/pdf/madeira.pdf>>. Acesso em 11 de novembro de 2019.

NERY, Juliana Cardoso; BAETA, Rodrigo Espinha. **Do restauro à recriação**. Arquitectos, São Paulo, ano 15: Vitruvius, 2015. Disponível em:<<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitectos/15.179/5534>>. Acesso em 27 de outubro de 2018.



NERY, Juliana Cardoso; BAETA, Rodrigo Espinha. **Interação, sobreposição e ruptura:** os Edifícios Niemeyer e Rainha da Sucata e a Praça d Liberdade, em Belo Horizonte. *Arquitextos*, São Paulo, ano 17, n. 195 – 01: Vitruvius, 2016. Disponível em: < <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/17.195/6172>>. Acesso em 20 de outubro de 2018.

OLENDER, Mônica Cristina Henriques Leite. **A técnica do pau-a-pique:** subsídios para a sua preservação. 2006. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

OLIVEIRA, Angela de. **Influência da vegetação arbórea no microclima e uso de praças públicas.** Tese (Doutorado). Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, 2011.

OLIVIERI, Silvana Lamenha Lins. **Quando o cinema vira urbanismo:** O documentário como ferramenta de abordagem da cidade. 2007. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Bahia.

OLIVEIRA, Mário Mendonça de. **Tecnologia da conservação e da restauração – materiais e estruturas:** um roteiro de estudos. 4. ed. rev. e ampl. – Salvador: EDUFBA: PPGAU, 2011.

PAIVA FILHO, A. P. G. de. **Rio Largo:** cidade operária. Maceió: SENAI/AL, 2013.

PATETTA, Luciano. Considerações sobre o ecletismo na Europa. In: FABRIS, Annateresa (org.) **Ecletismo na Arquitetura Brasileira.** São Paulo: Nobel & EDUSP, 1987. cap. 2. p.10-27.

PATRÍCIO, Jorge. **A acústica na reabilitação de edifícios.** 4. ed. Quântica. 2018.

PEDONE, Jaqueline Viel Caberlon. **O espírito Eclético na arquitetura.** Revista *Arqtexto*, 2005. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/propar/publicacoes/ARQtextos/PDFs_revista_6/11_Jaqueline%20Viel%20Caberlon%20Pedone.pdf>. Acesso em 22 de maio de 2018.

PEREIRA, Mariana Aline Barbosa; FERRARE, Josemary Omena Passos. **Casas para viajantes” em fins do século XIX, início do XX em Maceió:** os “hotéis ecléticos” no centro da cidade. In: XXIV Congresso Panamericano de Arquitetos. Maceió. 2012.

PEREIRA, Pedrosa Flávia. **Jaraguá: uma opção para morar.** 2002. Monografia (Conclusão de Curso) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Alagoas.

PEREIRA, Renata Baesso. **Quatremère de Quincy e a ideia de tipo (p.55-77).** In: *Revista de História da Arte e da Arqueologia*. N° 13. Campinas: Unicamp, jan-jul.



2010. (p.56). Disponível em: <<http://www.unicamp.br/chaa/rhaa/revista13.htm>>. Acesso em 02 de novembro de 2019.
- PEREIRA, Tamara Nunes. **As histórias traçadas pelo café na zona da mata mineira: proposta de restauração na fazenda Boa Esperança**. Dissertação (Mestrado Profissional em Conservação e Restauração de Monumentos e Núcleos Históricos-/MP-CECRE) – Universidade Federal da Bahia. Salvador. 2018.
- PIRES, Maurício. **A religião e o estado laico**. Disponível em: <<https://mauriciopiresadvogado.jusbrasil.com.br/artigos/167709988/a-religiao-e-o-estado-laico>>. Acesso em 27 de janeiro de 2018.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. **O quadro da arquitetura no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- RIBEIRO, Rosina Trevisan M.; NÓBREGA, Claudia C. L. **Projeto e patrimônio: Reflexões e aplicações**. Rio de Janeiro: Rio Book's. 1º edição. 2016.
- ROCCHI, Giuseppe. **Camillo Boito e le prime proposte normative del restauro**. Restauro, 1974,n.15.
- RODRIGUES, Rosemary Lopes. **Entre o progresso e o abandono: propostas de ações preservacionistas sobre dois exemplares do patrimônio industrial têxtil de Alagoas**. Trabalho de Conclusão de Curso – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Alagoas. 2014.
- RODRÍGUEZ, José Coscollano. **Restauración y Rehabilitación de edificios**. España: Thomson Editores. 2003.
- ROMÃO, Viviane da Silva; SANTOS, Alexandre Felipe de Vasconcellos; BADIRU, Ajibola Isau. **Ocupação de Maceió traçada desde o Porto de Jaraguá até o Plano Diretor**. In: – Simpósio sobre as geotecnologias e geoinformação no Estado de Alagoas, Anais eletrônicos. Disponível em: <<http://dados.al.gov.br/dataset/335fcc77-1d45-4ad6-9542-c29330187507/resource/c945d837-cb98-4a08-b751-54be7d28c169/download/ocupacaodemaceiotracadadesdeoportodejaraguaaateoplanodiretor.pdf>>. Acesso em 5 de maio de 2018.
- RUFINONI, Manoela Rossinetti. **Preservação e restauro urbano: teoria e prática de intervenção em sítios industriais de interesse cultural**. Tese de Doutorado – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de São Paulo. 2009.
- SANT'ANNA, Márcia. **Da cidade- monumento à cidade documento: a norma de preservação de áreas urbanas no Brasil 1937- 1990**. Salvador: Oiti Editora, 2014.
- SANT'ANNA, Márcia. **A cidade- atração: a norma de preservação de áreas centrais no Brasil dos anos 1990**. Salvador: EDUFBA –PPGAU FAUFBA, 2017.



- SANT'ANA, Moacir Medeiros de. **O Palácio do Governo de Alagoas: A história de uma praça.** Maceió: SENEC. 2002.
- SANTIAGO, Cybéle Celestino. **Argamassas tradicionais de cal.** Salvador: EDUFBA. 2007.
- SANTOS, Carlos Alberto Ávila. **O ecletismo historicista em Pelotas: 1870-1931.** Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo – Área de Conservação e Restauro) Universidade Federal da Bahia, 2007.
- SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos; VOGEL, Arno. **Quando a rua vira casa: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro.** São Paulo: IBAM/FINEP, 1985.
- SANTOS, Larissa Corrêa Acatauassú Nunes. **A arqueologia da arquitetura e a produção de tijolos na Bahia do século XVI ao XIX.** Tese (doutorado). Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Bahia, 2012.
- SANTOS, Renato Marinho Brandão. **A gestão da cidade: o papel da Intendência Municipal na construção de uma Natal Moderna (1890-1930).** Revista Especialidades-online. 2009, vol. 2, nº1.
- SANTOS, Sandra Lucia dos. **A reestruturação do centro comercial de Maceió.** 2005. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Alagoas.
- SCHNEIDER, A.A. **A flora naturalizada no estado do Rio Grande do Sul, Brasil: herbáceas subespontâneas.** 2007.
- SEGURADO, João Emílio dos Santos. **Trabalhos de Carpintaria Civil.** 9ª ed. Lisboa: Editora Paulo de Azevedo, s/d.b.
- SILUK et al. **Aspectos da restauração sob a abordagem de Carbonara.** Cadernos de Arquitetura e Urbanismo, v.22, n.30, 2º sem. 2015.
- SILVA, Fernanda Cortez. **Mobilidade urbana em Maceió – AL: a bicicleta como meio de reforçar a escala humana da cidade.** 2011. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal de Santa Catarina.
- SILVA, Geraldo Gomes da. **Arquitetura do Ferro.** 2 ed. São Paulo: Nobel, 1987.
- SILVA, J. K. A. da;. **Caracterização do vento e estimativa do potencial eólico para a região de tabuleiros costeiros (Pilar, Alagoas).** Dissertação de Mestrado em Meteorologia, Maceió, Alagoas: Universidade Federal de Alagoas, 2007.



SILVA, Rui Jorge Santos Marques da. **Humidade ascensional** – dimensionamento de sistemas de ventilação da base das paredes. 2012. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Engenharia, Universidade do Porto.

SILVA, Thiago Cavalcanti Lins; FERREIRA, Bruno. **Levantamento dos principais aspectos da geodiversidade do município de Maceió, Estado de Alagoas, Nordeste do Brasil**. Disponível em: <file:///C:/Users/Karla/Downloads/1978-Texto%20do%20artigo-11335-1-10-20171005.pdf>. Acesso em 07 de fevereiro de 2019.

SIMIANO, Lucas Frates; BAUMEL, Luiz Fernando Silva. **Manual de prevenção de combate a princípios de incêndio**. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/marco2015/cursobrigada/modulo6_combateincendios.pdf>. Acesso em janeiro de 2020.

SITTE, Camilo. **A construção das cidades segundo seus princípios artísticos**. São Paulo, Ática, 1992.

SOUZA, Alberto; ARAÚJO, Darlene. **A arquitetura do poder público e a transformação da paisagem na capital paraibana, 1915-1940**. Disponível em: <<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/11.128/3719>>. Acesso em novembro de 2019.

SOUZA, André Delgado de. **Modelo de controle para obras de esgotamento sanitário utilizando sistema de informações geográficas**. Recife, 2016.

STELLO, Vladimir. Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo: **Avaliação Conceitual das Intervenções - 1925-1927 e 1938-1940**. Dissertação de Mestrado em Engenharia Civil. Universidade Federal de Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2005.

SUPPIA, Alfredo; SCARABELLO. **As reformas do Rio de Janeiro no início do século XX**: Cidade é transformada para responder aos apelos do mundo que se moderniza Disponível em: <<http://pre.univesp.br/as-reformas-do-rio-de-janeiro-no-inicio-do-seculo-xx#.WwVLUu4vzIU>>. Acesso em 20 de abril de 2018.

TASSO, Ismara. **(In)visibilidades dos corpos em vigília**: regimes de verdade sobre/em políticas afirmativas e cinematográficas. REDISCO – Revista Eletrônica de Estudos do Discurso e do Corpo. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Laboratório de Estudos do Discurso e do Corpo. V.2, n.1, jan./jun. 2013. – Vitória da Conquista: Edições UESB, 2013. Disponível em: <<http://www.uesb.br/links/2013/11/REDISCO%203.pdf>>. Acesso em 10 de outubro de 2018.

TENÓRIO, Douglas Apratto. **Maceió Duzentos Anos**. In: A história. Maceió: Instituto Arnon de Mello, 2016, p.18-105.



TENÓRIO, Douglas Apratto. **Capitalismo e ferrovias no Brasil**. HD Livros Editora, Curitiba, 1996.

TENÓRIO, Douglas Apratto. **O ciclo do algodão e as vilas operárias**. Maceió: Sebrae, 2013.

TEIXEIRA, Manuel C. **A forma da cidade portuguesa**. São Paulo: Editora Unesp: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2012.

TORRACA, Giorgio. **Porous building materials: material science for architectural conservation**. Roma: ICCROM, 2005.

The Photographer. **Catedral da Sé em São Paulo**, Disponível em:<<https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=35288266>>. Acesso em 10 de maio de 2018.

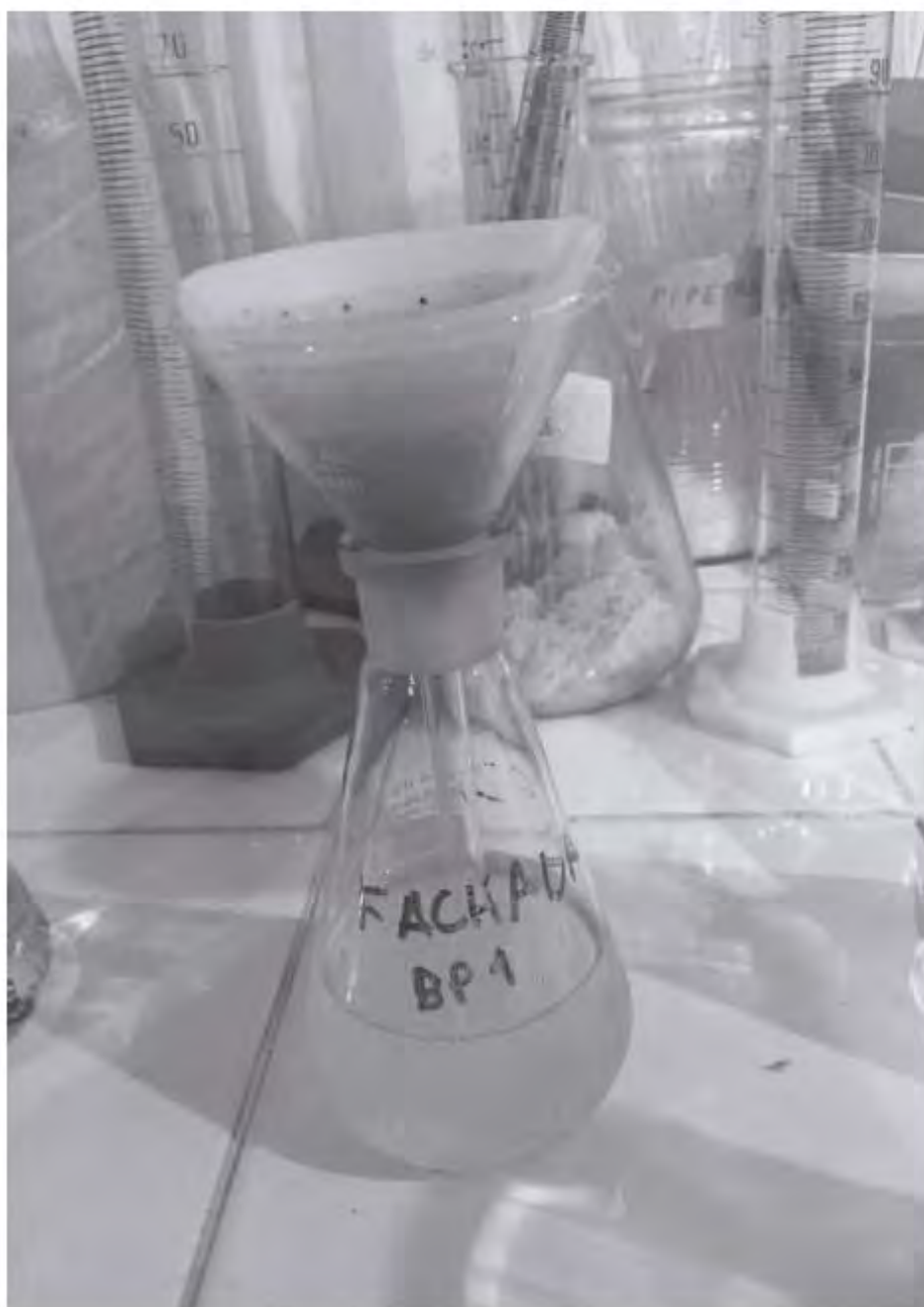
TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar: A Perspectiva de Experiência**. São Paulo: Difel, 1983.

TREVISAN, Anderson Ricardo. **Debret e a Missão Artística Francesa de 1816: aspectos da constituição da arte acadêmica do Brasil**. Plural, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, nº14, 2007, p.9-32.

TRIPADVISOR. **Palácio Rio Branco**. Disponível em:<https://www.tripadvisor.com.br/Attraction_Review-g303272-d2520428-Reviews-Rio_Branco_Palace-Salvador_State_of_Bahia.html>. Acesso em 5 de maio de 2018.
VASCONCELLOS, Sylvio de. **Arquitetura no Brasil: Sistemas Construtivos**. Belo Horizonte: UFMG, 1979.

ZANIRATO, Silvia Helena. **A mobilidade nas cidades históricas e a proteção do patrimônio cultural**. Revista eletrônica de turismo cultural, volume 02. 2008.
Disponível em:<http://www.eca.usp.br/turismocultural/Retc04_arquivos/S%C3%ADlviaHelena_Mobilidade.pdf>. Acesso em 12 de dezembro de 2019.

APÉNDICE



ENSAIOS LABORATORIAIS
(NÚCLEO DE TECNOLOGIA DA PRESERVAÇÃO E DA RESTAURAÇÃO - NTPR)



APÊNDICE I: Ensaio de granulometria do agregado após ataque ácido

A primeira amostra de argamassa de revestimento de um dos ambientes do bloco principal do edifício foi retirada em 27 de maio de 2018 e levada ao NTPR para a realização do ensaio no dia 30 de maio de 2018. As demais amostras do ambiente interno do bloco anexo e da fachada nordeste do bloco principal foram retiradas em 7 de julho de 2018 e dois dias depois foi levada para ensaio.

Tabela 6- Granulometria dos agregados da argamassa de revestimento da fachada nordeste do bloco principal.

| PENEIRA N° | DIM. (mm) | PESO (g) | PENEIRA + AMOSTRA (g) | AMOSTRA (g) | % RETIDA | % RETIDA ACUMULADA |
|------------|-----------|----------|-----------------------|-------------|----------|--------------------|
| 16 | 1,18 | 98,38 | 98,91 | 0,53 | 2,93 | 3 |
| 35 | 0,5 | 88,11 | 92,85 | 4,74 | 26,20 | 29 |
| 60 | 0,25 | 85,95 | 95,83 | 9,88 | 54,62 | 84 |
| 100 | 0,15 | 83,84 | 84,70 | 0,86 | 4,75 | 89 |
| 200 | 0,075 | 81,58 | 81,66 | 0,08 | 0,44 | 89 |
| >200 | | 65,96 | 65,96 | 0,00 | 0,00 | 89 |

Fonte: Acervo de Karla Calheiros, 2018.

Tabela 7- Granulometria dos agregados da argamassa de revestimento do ambiente interno do bloco anexo.

| PENEIRA N° | DIM. (mm) | PESO (g) | PENEIRA + AMOSTRA (g) | AMOSTRA (g) | % RETIDA | % RETIDA ACUMULADA |
|------------|-----------|----------|-----------------------|-------------|----------|--------------------|
| 16 | 1,18 | 98,38 | 98,91 | 0,53 | 2,93 | 3 |
| 35 | 0,5 | 88,11 | 92,85 | 4,74 | 26,20 | 29 |
| 60 | 0,25 | 85,95 | 95,83 | 9,88 | 54,62 | 84 |
| 100 | 0,15 | 83,84 | 84,70 | 0,86 | 4,75 | 89 |
| 200 | 0,075 | 81,58 | 81,66 | 0,08 | 0,44 | 89 |
| >200 | | 65,96 | 65,96 | 0,00 | 0,00 | 89 |

Fonte: Acervo de Karla Calheiros, 2018.



Tabela 8- Granulometria dos agregados da argamassa de revestimento do ambiente interno do bloco principal.

| PENEIRA Nº | DIM. (mm) | PESO (g) | PENEIRA + AMOSTRA (g) | AMOSTRA (g) | % RETIDA | % RETIDA ACUMULADA |
|------------|-----------|----------|-----------------------|-------------|----------|--------------------|
| 16 | 1,18 | 98,37 | 99,47 | 1,10 | 6,79 | 7 |
| 35 | 0,5 | 88,14 | 91,68 | 3,54 | 21,85 | 29 |
| 60 | 0,25 | 85,96 | 94,93 | 8,97 | 55,37 | 84 |
| 100 | 0,15 | 83,85 | 86,23 | 2,38 | 14,69 | 99 |
| 200 | 0,075 | 81,59 | 81,76 | 0,17 | 1,05 | 100 |
| >200 | | 66,00 | 66,02 | 0,02 | 0,12 | 100 |

Fonte: Acervo de Karla Calheiros, 2018.



APÊNDICE II: Ensaio Traço em massa

Este ensaio foi realizado nos dias 25 de maio e 29 de junho de 2018, onde foram examinadas três amostras de revestimento sendo uma interna bloco principal e anexo e outra externa da fachada nordeste do bloco principal. A seguir encontram-se as tabelas com os dados compilados no que tange o traço em massa das amostras.

Tabela 9- Traço em massa da fachada nordeste do bloco principal.

| | | | | |
|---|--|---------|---------|-------|
| — | FINOS (Argila e /ou Silte) | 1 | 2 | x |
| | Peso do papel de filtro (g) (A) | 1,036 | 1,0503 | |
| | Peso do papel + resíduo (g) | 1,3215 | 1,3657 | |
| | Peso dos finos encontrados (g) (B-A) | 0,2855 | 0,3154 | |
| | % Sobre a massa total (C/H)*100 | 2,83 | 3,09 | 2,96 |
| | GROSSOS (Areia) | 1 | 2 | x |
| | Peso do béquer (g) | 67,9129 | 59,2071 | |
| | Peso do béquer + amostra (g) | 77,9848 | 69,4093 | |
| | Peso da amostra (g) | 10,0719 | 10,2022 | |
| | Peso do béquer + resíduo (g) | 76,1769 | 67,4061 | |
| | Peso da areia encontrada (g) (I-F) | 8,264 | 8,199 | |
| | % Sobre a massa total (B) | 82,05 | 80,37 | 81,21 |
| — | LIGANTE (Resíduo solúvel) | 1 | 2 | x |
| | %L=100-(%F+%G) (100-(D+K) | 15,12 | 16,54 | 15,83 |
| | Peso do carbonato (g) (H-(C+J)) | 1,5224 | 1,6878 | |
| | Peso do hidróxido (g) (NxPMol hidróxido/100) | 1,1266 | 1,2490 | |
| — | TRAÇO PROVÁVEL | 1 | 2 | x |
| | Ligante: Argila: Areia (O/O : C/O : J/O) | 1 | 0,25 | 6,95 |

Fonte: Acervo de Karla Calheiros, 2018.



Tabela 10- Traço em massa do ambiente interno do bloco principal.

| | | | | |
|---|--|----------|----------|----------|
| — | FINOS (Argila e /ou Silte) | 1 | 2 | x |
| | Peso do papel de filtro (g) (A) | 1,115 | 1,0332 | |
| | Peso do papel + resíduo (g) | 1,5626 | 1,56 | |
| | Peso dos finos encontrados (g) (B-A) | 0,4476 | 0,5268 | |
| | % Sobre a massa total (C/H)*100 | 4,46 | 5,26 | 0,9744 |
| | GROSSOS (Areia) | 1 | 2 | x |
| | Peso do béquer (g) | 65,1686 | 68,7426 | |
| | Peso do béquer + amostra (g) | 75,2025 | 78,754 | |
| | Peso da amostra (g) | 10,0339 | 10,0114 | |
| | Peso do béquer + resíduo (g) | 73,3848 | 76,8063 | |
| | Peso da areia encontrada (g) (I-F) | 8,2162 | 8,0637 | |
| | % Sobre a massa total (B) | 81,88 | 80,55 | 81,215 |
| — | LIGANTE (Resíduo solúvel) | 1 | 2 | x |
| | %L=100-(%F+%G) (100-(D+K) | 13,65 | 14,19 | 13,92 |
| | Peso do carbonato (g) (H-(C+J)) | 1,3701 | 1,4209 | |
| | Peso do hidróxido (g) (NxPMol hidróxido/100) | 1,0139 | 1,0515 | |
| — | TRAÇO PROVÁVEL | 1 | 2 | x |
| | Ligante: Argila: Areia (O/O : C/O : J/O) | 1 | 0,47 | 7,88 |

Fonte: Acervo de Karla Calheiros, 2018.

Tabela 11- Traço em massa do ambiente 02 do bloco anexo.

| | | | | |
|---|--|----------|----------|----------|
| — | FINOS (Argila e /ou Silte) | 1 | 2 | x |
| | Peso do papel de filtro (g) (A) | 1,0484 | 1,0839 | |
| | Peso do papel + resíduo (g) | 1,4534 | 1,51 | |
| | Peso dos finos encontrados (g) (B-A) | 0,405 | 0,4261 | |
| | % Sobre a massa total (C/H)*100 | 4,00 | 4,25 | 4,125 |
| | GROSSOS (Areia) | 1 | 2 | x |
| | Peso do béquer (g) | 68,5354 | 68,37 | |
| | Peso do béquer + amostra (g) | 78,649 | 78,4026 | |
| | Peso da amostra (g) | 10,1136 | 10,0326 | |
| | Peso do béquer + resíduo (g) | 76,3121 | 75,8623 | |
| | Peso da areia encontrada (g) (I-F) | 7,7767 | 7,4923 | |
| | % Sobre a massa total (B) | 76,89 | 74,68 | 75,785 |
| — | LIGANTE (Resíduo solúvel) | 1 | 2 | x |
| | %L=100-(%F+%G) (100-(D+K) | 19,10 | 21,07 | 20,085 |
| | Peso do carbonato (g) (H-(C+J)) | 1,9319 | 2,1142 | |
| | Peso do hidróxido (g) (NxPMol hidróxido/100) | 1,4296 | 1,5645 | |
| — | TRAÇO PROVÁVEL | 1 | 2 | x |
| | Ligante: Argila: Areia (O/O : C/O : J/O) | 1 | 0,28 | 5,12 |

Fonte: Acervo de Karla Calheiros, 2018.



APÊNDICE III: Ensaio de absorção de água

Tabela 12- Ensaio de absorção total em água, tijolo 1 e 2, respectivamente.

| ENSAIO DE ABSORÇÃO TOTAL EM ÁGUA (1) | | ENSAIO DE ABSORÇÃO TOTAL EM ÁGUA (2) | |
|---|------------|---|------------|
| DATA: | 09/07/2018 | DATA: | 09/07/2018 |
| LOCAL DA AMOSTRAGEM: | NTPR | LOCAL DA AMOSTRAGEM: | NTPR |
| AMOSTRA | TIJOLO 1 | AMOSTRA | TIJOLO 2 |
| PESO DA AMOSTRA SECA | 31,65g | PESO DA AMOSTRA SECA | 20,08g |
| PESO DA AMOSTRA ÚMIDA | 37,57g | PESO DA AMOSTRA ÚMIDA | 23,72g |
| PORCENTAGEM DE ABSORÇÃO | 18% | PORCENTAGEM DE ABSORÇÃO | 18% |

Fonte: Acervo de Karla Calheiros, 2018.



APÊNDICE IV: Determinação do teor de umidade nas alvenarias

LEGENDA: A1, B1 E C1 H= 0,5CM
 A2,B2 E C2 H= 1M
 A3, B3 E C3 H= 1,5M

Tabela 13- Tabelas das amostras da fachada nordeste do bloco principal e fachada noroeste do bloco anexo.

| AMOSTRAS | | AMOSTRAS | |
|--------------------------------------|--------------|----------------------------------|--------------|
| Fachada leste bloco principal | A1 | Fachada norte bloco anexo | A1 |
| Peso da placa (g) | 27,63 | Peso da placa (g) | 25,95 |
| Placa + amostra úmida (g) | 60,22 | Placa + amostra úmida (g) | 46,88 |
| Amostra úmida | 32,59 | Amostra úmida | 20,93 |
| Placa + amostra seca (g) | 58,57 | Placa + amostra seca (g) | 45,53 |
| Amostra seca | 30,94 | Amostra seca | 19,58 |
| % UMIDADE | 5,33% | % UMIDADE | 6,89% |

Fonte: Acervo de Karla Calheiros, 2018.



Tabela 14- Tabela referente a amostra do teor de umidade do ambiente porão alto do bloco principal.

| AMOSTRAS | A1 | A2 | A3 | B1 | B2 | B3 | C1 | C2 | C3 |
|---------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Peso da placa (g) | 40,92 | 41,8 | 40,54 | 41,15 | 41,58 | 40,19 | 41,62 | 40,16 | 41,25 |
| Placa + amostra úmida (g) | 72,63 | 91,15 | 84,16 | 84,94 | 104,04 | 86,75 | 104,01 | 95,8 | 98,25 |
| Amostra úmida | 31,71 | 49,35 | 43,62 | 43,79 | 62,46 | 46,56 | 62,39 | 55,64 | 57 |
| Placa + amostra seca (g) | 71,2 | 90,26 | 83,67 | 81,58 | 102,1 | 86,33 | 101,83 | 92,8 | 93,3 |
| Amostra seca | 30,28 | 48,46 | 43,13 | 40,23 | 60,52 | 46,14 | 60,21 | 52,64 | 52,05 |
| % UMIDADE | 4,72% | 1,83% | 1,13% | 8,80% | 3,20% | 0,90% | 3,62% | 5,69% | 9,51% |

Fonte: Acervo de Karla Calheiros, 2018.

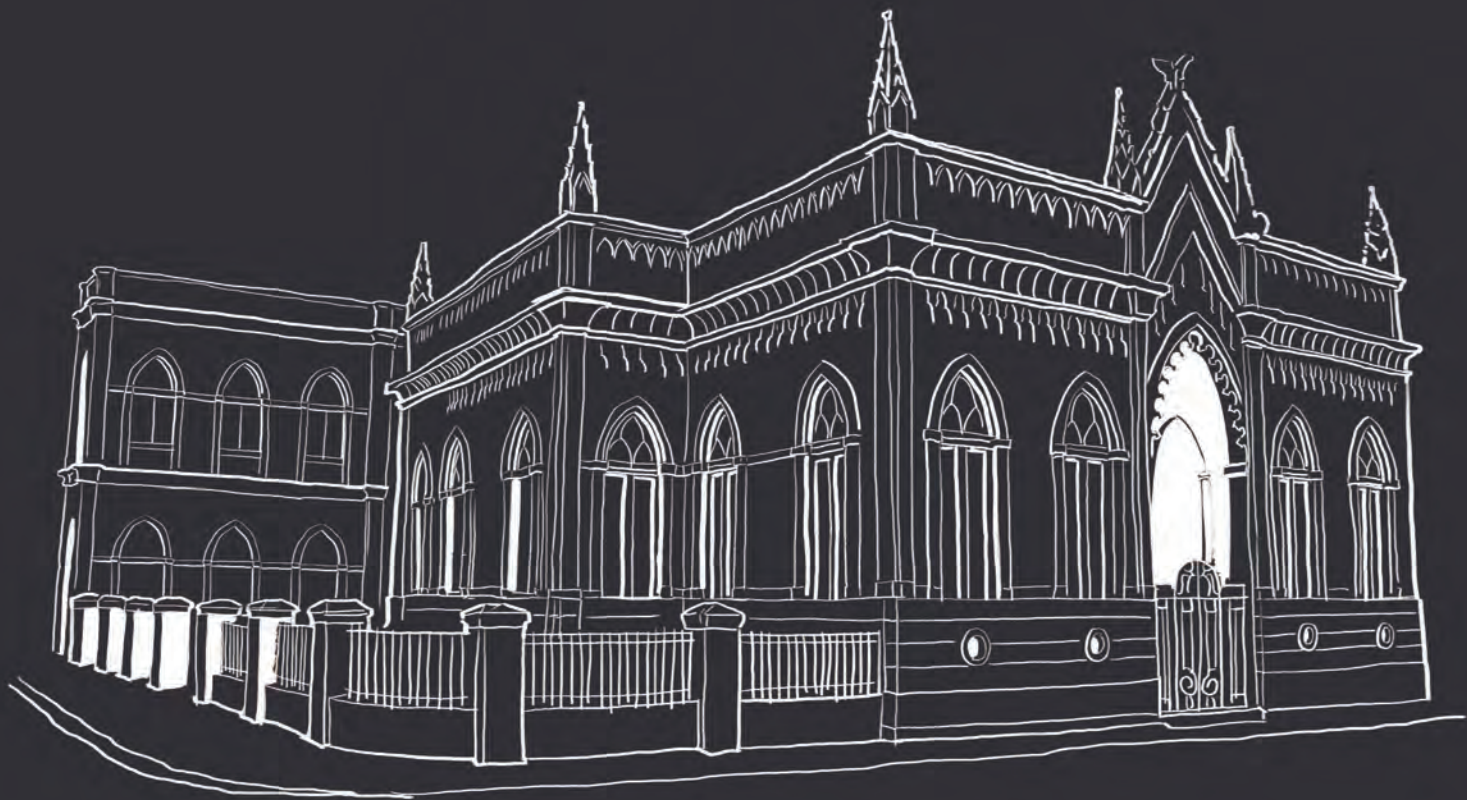
Tabela 15- Tabela referente a amostra do teor de umidade do ambiente pavimento térreo do bloco principal.

| AMOSTRAS | A1 | A2 | A3 | B1 | B2 | B3 | C1 | C2 | C3 |
|---------------------------|--------------|-----------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Peso da placa (g) | 33,49 | 27,4 | 28,11 | 40,41 | 39,69 | 32,96 | 41,19 | 27,53 | 50,45 |
| Placa + amostra úmida (g) | 57,08 | 47 | 54,7 | 59,63 | 77,17 | 51,46 | 66,94 | 49,83 | 79,38 |
| Amostra úmida | 23,59 | 19,6 | 26,59 | 19,22 | 37,48 | 18,5 | 25,75 | 22,3 | 28,88 |
| Placa + amostra seca (g) | 55,85 | 46,96 | 54,5 | 59,57 | 77,08 | 51,45 | 66,9 | 49,77 | 79,27 |
| Amostra seca | 22,36 | 19,56 | 26,39 | 19,16 | 37,39 | 18,49 | 25,71 | 22,24 | 28,82 |
| % UMIDADE | 5,50% | 4% | 0,75% | 0,31% | 0,24% | 0,01% | 0,15% | 0,26% | 0,20% |

Fonte: Acervo de Karla Calheiros, 2018.

APÊNDICE V

MANUAL DE CONSERVAÇÃO PREVENTIVA DO CONJUNTO DA
ANTIGA INTENDÊNCIA DE MACEIÓ



MANUAL DE CONSERVAÇÃO PREVENTIVA
Complexo da antiga Intendência Municipal de Maceió

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

MESTRADO PROFISSIONAL EM CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE MONUMENTOS E CONJUNTOS

ELABORAÇÃO

Karla Rachel Jarsen de Melo Calheiros

ORIENTADORA

Mariely Cabral de Santana

COORIENTADORA

Marta Raquel Alves

[...] Olhe para o velho edifício com um cuidado ansioso, guarde-o o melhor que você puder e a qualquer custo de qualquer influência de dilapidação. Conte as suas pedras como se você contasse as jóias de uma coroa, coloque guardas em torno dele como você colocaria para guardar uma cidade sitiada, grampeie com ferro onde estiver cedendo, sustente com escoras onde estiver caindo, não se importe sobre a invisibilidade da ajuda: melhor uma muleta do que um membro perdido, e faça isto ternamente, reverentemente e continuamente e muitas das gerações ainda por vir e para passar desfrutarão da sua sombra. (RUSKIN, 1889).



Acervo fotográfico de Karla Calheiros, 2019.

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| APRESENTAÇÃO/OBJETIVO | 01 |
| BREVE HISTÓRICO | 02 |
| NÍVEIS DE PROTEÇÃO IMPLEMENTADOS | 03 |
| AÇÕES PREVENTIVAS | 05 |
| RECOMENDAÇÕES CONTRA INCÊNDIOS | 03 |
| CORPO TÉCNICO ESPECIALIZADO (PATRIMÔNIO) | 05 |
| REFERÊNCIAS CONSULTADAS | 03 |

APRESENTAÇÃO

CONSERVAÇÃO PREVENTIVA

A conservação preventiva consiste em uma ação que visa garantir a longevidade do patrimônio edificado, por meio de medidas para prevenir possíveis riscos que possam contribuir para a deterioração do bem.

As ações voltadas para a conservação preventiva e para a manutenção do patrimônio construído e dos elementos integrados são métodos que possibilitam a preservação dos monumentos. Essa prática permite a implementação de políticas direcionadas à proteção e à gestão do bem cultural.

Dessa forma, ao elaborar este material específico para a preservação do complexo da antiga Intendência de Maceió, acredita-se que as recomendações aqui elencadas possam contribuir para proteger a edificação e evitar maiores degradações.

OBJETIVO

O presente manual tem como objetivo a conservação preventiva da edificação da antiga Intendência Municipal de Maceió, por meio de ações de fiscalização e da realização de serviços que possam sanar danos ocasionados pelo uso ou pelo desgaste dos materiais devido à ação do tempo e dos agentes físicos e ambientais, evitando assim futuras intervenções.

Ao longo deste manual, serão disponibilizadas algumas recomendações para a boa conservação do monumento, contribuindo para a sua preservação.

BREVE HISTÓRICO

O edifício da antiga Intendência, ou Palacete da Águia, foi construído no início do século XX como símbolo do poder municipal no período republicano, durante o desenvolvimento da cidade de Maceió. Implantado no entorno da Praça Marechal Floriano Peixoto, compõe o conjunto arquitetônico, fato que agrega valor como bem cultural.

O responsável pelo projeto do edifício foi o arquiteto italiano Luigi Lucarini, que aderiu ao estilo eclético característico das edificações oficiais erguidas em Maceió durante a gestão do governador Euclides Malta (1900-1912). Em sua composição arquitetônica, evidencia-se na fachada principal o ritmo na configuração formal, a geometria simples e a composição tripartida (base, corpo e coroamento).

Os espaços internos apresentam pinturas decorativas, pisos em madeira e ladrilho hidráulico, e esquadrias com caixilhos de madeira. No ano 2000, foi realizado o projeto de intervenção na edificação, executado pela Prefeitura de Maceió, com o intuito de resgatar a volumetria, os bens integrados, solucionar problemas técnicos, além de propor um novo uso para o bem cultural: sede da Prefeitura (2001-2005).

Com o passar dos anos, foram realizadas reformas pontuais, como a pintura das paredes internas e externas. No entanto, com a desocupação do imóvel pela Secretaria Municipal de Assistência Social em 2017, o monumento foi alvo de atos de vandalismo e depredação de sua materialidade. Diante da situação, busca-se, com o novo projeto de intervenção, reestabelecer a relação do edifício com a praça e propor ações projetuais que possibilitem resgatar o monumento e a harmonia estética.

NÍVEIS DE PROTEÇÃO IMPLEMENTADOS

I- ESTADUAL

A Praça Marechal Floriano e o conjunto arquitetônico do entorno imediato, no qual se inclui a edificação da antiga Intendência Municipal de Maceió, possuem tombamento estadual, conforme consta no Decreto nº 38.309, de 9 de março de 2000.

O Decreto estabelece que qualquer intervenção no bem ou conjunto urbano tombado deve seguir o regimento da normativa vigente, além de exigir autorização da Secretaria de Cultura do Estado, conforme consta no artigo 21.

Art. 21- Os bens tombados não poderão, em caso nenhum ser destruídos, demolidos ou mutilados, nem, sem prévia autorização especial da Secretaria da Cultura, reparados, pintados ou restaurados, sob pena de multa a 50% do valor do dano causado (Alagoas, 2000 - grifo nosso)

Figura 01- Imagem aérea da Praça Marechal Floriano Peixoto em destaque o conjunto da antiga Intendência Municipal de Maceió.



Fonte: Acervo autoral, 2019.

① INVESTIGAÇÃO

As primeiras ações referentes aos edifícios devem ser a investigação histórica e técnica do bem, analisando os acontecimentos que se sucederam ao longo dos anos até o momento que antecede a intervenção, para posteriormente recomendar procedimentos para conservar o monumento.

② INSPEÇÃO

Estabelecer uma rotina periódica de visitas a fim de fiscalizar os imóveis, averiguando os métodos utilizados para a manutenção e limpeza das estruturas e dos elementos da edificação. Além disso, analisar, por meio de limpezas regulares, as possíveis degradações, a fim de comunicar os profissionais especializados na área de patrimônio e restauração para sanar os danos em um curto espaço de tempo.

③ PROCEDIMENTOS

A seguir, serão explanadas algumas recomendações para a conservação do monumento em estudo.

3.1 Cobertura

3.2 Reservatório

3.3 Forros

3.4.1 Piso em ladrilho hidráulico

3.4.2 Piso em madeira

3.5 Paredes

3.6 Paredes com pinturas decorativas

3.7 Esquadrias

3.8 Vidros

3.9 Elementos metálicos

4.0 Pichações

4.1 Vegetação

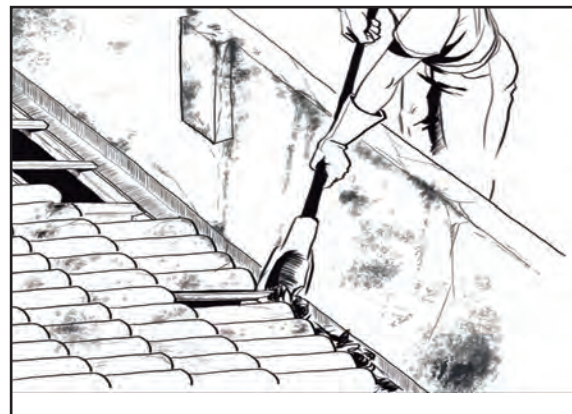
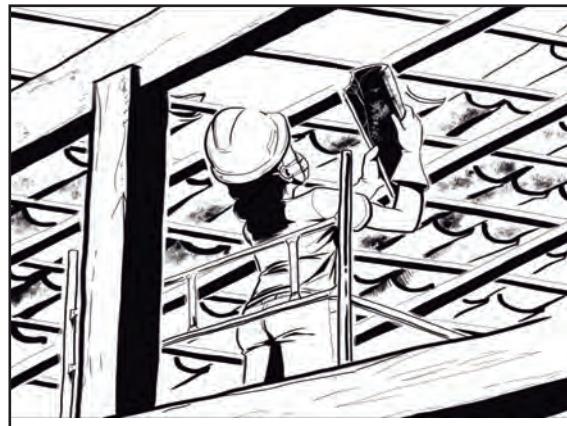
4.2 Ação de limpeza dos adornos da fachada em virtude do pouso de pombos.

3.1 COBERTURA

Verificar o telhado a fim de identificar peças cerâmicas quebradas e/ou degradadas. Caso haja necessidade, recomenda-se a substituição do elemento, em conformidade com o tipo existente, para não destoar o material novo do antigo.

Para a desobstrução das calhas, indica-se o processo de limpeza, removendo as sujeiras, folhas e penas de pássaros. Orienta-se também uma investigação mais aprofundada com o objetivo de constatar rupturas, deformações ou outros danos que possam interferir na infiltração de água pluvial no edifício.

Recomenda-se a inspeção dos itens descritos a cada 3 a 6 meses, antes ou depois do período de chuvas (Klüppel; Santana, 1999).

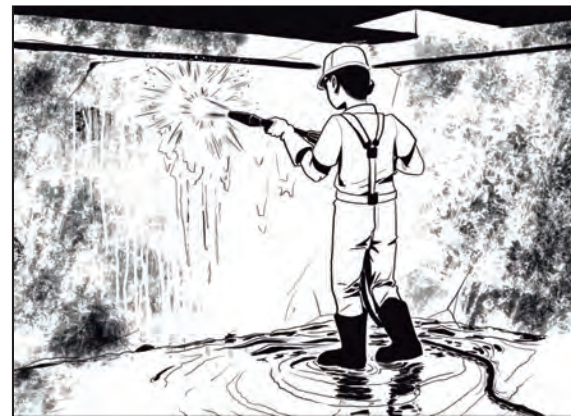
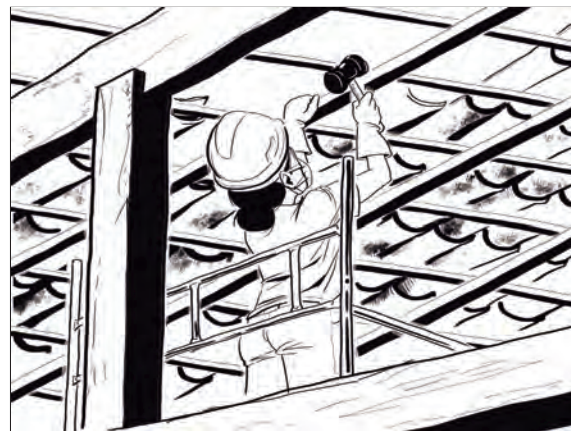


3.1 COBERTURA

Em relação ao madeiramento da cobertura, é necessária a verificação da resistência da estrutura dos caibros, ripas, terças e, principalmente, dos frechais responsáveis pela distribuição das cargas das tesouras para as paredes, com a realização de algumas batidas com martelo de borracha. Nessa ocasião, se a peça estiver oca, deverá ser constatado se o cerne da árvore está comprometido, pois o cerne é a parte mais resistente ao ataque de fungos.

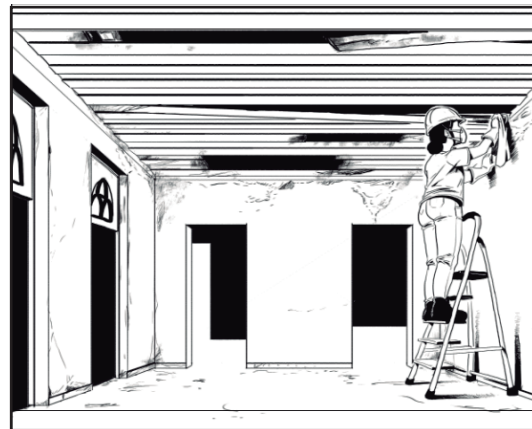
3.2 RESERVATÓRIO

Limpeza do reservatório com sabão neutro, examinando possíveis vazamentos. As autoras Klüppel e Santana (1999) alertam que, após a lavagem, deve-se diluir na água hipoclorito de sódio na proporção de 1 litro para cada 1.000 litros de água.



3.3 FORROS

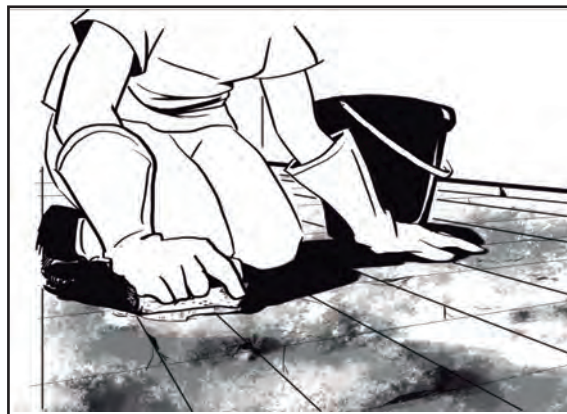
Os forros deverão passar por limpeza de suas superfícies periodicamente. Se houver desgaste da pintura, aconselha-se reaplicar o verniz nas tábuas de madeira. Observar o aparecimento de manchas de infiltração de água, arqueamento das peças e outros danos, e comunicar à Coordenação de Patrimônio da Prefeitura de Maceió.



3.4.1 PISO EM LADRILHO HIDRÁULICO

O processo de limpeza consiste em varrer as peças com uma vassoura de cerdas macias ou esponja, utilizando água e detergente neutro para remover as sujeiras.

Ao realizar o procedimento de limpeza, é preciso ter cuidado para não promover o desgaste mecânico ocasionado pela varrição do material e o uso excessivo de água.



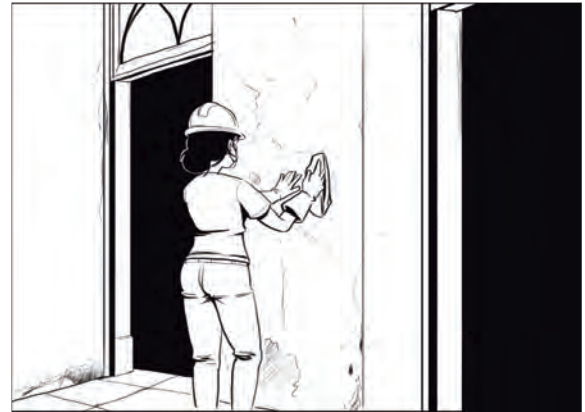
3.4.2 PISO EM MADEIRA

Observar o aparecimento de excrementos ou caminhos de cupins nas tábuas. Para a limpeza, utilizar panos secos e macios. Após esse procedimento, poderá ser aplicada a pintura ou o verniz.



3.5 PAREDES

Indica-se, para a limpeza das paredes, o uso de flanelas ou panos macios e secos.



PROCEDIMENTOS

3.6 PAREDES COM PINTURAS DECORATIVAS

Recomenda-se a remoção de sujidades com flanelas ou espanadores de cerdas macias. Averiguar o surgimento de manchas, perdas da camada pictórica e fissuras. Nesse caso, comunicar à Coordenação do Patrimônio da Prefeitura de Maceió.



3.7 ESQUADRIAS

Limpar as esquadrias em madeira com panos secos e macios ou com espanador de cerdas macias.

Observar o aparecimento de excrementos ou caminhos de cupins.



PROCEDIMENTOS

3.8 VIDROS

Para a limpeza dos vidros dos caixilhos das esquadrias, recomenda-se o uso de espanadores com cerdas macias ou panos secos e detergente neutro/álcool, se necessário. Cabe ressaltar a importância de examinar a vedação e fixação dos vidros, a fim de evitar rupturas do material.



3.9 ELEMENTOS METÁLICOS

Nos casos de ferrugem, sugere-se o lixamento do elemento, em seguida consolidar a peça com resina para frear a corrosão. Por fim, pintar com tinta esmalte de base acrílica.



4.0 PICHAÇÕES

Existe uma dificuldade em retirar as tintas de spray ou aerossol das camadas de tinta. Gallois (2015, s/pg) expõe que o problema é a "solubilização das tintas", que contribui para a penetração do pigmento na argamassa de revestimento (emboço).

Conforme Gallois (2015), o método indicado é o uso de produtos químicos, como solventes, aplicados com hastes flexíveis (cotonetes), cuidadosamente, para evitar que a substância penetre na argamassa.

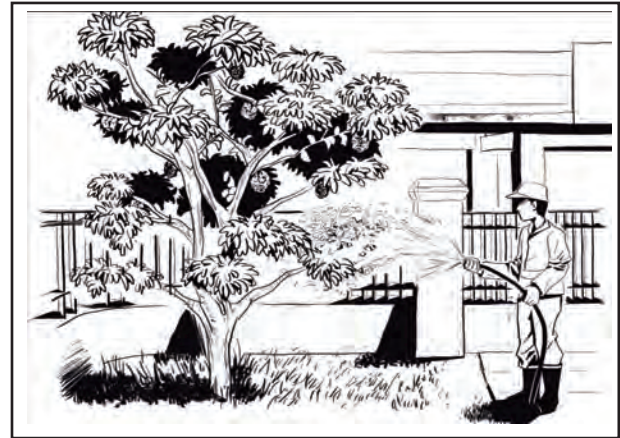
Finalizando essa etapa de limpeza, sugere-se a aplicação de solvente em gel, utilizando escova com cerdas macias, delicadamente, na superfície da fachada. Cabe ressaltar que esse procedimento deve ser realizado por mão de obra técnica especializada para evitar novos danos ao edifício.



4.1 VEGETAÇÃO

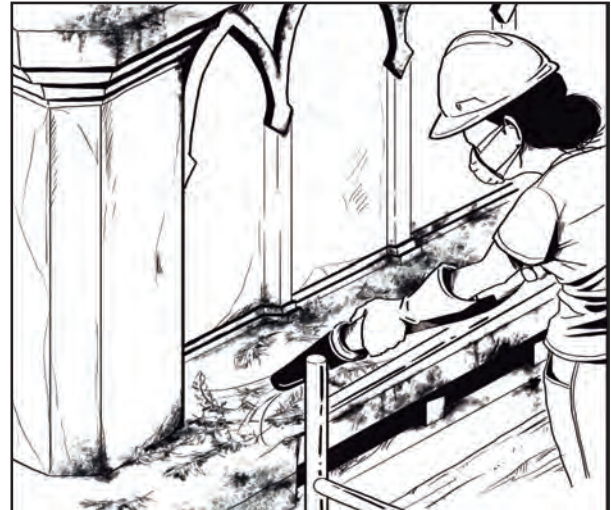
Manutenção diária dos jardins, com a realização de procedimentos como irrigação, podas regulares e inspeções para examinar o surgimento de insetos ou pragas que comprometam a vida da cobertura vegetal.

Cabe ressaltar que, durante o período de clima mais quente, orienta-se duas regas por dia, sendo uma no turno matutino e outra no final da tarde. Com o tempo mais úmido, será necessária apenas uma rega pela manhã.



4.2 AÇÕES DE LIMPEZA DOS ADORNOS DA FACHADA EM VIRTUDE DO POUSO DE POMBOS.

Recomenda-se o procedimento de limpeza da superfície, removendo as penas das aves através da aspiração mecânica (Klüppel; Santana, 1999).



INCÊNDIOS

Os incêndios são um dos fatores mais preocupantes no patrimônio edificado. Eles podem ser ocasionados por fenômenos naturais ou por ação humana, mas geralmente ocorrem devido a curtos-circuitos na fiação elétrica, mau funcionamento de equipamentos ou falta de manutenção.

As medidas de prevenção de incêndio são aquelas associadas ao elemento precaução contra o início do incêndio e se destinam, exclusivamente, a prevenir a ocorrência do início do incêndio, ou seja, controlar o risco de início de incêndio. (Berto, 1991, s/pg).

Com base no Manual de Conservação Preventiva do IPHAN, as autoras Klüppel e Santana (1999) recomendam a inspeção regular e a manutenção dos circuitos elétricos, assim como de todos os equipamentos elétricos. É indispensável, ao realizar esses procedimentos, registrar as inspeções realizadas no edifício.

EM CASO DE INCÊNDIO

Aconselha-se utilizar o extintor específico para cada ocasião, pois cada incêndio é causado por diferentes combustíveis e requer agentes distintos para extinguir as chamas. Os extintores encontrados no mercado são à base de água, dióxido de carbono e pó químico, sendo que cada um é específico para uma determinada situação:



Modelo A: à base de água. São utilizados nos incêndios causados por madeira, papel, pano, lixo e plásticos.



Modelo B: à base de gás carbônico. Recomendado para incêndios em gases e líquidos inflamáveis (gasolina, tinta, álcool).



Modelo C: à base de pó químico. Indicado em caso de incêndios relacionados a fiações elétricas.

CORPO TÉCNICO ESPECIALIZADO (PATRIMÔNIO)

- INSTÂNCIA MUNICIPAL- COORDENAÇÃO DE PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ

ENDEREÇO: AVENIDA GOVERNADOR AFRÂNIO LAGES N° 297

- INSTÂNCIA ESTADUAL- SECRETARIA DE CULTURA (SETOR PRO-MEMÓRIA)

CONTATO: (82) 3315-7872

EMAIL: cultura.promemoria@gmail.com

ENDEREÇO: PRAÇA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO - PALÁCIO MARECHAL FLORIANO PEIXOTO.